

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO DE AZEVEDO PINHEIRO HOSHINO

**ENTRE O *ESPÍRITO DA LEI* E O *ESPÍRITO DO SÉCULO*:
A URDIDURA DE UMA CULTURA JURÍDICA DA LIBERDADE NAS
MALHAS DA ESCRAVIDÃO (CURITIBA, 1868-1888)**



THIAGO DE AZEVEDO PINHEIRO HOSHINO

**ENTRE O “*ESPÍRITO DA LEI*” E O “*ESPÍRITO DO SÉCULO*”:
A URDIDURA DE UMA CULTURA JURÍDICA DA LIBERDADE NAS
MALHAS DA ESCRAVIDÃO (CURITIBA, 1868-1888)**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Direito, ao Programa de Pós-
Graduação em Direito, Setor de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal do
Paraná**

**Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando
Lopes Pereira**

CURITIBA

2013

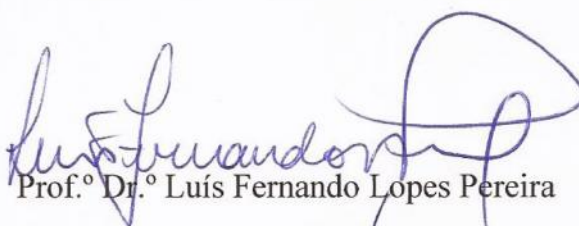
TERMO DE APROVAÇÃO

THIAGO DE AZEVEDO PINHEIRO HOSHINO

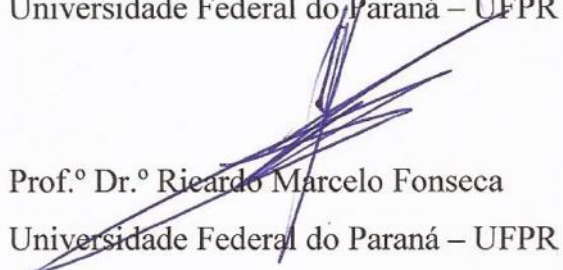
ENTRE O “*ESPÍRITO DA LEI*” E O “*ESPÍRITO DO SÉCULO*”: A URDIDURA DE
UMA CULTURA JURÍDICA DA LIBERDADE NAS MALHAS DA ESCRAVIDÃO
(CURITIBA, 1868-1888)

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade
Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

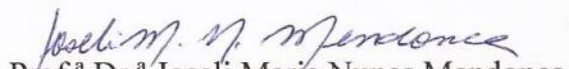
Orientador:



Prof.º Dr.º Luís Fernando Lopes Pereira
Universidade Federal do Paraná – UFPR



Prof.º Dr.º Ricardo Marcelo Fonseca
Universidade Federal do Paraná – UFPR



Prof.ª Dr.ª Joseli Maria Nunes Mendonça
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Curitiba, 4 de março de 2013

*Este ‘escrivinhadô’ é dedicado
a todos os pretos e pretas-velhas –
especialmente a Malaquias –,
que me libertaram do terrível cativeiro da ignorância.*

RESUMO

Urdir significa dispor, organizar, tecer fios dispersos. É verbo transitivo, como em trânsito se achava a cultura jurídica da segunda metade do século XIX. O presente trabalho toma por objetos a construção e a circularidade dessa cultura em torno de um ponto específico: a experiência – vivida ou almejada – de liberdade nas malhas da escravidão brasileira. Sua proposta central é refletir sobre as lutas jurídicas escravas a partir da diversidade tanto de atores nelas implicados – fossem eles operadores do direito propriamente (curadores, advogados, magistrados, amanuenses) ou leigos (depositários, avaliadores, testemunhas, partes, etc.) –, quanto de discursos nelas veiculados (legislativos, doutrinários, jurisprudenciais, morais, políticos, econômicos, etc.). Trata-se de acompanhar a emergência de um campo jurídico nacional profundamente marcado por contradições e ambigüidades, mediador entre o “favor à liberdade” e o “direito de propriedade”, no fio da navalha entre o *império da lei* e o *domínio dos patriarcas*. Costurando saberes populares e eruditos, o direito atou o nó no pescoço de muitos senhores. Em meio a esse emaranhado de projetos, leituras e vozes dissonantes, é possível desnaturalizar o lugar *coisificado* convencionalmente reservado aos cativos, recuperando *tradições jurídicas* também enquanto parte da *tradição dos oprimidos*. Para tanto, é preciso abandonar o olhar *mecanicista* muitas vezes lançado sobre o direito, colocando em evidência o jogo de interpretações, a disputa de sentidos e conteúdos que, palmo a palmo, foi moldando a cultura político-jurídica oitocentista, minando os pressupostos materiais e simbólicos do cativeiro e politizando os tribunais como espaços de resistência negra. Nesse sentido, “urdir” remete igualmente às ações de tramar, enredar, maquinar, intrigar. Tomando como fio da meada ações de liberdade e outros tipos de procedimentos judiciais envolvendo escravos no foro de Curitiba, ao longo das últimas duas décadas do regime escravista, pretendemos compreender de que modo o “espírito do século” – metáfora dos influxos da modernização e racionalização do universo do direito no período – foi invocado e em que sujeitos históricos, processos sociais e decisões judiciais acabou por encarnar, açambarcando o “espírito da lei”.

Palavras-chave: cultura jurídica; escravidão; ações de liberdade; circularidade; resistência negra.

ABSTRACT

To weave means to dispose of, to organize, to sew loose threads. It is a transitive verb, as in transit was thought to be the legal culture of the second half of the nineteenth century. This paper takes as its object the construction and the circularity of this culture around a specific point: the experience - lived or desired - of freedom in the meshes of Brazilian slavery. Its central proposal is to reflect on the judicial struggles led by slaves, observing both the diversity of actors involved in them – were they proper operators of the law (curators, lawyers, magistrates, clerks) or lays (custodians, appraisers, witnesses, litigants) - , and the discourses conveyed through them (legislative, doctrinal, jurisprudential, moral, political, economic and so forth). The aim is to retrace the emergence of a national legal field deeply marked by contradictions and ambiguities, in itself a mediator between the "favours of liberty" and the "right to property", or else, on a knife edge between the rule of law and the domain of the patriarchs. Tailoring popular knowledge and scholarship, law tied the knot at the neck of many slave masters. Amid such tangled scenery of projects, perspectives and dissonant voices, it is possible to denaturalize the reified place conventionally reserved to the captives, recovering legal traditions also as part of the tradition of the oppressed. Therefore, it is necessary to abandon mechanistic readings often thrown over rights and statutes, highlighting the game of interpretations, the dispute of meanings and contents which, inch by inch, was able to shape the political-legal culture during the nineteenth century. That contributed to undermining the substantive and symbolic assumptions about captivity and ended up politicizing the courts as spaces of black resistance. In this sense, "weave" also refers to the actions of plotting, machinating and scheming. Choosing as narrative line liberty suits and other legal proceedings involving slaves in the forum of Curitiba, over the last two decades of the regime, we intend to understand how the "spirit of the age" - metaphor for the inflows of modernization and rationalization on the universe of law in the period - was invoked and in which historical subjects, social processes and judicial decisions it eventually incarnated, hoarding the "spirit of the law."

Keywords: legal culture; slavery; liberty suits; circularity, black resistance.

“Liberdade, um direito,
E nos versos da canção
É a brisa que me embala
É a força da razão”

(Acadêmicos do Engenho da Rainha - 1986, *Ganga Zumba , raiz de liberdade*)

“– Sim, minha cara senhora, redarguiu, terminando a leitura; o direito de propriedade,
conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla...
A lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra seu senhor; hoje
qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos:
Em troca desta quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não aprovação do
seu senhor.

Não acham isto interessante?”

(Maria Firmina dos Reis – 1887, *A Escrava*)

“(...) convém não esquecer o espírito da Lei.
Cautelosa, eqüitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores,
ela é, não obstante, uma lei de liberdade,
cujo interesse ampara em todas as suas partes e disposições.”

(Joaquim Maria Machado de Assis – 1876, *Parecer da Diretoria de Agricultura*)

AGRADECIMENTOS

Um pau apenas não dá canoa. Uma andorinha só não faz verão. Um sujeito sozinho não escreve dissertação. Tenho de agradecer a muita gente que remou comigo este barco – contra a corrente, na maior parte do tempo – para o não deixar afundar.

Antes de tudo – porque antes de mim mesmo eles já eram – à Virgínia e ao Carlos, cuja dedicação não tem alforria. Maternidade e paternidade são doces cativeiros – é o que dizem –, funções para as quais não existe aposentadoria. Estou eternamente (e de bom grado) obrigado pela *dádiva* primeira que me concederam: a de existir.

À Maria Luiza, *in memoriam*, que, de onde estiver, deve rir-se à beça da sua profecia realizada. Aqui estou, vó: no *escrivinhadô* e nas leis, como a senhora previu.

Aos meus irmãos, Camilla e Matheus, que suportaram com carinho e compreensão (no mais das vezes) meus esdrúxulos interditos, reclusões e pequenas chantagens dos últimos meses. Da porta do escritório, percebi seus olhares desconfiados e algo piedosos sobre um iludido que acreditava poder domar a selvageria das palavras.

Ao Dinho, meu babalorixá, e à Zeni, minha madrinha de peji, porta-vozes dessa mesma tradição de lutas negras que vim buscar no documento escrito. Sem o ‘abc’ que me ensinaram, sem os caminhos que me deram, eu estaria cego para aquilo que vi e li. E, acima de tudo, ao meu *orí* e ao meu *odú*, que me trouxeram até junto deles.

Se este trabalho foi um parto, ele não veio ao mundo desacompanhado. Irmãos seus quase gêmeos são a Ísis (da Bel e do Caíque), a Luiza (do Jú e da Déa), o Pedro (da Dessa e do Gustavo), a Havana (da Alba e do Rube) e o Iago (da Déia e do Anthony).

À turma da Medusa, que chacoalhou minhas ideias: Leandro, Júlia e Sara. Se há ainda algum brocardo latino em que creio, depois de vocês, ele é “*in vino veritas*”!

A mis locombianos de rutas tan improbables, Fer y Lili, con quienes compartí Lima, São Paulo, Curitiba, São Luís y Rio de Janeiro. Bogotá espera a nosotros.

Ao Saulo, ao Mozart, à Mariel, ao Márcio e (até) ao Luasses, parceiros de protestos de rua, de gabinetes de justiça, de palestras mirabolantes, de salas de aula e de jantar. Não é que, afinal, tudo valeu a pena? Nossa alma não é pequena, mas a conta...

À Edna e à Vera, mui zelosas colegas à frente da Revista da Faculdade de Direito da UFPR, durante os últimos dois anos. Podemos nos gabar: missão cumprida!

À galera da história do direito, não somente estudando, mas sobretudo vivendo a liminaridade: a sinceríssima Rebecca, o atrasadíssimo João, nosso filósofo Juliano,

nosso antropólogo Thiago. Ainda, é claro, a divertidíssima Dani, o científicíssimo Douglas e o talento-prodígio do time, a agilíssima Liliam, que desvenda qualquer fonte.

E existem sempre os “avulsos”, amigos para tudo, amigos de lugar nenhum, da vida simplesmente. O que não é pouco. À Thaís (prova cabal de que a família Hoshino também tem lá seu sangue afro); ao Leo Bora (*malungo* da escadaria da Santos Andrade à escadaria da Lapa, passando pelos degraus de Huayna Picchu e do cais de Belém); ao André e à Anja (mestres na mandinga, no molejo e na matraca, em nossas intermináveis conversas de rede); ao Felipe “Goiano” (que me lembra sempre que o tempo e a distância não abalam uma boa amizade); ao Ghislain (a quem devo o *fufu*, o *lingala* e o *kindoki*); à Fer Ikuta (nipo-baiana arretada, doutora dentro e fora da universidade); à Andréa Braga (juntos nas mesas de reunião, de bar e de estudo) e à Miri Figueira (de mil e um projetos, trajetos e objetos em comum). Há um dedo de cada um de vocês.

À Laura, pelos pitacos de última hora, e ao Luidgi, pela força com os jornais.

Às equipes de pesquisa no Arquivo Público do Paraná e na Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba, nas pessoas da sempre solícita Solange e da sempre sorridente Margarida, respectivamente, agradeço o auxílio em minhas buscas.

A toda a diretoria da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, pela confiança e pela acolhida, especialmente a Álvaro da Silva, vulgo ‘Seu’ Álvaro, dela presidente. À Brenda Maria, pelo companheirismo nas empreitadas de revolver memórias (as nossas e as alheias, num emaranhado curioso). E à Giane Escobar, mestra com quem me deparei na encruzilhada entre um Treze de Maio e tantos outros, Brasil afora.

De maneira muito destacada, ao professor Luís Fernando Lopes Pereira, que teve o ânimo e o jogo-de-cintura de transformar uma orientação que poderia tomar ares de feitoria acadêmica, numa divertida abolição de preconceitos teóricos e metodológicos. E à Amélia, coorientadora informal, sempre presente entre risadas, fuxicos e Franciscos.

Ao Professor Doutor Ricardo Marcelo Fonseca, não apenas pelas palavras de estímulo e incentivo sempre na manga, mas pelos contínuos esforços para consolidar o espaço da história num campo tão hostil a mudanças como é o do direito brasileiro.

À Professora Doutora Joseli Nunes Mendonça, pelas conversas – literalmente – de corredor, cá e acolá nas alas do Arquivo, e pelo entusiasmo para com o saber, que nos desperta inspiração. Esta não foi nossa primeira parceria e nem – espero – a última.

Enfim, à CAPES/PROEX, pelo apoio financeiro fundamental ao alcance destes resultados, com votos de que o importante trabalho dos pesquisadores possa ser cada vez mais reconhecido e fomentado num país que cresce, mas continua dependente.

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO - O itinerário afetivo de uma visita ao arquivo</u>	13
<u>INTRODUÇÃO - O espírito das fontes e vice-versa: texto, pré-texto e contexto</u>	15
<u>1. CAPÍTULO PRIMEIRO – O “indiferentismo jurídico” dos senhores: vontade e voluntariedade proprietárias</u>	
1.1. “Minha livre e espontânea vontade”.....	51
1.2. “Vou contar ao Subdelegado!”	80
1.3. Esperança é a última que foge.....	98
<u>2. CAPÍTULO SEGUNDO – Usos e “abusos” da justiça: o pecúlio entre o arbitramento e a arbitrariedade</u>	
2.1. Confundindo pecúlios com esbulhos.....	135
2.2. À procura do preço “razoável”	154
2.3. A liberdade da liberalidade.....	170
2.4. Juízo de doutores em prejuízo de senhores?.....	181
<u>3. CAPÍTULO TERCEIRO – Ingênuos, mas nem tanto: a contradição no ventre da condição servil</u>	
3.1. A astúcia de ser ingênuo.....	204
3.2. O que o “espírito do século” disse ao “espírito da lei”.....	228
3.3. “Accomodando” bem, que mal tem?	242
<u>4. CAPÍTULO QUARTO – Ser escravo, parecer escravo: brechas de autonomia no cerco da autoridade</u>	
4.1. Altos são os “juros da liberdade”	259
4.2. Levantando muros, arrombando portas.....	286
4.3. O “abc” dos direitos.....	308

4.4. Detenidos e malfadados.....	324
----------------------------------	-----

5. CONCLUSÃO – Lei branca de alma negra: invocações e encarnações do “espírito do século”

5.1. O espírito invocado: a cultura jurídica letrada

a) “O trabalho dos homens do foro”: luminares e liminares entre os militantes da liberdade.....	349
b) “A lei é quem fala acima de tudo”: o direito como espinha dorsal da ordem imperial.....	366

5.2. O espírito encarnado: a cultura jurídica escrava

a) “A ideia do direito na alma do escravo”: interpretações populares da lei.....	377
b) “Favor da liberdade”, “direito da propriedade”: a dimensão política das lutas jurídicas.....	389

EPÍLOGO - O espírito exorcizado: os búzios mostram um futuro nada áureo.....	402
--	-----

<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	405
-----------------------------------	-----

<u>ANEXOS</u>	424
---------------	-----

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1. Tipologia dos processos judiciais envolvendo escravos na comarca de Curitiba (1868-1888).....	p. 30
Tabela 2. Posição processual ocupada pelos escravos nas ações criminar do foro de Curitiba (1868-1888).....	p. 31
Tabela 3. Posição processual ocupada pelos escravos nas ações cíveis do foro de Curitiba (1868-1888).....	p. 33
Tabela 4. Caracterização das demandas intra-senhoriais conforme o objeto da lide.....	p. 33
Tabela 5. Ações de Liberdade - Evolução Temporal.....	p. 35
Tabela 6. Ações de Liberdade - Rito e Fundamento Jurídico.....	p. 38
Quadro 7. Representantes de escravos e senhores em ações de liberdade (1868-1888).....	p. 352
Tabela 8. Ações de Liberdade - Resultado Final.....	p. 375
Quadro 9. Ações de liberdade movidas no foro de Curitiba entre 1868 e 1888.....	p. 423
Quadros 10 e 11. Divisão Judiciária da Província do Pará (1870 e 1882).....	p. 426

Apresentação: o itinerário afetivo de uma visita ao arquivo

Bi e o mo itan, e o mo aroba

(“Quem não conhece a história,
conheça pelo menos os contos dos seus ancestrais”¹)

Em dezembro de 1998, o escritor nigeriano Chinua Achebe proferiu três conferências na Universidade de Harvard. Na última delas, insistiu sobre a necessidade urgente de resgatar a narrativa da colonialidade que a enclausura. O meio que propunha para isso era o dar voz a tantas versões subalternas, não contadas, sobre o mundo, a ponto de equilibrar novamente a “balança de histórias”, sobrecarregada pelo prato dos poderosos. Surpreendi a mim mesmo imaginando como Walter Benjamin teria se divertido caso estivesse sentado na plateia, ou debaixo de alguma marquise próxima, exortando arrancar essa mesma genealogia ao conformismo, que sempre quer apoderar-se dela. A metáfora da balança não deixava de pertencer à iconografia jurídica: os vencedores detêm sozinhos os direitos autorais sobre o passado. Mas não há como salvar as futuras gerações sem alimentar-se da imagem dos antepassados escravizados, enterrados sob palimpsestos da autoria de seus próprios feitores. Como exumá-los? Não é mero acaso a polissemia da palavra *pena*, se o poder do registro é também o da sanção; se a mão que empunhava o azorrague era a mesma que esboçava o relato. Como escovar a história a contrapelo? Minhas fontes elas mesmas, se eram documentos de cultura, também o eram de muita barbárie. Lembrei-me daquilo que diziam pais e mães-de-santo baianos, herdeiros da tradição dos oprimidos, sobre o monumento da oralidade afro-brasileira: “branco faz letra, negro faz treta”. Tanta verdade, tanta mentira, eu logo descobriria. No meio do caminho entre o arquivo e as arcadas, havia Joaquim Moleque, Francisca Romana da Cunha, Barnabé Ferreira Bello e Antônio escrevendo certo por linhas tortas, todos eles cativos. Literalmente diante da porta da lei, havia o oficial de justiça pardo João Baptista Gomes de Sá e, muito antes da primeira universidade, libertos como Mestre Generoso e Mestre Décio da Costa erguiam a Curitiba que se reivindicaria europeia. Negros que faziam letra, por si mesmos, e encarnavam – “baixavam”? – o “espírito do século” que seus senhores e curadores ousavam tão somente invocar às escondidas. E os que só faziam treta, nem por isso passaram em

¹ Provérbio iorubá (OBISAKIN, Lawrence Olufemi. *Proverbs in Communication: a conflict resolution perspective*. New York: Triumph Publishing, 2010, p. 147).

branco. Restaram detalhes morellinos a seguir, pegadas sherlockianas a rastrear, atos-falhos freudianos a analisar. Saltam, por todo lado, nos autos (e baixos) forenses, silêncios eloquentes, dignos de nota. E sobejam notas eloquentes, sobre as quais seria indigno silenciar. Reequilibrar a balança de histórias da justiça é também fazer justiça a essas histórias que ficaram de fora do balanço. Histórias não vividas na senzala, mas na tribuna. Lembranças que relampejam num instante de perigo: a jurisdição do presente.



Figura 1 - *Curitiba, 1827*. Aquarela de Jean Baptiste Debret.

Introdução – O espírito das fontes e vice-versa: texto, pré-texto e contexto

“No Paraná, pode dar samba,
Pode dar samba, até que dá...
E forçando até que dá!”²

Vão como comissão de frente deste texto três epígrafes que, por si sós, talvez o dispensassem por inteiro. Cento e dez anos separam o *direito de liberdade*, do samba-enredo de 1986³, do *espírito da lei*, incorporado no parecer de 1876⁴. Entre eles, no limiar da lei dita áurea, a *burla à propriedade*, de 1887⁵. E, no entanto, às vésperas do centenário da abolição, de algum modo se fazia (re)presentada a associação histórica entre *cultura jurídica* e *emancipação escrava*. Isso, a despeito de toda a dessemelhança que pudesse haver entre o “preto” Ganga Zumba e o “pardo” Machado de Assis que, numa imagem caricata, tão ao gosto dos reducionismos da moda, bem poderiam emparelhar com os injustamente dicotomizados Zumbi e Pai João. Não se trata de fazer uma escolha – ademais só possível no plano confortável da teoria e, mesmo nele, já superada⁶ – entre revolução ou negociação: nem o líder de Palmares era (apenas) um africano insurreto, ao assinar tratados de paz com o governo colonial, ainda que fracassados; nem o cronista da Corte foi (apenas) um mulato intelectualizado, ao alfinetar a elite de seu tempo e ainda fazê-la pagar pelos folhetins em que era des- e retratada. Ao que parece, “raiz de liberdade” também se plantava na Diretoria de Agricultura do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Contudo, as páginas que seguem estão mais preenchidas de Marias Firminas, professoras negras que, mesmo engajadas no auge da campanha abolicionista, foram relegadas para detrás de uma espessa cortina de silêncio. E isso sim por uma opção. A metáfora que nos serve de mote é, de fato, mais espirituosa do que espiritual (em sentido hegeliano, *geistlich*) e o toque que neste trabalho exista de carnavalização deve-

² Daniel Faria, *Samba de polaco*.

³ Disponível na íntegra em: <http://www.sambariocarnaval.com/frames/index.php?sambando=engenho>

⁴ NEQUETE, Lenine. *Escravos & Magistrados no 2º Reinado: aplicação da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Brasília: Fundo Petrônio Portella, 1988, p. 121.

⁵ O conto, que apareceu pela primeira vez, na revista *Maranhense* (1887:1, n. 3º) foi recentemente republicado em: RUFFATO, Luiz (org.). *Questão de Pele*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009, pp. 39-57.

⁶ “Zumbi, Mãe-Preta e Pai-João, são apenas ênfases historiográficas. Concretamente, na história real, cada cativo, segundo um destino que muito raramente podia controlar (...) teria sua porção de ambos, maior ou menor, segundo cada caso, cada oportunidade. Na história, Pai-João não foi a ausência de luta, mas uma estratégia de luta sob condições extremamente desfavoráveis” (REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 78).

se à memória de Bakhtin: seu objetivo é vasculhar alguns dos rastros de *circularidade* deixados por essa cultura jurídica (tão erudita como popular) que se construía em torno da libertação do cativo, num ambiente particular, que é o da *alteridade do passado*⁷. E o recorte cirúrgico desse passado é a Curitiba do apagar das luzes do regime escravista, dando mais um passo, a Curitiba vista desde um observatório social peculiar, qual seja, os corredores e salas da justiça, por onde também homens e mulheres escravizados circularam, suas pegadas conservadas nos processos do foro da comarca.

Mas se todo texto tem seu contexto, ele é também tributário de muitos pretextos, de um *corpus* de conhecimento que lhe antecede e baliza. Dois desafios estão embutidos na opção analítica que fizemos: o primeiro deles diz respeito ao obstáculo da “escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas do passado”⁸. O segundo é justamente recompor os campos e tradições acadêmicos próprios da *historiografia jurídica* e da *história social* em abordagens e preocupações que lhes sejam comuns acerca da temática da escravidão, o que impõe dificuldades também de instrumental. A lente micro-histórica, por suas sugestões metodológicas⁹ de dialogia entre escalas e saberes, serviu-nos como uma luva (ou lupa?) para manusear o objeto desta investigação e promover os devidos *deslocamentos*, entendidos como a “transferência de questionamentos e ferramentas de um lugar para o outro”¹⁰. Isso, claro, sem quaisquer pretensões rankeanas de neutralidade, posto que, com ou sem luvas, compreendemos que o pesquisador jamais deixa de “contaminar” e ser contaminado subjetivamente. A empatia integra o ofício do historiador e é mesmo seu combustível. Assim, se é verdadeiro que o arquivo tem lá um gosto todo seu¹¹, que as

⁷ Luís Fernando Lopes Pereira ressalta as semelhanças entre os movimentos da *diacronia* e da *diatopia*: “a Antropologia busca a diferença no espaço e a História no tempo” (PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre método*. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). *Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 44). O autor cita ainda Bernard S. Cohn para quem “historiadores e antropólogos têm um objeto de estudo em comum, a ‘alteridade’; um campo constrói e estuda a ‘alteridade’ no espaço, o outro no tempo. Ambos os campos têm concordância no que se refere a texto e contexto” (COHN, Bernard S. *History and Anthropology: the state of play*. Cambridge, 1980).

⁸ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 11.

⁹ Como afirma António Manuel Hespanha acertadamente, “a tarefa historiográfica não pode decorrer sem a adesão a um modelo explicativo prévio que permita seleccionar as questões relevantes e relacioná-las entre si, adoptar as estratégias de pesquisa adequadas, estabelecer ligações entre os factos apurados pela investigação empírica” (HESPANHA, António Manuel. *A história do direito na história social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 16. APUD: FONSECA, Ricardo Marcelo. *Introdução Teoria à História do Direito*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 28).

¹⁰ LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 281. O autor atribui essa como a estratégia cognoscitiva preferida de C. Ginzburg.

¹¹ FRAGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

fontes carregam uma espécie de espírito próprio, o espírito de quem as lê, por sua vez, não deixa de beber ainda em outras tantas fontes, pretextos, pressupostos, mesmo pré-conceitos que merecem ser desde logo explicitados. A teoria é, em si mesma, produto da tensão irresoluta entre esses dois espíritos na dialética materialíssima do fazer historiográfico¹².

1.1. O pré-texto: as fontes do espírito

Existe uma historiografia oficial do embranquecimento do Paraná, um suposto “Brasil diferente”¹³. E existe uma historiografia embranquecida do direito oficial, como o único digno da alcunha¹⁴. Este trabalho, tomando posição ao lado de Walter Benjamin e seus escritos, quer contribuir para escovar ambas a contrapelo. Se a crítica da violência é a narrativa de suas relações escusas com o direito e a justiça¹⁵, uma história crítica do direito e da justiça não pode ser pacífica, conciliadora, cordial. Como esteve longe de ser cordial a escravidão brasileira. Esta certamente não é uma declaração isenta, envolvendo abertamente determinadas valorações. Mas foi o próprio Marc Bloch quem admitiu serem os procedimentos da história, em muitos aspectos, análogos ao trabalho dos tribunais: “somos juízes de instrução encarregados de um grande inquérito ao passado. Tal como os nossos confrades do Palácio de Justiça, recolhemos testemunhos e, com a ajuda destes, procuramos reconstruir a realidade”¹⁶. A questão

¹² A busca pelo pitoresco não é suficiente para se fazer história: “o afloramento ininterrupto do singular convida a pensar ‘o único’, a refletir sobre o conceito histórico do indivíduo e a tentar uma difícil articulação entre as pessoas anonimamente mergulhadas na história e a sociedade que as contém. O procedimento anedótico é uma ferramenta inútil, não explica nada; o gosto pelo estranho não tem maior serventia, tanto ele deforma o olhar sobre os documentos” (FRAGE, A. Idem, p. 90).

¹³ MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1989. A tese foi defendida por uma parcela da historiografia regional.

¹⁴ Segundo Ricardo Marcelo Fonseca, os problemas colocados pela “Nova História” podem ser incorporados na reflexão jurídica, rompendo com o tradicional historicismo rankeano-positivista: “A estrutura difusa, assistemática e pluralista das ordens jurídicas históricas é colocada a nu. O Estado é destituído do trono de único foco de poder, que pode agora ser identificado em vários lugares na sociedade: nas prisões, na família, nas polícias, nas fábricas, nos parlamentos etc.” (FONSECA, Ricardo Marcelo. *Introdução Teórica...*, p. 85-86).

¹⁵ “La tarea de una crítica de la violencia puede definirse como la exposición de su relación con el derecho y con la justicia. Porque una causa eficiente se convierte en violencia, en el sentido exacto de la palabra, sólo cuando incide sobre relaciones morales. La esfera de tales relaciones es definida por los conceptos de derecho y justicia” (BENJAMIN, Walter. *Para una crítica de la violencia*. Edição eletrônica disponível em: <http://www.philosophia.cl/biblioteca/Benjamin/violencia.pdf>)

¹⁶ BLOCH, MARC. “Crítica histórica e crítica do testemunho”, in: BLOCH, ÉTIENNE (org.). *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998, 320 p, p.21-22. Apud BARBOSA, Samuel Rodrigues. *Quando historiadores advogam. Uso partidário do passado na História de Pedro Taques*. In: João Mauricio Adeodato; Eduardo Bittar. (Org.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito. Estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011, v. 1, p.

central de um tal inquérito parece ser a capacidade de equilibrar fatos e valores, *descrição* e *interpretação*¹⁷, ao menos na medida em que é possível conscientemente distinguir entre essas duas dimensões do processo cognoscitivo e controlá-las¹⁸. Em outras palavras, estamos diante de uma angústia clássica tanto no interior do direito como da historiografia: o problema da prova e do seu sopesamento. Foi Carlo Ginzburg quem situou a metáfora do historiador-detetive no âmbito de um “modelo epistemológico” que denominou *paradigma indiciário*¹⁹. Importando da história da arte – mais precisamente dos esforços de datação de obras – a idéia de que é “necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis”²⁰, se o que se deseja é alcançar aqueles elementos menos racionalizados, menos filtrados, mais eloqüentes porque menos intencionais, o autor traça um paralelo entre os métodos interpretativos centrados nos sintomas (Freud), nos indícios (Sherlock Holmes) e nos signos pictóricos (Giovanni Morelli): conhecer o passado seria como diagnosticar uma doença²¹. As dificuldades, porém, das disciplinas ditas “indiciárias”, mais qualitativas que quantitativas, como a medicina, dizem respeito ao seu estatuto de cientificidade frente à concepção galileana. Isto é, enquanto esta é calcada na causalidade como produto da *repetibilidade dos fenômenos*, aquelas “têm por objeto casos, situações e documentos individuais, *enquanto individuais*, e justamente por isso atingem resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade”²². Causalidade e casualidade, fundamentos de duas formas de proceder distintas em relação ao conhecimento histórico. No segundo caso, que aqui nos interessa, depende-se de uma espécie de saber indireto, conjectural, provisório, baseado na probabilidade acima da certeza. E na individualidade sobre a generalidade:

O seu grau de cientificidade, na acepção galileana do termo, decrescia bruscamente, à medida que das “propriedades” universais da geometria passava-se às “propriedades comuns do século” das escritas, e, depois, às “propriedades próprias individuais” das pinturas – ou até das caligrafias. Essa escala decrescente confirma que o verdadeiro obstáculo à aplicação do paradigma galileano era a centralidade maior ou menor do elemento individual em cada disciplina. Quanto

1051.

¹⁷ “Daí a afirmação de que a historiografia não é descrição de coisas, mas atribuição de sentido” (PEREIRA, Luís F. L. *Op. cit.*, p. 36).

¹⁸ Sobre o tema, vide: FONSECA, Ângela Couto Machado. *Sujeito e Objeto: ainda nas teias do modelo setecentista?*. In: FONSECA, Ricardo M. (org.) *Nova História...* pp. 111-125.

¹⁹ GINZBURG, C. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 143.

²⁰ GINZBURG, C. *Idem*, p. 144.

²¹ GINZBURG, C. *Idem*, p. 150-151.

²² GINZBURG, C. *Idem*, p. 156.

mais os traços individuais eram considerados pertinentes, tanto mais se esvaía a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso.²³

O que está colocado em jogo, portanto, é a variação das *escalas* no trabalho analítico. Deste modo, a comparação com a filologia não é desprovida de sentido: trata-se, sobretudo, do tipo de olhar que se dirige a esse conjunto de sinais marginais, responsável por ampliar sua *legibilidade* conforme seja o observador mais desavisado ou experimentado, pois todos os saberes locais – como o direito e a história, aliás – “nasciam da experiência, da concretude da experiência”²⁴. Ou seja, um olhar (traduzido num discurso) passível de articular o *caso individual* e o *contexto geral*, caminho que se deve percorrer, em parte guiado pelo faro e pela intuição, para se arrematarem interpretações rigorosas sob os critérios da “plausibilidade, coerência e potência explicativa”²⁵. Operar com imaginação a partir do material disponível, ainda que fragmentário, sem abrir mão de regras de controle, impeditivas de um “irracionalismo estetizante”²⁶. Na imagem fotográfica de Henrique E. Lima, uma característica essencial da chamada micro-história a que Ginzburg e outros intelectuais buscam vincular-se é, justamente, conciliar o “plano geral” com o “*close up*”²⁷. Longe de cancelar o papel das mentalidades profundas, da longa duração²⁸, o que o enfoque na singularidade permite é pôr em cheque o abismo mesmo entre *estrutura* e *evento*²⁹, abolindo, nas palavras de Giovanni Levi, perspectivas “excessivamente esquemáticas” mobilizadas por pensadores dentro da própria esquerda de seu tempo, modelos rígidos que representavam “como se fossem *coisas* realidades cujo caráter era antes *relacional*”³⁰ e que, afinal, recaíam no mesmo fetiche dos grandes episódios, em detrimento da vida cotidiana, “o lugar onde se encontrava a expressão máxima de autonomia e de

²³ GINZBURG, C. Idem, p. 163.

²⁴ GINZBURG, C. Idem, p.167.

²⁵ LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 357. Os termos são repetidos por Ginzburg em diversos textos.

²⁶ GINZBURG, C. *O queijo e os vermes...*, p. 17.

²⁷ LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 141.

²⁸ É o clássico *Os reis taumaturgos* de Marc Bloch que pode ser considerado a obra inspiradora da “psico-história” e da “história das mentalidades”. De acordo com Fonseca, “Bloch fez uso daquilo que Braudel anos mais tarde chamaria de ‘longa duração’, já que seu estudo pretendeu abarcar um período que vai do séc. XII ao séc. XVIII” (FONSECA, R. M. *Introdução teórica...*, p. 70).

²⁹ Ao comentar o ensaio *Ilhas de História*, de Marshal Sahlins, Pereira se inclina a argumentar que o autor “combina perfeitamente a análise da estrutura e do evento, vendo como o contato com o europeu deu origem a conflitos internos não previstos pelo fortalecimento que os brancos promoveram de naturais rivais do chefe, partindo do pressuposto de que cada esquema cultural tem suas preferências e signos” (PEREIRA, L. F. L. *Op. cit.*, p. 33).

³⁰ LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 247.

conflitualidade em relação à cultura das classes dominantes”³¹. A inferência fica clara ao nos depararmos com o “heroísmo prosaico de cada dia”³² dos escravos, porém, como fazer sobressair no texto sua voz, a voz dos subalternos, dos vencidos, quando seus rastros são tão leves, quase infinitesimais? Os escravos e seus aliados nas negociações e disputas do dia-a-dia (como os curadores leigos de tantas de suas ações), moviam-se no terreno das tradições orais, populares, de difícil acesso ao historiador:

Em comparação com os antropólogos e estudiosos das tradições populares, os historiadores partem com uma grande desvantagem. Ainda hoje, a cultura das classes subalternas é (e muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente *oral* (...) Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas (e eventualmente arqueológicas) que são duplamente indiretas: por serem *escritas* e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam.³³

“Fazer muito com pouco”, eis a resposta ginzburgiana, na qual ganha relevo a proposta de “leituras lentas”, verticalizadas, desses vestígios, superando pela profundidade e intertextualidade a escassez e a “violência ideológica” das fontes³⁴. Tal recomendação se adequa muito bem a sujeitos históricos como os escravos brasileiros do século XIX, embora autores como Robert Slenes venham insistindo na desmistificação do senso comum de que a documentação sobre esses homens e mulheres seja tão reduzida assim³⁵. Contudo, trata-se menos de uma limitação quantitativa, que da natureza mesma desses escritos, uma vez que a intencionalidade e o

³¹ LIMA, H. E. Idem, p. 248. Paolo Grossi propõe enxergar o direito como “arquitetura” da vida cotidiana: “Il pensiero giuridico appare rarefatto, monco, quase insensato, se non si propone come architettura sapienziale d’una concreta orditura sociale, come sapere tecnico che riveste, sorregge, raddrizza istituti del vivere quotidiano. Il pensiero giuridico ha e non può non avere una struttura complessa: la capillare vitta quotidiana costituisce la sua ineliminabile dimensione sommersa; i suoi canoni logici, la sua cifra teoretica nascono e si sviluppano come tentativo di lettura, di interpretazione e comprensione di questo o quel mondo storico” (GROSSI, Paolo. *Sulla storia del pensiero giuridico*. Op. Cit., p. 1148. Apud SOUZA, André Peixoto de. *Direito Público e Modernização Jurídica: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2010, p. 37). Por sua vez, também “para Jean Baudrillard, a cotidianeidade passa a ser um tempo forte e novos temas passam a interessar a política, a história, o direito” (PEREIRA, Luís F. L. Op. cit., p. 32).

³² REIS, J. J. e SILVA, E. Op. cit., p. 14. Heroísmo no qual as lutas jurídicas também desempenhavam um papel importante, como tentaremos demonstrar. Afinal, “o enraizamento do discurso jurídico na prática social, com o estabelecimento de relações complexas e ambivalentes entre eles, é algo que não pode ser ignorado pela história do direito” (FONSECA, R. M. *Introdução Teórica...*, p. 84).

³³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes...*, p. 13.

³⁴ GINZBURG, C. Idem, p.16.

³⁵ SLENES, Robert W. *O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, jan./dez. de 1983, p. 117-149

contexto de sua produção são um laivo de origem para quem busque as atitudes dos oprimidos por seus autores. Peter Burke não ignorava isso:

O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como ‘pré-história’. Entretanto, o movimento da ‘história vista de baixo’ por sua vez expôs as limitações deste tipo de documento. Os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial. Para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte.³⁶ (grifos nossos)

A *história do direito vista de baixo*, isto é, desde as atitudes escravas, demanda apropriar-se de novas fontes e, além disso, traz o imperativo de lê-las com outros olhos, etnográficos em certa medida, já que “todo bom livro de história (...) está impregnado de etnologia”, se acreditarmos em Lévi-Strauss³⁷. De certa maneira apagados ou naufragados num mar de linguagem oficial, técnica, especialmente em se tratando de fontes eminentemente jurídicas como as que passaremos a explorar, os cativos³⁸ não deixaram de tecer uma “intricada rede de relações microscópicas”³⁹ a qual, apesar de não auto-evidente, imprimiu suas digitais também sobre uma documentação multifária, sobrevivendo subterrânea à fala seca, formal, até certo ponto mecânica, da prática forense. E mesmo essa produção algo automatizada de amanuenses, burocratas, advogados, magistrados e diversos outros operadores do direito revela, aqui e acolá, surpresas e desvãos, tais como rasuras, sobreposições e equívocos nos quais Ginzburg certamente veria atos-falhos frutos de livre-associação⁴⁰, mais do que expressivos em termos de uma ótica culturalista⁴¹. São os momentos-chave em que o véu da estigmatização pode ser levantado para vislumbrar o indivíduo e sua experiência por detrás do palimpsesto estatal. E por que preferir a noção de *cultura* às suas congêneres já canônicas, como a categoria *mentalidade*? Até aí o historiador italiano pode nos socorrer, na recusa que manifesta às implicações generalizantes, coletivistas e inter-

³⁶ BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 13.

³⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Apud* PEREIRA, L. F. L. *Op. cit.*, p. 32.

³⁸ E para os fins deste trabalho não fazemos qualquer distinção entre os termos “cativo” e “escravo” como já se sugeriu alhures: “Segundo J. F. de Almeida Prado (1939), na África havia diferença entre os termos cativo e escravo. Os cativos eram aqueles africanos trazidos pelos pombeiros ou por outros intermediários até o litoral africano, onde eram negociados com os traficantes encarregados de sua venda no mercado dos países ou regiões compradoras de escravos. No litoral, os negros eram comprados e depois ferrados. Somente após terem sido adquiridos, marcados e batizados eram considerados escravos” (MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 95).

³⁹ GINZBURG, C. *Indagine su Piero: il Battesimo, il ciclo di Arezzo, la Flagellazione di Urbino*. Torino: Einaudi, 1981, p. 24. *Apud* LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 348.

⁴⁰ LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 317

⁴¹ Evitamos aqui abrir uma digressão demasiado longa sobre a questão. Uma breve, porém lúcida, retomada dos empregos teóricos do termo “cultura” na história e nas ciências sociais pode ser encontrada em: BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 164-175.

classistas não raro presente na história das mentalidades, ênfase esta que menospreza os conflitos, as defasagens e desníveis culturais no interior das “sociedades civilizadas”:

Insistindo nos elementos comuns, homogêneos, da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa “mentalidade coletiva” indiferenciada e interclassista. Desse modo, a homogeneidade – de resto sempre parcial – da cultura de uma determinada sociedade é vista como ponto de partida e não como ponto de chegada de um processo intimamente coercitivo e, enquanto tal, *violento*⁴² (grifos nossos)

Peter Burke apresenta sua concordância com essa avaliação, destacando, ao lado do “problema da homogeneização”, “a falta de preocupação com as mudanças” e o “desinteresse pela diferença”, os quais julga como pontos fracos da abordagens das mentalidades⁴³. Optar pela *cultura jurídica* como microscópio de trabalho não é descartar, obviamente, os préstimos e a utilidade de aparatos conceituais como o *pensamento jurídico* da escola de Paolo Grossi⁴⁴, o *imaginário jurídico* à la Castoriadis⁴⁵ ou até a *sensibilidade jurídica* aflorada na etnografia geertziana⁴⁶. Todas elas, é certo, oferecem subsídios importantes para se pensar a *positividade* desse universo: “o direito não se contenta em defender posições *instituídas*, mas exerce igualmente funções *instituintes* – o que supõe criação imaginária de significações sócio-históricas novas”⁴⁷. Não obstante, tais noções mostram-se, por vezes, demasiado abrangentes, por vezes demasiado restritivas. A indagação pela dimensão cultural do

⁴² GINZBURG, C. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 16.

⁴³ “Um segundo problema grave suscitado pela história das mentalidades poderia ser denominado problema da “homogeneização”. O enfoque nas mentalidades coletivas acarreta o risco de ignorar a variação em diversos níveis diferentes. Em primeiro lugar, os indivíduos não pensam exatamente da mesma forma. A essa objeção poder-se-ia responder com as palavras do historiador francês Jacques Le Goff (1974), sugerindo que o termo “mentalidade” seja utilizado apenas para descrever as crenças que os indivíduos têm em comum com os demais membros de seu grupo. Em segundo lugar, o mesmo indivíduo vai se expressar de fora diversa em diferentes situações comunicativas.” (BURKE, P. *História e teoria social*..., p. 132).

⁴⁴ O intelectual foi *caput* de uma escola teórica de história do direito que vem há anos desenvolvendo o conceito, tendo se encontrado à frente ainda do ‘*Centro di Studi sulla storia del pensiero giuridico moderno*’ e dos ‘*Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*’.

⁴⁵ As reflexões deste autor foram recentemente objeto de elaboração propriamente jurídica. Vide: FONSECA, R. M. *A noção de imaginário jurídico e a história do direito*. In: FONSECA, R. M. (org.) *Nova História*..., pp. 19-29.

⁴⁶ “(...) o primeiro fator que merece atenção daqueles cujo objetivo é falar de uma forma comparativa sobre as bases culturais do direito. Pois essas sensibilidades variam, e não só em graus de definição; também no poder que exercem sobre os processos da vida social, frente a outras formas de pensar e sentir (...) e, profundamente, nos meios que utilizam – nos símbolos que empregam, nas estórias que contam, nas distinções que estabelecem – para apresentar eventos judicialmente. (GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 261-262).

⁴⁷ OST, François. *Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004, p. 38.

direito, pela *cultura jurídica*, permite avaliar não apenas a diversidade de usos, atores e posições em seu bojo, mas também a sua *circularidade*, na trilha inferida por Fonseca:

Trata-se, em primeiro lugar, de verificar o saber do direito a partir do modo como ele historicamente circula, considerando sua dinâmica interna e respeitada a sua espessura, e tomando-se sua densidade e seu papel (que não é meramente técnico, instrumental ou ideológico), para, a partir daí, verificar como ele cumpre uma função efetiva e opera efeitos concretos no âmbito cultural. Em segundo lugar, trata-se de verificar o modo como o saber jurídico dialoga com os diversos componentes culturais, verificando nas suas transformações internas o modo como ele elabora e reelabora tais componentes. Por fim – e de um modo não mecânico ou esquemático – verificar como este saber do direito – tomado a partir desta complexidade e sem reduções – estabelece sua relação com as estruturas sociais, econômicas e políticas do período histórico estudado.⁴⁸

O mencionado programa de pesquisa não deixa margem para dúvida quanto ao entendimento que aqui esboçamos do direito em sua “dinâmica interna”, sua “espessura” e “densidade” particulares. Em outros termos, o direito como um *campo relativamente autônomo de produção cultural*, na proposição originada em Max Weber e desenvolvida por Pierre Bourdieu⁴⁹. Esta leva em conta a forma específica que assumem nos variados âmbitos da vida social uma “gramática geradora” da atividade simbólica (*generative grammar*), pondo em evidências as “capacidades criadoras, activas, inventivas”⁵⁰ do *habitus* e seus agentes sociais, para além dos funcionalismos, finalismos, mecanicismos e outras ficções da racionalidade e consciência modernas. Como anunciamos, a cultura não é um espaço consensual, mas agonístico, o que se expressa nas múltiplas lutas simbólicas que se desenrolam tendo o campo como palco, no caso do campo jurídico, as lutas de “concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito”⁵¹. Trocado em miúdos por Edward Thompson: “o direito *importa*, e é por isso que nos incomodamos com toda essa história”⁵². E é por isso que é válido incomodar-se com a história da cultura jurídica, acrescentaríamos, cujo itinerário, pela via tão tortuosa como proveitosa da circularidade, é esboçado por Luís Fernando Lopes Pereira:

⁴⁸ FONSECA, R. M. *Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX*. In: *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 35. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2006, p. 371.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp. 59-73. Vide o capítulo III: “A gênese dos conceitos de *habitus* e de *campo*”.

⁵⁰ BOURDIEU, P. Idem, p. 61.

⁵¹ BOURDIEU, P. Idem, p. 212.

⁵² THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 359.

Pode-se, portanto, partir “do direito” (como saber local), mas com a necessidade de investigar o contexto que permitiu a formação (relacional) da cultura jurídica, seja ele social, político, religioso, etc. Entretanto, a cultura jurídica trataria do conjunto das práticas, saberes, ritos, crenças, imaginários e técnicas da configuração jurídica, formada não apenas pelos especialistas que compõem o corpo técnico vinculado a essa configuração social, mas por outros que os cercam e mesmo por estranhos de outras configurações. (...) A tarefa, portanto, daqueles que pretendem aplicar o conceito que aqui se constrói, de cultura jurídica, é de buscar essa cultura jurídica dos rústicos, daqueles personagens mais fronteiriços que, em termos de alta e baixa nos evidenciam de maneira mais clara, os elementos circulantes do fenômeno.⁵³

Mais uma pista vem preparar os ânimos da jornada: a da centralidade, nada paradoxal nessa grade de leitura, da periferia e dos sujeitos periféricos. São essas figuras fronteiriças, marginais, as que melhor servem de índice da *circularidade cultural*, tais como o próprio François Rabelais, cuja biografia suscitou em Mikhail Bakhtin as principais reflexões que lançaram bases teóricas sobre o fenômeno⁵⁴. “Circularidade”, a propósito, é o termo com que Ginzburg repropõe a “hipótese de Bakhtin (...) sobre as relações recíprocas (ainda que desiguais) entre ‘alta’ e ‘baixa’ cultura”⁵⁵, ou, em suas próprias palavras, a “influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante”⁵⁶. Assim, reconhece tanto a existências das hegemonias e hierarquias sociais, quanto a fluidez da(s) cultura(s) que as embasam. Não é à toa que uma de suas obras primas tenha sido construída precisamente sobre o moleiro Menocchio, um desses sujeitos que encarnam arranjos liminares de representação, mas que, pela excepcionalidade, engendram igualmente o questionamento sobre sua *representatividade* no quadro geral de seu tempo. O problema somente pode ser sanado, em “casos-limite” como os de Menocchio e Rabelais (mais próximos ao nosso objeto de investigação, caberia citar, a título ilustrativo, os estudos de Sidney Chalhoub, sobre o negro Machado de Assis⁵⁷; o de Keila Grinberg, sobre o estadista mestiço Antônio Pereira Rebouças⁵⁸; o de Joseli Nunes Mendonça sobre o tribuno mulato Evaristo de Moraes⁵⁹ e o de Elciene Azevedo, sobre o rábula liberto Luiz Gama⁶⁰), por uma acurada composição entre o micro de sua história pessoal e o macro da realidade de seus

⁵³ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *A circularidade da cultura jurídica...*p. 48-49.

⁵⁴ BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁵⁵ LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 324.

⁵⁶ GINZBURG, C. *O queijo e os vermes...*, p. 18.

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵⁸ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁵⁹ MENDONÇA, Joseli Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

⁶⁰ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

contemporâneos, identificando o nexo que conduz da *anomalia* à norma: “a violação da norma contém em si (do mesmo modo que a pressupõe) também a norma, enquanto o oposto não é verdadeiro”⁶¹. Conforme explana Lima, “a atenção ao desvio, ao excepcional, abria a possibilidade de revelar algo sobre a natureza da norma que a atenção à própria norma em si não revelaria”⁶². O “caso Menocchio”, por assim dizer, deu a Ginzburg azo à mensuração de sua hipótese, ao perguntar-se sobre “que relevância pode ter, num plano geral, as ideias e crenças de um indivíduo único em relação aos de seu nível social”⁶³. A cultura vista como “um horizonte latente de possibilidades – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”⁶⁴ é o tabuleiro do grande jogo da escravidão. Para derribá-lo, escravos como libertos, ao lado de juristas⁶⁵ patrocinadores de suas causas e mesmo de alguns magistrados e doutrinadores, articularam “a linguagem que estava historicamente à sua disposição”⁶⁶, inclusive a linguagem do direito. Não desejamos insinuar que eles – escravos litigantes, por vezes até letrados – fossem representantes *típicos* de seu grupo social, ao contrário, é sua *atipicidade* que pode ser reveladora. Nas páginas que seguem, toparemos com uma série de “Menochios”, alguns brancos, outros negros, nossos companheiros de caminhada na tentativa de romper com a “persistência da concepção aristocrática de cultura”⁶⁷, aplicável no mesmo gênero, número e grau à *cultura jurídica* e seus resgates elitistas. “Estender às classes mais baixas o conceito histórico de indivíduo”⁶⁸, fazer surgirem como *sujeitos*, não apenas da história, mas também do direito (e *de direitos*) esses escravos relegados ao anonimato nos relatos oficiais é um primeiro passo, mas não é o único. Há um limite que mesmo o gosto pelos fronteiriços não pode transpor, o da *alteridade radical*, absoluta, que, se por um lado pode ser

⁶¹ GINZBURG, C. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 26.

⁶² LIMA, H. E. *Op. cit.*, p. 358.

⁶³ GINZBURG, C. *O queijo e os vermes...*, p. 19

⁶⁴ GINZBURG, C. *Idem*, p. 20

⁶⁵ A despeito de uma determinada vertente da historiografia que pretende restringir a utilização do termo, utilizaremos a palavra “jurista” neste trabalho para nos referirmos a todos os operadores do direito autorizados a atuar *processualmente* (o que exclui os simples notários), independentemente da formação universitária respectiva, não acessível a todos no final do século XIX. Nisso, distinguimo-nos, por exemplo, da categorização proposta por Gizlene Neder, a qual define jurista como uma classe especial de bacharéis “que atingem notoriedade e respeitabilidade, quer pela via política, quer pelo brilhantismo e pela erudição com que pautam sua carreira, geralmente marcando suas atividades com a formulação de argumentos notáveis sobre a organização social e política do país” (NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995, p. 99).

⁶⁶ GINZBURG, C. *Idem*, p. 21

⁶⁷ GINZBURG, C. *Idem*, p. 12

⁶⁸ GINZBURG, C. *Idem*, p. 20

encarado como frustração do pensamento, acreditamos servir como lição de humildade da razão, um elo histórico que nos autoriza a conectar com a tradição dos oprimidos:

Respeitar o resíduo de indecifrábilidade que há nela e que resiste a qualquer análise não significa ceder ao fascínio idiota do exótico e do incompreensível. Significa apenas levar em consideração uma mutilação histórica da qual, em certo sentido, nós mesmos somos vítimas.⁶⁹

1.2. O (inter)texto: o espírito das fontes

Tanto o moleiro Menocchio como os místicos *benandanti*⁷⁰ foram tratados por Ginzburg como *casos* a serem minuciosamente investigados. Muito bem. Dir-se-á que ele não fez mais do que seguir suas próprias indicações metodológicas, mas não é somente isso. Se essa atitude emanava do espírito do pesquisador, também era uma exigência do espírito das fontes com as quais trabalhava, em sua maioria, fontes judiciais, autos de processos, os “arquivos da repressão” inquisitorial, como ele mesmo as batizou. Novos documentos para a história, inclusive a história da cultura jurídica, portas de entrada para um mundo muito mais microfísico e capilarizado. Se eles viabilizam a complementação, até certo ponto, da escassez de testemunhos por nós apontada como o primeiro grande obstáculo a enfrentar neste tipo de empreitada, não deixam de contribuir igualmente para a delimitação de um “chão comum” entre a *historiografia jurídica* e a *história social*, segundo desafio do projeto teórico. Silvia H. Lara oferece um panorama do giro hermenêutico operado na história da escravidão a partir da década de 1980, cujos autores passam a lançar luz sobre a *experiência escrava*:

Ao insistirem na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão, avançaram no sentido de recuperar as práticas cotidianas, costumes, enfrentamentos, resistências, acomodações e solidariedades, modos de ver, viver, pensar e agir dos escravos, no interior de relações sociais que, ao mesmo tempo, uniam-nos horizontalmente e separavam-nos verticalmente dos senhores. Procurando incorporar as visões escravas da escravidão, as diversas monografias produzidas nas últimas décadas têm discutido os significados das lutas escravas e das muitas esferas da vida dos cativos que floresceram através da experiência de homens e mulheres que, sob o escravismo, na relação com seus companheiros de cativeiro, seus senhores, com ex-escravos e pessoas livres pobres, teceram laços familiares e alianças econômicas, culturais e sociais, constituindo uma cultura e um saber que estiveram na base de estratégias de sobrevivência e projetos de liberdade durante a escravidão e depois dela.⁷¹

⁶⁹ GINZBURG, C. Idem, p. 26.

⁷⁰ GINZBURG, C. *Os andarilhos do bem...*

⁷¹ LARA, Silvia Hunold. *O espírito das leis: tradições legais sobre a escravidão e a liberdade no Brasil escravista*. In: *Africana Studia*, 14 (2010): 73-92, p. 75.

E parcela significativa dos referidos estudos tem-se apoiado sobre a documentação de processos de variada natureza, nos quais a presença escrava pode ser localizada, em inúmeras posições. É enfadonho e desnecessário recuperarmos aqui toda a extensa lista de trabalhos nessa linha, os quais fazem parte das análises desenvolvidas adiante, de forma orgânica. Mais importante é apresentar sistematicamente as fontes esparsas e seriais com as quais travamos contato no curso da presente pesquisa, acentuando seu peso relativo no conjunto de nossas injunções (intuições?). Sua seleção, cotejo e eventual confluência devem ser atribuídas não a uma escolha aleatória, mas à necessidade de, partindo de uma análise micro-escalonada, conjugar, no campo social mais amplo, três níveis geopolíticos (o local, isto é, a Comarca de Curitiba; o regional, isto é, a Província do Paraná; e o nacional, isto é, o Império do Brasil) e, no campo jurídico propriamente dito, quatro dimensões de institucionalidade (a legislação; a doutrina; a jurisprudência e a prática advocatícia diante dos foros e tribunais). A tarefa era complexa e para empreendê-la fez-se uso de uma gama plural de fontes, ao lado da revisão bibliográfica pertinente a cada tipo de documentação, garantindo seu “controle”:

- a) Autos de processos cíveis e criminais pertencentes ao acervo do Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP-PR), fundo intitulado “Poder Judiciário Estadual” (BR APPR PB 045⁷²), distribuídos entre os anos de 1868 e 1888. Constituem a espinha dorsal de nossa narrativa. Foi analisada toda a documentação em estado hábil e legível, num

⁷² “A primeira série documental de processos judiciais, trazida para o Arquivo Público em 1986, chegou bastante danificada devido a um incêndio, ocorrido na década de 1930, na 10ª Vara Cível, bem como à falta de um armazenamento e tratamento corretos até então. Posteriormente, estes documentos foram divididos em dois fundos arquivísticos: Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá e Juízo de Órfãos de Curitiba. O primeiro composto, em sua maioria, por processos criminais e o segundo por inventários post-mortem. Essa primeira classificação do acervo, porém, não conseguiu abranger todas as peculiaridades que os processos traziam, uma vez que era possível encontrar documentos que não se enquadravam à classificação antiga, surgindo a necessidade da criação de uma nova tipologia para essa documentação. No final de 2002, o Arquivo Público recebeu, também da 10ª Vara Cível de Curitiba, mais uma grande quantidade de processos, os quais já foram higienizados, identificados e disponibilizados para o público. Da mesma forma, esta documentação é variada, existindo tanto processos cíveis como criminais, datados desde o século XVIII até o XX. Em 2007 foi feito um novo arranjo para a documentação do judiciário. Todos os documentos foram reunidos em um só fundo, com a denominação de Poder Judiciário. Os processos foram organizados em ordem cronológica, delimitando três seções de acordo com o período: Colonial, Imperial e Republicano. Em 2008, o acervo foi ampliado por mais um conjunto de documentos do Poder Judiciário que estavam sob a guarda do arquivo intermediário da instituição, todos referentes ao século XX, em um total aproximado de 13 mil processos. Estes documentos foram higienizados e acondicionados em caixas-arquivo, inseridos também no fundo Poder Judiciário, seguindo a organização cronológica.” (História arquivística do Fundo, disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=77>)

universo de aproximadamente 1.600 (mil e seiscentos) maços, os quais, frequentemente, abrigam fontes relativas a mais de uma causa, não raro incompletas. Em sua maioria, trata-se de coleções de ações que tramitaram diante do juízo municipal, de órfãos, de direito, comercial, de paz e dos feitos da fazenda qualificadas por sua *serialidade*. Do conjunto de processos, puderam ser extraídos 200 (duzentos) nos quais existe menção a ou participação de escravos, concentrados nos juízos municipal e de órfãos (do termo de Curitiba) ou no juízo de direito (da comarca de Curitiba) e organizados por nós segundo a tipologia exposta a seguir. Como material de *controle externo*, para esse repertório, contamos com a pesquisa levada a cabo por Eduardo Spiller Pena⁷³ nos mesmos arquivos, durante a década de 1980, embora então sob classificação e ordenação diferenciada;

- b) Relatórios do Governo Provincial e da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, pertencentes ao acervo do Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná (DEAP-PR), referentes ao período 1868-1888, digitalizados e disponibilizados virtualmente⁷⁴. A documentação provou-se determinante não apenas para delinear o contexto regional em que as lutas jurídicas escravas se davam, mas também para traçar a história judiciária provincial, especialmente durante a década de 1870, quando a estrutura da administração da justiça modificou-se intensamente;
- c) Exemplares microfilmados do jornal “*Dezenove de Dezembro*” (principal periódico da província durante o período imperial), pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Divisão de Documentação Paranaense, e distribuídos entre os anos 1868 e 1878. Eles permitem verificar a repercussão das causas estudadas para além dos corredores da justiça, auxiliando na reconstrução das biografias coletivas⁷⁵ dos

⁷³ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1990.

⁷⁴ Em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>

⁷⁵ É o que historiadores como Lawrence Stone denominaram *prosopografia*: “A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinadas por meio de variáveis significativas”. Vide: STONE, Laurence. *Prosopography*. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.

personagens (escravos, advogados e magistrados) nelas envolvidos. Como material de amplificação e *controle externo*, para esse repertório, utilizamos os dados coletados por Márcia Elisa de Campos Graf⁷⁶ em maior documentação retrospectiva da imprensa regional, alcançando o ano 1888;

- d) Edições n. 1 a n. 46 do periódico jurídico “*O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência*”, pertencentes ao acervo da Biblioteca de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná e atinentes aos anos de 1873 a 1888. Fornecem imprescindíveis elos entre os processos tramitados localmente e o espectro da doutrina e jurisprudência nacionais. Como material de *controle externo* dessa documentação foram utilizados os estudos precedentes de Lenine Nequete⁷⁷ sobre escravidão e magistratura, que tomam por base a revista, bem como o recente trabalho de Henrique Cesar M. Barahona Ramos⁷⁸ sobre a relação entre periodismo jurídico e atividade política, a partir do qual se pode interrogar criticamente a fonte;
- e) Dentre as principais fontes esparsas, isto é, não seriais, prospectadas, mencionamos a documentação administrativa municipal sobre escravos, pertencente aos acervos da Casa da Memória e da Fundação Cultural de Curitiba⁷⁹; atas dos debates parlamentares na Assembleia Nacional, Senado e Câmara dos Deputados (em geral extraídas da bibliografia temática e, ocasionalmente, consultados virtualmente no acervo dos Anais do Senado Federal⁸⁰); o material temático coligido pelo DEAP-PR no *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes Livres e*

⁷⁶ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

⁷⁷ NEQUETE, L. Op. cit.

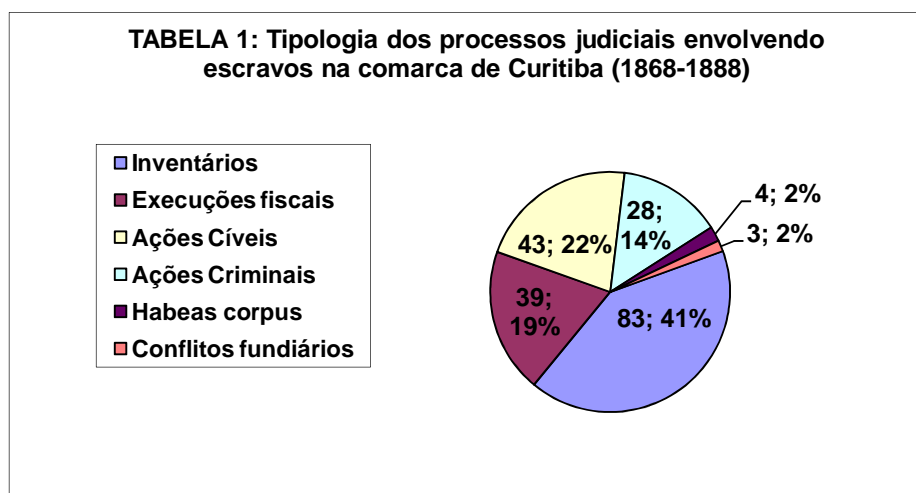
⁷⁸ Sua proposta é refletir sobre o modo como “(...) a revista O Direito foi um veículo de recepção, propaganda e circulação das ideias jurídicas e políticas dos mais diferentes matizes ideológicos e políticos que circulavam no Brasil. Esta hipótese mais genérica nos lançava a uma segunda, mais específica, a de que, a partir de tais ideias defendidas por seus redatores, as tensões entre eles e entre os diversos “direitos” presentes na cultura jurídica brasileira durante a “Questão Religiosa”, espelhavam os embates político-ideológicos do campo jurídico na sociedade brasileira, vis-à-vis ao processo de circulação das ideias e apropriação cultural nas duas margens do Atlântico” (RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. *A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2009, p. 139).

⁷⁹ Neste acervo, os dois principais documentos utilizados são: a) a lista de *Classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação*, finalizada em 1875 (FCC/Casa da Memória. Catalogação: 305.567/C613/1875); b) o *Livro de Ouro* para lançamento de manumissões espontâneas, datado de 1884 (FCC/Casa da Memória. Catalogação: 326.098162/ C178 / 1884).

⁸⁰ Disponíveis em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

*Escravos*⁸¹; o acervo particular da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio⁸² e obras jurídicas contemporâneas de referência, tais como *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*, de autoria do jurisconsulto Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1866-1867) e as *Anotações á Lei e Regulamentos sobre o Elemento Servil*, do magistrado V. A. de P. P. (1875). Demais doutrinadores não foram objeto de perquirição sistemática, sendo apenas inseridos quando identificados nos autos judiciais.

Passemos a uma descrição mais detida dos processos encontrados. O dado que, de chofre, deve ser levado em consideração, para fins de atribuição de *representatividade* ao universo documental em que nos movemos, é o elevado grau de participação escrava no conjunto da atividade jurisdicional do termo e da comarca. Um oitavo, isto é, 12,5% de todos os autos mantidos pelo DEAP-PR para o período estudado envolvem de alguma maneira o “elemento servil”. Para determinar o gênero dessa litigiosidade, entretanto, é preciso identificar qual a *posição processual* ocupada pelos cativos internamente a tais demandas, critério que norteou a tipologização que procedemos, juntamente com a classificação pela *natureza jurídica* dessas causas.

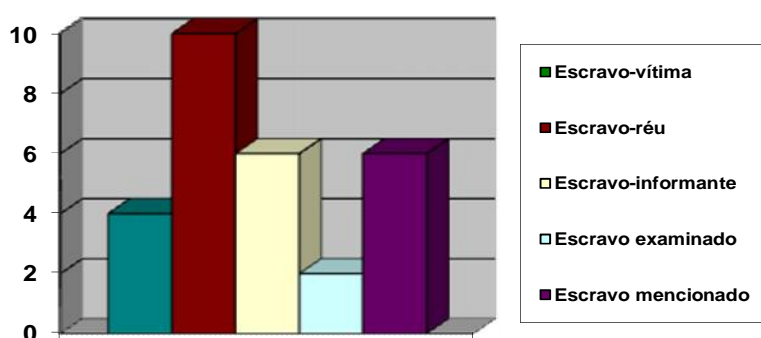


⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

⁸² Acessado no âmbito do projeto: *Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*, desenvolvido com apoio do Edital n. 028/2011 – Pesquisa Urbana (Fundação Cultural de Curitiba/Fundo Municipal de Cultura). O respectivo Relatório de Pesquisa encontra-se no prelo para publicação.

O quadro 1 apresenta o resultado da distribuição por natureza jurídica dos processos envolvendo escravos no juízo municipal e de órfãos do termo de Curitiba e no juízo de direito da respectiva comarca. A exceção é o conjunto de 39 execuções de senhores, através das quais a Procuradoria Provincial buscava a cobrança da taxa sobre escravos. Estas tramitaram perante o Juízo dos Feitos da Fazenda, espacialmente situado no foro da capital, embora fossem originárias de diversas localidades do Paraná. Entre as 161 ações restantes, 83 foram inventários de partilha de bens, litigiosa como consensual (contemplando na série uma verba testamentária não autuada e um procedimento de “arrecadação de bens” de ausente); 43 foram ações cíveis de múltiplas espécies; 28 criminais; quatro *habeas corpus* (neste caso, a condição jurídica do impetrante como *escravo* ou *liberto* estava em disputa) e três “embargos” de terras. Uma primeira leitura desse panorama já revela a preponderância da posição dos cativos como *objeto das demandas, bem litigioso*, mais do que *parte litigante*. Somadas as execuções fiscais e os inventários (equivalendo a 61% do total das ações) temos que, majoritariamente, a participação escrava era *passiva* na instância local (ainda que em alguns inventários houvesse intervenção mediada ou direta dos cativos para sua libertação, a qual avaliaremos em tempo). Mas esta é ainda uma avaliação incipiente.

TABELA 2: Posição processual ocupada pelos escravos nas ações criminais do foro de Curitiba (1868-1888)



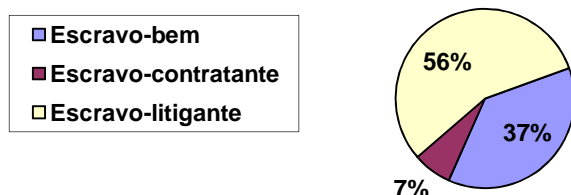
A sondagem das posições ocupadas pelos escravos diante da justiça criminal, todavia, consigna elementos para complexificar esse horizonte. Aqui, os cativos não podem ser enquadrados como *bens*, uma vez que sua personalidade jurídica já era

reconhecida para fins de processamento penal⁸³. A instrumentalização do aparato persecutório estatal para a proteção dos interesses senhoriais, numa abordagem ainda quantitativa e superficial, é nítida: cerca de 35% dessas ações têm cativos como *réus*, comumente incursos nos crimes de furto, homicídio consumado ou tentado. Concomitantemente, porém, o monopólio da jurisdição pelos escravocratas curitibanos não pode ser sustentado frente à existência, rara é verdade, mas impactante, de uma série de processos-crimes e queixas conduzidos pela “justiça pública” *contra* interesses senhoriais, senão como classe, ao menos individualmente. Paralelamente, em 1/5 dos processos dessa natureza aparecem os cativos como *testemunhas-informantes* e, em outros seis, são eles apenas mencionados na narrativa fática, dando acento à relevância da presença escrava na vida cotidiana da capital e seus arredores. Esta última classe de demandas serve igualmente como evidência de que, a despeito das suspeitas e reservas legais que sobre eles recaíam, esses indivíduos tinham certas condições de *influenciar* na confecção da realidade jurídica e, por conseguinte, no resultado das demandas que, eventualmente, atingiam também seus donos. Ainda, sob a indexação *escravos examinados*, reunimos dois autos de “exame de corpo de delito”, apesar de não termos podido localizar o processo criminal respectivo no qual o exame, desde que julgado procedente pelo juiz de direito, poderia desembocar. O Quadro 2 sintetiza esses dados.

Fenômeno similar ao supramencionado *apassivamento processual* pode ser observado num segmento expressivo, porém já não predominante, também das ações cíveis deslindadas no juízo municipal, de órfãos e de direito (em sede de recurso) de Curitiba. Nesta categoria de ações, os escravos ocuparam posições de protagonismo. Mais da metade delas foram por ajuizadas pelos próprios cativos, através de curadores.

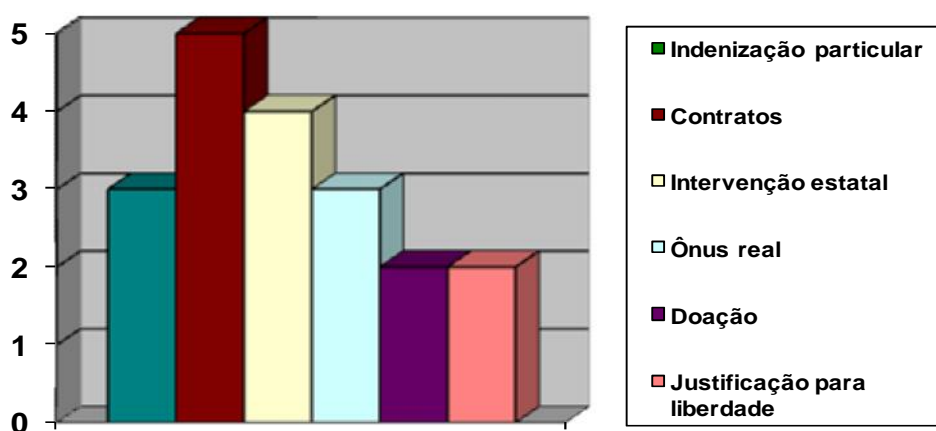
⁸³ Sobre a ambigüidade da *personalidade jurídica* dos escravos nas duas esferas, vide: WEHLING, Aarno ; WEHLING, Maria José M. C. de M. O escravo ante a lei civil e lei penal. In: Antonio Carlos Wolkmer. (Org.). Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, v. 1, p. 373-396. Caso que esboça bem o caráter limítrofe das representações do direito sobre os escravos é o de Felipe, pertencente a José Ignácio de Loyola, morto por Adolpho Augusto Lucreux. O homicídio, além de gerar a persecução penal respectiva, levou o senhor lesado pelo dano da coisa de sua propriedade, a buscar o juiz de paz, diante do qual as duas partes (ao menos as duas partes ainda vivas) do conflito chegaram a um consenso sobre o pagamento de indenização no valor de 2 contos de réis. Além de preso, Adolpho teve sua chácara penhorada e ainda foi processo civilmente por Loyola, em 1877, em ação de cobrança dos 1 conto e 800 mil-réis faltantes do acordo, já que, como este alegou, a conciliação prévia valia como sentença, nos termos do art. 4º do Decreto de 20 de setembro de 1829 e art. 1º, §1º, do Decreto de 15 de março de 1842 (Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7510, Cx. 286).

TABELA 3: Posição processual ocupada pelos escravos nas ações cíveis do foro de Curitiba (1868-1888)



Dos 43 processos cíveis localizados, apenas três indicam algum tipo de disputa entre negros e negras libertos(as) e homens livres proprietários em torno de relações contratuais, fossem estes os ex-senhores daqueles, fossem terceiros que os auxiliaram na compra de sua alforria ou antigos donos de seus familiares, em favor de quem os acordos em contestação haviam sido firmados. Por sua vez, 16 ações podem ser consideradas *demandas intra-senhoriais*, isto é, refregas judiciais em que ambos os pólos (autores como réus) são proprietários escravistas, e nas quais os cativos não passam de bens *sub judice* (a despeito de poderem ter agido de forma bastante ativa extrajudicialmente, *politicamente*, por assim dizer, com vistas a produzir a situação de conflito entre tais homens livres, como demonstraremos). Vejamos o quadro abaixo:

TABELA 4: Caracterização das demandas intra-senhoriais, conforme o objeto da lide



Dentre aquelas que denominados *demandas intra-senhoriais*, três são referentes a indenizações requeridas por particulares entre si (o que hoje chamaríamos de “perdas e danos”, como por comprador de escravo vendido ilegalmente pelo senhor antecedente) ou requeridas por particular do Estado (com base na restituição do valor dos menores declarados ingênuos pela Lei de 28 de setembro de 1871, apelidada “Lei do Ventre Livre”). Quatro são contendas inversas, movidas pelo poder público contra senhores escravistas, em geral associadas à intervenção do Fundo de Emancipação constituído pelo mesmo diploma legal. Dez delas apresentam caráter de discussão negocial: duas têm por objeto contratos entre homens livres, especialmente contratos de aluguel de serviços dos cativos; duas referem-se a doações *inter vivos* de escravos e três dizem respeito à imposição de *ônus real* sobre os mesmos, de penhora ou hipoteca⁸⁴. Outros três não são subsumíveis no rótulo de “litígio”, antes caracterizando procedimentos consensuais de homologação judicial. Enquanto isso, apenas duas ações tratam de liberdade imediatamente, embora por iniciativa de autores outros que não seus beneficiários. A categoria “controvérsias cíveis” expõe dois tipos importantes de esquema jurídico acerca dos escravos: no primeiro, eles permanecem na condição de *bens* ou de *garantias*, implicados em transações comerciais ou atos não-onerosos; no segundo, são acionados como *sujeitos em potencial*, cuja liberdade está em arbítrio por impulso particular ou público, num caso como noutro, externo. Trata-se já de uma posição processual limítrofe do cativo, aproximando-nos do objeto deste estudo.

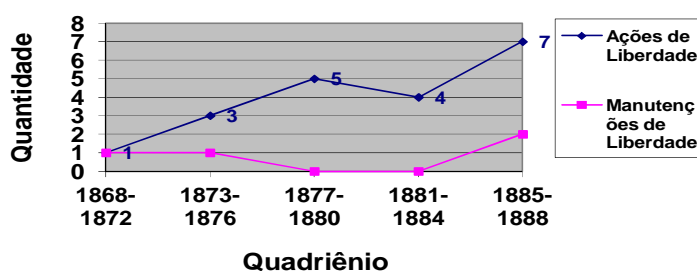
Por fim – e aqui podemos acompanhar nosso objeto de investigação já claramente – todos os 24 casos de *escravos-litigantes* são particularmente instigantes, caracterizáveis como *ações de liberdade*, na apreciação técnica da historiografia da área⁸⁵, congregando tanto *ações de manutenção de liberdade* (de natureza possessória)

⁸⁴ Para ilustrar esse conjunto de casos, temos os Embargos de Terceiro movidos por Benedicto de Souza Pinto contra Olympio Mem Sá Sottomaior, em torno do escravo Frutuoso, menor de 1 ano de idade, pertencente a José Leandro Borges e penhorado em execução contra o mesmo pelos herdeiros do Padre Isaías Ribeiro de Andrade. Florentina, outra cativa sua, já se achava hipotecada a João Corrêa de Bittencourt, mostrando que as operações de crédito com escravos eram correntes nas crises financeiras enfrentadas por seus senhores (Arquivo Público do Paraná. 1871. BR APPR PB 045 PI 7024, Cx.269).

⁸⁵ “(...) 58% dos processos referentes a escravos encontrados na Corte de Apelação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro são ações de liberdade! (...) Uma ação de liberdade é iniciada quando, depois de receber um requerimento – assinado por qualquer pessoa livre, geralmente ‘a rogo’ do escravo –, o juiz nomeia um curador ao escravo e ordena o seu depósito. Assim feito, o curador envia um requerimento (libelo cível) no qual expõe as razões pelas quais o pretendente requer a liberdade” (GIRNBERG, K. *Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 21-22). “Dito de outra forma, eram processos cíveis em que os escravos, representados por pessoas livres, acionavam o poder judicial buscando pressionar seus senhores ou herdeiros destes a conceder-lhes a alforria, em muitos casos, anteriormente negociada. Nestes processos, ao invés de réus, como comumente foram vistos pela historiografia, os escravos emergem

quanto *ações de liberdade strictu sensu*, as quais abarcavam, nos termos nativos de suas autuações, “libelos cíveis” (apenas um, anterior a 1871) e “ações sumárias de liberdade” (pós-1871), ambas de natureza petítoria. Uma informação que merece destaque é o fato de não haver restado para o período resquícios de qualquer *ação de escravidão* (que devia ser proposta pelo senhor contra um suposto escravo em posse de sua liberdade).

TABELA 5: Ações de Liberdade - Evolução Temporal



O Quadro 5 informa sobre a evolução temporal das duas subcategorias. Ao que tudo indica, as ações de liberdade *strictu sensu* nem sempre sobrepujaram as manutenções de liberdade na comarca. Não fere a lógica supor que o final da década de 1860 tenha assistido exatamente ao momento de inversão do padrão, o que apenas estudos com recorte temporal mais ambicioso poderão confirmar. Fora de dúvida, no entanto, é o efeito exponencial da edição da Lei de 1871 sobre o acesso dos escravos à justiça imperial, uma inflexão nacional sentida em igual medida na Curitiba provincial. De 1874 (ano do ajuizamento da primeira demanda escrava posterior à medida de “emancipação do ventre”) em diante, o volume de ações de liberdade é progressivo e sempre ascendente (o pequeno decréscimo apresentado pelo quadriênio 1881-1884 não pode ser lido como uma involução, em primeiro lugar porque a margem de variação é muito diminuta e, em segundo, porque temos notícia através de outras séries

como pessoas cientes de que são portadoras de alguns "direitos", recorrendo à Justiça para vê-los cumpridos, mesmo contra a vontade de seus senhores.” (SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Caminhos e descaminhos da Abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888*. Tese de doutoramento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007, p. 142).

documentais – como as fontes da imprensa – de mais demandas desse tipo iniciadas⁸⁶). Visto que os processos de *arbitramento de liberdade* (com indenização do senhor por meio do pecúlio amealhado pelo escravo, positivado como direito pelo marco de 1871) respondem por quase metade do total das ações de liberdade, essa tendência justifica-se, embora outros fatores não devam ser descartados, como as constantes mutações no quadro da magistratura local (juízes municipais efetivos detinham um mandato também de quatro anos, com investidura do governo provincial):

A arena em que esses debates se desenvolviam era também diversa: era na justiça, em especial nas ações de liberdade, que as posições se tornavam mais e mais politizadas. E tudo se complicou no momento em que a lei de 1871 interveio na prerrogativa senhorial da alforria, anulou a possibilidade da reescravização por ingratidão e tornou sumário o rito processual das causas de liberdade.⁸⁷

Um cruzamento com os dados do Quadro 6 fortalece essa interpretação. A mesma tabela explicita a variedade de argumentações construídas por curadores de escravos na tentativa de conquistar-lhes judicialmente a emancipação. Cada uma das teses *pro libertatis*, porém, teve de ser incubada, experimentada e alargada ao longo de muitos anos pelos mediadores da liberdade para que pudesse legitimar-se ante os tribunais e produzir os efeitos desejados. Portanto, cada um dos preceitos (fundamentos) dispostos no Quadro 6, abaixo, tem sua própria história de avanço e recrudescimento, a história de como vieram a nascer *direitos escravos*. Eles formam o subsídio essencial para este trabalho, o fio de Ariadne no labirinto da cultura jurídica oitocentista. Mapeamentos similares têm sido utilizados pelos historiadores com grande destreza, permitindo dar início a análises comparativas, ou seja, à produção de inter(con)textualidade⁸⁸. Não obstante, como para a historiografia jurídica interessa

⁸⁶ A “Parte Jurídica” do jornal *Dezenove de Dezembro*, por exemplo, publicava os atos oficiais de boa parte dos processos judiciais da comarca, agregando um conjunto de informações ainda a ser analisada de forma sistemática. Não pudemos concluir esta pesquisa com o cruzamento das coleções, mas existem dados nas fontes da imprensa para os quais não se localizaram os respectivos autos, como a petição do escravo Benedicto, pedindo para que se depositasse seu 1 conto de réis a fim de poder obter sua liberdade e que se fizesse citar seu senhor, o órfão Francisco (filho do falecido Francisco Bento Ozorio). O juiz nomeou o Dr. F. A. Guimarães como curador do escravo (Edição de 19 de dezembro de 1878, p. 1).

⁸⁷ LARA, Silvia H. *O espírito da lei...* p. 80.

⁸⁸ Como exemplo deste tipo de análise, reproduzimos a tabela organizada por Ricardo Silva sobre o emprego dos dispositivos da Lei de 1871 nas ações de liberdade de escravos baianos, no período:

tanto a dimensão *material* quanto *formal* desses direitos, enfatizamos também o rito processual seguido por cada uma das 24 ações de liberdade examinadas, cujo perfil pormenorizado poder ser conferido em listagem anexa⁸⁹.

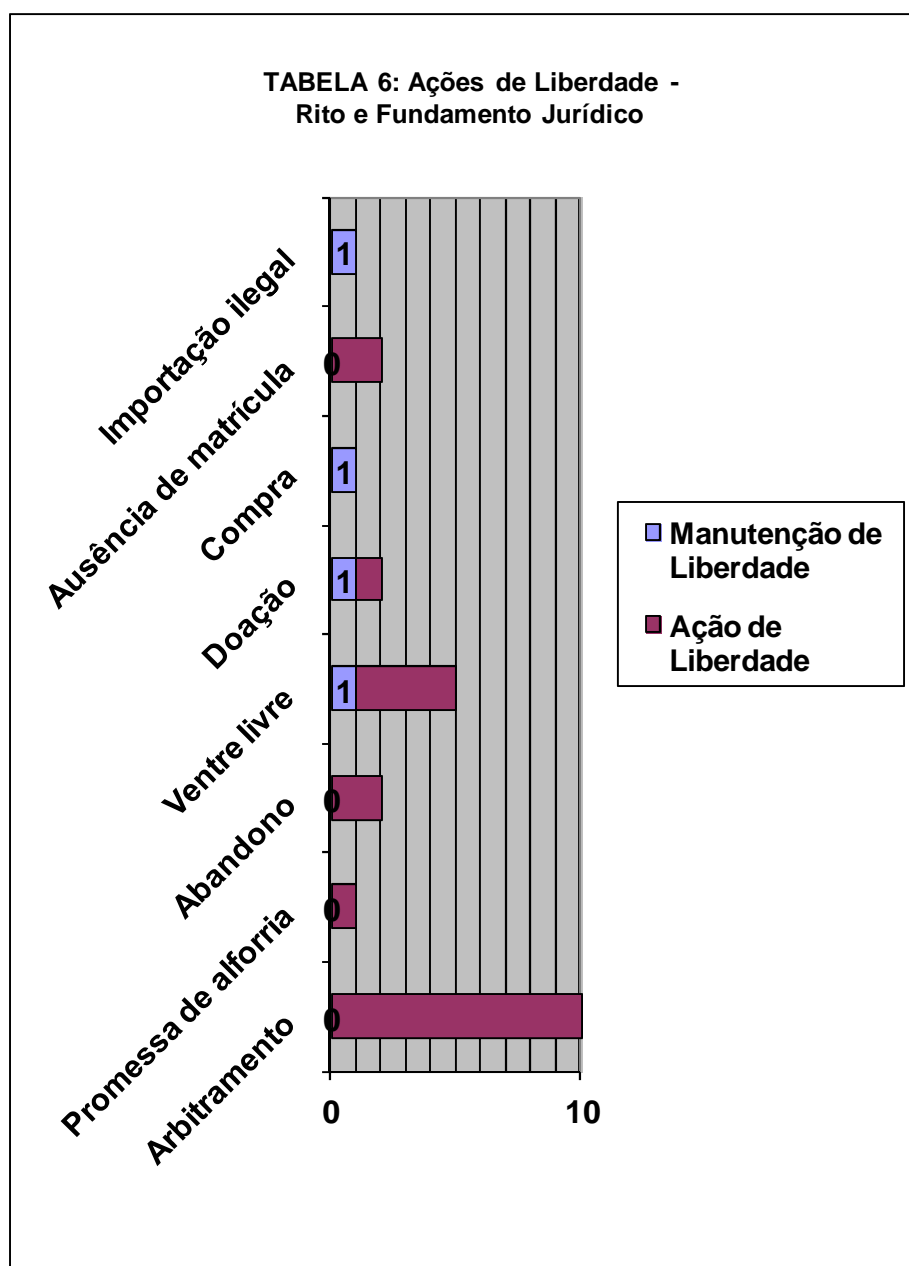
Tabela 10 - Utilização dos dispositivos da Lei de 1871 na Bahia (1871-1885)

Dispositivos da Lei	Número de ações impetradas		Resultado			
			Escravidão		Liberdade	
Pecúlio	53	60,2%	05		48	
Falta de matrícula	15	17%	05		10	
Abandono	05	5,8%	02		03	
Tentativa de reescravização e/ou promessa de alforria	15	17%	06		09	
Total	88	100%	18	20,5%	70	79,5%

Fonte: APEBA. Seção Judiciária. Autos cíveis I e II. Ações de liberdade.

A partir dela, o autor avalia “ser questionável a afirmativa de Keila Grinberg de que a lei de 1871 foi desfavorável aos cativos. Observando as ações de liberdade que foram parar no Tribunal da Relação, Grinberg constatou que o número de ações propostas a partir do ano da promulgação da referida lei caiu bruscamente, bem como a percentagem daquelas que terminaram com a obtenção da liberdade mostrou-se menor nesse do que em todos os outros períodos analisados. (...) No meu entendimento, Keila Grinberg chegou a estas conclusões porque desconsiderou o fato de que a própria Lei do Vente Livre instituíra que as apelações para as instâncias superiores só ocorreriam - e de forma obrigatória - nos casos em que a liberdade não fosse favorecida” (SILVA, R. T. C. *Caminhos e descaminhos...*, p. 214-215). De fato, o comentário serve de alerta para as peculiaridades de cada instância do Poder Judiciário imperial.

⁸⁹ Vide: Anexo 1 – “Lista ações de liberdade movidas no foro de Curitiba, entre 1868 e 1888”.



Obviamente, essas ações de liberdade estão longe de esgotar o arsenal de estratégias escravas postas em prática para desvencilhar-se do jugo do cativo. Mas não se trata de fazer teoria geral da emancipação, e sim de mensurar, menos até, de situar as dinâmicas de circularidade cultural operantes num campo específico, o do direito na periférica Curitiba do final do séc. XIX. Sempre *tomando os textos a sério*, isto é, respeitando a lógica das fontes⁹⁰, os sentidos que veiculam, e articulando sobre elas descrições *densas*, capazes de desnaturalizar certezas, de fazer enxergar o drama

⁹⁰ HESPANHA, António Manuel. *Cultural jurídica europeia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005, p. 69-75.

social, mas também os dilemas político-jurídicos em que estão imersos chumaços e chumaços de papéis antigos. De outro modo, não haveria porque desengavetá-los.

1.3. O contexto: onde deságuam as fontes, onde encarna o espírito

As cartas da metodologia e das fontes estão na mesa. É hora de polirmos um pouco a própria mesa em que doravante as embaralharemos. Que Curitiba era essa em que tanta movimentação escrava se verificava? Quem e quantos eram os cativos que nela transitavam? E os seus juristas, quem eram? Por que tomar 1868 como ponta-pé inicial desta história? É preciso ter cautela para não colocar o carro na frente dos bois e descarrilar toda a tropa num só lance. Parte das respostas constitui antes nosso ponto de chegada que de partida. O que não nos impede de dispor, preliminarmente, o cenário.

Prescindimos de arrolar uma a uma as análises que desconstruíram a falácia da europeização paranaense, seu mito de origem imigrantista. Basta citar o esforço quantitativo de pesquisadores como Cecília Maria Westphalen, engajados em comprovar que, afinal, existiu de fato escravidão de matriz africana na terra das araucárias, e em estabelecer as peculiaridades das suas três macro-regiões de povoamento (litoral, planalto e campos gerais)⁹¹. Outros estudiosos, como Horacio Gutiérrez deram um passo à frente, ao traçar o perfil desses cativos num Paraná que, de modo geral, destoa das áreas tradicionalmente exploradas pela historiografia, como os cafezais, a monocultura canavieira ou a extração mineradora⁹². Mas foi Eduardo Spiller Penna quem, conjugando as conclusões anteriores sob um novo enfoque e valendo-se de fontes até então inéditas, deteve-se sobre a Curitiba provincial e seus arredores, ali identificando o que chamou de “pequeno e denso universo escravo da comarca”⁹³. Caracterizava-se tal universo por um duradouro equilíbrio de gênero⁹⁴, com nível espantoso de relações familiares, ainda que nem sempre estáveis⁹⁵; por uma quantidade

⁹¹ WESTPHALEN, Cecília Maria. *Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná?* In: Revista da SBPH, n. 13. Curitiba: 1997, pp. 25-63.

⁹² GUTIÉRREZ, Horacio. *Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830*. In: *Estudos Econômicos*, n. 17(2). São Paulo: maio/ago 1987, pp. 297-314.

⁹³ PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 32 e ss.

⁹⁴ “Quanto ao perfil da população escrava, encontramos, entre outros fatores, um equilíbrio harmonioso entre os sexos e um grande percentual de jovens ativos e aptos para o trabalho” (PENA, E. S. Idem, p. 10).

⁹⁵ “43,9% dos 1639 cativos maiores de 11 anos, classificados em 1875 apresentaram algum tipo de relação familiar. Entre esses, destacam-se as mulheres solteiras ou viúvas (na verdade, quase todas elas solteiras, havendo apenas uma única viúva com filhos) que englobaram mais de 60% de todos os 719

comparativamente reduzida de cativos (na coletoria de Curitiba, que abarcava os termos vizinhos, foram matriculados 2597 deles, entre anos de 1872 e 1873⁹⁶) aplicados maciçamente na lavoura, sem exclusão das funções domésticas e de ofícios diversificados⁹⁷; e pela sensível preponderância de negros *crioulos* sobre os *africanos* (superior a 80% desde a virada do século XVIII para XIX⁹⁸), decorrência de um crescimento vegetativo endógeno ou, quando muito, do tráfico interno e não fruto da importação distante. Do ponto de vista da estrutura da propriedade/posse escravista, é notável a concentração de alto número de cativos nas mãos de pouquíssimos senhores nos moldes da casa-grande, cercados por um oceano de plantéis diminutos (1 a 4 indivíduos) e, mais ainda, de homens e mulheres livres sem qualquer acesso a este tipo de recurso (70% dos inventários da década de 1870 na região não trazem sequer um escravo⁹⁹). Para o recorte temporal estabelecido, observa-se, porém, alguma tendência de “democratização” da posse de cativos nos domicílios curitibanos, de outra forma praticamente imexida havia décadas, apresentando, portanto, o regime escravista local “certa estabilidade, e mesmo alguma vitalidade, decorrente da ação de uma classe

escravos "com família", chegando também a representar mais de 1/4 (26,8%) de toda a população escrava classificada” (PENA, E. S. Idem, p. 59).

⁹⁶ “A Comarca de Curitiba, conforme a matrícula especial de escravos realizada em 1872, possuía cerca de 2597 cativos, quantidade esta inexpressiva frente, por exemplo, aos municípios cafeeiros paulistas nesse mesmo ano (só Campinas possuía cerca de 16.000), ou ainda frente a outros municípios mais urbanos, como é o caso extremo da Corte que era habitada por 48.939 escravos)” (PENA, E. S. Idem, p. 33).

⁹⁷ “Por fim, temos o quadro dos grupos de profissão pelas diferentes regiões da Comarca, ficando destacada, desde logo, a maciça presença dos "lavradores" nos municípios, é claro, mais rurais, como Votuverava, Iguaçu e Arraial Queimado (...). Já os "domésticos" predominam na Capital, o que é razoável por ser uma localidade essencialmente urbano na e em Campo Largo. Na Capital, também, concentrou-se a maior parte dos "artesãos". Constatamos, entretanto, que apesar de sua qualidade urbana, nela foi igualmente relevante a participação dos "lavradores" (42,1%)” (PENA, E. S. Idem, p. 70).

⁹⁸ GUTIÉRREZ, Horacio. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830*. In: Revista Brasileira de História, vol. 8, n. 16 São Paulo, mar. 88/ago 88, p. 179. Quando africanos, esses escravos apresentavam tendencialmente origem *banto* (Congo, Benguela, Angola, Rebolo, Cassange e Cabinda), sendo os *sudaneses* (Mina e Guiné) quase inexpressivos na composição das escravarias local (p. 171). Segundo o Relatório do governo provincial de 1874, restavam na província pouco mais de 10 mil escravos, não chegando o número de africanos a 750 deles (menos de 10%): 2010 pardos, 3496 pretos (477 africanos); 2099 pardas e 2935 pretas (261 africanas) (PARANÁ. *Relatório com que o excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874*. Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1874.). Em 1882, a capital contava ainda com 638 escravos homens (484 tidos como “da lavoura”, 146 “domésticos” e apenas 8 com ofício) e 757 mulheres (457 “da lavoura”, 300 “domésticas” e nenhuma com ofício). Urbanos(as) eram 142 dos homens e 291 das mulheres (PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª sessão da 15. legislatura ao dia 1º de Outubro de 1882 pelo Presidente da Província o exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882).

⁹⁹ “Ao examinarmos 266 inventários na região de Curitiba, para a década de 70 do mesmo século, verificamos igualmente que 70,3% deles não incluíam nenhum escravo nos seus arrolamentos de bens. Ou seja, mais de dois terços da população livre não continha sequer 1 escravo, demonstrando que tal tipo de bem foi privilégio de poucos” (PENA, E. S. Idem, p. 53).

senhorial coesa e homogênea”¹⁰⁰. Mas ele não estava isolado. Quanto ao mercado de cativos e sua dinâmica na segunda metade do século XIX, não é negligenciável a pressão da demanda da agricultura no sudeste, responsável pela debandada de braços:

Mesmo assim, pelos dados do Ministério da Agricultura de 1884 e 1885, constatamos que são justamente as migrações para fora da província as maiores responsáveis pela diminuição da população escrava paranaense entre 1873 e 1884. Nos onze anos balizados pelo ministério, entraram nos municípios paranaenses 1444 escravos. Por sua vez, no mesmo período, saíram 1922 escravos. Houve, portanto, uma perda líquida de 478 cativos (...) A evasão de escravos foi ainda mais significativa na Comarca de Curitiba. É o que demonstra o "Quadro demonstrativo da população escrava do município de Curitiba, Província do Paraná, de 30 de setembro de 1873 a 30 de junho de 1884", encontrado em meio a correspondência oficial e elaborado também a partir dos dados da matrícula especial e de seus registros subsequentes (...) Pelo quadro, 1416 cativos saíram da região durante os onze anos citados e somente 307 foram "averbados por mudança para dentro do município". A perda líquida só nesses anos chegou ao expressivo valor de 1109 escravos, correspondendo a 42,7% do total oficial dos escravos matriculados em 1872 (2597).¹⁰¹

Pintado o quadro geral, vamos às particularidades. A Curitiba pela qual passearemos era, acima de tudo, uma capital jovem e periférica. Até nisso o gosto pelos personagens fronteiriços vem bem a calhar. Última província a ser criada no Império, em 1852, o Paraná ainda ressentia-se, no final da década seguinte, da precariedade de sua estrutura burocrático-estatal. A insuficiência de pessoal qualificado (leia-se, de bacharéis) para ocupar determinados cargos públicos só seria sanada em meados dos anos 1870. Antes disso, mesmo a advocacia era uma atividade desempenhada por poucos, entre eles, inclusive, leigos praxistas¹⁰². Essas dificuldades se estendiam também ao aparato judiciário, que não acompanhou o crescimento urbano, especialmente da capital e cercanias, na mesma velocidade. Os relatórios de governo do período estão cheios de reclamações sobre o acúmulo de trabalho e de funções dos magistrados:

¹⁰⁰ “Como no início do século, o escravismo se sustentava, pela predominância de pequenos proprietários - com 1 a 4 cativos - localizados principalmente nas zonas rurais que circunvizinhavam a Capital da Comarca. Identificou-se, também, uma relativa "democratização" da posse dos escravos pelas mãos destes pequenos e diversificados proprietários e, por outro lado, uma participação ainda bem significativa destes senhores escravistas no total dos proprietários possuidores de bens móveis e imóveis inventariados” (PENA, E. S. Idem, p. 10).

¹⁰¹ PENA, E. S. Idem, p. 88-89. Acrescentamos que parte importante desse movimento de evasão continuava processando-se via Porto de Paranaguá. Em 1875, ao que tudo indica, entraram apenas 32 escravos de dentro do império e saíram 92 (PARANÁ. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenna Lins*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 15).

¹⁰² Sobre o contexto social do bacharelismo na Curitiba da década de 1870, vide: NASCIMENTO, Douglas da Veiga. *Aspirações e vertigens na marcha do intelecto: os bacharéis e a formação da cultura urbana na cidade de Curitiba (1870-1883)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná / Programa de Pós-Graduação em Direito, 2012.

A comarca da capital é a em que mais afflue o serviço em todos os ramos da administração da justiça porque, comprehendendo tres termos e o respectivo juiz de direito, tendo de presidir a quatro sessões ordinárias annuaes em cada um d'elles alem da revisão de jurados e julgamento de todas as causas cíveis, recursos crimes e feitos da fazenda geral e provincial, a affluencia de tantas e variadas attribuições embarça o exacto cumprimento de seus deveres¹⁰³.

Não é à tão que os juízes de direito andassem tão atabalhoados. No ano de 1870, a Província do Paraná contava com apenas quatro comarcas (Capital, Paranaguá, Castro e Guarapuava), agregadoras de dez termos (respectivamente, Curitiba, São José dos Pinhais e Príncipe; Paranaguá, Antonina, Morretes e Nhundiaquara; Castro e Ponta Grossa; e Guarapuava)¹⁰⁴. Por esta razão, a reorganização judiciária será das principais preocupações das autoridades governamentais, com propostas de uma nova divisão para a capital que se arrastariam até sua implementação, em 1873, quando São José dos Pinhais e Campo Largo se desvincularam, formando uma comarca própria. O termo de São José voltaria a ser anexado à capital nos anos seguintes, mas a estrutura se ampliaria significativamente até 1877, quando a província passou a dispor de treze termos e oito comarcas¹⁰⁵. Em anexo reproduzimos dois quadros que podem ser justapostos para se avaliar a rápida evolução da divisão judiciária entre as décadas de 1870 e 1880¹⁰⁶, que expressava também o debate nacional sobre o tema que culminou com a reforma de 1871, aliás gestada concomitantemente à Lei de 28 de setembro e aprovada uma semana antes dela. Como notou Thiago Leitão Araújo, para os escravos “essas mudanças nos cargos públicos traziam muitas vezes mudanças nas correlações de força, o que poderia determinar mudanças no encaminhamento e no desfecho dos processos, fosse positiva

¹⁰³ PARANÁ. *Relatório que o Exm. Sr. Commendador Manoel Antonio Guimarães apresentou ao Exm. Sr. Dr. Frederico José Candido de Araujo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná no dia 13 de junho de 1873*. Curitiba: Typographia da Viuva Lopes, 1875, p. 3-4.

¹⁰⁴ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1.a sessão da 9.a legislatura pelo presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870*. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1870, p. 7.

¹⁰⁵ Nomeadamente, a comarca da Capital (envolvendo os termos de Curitiba, São José dos Pinhais, Votuverava e Arraial Queimado); a de Campo Largo (que englobava também o termo de Palmeira); da Lapa; de Ponta Grossa; de Castro; de Guarapuava; de Antonina (a que estava anexado o termo de Morretes) e de Paranaguá (PARANÁ. *Relatório com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Província Doutor Adolpho Lamenha Lins passou a administração ao Exm. Sr. 2º. Vice-Presidente dignitario Manoel Antonio Guimarães no dia 16 de julho de 1877*. Curitiba, Typ. Da Viuva Lopes, 1877, p. 4).

¹⁰⁶ Vide: Anexo 2 – “Quadros de divisão judiciária da Província do Paraná (1870 e 1882)”. Fontes: PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1.a sessão da 9.a legislatura pelo presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870*. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1870; e PARANÁ. *Relatorio com que o Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da provincia ao 1º. Vice-Presidente Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira no dia 26 de Janeiro de 1882*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

ou negativamente”¹⁰⁷. O autor tem chamado atenção para o efeito dos conflitos de competência no resultado das demandas por liberdade, tanto no âmbito da administração (subdelegacias distritais e chefaturas de polícia provinciais) como no da jurisdição (juízes municipais e de direito, em primeira instância e Tribunais de Relação, em segunda instância). Compartilhamos da análise, sendo necessário mencionar, nesse sentido, que a justiça paranaense, jamais hospedando a sede de uma Relação, esteve sujeita, até 1874, ao Tribunal da Corte e, daí em diante, ao da Relação de São Paulo, recém instituído. *Grosso modo*, era este o tabuleiro onde o jogo processual tinha lugar.

E os demais jogos jurídico-políticos, onde se desenrolavam? É só no final do século, impulsionada pelos êxitos da economia ervateira (atestadamente empregadora da mão-de-obra escrava, diga-se de passagem¹⁰⁸) que a capital parece ter assumido vulto de uma cidade com ares cultural e urbanisticamente modernos¹⁰⁹. Mas, muito antes disso, três eventos excepcionais, transescalares mesmo, forneceram os esteios fundacionais da cultura jurídica oitocentista da liberdade e serviram como motivadores da opção temporal que encetamos: a) a emancipação definitiva dos chamados “africanos livres” administrados pelo Estado, o que, no Paraná, somente deu-se no ano de 1865; b) a Guerra do Paraguai e as medidas de recrutamento de escravos em substituição ou com indenização dos senhores (e que desdobravam-se na liberdade dos Voluntários da Pátria que seguiam para a frente de combate), fenômeno verificável na província a partir de 1867; c) a publicação entre os anos de 1866/1867 da já citada obra jurídica basilar de Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, seguida de perto pela fala do trono de 22 de maio de 1867 (origem dos projetos de lei que resultariam no Ventre Livre) que, de maneira inaugural, inseriram a emancipação escrava – então considerada por D. Pedro II “*somente uma questão de forma e oportunidade*” – na agenda política nacional, como

¹⁰⁷ ARAÚJO, Thiago Leitão. *A liberdade em questão: encaminhamentos e desfechos jurídicos a partir de uma análise local – notas de pesquisa*. Pesquisa de doutorado em andamento. Texto escrito para apresentação no Mini-Curso: “Escravidão, Direito e Justiça no Mundo Atlântico: Estudos de Caso e Microhistórias”. Ministrante: Professora Rebecca Scott (Univ. Michigan, EUA). Organização Prof. Dra. Beatriz Mamigonian. PPGH-UFSC.

¹⁰⁸ O beneficiamento da erva-mate, mais do que seu chamado “cancheamento” era um setor largamente escravista: “Ainda em fins do século [XIX], diz João de Mío, eram negros ou mestiços os trabalhadores dos engenhos de Curitiba, que despendiam o máximo de força do trabalho diário” (IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988, p. 60-61).

¹⁰⁹ Sobre esse processo, vide: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *O espetáculo dos maquinismos modernos – Curitiba na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

um problema de ordem pública. Esta última foi, na resenha de Joaquim Nabuco, “como um raio, caindo de um céu sem nuvens”¹¹⁰. Acompanhemos a faceta local dos eventos:

a) a problemática dos “africanos livres” pode ser interpretada como o prelúdio de toda cultura jurídica da liberdade no século XIX. Beatriz Gallotti Mamigonian, que recompôs a trajetória da questão no Brasil, afirma que esses indivíduos, escravos ilegalmente traficados ou seus descendentes, “possuíam *status* jurídico semelhante ao de pessoas livres sob tutela e submetidas a trabalho compulsório”¹¹¹, e não eram poucos:

Com base nos acordos bilaterais de 1817 e 1826, na lei de 1831 e na Lei Eusébio de Queirós, de 1850, foram emancipados aproximadamente 11 mil africanos no Brasil. Ao contrário do que determinava a lei de 1831, os africanos não foram enviados de volta à África. Esses homens, mulheres e crianças cumpriram o período de serviço obrigatório distribuídos entre concessionários particulares e instituições públicas no Rio de Janeiro e nas províncias do Império. Foram sempre tratados pelo governo imperial como compondo uma categoria especial, distinta dos escravos e libertos.¹¹²

Os acordos bilaterais a que se refere Mamigonian¹¹³ eram os assinados com os ingleses, que, desde então, passaram a pressionar firmemente o governo brasileiro, por meio do *Foreign Office* instalado na Corte, no sentido de cumprir suas cláusulas, entre elas, a de conceder autonomia aos africanos apreendidos, insistência que levaria ao rompimento de relações diplomáticas entre 1863 e 1864. Alegava o Brasil que a plena liberdade apenas poderia ser alcançada depois de findos os tais serviços obrigatórios, que deveriam “prepará-los” para a liberdade, estendendo-se por nada módicos quatorze anos. O que significa, pela lógica matemática formal, que nos idos de 1845, as primeiras levadas desses negros fossem emancipados. Ocorre que os agentes estatais, como os particulares que tiravam proveito da situação, operavam com uma lógica informal,

¹¹⁰ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 70. Transcrevemos uma passagem da Fala: “A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, é somente uma questão de forma e oportunidade. Quando as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem, o governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado”.

¹¹¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831*. In: LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 131.

¹¹² MAMIGONIAN, B. G. Idem, ibidem.

¹¹³ Aliás, a primeira, a que temos notícia, a empreender uma investigação sobre os africanos livres com base em tais fontes paranaenses. Vide: MAMIGONIAN, B. G. *A abolição do tráfico atlântico de escravos e os africanos livres no Paraná através das fontes disponíveis no Arquivo Público do Paraná*. Palestra proferida por ocasião do Lançamento do “Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos” do Arquivo Público do Paraná. Curitiba, 03 de outubro de 2005.

Disponível

em:

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/texto_beatriz_mamigonian.pdf

objetivando manter o controle sobre essa população à qual se atribuía periculosidade, de uma parte, e lucratividade, de outra. As dificuldades enfrentadas por um “africano livre” por direito para que viesse a libertar-se de fato eram tamanhas que, em 1849, um periódico satírico publicava que “a melhor coisa que há é não ser escravo e a pior é ser africano livre”, posto que este “não se pode forrar”¹¹⁴. Não foram suficientes o Decreto n. 1.303 de 1853, que estabelecia procedimentos especiais no Ministério da Justiça (único competente para emitir as cartas de emancipação definitiva) e as medidas que seguiram. Foi só com a ampla publicidade que o caso ganhou que, depois de 1864, “os ministros da justiça enviaram sucessivas ordens às províncias para que os presidentes e juízes de órfãos buscassem, arrolassem e emancipassem os africanos livres”¹¹⁵. Essas ordens foram recebidas no Paraná e cumpridas no ano subsequente. Ao que consta na documentação provincial catalogada, esses homens e mulheres achavam-se distribuídos, em grande parte, a serviço dos aldeamentos indígenas (oficialmente encarregados de sua “catequese e civilização”), de São Pedro de Alcântara (fundado em 1855), São Jerônimo (1859) e Paranapanema (1862). Em fevereiro de 1865, o juiz de órfãos da capital receberia da Corte 85 cartas de emancipação a serem repassadas e eles¹¹⁶, bem como aos africanos homiziados na Colônia Thereza (seis, ao que podemos constatar¹¹⁷), os quais foram convocados – por incitação dos mesmos ofícios do Ministério dos Negócios da Justiça – em levas pelo presidente da província, André Augusto de Pádua Fleury. Os papéis foram entregues ao longo de todo o ano pelo chefe de polícia, Manuel da Silva Mafra (espantem-se os juristas ao reconhecer aqui o famoso doutrinador, em tão inusitada função), e seu substituto, José Joaquim Oliveira da Silva, na capital. Ao que podemos localizar, boa parte dos emancipados havia constituído família nesse ínterim e a maioria manifestou intenção de permanecer vivendo em Curitiba¹¹⁸. Podemos

¹¹⁴ MAMIGONIAN, B. G. Idem, p. 138.

¹¹⁵ MAMIGONIAN, B. G. Idem, p. 144.

¹¹⁶ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007 / AP 0201, v. 05, p. 288.

¹¹⁷ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007 / AP 0209, v. 13, p. 274-275. Tratava-se de José, mina, casado; Manoel, filo de africana livre solteira; Felix, congo, solteiro; Euzébio, benguela, casado; Francisco, misange, solteiro; e Ambrosio, misange. Os quatro primeiros declararam que permaneceriam na capital. Francisco desejava retornar para a Colônia Thereza e Ambrosio seguiria para a Corte.

¹¹⁸ Além dos supracitados, vasculhamos: Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007 / AP 205, v. 9, p. 164-167; AP 209, v. 13, p. 272/273; AP 212, v. 16, p. 22/23 e AP 218, v. 22, p. 01-03. Os africanos livres que fixaram residência em Curitiba podem não ter sido tantos numericamente, mas foram o bastante para causar estardalhaço. Em 1877, um deles, Antonio Martiniano da Costa impetrou, por seu advogado Generoso Marques dos Santos, *habeas corpus*, considerando ilegal a prisão que sofrera depois de briga sangrenta com Lourenço, escravo de Laurindo Correa da Silva, no quarteirão da Água Verde. Lourenço, pelos fatos descritos no inquérito policial, devia ser um baita galanteador, tendo tempo de passear nos campos da cidade e flertar com moças como Anna Ferreira Doria (com quem pararia no caminho para tomar um mate). Não à toa, o motivo de sua antiga inimizade com Antonio Martiniano era

imaginar o impacto social mesmo dessa centena de africanos no pacato município, que ainda nem atingira os 11.730 livres e 921 escravos (o número é apenas relativamente fiável) que figuravam no Recenseamento Geral de 1872¹¹⁹. Ao lado dele, o impacto da vitória parcial (a vitória cabal dos importados ilegalmente, mas não apreendidos pela marinha, coincidiria com o golpe de misericórdia da própria escravidão e ainda demandaria muito fôlego e foro) de uma luta jurídica travada décadas a fio pela liberdade também se fazia sentir. E a capital paranaense tinha, pela primeira vez, uma comunidade de negros libertos não pela mão dos senhores, mas pela mão do Estado.

b) O que era uma novidade (a intervenção pública na propriedade privada), transformar-se-ia, pouco a pouco, numa realidade cotidiana em Curitiba, como alhures. A Guerra do Paraguai, deflagrada quase simultaneamente, exigiria esforços que estavam além das forças do Exército, da Armada Imperial e da Guarda Nacional. Em decorrência disso, foi constituído, em janeiro de 1865, o corpo de chamados *Voluntários da Pátria*. Cedo se percebeu que as adesões de iniciativa própria não seriam suficientes para engrossar as fileiras de tropas e, passada a inicial euforia patriótica, no final do mesmo ano, praticamente inexistiam voluntários disponíveis para a tarefa, levando à necessidade irônica de recrutamento compulsório dos mesmos. O próprio Decreto 3513 já regulamentara o sistema de substituições, que se tornou prática corrente, por meio do qual integrantes da Guarda Nacional poderiam enviar cativos no lugar de lutarem pessoalmente no conflito e, em novembro de 1866, o Conselho de Estado recomendou a libertação dos mesmos, com respectiva indenização aos senhores, para destiná-los aos fronts de combate. Segundo Brito, que estudou o processo no Paraná, “esse decreto obteve grande aceitação e, a partir de 1867, foi promovida a venda de inúmeros escravos ao Estado Imperial”¹²⁰, forçados a participarem na Guerra. Complementando

justamente uma mulher, Maria Lourença, conforme ouviu-se da boca do próprio escravo (Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7552, Cx. 287).

¹¹⁹Disponível virtualmente em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil# Segundo Robert Slenes (Op. cit.) os dados do recenseamento sobre os escravos não são confiáveis, devendo os historiadores tirar maior proveito das relações da matrícula especial do mesmo ano. Vale consignar, sem olvidar essa ressalva, que, pelas informações disponíveis, mais de 1/3 da população então livre na Freguesia de N. S. da Luz de Curitiba era preta, parda ou cabocla. Contabilizados os escravos, a proporção subiu para quase metade dos habitantes do termo da capital.

¹²⁰ BRITO, Edilson Pereira. *Cidadania, escravidão e recrutamento militar na Província do Paraná (1864-1870)*. In: Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política: “Sociedade e Política em Termos de Incerteza”. Curitiba: UFPR, 2009, p. 4. Disponível em:

essas informações com um levantamento inicial, localizamos no *Catálogo Seletivo de Documentos* exatos 46 escravos advindos da capital que foram remetidos com as respectivas cartas de alforria para servirem junto às forças armadas¹²¹. Até novembro de 1867, sete cativos haviam sido libertados e enviados ao governo provincial para inspeção como substitutos de homens livres convocados. Nos anos seguintes, o número cairia para um único caso de substituição em 1868 e outro em 1869. Já a modalidade de libertação por indenização do Estado ganharia vulto no final de 1867 (em fevereiro deste ano já se fizera circular no *Dezenove de Dezembro* o telegrama do Imperador que informava sobre os 100 mil contos de réis que destinara para libertação de escravos que “quisessem” seguir para a guerra¹²²), com nove casos apenas no mês de dezembro e outros vinte em 1868. Em sete registros não pudemos identificar com precisão o motivo da manumissão e um foi apresentado como *alforria condicional*, sendo a condição estabelecida pelo senhor justamente a incorporação do ex-escravo na campanha contra o Paraguai. Esse breve cálculo deixa entrever que não era exatamente o ufanismo, e sim interesses de ordem econômica ou egoística que primavam na opção desses proprietários, apesar de termos apurado ao menos uma oportunidade em que a determinação de juntar-se à Armada parece ter partido espontaneamente do cativo José, pertencente ao vigário João Alves Cordeiro, em Paranaguá¹²³. Não obstante, o negócio que se fazia do recrutamento de guerra nem sempre dava certo. O número de libertos efetivamente examinados e tidos por aptos para o alistamento parece ter sido menor do que a quantidade dos que foram a isso destinados por seus senhores. Os relatórios governamentais do período dão conta dessa diferença¹²⁴. A farra ainda duraria muitos

<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT4/EixoI/cidadania-escravidao-EdilsonBrito.pdf> Acesso em: abril/2012.

¹²¹ Muitos outros indivíduos podem ser encontrados em fontes distintas, como nos periódicos. Entretanto, não pudemos levar a cabo uma varredura completa das mesmas.

¹²² *Dezenove de Dezembro*, 27 de fevereiro de 1867, p. 3.

¹²³ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007 / AP 275, v. 02, 158.

¹²⁴ “A milícia cidadã não completou o seu contingente, mas contribuiu com 34 praças que marcharam durante a minha administração (...) Destas, 14 pertencem ao commando superior da capital (...) Dos recrutas apresentados pela polícia foram apurados 31. Foram, alem destes, remetidos para o exercito 16 voluntarios e 3 libertos, e para a marinha 11 aprendizes marinheiros, 2 voluntarios, 43 libertos, 2 recrutas e 1 imperial marinheiro. O total das forças remetidas para o exercito e armada durante a minha administração attinge, portanto a somma de 145 praças”. (PARANÁ. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da provincia do Paraná na abertura da 1.a sessão da 8.a legislatura pelo presidente, bacharel José Feliciano Horta de Araujo, no dia 15 de fevereiro de 1868*. Curitiba, Typ. de C. Martins Lopes, 1868, p. 6). No ano seguinte, Antonio Augusto da Fonseca, relatava à Assembléia Provincial, e ao vice-presidente Ermelino de Leão que de setembro do ano anterior até 1º de setembro de 1869, 2 voluntários da pátria, 24 recrutas, 2 substitutos libertos e 1 guarda nacional haviam sido enviados ao Exército, ao passo que, para Armada, foram remetidos 2 voluntários e 15 recrutas de todo o Paraná. (PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de*

anos, somente sendo suspensa em junho de 1886, através de um aviso exarado pelo Ministério da Guerra, declarando “que não devem ser admittidos ao serviço militar, como voluntários do exercito, indivíduos escravos, libertos por seus senhores sob essa condição, salvo si *motu próprio* vierem assentar praça”¹²⁵. Se, por um lado, essas medidas poderiam parecer vantajosas aos seus proprietários, os próprios cativos também passaram, com o tempo, a encará-las como possíveis alternativas de emancipação, uma viela a mais a ser considerada no longo caminho até a liberdade. Em alguns casos, agiram no sentido de influir na decisão de seus senhores para os alistarem. Mesmo o imperador incentivava essa atitude, com o mote “*Forças e mais forças a Caxias*” e o exemplo da emancipação que determinou aos escravos das fazendas nacionais. Há notícias de que as Forças Armadas também faziam – e isso desde os albores do século – “vista grossa” à incorporação de escravos fugidos aos batalhões, o que foi denominado por Kraay de o “abrigo da farda”¹²⁶. O que, a seu turno, causou problemas de natureza jurídica. Como as autoridades centrais não cansariam de reiterar nas décadas seguintes, a Imperial Resolução de 15 de maio de 1872 determinaria “que se deve haver todo o cuidado para que não se alistem escravos nas fileiras do exercito, mas, si algum conseguir assentar praça e chegar a prestar serviços, não voltará á condição de captivo”¹²⁷, devendo-se proceder à devida indenização dos senhores. A despeito das continuadas tentativas de impedir o alistamento de escravos¹²⁸, o costume enraizara-se nas estratégias de liberdade. Nos tardios anos 1880, muitas cartas de alforria ainda foram expedidas nessas condições¹²⁹. A farda e as insígnias exerciam uma forte atração:

O título de capitão-mor arianizava os próprios mulatos escuros – poder mágico que não chegaram a ter tão grande as cartas de bacharel transformadas em cartas de branquidade; nem mesmo as coroas de visconde e de barão que Sua Majestade o

Leão pelo Excellentissimo Ex-Presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Pará. Curityba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1869, p. 9).

¹²⁵ *O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência*, v. 40, maio/ago 1886, p. 675.

¹²⁶ KRAAY, Hendrik. *O abrigo da farda: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888*. In: *Revista Afro-Ásia*, n. 17. Salvador: Ed. da UFBA, 1996, pp. 29-56.

¹²⁷ *O Direito*, v. 25, maio/ago. 1881, p. 366.

¹²⁸ A circular do Ministério dos Negócios da Guerra de 22 de outubro de 1884 ordenava uma série de providências “para que escravos não assentem praça no exercito” (*O Direito*, v. 35, set./dez. 1884, p. 591).

¹²⁹ Sobre o assunto, citamos as decisões do Ministério da Guerra de 4 de maio de 1885 “sobre as cartas de alforria de escravos que conseguirão assentar praça no exercito” (*O Direito*, v. 37, maio/ago. 1885, p. 616) e do Ministério da Agricultura de 8 de outubro de 1885 para que “no acto de pagar-se o valor das alforrias de escravos fugidos, que assentarem praça no exercito, devem os ex-senhores apresentar as respectivas cartas de alforria” (*O Direito*, v. 39, jan./abril 1886, p. 185).

Imperador colocaria sobre cabeças nem sempre revestidas de macio cabelo louro ou mesmo castanho.¹³⁰

A confluência desses fatores levou pesquisadores a estimativas elevadas e contraditórias sobre a participação negra no conflito: Robert Conrad menciona 20 mil liberdades concedidas nesse esquema¹³¹ e J. J. Chiavenato não hesita em sugerir que os negros libertos eram “a maioria absoluta dos soldados que fizeram a campanha”¹³². Como contraponto, Ricardo Salles afirma que o contingente escravo não teria ultrapassado 10% do total de combatentes no Paraguai¹³³. Embora os números sejam desconhecidos, o certo é que o próprio Exército brasileiro, pela grande quantidade de afrodescendentes que apresentava, sofreu ridicularizações por parte de jornais paraguaios, que pejorativamente chamavam seus integrantes de *macacos*. Com tamanha participação de libertos, antigos como de última hora, em ao menos três dos quatro exércitos envolvidos na guerra¹³⁴, o impacto no universo da escravidão foi enorme:

Os negros eram enviados, coercitivamente, em grande número para a linha de frente e foram os grandes imolados nas batalhas ali travadas. Registrando opiniões de viajantes estrangeiros, chega-se à conclusão de que no Exército brasileiro para cada soldado branco havia nada menos que 45 negros. (...) Os negros mortos somaram de sessenta a cem mil – há estimativas que informam até 140 mil.¹³⁵

Além das mortes, a própria estrutura militar reproduzia a hierarquia social e racial enraizada no imaginário das elites como um todo. No entanto, findo o conflito, o saldo de homens e mulheres (suas companheiras ou esposas) livres não foi desprezível, sujeitos que, segundo Moura, “tiveram seu nível de consciência alterado”¹³⁶ conforme se rearticulavam, nesse novo contexto, as relações inter-raciais. Um câmbio na postura de uma parcela dos setores militares de base com respeito à escravidão também já foi mencionado pela historiografia, significando um legado a mais no processo das lutas de

¹³⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15 ed. São Paulo: Global, 2004, p. 727.

¹³¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 96.

¹³² CHIAVENATO, Júlio José. *Os Voluntários da Pátria e Outros Mitos*. São Paulo: Global, 1983, p. 27.

¹³³ O autor apresenta, entre outros dados, as contas do Ministério da Guerra de abril de 1868, de acordo com as quais, desde o começo da guerra até aquele momento, apenas 3.897 libertos haviam sido alistados, sendo eles: 287 “da nação”; 67 da “casa imperial”; 753 “gratuitos”; 95 de “conventos”; 1.806 à “conta do governo”, isto é, pagos com indenizações; 889 “substitutos” (SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 65).

¹³⁴ TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. In: Revista Estudos Avançados, vol. 9, n. 24. São Paulo: Editora da USP, Maio/Agosto 1995, pp. 287.

¹³⁵ MOURA, C. Op. cit., p. 183.

¹³⁶ MOURA, C. Idem, p.184.

emancipação, batizado de “abolicionismo popular”, por R. Conrad¹³⁷. *Pari passu*, Manuela Carneiro da Cunha ressalta a importância do aspecto intervencionista da ação estatal na propriedade privada, ousadia autorizada apenas por circunstâncias beligerantes excepcionais, tais como a Guerra de Independência da Bahia e a Revolta dos Malês. “Na época da Guerra do Paraguai (1865-70)”, prossegue a autora, “repete-se a promessa de liberdade aos escravos que fossem combater, e repete-se a grita dos senhores”¹³⁸. Na mesma direção vai a avaliação de Joaquim Nabuco sobre a ocasião:

O efeito do decreto de 6 de novembro de 1866 que concedeu gratuitamente liberdade aos escravos da nação que pudessem servir ao Exército, e estendeu o mesmo benefício sendo eles casados às suas mulheres, foi um desses efeitos que se não podem limitar ao pequeno círculo onde diretamente se exercem (...) ¹³⁹

Assim, o ano de 1868 despontou, desde sua primeira hora, com a liberdade na pauta do dia, na ponta das línguas. Duas décadas antes da Abolição, já os ânimos escravos achavam-se exaltados e os nervos senhoriais à flor da pele. Nestes instantes decisivos, cada movimento de ambos os lados podia ser sentido pelo adversário como uma tomada de posição na trincheira a favor ou contra o cativo. Curitiba foi um dos campos dessa batalha. O direito foi outro. Sem mais delongas, adentremos o tiroteio...

¹³⁷ Prova disso, no Paraná, foi a atuação expressiva de militares na campanha abolicionista local. Foi um capitão do Exército, Floriano de Castro Lavour, que lançou em janeiro de 1885, a ideia da criação do Clube Abolicionista Paranaense e, às portas da abolição, foi por iniciativa do Clube Militar também que se fundou, em Curitiba, uma Confederação Abolicionista Paranaense. Segundo Graf, o próprio Clube “era composto em sua maior parte por soldados que haviam participado das campanhas paraguaias e em quase todas as sociedades [emancipadoras e abolicionistas] se nota a predominância de militares, que, geralmente, assumiam a diretoria. Esta constatação reforça a antiga tese de que, com a Guerra do Paraguai, a classe militar ter-se-ia conscientizado, mais depressa do que qualquer outra, da necessidade de reconduzir os escravos à liberdade” (GRAF, Márcia E. Op. cit., p. 108).

¹³⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 136.

¹³⁹ NABUCO, J. Op. cit., p. 69.

1. Capítulo Primeiro – O “indiferentismo jurídico” dos senhores: vontade e voluntariedade proprietárias

“(...) negro não tem justiça e sim laço!”¹⁴⁰

1.1. “Minha livre e espontânea vontade”

Era abril de 1870. Os oitenta e poucos voluntários da pátria paranaenses chegavam de regresso a Curitiba e a cidade enfeitou-se para recebê-los. Música e comoção saudaram os populares brancos e os negros libertos, valorosos sobreviventes da aspereza das trincheiras paraguaias, em frente à Igreja Matriz¹⁴¹. Escravos também haviam triunfado na derradeira batalha de Nhu-Guaçu, mas ainda restava toda uma guerra a se travar contra o cativo. E se alguns deles puderam subtrair-se ao domínio senhorial safando-se da morte, outros deveriam festejar a visita dessa hóspede singular, pelo mesmo motivo. Em dezembro daquele ano, foi o mulato Sebastião, de vinte anos, quem alcançou a alforria, graças ao providencial falecimento de sua senhora, Maria da Costa Pinto, viúva de Francisco de Souza Pereira. De seu testamento, escrito e selado em 1864, constavam palavras de reconhecimento e de “amor filial” que lhe devotava:

Declaro mais que deixo liberto em dita minha terça como defacto libertado tenho, ao meo escravo de nome Sebastião, mulato claro, de idade mais ou menos dezeseis annos, de cuja liberdade gozará depois de minha morte sem onus algum, como se de ventre livre nacesse, o que faço em remuneração aos bons serviços que me tem prestado e amor filial que tenho no mesmo escravo. Deixo ao dito Sebastião, ora liberto, duas vacas com cria, e um macho arreado. Declaro que ha um anno mais ou menos libertei por escriptura publica passada no cartorio do segundo tabilião a minha escrava Maria, cuja liberdade por esta confirmo. Deixo a minha escrava Maria liberta duas vacas com cria.¹⁴²

As duas “vacas com cria”, mais o “macho arreado” com que Sebastião foi recompensado por seus “bons serviços” valiam, juntos, 50 mil-réis, que lhe foram pagos, assim como sua liberdade (avaliada em 1 conto de réis), ao final da divisão. Por

¹⁴⁰ Auto de perguntas feitas a Pelágio, 1881 (Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI7796, Cx. 297.).

¹⁴¹ Uma famosa imagem evoca a cena. Vide: Anexo 3 – “Festejos de recepção dos Voluntários da Pátria em Curitiba, 1870”.

¹⁴² Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI6961, Cx. 271.

sua vez, Maria já havia sido beneficiada com a manumissão, que sua senhora apenas “confirmava” agora. Essa prática de antecipar a liberdade, mas manter a dependência, não era desconhecida. Segundo Sidney Chalhoub, que investigou a realidade da Corte no mesmo período, “era freqüente que senhoras idosas, temendo a doença e a morte súbita, recorressem a alforrias condicionais para proteger um escravo mais estimado das brigas entre herdeiros e motivá-lo a permanecer a seu lado até seus últimos dias”¹⁴³. Entretanto, nem todos os cativos de D. Maria tiraram a mesma sorte grande. Além dos dois agraciados pela fortuna – literalmente, já que era raro, em Curitiba, que escravos figurassem como herdeiros de seus senhores, ao menos na partilha oficial de bens (apenas em duas verbas testamentárias, dentre as que analisamos, isso ficou evidente¹⁴⁴) –, outros dez infelizes foram repartidos como espólio diante do juiz de órfãos. A denominação da vara competente vinha a calhar: esses homens, mulheres e crianças foram separados de seus parentes e companheiros, mudando de mãos ou sendo revendidos no âmbito do processo. Entre eles o pequeno Cândido, de treze anos, filho de Maria. Contudo, o menor foi o único que não entrou – nem poderia entrar, pelas regras de sucessão das Ordenações Filipinas¹⁴⁵ – no polpudo monte dos herdeiros, pois já fora doado pela inventariada à sua afilhada Domitília, de sua “livre e espontânea vontade”. Essa vontade podia ser espontânea, mas não era tão sem constrangimentos assim: as disposições testamentárias do *de cujus* deveriam respeitar o limite das forças de sua *terça*, isto é, a terceira parte de tudo que possuía, excluía a chamada *meação*, que era o quinhão de direito de seu marido ou esposa. No caso de D. Maria, que já era viúva, isso lhe permitia dar, ao seu alvitre, destino a uma boa quantia, com que, entre outros, decidiu favorecer Sebastião e Maria, escravos que davam a impressão de serem próximos da família de seus proprietários, de sua confiança e afeição. Muito bem. D.

¹⁴³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 114. Não apenas sinhazinhas idosas se valiam do expediente. Mathias Falcão d’Andrade, quando faleceu, em 1878, teve aberto seu testamento, onde se lia: “Deixo liberto a meo escravo de nome Candido de cor preta em remuneração dos bons serviços que me tem prestado e amor filial que no mesmo tenho o qual gozará d’ella depois de meo fallecimento como se de ventre livre nacesse, sem condição alguma o que faço somente por esta verba que lhe servirá de título”. O inventariado não teve filhos ou herdeiros legítimos, podendo Candido ser um cativo de real afeição ou mesmo um rebento espúrio seu (Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR PB 045 PI 7577, Cx. 288).

¹⁴⁴ Vez por outra, eram os próprios escravos que tomavam posse do que acreditam lhes pertencer. Em 1878, o tenente diretor da Colônia do Jataí, Cândido Cardoso de Oliveira Guimarães, oficiava o Dr. Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, presidente da Província, para informar que os escravos da falecida viúva de Feliciano Antônio Prates haviam ocupado parte das terras da colônia, dizendo pertencer-lhes, embora não houvesse qualquer documento de doação dessa nos registros públicos (Arquivo Público do Paraná. APPR 0553, vol. 20, pp. 29-31).

¹⁴⁵ No ano seguinte, reiterando essas regras, o Supremo Tribunal de Justiça assentaria, na Revista Cível n. 7.880, de 7 de outubro, que “*Em inventário não podem ser avaliados, nem partilhados escravos, que tenham sido legalmente dados pelo inventariado*” (*O Direito*, v. 3, p. 494-495).

Maria devia ser uma pia senhora, pois deixou parte de sua terça também para as reformas da Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (a mesma que servira de cenário para a recepção dos voluntários da pátria¹⁴⁶). Talvez seus filhos e netos também o fossem, respeitadores que se mostraram das suas últimas vontades: se houve oposição à alforria de Sebastião, ela não ficou registrada nos autos do inventário. O que não quer dizer pouco, haja vista a quantidade de cabeças de gado – “vacas com cria” e “machos arreados” – que não poderiam comprar com aquele conto de réis que o escravo valia.

Mas não era sempre que as famílias curitibanas estavam dispostas a cumprir sem titubear tão católicos preceitos. José Martins de Almeida e sua mulher, Ignacia Joaquina dos Santos, haviam passado, em 2 de maio 1863, carta de liberdade com condição a seus escravos Maria, João, Damasia, Guiomar, Anna, Florianana, Francisco, Lucio e Candido, o que foi confirmado num primeiro testamento do dito José Martins, escriturado no mesmo dia (atos jurídicos da vida civil, como esses, dependiam de acesso às respectivas estruturas estatais, eminentemente urbanas e centralizadas – basta lembrar a reclamação do Visconde de Uruguai sobre o excesso de cabeça e a falta de pernas e braços da burocracia imperial¹⁴⁷ – não raro sendo realizado numa única leva por aqueles que, à maneira de José e Ignacia, residiam no rocio da cidade). A tal “condição” da liberdade dizia respeito aos serviços que, mesmo forros, ficavam os manumissos obrigados a prestar a seus ex-senhores até o dia em que Deus os levasse deste mundo. Esse dia não demorou a chegar para José Martins. Falecendo ele cinco anos mais tarde,

¹⁴⁶ E que vivia aos trancos e barrancos, num prédio mambembe de cuja reforma a Câmara Municipal e o governo da província se ocupariam durante os anos vindouros. Nela, diversos escravos pedreiros trabalharam, os quais foram beneficiados por um fundo particular instituído pelo engenheiro Giovanni Lazzarini, diretor das obras: “Com o consentimento do presidente da Província e da comissão das obras da matriz, o engenheiro Lazzarini instituiu uma caixa de socorro não só para os casos de enfermidade como também para promover a libertação dos sete operários escravos que trabalhavam naquela obra. A referida caixa se comporia da retirada de 1% do salário de cada operário e das ofertas feitas pelos fornecedores da obra. Por ocasião do aniversário natalício do Sr. Faria Sobrinho [Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho], Presidente da Província, foi dado início àquela ‘pia instituição’, tendo cada um dos operários deixado 10% de seus vencimentos, o que somado rendeu a quantia de 491\$000, que foi sorteada entre os trabalhadores escravos, obtendo prêmio o carpinteiro Bento de Souza” (GRAF, M. E. C. Op. cit., p. 94-95). Isso se deu em março de 1887. Em abril de 1888, apenas dois escravos sobraram entre os empregados da reforma. Herculano teve sua alforria comprada pelos colegas e “quanto ao pedreiro Isidoro, escravo do Sr. Mendes, o mesmo pessoal da igreja dirigiu um pedido ao digno cristão, Sr. Mendes de Sá, e à filantrópica Confederação Abolicionista a fim de obter a liberdade deste último e único escravo e confiam plenamente nos conhecidos sentimentos humanitários do Sr. Mendes para conseguir tão pio resultado”. (*Gazeta Paranaense*, 14 de abril de 1888, p. 2 *Apud* GRAF, M. E. C. Idem, p. 95). A enorme quantidade e o grau de organização dos escravos-pedreiros, como abordaremos adiante, além de sua ligação com as sociedades emancipadores e abolicionistas pode indicar a presença de um grupo articulado da Maçonaria também em Curitiba, hipótese que não pôde ser comprovada durante a pesquisa.

¹⁴⁷ Em 1862, escrevera: “É este o grande defeito das nossas administrações. Têm grande luxo de pessoal. Têm cabeças enormes, quase não têm braços e pernas.” (SOUSA, Paulino Soares de. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, p. 112).

sua viúva não apenas reiterou no inventário as alforrias concedias (que haviam sido novamente confirmadas por outro testamento, ditado em seu leito de morte), como também peticionou, através de seu procurador, Balduino Luiz de Souza, desistindo da condição de serviço que pesava sobre sete dos nove libertos. Reservou-se os cuidados apenas de João (pardo, crioulo, de 18 anos, avaliado em 1 conto e 500 mil-réis) e Candido (contando 22 anos e, de resto, em tudo semelhante a seu parceiro de jugo)¹⁴⁸.

Até aí, tudo corria sem problemas. O arranca-rabo teve início em julho de 1869, assim que D. Maria da Luz Cabral, sobrinha materna do finado Almeida, soube de tamanha generosidade. Segundo alegou na ação ordinária que, a seu rogo, ajuizou o bacharel Bento Fernandes de Barros, perante o juízo municipal de Curitiba, o suposto testamento de José Martins teria sido forjado por Ignacia Joaquina dos Santos, mancomunada com a afilhada de seu tio, e era, portanto, nulo de pleno direito¹⁴⁹. A história que contaram era das mais mirabolantes: no dia em que o tabelião fora chamado para produzir o documento, o testador já estaria acamado e sem gozo de suas faculdades mentais. Sendo instado por sua companheira para aquiescer com os termos do documento, que ela mesma teria ditado, respondera, apenas “para livrar-se da importunação”, com um vago “*de certo*”. A própria Ignacia, por essa versão dos fatos, seria uma fraude: embora se apresentasse como esposa de José Martins, viera com ele do Rio Grande do Sul, fugida de seu verdadeiro marido. Fernandes de Barros reconhecia que os dois viviam há anos juntos em Curitiba, mesmo sem serem casados, mas ressaltava que essa união “presumida”, uma vez abolida pelo Concílio Tridentino, era insustentável juridicamente. Assim, a contestação promovida por D. Maria da Luz e seu advogado se fundavam em um principal argumento: o de que o testamento, ainda que validado judicialmente, um ano antes, não refletia a real intenção de José Martins de Almeida – se é que, naquele estado moribundo, ainda tinha alguma – o qual, como senhor e proprietário dos escravos indevidamente alforriados, era o único capaz de dar-lhes o destino que quisesse. O testamento devia ser analisado não como um título portador de algum sentido, em si, mas à luz daquela *vontade senhorial* que o fundava:

O testamento cuja falsidade se articula é falso segundo a mesma significação da palavra – testamento –, cuja etimologia – *testamentio mentis* – dá a idéia de testemunho, de atestação da vontade de alguém, como observou Justiniano em suas *Institutas*, título XX; palavra que Ulpiano definiu assim: “*testamentum est mentis nostrae justa contestatio, in id solemmiter facta ut post mortem nostram valeat.*”

¹⁴⁸ Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI6740, Cx. 261.

¹⁴⁹ Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI6879, Cx. 265.

(D. Reg. 20, §1º); com o que concorda a definição de Modestino: “*testamentum est voluntatis nostra justa sententia*” (...) portanto não há venia uma grosseira falsidade, e fora irrisório dar o nome de – testamento – a um acto que não encerra a declaração da vontade do suposto testador, mas a de uma terceira pessoa que substituiu-se a elle. (grifos no original)

O libelo, que tinha sozinho quase vinte páginas, era acompanhado de mais cinco documentos, pelos quais a autora buscava provar a veracidade das graves acusações que fazia. O Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, patrono da ré ao lado de Generoso Marques dos Santos, pediu logo vista dos autos e, com cinco páginas e dois documentos, veio a contrariedade ao libelo, retrucando que o testador, quando anuíra com a verba que ora se questionava, “estava em seu perfeito juízo, embora enfermo”. Isso se podia mesmo verificar pelas disposições que se repetiam nos dois testamentos anteriores elaborados por José Martins (o de 2 de maio de 1863 e outro, de 18 de julho de 1852), em que Ignacia Joaquina já ficara consignada como sua universal herdeira. Apoiando-se, em igual medida, na legitimidade da vontade do chefe da casa, cabeça do casal, Generoso Marques, que assinava sozinho a peça, enfatizava que “a resposta dada pelo testador ao tabellião, quando este lhe perguntou = *se era aquella o seu testamento* = , foi justamente aquella com o mesmo testador costumava enunciar a affirmativa”. Tratava-se, de ambos os lados da demanda, de uma inquirição minuciosa por insinuações, suspiros, expressões, pequenos gestos e até idiossincrasias vocabulares do falecido senhor. Toda essa infinitesimal reconstituição não era aleatória. Ao contrário, servia para determinar qual fora, afinal, sua vontade com relação aos cativos e ao resto de seus bens, da qual se extraía toda a validade do testamento em litígio. O juiz João Baptista Brandão de Proença não pensava diferente e, na sentença de 28 de julho de 1870, assentou que “não havendo a autora produzido prova alguma do articulado em seu libello (...) tem por esse facto decahido da acção”. Foi por falta de provas, e não por incorreção do pressuposto jurídico¹⁵⁰ com que trabalhavam, que D. Maria da Luz Cabral e seu procurador perderam a causa e mais 48 mil-réis, embolsados por Generoso Marques a título de honorários da parte vencedora (quase o que herdara Sebastião).

Nada disso, aliás, era novidade para os advogados de D. Ignacia e para o juiz municipal. Em 8 de novembro de 1869 eles estiveram reunidos, em casa de D. Lia Leopoldina Gomes para averiguar se era verdade que seu falecido esposo, o Tenente-

¹⁵⁰ D. Maria da Luz e o Dr. Fernandes de Barros cairiam da cadeira se soubessem que, na Apelação Cível n. 194, o Tribunal da Relação de Ouro Preto firmaria, no final de 1876, que “a nullidade do testamento não prejudica ás disposições relativas á liberdade de escravos nelle contidas” (*O Direito*, v. 13, 1877, p. 329).

Coronel Luis da Silva Gomes, em artigo de morte, declarara "que queria que o seu escravo Felisbino ficasse liberto, desde que d'este mais não precisasse". Era o que narrava Marques, a pedido de D. Policena da Silva Gomes, em uma inicial de "*justificação para declaração de liberdade*", como foi autuado o procedimento¹⁵¹. Não fazia nem duas semanas do passamento de seu ex-senhor e o cativo já dera um jeito de angariar aliados para sua emancipação: além de Marques e Sérgio de Castro, assinavam o pedido Augusto Lobo de Moura, Ricardo Affonso Coelho e Benedicto Enéas de Paula, os quais vinham "em cumprimento de um dever de humanidade e moral requerer á V.Sa. que, mandando tomar por termo esta declaração, seja servido de julgar o dito escravo Felisbino mantenido em sua liberdade como livre que é". Não houve grandes contratempos e, no dia seguinte à visita, Brandão de Proença julgou o caso "para que produza seus efeitos legais, e mando que seja o liberto Felisbino mantenido em sua liberdade na forma da lei". Mais uma vez, todas as diligências realizadas buscavam tão somente comprovar qual fora o comando partido do tenente-coronel, assinalando que estamos no encalço de um parâmetro jurídico estrutural, e não ocasional, de egressão do cativo. Não é fácil, por isso mesmo, discernir se o "dever de humanidade e moral" que esses homens cumpriam era para com a *liberdade do escravo* ou para com a *vontade do senhor*. Mais seguro é supor que nesta repousava a quintessência daquela:

(...) é a afirmação da ideia de que a liberdade do escravo só pode ter origem na vontade do seu senhor particular. É essa ideia que fundamenta a maioria das ações de liberdade analisadas para o período anterior à chamada "lei do ventre livre": os escravos defendem seu direito à alforria como exigência de cumprimento de determinações expressas do senhor.¹⁵² (grifos nossos)

Na esteira do que nota o autor, todos esses casos tiveram lugar antes da promulgação da Lei Rio Branco, em 28 de setembro de 1871. Efetivamente, nesses processos, fossem eles inventários, libelos cíveis ou "justificações" (que podemos, para os fins deste trabalho, enquadrar entre as ações de liberdade), o debate gira em torno das determinações, em vida ou *post mortem*, dos senhores e senhoras de escravos. O que não significa que o princípio da *vontade senhorial* não continuou sendo operacionalizado pela cultura jurídica mesmo após a nova legislação.

As intrigas suscitadas entre os herdeiros e credores de Lucas Rodrigues Fontoura, por exemplo, tiveram muito a ver com isso. Em seu testamento, Fontoura

¹⁵¹ Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI6897, Cx. 265.

¹⁵² CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 115.

declarara de forma bastante genérica “que os escravos que me pertencem em minha meação pelo presente os liberto, com a condição porem, de servirem a dita minha mulher durante sua vida”¹⁵³. A dita sua mulher chamava-se Roza Maria Váz, e era também sua inventariante, quem não deve ter ficado nada satisfeita com a surpresa. Afinal, não era pequeno o plantel do casal (na realidade, o maior que localizados dentre os inventários em todo o período¹⁵⁴): pudemos contabilizar 14 escravos, de seis meses de idade a 52 anos. O que significava, nada mais nada menos, que metade deles seria posto em liberdade, cujo valor somado beirava os sete contos de réis, uma fortuna incontestável para os padrões locais. Para complicar o que já não era simples, a Lei de 28 de setembro de 1871 encontrou o caso ainda em trâmite perante o juízo municipal de Curitiba. O nó estava dado, mesmo na cabeça do magistrado encarregado, Ernesto Dias Larangeiras que, em 3 de novembro, talvez buscando alguma ajuda para poder desatá-lo, abriu vistas ao Procurador Fiscal da Província, Ernesto Francisco de Souza Santos:

Não havendo o testador declinado em seu testamento os nomes dos escravos que, por sua morte, deverião ficar forros; e tendo pelo contrario, uzado de uma fraze genérica, declarando libertos aquelles que tocassem em sua meação, rezulta disto vários embaraços práticos, que cumpre ao Illustrado Sr. Juiz rezolver; me parece, porem, que o mais equitativo, neste cazo, seria comprehender na meação do testador o maior numero de escravos que esta pudesse comportar, afim de que o beneficio da alforria abrangesse a maior parte delles, entrando nesse numero os escravos mais velhos, pela presumpção de terem prestado mais serviços; ou então tiram-se seus nomes a sorte (...) (grifos nossos)

Já que não havia nem pista de como interpretar a vontade do testador, o melhor era apelar para uma solução francamente equitativa: ou se adotava um critério meritocrático, pelos anos de serviços já prestados, ou se deixava que a mão do destino escolhesse os premiados. O caso era complexo e, como notou o procurador fiscal, nem mesmo o recente art. 4º, §4º, da Lei 2.040, sobre escravos possuídos em condomínio¹⁵⁵, “pode ser applicado a hypothese em questão”. Tudo o que o ele recomendava era “providencias no sentido de evitar que se illuda a benéfica disposição do §7º, do art. 4º da lei supracitada”, o qual proibia a separação das famílias cativas em alienações e

¹⁵³ Arquivo Público do Paraná. 1871. BR APPR PB 045 PI7037, Cx. 270.

¹⁵⁴ Seguido pelo inventário de Joaquim da Costa Roza (Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI7145, Cx. 273), com onze escravos e de Ana Mauricia de Bittencourt, viúva do Tenente-Coronel Manoel José da Cunha Bittencourt (Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI6948, Cx. 267), com dez escravos, herdados, entre outros, pelo capitão da Guarda Nacional, Joaquim José Belarmino de Bittencourt, sobre quem discorreremos adiante.

¹⁵⁵ Art. 4º, § 4.º - “O escravo que pertencer a condôminos e fôr libertado por um dêstes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos.”

transmissões¹⁵⁶, como vimos ocorrer aos escravos de D. Maria da Costa Pinto. Salta aos olhos a presteza com que essas normas fizeram sua primeira aparição no foro da capital. Em 28 de novembro, exatos dois meses após a aprovação da lei, já ela se incorporava à prática – senão dos advogados ou do magistrado (que a ela não fizeram menção em nenhum momento durante o processo) – ao menos de um agente da burocracia administrativa. Isso, antes mesmo de expedido seu primeiro regulamento, o Decreto n. 4.835 de 1º de dezembro daquele ano, que especificou os procedimentos para dar cabo da “matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulher escrava”.

Apesar de sua eficiência, Ernesto de Souza Santos não convenceu seu homônimo Lorangeiras, que, tão logo recebeu sua resposta, passou adiante o imbróglio a outro colega de profissão, com despacho datado também de 1º de dezembro: “*Tratando-se de questão sobre liberdade de escravos, nomeio para servir de curador ad hoc o Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho*”. O curador dos escravos não tardou a prestar seu juramento, em que comprometia-se a defender seus direitos e interesses. Em 12 de dezembro já ele apresentava sua manifestação, que, em grande medida, acatava as sugestões formuladas pelo procurador fiscal, motivando-as, porém, por argumentação jurídica muito mais sofisticada e de tom menos casuísta:

É principio jurídico que se deve interpretar os testamento attendendo-se mais que tudo á mente e intenção do testador, pois deve ser sua vontade como lei observada: voluntas testatoris ut lex servanda est. Tendo em vista este principio com applicação ao caso vertente e considerando a protecção devida á liberdade sem offensa ao direito (...) Esse alvitre traduz, á meo ver, mais que outro qualquer a intenção do testador, porque na generalidade em que se acha concebida a disposição testamentária concernente á liberdade, parece revelar-se a vontade de estender-se o beneficio d’esta ao maior numero possível de escravos, preferindo-se os mais velhos, em favor dos quais milita a presumpção de terem servido ou prestado maiores serviços ao testador (...) Nem se diga que a pratica aconselhada por essa interpretação traz prejuízo á mulher do testador, porque este, instituindo-a herdeira do remanescente de sua meação e impondo aos libertos o ônus de servil-a em quando Ella viver, suppriu por esse favor a pequena desigualdade que se queira enxergar na partilha assim determinada, que pelo favor á liberdade é aplicada. (grifos nossos)

O princípio jurídico que falava mais alto, no caso concreto, era o da *vontade do testador*, que devia ser observada como se lei fosse: *voluntas testatoris ut lex servanda est*¹⁵⁷. A expressão é forte e denota que, na órbita da vida privada, acima mesmo da

¹⁵⁶ Art. 4º, § 7.º - “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe.”

¹⁵⁷ Ainda muito tempo depois a expressão estaria na boca dos juízes, aliás, dos ministros do Supremo Tribunal de Justiça que, na Revista Cível n. 10.139, em março de 1884, afirmariam sobre a vontade do testador, que “por modo nenhum podia nem devia ser contrariada, ao contrario, sempre religiosamente

vontade do legislador, mantinha-se o querer do senhor-testador soberano, razão porque não havia que se cogitar da aplicação da nova legislação imperial. Bastava tomar como norte esse “modo de interpretação” para bem solucionar o problema hermenêutico que se antepunha, “considerando a proteção devida à liberdade sem ofensa ao direito”. O direito que o Dr. Faria Sobrinho temia ver ofendido não podia ser outro senão o de propriedade, como deixou claro na preocupação para com os possíveis prejuízos de D. Roza Maria Váz. Esses prejuízos, é certo, tinham de ser minorados por uma série de medidas que ele mesmo exortava, com o objetivo alegado de impedir a posterior anulação da partilha, que traria prejuízo, aí sim, para seus protegidos. Na opinião do curador *ad hoc*, contornar qualquer “pequena desigualdade” que se pudesse enxergar no método de divisão por ele mesmo proposto era um imperativo do “*favor à liberdade*”, que devia sobrepor-se às demais contingências da demanda, desde que com moderação. Isso era exatamente o que o Dr. Ernesto Larangeiras precisava ouvir. Na mesma semana, em sua sentença, determinou que, depois de satisfeitos os legados, despesas do funeral e mais encargos, desse-se “liberdade aos escravos mais velhos até onde chegarem, relativamente á seus valores, as forças da mesma [meação], fazendo-se depois participar de igual beneficio aquelle ou aquelles de menor idade”. Coube ainda ao juiz de direito, Agostinho Ermelino de Leão, para quem os autos subiram para homologação, ordenar que se expedissem “incontinentem as cartas de liberdade aos escravos que livres ficarão nos termos da respectiva verba testamentaria”.

O resultado do caso nos permite avançar um pouco em nossas ilações: aqui, o ponto nevrálgico não era tão somente a busca pelo sentido da vontade senhorial (do *de cuius*), corolário da liberdade dos seus escravos, mas, principalmente, a maneira de se evitar que as disposições da verba testamentária colidissem com outra vontade senhorial (a dos herdeiros vivos). O que se torna inteligível, diante desses primeiros fragmentos expostos, é que o grande impasse enfrentado pelos juristas (curadores, advogados e magistrados) no tocante à sua postura diante do cativo era entre o tal “favor à liberdade” e o “direito de propriedade”, como tão bem explicitava o bacharel Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. A liberdade, para ser assegurada, precisava vencer tortuosos caminhos interpretativos, primeiro para se fazer emergir respaldada por uma propriedade originária (do legatário), como produto dela, e, depois, tendo de cuidar para não ameaçar as pretensões de nenhum outro senhor. Quem pelo foro de Curitiba

cumprida, por ser considerada lei sua vontade, conforme atesta a Ord. Do liv. 1º tit. 5º, *voluntas testatoris est lex servanda est.*” (*O Direito*, v. 35, set./dez. 1884, p. 188).

militasse em prol da liberdade escrava, nessa virada da década de 1860 para a de 1870, tinha de pisar em ovos para não arranhar a propriedade alheia.

Enfim, isso não se dava só aqui. Alguns meses mais tarde, outro juiz de direito, desta vez da 2ª Vara de Recife, estaria às voltas com dificuldades semelhantes: o preto Severino e demais escravos de José da Cunha Guimarães ajuizaram ação de liberdade contra os herdeiros de seu senhor, afirmando que o mesmo os havia deixado “todos” forros, usando dessa expressão ampla numa verba codicilar que alterava seu testamento para incluí-los entre os beneficiados. Em 27 de julho de 1872, Manoel Tertuliano Henriques julgou improcedente a causa, decisão que foi sustentada por duas vezes no Tribunal da Relação e apenas pôde ser modificada via recurso de Revista Cível na mais alta instância do Império, o Supremo Tribunal de Justiça, um ano depois:

(...) da declaração do codicillo de fl. 3 v., se manifesta que a intenção do testador era deixar-os livres por sua morte, e quando se trata de utimas vontades attende-se mais á intenção do testador do que ás suas palavras, e é assim que se devia interpretar a declaração do codicillo de fl. 3, attentos os favores que as nossas leis concedem ás causas de liberdade (...) ¹⁵⁸ (grifos nossos)

O curador Faria Sobrinho – que ainda não o sabia, mas um dia chegaria à presidência da Província do Paraná –, não havia inventado as diretrizes hermenêuticas que empregava com base na *intenção do testador*, tampouco a noção de *favor à liberdade*. Muito pelo contrário, vinculava-se a uma cadeia discursiva que chegava até os eminentes ministros do STJ. Ao sanar uma dúvida, porém, o julgado instiga outras: quais eram, então, essas leis pátrias que garantiam tamanhos favores à liberdade escrava? Ao menos dois textos se haviam convertido, em meados do século XIX, pela vulgarização de seu uso, em verdadeiros chavões que afluem do manancial retórico das “causas de liberdade” do período: o Alvará de 1º de abril de 1680 (“*São mais fortes e de mais consideração as razões que há em favor da liberdade do que as que podem fazer justo o captiveiro*”) e a Ordenação Filipina do Livro 4º, Título 11, §4º (“*Muitas coisas são constituídas em favor da liberdade contra as regras do direito*”), que, a seu turno, derivava efetivamente de longíquos brocardos latinos, especialmente os do Livro 24 do *Digesto* (“*Multa contra júris rigorem pro libertate sunt constituta*). Em especial a segunda era sobejamente arrolada e de forma bastante genérica (seu contexto de origem será logo abordado), como verificou também Keila Grinberg no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Entre 1806 e 1832, a ordenação “L4, T11, 4”, como não raro aparecia

¹⁵⁸ *O Direito*, v. 1, 1873, p. 216-7.

citada, granjeou a posição de carro-chefe entre os argumentos esboçados por curadores de libertandos, naquela corte, sendo o Alvará de 1680 referenciado apenas três vezes¹⁵⁹. Não obstante, resta subentendido na oratória de magistrados e advogados, que esse favor tenderia, ainda durante muitos anos, a naufragar quando em rota de colisão com o rochedo do art. 179, XXII da Constituição Imperial de 1824 (“*É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude*”), a ponta, apenas, de um *iceberg* muito mais profundo, enraizado numa moderna *mentalidade jurídica proprietária*¹⁶⁰. Nascida nas revoluções burguesas europeias, ela tentava consolidar-se no Brasil. Como o caso de Severino demonstra e a historiografia sobre o tema tem apontado, essa tensão estava presente em nível nacional e foi determinante para a opção política conservadora pelo “gradualismo” no encaminhamento (premeditadamente legal) da questão servil:

Na verdade, os escravos não esbarravam apenas na avareza dos herdeiros, mas no próprio pacto de classe que garantia a continuidade da escravidão: a defesa do princípio da propriedade privada. O dilema da peteca, a contradição entre os princípios da liberdade e da propriedade privada, colocava um problema delicado: era preciso encaminhar a questão da extinção gradual da escravidão, evitando-se o perigo de desavenças ou divisões mais sérias entre os próprios grupos proprietários (...) O princípio da propriedade privada continuaria a ser o pacto social relevante para a classe proprietária e governante, porém seria necessário conciliá-lo com os reclames da liberdade.¹⁶¹ (grifos nossos)

O brevíssimo relato das façanhas de Iphigênio pode ilustrar esse dilema. Ao tempo em que D. Maria da Luz e Ignacia Joaquina (a ausência do distintivo “dona” nos autos já revela alguma coisa sobre o modo como a companheira de José Martins era encarada pela sociedade curitibana) se engalfinhavam, outro inventário corria os mesmos gabinetes, o de Joaquim José Gomes, proprietário de dez escravos¹⁶². Todos

¹⁵⁹ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros...*, ‘Tabela 1’, p. 121.

¹⁶⁰ Não é inventar a roda afirmar que a direção geral da experiência jurídica europeia, no que toca à propriedade, foi de uma pluralidade enorme de formas de relação entre *sujeitos* e *coisas* para a absolutização do *dominium*, mais do que isso (ou menos), de um tipo de domínio, o *dominium simplex*, total, puro e sem mediações. Essa é, por sinal, uma das principais teses de Paolo Grossi, à qual já aludimos *en passant* (GROSSI, Paolo. *A propriedade e as propriedades na oficina do historiador*. In: *História da Propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006). O “domínio útil é a ponta saliente de um projeto jurídico” (p. 62), de uma psicologia profunda da pré-modernidade em que o *mundo*, enquanto entidade externa e diferente do *homem*, tinha regras próprias, um ordenamento jurídico específico que precisava ser respeitado, ao passo que a *abstrakte Eigentum* é uma criação descarnada, projeção da vontade do autosuficiente sujeito moderno. Essa postura fortemente antropocêntrica (em contraposição ao *reicentrismo* medieval) faz com que “simplicidade e abstração, na sua interdependência e consequencialidade, constituam o ‘segredo’ de uma propriedade bem inserida no ‘moderno’ e dele especular” (p. 73). No campo da cultura jurídica, essas diferenças se expressariam, continua Grossi, na disparidade entre uma “civilização possessória” e uma “mentalidade angulosamente proprietária”, que o autor ilustra com a imagem de Roma (p. 45).

¹⁶¹ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 122.

¹⁶² Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI6852, Cx. 263.

eles seriam legados à sua viúva, D. Francisca do Nascimento Cabral, não fosse a apresentação nos autos, no dia 5 de março de 1870, subitamente e sem que neles fosse parte, de um certo Temotio Vicente Ferreira, dispondo-se a libertar um dos cativos:

Diz Temotio Vicente Ferreira deste districto que, no inventario dos bens do finado José Joaquim Gomes foi avaliado um escravo de nome Iphigenio pela quantia de seis centos mil reis, e o Supple. para libertal-o offerece mais a quantia de oitenta mil reis por isso requer a V.S^a. mande responder a D. viúva e o Curador geral e não havendo duvida ordene que junte este aos autos de inventario e se passe a carta de inventario por tanto (...)

Certamente, a carta que ele desejava ver passada a Iphigenio era a de liberdade e não a de “inventário”, um pequeno deslize de quem, como leigo, não deveria estar familiarizado com esses detalhes jurídicos. Para que não houvesse oposição nem da “dona viúva” (Temotio não deveria ser lá muito chegado à família do falecido), nem do curador-geral dos órfãos, acrescentava ainda 80 mil-réis à estimativa dos peritos sobre o valor do escravo. Assim, ninguém poderia dizer que, em nome de uma liberdade, tinha suas posses saqueadas. Tanto o benfeitor de Iphigênio sabia o que estava fazendo, que sua cartada deu certo. Os interessados, replicando o despacho do juiz Larangeiras, concordaram com a negociata e a manumissão foi encetada. Ora, é que estava bem conciliado o “princípio da propriedade” com os “reclames da liberdade”. Mas seria mesmo apenas filantropia o que movia Temotio Vicente a comprar por um alto preço a felicidade do escravo mais caro do legado do senhor Gomes? Tanta bondade parece antes uma estratégia para burlar a justiça, que ainda não reconhecia oficialmente que cativos pudessem também ser sujeitos proprietários. Não é descartável a hipótese de que, ao menos em parte, o dinheiro que pagou a liberdade de Iphigênio pertencesse a ele mesmo, e não a Temotio, que teria apenas peticionado em seu favor. A despeito da discussão sobre o pecúlio dos escravos, que andava candente na Corte, durante a tramitação do projeto Rio Branco (jogando os parlamentares uns contra os outros, mesmo dentro de suas próprias facções), sua aceitação só viria no ano seguinte¹⁶³. O que

¹⁶³ Mesmo depois da legalização do direito de pecúlio, contudo, tais situações continuariam a reproduzir-se, como ocorreu com Thomás, escravo de Joanna dos Santos Castro. Morta sua senhora, em 1882, ele pôde contar com o auxílio de João Francisco Kuster nos autos do inventário, que o requereu no seu quinhão da partilha, comprometendo-se a pagar o valor excedente, pois “desde já lhe dava plena e irrevogável liberdade” (Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7923, Cx. 303). Alguns meses mais tarde, foi a vez de Hyppolito, mulato de 50 anos, encontrar sua saída do cativo. Ele foi avaliado por 250 mil-réis no inventário de seu finado senhor, João José da Costa e Silva, rico negociante da cidade. Seus outros três companheiros de oito foram emancipados condicionalmente pela intervenção de José Lourenço de Sá Ribas em favor dos menores herdeiros – nos termos do disposto no artigo 4º, par. 2º da Lei 2040 e art. 56 do Decreto n. 5135 de 13 de novembro de 1872 –, a quem ficaram obrigados a

era um direito costumeiro dos cativos ainda não se convertera em um direito legal, como exploraremos adiante, e Temotio poderia ser mais uma peça no plano que o próprio Iphigenio traçara para escapar da sujeição. Um plano, aliás, bem sucedido.

Aqui talvez possamos sondar, nas entrelinhas do despacho tão seguro do inseguro Ernesto Larangeiras, e mesmo entre os erros de sintaxe de Temotio, indícios da circulação de outro texto normativo. Se a Lei do Ventre Livre, reguladora pela primeira vez do pecúlio dos escravos, ainda demoraria alguns meses a aportar em Curitiba, a Lei de 15 de setembro de 1869 que, entre outras coisas, acabara de disciplinar a concessão de liberdades em inventários – desde que incólume a propriedade, isto é, preservados os direitos de credores e interesses de herdeiros – fazia sentir seus efeitos:

Art. 3º Nos inventarios em que não forem interessados como herdeiros ascendentes ou descendentes, e ficarem salvos por outros bens os direitos dos credores, poderá o juiz do inventario conceder cartas de liberdade aos escravos inventariados que exhibirem á vista o preço de suas avaliações judiciais.

De certa maneira, a letra da lei já admitia, ou no mínimo insinuava, a possibilidade de que o próprio cativo houvesse amealhado seus vinténs mas, judicialmente, a legitimidade desses recursos ainda poderia ser facilmente contestada. Mais seguro era colocar as moedas na mão de um outro senhor branco, contra quem a resistência das autoridades (e dos herdeiros) seria mais branda. Mais do que isso, existia uma tradição legislativa que remontava às longínquas Ordenações Manuêlinas, cujo Livro IV, Título XXV (*Que cada um possa vender seu herdamento e coisas que tiver e não seja constrangido de as vender contra sua vontade, salvo nos casos abaixo declarados*) já autorizava a intervenção de cristãos no “resgate” de mouros cativos, especialmente frutos de heranças deixadas, inclusive com possibilidade de constrangimento judicial. A previsão foi reeditada nas Ordenações Filipinas quase

servir por mais sete anos (isto é, para depois da data da Lei Áurea!). Hyppolito, contudo, foi enviado a leilão, com proposta de lance pelo preço da avaliação, dada por certo Sr. Veríssimo, em março. Antes da venda judicial efetivar-se, no entanto, apareceu Julio Eduardo Gineste, credor do espólio de Costa e Silva no valor de 654 mil-réis e veio “requerer a VSa se digne suspender a praça do escravo Hyppolito afim de ser alforriado pelo sendo ao que toca o supplicante ficando porem o supplicante sujeito as despesas e parte relativa que lhe toca pela liberdade do mesmo escravo”. O Curador Geral dos Órfãos, Euclides Francisco de Moura, dá seu parecer favorável: “Nada tenho a oppôr ao requerido pelo suppte., recomendavel por este sentimento humanitario; e somente requeiro que seja esta junta aos autos de inventário do finado Costa e Silva para confronto do valor do dito escravo com o do credito do supplicante”. Em 11 de maio do mesmo ano, portanto, é lavrado o termo de liberdade de Hyppolito, comparecendo Gineste em juízo e confirmando lhe dava liberdade “deduzindo-se esta quantia da importancia a que tem direito” (Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7954, Cx. 304).

literalmente, justamente sob o Título XI, do Livro IV, §4º¹⁶⁴ que, como vimos, era por vezes utilizado fora de seu contexto original na defesa de negros escravizados. Iphigênio e seu parceiro valiam-se desses “favores à liberdade”, séculos depois.

Comprar, ganhar, herdar: os meios franqueados aos cativos para chegar à liberdade eram escassos. Os mais “turbulentos” simplesmente não teriam a paciência de esperar tanto e recorreriam à fuga ou ao confronto direto, quando o conflito transbordava. Um panorama sobre as modalidades de alforria em Curitiba, no início do oitocentos, foi produzido por Adriano Bernardo Moraes Lima, a partir dos arquivos do Primeiro Tabelionato de Notas da Vila. Segundo os dados colimados pelo pesquisador, o tipo mais freqüente de liberdade, no período 1790-1825, foi a condicional, seguida pela onerosa e, por fim, a gratuita. Algumas vezes, mais de uma dessas características se sobrepunham num mesmo caso, mas era diante das condições restritivas que mais os senhores soltavam a língua e desatavam a declarar os motivos pessoais que tinham para manumitir não raro todo um grupo de escravos no mesmo ato¹⁶⁵. Para a província do Rio de Janeiro, Manolo Florentino identificou essa mesma estabilidade quantitativa das alforrias com condição entre os métodos de saída da escravidão: durante quase um século (1785-1871), sua proporção pouco variou no quadro geral (oscilando entre 15 e

¹⁶⁴ “4. E porque em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais: se alguma pessoa tiver algum mouro cativo, o qual seja pedido para na verdade se haver de dar e resgatar algum cristão cativo em terra de mouros, que por tal mouro se haja de cobrar e remir, mandamos que a pessoa que tal mouro tiver, seja obrigado de o vender e seja para isso pela Justiça constrangido.” (LARA, Silvia. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir./Coord.). *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000).

¹⁶⁵ “Como podemos observar pela tabela abaixo, uma quantidade significativa dos escravos alforriados em Curitiba o foram sob condição restritiva, atingindo quase 2/5 do seu total. A condição mais frequente encontrada nas cartas que compunham esta modalidade era que o escravo continuasse a servir seu senhor até que este morresse. (...) Dos 84 escravos libertados condicionalmente entre 1790 e 1825 em Curitiba, pelo menos 77 concordaram em servir seus senhores até sua morte. (...) A segunda modalidade mais utilizada no processo de manumissão pela sociedade curitibana foi a *onerosa*. Mais de 34% dos escravos libertados em Curitiba tiveram pagar por sua liberdade.” (LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de Crioulos: Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 - c. 1830)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2001, p. 98-100). Uma apresentação mais rigorosa desses dados pode ser conferida na tabela abaixo, elaborada por Lima:

TABELA 12
Distribuição dos Alforriados por Sexo e Modalidade da Alforria (Curitiba, 1790-1825)

Modalidade \ Sexo	Gratuita	Condicional	Onerosa	Onerosa e Condicional
Sexo	N	N	N	N
Homens	29	43	34	10
Mulheres	32	41	25	08
TOTAL	61	84	59	18

Fonte: Arquivo do Primeiro Tabelionato de Notas de Curitiba. *Escrituras de liberdade*, 1790-1825.

25%)¹⁶⁶. Não pudemos verificar, de maneira sistematicamente, se o padrão determinado por Lima continuava valendo para as alforrias concedidas em inventários, entre 1868 e 1888. À revelia dos algarismos exatos, contudo, a forte participação das *liberdades sob condição* no conjunto dessas fontes, bem como das *doações gratuitas*, como prêmio para cativos considerados merecedores, já é indicativa de algumas permanências nas práticas (jurídicas) escravistas, com um século de espaçamento.

Interessa, sobretudo, destacar o denominador comum que perpassa essas histórias: nelas, a liberdade nunca surge como uma *conquista escrava*, mas sempre como uma *concessão senhorial*. Juridicamente, essa concessão podia consubstanciar-se na simples, porém imprescindível, aquiescência dos herdeiros de Iphigênio, sua concordância tácita ou expressa à compra da alforria (liberdade onerosa), ou numa doação propriamente dita (fosse ela *mortis causa*, pelas determinações do testamento, fosse ela *inter vivos*, como o estratagema extravagante que montou D. Maria Eugracia Munhoz, com seu filho e netos, em 1869, para garantir a sujeição de dois jovens crioulos¹⁶⁷). Indiferente se gratuita, onerosa ou condicional, na ótica do antigo direito colonial português – que sobrevivia, na civilística, pela vigência incólume das Ordenações Filipinas – para todos os efeitos, a alforria equiparava-se à doação, um *ato unilateral de vontade*. A tal ponto essa associação estava ainda encravada no imaginário jurídico imperial, que ambos os institutos foram tratados conjuntamente durante quase toda a vigência da instituição servil pelo Livro 4º, Título 63 (*Das doações e alforria que se podem revogar por causa de ingratidão*).

Em seu ensaio clássico sobre a “relação entre a lei costumeira e a lei positiva no Brasil oitocentista”, Manuela Carneiro da Cunha estabelece os marcos de uma feliz interpretação política dessa realidade. A autora demonstrou que o silêncio da lei sobre certos hábitos reiterados – como era o caso do pecúlio dos escravos, ínsito no costume – não era acidental, mas visava ao domínio patriarcal e sua política paternalista, ponto cardeal do “sentimento de obediência e subordinação do escravo para com seu senhor, e

¹⁶⁶ FLORENTINO, Manolo. *Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871*. In: FLORENTINO, M. (org.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 343.

¹⁶⁷ Residente em Campo Largo (termo ainda anexo à comarca da capital), ela propôs, junto a seu advogado José Lourenço de Sá Ribas, uma ação para “legitimação de doação” que fizera a seu filho, Manoel d’Oliveira Cercal, do crioulo Antonio, de 24 anos. Transferia também para seu neto, Alfredo Luiz d’Oliveira Cercal, os direitos sobre o escravo Pompílio e, para sua neta, D. Maria dos Anjos, a mulata Ignocencia. Precisou fazer isso judicialmente porque queria garantir os termos dessa doação, segunda os quais, tanto Antonio quanto Pompílio não poderiam jamais ser alienados e ficariam livres tão logo morressem seus novos senhores (Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI6875, Cx. 265).

a dependência em que dele devia ser conservado”, palavras resgatadas de um parecer da seção de Justiça do Conselho do Estado, em 1854¹⁶⁸. Era nessa *ideologia da alforria* que ainda se fundamentava a prática social e o direito imperial, pelo menos até 1871:

Desde que deixadas à inteira disposição do senhor, as alforrias podiam desempenhar um papel poderoso na constituição dessa população dependente. Por mais que a alforria paga se assemelhasse a uma venda e seu preço se regulasse em geral pelo preço do mercado, nada era ideologicamente mais enfatizado do que a distinção entre ambas. (...) Nas cartas de alforria, mesmo naquelas que foram resultado de um resgate, nunca se deixa de insistir preliminarmente na generosidade ou na afeição do senhor pelo seu escravo e, em contrapartida, na fidelidade e nos bons serviços do cativo que tornaram elegível para a libertação. (...) Tudo isso supunha a existência de laços morais entre senhores e escravos, laços que não deveriam cessar com a alforria. (...) O controle privado da alforria tinha, assim, uma importância crucial: não só mantinha a sujeição entre os escravos, mas permitia a produção de libertos dependentes (...) mantendo os laços de gratidão e de dívida pessoal em troca da proteção do patrono.¹⁶⁹ (grifos nossos)

Sujeição, retribuição e dependência são as chaves para se abrir a porta do universo de relações entre senhores e escravos. Todas essas representações, temperadas ao longo de séculos de existência desse sistema produtivo, reforçavam a *passividade* dos cativos no anseio da liberdade, mais um bem (simbólico) que caberia aos proprietários, segundo sua vontade, distribuir. E os critérios para uma tal distribuição, eram, tautologicamente, a docilidade e submissão escrava. A questão elementar implicada no círculo vicioso das concessões e contraprestações, trocando em miúdos, era a *economia moral* da escravidão, termo corrente na literatura sobre o assunto. Os senhores tinham consciência clara da necessidade de autorizar certas graças em prol de um ou outro cativo de sua predileção, para legitimar moralmente a desgraça geral. A evidência desse cálculo político permitiu à historiografia desmistificar o caráter humanitário da alforria, caracterizando-a como uma “isca dourada e enganosa”, uma “armadilha”, uma “miragem”, um mecanismo, em suma, de cooptação. Era o famoso toma lá, dá cá. Mas os senhores certamente tomavam de seus escravos muito mais do que davam. Politicamente, a subsistência dessa “reciprocidade assimétrica” era a engrenagem que fazia girar sem grandes abalos a dominação paternalista, calcada no “estado de endividamento” permanente também dos libertos. A assimetria derivava naturalmente dos distintos *lugares sociais* de onde atuavam cada um dos envolvidos na emancipação; a reciprocidade advinha dos “bons serviços” prestados por determinados

¹⁶⁸ CUNHA, Manuela C. Op. cit., p. 142.

¹⁶⁹ CUNHA, M. C. Idem, p. 145-147.

escravos, que sugerem uma extrapolação de suas obrigações regulares de cativo mediano e que, por sua vez, vimos obrigar moralmente a alguns senhores:

A alforria – entendida como um dom e, por conseguinte, o estado de endividamento que ela engendrava – era um elemento fundamental na produção e reprodução das relações sociais que reforçavam o poder senhorial ao ampliar sua clientela. Apesar de muitas vezes um doador aparentar desinteresse em sua atitude, um dom nunca se desloca por nada. Sua transferência instaura uma relação de dependência recíproca que se desdobra em relações assimétricas de reciprocidade entre os protagonistas, traduzidas por obrigações e vantagens desiguais para ambos.¹⁷⁰ (grifos nossos)

Munido das categorias do *dom*, posta em movimento por Maurice Godellier (“*Aceitar um dom é mais do que aceitar uma coisa, é aceitar que aquele que dá exerça direitos sobre aquele que recebe*”¹⁷¹) ou da *dádiva*, como aparece em Marcel Mauss, Márcio de Sousa Soares conclui sobre a operação de alforriar, dentro desse paradigma da supremacia da vontade senhorial, que “o que o dono efetivamente fazia era libertá-lo [ao escravo] desse domínio, instaurando imediatamente uma nova modalidade de subordinação derivada da obrigação de retribuir inerente à troca de dons”¹⁷². Obviamente houve situações em que essa dádiva foi suspensa ou restringida pelos mesmos banqueiros da “economia moral do dom”, que com ela consentiam. Francisco Eleutério da Luz libertou seu escravo Egydio com a condição de servir sua esposa até a morte, mas foi bastante explícito ao ressaltar que “se o dito escravo perder em qualquer circunstancia o respeito a minha mulher ficará sem effeito esta clausula e ficará ella com o direito de vendello como se escravo que então fica sendo”¹⁷³. Quando ele faleceu, em 1876, sua viúva, D. Petronilla Penteado da Luz, requereu no inventário a avaliação do *usufruto* (a tradução jurídica da *liberdade condicional*, isto é, do *regime do contra-dom*) que detinha sobre o cativo, e descobriu que os “serviços que Izidio pode prestar a usufructuaria” valiam 200 mil-réis. Portanto, Egydio ou Izidio, como quiserem, era um homem livre, mas nem tanto. Não pudera desprender-se por completo da figura do antigo patrono, centro de gravitação da vida doméstica e de seu universo jurídico, cujos ditames ainda o obrigavam, mesmo do além-túmulo. A relação de endividamento do donatário para com o doador, nesse sentido, adquiria certa autonomia, objetificava-se no

¹⁷⁰ SOARES, Márcio de Sousa. *Prêmio e Retribuição: a dádiva da alforria e o governo dos escravos na América portuguesa (capitania da Paraíba do Sul, 1750-1830)*. Paper apresentado no XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social. Coimbra, novembro de 2011, p. 5. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3e/marcio_soares_paper.pdf

¹⁷¹ SOARES, M. S. Idem, p. 2.

¹⁷² SOARES, M. S. Idem, p. 10.

¹⁷³ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI7374, Cx. 282.

instituto do usufruto, e era passível de transferência, ela mesma, para um novo *paterfamilia*. Dádiva e dívida pareciam, com essa dinâmica, confirmar um outro adágio jurídico em voga: “o acessório segue o principal”. E o acessório, neste caso, eram os negros cativos e libertos. Em termos técnicos, eles estavam (mal)fadados a servir a casa senhorial como membros de sua clientela, até o adimplemento da condição suspensiva, quando então entrariam no “gozo pleno” de sua liberdade. A alforria trazia gozo pleno, era o paroxismo de uma série de pequenos alvitre, mas não podia dizer-se dela que chegasse a ser orgástica. Pois o que ocorria se as tais “obrigações morais” não fossem cumpridas? A resposta era dada pelo direito. O inconveniente para os cativos assim alforriados era que, como mera liberalidade de seus donos, exímios na arte de bem amarrar juridicamente, uma concessão desse tipo corria o risco de ser revogada:

§7º Se alguém forrar seu escravo, livrando-o de toda a servidão, e depois que for forro, cometter contra quem o forrou alguma ingratidão pessoal em sua presença, ou em abstenecia, quer seja verbal, quer de feito e real, poderá esse patrono revogar a liberdade, que deu a esse liberto, e reduzil-o á servidão, em que antes stava. E bem assi por cada huma das outras causas de ingratidão, porque o doador pôde revogar a doação feita ao donatario, como dissemos acima. (Ord. Liv 4, Tit. 63)

A *alforria* era, por assim dizer, uma espécie do gênero *doação*, diferenciada apenas pelo seu objeto, a liberdade. Destarte, as mesmas causas de revogação aplicavam-se a uma e a outra, entre elas, a supracitada ingratidão do forro ou a omissão de socorro ao antigo senhor em caso de necessidade, sintetizada no §8º. Era mais um sinal de que “*não havia uma separação rígida entre “o direto das pessoas” e “o direito das coisas”, isto é, não ocorria uma alienação completa entre o doador e a coisa dada*”, como recapitula Soares¹⁷⁴. Por detrás do caráter *ideológico e moral* desses elementos, portanto, subsistia um endosso jurídico que permitia o uso da força (particular do senhor, ou pública, fornecida pelo Estado) na recondução ao cativo.

E essa era questão de ordem dogmática, não apenas política. Nos meios jurídicos, havia farta elucubração acerca da natureza de uma doação tão singular. A garantia de que à vontade do proprietário, originalmente, não se antepunham limites, podendo facilmente resvalar nas distorções da *voluntariedade*, era que, mesmo se no instrumento de doação (carta de alforria, por exemplo), fosse incluída alguma cláusula no sentido da sua não-revogação, esta seria nula por força do parágrafo décimo¹⁷⁵. Tais

¹⁷⁴ SOARES, M. S. Op. cit., p. 3.

¹⁷⁵ “Título 63. As doações puras e simplesmente feitas sem alguma condição, ou causa passada, presente, ou futura, tanto que são feitas por consentimento dos que as fazem, e aceitação daquelles, a que são feitas,

disposições só viriam a ser definitivamente extirpadas do arcabouço legal brasileiro pela referida Lei de 1871, embora desde a metade do século XIX, os tribunais se tivessem volvido mais atentos e rigorosos na fiscalização dos casos de reescravização (antes disso, ao que tudo indica, bastava uma escritura para que um senhor descontente chamasse um liberto de volta ao cativeiro¹⁷⁶), exigindo provas cabais dessa situação aos autores das demandas de reescravização.

Mas não era apenas a jurisprudência que, na década de 1860, tecia sérias críticas ao “barbarismo” decorrente do poder absoluto dos senhores. Naquela que pode ser considerada a mais contundente obra doutrinária sobre a questão – *A escravidão no Brasil. Ensaio historico-juridico-social* –, o afamado jurisconsulto Agostinho Marques Perdigão Malheiro oferecia uma interpretação sobre o problema das revogações de alforria segundo o “espírito moderno” que devia reger nosso direito. Estranhando a desproporção de um igual castigo para atitudes tão dessemelhantes como a “simples ingratidão verbal em ausência” e a “tentativa contra a vida do benfeitor”, comparava a manutenção dessa possibilidade jurídica a uma “verdadeira rêde em que o liberto podia facilmente cahir, e ser arrastado de novo para a escravidão”¹⁷⁷. Denunciando o “*excesso odioso*” dessas regras jurássicas, Malheiro empreendia uma retrospectiva histórica sobre o tratamento – muito mais brando, atestava – que elas recebiam no Direito Romano e brindava o leitor com sua grave opinião sobre o assunto, que aqui registramos:

Quanto a nós, é inadmissível hoje semelhante acção. Bem sabemos que a Ord. Liv. 4º Tit. 63 não foi *expressamente* revogada nesta parte – Há mesmo decisões dos tribunaes do Império que a presumem ainda em vigor. Mas de há tempos se levantarão serias duvidas a respeito; e graves pensadores se tem pronunciado em

ou do Tabellião, ou pessoa, que per Direito em seu nome póde aceitar, logo são firmes e perfeitas, de maneira que em tempo algum não podem ser revogadas. Porém, se aquelles, a que foram feitas, forem ingratos contra os que lhas fizeram, com razão podem per elles as ditas doações ser revogadas por causa de ingratidão. E as causas são as seguintes:

(...)

8. E bem assi, sendo o patrono posto em captivo, e o liberto o não remir, sendo possante para isso, ou stando em necessidade de fome, o liberto lhe não soccorrer a Ella, tendo fazenda, por que o possa fazer, poderá o patrono revogar a liberdade ao liberto, como ingrato, e reduzil-o à servidão, em que antes stava.

(...)

10. E posto que na doação feita de qualquer beneficio seja posta alguma clausula, porque o doador prometta não revogar a doação por causa de ingratidão, tal clausula não valha cousa alguma, e sem embargo della a doação poderá ser revogada por causa de ingratidão, segundo temos declarado. Porque, se tal clausula valesse, provocaria os homens para facilmente caírem em crime de ingratidão”.

¹⁷⁶ “Tudo indica que, até meados do século XIX um senhor poderia conseguir escravizar novamente um liberto simplesmente lavrando uma escritura. Em fins da década de 1840, todavia, sentenças do tribunal da relação da Corte e do Supremo Tribunal de Justiça mostravam que os magistrados passavam a exigir que a suposta ingratidão do negro fosse sobejamente provada para que a revogação da alforria tivesse efeito legal” (CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 138).

¹⁷⁷ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1 (Direito sobre os escravos e libertos). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 200.

sentido negativo. (...) Ainda mais: mesmo por Direito Civil geral, quanto ás doações propriamente ditas, a opinião mais cordata hoje é que *ellas não são revogáveis por ingratidão* –; e assim está consignado no esboço do Projecto do Código Civil para o Império. – Com muito maior razão deve semelhante principio ser applicavel á revogação da liberdade; e desde já, visto como nossos costumes e Direito actual repugnão a uma tal revogação. (...) Na revogação de uma *doação de bens*, a desordem é simples; é uma questão de *propriedade*, que afinal se resolve em restituição ou indemnização. Mas na revogação da alforria, o mesmo não acontece. É um homem, é mesmo um cidadão, que perderia todos os seus direitos (...) E póde acaso tolerar-se que isto se verifique no nosso século, na época em que vivemos, com as tendências e louváveis aspirações, já não sómente de favor á liberdade mantida a escravidão, mas de abolição da própria escravidão? Parece-nos que a consciência e a razão de cada um, mesmo Juiz, está respondendo que não; e que essa lei se deve ter por obsoleta, antiquada, e caduca, derogada ou abrogada pelas leis posteriores, pelas idéas do século, e costumes da nossa época e sociedade, da nossa civilização e progresso.¹⁷⁸

O excerto merece nossa atenção. Tendo como pano de fundo as “idéas do século”, o “espírito moderno do nosso direito”, seu articulador nadava contra a corrente da cultura jurídica escravista e operava uma analogia entre *doação* e *alforria*, desta vez não para condicionar esta àquela, mas para aplicar à segunda a evolução histórica que a primeira sofrera em seu regime legal, no decorrer de gerações de juristas. Não era somente ao direito atual que repugnavam as revogações, mas aos “costumes” mesmos do país, aos quais se devia a *caducidade* de uma antiga lei, apesar disso ainda não expressamente derogada. É claro que, por detrás da maturação histórico-social, Malheiro articulava duas cosmovisões jurídicas distintas, uma pré-moderna, outra moderna. Simultaneamente, se o doutrinador engendrava uma comparação crítica entre as duas figuras legais, promovia uma dissociação inaugural entre os *escravos* e as demais classes de *bens*: num caso, tratava-se de discutir apenas propriedade; noutro, de agasalhar a liberdade e os *direitos* de um homem que já alcançara o *status* de cidadão brasileiro. Para legitimar essa ousada perspectiva, Malheiro não se furtou a recrutar muitos de seus renomados pares. Segundo ele, Augusto Teixeira de Freitas (*Consolidação das Leis Civis Brasileiras*), Lourenço Trigo de Loureiro (*Compendio ou Tratado de Direito Civil Brasileiro*), Antonio José Ribas (*Direito Civil*) e José da Silva Costa (*Ensaios Litterarios do Atheneu Paulistano*) eram alguns dos intelectuais que compartilhavam da mesma opinião, o que não era exatamente verdade. Pesquisas nesse campo têm demonstrado a variedade de posições defendidas por esses luminares do direito imperial, que, em sua maioria, não se mostraram tão radicais quanto o autor de *A escravidão no Brasil*. Basta mencionar, a título ilustrativo, que Ribas e Trigo de Loureiro encampavam uma distinção entre *libertos perfeitos* e *imperfeitos*, refutando a prática da

¹⁷⁸ MALHEIRO, A. M. P. Idem, p. 197-203.

revogação de alforria apenas para os primeiros¹⁷⁹. Apropriações indébitas à parte, constata-se facilmente que a supressão legislativa dessa tão – literalmente – avassaladora prerrogativa foi, *grosso modo*, tributária da anterior capitulação dos tribunais em sua defesa – logo, das lutas protagonizadas pelos próprios escravos –, em seguida sistematizada na literatura jurídica. Não mais uma concessão senhorial, por conseguinte, e sim uma conquista, as primeiras intervenções do direito estatal nesse âmbito de completo domínio privado começaram, aos poucos, a impor fronteiras ao latifúndio do arbítrio dos donos de “peças”, “fôlegos vivos”, “semoventes”. Uma separação entre o joio e o trigo, entre a *vontade* (que tinha respaldo jurídico) e a *voluntariedade* (que já não o tinha) proprietárias.

Não obstante a condenação doutrinária ou humanitária desses abusos de poder dos senhores e da passividade – ou pior, do estímulo – do direito estatal em face deles, havia, como o próprio Perdigão Malheiro sugeria, “decisões dos tribunais do Império que a presumem [a ordenação que permitia a revogação das alforrias] ainda em vigor”. O senhor, em sua dupla máscara de sujeito proprietário e de *paterfamilias*, chefe da casa, ainda reinava todo-poderoso na esfera particular, sobre seus bens, parentes e agregados. É possível identificar, assim, um traço (vício?) de origem da cultura jurídica brasileira, reconhecido mesmo por clássicos ensaístas da nacionalidade: o patriarcalismo. Melhor do reproduzir o notório é voltar à nascente mesma do conceito:

Dos princípios estruturais pré-burocráticos é o mais importante a estrutura patriarcal da dominação. Em sua essência, não se baseia no dever de servir determinada “finalidade” objetiva e impessoal e na obediência a normas abstratas, senão precisamente no contrário: em relações de piedade rigorosamente pessoais. Seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica (...) ambas encontram seu apoio interior, em última instância, na obediência a “normas” por parte dos submetidos ao poder. Estas normas, no caso da dominação burocrática, são racionalmente criadas, apelam ao senso de legalidade abstrata e baseiam-se em instrução técnica; na dominação patriarcal, ao contrário, fundamentam-se na “tradição”; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre. Na dominação burocrática é a norma estatuída que cria a legitimação do detentor concreto do poder para dar ordens concretas. Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas (...) mas sempre prevalece na consciência dos submetidos, sobre todas as demais idéias, o fato de que este potentado concreto é o “senhor”; e na medida em que seu poder não está limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada e arbitrária, e sobretudo: sem compromisso com regras¹⁸⁰. (grifos nossos)

¹⁷⁹ GRINBERG, K. *Reescravidão, direitos e justiças no Brasil do século XIX*. In: LARA, S. H. e MENDONÇA, J. M. N. (orgs.). Op. cit., p. 117.

¹⁸⁰ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 234.

Obséquios e vênias pela longa transcrição. Contudo, a passagem nos revela pistas cruciais para compreender a dinâmica sócio-jurídica do regime de servidão brasileiro, mesmo para além do marco das reformas legais de 1871. Ela fornece ferramentas analíticas para se interpretar, por exemplo, o caso de Domingos, filho da liberta Ephigenia, a quem seu senhor, Antonio Ribeiro de Sant'Anna alforriou em seu testamento, com a condição de servir por sete anos à sua mulher, D. Libania Maria Tinoco Gonçalves¹⁸¹. Tratava-se, presumivelmente, de mais um católico temente por sua alma, pois deixava também um conto de réis à Santa Casa de Misericórdia, a ser investido nas obras de seu novo hospital. Mas até nisso impôs uma condição: que a Irmandade mandasse rezar, todos os anos, uma missa no aniversário de sua morte. Passando por cima da vontade de seu irmão, entretanto, quem tentou se apossar do escravo, durante o inventário aberto em 1874, foi D. Anna Ribeiro de Sant'Anna. Representada por Generoso Marques dos Santos (D. Anna encontrava-se muito longe dali, em Portugal), acusava de irregularidade o processo, por não conter na avaliação dos bens do legado, o “*usufruto*” de Domingos. Frente a tamanha ganância, a reação de D. Libania foi insuspeita. Em sua contrariedade, o advogado constituído, Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, lamentava que o cativo “auzentou-se de casa e não presta serviços”, razão pela qual sua cliente desistia dos direitos sobre o mesmo, “por não ter meios para coagil-o pelo que não descreveo o escravo e não deve ser avaliado”. O juiz da causa não fez mais do que confirmar essa intenção e homologar o processo. Até que sua cunhada recebesse, no além-mar, a trágica notícia da derrota, o negro já estaria fora de alcance.

Se a fuga de Domingos foi artimanha inteiramente sua ou manobra de comum acordo com sua senhora, para derribar a *vontade*, melhor dizendo, a *voluntariedade* de D. Anna, jamais saberemos ao certo. Mas não fere a lógica supor que esta segunda alternativa tenha lá seu fundo de verdade. De outro modo, porque D. Libania não havia comunicado nada disso antes ao magistrado? Seja como for, o que fica patente, é, na expressão weberiana, a “inviolabilidade” do poder da, agora, “matriarca” da família, que só ameaçava ser engabelada pelo “poder concorrente” de outra senhora, de igual “jurisdição”. Isso, ao menos, no mundo do direito, porque, no dos fatos, outra vontade – a do próprio escravo – é que acabou prevalecendo. Para a alegria de Domingos, desta vez pode ter havido convergência entre seus propósitos e o de sua proprietária (que, empossada como substituta do chefe da casa, podia, inclusive, contrariar as

¹⁸¹ Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI7259, Cx. 277.

determinações daquele). Provavelmente o liberto ficaria para sempre devedor de mais essa dívida senhorial, ou então se tornaria objeto do eterno rancor de suas senhoras que vencera pelo cansaço. Antes que nos cansemos de tantas hipóteses, sigamos adiante.

Na extremidade oposta da mesa de negociação, sentava-se outro Domingos, de sobrenome Correa Pinto. Quando seu filho Augusto deu entrada no inventário dos bens que lhe haviam pertencido em vida, anexou a relação de escravos matriculadas na Coletoria de Curitiba, em 1872, segundo as orientações da novel Lei de 28 de setembro. Integravam a escravaria Joaquina, 60 anos; Bebiano, 24 anos; Ignácio, 40 anos, e Joana, 34 anos¹⁸². A partilha entre os irmãos não foi nada amigável. José Galdino, auxiliado por Generoso Marques, liderava mais três deles contra o inventariante de seu pai, que tinha por braço direito José Lourenço de Sá Ribas. Acusava-o, em 5 de outubro de 1875, de retardar as providências do feito, embaraço que Augusto parecia criar “para deste modo tel-os por mais tempo em seu poder locupletando-se com seus rendimentos em prejuízo dos demais herdeiros”. Não sobrou alternativa aos irmãos Correa Pinto senão “roubar” e acoitar os escravos Ignácio (que valia 800 mil-réis) e Bebiano (avaliado em pesos 1 conto de 600 mil-réis), de cujos “salários” o primogênito indevidamente se aproveitava. Além disso, juntaram aos autos um atestado médico subscrito pelo Dr. Joaquim da Silva Constantin, de que o escravo Bebiano “sofre de uma bronchitis chronica asthmatica assim como de fraqueza na perna direita devido a um estrepe que offendeu a um nervo importante da região astragaliana”. O diagnóstico era hermético, mas seu objetivo ficou logo evidente: em 22 de maio de 1876, um certo Francisco Guimarães protocolou petição redigida a rogo do suposto doente, que trazia inclusa uma declaração do herdeiro José Galdino, aceitando em sua folha de pagamento a liberdade do cativo, pela quantia de 1 conto e 200 mil-réis (o abatimento deveu-se justamente às enfermidades descobertas pelo Dr. Constantin. Tudo “em atenção aos bons serviços por elle prestado aos mesmos meos Paes”. Que Deus os tenha. Na audiência de partilha, Augusto Correa ainda daria um enorme vexame, mas cederia diante da anuência uníssona de seus parentes à liberdade. Era mais um senhor voluntarioso que, não houvesse se deparado com a firme determinação de seus pares em resistir à sua soberbia, bem se teria “locupletado” a extorquir escravos alheios.

Sem sombra de dúvida, a alegoria do patriarca, autoridade doméstica absoluta, que exerce de forma ilimitada e arbitrária seu mando, fazendo ele mesmo as regras

¹⁸² Arquivo Público do Paraná. 1875. BR APPR PB 045 PI7328, Cx. 280.

conforme lhe apraz, pouco destoa do quadro que viemos pintando, com as tintas das fontes devassadas. Nessa análise redundam autores como Jurandir Malerba, que se deteve sobre o caráter ideológico do Código Criminal de 1830 e da doutrina em torno dele produzida sob a calha escravista. De conformidade com a tese do autor, a “matriz da onipotência do *pater-familias*”¹⁸³ se teria enraizado na organização sócio-política do período colonial e revestido também o imperial: “*o predomínio da esfera privada sobre a pública no Império do Brasil arranhou-se na forma do oîkos*”¹⁸⁴. A tessitura mental dos senhores, por conseguinte, era regida pela “obediência como valor universal”:

Isso reflete sua própria concepção hierárquica piramidal, cuja base era formada por seres inferiores e dependentes (filhos de pais, escravos de senhores, cidadãos e governantes), encimada pelo detentor supremo do poder, que nessa sociedade assumia a forma do *pater familias*.¹⁸⁵

Por interessante que seja o material coligido e mesmo a conveniência, em termos gerais, dessa perspectiva para a primeira metade do oitocentos, é preciso matizar um pouco suas cores. Certamente, é temerário afirmar que o escravismo brasileiro, de cabo a rabo, enquadra-se no tipo-ideal weberiano. Se não há grandes rupturas formais na legislação pátria referente ao direito privado, há, contudo, importantes marcos políticos que reconfiguram a feição da cultura jurídica, no decorrer do século XIX, como indicou Ricardo Marcelo Fonseca¹⁸⁶. Nem poderia ser de outro modo, na questão do “elemento servil”. O próprio Código Criminal, que é objeto da análise de Malerba do ponto de vista material, representa, por si mesmo, um elemento de diferenciação, a *forma-código* exigida pelo novo tratamento “sistemático” do direito, em oposição ao casuísmo

¹⁸³ MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994, p. 56.

¹⁸⁴ Idem, p. 57.

¹⁸⁵ MALERBA, J. Idem, p. 43.

¹⁸⁶ “A coexistência de uma Monarquia Constitucional com a escravidão, ou então da escravidão com um rol de liberdades individuais copiadas da Constituição Francesa de 1791, demonstram como a incidência dos princípios jurídicos no Brasil caracterizou-se, desde o início do Império, por uma ‘flexibilidade’ conveniente e por uma ‘adaptabilidade’ oportuna.” (FONSECA, Ricardo M. *A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX*. In: Revista da Faculdade de Direito da UFPR, n. 44. Curitiba, 2006, p. 66) Apesar disso, “houve uma série de importantes adventos legislativos ao longo do Império que deram à propriedade no Brasil um caráter liberal e “moderno”, como, por exemplo, a reforma hipotecária de 1864,¹¹ mas sobretudo a “Lei de Terras” de 1850, que, com o intento de transformar a propriedade rural em verdadeira mercadoria de livre circulação no mercado, buscou promover radicalmente uma até então inédita separação das terras públicas das privadas.¹² Assim, como se pode notar, os progressivos intervenos legislativos brasileiros provocaram uma segunda forma de “atualização” legislativa (...)” (Idem, p. 67).

anteriormente vigente¹⁸⁷. Mesmo em termos de conteúdo, o projeto formulado originalmente por Bernardo Pereira de Vasconcelos não estava isento de certo cunho liberal¹⁸⁸. Contra a orgia patriarcal, ordem, ordenamento, organização, organicidade da lei. Isso não se dava apenas porque os poderes estatais “concorrentes” aos do senhor (embora alvejado de particularidades patrimonialistas que não passariam despercebidas por estudiosos como Raymundo Faoro¹⁸⁹ e Sergio Adorno¹⁹⁰) – foram progressivamente se ampliando nesses anos, especialmente em matéria penal. Senão também devido a uma determinada “tradição” (para permanecermos na expressão de Weber) mais ampla, na qual a vontade senhorial estava imbricada desde seus primórdios, tradição essa que não se esgotava na dimensão política, assomava também juridicamente: a tradição do Antigo Regime. Ressentindo-se cada vez mais da privação desse pano de fundo histórico, a “fórmula patriarcal” começaria a definhar. Levando em conta a conjuntura subjacente, Soares procura reposicionar o problema da liberdade e da dependência:

(...) a idéia de liberdade subjacente a essa objeção me parece mal colocada. Afinal, o que era ser livre numa sociedade escravista fundada nos marcos do Antigo Regime onde a desigualdade era a ordem natural das coisas? Não creio, portanto, que uma noção burguesa de liberdade encontrasse meios de se materializar no seio de relações sociais impregnadas pelo apreço à hierarquia, ao privilégio e à

¹⁸⁷ É claro que essas distinções devem ser lidas com cautela e sem anacronismos. Ao apresentar a concepção de Victor Tau Anzoátegui na investigação histórica que conduziu sobre o “espírito do *derecho indiano*” (ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Casuísmo y sistema: indagación histórica sobre el espíritu de Derecho Indiano*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones e Historia del Derecho, 1992, p. 390), Silva Júnior afirma: “O historiador argentino Victor Tau Anzoátegui esclarece que o agrupamento de leis em corpos orgânicos é comum às concepções casuísticas e sistemáticas do Direito; isso implica prover uma determinada ordem legal de certa generalidade e pretensão de organização futura. Mas, sob a lógica sistemática, o agrupamento normativo se apoia na crença de que, sob certas condições, os corpos legislativos podem converter-se em expoentes totalizadores da experiência jurídica, ou seja, passam a ser o seu ponto de partida. Já na concepção casuística, o agrupamento normativo é erigido fundamentalmente com um sentido ordenador, no mais das vezes, quando acumulação ou a dispersão normativa o reclama; constituem, portanto, um ponto de chegada, e de modo algum exercem um caráter prioritário”. (SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. *A Escravidão e a Lei: gênese e conformação da tradição legal castelhana e portuguesa sobre a escravidão negra na América, séculos XVI-XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2009, p. 127.)

¹⁸⁸ “Nas últimas sessões de 1826, Bernardo Pereira de Vasconcelos disponibilizou o projeto do Código Criminal do Império, trabalho esse que, por si só, marcaria o avanço das idéias liberais no Brasil e perpetuaria o nome de seu autor. Desse projeto sairia, quatro anos depois, com algumas incorporações do projeto de José Clemente Pereira, o Código Criminal do Império” (SOUZA, A. P., Op. cit., p. 115).

¹⁸⁹ Conferir FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed revista. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

¹⁹⁰ Para este, aliás, o dilema entre *liberdade e propriedade* pode ser entendido como uma expressão setorializada da tensão mais geral entre “a natureza patrimonial do Estado brasileiro sob o regime monárquico” e “o modelo jurídico liberal de exercício do poder” (ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 54) O autor afirma ainda que “para se compreender a especificidade histórica do padrão de dominação ao nível do Estado e da administração burocrática, sem torná-lo um conceito meramente descritivo, mas sobretudo explicativo da natureza e legitimidade do poder nessa sociedade, é necessário se reportar às condições sociais de produção e reprodução da escravidão Brasil” (idem, ibidem).

obediência que implicava uma série de limites e restrições que incidiam inclusive sobre a maior parte da população nascida livre. No Brasil de antanho, liberdade e subalternidade necessariamente não se excluam.¹⁹¹

Nessa acepção, *liberdade* deve ser antes visualizada como “margem de autonomia” na sociedade profundamente hierarquizada que era ainda o Brasil Imperial. Longe de ter-se revolucionado de cima a baixo com a Independência, a nação – para sermos mais precisos, os estadistas, os agentes do aparelho de dominação legal-burocrática, mas também a “opinião pública” – mantinha-se submersa num imaginário político, e numa cultura jurídica, fortemente pré-modernos. Henrique Espada Lima chama atenção para os perigos de uma “sobreposição” entre as duas ordens de sentido (a jurídica e a social) assumido historicamente pelos termos “liberdade” e “escravidão”:

O fato é que a questão geral que atravessa a abolição da escravidão nas Américas é que ela significou antes de tudo a extinção do direito de propriedade em seres humanos. É claro que chama-se isso, um tanto emotivamente, “liberdade”, antes de tudo por motivos políticos, mas também pela influência direta dos parâmetros da economia política. Mas, nas sociedades escravistas do século XIX, “liberdade” e “escravidão” são termos sobretudo jurídicos que se referem à propriedade e não são automaticamente traduzíveis como “trabalho livre” e “trabalho escravo”. Transferir os sentidos que eles carregam desde um espectro do campo jurídico para outro não pode ser feito sem um exame cuidadoso da pertinência desse movimento. O perigo da sobreposição das duas ordens de sentido – vale a pena insistir – acaba por conduzir a interpretações viciadas que se traduzem na leitura das sociedades escravistas (e da sua transformação e dissolução) em termos insistentemente evolucionistas.¹⁹²

Essa mentalidade era conformada, até meados do século XIX, por aquilo que António Manuel Hespanha denominou de *economia da graça*, isto é, o mesmo binômio doação-retribuição da dádiva maussiana, muito distante do que hoje se entende por uma relação contratual¹⁹³. A expressão, que o autor toma confessadamente de empréstimo aos estudos sobre antropologia econômica de Bartolomé Clavero, pretende descrever não somente uma certa “razão de Estado” então vigente, mas toda uma gama de posturas mentais e princípios de justiça, por vezes mesmo compilados e comentados por escritores como o lusitano Francisco Rodrigues Lobo. Em seu *Corte na Aldeia*, de 1618,

¹⁹¹ SOARES, M. S. Op. cit., p. 7.

¹⁹² LIMA, Henrique Espada *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. In: *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez., 2005, p. 299.

¹⁹³ “O interesse geral do artigo de Marcel Mauss é, como já se disse, o de destacar o carácter “rigorosamente obrigatório” da doação, bem como da obrigação de retribuir. Mas, além disso, o de assinalar as distâncias entre o binômio doação-retribuição e o contrato (sinalagmático, em que uma prestação existe e se justifica em face de uma outra, de valor equivalente, mas de sentido inverso)” (HESPANHA, A. M. *A política perdida: ordem e governo antes da Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 88).

ele reunia “atitudes psicológicas e condutas sociais típicas” da gratidão sob o codinome de “cortesia”¹⁹⁴. Assim, o dom, de uma forma geral, deixava marcas visíveis nos donatários, o que era reconhecido pela ordem jurídica. Em determinados países, havia mesmo processos “quase judiciais” (*quasi debitum*) regulamentados para a concessão de benefícios ou mercês, com réplica e tréplica garantidas, devido às obrigações que se sabia engendrarem¹⁹⁵. E, conquanto Hespanha não mencione expressamente as alforrias em sua análise, não é difícil subsumi-las a uma das categorias centrais da graça:

Quando a liberalidade era a retribuição de um favor anterior, o carácter devido e regulado da graça se reforçava. Este era nomeadamente o caso da remuneração dos serviços, pois ela era, por assim dizer, duplamente devida. Efectivamente, às normas da economia da doação agregavam-se as normas da retribuição e de seu equilíbrio.¹⁹⁶ (grifos nossos)

Está enunciado o segredo da expressão “favor à liberdade”. Mesmo garantido abstratamente por alvarás régios e leis arcaicas, ele se efetivava apenas como uma *graça*, uma *mercê* dos senhores, as quais, acompanhando o carácter necessariamente retributivo dos dons, colocavam o liberto sob uma nova servidão (simbólica). Favor se pagava. Perdigão Malheiro não estava equivocando, afinal: os favores da liberdade, não importa por quão cândidos se fizessem passar, fiavam mesmo uma rede patriarcal com a qual os escravos se podiam facilmente enforcar. E nem se creia que o “espírito moderno” invocado pelo jurisconsulto já estivesse plenamente encarnado nos homens e no direito (principalmente, nos *homens do direito*). Gilberto Freyre repara que a administração da justiça pública, até pelo menos o primeiro quartel do século XIX, ainda tinha carácter notadamente patriarcal, tanto em seu conteúdo, como em sua forma:

Eram os principais magistrados brasileiros, e não apenas os ministros, que se revestiam, então, para o exercício de suas funções, de becas ‘ricamente bordadas’, vindas do Oriente. Se o hábito faz sempre o monge, a justiça por eles administrada ou distribuída era antes a patriarcal que a estatal nas suas inspirações, a que considerava antes a família que o indivíduo ou o Estado. E a julgar pelas leis – então dominantes num país patriarcal como o Brasil- a favor da propriedade dos homens por homens, da subordinação quase absoluta das mulheres aos maridos e dos filhos aos pais, de defesa da religião como valor político e familiar, e não apenas individual ou pessoal.¹⁹⁷ (grifos nossos)

¹⁹⁴ HESPANHA, A. M. Idem, p. 99.

¹⁹⁵ HESPANHA, A. M. Idem, p. 106.

¹⁹⁶ HESPANHA, A. M. Idem, p. 101

¹⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *China Tropical; e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 2003, p. 60.

A máquina judicial e suas engrenagens não estavam isoladas neste quesito. Em março de 1830, o Ministério da Justiça se recusou convictamente a interferir na relação privada entre os escravos João e Manuel e sua senhora. O Aviso n. 66 daquele órgão respondia a uma consulta sobre mais um “favor” de liberdade que nunca fora cumprido:

Sobre a liberdade requerida por dois escravos

Desejando Sua Majestade o Imperador facilitar e promover a liberdade de escravos, sem todavia coactar o exercício do direito dos senhores permitidos [sic] por lei. Há por bem V.S. procure por meios dóceis e persuasivos, fazer realizar os suplicantes, João e Manuel, mencionados no requerimento incluso, a liberdade prometida por sua senhora, uma vez que eles entreguem a soma pela mesma designada.¹⁹⁸

Sua Majestade mostrou-se receoso de comprar briga com uma senhora ao “coatar o exercício do direito” seu, que era largamente “permitido pela lei”. Ainda que fosse para obrigá-la a dar cabo de sua própria promessa, para levar às últimas conseqüências sua própria vontade. O fato é que esta amarrava só aos subordinados, como fica claro no documento, e não ao patriarca, que agia “sem compromissos com regras”, nem as que ele mesmo instituía, como notara Weber. A hesitação estatal em aplicar meios jurídicos coercitivos (que nortearia ainda avisos como o de número 388, de 1855, o qual depreciava as “interpretações humanitárias de leis estabelecidas”, conservando a intangibilidade do poder senhorial), para facilitar liberdades que já se afirmavam como um anelo do Imperador, é sintomática da lógica da organização social e política pré-contemporânea. No bojo do Antigo Regime, a máxima da não-intervenção não se constituía em causa, mas em efeito da intrincada “constelação de ordens normativas”¹⁹⁹ que precisava ser respeitada. A propósito, a composição do *ius commune* tardo-medieval era arraigadamente descentralizada e compreendia, ao lado da tradição escrita (como o direito romano e o canônico), ainda os atos político-jurídicos do soberano, os costumes e a prolífera legislação estatutária²⁰⁰. E gerou sobrevivências. Com os desditosos João e Manuel, não estamos diante de um caso de rígida separação constitucional dos poderes *internos* ao Estado, à la Montesquieu, senão de uma experiência jurídica impregnada de pluralismo, segmentada em inúmeros domínios e esferas de normatividade *concorrentes* com o direito legal-positivo. O contexto multifacetado que serviu de berço a esse direito moderno não era visto pela cultura jurídica de seus contemporâneos como “desordem” ou “caos”, mas, ao contrário, como

¹⁹⁸ CUNHA, Manuela C. Op. cit., p. 138.

¹⁹⁹ HESPANHA, A. M. *Cultura jurídica européia...*, p. 163.

²⁰⁰ HESPANHA, A. M. Idem, p. 160-166.

um espaço coordenado segundo o primado aristotélico de equidade do *suum cuique tribuere* (dar a cada um o que é seu): “na verdade, o princípio constitutivo fundamental do ordenamento jurídico moderno era o de que as normas jurídicas particulares tinham, sucessivamente, primazia sobre as normas jurídicas gerais”²⁰¹. Como mandava o figurino, Sua Majestade respeitava essa *jurisdição particular* do patriarca que, se encarada com olhos atuais, seria taxada de “meta-jurídica” ou “extra-jurídica” quando, de fato, era apenas “para-estatal”. Foi precisamente esse o sentido atribuído por Pontes de Miranda, muito tempo depois, a esse compartilhamento de autoridade. Um dos comentários que faz sobre a “economia escrava” e suas reminiscências, em seu *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*, é digno de nota:

Que é que caracteriza o direito brasileiro? A tolerância, a afetividade, cercadas, porém, de sugestões patriarcais e capitalistas. Aquela tolerância e aquela afetividade têm um lado bom, que é o de maior adaptação humana, menor despotismo, e outro mau, que é o não resistir a elementos perniciosos e ser demasiado absolvente, às vezes indiferente aos próprios direitos. Dois efeitos distintos, como distintas as causas; formação americana do sentimento, livre da violência peninsular; restos do indiferentismo jurídico da economia escrava.²⁰²

Se os resquícios da escravidão ainda minavam a assertividade da lei um século após o pronunciamento do Conselho de D. Pedro I, era porque o “*indiferentismo jurídico*” dos senhores havia firmado sólidas raízes no direito civil brasileiro, ou melhor, contra ele e sua aplicação. O neologismo do jurista é rico, ainda que um pouco anacrônica sua leitura: não era exatamente que os proprietários fossem “indiferentes aos próprios direitos”, é que o “exercício do direito dos senhores” (de volta aos termos do aviso ministerial), em relação a seus escravos – porque em relação uns aos outros, achavam-se, como cidadãos proprietários, em pé de igualdade, como demonstram os casos em que suas vontades se entrecrocavam, sendo o conflito, aí sim, administrado pelo poder público – encontrava um campo próprio de aplicação, que não se cruzou, até meados do século XIX, com o da normatividade estatal. Para preservá-lo, o governo imperial furtou-se, durante tantos anos, a legislar sobre qualquer tópico atinente à escravidão. Sendo a lei uma “autodescrição” do Estado, nas palavras de Manuela C. Cunha, representava bem os limites de sua própria competência, de modo que “esta duplicidade é uma essência, e a coexistência de um direito costumeiro e da lei, que não

²⁰¹ HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados no império português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 136.

²⁰² PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Fontes e evolução do direito civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1981 [1928], p. 456. *Apud* GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 29.

se fundem, parece ao contrário ser adequada à realidade da posição periférica do país”²⁰³. A questão, a nosso ver, conjuga tanto um vetor espacial quanto temporal (a continuidade de um modelo de justiça arcaico) e “o silêncio [da lei] é, portanto, o campo do direito costumeiro, daquilo que na verdade se pratica”²⁰⁴. Se havia, pois, desídia jurídica, ela emanava de ambas as partes. A *duplicidade de poderes* – um estatal e outro patriarcal – via-se refletida numa *duplicidade de direitos* (o legal-positivo e o pessoal-costumeiro). Eles mantiveram, num certo período, seu cessar-fogo, que começaria a ser desfeito, no âmbito penal, com a aplicação homeopática dos dispositivos do Código Criminal de 1830, e no civil, com a emergência da Lei de 1871. Até lá, a vontade do senhor ainda valia como lei: *voluntas dominum ut lex servanda est*.

1.2. “Vou contar ao Subdelegado!”

Quando o Major-Capitão Ricardo Leão Sabino esfaqueou, na cozinha de sua casa, o escravo Lourenço, mal podia imaginar onde se estava metendo. A vítima, que não era boba nem nada, saiu em disparada e “veio correndo a queixar-se, o que efetivamente fez ao Senhor Subdelegado”²⁰⁵. A trama ficou guardada para a posteridade nos autos de um processo-crime movido pela “Justiça Pública” contra o destemperado senhor, em 1872. O motivo da querela era um assunto bastante doméstico: a louça suja.

(...) ele interrogado se achava na cozinha encostado ao fogão fazendo o jantar, que seu senhor vindo da sala para a cozinha com uma faca de mesa na mão, dirigindo-se a ele interrogado, perguntou-lhe porque se achava aquela faca suja, ao que o interrogado respondeu que não tinha tido tempo de limpá-las, por estar ocupado; a isto replicou o mesmo senhor ocupado em que, ladrão? Pois não tiveste tempo ainda de limpar as facas? E deu-lhe com a faca, a qual passando ao lado direito abaixo da costela fez-lhe aí um ligeiro corte; ele interrogado correndo da cozinha para a sala onde se achava sua senhora mostrou-lhe o que lhe havia feito seu senhor, dizendo ela então: se tu sabes que teu senhor é assim, porque não fazes o serviço direito? Ele interrogado voltando para a cozinha encontrou com o senhor que lhe perguntou: o que fostes fazer à sala? Ao que ele interrogado respondeu que tinha ido queixar-se a sua senhora do que seu senhor havia feito, e ordenou-lhe este que passasse para a cozinha, ele interrogado assim o fez e começou a cuidar no serviço, sendo ajudado pelo próprio seu senhor, que lhe disse então: estou com tanta raiva de ti que tenho até vontade de te matar, e novamente seu senhor atirou-lhe a faca sobre o peito.

Lourenço cumpriu sua ameaça, entregando-se na delegacia de polícia da capital. O Major Sabino foi compelido a lidar com uma acusação por agressão e ferimentos

²⁰³ CUNHA, M. C. Op. cit., p. 150.

²⁰⁴ CUNHA, M. C. Idem, p. 149.

²⁰⁵ Arquivo Público do Paraná. 1872. BR APPR PB 045 PI7118, Cx. 272.

leves, nos termos do art. 201 do Código Criminal e, em sua defesa, mobilizou amigos (como o capitão Nestor Augusto M. Borba, que em breve seria designado tabelião de notas de Curitiba) e agregados (como o menor Irineo Gonçalves dos Santos, presente na discussão). Sua versão era de que o escravo havia em si mesmo infligido os golpes, para “fazer-lhe mal”. Finalizado o inquérito, o promotor público não deu muita atenção a esses depoimentos, oferecendo a denúncia com base no relato de Lourenço e advertido, quem sabe, sobre a capacidade de manipulação que os senhores tinham das testemunhas, especialmente daquelas que viviam sob o seu teto. Andrei Koerner comenta que esse tipo de intervenção litigiosa dos subordinados caracterizava também uma faceta da economia da graça: “eles também apareciam frequentemente nos processos como testemunhas, pois o depoimento a favor do grande proprietário rural era uma forma de contraprestação do agregado”²⁰⁶. Isso é especialmente nítido no curso de demandas intra-senhoriais ou de senhores enfrentando o poder público. O jovem Irineo não era, ao que consta, filho ou parente do major, sobrando-lhe a posição de um apadrinhado ou de um ingênuo. Deveras, a lealdade de muitos homens livres repousava com os figurões locais, e não com as autoridades estatais, de quem obviamente *dependiam* muito menos.

Em São José dos Pinhais, que, no ano de 1876, já tinha sua própria delegacia, a iniciativa de indiciar um mau senhor não partiu apenas de seus escravos, mas do inspetor de quarteirão Manoel Ribeiro Pinto. Ao presenciar a escrava Clara ser “barbaramente espancada” no meio da rua, com direito a esporas e chicotadas, pelo sobrinho de D. Maria Ursulina Mendes de Sá, sua proprietária, ele resolveu dar parte oficial do ocorrido²⁰⁷. Chamada a interrogatório, a vítima, de 39 anos, natural dali mesmo, narrou que pedira licença à sua senhora para ir visitar sua filha Agostinha, de quem sentia muitas saudades por encontrar-se a serviço de Manoel de Oliveira Mendes, em Curitiba. Diante da pronta negativa de D. Maria, pôs-se Clara a chorar, no que sua dona mandou chamar o cativo João Soares para amarrá-la. A escrava não teve dúvida: fugiu em direção à casa do delegado de polícia, a ver se “com ele se apadrinhava e se livrava dos maus tratos”. Contudo, Manoel alcançou-lhe no meio do caminho, desferindo-lhe seguidos golpes, arrastando-a de volta e ainda escarnecendo em alto e bom som: “*que fosse dar parte ao Delegado, pois ele não fazia conta desse Delegadinho de merda e que queria ver o que o mesmo lhe faria*”! Para desgosto dele, Norberto Alves de Brito, o tal “delegadinho de

²⁰⁶ KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920)*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 55.

²⁰⁷ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI7480, Cx. 285.

merda”, era agora juiz municipal do termo, dando procedência ao auto de corpo de delito e encaminhando-o à promotoria pública, onde encerra-se nossa documentação.

E que ninguém cogite de um abrandamento dos corações proprietários com o passar do tempo. Uma década esvaíra-se desde a chicana do Major Sabino e o proceder dos senhores não mudava. Pelo menos José Francisco Guimarães continuava espancando os irmãos menores Pelágio e Paulinho. Tanto apanharam que o primeiro deles conseguiu evadir-se do sítio onde moravam e caminhar treze quilômetros até a delegacia de Curitiba, onde afirmou veementemente: *"que seu senhor é máo e diz que mata negro como mata gallinha e que negro não tem justiça e sim laço"*²⁰⁸. E que pesado era o seu laço! Os autos de “corpo de delicto” comprovaram todo um rol de sevícias imposto pelo brutal Guimarães. Convencido da materialidade gritante daqueles abusos, o promotor adjunto, Francisco Torres Pinheiro, denunciou, em 27 de abril de 1881, o senhor de Pelágio como incurso nos crimes do art. 205 do Código Criminal de 1830 (*Se o mal corporeo resultante do ferimento, ou da offensa physica produzir grave incommodo de saude, ou inhabilitação de serviço por mais de um mez*), cominado com as circunstâncias agravantes do art. 16, § 4º (*Ter sido o delinquente impellido por um motivo reprovado, ou frivolo*) e § 6º (*Haver no delinquente superioridade em sexo, forças, ou armas, de maneira que o offendido não pudesse defender-se com probabilidade de repellir a offensa*).

Guimarães periclitava ser condenado a oito anos de prisão com trabalhos forçados, além da multa correspondente. Rapidamente, moveu seus pauzinhos e trouxe para desmentir a história de Pelágio seu “agregado” Salvador Machado, alegando ainda que o castigo a que submetia os irmãos era “moderado”, em vista de serem eles fujões contumazes (inclusive refugiando-se junto a seus “antigos senhores”) e roubarem na vizinhança. No arrazoado de seu advogado, lia-se uma tentativa de abafar o clamor dos cativos, embora ele não soubesse o quanto de materialismo histórico isso carregava: *“Em luta aberta com a sociedade, e especialmente com os seus senhores, os escravos vão oppondo obices ao franco desenvolvimento daquella, e criando o desprestígio destes (...)”*. Não bastaram, porém, suas palavras. O “desprestigiado” senhor teve de articular muitos outros meios de prova em sua defesa, pedindo exame de sanidade do escravo, para avaliar a profundidade dos ferimentos produzidos (na tentativa, decerto, de desqualificar o crime para ferimentos “leves”) e ainda apensando aos autos uma justificação em que depunham duas mais testemunhas. Não eram só os escravos que temiam a José Guimarães: todos os interrogados diziam nada saber, nada lembrar, nada ter visto. A venda nos seus olhos tapava também os de Thémis: ao fim e ao

²⁰⁸ Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI7796, Cx. 297.

cabo, a denúncia foi julgada improcedente. O réu podia voltar a torturar seus cativos em paz. Ele, afinal, tinha certa razão: no foro de Curitiba, negro não tinha justiça, e sim laço.

Não obstante, “certa razão” não quer dizer razão inteira. Se não tivemos o gosto de ver qualquer desses senhores atrás das grades, os contratemplos criados por seus escravos e por um punhado de agentes estatais já significaram uma afronta considerável ao domínio absoluto e ilimitado que esbanjavam. Gilberto Freyre reconheceu isso ao anotar que a invasão das fazendas e engenhos pela polícia simplesmente esfrangalhava “o maior tabu da aristocracia rural”²⁰⁹. Com seu menosprezo às autoridades, Manoel de Oliveira Mendes parece desempenhar com maior autenticidade o papel do patriarca auto-suficiente. Segundo descreve Eduardo Spiller Pena, que muito antes de nós já desenrolara e vasculhara esses maços históricos, não era a primeira vez que os Mendes de Sá se desentendiam com os delegados de São José, talvez advindo daí a raiva que Manoel lhes devotava. A família devia ter mesmo uma veia despótica acentuada, porque, em 1871, já sua escrava Galiana fora recolhida por duas vezes à cadeia da capital, dizendo ter sofrido “castigos bárbaros” de D. Maria Ursulina e exigindo ser vendida a outro senhor menos ríspido. Para formular esse pleito, talvez tivesse ouvido falar do Aviso n. 263 do Ministério dos Negócios da Justiça, que, já em 1852, ordenava aos chefes de polícia das províncias que fimassem “termo de segurança” com os senhores que se mostrassem demasiado arredios, “além de que o fato das sevícias dará aos escravos o direito de intentarem contra os senhores a ação que lhes compete a fim de obrigá-los a que os vendam”²¹⁰. Isso, se era novidade para os agentes policiais, não o era para os juristas desde há muito. Malheiro argüía, neste ponto, que:

Nossas leis antigas e modernas têm formalmente negado, e negam aos senhores o direito de vida e morte sobre os escravos; e apenas lhes dão a faculdade de os *castigar moderadamente*, como os pais aos filhos, e os mestres aos discípulos. Se o castigo não é moderado, há excesso que a lei pune, como se o ofendido não fora escravo; e com justa razão. As sevícias, também por nosso direito, autorizam o escravo a requerer que o senhor o venda. E neste caso, bem como no de quererem os senhores vendê-los por vingança, podia a Irmandade de S. Benedito comprá-los para libertar, se fossem irmãos. Se há receio fundado de que o senhor maltrate o escravo, pode ser obrigado a assinar *termo de segurança*. E até, sobre tal assunto, foram as Câmaras Municipais incumbidas de participar aos Conselhos Gerais de Província os maus tratamentos e atos de crueldade que se praticassem com os escravos, indicando os meios de preveni-los.²¹¹

²⁰⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos...*, p. 119. E, recordando a indignação de Melo Moraes, transcreve: “*Onde estavam* – chegou a perguntar um cronista da época mais representativo da ortodoxia patriarcal-rural em face das inovações e das novidades urbanas e europeias – *os capitães-generaes do tempo dos reis de Portugal*, homens de da importância e da experiência do famoso Franco de Almeida, que outrora governavam com tão profundo bom senso os povos das capitanias, agora províncias desgobernadas por *umas criancolas sahidas das escolas de Direito?*” (FREYRE, G. Idem, p. 127). Os criancolas eram os bacharéis, únicos passíveis de ocupar cargos como a chefatura das policiais, em nível provincial.

²¹⁰ PENA, E. S. O jogo da face..., p. 233.

²¹¹ MALHEIRO, A. M. P. Op. cit., p. 8-9.

Por sua vez, as Cartas Régias de 20 e de 23 de março de 1688 haviam igualmente tocado na questão. El-Rei “desejando evitar que os pobres escravos padeçam sobre lhes faltar a liberdade a e vingança de seus senhores” determinava, pela primeira delas, que seus súditos denunciasses “perante a Justiça” quem lhes não desse “bom trato”, “porque só lhes podem dar aquele moderado castigo que é permitido pelas leis”²¹². A medida exata do castigo não ficou dosada, mas, na segunda carta, ordenava ainda o monarca que os senhores que porventura castigassem “arbitrariamente” seus cativos fossem “obrigados a vendê-los, com a condição que o senhor que os comprar será obrigado a tratá-los com castigo moderado”²¹³. Havia apenas um porém: era preciso impedir “quanto vos for possível que chegue à notícia dos escravos este remédio que se dá ao seu imoderado castigo, por se evitar que com menos justificada causa possam argüir a seus senhores”. Pedro II de Portugal, tampouco queria que seus gestos de piedade fossem usados como armas na “luta aberta” dos cativos contra seus senhores e a sociedade (escravocrata), na verve do procurador de José Guimarães. Desnecessário repisar que poucos foram os episódios efetivamente conduzidos nesses termos pelos incumbidos de Sua Alteza abaixo do

²¹² Carta régia de 20 de março de 1688 / Governador do Estado do Brasil. / Eu el-rei vos envio muito saudar. Por ser informado que muitos dos moradores dessa capitania que têm escravos lhes dão muito mau trato e os castigam com crueldade, o que não é lícito aos senhores dos tais escravos, porque só lhes podem dar aquele moderado castigo que é permitido pelas leis; e desejando evitar que os pobres escravos padeçam sobre lhes faltar a liberdade a e vingança de seus senhores, sou servido que, de hoje em diante, em todas as devassas gerais que se tirarem nesse Estado, se pergunte pelos senhores que com crueldade castigarem seus escravos e que aqueles que o fizerem sejam obrigados a vendê-los a pessoas que lhes dêem bom trato e que, havendo quem denuncie perante as Justiças dos senhores que na forma referida castigarem cruelmente os seus escravos, se lhes tomem as denúncias e ainda as que derem os mesmos escravos castigados; e no caso que se não provem as denúncias ou querelas serão pelas Justiças notificados os senhores dos tais escravos que, por esta causa, lhe não façam dano algum. E esta carta se registrará nos livros desta Relação para que nela se faça executar como também nos da Secretaria desta capitania. Escrita em Lisboa, a 20 de março de 1688. Rei.” (LARA, S. H. *Legislação...*, p. 198).

²¹³ “Governador do Estado do Brasil / Eu el-rei vos envio muito saudar. Por ser informado que alguns dos moradores desse Estado que têm escravos os castigam com crueldade, excedendo aquela moderação que é permitida aos senhores quando castigam aos escravos, não somente oprimem contra a proibição das leis, mas também contra a caridade do próximo o que por toda a razão se deve evitar, sou servido ordenar-vos que tomeis informações verbais e sumárias do modo com que os senhores tratam aos seus escravos e, achando que alguns excedem a moderação que lhes é permitida, os castigueis arbitrariamente e, quando acheis algum compreendido em excesso grave, o fareis processar sumariamente remetendo ao ouvidor-geral o conhecimento do excesso para que o sentencie camarariamente com ministros que lhes nomeardes por adjuntos, evitando quanto vos for possível que chegue à notícia dos escravos este remédio que se dá ao seu imoderado castigo, por se evitar que com menos justificada causa possam argüir a seus senhores e, se entender que bastará que os senhores saibam a forma em que mando proceder contra eles e achando-se alguns compreendidos em castigar com maior excesso aos seus escravos, além das penas que lhe forem dadas serão obrigados a vendê-los, com a condição que o senhor que os comprar será obrigado a tratá-los com castigo moderado. E fazendo-vos saber o arcebispo que lhe consta que algum senhor castiga aos seus escravos com crueldade e tirania procedereis contra ele na forma referida porque aos prelados ordeno que, quando lhes constar de semelhante excesso, mandem dar parte aos governadores. E esta carta se registrará no livro da Relação dessa cidade e nos dessa Secretaria para que a todo o tempo conste desta minha resolução, a qual vos encomendo muito façais inteiramente cumprir e guardar. Escrita em Lisboa, a 23 de março de 1688. Rei.” (LARA, S. H. *Idem*, p. 199).

Equador. Apesar dos pesares, as diretrizes dos tempos reais seguiam reconhecíveis no discurso do chefe de polícia José Ignácio Gomes Guimarães sobre o caso de Galiana:

Não cumprindo à polícia intervir nas questões domésticas entre senhores e seus escravos, quando estes são moderadamente castigados, não deve, porém, ser ela indiferente, quando esses castigos se tornam demasiados e, ascedendo os limites de uma justa correção, constituem verdadeiras sevícias.²¹⁴

Como bem notou Spiller Pena, a postura ambígua e lacônica das autoridades tinha em mira não minar a escravidão, “mas sim normalizá-la aos padrões ideais de dominação então vigentes”²¹⁵. Tentavam, deste modo, evitar problemas maiores, como levantes e insurreições. Ou também questões menores, mas nada desprezíveis, como a resposta violenta dos escravos à força bruta dos senhores e seus “castigos imoderados”, associação que o chefe de polícia Carlos de Carvalho fazia às claras, em 1879:

(...) não são raras, antes constantes e assíduas, as queixas que tenho recebido sobre castigos immoderados impostos aos escravos. Ao conhecimento da autoridade chegam os delictos mais notáveis praticados por esses infelizes, a quem a lei nega o direito de legitima defeza. São frequentes os assassinatos, as tentativas de morte, os ferimentos que tem por autores os escravos. Impera a vindicta privada, aquém ou além da gravidade da offensa (...) Poder-se-há adiar a abolição do elemento servil?²¹⁶ (grifos nossos)

O império da “vindita privada” era a lúgubre consequência da falta de comedimento dos senhores no exercício de seu domínio. Quando vinha a reação, aparentemente considerada natural por Carvalho, dos cativos, a lei era protetiva dos brancos apenas, não conferindo real defesa aos réus nos processos-crime. Essa contínua troca de farpas era vista pelas autoridades policiais como insustentável a longo prazo, antecipando os limites de seu poder de controle social. Nos átrios da tradição de não-intervenção em “questões domésticas” (a esfera jurisdicional do *paterfamilias*), herdada do Antigo Regime, o perímetro da prudência estatal era delimitado pelo jogo entre arbítrio e moderação nas punições senhoriais. Somente em situações-limite de flagrante excesso é que poderiam os senhores ser responsabilizados “na forma da lei”. Sem que isso se deflagra-se, a vontade do patriarca era cultivada em território proibido para bedelhos públicos. Mais relevante do que a demarcação do que fosse o espaço do *direito*

²¹⁴ PENA, E. S. O jogo da face..., p. 243.

²¹⁵ PENA, E. S. Idem, p. 232.

²¹⁶ PARANÁ. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo Chefe de polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879, p. 9.

privado e do *direito público* era, para a doutrina do final do século ainda, a distinção entre o *direito civil* e o *direito penal*. Num certo sentido, a segunda absorvia a primeira:

Quando a violação da Lei produz um mal exclusivamente individual, não há aí mais do que um facto civil, que obriga á indemnização. Quando, porém, da violação resulta um mal publico, o facto entra no domínio do Direito Criminal; e corresponde-lhe uma pena.²¹⁷

Não era à toa, portanto, que o domínio senhorial foi primeiro invadido pelo domínio estatal no âmbito dos crimes: a governabilidade da população escrava (e, por detrás dela, do medo branco), diferentemente das vicissitudes da liberdade, era uma questão de ordem pública. Mas, como bem notou Malerba, a lei também tinha seus brancos. E como os tinha. A noção de “castigo moderado” era estritamente legal e advinha do art. 14, §6º do Código Criminal, que dispunha sobre os crimes justificáveis, isto é, “*quando o mal consistir no castigo moderado, que os Paes derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou deste castigo resultar, huma vez que a qualidade delle, não seja contraria ás Leis em vigor*”. Manuel Januário Bezerra Montenegro, um dos glosadores do diploma, deixava entrever, em 1860, que a “razoável doutrina” do parágrafo apenas espelhava a fórmula patriarcal, já que o suplício, neste caso “redunda em beneficio dos que o soffrem = é empregado para fazel-os entrar no circulo de suas obrigações”²¹⁸.

E o círculo não podia ser mais vicioso, ao menos para os senhores. Assim é que os viajantes esboçavam o mandonismo daqueles nos engenhos do interior, “indóceis às leis, habituados a fazerem justiça por suas próprias mãos”²¹⁹. Como “juiz doméstico”, o senhor controlava o direito de vida e de morte sobre seus cativos²²⁰ (*jus vitae et necis*²²¹), chegando Evaristo de Moraes a mencionar que “em muitas fazendas, como era

²¹⁷ PERDIGÃO, Carlos Francisco Marques. *Manual do código penal brasileiro: estudos syntheticos e practicos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882, p. 133 *Apud* MALERBA, J. Op. cit., p. 68.

²¹⁸ *Lições académicas sobre os artigos do Código Criminal*, p. 181. *Apud* MALERBA, J. Op. cit., p. 41.

²¹⁹ TOLLENARE, Louis François. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Recife: Livraria Progresso Editora, 1956. *Apud* CUNHA, M. C. Op. cit., p. 140.

²²⁰ E sobre sua família. Sobre o menino, no ambiente asfixiante e opressivo da casa-grande, afirma Gilberto Freyre que “seu corpo era o mais castigado dentro de casa. Depois do corpo do escravo, naturalmente. Depois do corpo do moleque leva-pancada, que às vezes apanhava por ele e pelo menino branco. Mas o menino branco também apanhava. (...) O domínio do pai sobre o filho menor – e mesmo maior, fora no Brasil patriarcal aos seus limites ortodoxos: ao direito de matar. (...) Sadismo, que apenas se atenuou ao estender-se o sistema patriarcal das casas-grandes aos sobrados das cidades, onde os velhos continuaram a reinar sobre os moços de modo quase absoluto.” (FREYRE, G. *Sobrados e mocambos*..., p. 179-180).

²²¹ Havia, entre os doutrinadores, aqueles que queriam fazer crer na existência de escrúpulos na aplicação desse direito absoluto: “O *jus vitae et nescis* era a faculdade que tinha o pae, como juiz domestico dos

notório, existiam *cemitérios privados*, nos quais se sepultavam escravos”²²². Teófilo Otoni também noticiava os suplícios privados: “muitos fazendeiros da região cafeeira faziam pressão sobre o júri e sobre os juízes para absolverem os escravos assassinos ou condená-los a açoites, sendo-lhes, depois, entregues; completavam o castigo nas fazendas *para exemplo*”²²³. E Nabuco fazia troça do conceito de “castigo moderado”:

Não há lei alguma que regule as obrigações e os direitos do senhor; qualquer que seja o número de escravos que possua, ele exerce uma autoridade limitada, apenas, pelo seu arbítrio. (...) O senhor pode punir os escravos com castigos moderados, diz o *Código Criminal* que equipara a autoridade dominical ao poder paterno; mas, de fato, à sua vontade, porque a justiça não lhe penetra no feudo; a queixa do escravo seria fatal a este, como já tem sido, e a prática tornou o senhor soberano.²²⁴

O ambiente urbano pode ter atenuado um pouco esse *indiferentismo jurídico* e viabilizado a maior “vigilância” que o Ministério da Justiça incentivava nos agentes policiais, mas não botou freio definitivo aos desatinos de homens como Ricardo Sabino, Manoel Mendes e José Guimarães. Todavia, as escalas em que o poder do Estado passara a competir com o desses senhores cresciam. Já não somente Sua Alteza Real ou os emissários do Ministério dos Negócios da Justiça sentiam-se impelidos a intrometer-se nos assuntos particulares envolvendo escravos, a Câmara de Curitiba o faria cada vez mais. É verdade que o Regimento das Câmaras Municipais do Império (Lei de 1º de outubro de 1828) não atribuía a ela, em nenhum momento, competência para legislar sobre o assunto. Malgrado esse detalhe, artigos incômodos cedo deram as caras nos Códigos de Posturas do Município, como aponta em sua análise Magnus Roberto de Mello Pereira. Aliás, sua estreia já foi motivo de altercação. Deveriam ou não os vereadores estabelecer penas específicas para os cativos? A resposta a essa indagação

delictos commettidos pelos filhos, de impor-lhes sem ser necessario recorrer aos Juizos Publicos a pena merecida, e até a capital, quando dela se fizessem dignos, visto que ninguém melhor do que os paes podi escrupulosamente a exercitar este direito” (AZEVEDO, Manoel Mendes da Cunha. *Código Penal do Império do Brazil com observações sobre alguns de seus artigos*. Recife: Meira Henriques, 1851, p. 184. *Apud* MALERBA, J. Op. cit., p. 42). O termo latino foi empregado em sentido oposto pelo juiz de direito de Areas, Amphilopho B. Freire de Carvalho, numa decisão em que reconheceu a aplicação do art. 201 do Código Criminal a um senhor (*Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dôr ao offendido. Penas - de prisão por um mez a um anno, e multa correspondente á metade do tempo*): “Levar mais longe a indulgencia de nossos costumes para com o senhor fora attentar contra a verdade do facto e desconhecer, ao mesmo tempo, o estado de nossa civilização e as influencias humanitárias de nossas leis, que jamais réconhecerão nos senhores o monstruoso poder que os romanos dos primeiros tempos lhes facultavão com a tyrania do *jus vitae et necis*.” (*O Direito*, v. 27, jan./abril 1882, p. 412). É sugestiva, ademais, a oposição que o magistrado constrói entre a *lei* do estado e o *costume* dos senhores.

²²² MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 26.

²²³ MORAES, E. Idem, p. 178.

²²⁴ NABUCO, J. Op. cit., p. 121.

foi afirmativa, ao menos no primeiro Código de Posturas, datado de 1829. Entretanto, “no decorrer do século, assistiu-se a um progressivo abrandamento das penas infligidas aos escravos, que da chibata passaram à palmatória e da palmatória à pena de prisão, assim igualando, nesse aspecto, livres e escravizados”²²⁵. *Branda lex, sed lex*. Acontece que, em meados do oitocentos, eram os próprios senhores curitibanos que vinham pedir socorro aos pés de um “Estado-feitor” para salvaguardar seus direitos de propriedade. Com plantéis sempre menores e mais dispersos, sem dispor de grandes estruturas de controle social como as da lavoura de monocultura exportadora (o mais próximo a isso que se chegaria no planalto curitibano seriam os ainda humildes engenhos de erva-mate), os senhores (tanto urbanos, como rurais), progressivamente se desvestiam da indumentária do todo-poderoso mandachuva e tinham de requerer à polícia o disciplinamento de seus escravos. Temendo represálias numa convivência que se tornara mais próxima e direta, faziam das autoridades seus capitães-do-mato: “o estado que, de início, vira-se obrigado a barganhar seu espaço formal para a punição de delitos graves de escravos, como os de homicídio, tornara-se a instância a que os proprietários se viam constrangidos a recorrer a todo o momento”²²⁶. Com o que concorda Martins:

Ao longo da segunda metade do século XIX, à medida que a escravidão perdia legitimidade com a crescente concentração da posse de escravos nas mãos de uma pequena parcela da classe dominante, os proprietários escravistas passaram a entregar seus cativos criminosos para julgamento. Buscavam, desta forma, demonstrar que a escravidão se enquadrava na ordem político-jurídica do Império. Ao mesmo tempo, crescia a resistência escrava, manifestando-se de formas variadas: aumento do número de fugas e da criminalidade do cativo.²²⁷

Podemos apresentar uma pequena radiografia disso no período estudado. Dos 96 presos que passaram pela cadeia da capital, no ano de 1873, 24 eram escravos²²⁸. Para 1877, 118 “prisões correccionais” foram registradas, sendo 27 de escravos (8 por fuga, 4 por embriaguês, 15 por motivos “diversos”²²⁹). Benedicto foi recolhido a pedido de seu

²²⁵ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso (Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 62.

²²⁶ PEREIRA, M. R. M. Idem, p. 64.

²²⁷ MARTINS, Ilton César. *Veridicto Culpado: a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro - PR (1853-1888)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2005, p. 154.

²²⁸ PARANÁ. Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.ª sessão da 11.ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1874, p. 17.

²²⁹ PARANÁ. Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da provincia ao 1.º Vice-Presidente o Excellentíssimo Senhor Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de Fevereiro de 1878. Curityba: Typ. da Viuva Lopes, 1878, p. 7-8.

senhor, Antônio Martins Franco, em 1879, não muito antes deste tornar-se juiz municipal suplente do termo da capital²³⁰. Quanto tempo ficou por lá não se sabe. A verdade é que os senhores há muito folgavam em receber o auxílio estatal, tanto assim que já em 1836, a Câmara de Curitiba passara a cobrar por cada recaptura de escravo²³¹.

Mas – um de nossos leitores poderá justamente vacilar – o que tem todo esse outro mundo de clausuras e sanções que ver com a construção de uma cultura jurídica da liberdade? De fato, nosso objeto não é a libertação da prisão, antes da servidão. O fato é que, nas estratégias escravas, as duas amiúde se entrecortavam. Detenhamo-nos em alguns desses casos. Presumivelmente para abster-se do pagamento das custas de um processo criminal que corria contra sua escrava Ignacia, João de Abreu e Araújo acabou abrindo mão de seu direito de propriedade sobre ela, em 1869. Condenada por unanimidade no júri da capital, foi enviada a cumprir pena de trabalhos “análogos ao seu sexo”, durante 11 anos. De Araújo, foram cobrados emolumentos apenas até o momento de sua desistência formal. Não é exatamente um final feliz, mas ao menos a escrava conseguiu desvencilhar-se do rígido senhor de quem a todo custo, há anos, fugia. O regime de servidão na cadeia de Curitiba podia ser mais moderado do que o cativeiro de João de Abreu e onze anos não eram uma vida inteira, enfim²³².

Lembram-se de Roza Maria Váz, viúva de Lucas Rodrigues Fontoura, cujo testamento em termos genéricos tanto furdunço causou no juízo municipal, em 1871? Pois bem, dois anos depois, Benedicto, um dos seus escravos que não conseguira escapular durante o inventário, atirou em seu companheiro de oito, João, que veio a falecer. No curso de seu “Summario de Formação de Culpa” por homicídio, foi alforriado por sua senhora e peticionou como Benedicto Luiz Baptista de Fontoura (o “Fontoura” sendo mais uma herança de seu finado patrono), alegando legítima defesa e apresentando testemunhas. O fato é que foi absolvido pelo júri e pôde gozar de sua vida de duplamente liberto²³³. Será que os jurados teriam absolvido “Benedicto, escravo” com a mesma convicção com que acreditaram em “Benedicto Luiz Baptista de Fontoura”?

²³⁰ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ PB045/AP 0577, vol. 18, pág. 69.

²³¹ PEREIRA, M. R. M. Op. cit., p. 72.

²³² Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI6782, Cx. 262.

²³³ Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI7187, Cx. 275.

Especulações, somente. Houve também quem, como Joaquim Fabrício da Silva²³⁴, em Campo Largo, ou Tibúrcio Borges de Macedo²³⁵, em Curitiba, envidasse todos os esforços para defender da justiça seus cativos. Isto é, da justiça pública, porque da doméstica não se tem notícia. É difícil, nessas condições, delinear se salvavam aos acusados do patíbulo ou a si mesmos de um prejuízo material significativo. Quando a causa parecia desde logo perdida, o mais razoável era desonerar-se de maiores gastos.

Que diferença de um século antes, quando o ouvidor Pardinho admirara-se do “absurdo de se matarem na mesma cadeia alguns escravos que nela estavam, por matarem a seus próprios Senhores”²³⁶! Um dos fatores que aventamos como de grande impacto nessa mutação histórica diz respeito à organização, de lá para cá, do próprio campo jurídico como esfera autônoma de regulação social, pela qual foram sendo paulatinamente absorvidas as tensões entre senhores e escravos. Seguramente, ainda nas décadas de 1860 e 1870, elas às vezes transbordavam da panela (de pressão) do direito, desembocando no mandonismo dos graúdos de Curitiba. Não obstante, é possível verificar que os “poderes concorrentes” do Estado imperial se haviam engrandecido em face dos chefes locais, comprimindo as pretensões absolutistas de alguns deles no trato com seus cativos. Uma certa distinção entre “justiça pública” (a autora genérica dos processos-crime contra proprietários abusados), por trás de quem se empoleiravam burocratas e agentes públicos, e a antiga justiça particular se operara, atribuível possivelmente às reformas judiciárias de 1841 e 1871. Conforme as conclusões de Andrei Koerner, elas teriam garantido maior autonomia para as atividades

²³⁴ Joaquim Fabrício da Silva, residente em Campo Largo, veio, em 1868, através do procurador João José Pedrosa, defender seu escravo Joaquim, o qual adquirira de Francisco de Assis em fevereiro de 1845 alegando que o mesmo estaria sendo processado novamente pelo promotor público por crime do qual já fora impronunciado, juntamente com seu ex-senhor, referente ao homicídio de Escolástica Maria. Além dos 8 anos que se passaram do fato, alega que o escravo esteve sempre ao seu lado, jamais saindo de Campo Largo. O juiz considerou suficiente a prova e declarou prescrito o crime, mas o promotor José Emilio Ribeiro Campos apelou ao juiz de direito, que confirmou a sentença. É possível que ódios pessoais e inimizades partidárias estivessem em jogo nesta queda-de-braço, visto que, ao impugnar a apelação, J. J. Pedrosa afirmou que “na questão vertente fez-se da Lei uma chimera e arma para manejo de parcialidades políticas” (Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI6741, Cx. 261).

²³⁵ Em 1876, a escrava Rita roubou da loja de José Hauer seis pares de botina de senhora, supostamente a pedido do Capitão Tiburcop Borges de Macedo. Contudo, o pagamento nunca veio e Hauer cobrou a dívida, que não ultrapassava o valor da escrava, situação na qual este estaria desincumbido da mesma (art. 28, §1º, Código Criminal). Apesar de condenado, o capitão apela com advogado Generoso Marques, que baseia todo seu argumento na nulidade da intervenção de João José Pedrosa em favor do adversário, que não teria apresentado procuração em nenhum momento (Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI7457, Cx. 284).

²³⁶ PEREIRA, M. R. M. Op. cit., p. 63. Os provimentos datam de 1721.

jurisdicionais, mas elevado o atrelamento do Poder Judicial ao governo central. Além disso, “ampliaram a intervenção judicial nas relações entre senhores e escravos”²³⁷.

O aspecto processual desse salto não pode ser menosprezado: no caso de Ignacia, como no de Benedicto, foram os ônus gerados pela condução de uma demanda potencialmente desfavorável, ou, no mínimo, dispendiosa, o que influenciou a decisão de seus senhores em abandoná-los nas mãos da justiça. Mãos que, de uma forma geral, se não afagavam escravos, tampouco os descarnavam em açoites. É claro que não se pode enveredar por uma interpretação maniqueísta da disputa de poder central-local, as resistências e investidas tinham em vista mais do que o sentimento emancipacionista:

Ao canalizar o descontentamento de certos cativos à esfera da justiça (...) o poder público, por um lado, pôde evitar a emergência de conflitos mais sérios (como rebeliões e revoltas) que certamente colocariam em risco a “paz e a tranquilidade” provincial. Mas, por outro lado, ele acabou por abrir uma oportunidade nada desprezível para os escravos enfrentarem no seu dia-a-dia a intransigência e o despotismo de seus proprietários.²³⁸

No entanto, a intercessão da justiça imperial, ainda que contraditória, colocou em campo um novo ator e sua posição de *terceiro mediador* foi algo que os escravos não puderam descartar nas negociações e embates com senhores. Como íamos dizendo, o espaço cavado pelo direito oitocentista e seu aparato institucional, índice de sua incompleta, porém irreduzível autonomização é devedor não só do câmbio de contexto político representado pela monarquia “constitucional”, mas também das transformações da cultura jurídica do Império. Entre outras coisas, pela centralidade que adquirira aquilo que Hespanha convencionou como o “*iudicium*”, isto é, “um processo regulado, metódico e dialogado de decisão como modelo de resolução dos conflitos na sociedade tradicional europeia”²³⁹. Ora, o paradigma judicial (de aplicação do *iudicium*) como emblema da modernização jurídica pode ser observado também na “sociedade tradicional” brasileira (embora o ideário iluminista-liberal fosse passo a passo remodelando esses usos tropicais), especialmente num período, como a segunda metade do século XIX, em que a prática forense já se encontrava, até certo ponto, consolidada como área profissional específica (embora Curitiba, e a Província do Paraná, de forma geral, ainda enfrentassem escassez de bacharéis até a década de 1870, como vimos). Trata-se, num nível mais estrutural (o das *mentalidades*), “da justiça – como norma de

²³⁷ KOERNER, A. Op. cit., p. 28.

²³⁸ PENA, E. S. O jogo da face..., p. 235.

²³⁹ HESPANHA, A. M. O direito dos letrados..., p. 109.

regulação dos comportamentos sociais –, do juízo – como técnica de certificação das posições sociais e como mecanismo de decisão dos litígios – e dos juristas – como engenheiros e mediadores das relações sociais”²⁴⁰. E a *engenharia do juízo* não era presidida mais tão abertamente pelos senhores. Outros vínculos, hierarquias e lealdades foram se urdindo na mesma malha da *cultura jurídica* da liberdade, aliás, sendo a primeira *conditio sine qua non* da segunda. Eram magistrados empossados pelo Ministério dos Negócios da Justiça, bacharéis formados pelas notáveis Academias de Direito ou solicitadores autorizados pelas Câmaras Municipais (e, depois, pelos tribunais) que mostravam aos rústicos de chicote e espora com quantos paus se fazia um juízo. Era o suficiente para que um ou outro senhor tivesse que engolir, senão um “delegadinho de merda” e seus praças, ao menos um juiz de direito e sua pena.

Autonomia e alguma centralização não impunham, porém, uma total modernização jurídica no sentido racional-formal weberiano. Técnicas de justiciamento e de governo anteriores ainda grassavam. Escravos bem informados puderam contar não só com o cálculo egoísta de custo-benefício de seus donos, senão também eventualmente com a piedade do senhor dos senhores, o Imperador D. Pedro II. Para tanto, não era suficiente apostar com a sorte, pois um braço que se voltasse contra seu proprietário ou os encarregados deste arriscava perder mais do que alguns anos de vida no xadrez. A pena de morte, nessas circunstâncias, fora instaurada pela tenebrosa Lei de 10 de junho de 1835²⁴¹. Editada sob a comoção e o temor brancos gerados pela Revolta dos Malês, na Bahia, ela punia com o cadafalso tentativas de homicídio ou injúrias físicas contra senhores e com açoites (e não eram poucos) ofensas e ferimentos leves²⁴².

O rigorismo dessa legislação era nítido até para os espíritos mais empedernidos e, em meados do século XIX, já se haviam deflagrado campanhas pela derrubada da pena capital. Contrariando a postura de seu pai – que, em abril de 1829 determinara que “todas as sentenças proferidas contra escravos por morte feita a seus senhores sejam logo executadas independentemente de subirem a minha Imperial Presença” – “desde o começo da década de 1850 a comutação da pena de morte na forca em galés perpétuas

²⁴⁰ HESPANHA, A. M. Idem, p. 110.

²⁴¹ Para um estudo mais aprofundado de sua utilização como mecanismo de controle social na ordem escravista, nos Campos Gerais, vide: MARTINS, I. C. Op. cit.

²⁴² “Art. 1º. Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propiciarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem. Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoites a proporção das circumstancias mais ou menos aggravantes.”

era concedida pelo imperador com bastante frequência a escravos, principalmente em comemorações de datas especiais ou santas”²⁴³.

Foi após consultar seu Conselho d’Estado, porém, que Sua Majestade baixou, em 2 de janeiro de 1854, o Decreto n. 1.310, facultando aos réus cativos condenados à força o manejo do recurso de graça (o batismo jurídico do instrumento fala por si)²⁴⁴. O mesmo deveria ser enviado pelo juiz de direito incumbido do caso ao Poder Moderador, por intermédio dos presidentes de Relação ou, onde não houvesse sede dela, pelos de província. Essa medida não pode ser lida unicamente como um investimento simbólico que o imperador fazia na sua pessoa, cativando, pelo imaginário e aura de bondade, a arraia miúda. Ela é também uma intermitência pré-moderna no direito oitocentista:

A desvalorização da norma decorre ainda do parentesco que se julgava existir entre, por um lado, a justiça e, por outro, virtudes como a *misericórdia*, a *clementia*, a *gratia*. A misericórdia, a clemência e a graça são consideradas essenciais do rei – pai e pastor dos seus súbditos, cujo coração se deveria apiedar a cada aplicação férrea da lei. Senhor da Justiça, como Deus-Pai, o rei era, também, senhor do Amor – como Deus-Filho. E isto devia reflectir-se no quotidiano do governo. O perdão e o tempero do rigor da lei pela sua dispensa (*i.e.*, a concessão de privilégios) são, assim, massivos na prática política.²⁴⁵

Se o soberano do Segundo Reinado dava sinais, já na década de 1850, de uma guinada em sentido oposto ao de seu antecessor – que, convenhamos, teve de enfrentar a fragilidade extrema de uma nação em incubadora – aproveitava também para resgatar tradições políticas arcaicas, enraizadas no Antigo Regime. Pouco a pouco, interferia no domínio privado dos senhores, utilizando métodos de governo (nomeadamente, a *economia da graça*) notadamente senhoriais: a suspensão da própria legalidade de que era o fiador. Permanecia fundante, assim, a “*homologia estrutural* entre a casa e o

²⁴³ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo em São Paulo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2010, p. 66-67.

²⁴⁴ Decreto nº 1.310, de 2 de Janeiro de 1854: “Declara que o Artigo quarto da lei de 10 de Junho de 1835, que manda executar sem recurso as Sentenças condemnatorias contra escravos, comprehende todos os crimes commettidos pelos mesmos escravos em que caiba a pena de morte. / Hei por bem, Tendo ouvido o Meu Conselho d’Estado, Declarar que a Lei de 10 de Junho de 1835 deve ser executada sem recurso algum (salvo o do Poder Moderador) no caso de Sentença condemnatoria contra escravos, não só pelos crimes mencionados no Artigo primeiro, mas tambem pelo de insurreição, e quaesquer outros em que caiba a pena de morte, como determina o Artigo quarto, cuja disposição he generica, e comprehende, não só os crimes de que trata o Artigo primeiro, mas tambem os do Artigo segundo della. José Thomaz Nabuco de Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dois de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e quatro, trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.” Foi regulamentado pelo Decreto m. 1458, do mesmo ano.

²⁴⁵ HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, 132.

Estado”²⁴⁶. Em geral com intenções encomiásticas, os doutrinadores davam-se conta do paralelismo entre o *paterfamilias* e o “depositário da soberania nacional”, que exercia o direito de graça como “uma das suas mais belas e importantes prerrogativas”²⁴⁷. Eventualmente, um ou outro jurista erguia a voz também em tom de crítica, mas o reconhecimento era difuso de que havia um parentesco político entre os senhores de escravos e o senhor dos senhores, uma concepção de “Estado como núcleo familiar ampliado”²⁴⁸. A monopolização da violência legítima não parecia, às vistas da cultura jurídica, um processo de todo avesso ao poder tradicional, mas seu prolongamento. Os magistrados – caracterizados em sua acepção romana, isto é, como qualquer autoridade pública, ainda que não judiciária – tinham por missão impor o respeito às hierarquias:

O exercício do poder legítimo arrastra (sic) á necessidade de fazer mal para reprimir o mal. O poder legítimo divide-se em político e domestico. O magistrado, ou pai, ou aquelle que o representa, não podiam fazer respeitar sua autoridade, um no Estado, outro na família, se não estivessem armados de meios coercitivos contra a desobediência.²⁴⁹

E isso ainda era só da missa um terço. Se o poder doméstico assumia também natureza política, o Poder Moderador se constituiria em espécie de patriarcado do *oîkos* público. Uma resolução de consulta da Seção de Justiça do Conselho de Estado, datada de 17 de outubro de 1872, expandiria as hipóteses de emprego do recurso de graça, anunciando que “*o perdão conferido pelo poder moderador annulla a condição social dos escravos condemnados a galés perpétuas, que não podem voltar á escravidão, visto como em seu benefício, e não no interesse do antigo senhor, cessa, por virtude da graça, a perpetuidade da pena*”²⁵⁰. Tão luminosa era a virtude da intercessão imperial, que ela anulava mesmo a condição social (e jurídica) do cativo. O toque de Midas (ou de Judas, na opinião dos escravocratas) era a dádiva operando em toda a sua força. A Secretaria de Estado alvoroçou-se com a medida e deu sobre ela parecer contrário, mas Nabuco de Araújo, seu relator no Conselho, formulou uma argumentação imbatível:

(...) não póde a graça, sem absurdo, ter o effeito odioso de restituir á escravidão aquelle a quem foi concedida. Se tal effeito a graça pudesse ter, não deveria ser concedida sem conceber-se também ao condemnado a escolha entre ella e a

²⁴⁶ MALERBA, J. Op. cit., p. 78.

²⁴⁷ LUÍS, Francisco. *CCIB: theorica e praticamente anotado*. Maceió: T. de Menezes, 1885, p. 136. *Apud* MALERBA, J. Idem, ibidem.

²⁴⁸ MALERBA, J. Op. cit., 41.

²⁴⁹ Azevedo, Manoel Mendes da Cunha. Op. cit., p. 184. *Apud* MALERBA, J. Op. cit., p. 42.

²⁵⁰ *O Direito*, v. 10, maio/ago. 1876, p. 214.

continuação da pena, porque esta bem póde ser para elle menos repugnante que a escravidão, para a qual volta em virtude da graça. Dir-se-há que o escravo é tal, porque o senhor não lhe conferio certa de liberdade, e sem ella não é elle liberto. A resposta é obvia. A liberdade é aqui um facto jurídico, consequência necessária da graça (...)²⁵¹ (grifos nossos)

Se a moda pegasse, o que seria dos senhores? A moda logo pegou: de 1850 a 1875 foram aceitos 195 pedidos de comutação de pena por Sua Majestade²⁵². Acompanhando a trajetória de alguns desses homens e mulheres agraciados, Elciene Azevedo demonstrou como, nesses anos, eles e seus curadores buscaram apropriar-se da legislação criminal vigente e seus beneplácitos para fins próprios.

Depois de ferir o novo feitor, em 1861, Davi foi condenado à máxima penalidade pelo júri de Campinas, mas não foi executado porque o juiz de direito da comarca impetrou o recurso de graça *ex officio*, como determinara o Aviso de 27 de outubro de 1857. Um ano e meio mais tarde, o cativo ainda aguardava a solução de seu destino na cadeia da cidade e, numa petição enviada ao imperador, seu desconcertado senhor queixava-se de que “*esta demora tem sido interpretada por aquele réu como uma impunidade (...) e esta idéia de impunidade tem sido por ele transmitida a outros escravos da fazenda do suplicante, que vendo o criminoso na cadeia (...) aplaudem a sorte do criminoso*”²⁵³. A situação era preocupante para as elites, porque a interpretação popular que se fazia da lei, impulsionada pela experiência jurídica pessoal de Davi e de outros condenados no limbo, alastrava-se na comunidade escrava e era passível de transformar-se num modelo comportamental, num padrão exemplar para seus parceiros. Era esse o receio dos senhores que Joaquim Nabuco pretendeu descrever:

Tem-se espalhado no país a crença de que os escravos, muitas vezes, cometem crimes para se tornarem servos da pena e escaparem assim do cativo, porque preferem o serviço das galés ao da fazenda (...) Por isso, o júri no interior tem absolvido escravos criminosos para serem logo restituídos aos seus senhores, e a lei de Lynch há sido posta em vigor em mais de um caso.²⁵⁴ (grifos nossos)

A escolha podia ser mesmo uma opção de vida, como palpitava no parecer de Nabuco de Araújo, que supunha ser justo oferecer a escolha entre a pena e o cativo ao réu agraciado. Pela primeira optou José Mulato. Em 1878, ele que “havia se disposto a

²⁵¹ *O Direito*, v. 10, maio/ago. 1876, p. 215.

²⁵² Brasil Gerson, *A escravidão no império*, apud: CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 58.

²⁵³ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos...*, p. 68.

²⁵⁴ NABUCO, J. Op. cit., p. 123. Quase literalmente o juiz de direito de São Paulo, José Tavares Bastos, havia antecipado ao presidente da província: “*é hoje mal aceita a pena de galés perpétuas aos escravos, fortificando-se mais e mais e opinião de que estes a têm como melhor condição que o cativo, e a procuram como sua chamada alforria*”. (AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos...*, p. 69)

praticar qualquer ato criminoso, fosse quem fosse que encontrasse”, levou a cabo seu intento, assassinando um desconhecido na estrada e invertendo perigosamente a ordem das coisas. Buscava, pela insubordinação, mudar de vida²⁵⁵. Mas a cultura jurídica que se afiava de um lado, também se fiava de outro e, a esse tempo, os senhores já haviam decodificado o estratagema escravo, devolvendo na mesmo moeda: os jurados de Campinas também passaram a encontrar circunstâncias inexistentes nos crimes e desclassificá-los, “a fim de obter a conversão da pena de galés em açoites”²⁵⁶ e obstar a graça imperial tão almejada. Não é preciso dizer que sempre havia aqueles espertalhões que conseguiam burlar mesmo essa punição: Apolinário, preso e condenado por dois crimes, recebeu na Lapa alforria durante a execução da pena, o que impedia a aplicação da pena de duzentos açoites. Sem saber como proceder, o juiz municipal suplente pediu ajuda ao presidente da província, Oliveira Menezes, em fins de 1878²⁵⁷. Francisco, detido havia mais de dois anos na cadeia de Castro sem que fosse reclamado por senhor algum, foi declarado liberto por sentença do juiz de órfãos em fevereiro de 1872²⁵⁸. Reproduzidas pela imprensa, essas notícia corriam a galope, espalhando agitação.

Aqui, portanto, na província vizinha, que já nascera sob os auspícios do novo influxo emancipador (juridicamente falando, do crescente “favor à liberdade”), as aspirações de homens e mulheres cativos não eram muito diferentes. Não devia, tampouco, discrepar substancialmente a *hermenêutica jurídica escrava* daquela disseminada por seus companheiros nos cafezais. Eis um apanhado da documentação governamental catalogada pelo DEAP-PR, cruzada com as informações do relatório apresentado, em fevereiro de 1879, pelo chefe de polícia, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, ao presidente da Província, Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes. Entre 1865 e 1888, ao menos dez escravos encarcerados em localidades paranaenses interpuseram recurso de graça ao Imperador, três dos quais obtiveram sucesso em seu apelo:

- João, sentenciado como incurso no art. 1º da Lei de junho de 1835 e condenado à morte, em 28 de março de 1863 pelo júri de Guarapuava, teve sua pena comutada em galés perpétuas por decreto imperial de 14 de abril de 1865²⁵⁹;

²⁵⁵ AZEVEDO, E. Idem, p. 83-84.

²⁵⁶ AZEVEDO, E. Idem, p. 82.

²⁵⁷ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 546, v. 13, p. 177-181.

²⁵⁸ *Dezenove de Dezembro*, 3 de fevereiro de 1872, p. 3.

²⁵⁹ PARANÁ. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo Chefe de polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879, anexos.

- Pedro, escravo de Francisco de Paula Xavier, igualmente fadado à forca, recebeu, em 1869, a graça das galés perpétuas pelas mãos de D. Pedro II, a serem cumpridas em Fernando de Noronha²⁶⁰, desistindo seu senhor dos direitos sobre ele, logo em seguida²⁶¹;
- Pedro Antônio, que, em julho de 1853, atentara contra a vida de seu dono na vila de Castro, foi agraciado pelo decreto imperial de 14 de dezembro de 1878, substituindo sua pena capital pela de prisão perpétua com trabalhos²⁶².

Todos eles aguardaram – por vezes os longos 25 anos de Pedro Antônio – o resultado de suas suplicações como presos preventivos na cadeia da capital, onde a convivência continuada pode ter fomentado o intercâmbio de experiências e possibilidades legais e, por que não, a circularidade de uma *cultura jurídica escrava*. Na cadeia, uma flor²⁶³? Se o afobado senhor de Davi não aguentara esperar nem um par de anos pelo resultado do recurso de graça em favor do seu escravo, quem dirá os proprietários paranaenses que viam seus negros décadas a fio sob a custódia não muito atenta dos praças curitibanos. As masmorras dos ergástulos públicos não eram exatamente um hotel de luxo – nos relatórios provinciais, há inúmeras descrições do estado lastimável dos prédios e das condições desumanas em que se mantinham os presos pobres –, mas deviam ser menos severas do que o regime dos senhores contra os quais esses cativos se amotinavam para esgoelar, envenenar, surrar.

Muito conchavo e pressão sobre o chefe de polícia Luiz Barreto Correa de Menezes devem tê-lo levado a cobrar do presidente da província, Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, alguma solução para o caso de José, pertencente ao finado Joaquim Pires Franco. Num ofício de 30 de agosto de 1879, informava a seu superior que o escravo, condenado à pena de morte pelo Juiz de Direito de Guarapuava em 1866 e que, no mesmo ano, ingressara com recurso ao Poder Moderador, encontrava-se ainda na cadeia de Curitiba, sem previsão de soltura até a data²⁶⁴. O que se devia fazer?

²⁶⁰ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP304, vol. 7, p. 205.

²⁶¹ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP308, v. 11, p. 211.

²⁶² PARANÁ. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo Chefe de polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879, anexos.

²⁶³ A cadeia não deixa de ser um tipo de *senzala estatal*, neste aspecto, o que não a impedia de constituir mais um espaço, mesmo instável, de sociabilidade escrava. Vide: SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

²⁶⁴ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0573, vol. 14, pág. 52.

Na mesma indeterminação devem ter amargado os demais cativos para os quais não identificamos qualquer resposta de Sua Majestade (outro José²⁶⁵, Luiz²⁶⁶, Jerônimo²⁶⁷, Ignácio Fernandes²⁶⁸, Dorothea²⁶⁹ e, ainda um terceiro, José²⁷⁰). As vozes desses desafortunados subiram à “Sua Imperial Presença”, mas os decretos que os libertariam de uma vez por todas, de ambos os grilhões que os subjugavam, nunca baixaram. Seria precoce afirmar que eles, ironicamente, terminariam seus dias na senzala do Estado. Os indícios apagaram-se pelo meio do caminho, só o sabem os ferros. Porém, experiências como as de João, de Pedro e de Pedro Antônio foram ecoadas e decantadas pela cultura jurídica da liberdade, também nas tribunas (dos foros e da imprensa). No final de 1886, aparecia no paulista *Redenção* a tese sustentada pelo rábula negro de pena mordaz do movimento abolicionista, Luiz Gama, uma “epígrafe terrível” que fazia tremer até a Evaristo de Moraes, anos depois: “*Perante o direito é justificável o crime de homicídio cometido pelo escravo na pessoa do senhor*”²⁷¹. É, Evaristo: casa de ferreiro, espeto de pau. Saída do cativo, graça imperial. Para aqueles três sortudos, ao menos, o fato é que o “crime” realmente compensou.

1.3. Esperança é a última que foge

O balanço geral até agora não é lá muito positivo para a justiça imperial, instalada na comarca de Curitiba: nenhum senhor condenado, pouquíssimos escravos absolvidos. Diante de tamanha adversidade, não espanta que o mesmo Luiz Gama fustigasse os “miseráveis” senhores que “ignoram que mais glorioso é morrer livre, numa força (...) do que banquetear-se com os Neros na escravidão”²⁷². Mas Roma ainda não fora incendiada, ao contrário, todos os caminhos no direito ainda levavam a ela e a seu legado. A conta só fecha se considerarmos que o contrapeso das dádivas derramadas pelo imperador sobre os deslizes de alguns cativos era a permissividade abrangente para com as contravenções cometidas pelos seus proprietários. A mesma graça – entendida como uma via de “flexibilidade jurídica”²⁷³ da ordem entrelaçada de normatividades

²⁶⁵ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0261, VOL11, P. 195 – 1867.

²⁶⁶ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0309, vol. 12, págs. 248/249 – 1869.

²⁶⁷ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0346, vol. 01, pág. 222 – 1870;

²⁶⁸ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0467, vol. 12, pág. 155 – 1875.

²⁶⁹ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0588, vol. 06, pág. 45 – 1879.

²⁷⁰ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0739, vol. 04, pág. 209 – 1885.

²⁷¹ MORAES, E. Op. cit., p. 217.

²⁷² AZEVEDO E. *Orfeu de Carapinha...*, p. 269.

²⁷³ HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 247.

pré-contemporâneas – era expressa para os escravos, mas tácita para os senhores. Fazer vistas grossas aos ilícitos senhoriais, como observamos, antes de uma postura eventual de alguns agentes públicos coniventes, consistia numa “intricada engenharia institucional e política necessária para permitir que autoridades e cidadãos ditos de bem fingissem não ver o que se apresentava diante de seus olhos”²⁷⁴. É, portanto, uma prática sistemática e amplamente respaldada pelo Estado imperial a que se descortina. Mas, afinal, o que é que ele se recusava tão impassivelmente a enxergar?

Os abusos, excessos e arbitrariedades contra os escravos vinham já de muito longe, não exigiam, é certo, tanta sofisticação para passarem em branco. O que, sobretudo, se temia, era trazer à tona o crime maior daquele século, deixado impune pela auto-sabotagem da lei e do direito, e no qual se sustentava um bom bocado da escravidão e da lavoura oitocentista: a continuidade da importação ilegal de africanos para o Brasil, mesmo após sua proibição terminante com as leis de 7 de novembro de 1831 (Lei Feijó, vulga “para inglês ver”²⁷⁵) e de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz²⁷⁶). E isso significava uma enxurrada de almas, cerca de 750 mil escravizados:

Manter tanta gente escravizada ao arrepio da lei exigiu do Estado imperial medidas de vária espécie, pertinentes ao âmbito legislativo, ao cotidiano da administração pública, à conduta do Judiciário, tudo isso com repercussão sobre as relações entre senhores e escravos e quanto à experiência de liberdade dos africanos e seus descendentes na sociedade brasileira oitocentista.²⁷⁷

Embora a razão de escravos ditos “boçais” em relação aos nascidos brasileiros fosse, em todo o Paraná, diminuta (Gutiérrez estima que, desde o início do XIX, ela não ultrapassou 15%²⁷⁸), o desastroso acobertamento da prática de escravização ilegal

²⁷⁴ CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 30.

²⁷⁵ “Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2º Os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil.”

²⁷⁶ “Art. 4: A importação de escravo no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da lei de 7 de novembro de 1831. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos artigos 34 e 35 do Código Criminal.

Art. 6: Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fora do Império, que mais conveniente parecer ao governo, e enquanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares”

²⁷⁷ CHALHOUB, S. *A força da escravidão...*, p. 30.

²⁷⁸ Uma comparação pode ser feita com as regiões cafeeiras, como Rio Claro, onde, segundo os dados colimados por Warren Dean, ainda em 1885, 21% da população escrava era de origem africana, contra

também lançou raízes em Curitiba e arredores. Não é prudente estimar em que proporções, exatamente, mas pudemos extrair algumas pistas quanto ao assunto, da *Classificação dos escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação*. Primeiro, uma breve síntese sobre essa fonte. A classificação havia sido uma das determinações do Regulamento de 1º de dezembro de 1871, sobre a Lei do Ventre Livre, repetida no Capítulo II (*Do fundo de emancipação*) do decreto seguinte, de 13 de novembro de 1872. Conforme o art. 31 ordenava, o livro fora fornecido pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com uma série de formalidades próprias. Aberto para uso da Juntada Classificadora de Curitiba e entorno (i.e., Votuverava, Iguassú, Campo Largo, São José dos Pinhais e Arraial Queimado), pelo inspetor da Tesouraria da Fazenda do Paraná, em 19 de março de 1873²⁷⁹, foi vagarosamente preenchido, graças aos trabalhos voluntários²⁸⁰ de seus membros (João José Pedrosa, presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Aroldo Manoel Erichsen, promotor público da comarca, e o coletor Francisco da Silva Pereira). Em 28 de outubro de 1875, depois de idas e vindas, eles assinavam a conclusão da listagem, para proveito dos curiosos do futuro²⁸¹. Passemos a ela, sem mais rodeios. Dos 1.645 escravos classificados nos seis termos supramencionados, apenas 88 constam como africanos, a metade deles residente dentro dos limites da capital, percentual ainda menor (5%) que o mapeado por Gutiérrez, confirmando a supremacia crioula na região. Dos 44 africanos instalados fora de Curitiba, seis aparecem como menores de 42 anos (idade mínima para estipular uma importação legal, isto é, anterior à lei de 1831 e, mesmo assim, apertada): Maria (39), João (38), Leonardo (37), Pedro (35). Além deles, dois casos extremos em Votuverava: Joaquina, de 21 anos, pertencente a Manoel José dos Santos e Feliz, de 13 anos, escravo de Antonio Mathias Taborda. Entre os 44 cativos africanos de Curitiba (de um total de 677 escravos), nove tinham menos de 42 anos²⁸². A maioria deles teve,

nosso 15% decrescentes ao longo do oitocentos (DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Ri de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 71).

²⁷⁹ Fundação Cultural de Curitiba/Casa da Memória: 308.567, CX 613/ 1875.

²⁸⁰ As desculpas para não comparecimento nas reuniões das juntas eram às vezes das mais estabanas. Até “cólicas flatulentas” serviram de justificativa para o presidente da Câmara Municipal de Castro (Arquivo Público do Paraná: APPR 0710, v. 04, pp. 256-258).

²⁸¹ Uma descrição dos contratempos na elaboração das classificações no Paraná e, posteriormente, da pífia aplicação do Fundo de Emancipação na província, pode ser encontrada em GRAF (Op. cit., p. 59-71). Tão relapsos ou mal intencionados eram alguns dos encarregados da tarefa que, em 1887 ainda, o juiz de direito de São José dos Pinhais, Dr. João Coelho Gomes Ribeiro, publicaria uma obra completa sobre o assunto, dirimindo dúvidas e compilando a legislação a respeito, “*Fundo atual de emancipação e sua publicação*”, muito elogiada pela imprensa local. (GRAF, M. E C. Op. cit., p. 64).

²⁸² Joanna (40, de Francisco José Gonsalves), Vicente (33, de Manoel de Souza Monteiro), Benedicta (33, Mariano de Almeida Torres), Simão (38, Mariano Almeida Torres), Francisco (preto, 38, de Joaquim

de qualquer forma, idade registrada entre 42 e 46 anos, ou seja, ainda em faixa etária suspeita, se imaginarmos que dificilmente se contrabandearia uma criança menor de cinco anos para o Brasil (mais improvável ainda que sobrevivesse à terrível viagem²⁸³). Não é impossível que alguns senhores diminuíssem a idade de seus escravos para auferir uma indenização mais vantajosa do Fundo de Emancipação, mas esse subterfúgio deve ter sido neutralizado em parte pelo medo contrário, de que cativos classificados como muito jovens pudessem denunciar uma origem ilícita.

Muito bem. A comarca da capital podia se orgulhar de possuir quinze africanos “oficialmente” ilegais e quase uma centena potencial deles. A despeito disso, não localizamos sequer um processo, fosse criminal (denunciando os senhores), fosse cível (libertando os escravos), em que as autoridades buscassem reverter este quadro. Aparentemente, S. Chalhoub tem mais do que razão para imputar à omissão (ou à ação desmobilizadora) do Estado imperial esse crime contra a humanidade. E isso de cima a baixo na estrutura burocrática. Não fora por sujeitos como Joaquim José Pedrosa (irmão de João José Pedrosa, que cancelara “sem ler” a classificação dos escravos), pouco saberíamos das agruras vividas por alguns desses homens e mulheres em cativo clandestino. Como curador da “preta” Carlota (o adjetivo já era em si um sinal de africanidade), ele ajuizou, em janeiro de 1885, uma ação de manutenção de liberdade²⁸⁴ fundada no argumento da importação ilegal (pós-1831), tese jurídica que incendiava os fóruns do país naquela década²⁸⁵. Notícias dessas decisões devem ter chegado aos ouvidos dos juízes de Curitiba, recebendo sua simpatia, porquanto, num anúncio

Afonso Enes), Antonio (preto, 39, de João de Paula Gomes), João (de Joaquim Cordeiro), José (38, José Pereira de Almeida) e Rosa (parda, 37, de Norberto Gonçalves Padilha).

²⁸³ Para uma análise detalhada da ação dos tumbeiros e os procedimentos do tráfico, conferir: FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁸⁴ Arquivo Público do Paraná. 1885. BR APPR PB 045 PI8140, Cx. 313.

²⁸⁵ Salvo melhor juízo, parecer ter sido no ano de 1883 que, de fato, começou-se a disseminar com maior alcance e intensidade, nos periódicos jurídicos, precedentes acatando esse entendimento, como duas sentenças do juiz municipal de São João da Barra, Amphilopho B. Freire de Carvalho, nas causas propostas pelo preto Leandro e por Antonio e Rufino (*O Direito*, vol. 33, jan./abril 1884, p. 283-284 e p. 565-585). Na segunda delas, analisa-se detidamente as diversas posições pró e contra a vigência das regras de extinção do tráfico, com a conclusão, enfim, de que “*O decreto de 7 de novembro de 1831 não está, nem jamais esteve em desuso*”²⁸⁵. Conquanto a predisposição do magistrado para aceitar tão peremptoriamente a aplicação desses dispositivos como “favor legal à liberdade” fosse quase tão exótica quanto era seu nome, os editores da revista pareciam empenhados em fazer prevalecer tal interpretação. Os volumes seguintes conteriam inúmeros exemplos de julgados semelhantes sob a rubrica “*Aplicação da lei de 7 de novembro de 1831*”. Entre eles, uma sentença do juiz municipal de Arassuahy, em 1883 e um artigo de autoria de Tertuliano Henriques, “*A lei de 7 de novembro de 1831*”, de 1884 (pp. 83-89 e 481-488 do número 33); uma sentença do juiz de direito de Cabo Frio, em 1884, (pp. 139-141 do número 34); um acórdão em apelação do Tribunal da Relação de Recife, de 1884, sob a epígrafe “*Declaração de liberdade do preto importado depois da lei de 7 de novembro de 1831 – processo a seguir*” (pp. 374-382 do número 35); e um acórdão da Relação do Recife, de 1885 (pp. 542-548 do número 38).

publicado no principal jornal da província, o *Dezenove de Dezembro*, em agosto de 1885, Carlota já aparece como liberta desejosa de recuperar do cativo seus três filhos:

Clube Abolicionista

No dia 4 do corrente foi entregue por intermédio deste clube um requerimento da ex-escrava Carlota, que pertenceu ao Sr. Lino Ferreira, em que a mesma escrava, à vista de ter obtido em juízo mandado de manutenção de liberdade por ser importada depois da Lei de 1831, pede para que o juiz competente mande passar carta de liberdade aos seus filhos, Josefina, Luzia e Adelino que estão ilegalmente considerados os dois primeiros como libertos sob condição de prestarem 3 anos de serviços, e o último como cativo.²⁸⁶ (grifos nossos)

Efetivamente, assim como o caso de Davi, que dava um “mal” exemplo de insubordinação aos demais escravos de seu plantel, Carlota prova que uma experiência jurídica bem sucedida podia desencadear em seu rastro uma série de lutas judiciais as quais, desde que tecnicamente toleráveis e minimamente ancoradas numa espécie de *Zeitgeist* da evolução da cultura jurídica nacional, tinham grandes chances de resultar em êxito. Não fosse a confluência de um grupo de vetores, os filhos de Carlota provavelmente só conheceriam o sabor da liberdade depois da abolição: a audácia e determinação de sua mãe; a tendência favorável da jurisprudência sobre o tema, disseminada pelas publicações da área aos quatro ventos; o zelo do solicitar Joaquim Pedrosa (membro do Clube Abolicionista que acabara de ser fundado).

A respeito desse último ponto, aliás, Pedrosa não era o único que, mesmo sem ser bacharel, advogava a causa dos africanos ilegais, insistindo para que sua liberdade passasse do platonismo da lei para a concretude dos fatos. A coisa saiu do controle, na Lapa, quando, em 1886, o juiz de direito Conrado Linhares noticiou ao presidente da província, Alfredo Taunay, que a população estava “agitada” pelas muitas denúncias e depósitos de escravos importados depois de 1831²⁸⁷. Em Paranaguá, cidade portuária por onde, como é sabido, levas de escravos contrabandeados encontraram sua porta de entrada para o império brasileiro²⁸⁸, oferecia-se José Cleto da Silva, em 1883:

O abaixo assinado incumbe-se das ações de liberdade, gratuitamente, de todos os africanos vindos para o Brasil como escravos, depois da Lei de 7 de novembro de 1831, assim como das de seus descendentes legítimos. Para esse fim será

²⁸⁶ *Dezenove de Dezembro*, 9 agosto de 1885, p. 2. *Apud* GRAF, M. E. C. Op. cit., p. 116.

²⁸⁷ Arquivo Público do Paraná: APPR 0772, v. 5, p. 81.

²⁸⁸ Há indícios de que o litoral da 5ª Comarca de São Paulo (depois Província do Paraná) presenciou o desembarque de africanos até pelo menos 1855. Era constante também a presença de autoridades provinciais praticando esta atividade. Sobre o papel do litoral paranaense no tráfico atlântico de escravos conferir: WESTPHALEN, Cecília Maria. *A introdução de escravos novos no litoral paranaense*. In: Revista de História. São Paulo, Universidade de São Paulo, 44 (89) : 139-154, jan./mar. 1972.

encontrado todos os dias, das 3 às 6 horas da tarde, na asa de sua residência, à Rua da Imperatriz n. 69, esquina em frente à Igreja do S. Bom Jesus dos Perdões. Paranaguá, 29 de maio de 1883.²⁸⁹

Que o Bom Jesus dos Perdões perdoasse também a heresia que José Cleto ousava cometer contra a ortodoxia senhorial. Ortodoxia quase religiosa, visto que embasada acima de tudo na “boa-fé” (*bona fide*). Típica manifestação dessa intransigência programada, (má) fé cega do governo imperial na propriedade dos escravocratas, foi a hostil resposta que o presidente da província do Rio Grande do Norte recebeu, dez anos antes, da Seção de (In)Justiça do Conselho de Estado, após a consulta que fez sobre o caso dos africanos deixados no inventário de Ignácio Albuquerque Maranhão e a possibilidade de aplicação, para eles, das disposições da Lei de 1831. José Thomaz Nabuco de Araújo, insuspeito de extremismo nesse aspecto, apresentando números recheados sobre quantos teriam sido os escravos aportados em terras brasileiras apenas no decênio 1842-1852 (pelas contas dos ingleses, 303.547 indivíduos), recomendava calma, pois “no Brazil a escravidão hade ficar completamente extinta, não muito tarde, pelo meio pacifico da lei de 28 de Setembro de 1871, ou outro que for sugerido pela sabedoria do poder legislativo” e não por levianos bem intencionados. Seria demasiada temeridade a libertação imediata desses cativos, mesmo uma “medida revolucionária”, tendente a abolir de supetão toda a escravidão no país:

Essa prescrição se funda em evidentes reclamações de ordem publica, porquanto – um grande numero de escravos provenientes de importações anteriores á época da effectiva repressão, importações constantes da fama publica, mas não constatadas legalmente, tinham sido adquiridas, e transmittidas – bona fide – por título *inter vivos* ou *causa mortis*, e seria uma medida revolucionaria arrancar-os sem indemnização dos seus senhores. (...) A verdade é que essa prescrição se não resumbra daquellas palavras, adrede escriptas na lei, está na consciencia de todos, está em uma prática de mais de 20 annos, depois que começou a época effectiva da repressão (...) Surge agora essa idéa, infelizmente apoiada pela autoridade puiblica, idéa que, envolvendo uma propaganda de insurreição, póde ser funesta nas províncias, onde há grande agglomeração de escravos, e que portanto não deve ser approvada pelo Governo Imperial.²⁹⁰ (grifos nossos)

A gambiarra hermenêutica que o douto conselheiro tentava passar por máxima universal era que a Lei de 1831 estaria “na consciência” e “em uma prática de mais de 20 anos”, prescrita. Consciência pesada, essa. Em outubro de 1874, ainda, defender a

²⁸⁹ *Violeta*, Paranaguá, v. 1, n 33, 16 jun 1883, p. 4. *Apud* GRAF, M. E C. Op. cit., p. 120.

²⁹⁰ *O Direito*, vol. 33, jan/abril 1884, p. 290-291.

mera aplicação de uma lei em vigor era uma “infeliz ideia” que poderia propagandar o turbilhão da “insurreição”, com “funestas” consequências para a nação²⁹¹.

Menos espalhafatoso, mas não menos conservador foi o acórdão da Relação de São Paulo que, em maio de 1876, negou provimento ao pedido do africano Mariano²⁹². Foi necessário esperar a jurisprudência da década de 1880 para, de novo, colocarem-se as coisas no lugar e abrirem-se os olhos das autoridades para algo que esteve sempre diante de seu nariz: “*O decreto de 7 de novembro de 1831 não está, nem jamais esteve em desuso*”. Meio século de um engodo bem arquitetado. E sem a atuação (gratuita, o que é válido destacar) de militantes engajados como José Cleto e Joaquim Pedrosa, nem então eles dariam o braço a torcer. Reencontraremos esses senhores alguns passos adiante. Avançamos bastante no tempo, o que nos permitiu um sensível contraste entre o possível e o impossível no discurso jurídico do final da década de 1860 e vinte anos mais tarde. Mas é hora de regressar. Ainda seria preciso muita batalha para se chegar até ali. Uma briga que não só os escravos compravam.

O Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, duas décadas antes de José Cleto resolver secundar as lutas jurídicas dos escravos, já comprara a briga de Fernando. É claro que ele não podia antever que ela duraria dez anos corridos e quase lhe custaria a fortuna e a vida. Em 21 de setembro de 1862, quando ele propôs um libelo cível (o termo “ação de liberdade” surgiria oficialmente apenas em 1871) no juízo municipal de Curitiba, só conseguia pensar no quão injusto e ilegal era o cativeiro de seu protegido e em tudo aquilo que, para conquistar sua liberdade, teria que provar:

Diz o pardo Fernando por seu Curador e Advogado Sergio Francisco de Souza Castro, que elle quer fazer citar o Tenente Coronel Manoel José da Cunha Bittecnourt, que se intitula seo senhor, para a primeira audiencia deste juizo fallar a hum Libello Cível, em que pretende mostrar que, sendo livre é injusto e illegal o captiveiro em que tem jasido (...) 1. Provará que o autor e outros forão escravo do Padre Vicente Pereira de Oliveira (Documento A e B); 2. Provará que por morte do Padre Vicente ficarão livres, embora se desconhecesse o testamento com que o mesmo falleceu; 3. Provará que com o fim de serem escravizados, sendo antes libertos por seu finado Senhor, não só se fez desaparecer o testamento deste, como nem forão contemplados no espolio que do mesmo finado se inventariou (Documento B); 4. Provará que com quanto lá conste que a mai do Autor requerera sua liberdade, depositando a quantia de sua avaliação, o que por siso basta para se ver a usurpação e violência que se lhes fez (Documento C); 5. Provará que não consta o modo por que o Autor e outros escravos do Padre Vicente foram parar em

²⁹¹ A evolução da opinião pública sobre o tema foi traçada por Nabuco nos seguintes termos: “(...) em 1845, julgava legítima e honesta a compra de africanos, transportados traiçoeiramente da África e introduzidos por contrabando no Brasil. A opinião, em 1875, condenava as transações dos traficantes, mas julgava legítimas e honestas a matrícula depois de 30 anos de cativeiro ilegal das vítimas do tráfico.” (NABUCO, J. Op. cit., p. 27).

²⁹² *O Direito*, v. 12, jan./abril 1877, p. 297-300.

poder da falecida Dona Jacintha de Oliveira, para esta poder dispor-os em testamento; 6º. Provará que não se poderá mostrar como a mesma falecida Dona Jacintha os adquierio, tendo desistido de herdar do finado Padre Vicente, e sem que se tenha habilitado para poder fazel-o (Documento B). 7º Provará que, por isso, nenhum direito tinha Jose Marcondes de Oliveira para vendel-os ao Tenente Coronel Manoel Jose da Cunha Bittencourt, e outros; (...) ; 11º Provará que devem o autor e seos companheiros ser reconhecidos livres por sentença, ficando a seos actuais possuidores direito alvo para haverem de Jose Machado de Oliveira o que por elles derão, havendo-se por provada a liberdade conferida pelo Padre Vicente, visto como o testamento não é por lei titulo essencial para se conferir liberdade e consta sufficientemenete que o Padre Vicente a conferira; prevalecendo a bem disso assim se decretar o principio de que “a favor da liberdade muitas cousas são outorgadas contra as regras de direito estricto” (...) ²⁹³

Trocando em miúdos: Fernando dizia ser filho da preta de nação Maria, ter pertencido em vida ao padre Oliveira, residente em Antonina, e, por sua morte, ter recebido alforria. O óbice para demonstrar isso era que alguém havia feito sumir o testamento do reverendo. Os nomes do escravo e de sua mãe teriam sido excluídos do espólio, razão pela qual não poderia sua sobrinha, D. Jacintha de Oliveira, tê-los herdado e depois destinado a seu esposo José Marcondes de Oliveira. Este último fora o vendedor de Fernando ao Tenente-Coronel Manoel José da Cunha Bittencourt e, destarte, o responsável pelo “usurpativo destino” que padecia. Os documentos anexos consistiam em cópias de partes da partilha do finado clérigo, bem como justificações contendo depoimentos de quem o conhecera em sua cidade natal.

Os rechonchudos autos de cerca de duzentas folhas não são um primor de coerência e organização, antes se assemelham a um calhamaço de papéis dispersos. Assim mesmo, são discerníveis alguns tópicos particularmente polêmicos. Entre eles, a filiação do pardo Fernando, contestada por Manoel do Nascimento Abreu, procurador de seu senhor: “isto é um engano tão manifesto, quanto é sabido que a mai de Fernando nunca pertenceu ao Padre Vicente (...) que aquella mulata jamais morou na Cidade de Antonina e que a mai de Fernando ainda existe, e nesta Capital: é bem preta e até africana”. Ao mesmo tempo, porém, o advogado se contradizia mandando expedir precatória “ao Juízo Municipal de Antonina, chamando a autoria Jose Machado de Oliveira, que é quem vendeo o libertando ao Supplicante (...) para correr com elle a acção”. O que ninguém contestava era a lucratividade do oficial de pedreiro, que prestava serviços subcontratados a terceiros, cujo valor era repassado a Bittencourt a título de jornais. Por isso o senhor queria a garantia judicial desses rendimentos:

²⁹³ Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI7170, Cx. 274.

Vossa Senhoria, em quem o Supplicante folga de reconhecer os sentimentos mais humanitários, certamente se compenetrará de que, si é nobre proteger a liberdade, não é menos nobre garantir o justo dominio (...) requer somente que, a decidir-se Vossa Senhoria que se faça o deposito ordenado, mande proceder a avaliação do jornal diário do libertando e ordene que o depositario o arrecade, para ser a final entregue a parte vencedora (...)

Se “era nobre proteger a liberdade”, não menos sagrada era a propriedade. Novamente, estamos diante do “dilema da peteca” de Chalhoub. Os “sentimentos humanitários” do juiz municipal, capitão Floriano Berlintes de Castro, deviam ser alvo de rumores e conjecturas pelos senhores curitibanos, e preocupavam certamente a Manoel José Bittencourt. Já que Fernando lhe seria arrancando das mãos durante o curso da demanda, urgia depositar o escravo, como bem *sub judice*, com alguém de confiança, pessoa que também se responsabilizaria por arrecadar e contabilizar os ganhos do cativo ao longo desse tempo. Diante de tantos melindres, não era tarefa fácil encontrar quem aceitasse o encargo. O português Antônio José Ribeiro foi o primeiro a ser cogitado, mas logo veio suplicar para ser destituído do *munus* (que, por suas palavras, mais parecia um *ônus*), alegando que as leis pátria vetavam aos estrangeiros ocupar cargos públicos no império e, sobretudo, porque era “*assaz oneroso ao Supplicante continuar a servir semelhante cargo já por seos muitos afaseres, já porque no caso vertente o deposito é uma espécie de feitoria*”. Não dizia nenhuma inverdade: o depositário tinha de fiscalizar diuturnamente os serviços do libertando, formar livro de assento dos dias em que trabalhava e, nos que não trabalhava, anotar o motivo (feriado, doença, falta de emprego, etc.). A posição era entendida, por seus contemporâneos, como uma espécie de *feitoria judicial*, uma imagem importante para guardarmos em mente doravante. Livrando-se Antônio José do problema, quem o assumiu foi Bento Antônio de Meneses, em 20 de junho de 1863. O contador não suportou nem cinco meses: a 19 de novembro pediu destituição por conta de uma suposta viagem que planejava. Farto de desculpas, o juiz determinou que ficasse sendo o próprio curador, Sérgio Francisco de Castro, depositário do escravo. Seus jornais foram avaliados inicialmente em 2.500 réis diários (a requerimento do libertando diminuídos para mil réis diários, o que quiçá lhe permitia embolsar uma parte dos ganhos) e a ação seguia.

Atendendo ao chamado do réu, logo veio aos autos José Machado – acusado de uma baita tramoia por Fernando e seu curadora – manifestando suas contrariedades. Segundo ele, o autor era “captivo por ter nascido nesse infeliz estado da escrava Maria, conhecida por Maria Nova” que tocara a D. Jacintha Ferreira de Oliveira no inventário

de sua mãe D. Roza de Souza e Silva, irmã do padre, em que havia também a escrava Maria da Costa, de nação. Para Oliveira, deliberadamente, “o Curador do Autor tem procurado confundir a escrava Maria Nova, mai de Fernando, ora com a mulata Maria (...) ora com a preta Maria da Costa, que foi libertada por 25 mil réis, por ocasião do inventario do Padre Vicente e que já é falecida”. Fernando ele mesmo teria comprado a liberdade de sua mãe por 400 mil-réis, em Antonina, e “para tratar dessa liberdade veio autorizado por uma Carta de seu senhor datada de vinte e dous de maio de 1855”.

Em sua réplica, porém, o curador do pardo defendia-se impugnando os documentos apresentados, que “achão-se viciados por virtude do modo por que forão pedidos, e não por fraude do tabellião”. Ironicamente, dizia ainda surpreender-se que o réu não tivesse apresentado a certidão de batismo de Fernando, já que a dúvida era sobre sua filiação, “uma taboa de salvação em que podia agarrar-se para prolongar os seus dias de esperança de victoria”. Na realidade, o senhor de Fernando não teria de esperar tanto assim pela vitória. Ela veio em 10 de julho de 1865, encabeçada, paradoxalmente, por um mui cristão introito do julgador, que sobrepunha à lei dos homens, a Lei divina:

Considerando quanto é majestoso e sublime esse momento de liberdade que em tão poucas palavras encerra a Sciencia Divina. Considerando que a sciencia humana toda se reduz a este preceito: *amaivos uns aos outros; não façaes aos outros o que não quereis que elles vos facão, mas fazei lhe todo o bem que desejarei para vos mesmos*. Eis aqui tudo o que temos no grande Livro da Natureza, eis a nossa Lei.

Os tão “humanitários sentimentos” de Sua Excelência, porém, não salvariam Fernando do controvertido cativo em que se achava. O libelo foi indeferido. Era sublime e altíssima a “sciencia divina”, mas a lei dos homens, pela qual a escravidão ainda vigia, estava escrita em letra mais legível. A “taboa de salvação” a que se referia Sérgio de Castro certamente não era a taboa mosaica. Ou isso, ou então não queria Floriano Berlintes de Castro fazer ao seu (socialmente) próximo, o tenente-coronel Bittencourt, o que ele mesmo não queria sofrer: prejuízos. O juiz municipal devia ter lá seus cativos, perdão, seus motivos para aquela sentença macarrônica. Sem ser bacharel, interpretava o caso na perspectiva católica apostólica romana (porque nem mesmo de subsunção ao Direito Canônico se travava²⁹⁴), segundo a qual o senhor de Fernando não

²⁹⁴ No ensino formal de direito nas faculdades desses anos, a cadeira de Direito Natural ainda tinha grande relevância, como comprova o estudo sobre a grade curricular desses cursos empreendido por Fonseca. Todavia, mesmo esta disciplina sofria ali uma recepção particular, filtrada, já mesclada com vetores do racionalismo iluminista europeu: “(...) boa parte da reflexão jurídica deste período está marcada por uma penetração em tanto problemática do racionalismo iluminista europeu, que ingressa no meio cultural do direito num ecletismo de concepções teóricas de difícil conciliação. Em verdade este acaba se inserindo,

era uma *parte* no processo, mas um *irmão* de fé. E o dogma era: aos irmãos, tudo; às partes, a lei. Um notável exemplo de completa falta de autonomia da cultura jurídica. Ou então, de uma cultura jurídica radicalmente distinta daquela com a qual estamos habituados. Floriano Berlintes de Castro, que não era bacharel, encarna o tipo do *jurista-couteiro* pincelado por Hespanha, “guardiões” de um “mundo auto-ordenado”:

O seu papel não seria o de criarem ou rectificarem a ordem. Nem o de determinarem autoritariamente o equilíbrio justo. Seria apenas o de o induzirem da natureza, tirando proveito de todos os recursos (*virtutes*) da sensibilidade humana (*amor, bonitas, intellectus, sensus*) numa era em que os métodos intelectuais de definição do direito não estavam ainda privados de abordagens não ‘racionais’. Assim, os juristas desempenham o seu papel assumindo o direito como um dado adquirido, deixando-o ser tal como era, já que emergira das disposições espontâneas das cosas (nomeadamente as coisas humanas). A *poiesis* jurídica não seria responsabilidade deles. Responsabilidade deles seria a de observarem, reflectirem, sentirem, acreditarem, lembrarem, meditarem e interpretarem as ordens existentes dentro, fora, acima e abaixo deles. Para realizarem uma hermenêutica ilimitada de Deus, dos homens, e da natureza. E para encontrarem formas de a apresentarem de um modo que pudesse receber um consenso comunitário.²⁹⁵

E a ordem “natural” das coisas era que os senhores resolvessem sozinhos seus assuntos domésticos. Deles devia ser a “majestosa liberdade”, de que Floriano Berlintes de Castro falava. Mas o pior ainda estava por vir. O pardo e seu curador, justificadamente, não se conformaram com a sentença da instância local e remeteram os autos com apelação ao Tribunal da Relação da Corte, que tampouco se dignou a modificá-la. Vieram os embargos ao acórdão, elaborados por João Baptista Gomes da Silva Barata, igualmente desdenhados pelos desembargadores.

O processo baixou novamente para a comarca de Curitiba e, em fevereiro de 1873, mais de dez anos depois de seus primeiros atos, lá estavam os herdeiros de Manoel José da Cunha Bittencourt (que falecera sem o contentamento de umas boas bordoadas em Fernando) para reivindicar não só o escravo, mas os jornais que ele, durante toda essa década, deixara de entregá-los! E não eram outros, senão os bens do Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro que eles tinham em mira: nada módicos 2 contos e 779 mil-réis atribuíam a ele como dívida. Era a retaliação por ousar bater de frente com um dos figurões da cidade.

nesta fase da cultura jurídica brasileira, embutido numa concepção escolástica do direito natural. Note-se, assim, que a ‘modernidade’ brasileira, cuja constituição é tão almejada desde a independência, acaba sendo inserida ‘pela metade’, ou melhor dizendo, a partir de um filtro bastante forte das concepções pré-revolucionárias e pré-liberais que, na França oitocentista (para ficar com um exemplo), já tinham sido em grande parte colocadas sob os escombros juntamente com o antigo regime.” (FONSECA, R. M. *Os juristas e a cultura jurídica brasileira...*, p. 353-354).

²⁹⁵ HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 245.

Tomado de espanto e apreensão, o bacharel achava “difficil conservar o espírito calmo quando se é vistima de um d’esses actos de crimonsa prepotência que de quando em vez alarmão a sociedade e preocupação o espírito publico”, mas tinha confiança de litigar “com pureza de consciencia, escudado na lei e favorecido pela opinião publica”. Para ele, que afirmou e comprovou nunca ter assinado termo de depósito do libertando, eram “phantasiosos” esses jornais, não passando de uma intriga orquestrada por seus opositores políticos, entre eles o advogado de execução da parte adversária, Tertuliano Teixeira de Freitas, quem “não tinha somente sede de ouro, queria também aproveitar a ocasião de saciar sua sede de vingança”.

Nas palavras de Sérgio de Castro, o novo juiz municipal suplente, capitão Lourenço Taborda Ribas de Andrade, seria mais um cúmplice dessa armadilha. Também pudera, ele e o curador de Fernando eram desafetos de antigos carnavais²⁹⁶. Se, membro ativo do diretório do partido liberal que era, chegasse a sucumbir aos ardis de seus detratores conservadores, alertava que “então teremos voltado aos tempos primitivos da barbaria e selvageria: *o principio do justo e do honesto será substituído pelo direito da força material, e mais direito terá quem de mais força dispuzer*”. Num universo social denso e reduzido como o da capital, o exercício da advocacia não estava infenso às turbulências políticas e personalismos de todo gênero²⁹⁷.

Com essas palavras, o advogado sintetiza nosso próprio argumento até aqui. O caso do pardo Fernando, inscrito num momento de pré-intervencionismo estatal na jurisdição privada, patriarcal, dos senhores, é emblemático por deslindar toda uma nova mentalidade *bacharelesca* que emergia, portadora de um ideário *publicista, estatalista, legalista*, numa expressão: um ideário de *modernidade jurídica*. Contra ele, a resistência do domínio tradicionalista dos caudilhos políticos, que misturavam questões domésticas com a máquina burocrática, e seu primado da força bruta, ainda no início da década de 1870. Mais do que isso, calhava discutir também o impacto daquele tipo de doutrina na própria construção dos procedimentos judiciais de emancipação escrava. Se tamanhas

²⁹⁶ “Não convem, por em quanto ao menos, entrar em largas considerações á respeito do procedimento arbitrário e manifestamente illegal que para com o agravante tem tido o Sr. Juiz Municipal supplente que declarou em audicencia publica, perante mais de seus pessoas qualificadas, que seu assessor era o advogado Tertuliano Teixeira de Freitas, e que ainda hontem, ao entregar os presentes autos ao ajudante juramentado do escrivão d’esta causa, disse – “este meu despacho é a resposta que dou ao artigo que contra mim escreveu o Dr. Sergio no ‘Antonina’. (...) Ai da nação brasileira, ai de todos nós os brasileiros, se os cargos da judicatura se converterem em armas de perseguição, oppressão, e sórdida especulação!”

²⁹⁷ Ao contrário, Sérgio Adorno frisa exatamente esse movimento de “profissionalização da política”, que passa a ser monopolizada pelo grupo dos “bacharéis liberais”, no século XIX (ADORNO, S. Op. cit., p. 157 e ss).

ameaças rondassem todo aquele que se dispusesse a ser depositário de escravos em litígio, estariam condenadas à ruína as ações de liberdade, expondo a risco os cidadãos:

É de maravilhar que os exequentes alimentem a estulta pretensão de haver dos depositários do pardo Fernando não a somma fabulosa que lhes veio á imaginação, mas os jornaes que o mesmo pardo quiz entregar como producto dos dias em que trabalhou (...) como muito bem disse o douto jurisconsulto Dr. Augusto Teixeira de Freitas, na sua excellente obra Consolidação das Leis Cívis, na 2ª parte da nota 2ª ao art. 457 ‘como coagir a trabalhar pessoas cuja escravidão está em duvida?’ E se assim não fora, quem queteria sujeitar-se a ser depositário de um semelhante que, vivendo sob o jugo de um injusto captiveiro, quizesse accionar á seo pretensão senhor para reivindicar a sua liberdade? (...) A doutrina contraria importaria nada menos que a annullação da acção de liberdade, mas isto além de ser uma iniquidade intolerável, poria em risco á todo o momento a liberdade do cidadão brasileiro, ou estrangeiro, que, por meio de qualquer alicantina, podia ser reduzido á escravidão. (grifos no original)

Não é de somenos importância a utilização acurada do termo “ação de liberdade”, conforma ditava a nova legislação imperial. É cabível conceber que sua apropriação e aplicação pelas instâncias inferiores do Poder Judicial não fosse pacífica, nem literal. Ao contrário, a interpretação sobre as formalidades dessas causas construía-se a partir de dinâmicas processuais pré-existentes, convenções e usos forenses locais e projeções de ambas as partes (senhores e escravos) sobre seus interesses ao buscar a justiça. Uma vez mais fica patente a centralidade dos *procedimentos públicos* na gestão desses conflitos, muitas vezes mais determinantes nos resultados das demandas do que os argumentos de direito material em si. Por conta deles, os herdeiros do tenente-coronel Manoel Bittencourt ganharam, mas não levaram. Inversamente, o pardo Fernando foi derrotado, mas pôde gozar de bons dez anos de autonomia, administrando seus jornais de pedreiro para lá de razoáveis. Eles bem poderiam servir para a constituição de um pecúlio, agora legalizado, com o qual viesse a comprar sua alforria, em seguida. Graças a um depositário leniente, ou a inexistência dele. Muitos pesquisadores têm feito alusão ao quão “concretas são as evidências quanto às alianças entre escravos e depositários nas ações de liberdade”²⁹⁸. Na contenda entre Antonio Preto e seu senhor, que desenrolou-se na Corte, no ano de 1881, assim declarou o curador, diante da insistência do dono em receber os aluguéis do cativo: “não me oponho a que, *caso apareça quem aceite o encargo de depositário com a obrigação de pagar aluguéis* – seja o meu

²⁹⁸ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 169.

curatelado removido para o poder dessa pessoa”²⁹⁹. Motivações econômicas podiam ser frequentes entre os “benfeitores” desses cativos, e não só entre seus opositores.

Também não se deve desprezar como mera peça de retórica o cenário de “alcantina” cunhado por esse astuto bacharel: a perpetuação do mandonismo das vontades e veleidades dos senhores significava uma ameaça à liberdade de qualquer cidadão (negro) brasileiro ou estrangeiro (africano). O causídico reconhecia, nesse excerto, a pertinência da “rede” de Perdigão Malheiro, a arrastar de volta ao cativo homens livres, a tordo e a direito. Os “costumes senhoriais” de escravização ou reescravização ilegal, como o que o curador de Fernando denunciava em seu libelo cível, desgastavam a própria *qualidade* da liberdade, que se tornara uma “experiência arriscada para os negros no Brasil do século XIX, pois tinham a sua vida pautada pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela”³⁰⁰. A isso, ainda retornaremos no último capítulo deste texto.

O fato é que os dias de “esperança de vitória” dos herdeiros Bittencourt efetivamente estavam contados: intervindo em seu favor o advogado Generoso Marques dos Santos, o embargado Sérgio de Castro escapou da bancarrota, em 1º de julho de 1873. Possivelmente como desdobramento dessa refrega, ele sofreria um atentado em seu escritório, algumas semanas depois: Manoel Feliciano Lopes, desconhecido do bacharel, tentaria assassiná-lo arremessando-lhe dois punhais. O crime, como se constatou no inquérito policial, não fora passionai, nem motivado por razões de ordem íntima. Apesar disso, o mandatário não foi identificado nas investigações³⁰¹. O Dr. Sérgio safava-se mais uma vez da morte, embora provavelmente não dos traumas de toda aquela alteração. Nunca mais ele seria visto curatelando negros a favor de sua liberdade no foro de Curitiba. Desfaziam-se, quem sabe, todas as suas “esperanças de vitória”. No entanto, Esperança, como qualquer escravo sabia, é a última que morre.

²⁹⁹ “É provável, na verdade, que houvesse fortes motivações econômicas por trás da ajuda que depositários, e até pessoas que tinham os cativos alugados em suas casas, prestavam aos libertandos. Os processos de liberdade duravam geralmente alguns meses, e o depositário do escravo estava legalmente desobrigado de pagar qualquer aluguel enquanto durasse a ação judicial” (CHALHOUB, S. Idem, p. 170).

³⁰⁰ CHALHOUB, S. *A força da escravidão...*, p. 29.

³⁰¹ Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI7127, Cx. 273. A despeito disso, a imprensa sugeriu uma ligação entre o bacharel Tertuliano e o executor Manoel Feliciano, num dia agitado como era aquele de eleições: “Não terminaram, porém, na igreja os atentados. À tarde do mesmo dia da desordem, um indivíduo de nome Manoel Feliciano, que pouco antes havia votado com o bacharel Tertuliano [...], apeando-se a porta da casa do Sr. Dr. Sérgio de Castro, membro do diretório liberal, penetrou no escritório, onde este se achava, e acometeu-o com duas facadas, que felizmente puderam ser desviadas” (*Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XX, 18 out. 1873, p. 1. *Apud* NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 95). Sobre as conexões dos bacharéis curitibanos com os partidos políticos no período, vide: NASCIMENTO, D. V. Idem, p. 46-101.

Antes de morrer, Esperança fugia. Era o que sabia e podia fazer. Fugiu as 23 léguas que separavam a casa de seu suposto senhor, em Ponta Grossa, para Curitiba, em 1865. Foi depositada em juízo e entregue de volta a Manoel Ferreira Pinto pelo depositário. Fugiu novamente para a casa de seu antigo dono, Antonio Ribeiro dos Santos, e foi detida pelo chefe de polícia, que a devolveu a Ferreira Pinto. Fugiu uma terceira vez, em 1869, e, enfim obteve guarida, ficando livre por carta que lhe passou Antonio Ribeiro, com quem se apadrinhara. Agora, a questão era saber se ele tinha ou não poder para libertá-la, como fizera. A qual deles pertencia, efetivamente, a escrava Esperança? Quem podia perder a liberdade na pendenga era o próprio Ribeiro, acusado de furto na “queixa-crime” que contra ele ofereceu seu adversário (os danos giravam em torno de três contos de réis, segundo o autor)³⁰². Deixemos que o próprio réu conte a história do processo, por ele taxada de “incrível”, nas dez páginas de sua auto-defesa:

É incrível a historia d'este processo. Com effeito, há muitos annos dei á meu genro Ignácio David Pedro da Silva uma escrava, que, segundo diz o autor, lhe fora vendida. Morto meu genro, appareceu esta escrava em minha casa, tendo fugido da casa d'aquelle que a dizia ter comprado. Para que não se duvidasse um só momento de minha probidade, não fiquei com a escrava em meu poder, trouxe-a para esta cidade, onde requeri ao Juizo Municipal que a fizesse depositar para ser o deposito levantado por aquelle que provasse ser dono do objeto depositado, dando-se d'isso conhecimento ao autor. (...) Vindo a juízo o autor, discutiu-se, não a propriedade da escrava, mas a competencia do Juiz que determinara o deposito. Discutida a questão, de competencia que ainda se acha pendente de dous recursos de agravo para o Juiz de Direito d'esta Comarca, foi a escrava entregue pelo depositário ao procurador do autor, que a levou para sua casa, donde novamente fugiu, vindo ter a esta Capital. (...) Apresentando-se a escrava pela segunda vez n'esta Capital, e recolhida a cadeia por ordem do Dr. Chefe de Policia, provou o réo que era sua, e em virtude d'esta prova, tendo-se expedido alvará de soltura para que a escrava fosse entregue ao reclamante, este libertou-a porque sua propriedade estava reconhecida.

Foi em seu sítio no Palmital, em 30 de setembro de 1869, que essas palavras foram escritas de próprio punho pelo acusado, que se dizia idoso e enfermo, destarte, impossibilitado de comparecer pessoalmente ao foro da capital. Se para o primeiro depositário de Esperança, assim como para o então chefe de polícia, Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, a questão da propriedade da escrava estava sanada e assentada, Antonio Ribeiro dos Santos juntava documentos para demonstrar que a realidade das coisas era outra. Em estilo bastante característico e aparentando bom conhecimento jurídico (embora não houvesse indícios de que pertencesse à classe dos doutores), o réu explanava que Esperança era filha de sua cativa Benedicta, herança de seus pais. Por

³⁰²Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI6863, Cx. 264.

ocasião do casamento de sua filha Eufrásia Maria Lima com Ignacio David Pedro da Silva, cedera a este a escrava “apenas para prestar-lhe serviços” e jamais como uma doação de pleno direito. Se a versão contrária procedia – indagava – onde estava o título dessa doação? Não havia título algum. Por isso “o autor nunca exhibio a escriptura da compra da escrava Esperança, e porque essa compra, que diz ter feito, envolve um crime”. Mais um elemento da charada, o réu subvertia a lógica do processo, acusando seu acusador. O crime era de chantagem: seu genro contraíra algumas dívidas com o dito Manoel Ferreira quem, por meio de ameaças, lograra tomar posse de Esperança, a qual, contudo, não o reconhecia como legítimo senhor. Segundo Antonio Ribeiro, contra provas não havia argumentos, de modo que as alegações de seu perseguidor pouco valiam diante dos títulos que apresentava. Os depoimentos das testemunhas nem podiam ser levados a sério. Ele exigia papéis, em tônica de palanque:

Quando se tratou de discutir a questão da competência do juiz, que determinou o depósito, o autor não apresentou um só documento, uma só prova pela qual se pudesse conhecer que era verdadeira a compra que dizia ter feito e que o vendedor lhe podia transferir o dominio da escrava (...) A quem pertence a escrava Esperança? Ao autor não pertence, porque não a comprou de seu verdadeiro dono que é o réo. Ao autor não pertence, porque não tem títulos por onde prove a sua propriedade. Ao autor não pertence, porque são falsas as suas allegações, nunca justificadas, nem compradas em juízo competente. Ao réo pertence a escrava Esperança, porque o mesmo exhibio os títulos de sua propriedade. (...) Como, portanto, dizer-se que o réo libertou um objecto que não era seu? (...) Qual acto judiciario que julgou de nenhum effeito os titulos apresentados pelo réo? Despreze-se todas estas verdades, despreze-se os princípios de direitos garantidores de nossa propriedade e triumphe as allegações infundadas do autor que quer chamar sua uma escrava, que nunca possuiu por titutlo legitimo (...) D’ora em diante ficarei sabendo que os crimes commettidos pelo autor são sagrados e produzem effeitos, como se fossem actos legaes? Está assim visível a injustiça de que sou victima n’este processo, de cuja denuncia espero ser absolvido afim de que desapareça d’este foro um summario tão improcedente como o presente que me foi instaurado. (grifos nossos)

Está comprovado pelo senso-comum: aplica-se muito maior energia e oratória quando se trata de salvar a própria pele. Rica em imagens, figuras e interjeições, a petição de Antonio Ribeiro dos Santos era, no fundo, monotemática: jogava pesado em cima dos documentos, das escrituras, das certidões, único meio, em sua opinião, para chegar-se à verdade dos fatos. Desprezá-los era desprezar “os princípios de direito garantidores de nossa propriedade”. Desprezá-los era incorrer em máxima injustiça, porque o domínio devia-se fundar, acima de tudo, num *título de propriedade*.

Eram papéis que Antonio Ribeira queria, papéis Manoel Ferreira arranjou. Veja bem, não eram papéis dos mais válidos, mas vá lá, eram autenticações em “publica

forma”: uma certidão da Coletoria-Geral de Ponta Grossa de que a inexistência de matrícula da escrava se devia à distância em que residia daquela cidade; e uma declaração particular de certo Rodrigues de Siqueira, afirmando uma vez ter visto o documento da doação que Ignácio Davi recebera de seu sogro. Ainda era pouco.

Se nem Deus questiona a quem bem peticiona, quem era o juiz municipal, ainda mais suplente, para o fazer? Depois de uma torrente de “considerandos” (“que o accusado não procedera de má fé, tanto que depositou a escrava em questão (...) que a prova produzida pelo réo não teve contestação alguma (...) que não tem a escriptura particular força probatória a nullificar a prova apresentada pelo accusado”), Manoel José da Cunha Bittecourt – o tenente-coronel que espumara de raiva com a coragem de seu escravo Fernando – sentenciou que “não se pode bem precisar quem seja seu verdadeiro senhor” e absolveu Antonio Ribeiro. Esperança e seu patrono estavam livres.

Mas ainda não finalizamos nosso ponto com este caso. Antes da decisão, abertas vistas ao Sr. Dr. Promotor Público, o Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho de algumas laudas atrás, em 11 de fevereiro de 1870, ele protestaria que, a despeito de funcionar no caso tão somente com competência criminal, “a importância d’este processo, a celeuma que levantou no foro e de que nos autos se notão vestígios, sucitão o espírito a um sério estudo da questão e minucioso exame de seus fundamentos”. Vale dizer, ele não se conteve e exorbitou. Mais entretido com a contenda pela propriedade da escrava do que propriamente com o possível delito praticado, Faria Sobrinho vislumbrava na interpretação da palavra “dono” – levianamente consignada na sentença da demanda de 1865, que havia discutido apenas a *posse* sobre Esperança – o nó górdio do problema:

(...) tomando por fundamento a posse, conquanto injusta, de Manoel Ferreira Pinto, se quis estabelecer em favor d’elle sobre a propriedade da escrava uma presumpção, que a sentença traduziu pela palavra – dono (...) Se a palavra – dono – que se encontra na sentença devesse ter não o sentido que lhe dei, mas a usual e verdadeira significação, se o pensamento do juiz que a sentenciou fosse reconhecer Manoel Ferreira Pinto como legitimo senhor da escrava, a sentença não teria, por certo, salvo ao réo – o direito de convencer o autor por acção competente no juízo de seu domicilio. (...) Em summa, pela regra de hermenêutica, que manda combinar entre si os termos de um texto e estabelecer a harmonia entre elles, para bem conhecer-se o seu verdadeiro sentido, deve prevalecer a interpretação que dei á sentença e segundo a qual esta apenas estabeleceu a presumpção de ser Manoel Ferreira Pinto senhor da escrava Esperança. Mas o que é uma presumpção senão uma conjectura mais ou menos fundada, que só subsiste emquanto uma prova em contrario não vem destruil-a? (grifos nossos)

O termo a-jurídico “dono”, assim, precisava ser melhor traduzido. Podia exprimir uma mera *posse*, como a que Manoel Ferreira Pinto detinha, ou uma

verdadeira *propriedade*, comprovada por Antonio Ribeiro dos Santos. Essa a distinção que fazia entre dono “legítimo” e “ilegítimo”. Posse era apenas *presunção* de direito, que uma prova documental tinha facilmente o condão de elidir. Por isso, talvez, se dissesse *titular de direitos*, pois quem tem os papéis, salvo está. O título, tanto para o acusado, como para o promotor (que vinha, na realidade, em sua defesa), era a alma do negócio, ou melhor, era o corpo no qual habitava a alma do direito de propriedade.

Mas se tudo era tão simples, liberal e cartular, como o bacharel fazia parecer, porque então o caso levantara tanta “celeuma” no foro de Curitiba? Seria pela iniciativa de Esperança, sem a qual nada disso se teria desencadeado? Seria pelo atrito tão escandaloso de duas *vontades senhoriais* opostas, que não permitia que o conflito fosse dirimido nos termos convencionais da política do tudo ou nada? Afinal, o juiz Bittencourt eximiu-se de qualquer pronunciamento sobre a *titularidade* da propriedade em litígio, contentando-se em absolver um dos auto-intitulados “donos” por falta de provas. Até aqui, o direito, isto é, o plano da legalidade estatal-formal parece ter sido invocável apenas nessas refregas intra-senhoriais, horizontais, entre sujeitos materialmente iguais, e não entre dois desiguais e dependentes, como um senhor e seu escravo. Pois tanto os senhores quanto certas autoridades ainda acreditavam no dogma de que “negro não tem justiça”:

Assim, os agregados estabeleciam relações de dependência com os proprietários, baseadas em obrigações recíprocas de caráter pessoal e com o reconhecimento mútuo das posições respectivas na hierarquia social. Essa situação afastava a resolução dos seus conflitos da esfera formalmente igualitária da Justiça.³⁰³

Começamos a nos aproximar do cerne da questão. A indeterminação ou a “instabilidade da propriedade escrava”, como o fenômeno foi batizado por Beatriz Mamigonian, manifestava-se numa disputa local, mas era uma preocupação geral. Como a autora discorre, pareceres do Conselho de Estado, desde a década de 1860, alertavam para o fato de que, embora a convivência com a ilegalidade da escravidão de africanos contrabandeados fosse assegurada internamente pelo conagraçamento entre os senhores e o Estado, a “contradição entre a prática brasileira de relegar a identificação individual a critérios definidos no âmbito privado e as tendências dos direitos civil e internacional de regulamentar essas matérias e de estabelecer registros públicos dos

³⁰³ KOERNER, A. Op. cit., 50.

indivíduos”, por vezes, gerava impasses entre proprietários nacionais e autoridades estrangeiras, como as uruguaias, na fronteira³⁰⁴.

Essa fragilidade cartulária, como acrescenta o processo de Esperança, também podia ser sentida como um obstáculo às ou uma insegurança das partes nos debates entre senhores de igual poderio, quando sobrava à jurisdição pública apelar ao critério registral da propriedade para aparar as arestas e manter as aparências. A matrícula vigente, em 1869, e que era exigida como prova por Antonio Ribeiro dos Santos era a do Decreto de 11 de abril de 1842, que sintomaticamente, conforme ressalta Mamigonian, previa, em seu art. 6º, que “no ato da matrícula a ninguém se exigirá o título por que possui o escravo”³⁰⁵. As motivações dessa isenção eram indubitáveis, visto que a maioria dos cativos matriculados provinha do tráfico “extinto”.

Esperança não era africana, porém seu senhor insistia, cinicamente, na primazia de um título que, em sua origem, não se fundava em título algum. Assim sendo, mesmo diante de tal documento, o juiz de Curitiba não tinha condições de afirmar cabalmente se ele revelava a legitimidade do domínio do senhor Santos ou não. Da mesma maneira, uma parcela considerável dos esforços do pardo Fernando e de seu senhor, Manoel Bittencourt, esteve voltada à produção de documentos que pudessem legitimar ou descreditar os depoimentos de testemunhas de ambos os lados, transportados da *oralidade* para a *textualidade* via procedimentos de “justificação”. Como o próprio Sérgio de Castro registrara em seu libelo, sozinho o testamento não era um “título hábil” para a liberdade e, mesmo se fosse, era fácil desaparecer com ele.

Sob este prisma, a decisão *equitativa* de Manoel José da Cunha Bittecourt (juiz sem toga num caso, litigante sem folga, no outro) baseou-se no mesmo princípio que Nabuco de Araújo articularia na resposta imperial à consulta de 1874: a *boa-fé* dos proprietários, que toda mácula apagava do histórico criminoso de suas posses. Na causa de Francisca e Maria, o próprio Tribunal da Relação de Recife ainda se ajustaria à ideia, ao preceituar, em 1878, que “*quem possue com justo titulo e boa fé como escravo uma pessoa livre, não é obrigado a indemnizar o valor dos serviços que usufruiu*”³⁰⁶.

Aí está: Antônio Ribeiro obtivera êxito com considerandos de que “*não procedera de má fé*”. Desses parâmetros os representantes da Assembléia Nacional “davam provas de admissão quando se referiam, recorrentemente, à ‘*propriedade*

³⁰⁴ MAMIGONIAN, B. G. *O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872*. In: Almanack. Guarulhos, n.02, 2º semestre de 2011, p. 21-22.

³⁰⁵ MAMIGONIAN, B. G. Idem, p. 31.

³⁰⁶ Revista Cível n. 9246 (*O Direito*, v. 17, set./dez. 1878, p. 274-279).

adquirida de boa-fé ou a *‘interesses criados na boa fé abrigados à sombra da lei’*³⁰⁷, durante as discussões sobre a proposta de uma nova matrícula (dita “especial”) que deveria superar todas as outras e sanar, por fim, as dúvidas que pairavam à “sombra da lei”:

A proposta de uma matrícula dos escravos incluída entre os projetos propostos por Pimenta Bueno ao Conselho de Estado não deixava de ser uma mudança na política de administração do problema da propriedade escrava, que até então operava no “vago extraordinário” dos registros. (...) O importante é que uma matrícula geral dos escravos com o fim expresso de registro servia para estabelecer oficialmente quem era escravo, e, na falta de registro, quem não era. Não poderiam aparecer novos escravos depois do registro geral, a não ser nos casos previstos em lei. O direito de escravizar ficava regulado por lei, e ao mesmo tempo a propriedade escrava estava garantida contra possíveis questionamentos.³⁰⁸

A interpretação de Mamigonian ajusta-se bem à realidade do “vazio registral” curitibano, cujo resultado, para os senhores, era a fragilização de sua propriedade (uma vez que, do contrário, não esperavam qualquer investida estatal sobre a servidão dos africanos ilegais). Um dos mais relevantes dispositivos da Lei de 1871, por conseguinte, a matrícula especial dos escravos, veio de encontro a uma demanda das elites por maior *segurança jurídica*, ainda que o conceito, eminentemente liberal, ainda carecesse de alguma maturação. Em contraste com a incerteza experimentada por autoridades e fazendeiros na grande “celeuma” de 1869, em Curitiba, que os forçou a mobilizar incisivos recursos de hermenêutica – como os do promotor público – para desvendar o verdadeiro “dono” de Esperança, o novo registro serviria “como prova da condição jurídica da pessoa e da propriedade do senhor sobre ela, para o caso de haver dúvida ou necessidade legal”³⁰⁹. Esperança seria a última a fugir daquele modo, tirando proveito dessas idiosincrasias do universo proprietário para causar tanta picuinha e confusão. Contudo, a medida representou, à parte a evidente legalização da ilegalidade, “um passo no fortalecimento da soberania do Estado e na imposição da lei sobre os proprietários de escravos”³¹⁰, aliás dos mais largos em direção à intervenção pública na jurisdição “patriarcal” dos senhores. Pé ante pé, a marcha da liberdade seguia lenta, mas seguia.

Marcha lenta e tortuosa, deveras, pois, para cada passo (de formiga) que se dava, um descompasso sobrevinha. Apesar de fortalecer o controle estatal sobre a ação dos senhores, não é como se a matrícula especial pudesse resolver todas as suas falcaturas. De acordo com as avaliações de R. Slenes, os dados fornecidos pelos proprietários para

³⁰⁷ MAMIGONIAN, B. G. *O Estado nacional...*, p. 35.

³⁰⁸ MAMIGONIAN, B. G. *Idem*, p. 33.

³⁰⁹ MAMIGONIAN, B. G. *Idem*, p. 37.

³¹⁰ MAMIGONIAN, B. G. *Idem*, *ibidem*.

a confecção da mesma têm seu grau de confiabilidade, sendo mais precisos, de qualquer maneira, do que os do Recenseamento de 1872³¹¹. Isso se deveu não a uma súbita mudança de valores dos senhores, mas à prescrição do art. 8º, §2º da Lei 2.040 (“*Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados não forem dados à matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por êste fato considerados libertos*”). É dizer, todo aquele que, após o dia 30 de setembro de 1873, não houvesse sido registrado como escravo, a presunção de liberdade a seu favor teria. “Presunção”, a princípio, porque nisso também, como, aliás, a todas as medidas emancipacionistas do governo, houve resistências dos proprietários e dos operadores do direito.

Essa, porém, foi uma das poucas discussões doutrinárias abortadas *ab initio* pela postura inarredável do Executivo. Em consulta do juiz municipal de Triumpho ao Ministério dos Negócios da Agricultura, no ano de 1875, respondeu o diretor da 2ª. seção que “*em favor delles [escravos], portanto, prevalece a presunção de que são libertos até a prova em contrario, que cabe aos interessados intentar em acção ordinária*”³¹². Alguns meses depois, o mesmo órgão reiterava que “*os escravos não matriculados são considerados libertos independentemente de qualquer título*”³¹³.

Já uma cobertura da evolução jurisprudencial do tema foi apresentada por Lenine Nequete³¹⁴. Complementados, a partir do levantamento realizado na Revista *O Direito* que, seguramente, não havia espaço para a tese contrária no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, em 1879, rigoroso quanto a isso nas apelações que a ele subiam³¹⁵. Mas a Corte era a Corte, e, em setembro de 1882, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas teria de realizar uma intervenção ranzinza sobre um acórdão da Relação de São Luís que facultara a uma senhora matricular, (bastante) fora do prazo, sete escravos seus. Os conselheiros chegaram a interpretar que o tribunal “*julgara contra direito expresso*” e davam expressas instruções para que o procurador da coroa tomasse as providências cabíveis, manifestando revista “*contra o acórdão, e mais tarde contra qualquer decisão offensiva dos direitos da liberdade*”³¹⁶.

³¹¹ SLENES, Robert W. Op. cit., p. 169.

³¹² *O Direito*, v. 9, jan./abril 1876, p. 605. O ação ordinária era a de escravidão, franqueada pelo art. 19 do Regulamento de 1872.

³¹³ *O Direito*, v. 11, set./dez. 1876, p. 261.

³¹⁴ NEQUETE, L. Op. cit., pp. 35-42.

³¹⁵ Exemplo disso é a Apelação n. 2623 Benta contra Antnonio José da Silva Ribeiro (*O Direito*, v. 21, jan./abril 1880, p. 521-522).

³¹⁶ *O Direito*, v. 29, set./dez. 1882, p. 471. O parecer foi emitido pela 2ª Secção da Diretoria de Agricultura, a mesma em que Machado de Assis redigira o parecer que vai como epígrafe deste trabalho.

De volta ao termo de Curitiba, o juiz municipal em exercício desde agosto de 1878, Emygdio Westphalen, tampouco titubeava em casos similares. Em 25 de agosto de 1880, pôs em liberdade a escrava Cândida pelas irregularidades em sua matrícula:

Faço saber aos que esta carta virem que, tendo Candida escrava de Manoel de Oliveira Bastos provado que não foi dada á matricula geral exigida pela lei numero 2040, de 28 de Setembro de 1871, art. 8º e Regulamento numero 5135 de 13 de Novembro de 1872, art. 87, mandei, por despacho, de 21 do corrente mês e de conformidade com a mesma Lei e Regulamento, passar a presente que lhe servira de titulo para garantia de sua liberdade.³¹⁷

E esta não foi a única vez que a inobservância da obrigação de matricular subtraiu escravos das mãos de senhores locais³¹⁸: seis anos antes, foi Antônio, pertencente aos herdeiros de José Teixeira da Cruz³¹⁹; seis anos depois, foi Constância, patrocinada novamente por Joaquim José Pedrosa³²⁰.

Em suma: Constância era filha da liberta Felicidade Pires Cordeiro, que, um dia, fora escrava de Anna Pires Cordeiro. Desta a herdou José Xavier Mattoso, que, talvez sabendo da dubiedade de uma propriedade sem lastro cartorial, deu logo um jeito de vendê-la a João Manoel de Souza. Esse tipo de engodo não era incomum, a ponto de o Dr. Agostinho Ermelino de Leão ter de preparar, em fevereiro de 1883, uma circular aos escrivães e tabeliães, para que não lavrassem escrituras de venda de escravos sujeitos a matrícula, sem vista do comprovante de quitação dos respectivos impostos³²¹.

Aos 17 dias do mês de dezembro de 1886, portanto, “porque a suplicante é livre, tanto que não foi dada a matricula especial”, o curador de Constância peticiona e recebe a lacônica resposta do senhor: “o vendedor a recebeo em inventario e na boa fé transmittio-me seo direito. Restituindo-se-me a importância que empreguei, nada tenho a diser sobe a questão que se ventila”. A sentença do juiz Eusébio Silveira da Motta, “á

³¹⁷ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI7358, Cx. 282. O maço contém uma série de documentos individuais dispersos.

³¹⁸ Ou então, fê-los abrir, sozinhos, mão de seus escravos erroneamente matriculados, buscando evitar futuros transtornos ou maiores prejuízos. No inventário de José Francisco Pinto, constavam os escravos Theodoro, Christina e Ermelina. Sabe-se lá por qual razão, sua viúva e inventariante, D. Maria França, viria nos autos, ao final do processo, em agosto de 1885, declarar que houvera engano na matrícula da escrava Ermelina, que na realidade se chamaria Theodora, pedindo sua liberdade (a cativa fora paga à sua meação) para que não fosse necessário proceder a nova partilha, o que tomaria ainda mais tempo - o processo já tramitava havia quase um ano no foro da capital (Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR PB 045 PI 8092, Cx. 311).

³¹⁹ Uma nota no *Dezenove de Dezembro*, em 7 de outubro de 1874, anunciava: “Liberdade. Pela coletoria geral da capital se faz publico que por omissã dos herdeiros do finado José Teixeira da Cruz, falecido em junho de 1848, ficou liberto o escravo Antônio de 37 anos de idade, visto não ter sido ele dado a matrícula como competia aos mesmos” (GRAF, M. E C. Op. cit., p. 118).

³²⁰ Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8280, Cx. 318.

³²¹ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0682, v. 03, p. 6.

vista da disposição expressa da lei” declara a liberdade de Constância, mas – rezando pela mesma cartilha da *boa-fé* aos pés do altar proprietário – ressalva o direito de regresso de João Manoel contra José Xavier, pelo preço do negócio. E, de fato, cada vez mais a escravidão, minada política, moral e juridicamente, se ia equiparando a um negócio como outro qualquer. Constância leva um nome apropriado: em 1874, em 1880, em 1886, em nenhum momento houve contestação das autoridades judiciárias curitibanas quanto à regra positiva e sóbria “sem matrícula, sem propriedade”. Elas também foram constantes em promovê-la não como um *direito* dos escravos, antes como uma *sanção* aos senhores. Tendências legalistas, alguém dirá com conhecimento de causa. Mas tendências legalistas bem exploradas pelos escravos, é o que importa.

A moral dessa história, porém, não pára por aí. Os cativos não exploravam sozinhos essas brechas da lei. Joaquim Pedrosa mediará o acesso de Constância ao juízo, mas Joaquim José Berlamino de Bittencourt franqueara o seu acesso a documentos essenciais. Ele era o escrivão do cartório da capital e lhe passara a certidão de batismo que instruía o processo. Gabriel Ribas de Sá Pereira, escrivão da Coletoria de Curitiba, por sua vez, subscrevia a relação de escravos de Mattoso, em que Constância não constava, um dia antes da propositura da ação. Tudo premeditado.

Foi Evaristo de Moraes quem consolidou uma interpretação positiva do “trabalho dos homens do foro” em relação à evolução da campanha abolicionista no Brasil. Segundo o historiador – que deve ser lido sempre com cautela –, teria havido, apesar da ambivalência do campo jurídico nessas lutas, um grupo de amanuenses dispostos a coadunar escravos fornecendo-lhes os papéis necessários para seus ações de liberdade, sem qualquer custo³²². Seria Joaquim Bittencourt e Gabriel Pereira representantes desse grupo, em Curitiba? Ao menos quanto ao primeiro deles temos nossas suspeitas, que ficam para os próximos capítulos.

Suspeita mesmo era a situação de Angelino. Desde a década de 1850 ele esperava ver cumprida uma promessa de liberdade que lhe fizera seu antigo senhor, João Antônio Ferreira. Velho, doente e desacreditado da boa vontade (porque de boa-fé, só a propriedade gozava) de seu atual dono, Antônio José Ferreira, pediu a Caetano Mendes de Souza Azevedo que lhe ajudasse a conseguir um curador junto ao foro:

Seu antigo senhor havia prometido alforrial-o por sua morte, manifestação esta que fez a Manoel Paixão Lisboa, Francisco João Carvalho, Antonio Luz de Miranda,

³²² MORAES, E. Op. cit., p. 151-183.

João Manoel do Bomfim e Felisbino Rodrigues dos Santos; sucede que tendo aquelle seo senhor morrido repentinamente, vítima de um assassinato, não pode tornar effetiva ou fazer certa promessa verbal de sua benefisente vontade em favor do supplicante. Assim o supplicante, que já conta mais de cincoenta annos de idade e se acha sempre doente, pensa que, a vista do ponderado, deve ser declarado liberto; e por isso vem requerer à Vossa Senhoria, digne-se de mandar-lhe um curador para pugnar pelo seo direito em Juízo (...) ³²³

Primeiro ponto de destaque: não saíra da cabeça de Caetano Mendes a idéia de cobrar judicialmente um acordo verbal de quase vinte anos (o documento foi escrito em 23 de setembro de 1878), mas era o próprio Angelino que “pensava dever ser declarado liberto”. Os termos utilizados pelo peticionário podiam denotar alguma incerteza sobre a solidez do direito que o escravo se arrogava, mas isso pouco importava para o libertando, desde que ele conseguisse a nomeação de um patrono de verdade para “pugnar pelo seu direito em juízo”.

Segundo ponto: fosse ou não verdadeira a versão da promessa, Angelino e seu aliado jogavam aparentemente pelas regras da “beneficente” vontade senhorial, comparável a uma doação. Não deslegitimavam a política escravista de concessões seletivas, mas opunham à absolutez de uma determinação anterior o capricho e recalcitrância de um outro senhor, que a ela não se queria submeter.

Terceiro e último ponto: as diligências que solicitavam, diziam embasar-se nos arts. 71 e 80 do Decreto de 13 de novembro de 1872³²⁴ e nos arts. 237 e 244 do Regulamento n. 737 de 25 de novembro de 1850 (sobre este diploma legal falaremos no próximo capítulo). Angelino bem fez em procurar algum experto para o curatelar: à exceção do genérico §1º do artigo 80, os dispositivos citados por Caetano Mendes não se ajustavam ao caso. Uma promessa de liberdade não era, juridicamente, um contrato de prestação de serviços como se insinuava, mas aproximar os dois institutos (promessa e contrato) podia ser uma estratégia para alegar que mesmo a oralidade obrigava e, assim, afastar a alforria de seu parentesco com a mera unilateralidade da doação. Se esse fosse o objetivo de Angelino, então a tese era ousada.

Realmente, parecia ser esse o caso, porque não havia quem quisesse defendê-la. O primeiro curador nomeado, Boaventura Dias da Motta, escusou-se “em consequência de seus sofrimentos na saúde e remédios de que esta uzando” e foi dispensado em 24 de

³²³ Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR PB 045 PI 7615, Cx. 290.

³²⁴ “Art. 71: Aos manumittidos por sociedade e por particulares, com a clausula ou contrato de prestação de serviços, é applicavel tudo o que na lei e neste regulamento está determinado quanto á formação, guarda e disposição do pecúlio”. Art. 80: “Nas causas em favor da liberdade: §1º O processo será summario; § 2º Haverá apellações *ex-officio*, quando as decisões forem contrarias á liberdade”.

outubro. O escravo teve de esperar até fevereiro do ano seguinte para que se encontrasse uma alma disposta a socorrê-lo em juízo: José Lourenço de Sá Ribas. O interessante era que, na procuração que Antônio Ferreira passara a Generoso Marques, como seu representante em juízo, também constava o nome do advogado José Lourenço. E agora, José? Mais valia o contrato que devia ter assinado com o senhor (em sociedade com Generoso Marques), ou a nomeação do juiz municipal Emygdio Westphalen? E porque cargas, entre todos os bacharéis e solicitadores existentes na cidade, o magistrado escolhera bem um procurador do senhor para defender o escravo?

Talvez Westphalen fosse amigo dos Ferreira. O certo é que José Lourenço prestou juramento, como mandava o figuro, e compareceu à audiência para o interrogatório das testemunhas. E lá estavam elas: João Manoel do Bonfim disse que "ouvio algumas vezes do senhor do escravo Angelino, João Antonio Ferreira, que deixava forro este escravo por ser o seu companheiro e que esta alforria seria dada por sua morte"; Felisbino "ouvio uma ocasião João Antonio Ferreira, dizer que hia deixar forro o seu escravo Angelino e para realizar a sua promessa trouxe um papel escripto e leo para elle testemunha ver se estava bem; mas não vio se o papel estava assignado", diante do que afirmou ainda ter recomendado ao finado Ferreira "que mandasse lançar este papel no livro de notas"; Antonio Luiz de Miranda, de Paranaguá, narrou que escutara de João Ferreira que "se Angelino se portasse bem servindo-o nas suas viagens e em caza, o deixaria forro por sua morte"; Manoel Lisboa jurou que o antigo senhor "tinha amizade e confiança no seu escravo Angelino e por isso não pretendia vendê-lo nem doal-o pois era sua intenção deixal-o forro por sua morte". E, por fim, Francisco José de Carvalho, 60 anos, casado, lavrador em Antonina, lembrava que Ferreira, o finado, "attendendo as boas qualidades do seu escravo Angelino e a amizade que a este votava pretendia deixal-o forro por sua morte". Tempestade à vista para o senhor.

O único depoimento contestado por Generoso Marques foi o de Felisbino, que fazia referência a algum tipo de prova escrita. Era essa a linha argumentativa em que apostaria o advogado, estranhando que Angelino "depois de dezoito annos (!) da morte de seu primeiro senhor João Antonio Ferreira, lembrou-se (ou alguém por elle) de allegar que o mesmo promettera alforrial-o por sua morte". O bacharel não negava que, em algum momento, o ex-senhor podia ter manifestado essa intenção, mas não acreditava que se pudesse levá-la a cabo sem que ele tivesse lançado documentos hábeis: "Não o tendo feito, como se pode hoje interpretar sua ultima vontade?". O problema da *voluntas testatoris* entrava em cena, novamente, só que desta vez sem

testamento algum. A jurisprudência, nesses casos, era clara: "A simples manifestação do projecto de alforriar, desacompanhado de testamento, carta de liberdade, ou qualquer outro instrumento não pode servir de base a ação". Era a adaptação que Marques fazia do acórdão da Relação da Corte, de 23 de julho de 1872 (que, segundo ele, teria sido confirmado pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 28 de fevereiro de 1874) e de outra decisão, a da Relação de Ouro Preto, de 11 de setembro de 1874. Por tudo isso, chamava de "abrupta e sem fundamento" a pretensão do autor.

Não era menos abrupta, mas ao menos se mostrava bastante fundamentada a interpretação do advogado do senhor. De fato, a Relação da Corte havia conservado a sentença de primeiro grau contra o escravo Marcelino, que afirmava, assim como Angelino, que sua senhora falecera sem poder cumprir com uma promessa notória de alforria e que, portanto, devia ser declarado livre pelos preceitos do "Direito Romano":

Considerando que não basta, para em Juízo se declarar livre qualquer escravo, o depoimento de testemunhas que jurão ter ouvido o senhor em vida manifestar vontade de alforria; Considerando que a simples manifestação de um projecto, desacompanhado de testamento, carta de liberdade, ou qualquer outro instrumento não póde servir de base á acção (...)³²⁵

Não prosperou a pretensão do escravo. E nem precisamos transcrever as preliminares do acórdão da Relação de Ouro Preto, em 1874, porque ele empregou exatamente as mesmas palavras, sem tirar nem por, do julgado precedente, fazendo valer, aliás, o termo jurídico "*precedente*" com espantosa apuração para a realidade oitocentista³²⁶. Será que a jurisprudência já vinculava tanto, no final da década de 1870?

O juiz Westphalen, ao menos, não pôde juntar a fome (denunciada pelas relações excessivamente amistosas com o senhor de Angelino) com a vontade de comer: em março de 1879, incerto de qual era a doutrina aplicável ao caso ou temendo desagradar seus compadres, enviou, sem mais, os autos para análise do Dr. Juiz de Direito, Agostinho Ermelino de Leão, o qual assentou que "a simples declaração que fizera o seu primitivo senhor a mais de dezoito annos" não passava de "uma manifestação da vontade futura" que, "não tendo sido fundada por titulo algum", não poderia "jamais dar-lhe direito de intentar a presente cauza". Ou seja, precisamente como sustentara Generoso Marques, nos ombros de desembargadores e conselheiros, Angelino *carecia de ação*. Mas nem tudo estava perdido. O juiz de direito, obedecendo a norma do art.

³²⁵ *O Direito*, v. 1, 1873, p. 366.

³²⁶ *O Direito*, v. 6, jan./abril 1875, p. 76-77.

80, §2º, do Regulamento de 1872, remeteu o processo ao Tribunal da Relação de São Paulo, com o recurso compulsório, que demoraria a voltar.

Curitiba, Ouro Preto, Rio de Janeiro: palmas para a atualização em que o bacharel se mantinha. O que ele *não* falou, era que, muito mais perto, logo ali na cidade de Campo Largo, o juiz de direito Antônio Joaquim de Macedo Soares havia concedido liberdade ao escravo José pela promessa que lhe fizera a viúva de seu senhor, D. Maria Izabel Baptista, já em julho de 1875. O contexto do caso não era idêntico ao de Angelino, a bem da verdade, suas contingências eram extremamente invulgares: a pedido da família, José se havia empenhado para redigir o testamento de seu dono, Francisco dos Santos Ferreira (mais um Ferreira), caído em demência. Segundo o juiz, “se desempenhou com tanto desvello, trabalhando dia e noite, em horas de serviço sem descanso, domingos e dias santos” que, falecendo Francisco, sua esposa conferira-lhe a liberdade *para quando e depois que casasse suas filhas*. Trato feito, pedidos de casamento aceitos, D. Maria Izabel voltou atrás e desdisse o que prometera. Causos à parte, a liberalíssima decisão foi publicada, decerto pela dissonância que representava no quadro da jurisprudência nacional, também na Revista *O Direito*³²⁷, de maneira que Marques não poderia arguir desconhecimento dela. A epígrafe com que ela foi indexada era ainda mais extraordinária: “*A promessa de alforria se o escravo fizer certa coisa excedente do serviço ordinário dos escravos, cumprida a condição, obriga*”. Numa sucessão de excentricidades hermenêuticas (no bom sentido), o juiz Macedo Soares glosou ainda ao final de sua sentença, em nota de rodapé, o seu entendimento sobre o art. 4º, §6º da Lei de 28 de Setembro, que isentava de custas as ações de liberdade:

(...) sendo o espírito da lei facilitar as causas de liberdade, os actos contra Ella promovidos seria um contrasenso que ficassem isentos de custas; só o são os que o juiz, curador, escrivão e mais pessoas da justiça praticão *em favor* da liberdade. Estes são por sua natureza gratuitos; portanto, a parte adversa á liberdade nada tem que pagar delles; quanto, porém, aos actos que a dita parte promoveu *contra a liberdade*, não só devem ser pagos, como, se o não devessem, ficaria o advogado sem acção pelos seus honorários, e como que obrigado a servir de graça, o que é absurdo.³²⁸ (grifos no original)

À luz da sentença, o “favor à liberdade” deveria ser interpretado até as últimas consequências, isto é, beirando o *favor econômico*. Assim, malgrado o seu texto, o que o “espírito da lei” de 1871 soprava-lhe aos ouvidos era que apenas os atos *pro libertatis*

³²⁷ *O Direito*, v. 8, set./dez. 1875, p. 376-380.

³²⁸ *O Direito*, v. 8, set./dez. 1875, p. 380.

mereceriam ser considerados isentos de custas. Qualquer medida contra a liberdade era regularmente taxada e mesmo executável pelos advogados das partes. Só que Macedo Soares não contava: era notoriamente abolicionista³²⁹, representando uma classe exígua de magistrados que, desde a década de 1870, enfrentavam abertamente a instituição, fazendo de suas sentenças verdadeiros panfletos políticos. Em 1905, nas laudas de seus prontuários, publicados na *Gazeta de Notícias* e no *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, mencionava-se que essa postura lhe rendera muitos dissabores com o governo central, entre eles o de ser “deportado” para uma “comarca longínqua”³³⁰:

A tensão na relação entre magistrados e senhores de escravos esclarece a relação entre o mecanismo das remoções e a resistência local à eficácia da lei império (...) A tensão também permite explicar a distribuição dos magistrados nas diversas regiões do Império segundo a sua orientação mais ou menos favorável ao abolicionismo. (...) A presença de magistrados favoráveis aos interesses escravistas nas áreas cafeeiras poderia ser analisada como parte das relações estratégicas entre o governo central e os fazendeiros.³³¹ (grifos nossos)

Nas estratégias políticas do governo central, as plagas paranaenses deviam ter um peso secundário, podendo servir de guarida a um juiz pouco convencional. O fim-de-mundo que os artigos deploravam era Campo Largo. Ali, se era atrás de propriedade que vinham os senhores demandar, então era do vil metal que o Macedo Soares lhes falava, impondo-lhes um significativo ônus para transitar pelos corredores da justiça. O que ele talvez quisesse era desestimular a resistência dos escravocratas nessas ações.

E até nisso a causa de Angelino se parecia com a de José. Bento Antônio de Menezes, contador do juízo, calculou em 159 mil-réis as custas que Antônio José deveria pagar. Obviamente, para um processo gratuito, era muito, o que fez o senhor voltar aos autos para questionar o valor que, “nas causas não sucetíveis de valor, como são as de liberdade” teria de ser padronizado pelo mínimo da tabela judiciária. O contador limitou-se a responder que “*a rasão de assim pensar é que se por um lado o escravo demandava pela sua liberdade, por outro lado o senhor litigava pela propriedade do mesmo escravo, que para elle representava um valor, podem considerar-se esse valor como objecto do litígio*”. Teria Bento de Menezes calculado

³²⁹ Dele recorda Evaristo de Moraes que teve fiéis seguidores, ao esboçar passagens como a seguinte: “A lei de 1831, a glória de Feijó, continuada pela lei de 1850, a glória de Eusébio, não está perfeita ainda com a lei de 1871, a glória de Paranhos. Há de vir estadista que a complete; e a sua tarefa será singularmente facilitada, porque basta traduzir o pensamento nacional nestas gloriosas palavras: *não há mais escravidão no Brasil*” (*O Direito*, v. 32, set./dez. 1883, p. 321-348. *Apud* MORAES, E. Op. cit., p. 157).

³³⁰ KOERNER, A. Op. cit., p. 134.

³³¹ KOERNER, A. Idem, *ibidem*.

também as custas do senhor de José, quatro anos antes? Teria ouvido falar desse entendimento tão singular? Seja como for, ele demonstrava uma apreensão irretocável dos interesses em jogo: a liberdade era isenta, a propriedade não. Cada jogador da peteca, do “dilema da peteca”, sabia a que vinha, e os rábulas, amanuenses e pequenos funcionários do foro de Curitiba podiam dissecar suas visões de mundo e cartografar seus movimentos, adotando uma postura que só pode ser compreendida como abertamente política ao lado dos escravos. Miudezas da cultura jurídica da liberdade que se ia alastrando. Quanto aos funcionários “graúdos” do foro, porém, pareciam não partilhar de bom grado dessas liberalidades: o juiz municipal E. Westphalen mandou reformar a conta, que caiu para 78:700 réis. Mas antes que Antônio José Ferreira pudesse cantar vitória, chegou o acórdão de 22 de julho de 1880 do Tribunal de São Paulo. Em mais um lance excepcional, para o estado da arte do direito da época, os desembargadores pronunciaram-se de maneira diametralmente oposta ao Dr. Ermelino:

(...) reformão a mesma sentença; porquanto julgão liberto o libertando pela concessão de liberdade que lhe fez o seu primitivo senhor, ainda não tenha sido por escripto publico ou particular, visto poder effectual-a por qualquer modo legal (...) demais a acção liberal gosa de muitos privilégios concedidos em favor da liberdade

O favor à liberdade, em meados (junho) de 1880, já andava em alta. Os senhores agora eram obrigados a respeitar, senão toda e qualquer regra pública, ao menos as determinações particulares que estabeleciam em seu domínio. Era uma forma de normalização da relação senhor-escravo, é claro, que externamente se impunha. Se o que valia era a ideologia da alforria, pois bem, então ao menos que os escravos por ela agraciados tivessem o direito de transformar a “miragem” em realidade.

Os senhores começavam a se amarrar na própria “rede” (metáfora empregada por Perdigão Malheiro, em 1866) que haviam tecido para arrastar escravos. Não estamos mais diante de um documento de gaveta como os de Esperança e Fernando, mas de um acordo de fio de bigode, mesmo assim revalidado pela justiça. Essa não era a jurisprudência firmada em todas as cortes, é certo: em agosto de 1883, a Relação do Rio de Janeiro voltaria a recordar a todos que “*liberdade não se tem por concedida por simples promessa, revogável á todo tempo*”³³². A questão ainda era o cabimento ou não de revogação da liberdade, se não daquela já concedida, ao menos daquela aventada, insinuada, que o senhor morto de Angelino não podia desfazer. Tradicionalmente um

³³² Apelação cível n. 4.305, Rlação da Corte (*O Direito*, vol. 32, set./dez. 1883, p. 426).

método de cooptação e domesticação escrava, a promessa de alforria era convertida nas lutas jurídicas em uma arena mais plurívoca de interesses. Não identificamos outras decisões de repercussão sobre a temática, fazendo refletir se não teria sido mesmo a partir desses casos que se desencadeou, pela primeira vez, uma nova concepção sobre o valor das manifestações orais no plano nacional. Lutas jurídicas locais que chegavam, via compulsoriedade do recurso, à caixa de ressonância da Relação de São Paulo. Talvez os senhores paranaenses fossem mais useiros em desonrar suas palavras do que seus congêneres de alhures. Dali em diante, promessa não era dádiva, era dívida.

Os ânimos se alteraram bastante no mundo jurídico de 1869 a 1880 e daí a 1886. Prova disso é que nem os inventários mais passavam incólumes pelo esquadrinhamento estatal. Em setembro de 1879, o juiz municipal de Paranaguá submetia à avaliação do presidente da província a legalidade de duas liberdades concedidas por Anna Rosa, única e universal herdeira de Ricardo José de Miranda³³³. Em Curitiba, no final da década de 60, por mais que possuíssem documentos, os senhores tinham de empregar um cabedal de estratégias para verem-se livres da perturbação uns dos outros (o caso de Esperança bem ilustra isso), apoiados no reconhecimento da comunidade envolvente sobre a condição jurídica e a atribuição de propriedade de seus cativos. Quanto a estes, eram amiúde frustrantes suas tentativas de concretizar em fatos os direitos que acreditavam ter, como demonstra o caso do pardo Fernando.

No final da década de 1870, já era factível a um escravo enfrentar seu senhor perante um tribunal. O foro não era o espaço reservado exclusivamente ao embate das vontades senhoriais, mas a vontade dos cativos começou a contar também, ainda que o direito não se tivesse despegado inteiramente dos parâmetros da *ideologia da alforria*, que ainda imperava para os casos como o de Angelino (no capítulo subsequente veremos que a nova modalidade de alforria “forçada” quebraria essa tradição).

No final da década de 1880, às portas da abolição, não bastava mais do que a falta de um papel chancelado pelo Estado para esboroar a propriedade sobre o escravo de um senhor, que devia sentir saudades enormes dos tempos do patriarcado³³⁴. Os herdeiros do Antigo Regime viam minados os seus centenários privilégios. A chave mental da ordem jurídica pré-moderna, no âmago da qual podiam conviver lado a lado

³³³ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0575, v. 16, p. 48-49.

³³⁴ Não só os casos locais apresentados, mas a postura do próprio Supremo Tribunal de Justiça deixa essa evolução explícita: na ação da parda Raymundo, em 1883, os ministros daquela corte julgaram que “*a certidão da matrícula especial, que deve ser junta nos processos de liberdade, não póde ser supprimida pela declaração de que o escravo foi matriculado, feita na escriptura de vendo do mesmo escravo: tal falta importa nullidade manifesta*” (*O Direito*, v. 30, jan./abril 1883, p. 538).

diversas esferas de poder e de normatividade, já não abria tantas portas. A centralização pelo Estado do *direito de dizer o direito* (monopólio da jurisdição), somada a uma conformação particular de *direito racional formal*³³⁵ (modernização jurídica legolátrica,) que ele pretendia moldar, antes de abolir globalmente a escravidão, abolia o paradigma pluralista de coordenação entre os diferentes estatutos jurídicos e cercava o mandonismo local em que ela se alicerçava. Aquilo que era todo um modelo auto-suficiente de dominação, transformava-se num direito positivo de atribuição externa:

No século XIX, por força tanto da construção do Estado nacional quanto do avanço do abolicionismo atlântico, aumentou gradualmente a intervenção do Estado na relação entre senhores e escravos. No campo do Direito, esse avanço se deu em paralelo à valorização do direito positivo e aos esforços de codificação. Já considerada contrária ao direito natural, a escravidão no século XIX se justificava somente com base no direito positivo: escravos eram um bem e como tal podiam ser comprados, vendidos, herdados ou penhorados. Eram propriedade, e o direito à propriedade, um dos cernes do liberalismo, era garantido pela Constituição de 1824.³³⁶

De chefe-soberano patriarca a sujeito-cidadão proprietário, eis o malsinado caminho dos senhores (em sua própria opinião, é claro). Mas, para variar, todo o cuidado é pouco com as generalizações: uma varredura do *Catálogo Seletivo de Documentos* da província revelou mais de uma centena de ingênuos não matriculados durante as décadas de 1870 e 1880. Pela Lei de 1871, eles já eram livres e a punição aos seus donos consistia no pagamento de multa, para a qual, quando desmascarados, era usual que pedissem isenção, alegando desconhecimento da lei. Muitos deles foram atendidos pelas autoridades. A displicência continuava autorizada pela complacência. Era por isso que os quadros de matrícula dos ingênuos viviam sendo alterados³³⁷.

³³⁵ A tese de que Estado moderno detém o “monopólio da violência legítima”, exercendo sua dominação por meio de um direito racional-formal. David Trubeck, num interessante artigo sobre o papel do direito na reflexão weberiana de *Economia e Sociedade* explica a tipologia do autor: “O que Weber quer dizer com “racionalidade lógico-formal”? E por que ela conduz a regras gerais, universalmente aplicáveis? O pensamento jurídico é racional, pois remete a alguma justificativa que transcende o caso concreto e se baseia em regras existentes e claramente definidas; é formal, pois os critérios de decisão são intrínsecos ao sistema de direito; e lógico, pois as regras e os princípios são deliberadamente construídos por formas especializadas de pensamento jurídico, baseados em uma classificação altamente lógica; também porque as decisões de casos específicos são tomadas por meio de processos lógico-dedutivos especializados que partem de princípios ou regras previamente estabelecidos. Desde que, em um sistema como o descrito acima, as decisões jurídicas possam ser baseadas apenas em princípios legais previamente estabelecidos; e desde que o sistema exija tais princípios sejam cuidadosamente elaborados, normalmente, pela criação de códigos, as decisões jurídicas serão baseadas em regras e tais regras serão gerais e derivadas de fontes jurídicas autônomas” (TRUBECK, David M. *Max Weber sobre o direito e a ascensão do capitalismo*. In: Revista Direito GV, v. 3, n. 1, jan/jun 2007, p. 160-161).

³³⁶ MAMIGONIAN, B. G. *O Estado nacional...*, p. 34.

³³⁷ “Autor/cargo Alfredo Caetano Munhoz, Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Destinatário/cargo Francisco Antunes Maciel, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Ref. Enviando dois

Encontramos mesmo descarados anúncios de jornal sobre vendas de matrículas de escravos, em 1874³³⁸. No ano seguinte, a Tesouraria Geral da Fazenda faria publicar uma lista de irregularidades nas averbações de cativos, em abril³³⁹, aparecendo, em dezembro, algum aventureiro disposto a negociar (forjar?) matrículas até “para os filhos de mulher escrava”³⁴⁰, e isso anos depois da libertação do ventre.

Complôs à luz do dia ou reminiscências do patriarcado? Paralelamente, portanto, os senhores não abandonaram o recurso ao “vasto repertório de fraudes e dissimulação”³⁴¹ a que estavam acostumados. Como percebeu Sidney Chalhoub:

A facilidade em forjar “provas” de propriedade de escravos, ou a existência de formalidade criadas para dispensá-las na origem, para em seguida criar papéis capazes de conferir verossimilhança de legalidade à propriedade adquirida ao arrepio da lei, reverberava na experiência de cativos outros que não africanos recém-chegados, aumentando também o risco de escravização ilegal para pretos libertos e livres.³⁴²

E não é que Eugênia e Eleutherio descobririam isso a duras penas? Em 1881, chegaram notícias quixotescas (publicadas inclusive no jornal *Paranaense*) ao presidente da província, Sancho de Barros Pimentel, de que a primeira, embora liberta pelos herdeiros de Luiz Antônio Ribeiro, continuava reduzida à escravidão. O delegado de polícia, o juiz municipal e o escrivão de órfãos foram acionados para averiguar a situação³⁴³. Eleutherio, por sua vez, alegando ter nascido em 1874, já sob a vigência da libertação do ventre escravo, teria de ajuizar, às vésperas da abolição, uma “acção summaria de liberdade” contra o voluntarioso senhor Joaquim Teixeira de Faria:

Diz o Curador do menor Eleutherio, pretense escravo de Joaquim Teixeira de Faria morador no quarteirão do Pacutuba deste termo que estando seo curatelado indevidamnete na escravidão, vem o suppe. propor ao supplicado a respectiva

quadros de alterações das matrículas de escravos e ingênuos organizados pela Coletoria da capital, referentes aos meses de janeiro a junho [1883]. Local Curitiba Dia/mês 16 de outubro Notação” (BR APPR PB CO 007 /AP 0695, vol. 16, págs. 78 e 83/84). O mesmo se deu em outras localidades, se nos fioarmos no comentário de Ricardo Silva: “Na Bahia, no decorrer da década de setenta, dezenas de proprietários enviaram pedidos aos presidentes de província solicitando que estes perdoassem as multas decorrentes de suas faltas, alegando o desconhecimento da legislação por serem homens “rústicos e sem instrução”. Em alguns casos esta tática deu certo, pois muitos destes tiveram suas queixas atendidas e foram perdoados” (SILVA, R. T. C. *Caminhos e descaminhos...*, p. 179-180).

³³⁸ *Dezenove de Dezembro*, 8 de agosto de 1874, p. 4.

³³⁹ *Dezenove de Dezembro*, 24 de abril de 1875, p. 4.

³⁴⁰ *Dezenove de Dezembro*, 4 de dezembro de 1875, p. 4.

³⁴¹ CHALHOUB, S. *Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império*. In: AZEVEDO, E... [et al.] (orgs.) *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, p. 48.

³⁴² CHALHOUB, S. Idem, p. 44.

³⁴³ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0631, v. 14, pp. 88-90 e 189-193.

acção de liberdade na qual mostrará que o dito seu curatelado nascera muito depois da lei de 28 de Setembro de 1871 sendo considerado matriculado em substituição a um seu tio que havia falecido escravo da falecida Beatriz Maria Teixeira e tanto assim que a matricula, que é attribuida ao curatelado do suppe., contem a declaração de ser o mesmo filho da escrava Gertrudes, quando é sua mai a liberta Iphigenia Teixeira do Espírito Santo (...)³⁴⁴

Nesses termos, o bacharel Euclides Francisco de Moura esperava, em 5 de agosto de 1887, receber mercê. Eleutherio teria sido subrepticiamente matriculado no lugar de seu tio, o escravo Benedicto, pertencente à esposa de Joaquim Teixeira. Em anexo, seu curador juntava uma certidão passada pelo escrivão da Coletoria de Curitiba, Gabriel Ribas Pereira, atestando que o cativo fora averbado, nos idos de 1872, às fls. 118 do livro de matrículas, relação n. 390, e que, em 23 de fevereiro do ano corrente, voltara a ser registrado – agora por determinação da Lei dos Sexagenários, a qual deixamos de enfrentar por hora – na mesma condição, “cor preta, vinte annos, filho de Gertrudes, com profissão de lavrador”. A incongruência quanto à filiação de Eleutherio, portanto, era o elo que o advogado buscava para provar sua versão dos fatos. Tanto que a verdadeira mãe do preto, a liberta Iphigenia Teixeira do Espírito Santo (ela sim, filha de Gertrudes), requerera, em 2 de agosto, por dotes do Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, a transcrição do inventário de Beatriz Maria Teixeira ao juiz de órfãos, também apenso aos autos. Vê-se, assim, que Teixeira de Freitas e Moura atuavam em parceria, aguardando apenas a emissão da documentação necessária para dar entrada no processo.

Não foi difícil perceber que tinham razão: quando o oficial de justiça João Baptista Gomes de Sá foi enviado pelo juiz Eusébio da Motta para fazer a citação do “pretense senhor” de Eleutherio, logo verificou “que o mesmo se occultou para não ser intimado, e no dia seguinte estando de volta, encontrei o irmão do mesmo, Antonio de Faria, que me disse ter seu irmão procuração nesta cidade ao doutor Lagos e ao Brigadeiro José Correa Bittencourt”. Estava claro que Joaquim Teixeira de Faria temia punição pelo crime do art. 179 (*Reduzir á escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade*) do Código Criminal de 1830, que abria o Título I (*Dos crimes contra a liberdade individual*) da Parte Terceira.

O depoimento das testemunhas foi na mesma direção: João Martins, ex-escravo de D. Beatriz, e sua mulher, Jerônima Autora da Igreja, os quais diziam “conhecer bem” o libertando, contaram que Eleutherio fora batizado na Fazenda da Piedade com um mês de vida e que, falecendo logo depois sua senhora, o viúvo aproveitara-se para fazer

³⁴⁴ Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR PB 045 PI 8290, Cx. 319.

passar o recém-nascido por Benedicto, “conhecido como Sant’Iago”. A seu turno, Mariano Garcia, morador de Votuverava, confirmou que Eleutherio era “o mesmo que pertencera no inventário de Beatriz Maria Teixeira a Joaquim Teixeira de Faria”. O procurador José Correa Lagos lavou as mãos com o caso: eximiu-se de fazer qualquer pergunta durante os interrogatórios e limitou-se a submeter a demanda, no seu estado atual, à apreciação do juiz municipal, ao final da audiência. Não havia muito o que fazer: em 30 de novembro de 1887, depois de vinte anos de cativo clandestino, Eleutherio estava forro. Joaquim Teixeira de Faria se embrenhou no mato do Pacutuba e nunca teve a coragem de dar as caras em Curitiba. Agruras da voluntariedade senhorial.

O egoísmo de proprietários como Joaquim Teixeira almejava tirar de seus cativos a única coisa que, por direito (inclusive “natural”) lhes pertencia: sua identidade. Nomes e genealogias podiam ser fundamentais no instante de perigo das lutas jurídicas dos pretos e pardos. Eleutherio não era Benedicto, Gertrudes não era Iphigênia, Iphigênia não era D. Beatriz Maria, mas usava seu sobrenome, “Teixeira”. Nem Benedicto era só Benedicto, sendo também “Sant’Iago”. As histórias de vida de senhores e escravos, para o bem e para o mal, estavam entrelaçadas. Se “desestabilizar nomes e identidades constituía parte importante do processo de redução de alguém à escravidão, à condição de mercadoria”, também podia-se encontrar os que “transformavam a experiência de perder e ganhar nomes em mote próprio, em arma para lutar por seus objetivos”³⁴⁵. Benedicto Luiz Baptista de Fontoura – o escravo Benedicto, depois de libertado e absolvido, em 1873 – que o diga.

Enquanto isso, nas trincheiras do direito, digladiavam-se os “homens do foro” para consensuar o que se devia fazer nos casos em que fossem identificadas grosseiras distorções nas matrículas de escravos, como a de Eleutherio. O principal impasse dizia respeito justamente à questão da filiação. A Lei n. 3.270 de 1885 (Lei dos Sexagenários), inovara nesse ponto ao ordenar que a nova matrícula devia incluir essa informação “se for conhecida”³⁴⁶. O movimento não veio apenas do alto. A historiografia comenta de abolicionistas que “começam a examinar as listas de matrícula em busca de escravos cuja propriedade não estivesse regularizada”³⁴⁷. Acontece que eram muitos os senhores que, por medo de que a matrícula de 1872 – que

³⁴⁵ CHALHOUB, S. *Costumes senhoriais...*, p. 49.

³⁴⁶ “Art. 1º Proceder-se-á em todo o Império a nova matrícula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, se for conhecida, ocupação ou serviço em que for empregado idade e valor calculado conforme a tabela do §3º.”

³⁴⁷ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 171.

agora deveriam atualizar – delatasse sua propriedade sobre escravos filhos de ventre africano ilegal, por desconhecimento efetivo ou por fraude, não declararam esse item específico. Não tardou para que alguns curadores de escravos (Evaristo de Moraes aponta o advogado carioca João Marques como o vanguardista desta tese³⁴⁸) se aproveitassem disso para uma interpretação histórico-jurídica peculiar: se, pelo notório desrespeito à proibição do tráfico, sabia-se que um percentual taxativo dos cativos existentes era ilegal, a declaração de filiação desconhecida devia ser lida como uma tentativa de acobertamento do crime sendo, por conseguinte, livre o matriculado.

Desnecessário dizer os ódios despertados com essa hipótese. Não precisamos aqui retomar passo a passo esse debate nos tribunais pátrios, este não é um trabalho de retrospectiva, nem uma enciclopédia de dogmática jurídica. Lenine Nequete e o mesmo Evaristo de Moraes já deram a devida atenção ao tema³⁴⁹. Ademais, não houve, ao que tudo indica, um só cativo liberto por essa via em Curitiba, mais por falta de ação do que de razão: Francisca de Paula Teixeira registrou como Joana uma sua escrava por nome Maria e depois quis retificar a matrícula dizendo que ela era “assim chama em casa”³⁵⁰; já em Campo Largo, Francisco Soares Pinto afirmou ter-se “enganado” ao indicar a filiação incorreta de sua escrava Fermina na matrícula³⁵¹. Honestidade ou balela?

Esse era o tipo de coisa que não passou batidas em Antonina o jornal *O Labor* publicasse, em 6 de agosto de 1887, uma decisão do juízo de direito nesse sentido, respaldando-se em acórdãos de maio daquele ano, proferidos na Relação da Corte³⁵². A decisão, em si, deveria datar de um ou dois dias antes do início da ação de Eleutherio, em Curitiba. Teria a proximidade das datas algo a dizer quanto aos atores envolvidos nesses processos? Ou ela era apenas mais um reflexo do movimento geral da cultura jurídica nesses anos finais do regime servil? Um bom balanço do caráter incendiário dos

³⁴⁸ MORAES, E. Op. cit., p. 167.

³⁴⁹ MORAES, E. Op. cit., Capítulo VIII e NEQUETE, L. Op. cit., p. 53-83.

³⁵⁰ “Autor/cargo Joaquim José Pedrosa, Procurador; Alfredo Caetano Munhoz, Inspetor da Tesouraria da Fazenda. - Destinatário/cargo Carlos Augusto de Carvalho, Presidente da província do Paraná. - Ref. Como procurador de Francisca de Paula Teixeira, solicita retificação na matrícula* de seus escravos, pois a escrava Maria foi matriculada com o nome Joanna, por ser assim chamada em sua casa; o Inspetor da Tesouraria da Fazenda envia ofício ao Presidente da província dando o seu parecer sobre o pedido de retificação; em anexo, relação de matrícula dos escravos de Francisca, datada de 27 de agosto de 1874, e cópia de um processo de justificação instaurado no Juízo Municipal, em que é requerente Francisca de Paula Teixeira” (Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0676, vol. 02, págs. 122/133).

³⁵¹ “Autor/cargo José de Almeida Torres, Delegado de Polícia.- Destinatário/cargo Luiz Barreto Correa de Menezes, Chefe de Polícia da província do Paraná. - Ref. Informa sobre a escrava Fermiana, pertencente a Francisco Soares Pinto, matriculada com o nome de sua mãe errado, mas que tal engano foi justificado pelo seu senhor” (Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007/ AP 0603, vol. 15, pág. 220).

³⁵² GRAF, M. E C. Op. cit., p. 119.

precedentes firmados no Rio de Janeiro ficou impresso nas linhas de Rui Barbosa que saudavam os leitores d’*O Direito*, vol. 44, em junho de 1887:

O prhenesim de declamações e convícios que a opulência do interesse servil tem agitado contra a nossa magistratura, argüida de “ataque á mão armada contra a propriedade”, a propósito dos acórdãos da Relação da corte, que reconhecem a liberdade aos escravizados de filiação desconhecida, bem natural resultado é dessa influencia do captiveiro sobre o espírito dos opressores, que já o antigo legislador português denunciava, quando confessou que “a escravidão causa *indecência, confusões e ódios* entre os cidadãos” (Alv. 1º de 16 de jan. de 1772). As decisões malsinadas exprimem rigorosamente a verdade jurídica; nem n’outro sentido podia julgar um tribunal brasileiro, no estado actual do direito, sem incorrer, então sim, em nodoa grave (...)³⁵³

O “espírito moderno” e as “idéias do século” de Perdigão Malheiro, décadas antes, tomavam forma no “estado actual do direito”, da década de 1880, desbancando o “espíritos dos opressores” que procuravam “indecentemente” manter o *status quo*, o captiveiro. O parecer é um testemunho histórico sobre a troca de tiros que se seguiu à divulgação das posições dos desembargadores daquele que era o segundo mais importante tribunal do império. Estava, agora sem eufemismos, rompido o cessar-fogo entre o Estado e os senhores em torno da ilegalidade da propriedade escrava. Tal qual a epígrafe da obra prima de Malheiro induzia: *libertas non privata, sed publica res est*.

Se ainda não era, passaria a ser. Ao menos da parte dos juristas, que eram acusados de “ataque à mão armada” à propriedade. O Poder Executivo ainda tentaria honrar o pacto classista, como Nequete menciona: “alarmado com a onda emancipadora da magistratura, expediu o Ministério da Agricultura o aviso de 20 de julho de 1887, pretendendo que o fato de achar-se o escravo matriculado com a declaração de filiação desconhecida não lhe dava o direito à liberdade”³⁵⁴. Dificilmente se poderia atribuir essa “onda emancipadora” apenas às tendências da cultura jurídica ou ao protagonista de seus mediadores, é verdade. Menos ainda, aos altos magistrados, enfiados em seus doutíssimos gabinetes. Por trás dela, assomava a gigantesca “onda negra” de que nos fala Célia Maria Azevedo³⁵⁵, origem do medo branco ao qual os tribunais também eram permeáveis. Mas a chave do direito é relativamente autocentrada e carecia de tradutores

³⁵³ *O Direito*, vol. 44, set./dez. 1887, p. 5.

³⁵⁴ NEQUETE, L. Op. cit., p. 58-59.

³⁵⁵ “Enquanto os anos 1870 revelam-se marcados pelos crimes feitos individualmente ou em pequenos grupos de escravos, os primeiros anos da década de 1880 primam pelas revoltas coletivas ou insurreições, registradas em fazendas de diversos municípios [paulistas]. (...) Pela primeira vez na história da escravidão na província pressentia-se a aproximação de um momento de acerto geral de contas e nisto os brancos podiam levar a pior (...)” (AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 171 e 176).

como João Marques, “debaixo”, e Rui Barbosa, “de cima”, para transportar elementos da *cultura política* para a *cultura jurídica da liberdade*. Os estadistas do Império, em 1871, não poderiam sonhar que aquilo que fora então estruturado para legalizar a propriedade dos senhores, seria utilizado para desestruturá-la, em 1887. O abalo ao *indiferentismo jurídico* desses homens era o resultado das lutas escravas, dentro como fora da lei. Agora não era mais, como ao tempo de Angelino, a ideologia da alforria, mas sim direito que fazia uma promessa de liberdade. Cada qual a seu modo, ambos amarravam os cativos. Promessa era dívida. Será que ele poderia cumpri-la?

2. Capítulo Segundo – Usos e “abusos” da justiça: o pecúlio entre o arbitramento e a arbitrariedade

*“(...) se é verdade, como a história o atesta, que a liberdade de Nossos Senhor Jesus Cristo foi vendida, perante o juiz hebreu, por 30 dinheiros, não é estranhável que a suplicante se avaliasse por trinta mil-réis (...)”*³⁵⁶

2.1. Confundindo pecúlios com esbulhos

Apesar de tudo, a ideologia da alforria ainda daria as cartas no jogo da escravidão por muitos anos. Para boa parte dos senhores, os abalos mais drásticos, responsáveis por convencê-los afinal de que, mesmo a curto-prazo, a continuidade do regime se tornara insustentável, apareceriam somente na década de 1880 – como é o caso dos principais levantes coletivos e êxodos em massa da região cafeeira³⁵⁷ – e, para alguns – mais sortudos, mais hábeis ou mais cruéis – apenas no limiar da abolição.

Para D. Mariana Cordeiro, porém, as coisas se complicariam já bem antes. Quatorze anos separam o maio de 1888 daquele maio de 1874, quando sua escrava Joana, que lhe fora dada em usufruto por seu marido, João de Deos Cordeiro, veio até o juízo municipal requerer que lhe fosse nomeado depositário e curador “para poder tratar com liberdade o seu direito [à liberdade]”³⁵⁸. Pelo que transparece da petição inicial, o casal Cordeiro era, na realidade, de lobos vestidos: Joana denunciava estar “soffrendo sevícias e os maiores rigores de um duro captiveiro, apesar de seu estado valetudinário” e procurou justificar o recurso à intervenção judicial pelo fato de, “tendo formado um pequeno pecúlio”, mesmo assim seus senhores “se recusarem a um acordo amigável”. Recusa típica da voluntariedade proprietária, dessa vez enfrentada por outra vontade.

O capitão Joaquim José Belarmino de Bittencourt, juiz suplente em exercício, não teve dúvidas: no mesmo dia 22 em que a inicial fora redigida pelo solicitador Joaquim José Pedrosa, despachou atendendo ao pedido de Joana e mandando intimar José de Sá Balão para o depósito da escrava. Como era praxe, o próprio Pedrosa foi confirmado como curador da preta na causa, prestando juramento duas semanas depois, não sem antes entregar à Tesouraria-Geral da Província os 100 mil-réis a ela

³⁵⁶ GAMA, Luiz. *Petição em Ação de Liberdade de Polidora x Francisca Diamada Quartim*, 1872. Vide: AZEVEDO, E. *Orfeu de Carapinha*, p. 241).

³⁵⁷ CONRAD, R. Op. cit, p. 298-301.

³⁵⁸ Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7281, Cx. 278.

pertinentes. Em audiência de 19 de junho, na qual não compareceu D. Mariana, mas João Cordeiro sozinho, novamente não houve consenso. As partes tiveram de indicar seus respectivos *louvados* (José Correa Lisboa, pela autora e José Moreira de Freitas, do lado do senhor) para o arbitramento do valor de Joana, fixado em não distantes 130 mil-réis, devido aos seus mais de sessenta anos de idade, como concordaram ambos³⁵⁹. Até então, não se havia passado mais de um mês do início da ação. Repentinamente, porém, e sem que conste para isso qualquer justificativa, os autos ficariam sem movimentação por longos seis meses. D. Mariana e seu esposo, os maiores interessados na rápida tramitação do caso, viram-se forçados a esperar para conhecer seu resultado definitivo.

Antes de prosseguirmos, vale pontuar uma ou duas questões sobre os arbitramentos. Tais procedimentos, a despeito de terem sua aplicação admitida pela primeira vez de maneira expressa, nas lutas jurídicas escravas, pela Lei n. 2.040 de 1871 e seu Regulamento, de 1872³⁶⁰, têm uma história própria, que remete mesmo às Ordenações Filipinas, Livro 3º, Título XVII (*Dos Arbitradores*). Nelas já se circunscrevia os limites de atuação dos arbitradores, também ditos *avaliadores* ou *estimadores*, diferenciando-os dos “juízes árbitros”: enquanto a estes cabia conhecer não somente “das cousas e razões, que consistem em feito, mas ainda das que estão em rigor de Direito”, àqueles tocava apenas as “cousas que consistem em feito”. Ou seja, juízes eram árbitros que pronunciavam-se sobre os fatos e sobre o direito, ao passo que arbitradores pronunciavam-se apenas sobre fatos, encaminhando questões propriamente jurídicas à apreciação dos magistrados. Segundo os comandos filipinos, deveriam fazer juramento sobre os Santos Evangelhos, antes de qualquer intervenção em juízo e, se

³⁵⁹ O procedimento é assim resumido por Joseli Mendonça: “O chamado processo de arbitramento para fixação do preço da liberdade seria deflagrado quando o escravo, sempre por meio de uma pessoa livre, oferecesse em juízo a quantia em dinheiro que, julgando corresponder ao seu “valor”, não houvesse sido aceita pelo senhor. (...) Se aceita pelo juiz, abria-se o processo: o juiz nomeava um curador que deveria representar o escravo em juízo. Esse curador, muitas vezes, podia ser a própria pessoa que representou o escravo na iniciação do processo. O próximo passo era dado pela nomeação de três árbitros que fariam a avaliação judicial para fixar o preço do escravo. A escolha dos árbitros seguia o seguinte critério: cada uma das partes indicava uma lista de três nomes; o representante do senhor ou ele próprio escolhia um nome entre os indicados pelo curador do escravo; este, por sua vez, escolhia um entre os indicados pelo senhor. (...) O terceiro era indicado pelo juiz e não poderia ser recusado por nenhuma das partes, a menos que se provasse sua suspeição. (...) seguia-se a determinação do preço, feita a partir de exame do escravo, observando-se sua idade, sua profissão e seu aspecto físico.” A este terceiro cabia apenas optar por um dos dois valores, se divergissem, jamais tirar a média deles (MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 62).

³⁶⁰ Especificamente, o art. 56, §2º: “*Em falta de avaliação judicial ou de accôrdo sobre o preço, será este fixado por arbitramento*” e o art. 84, §2º: “*Feita a citação, as partes serão admittidas a louvarem-se em arbitradores, se houver necessidade de arbitramento e o Juiz proseguirá nos termos dos arts. 39, 40 e 58 deste Regulamento, decretando afinal o valor ou o preço da indemnização, e, paga esta, expedirá a carta de alforria ou o titulo de remissão.*”

mesmo assim, as partes levantassem sobre eles alguma suspeição, poderiam ser substituídos pelo juiz (§1º). Caso discordassem entre si, caberia a um terceiro, também indicado pelo juiz, o voto de minerva (§2º) e, em último caso, ainda que concordassem com uma estimação os dois louvados, o mesmo juiz poderia “ver por si as cousas”, confirmando, acrescentando ou diminuindo o arbitramento final, ante uma reclamação das partes (§3º).

Nitidamente, era muito poder que se concentrava nas mãos do julgador, ainda sob a vigência de um modelo de justiça da *aequitas* (eqüidade), que não estabelecia legalmente os critérios a que ele deveria submeter seu cálculo. Esse campo de discricionariedade só viria a ser relativizada em 1884, com a Revista Cível n. 10.169, em favor da escrava Eva, pelo Supremo Tribunal de Justiça³⁶¹. A despeito de pequenas alterações ou atualizações dessas regras, como as dadas pelo Regulamento n. 737, de 25 de Novembro de 1850, que, entre outras coisas, arrolava os motivos de suspeição dos arbitradores³⁶², pudemos constatar que o procedimento permanecia muito semelhante, embora pouco usual para além da hipótese da avaliação do preço dos cativos e de litígios de natureza comercial.

Concluído este sobrevôo preliminar, podemos aterrissar novamente. A sentença de 21 de dezembro, passada pelo Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Jr., que neste meio tempo reassumira suas funções (ele era o juiz municipal e de órfãos do termo de Curitiba desde fevereiro do ano anterior, quando Ernesto Dias Lorangeiras fora promovido a juiz de direito da comarca de Guarapuava), acabaria com a possibilidade de um desfecho minimamente conciliatório. Acusando o processo de “nulidades que o vicião desde o princípio”, Silveira da Motta Júnior questionava ao menos dois aspectos centrais de irregularidade, um formal, outro material: em primeiro lugar, os senhores de Joana não teriam sido “convidados para o accordo de que trata o art. 84 do Regulamento que baixou com o Decreto número 5135 de 13 de Novembro de 1872”, formalidade

³⁶¹ Em sua revisão, porém, o conselheiro relator fez questão de consignar o seguinte: “Devo acrescentar que o supremo tribunal de justiça, nos processos de arbitramento para indemnisação do valor de escravos, ou de serviços impostos nas libertações condicionaes, por muito tempo em todas as decisões anteriores (...) sempre manteve a doutrina até hoje invariavelmente seguida pela relação desta Corte, da indubitável applicação da citada Ord. Liv. 3º, tit. 17, §3º, que, além de não ter sido revogada por lei alguma posterior, foi expressamente confirmada pelo art. 200 do Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, em vigor de lei pelo art. 27 do titulo único do Código Commercial” (*O Direito*, v. 35, set./dez. 1884, p. 188).

³⁶² “Art. 86. A suspeição é legitima, sendo fundada nos seguintes motivos:

§1º. Inimizade capital.

§2º. Amizade intima.

§3º. Parentesco por consanguinidade ou afinidade até o segundo gráo, contado segundo o direito canônico.”

“essencial e imprescindível”, que o magistrado entendia distinta da audiência de instauração da causa. De fato, o texto da lei³⁶³, ao mencionar o pré-requisito da *vênia para citação* do senhor e da proposta de acordo a que o juiz aludia, deixava alguma margem de dúvida sobre as etapas do processo de arbitramento, ainda abarrotadas de salamaleques para com os senhores. Esse era um claro sinal de continuidade da prática forense comentada por Perdigão Malheiro em seu *A escravidão no Brasil*: a de que libertos ou agregados demonstrassem para com seus ex-patronos uma “piedade filial” ilimitada, “*pelo que, se o tiver de chamar a Juízo, deve requerer a devida vênia ao Juiz*”³⁶⁴. Silveira da Motta Jr. parecia sentir falta justamente desse tipo de deferência. Se ela fora, por muito tempo, exigida mesmo dos forros, quem dirá dos ainda cativos. Ao lado disso, questionava o fato de nos autos inexistir comprovação da legitimidade dos meios pelos quais a preta Joana adquirira seu pecúlio, os quais estariam circunscritos àqueles mencionados na Lei 2.040 de 1871 e no art. 57 do Regulamento de 13 de novembro de 1872. Isso o fazia desconfiar da procedência do dinheiro depositado:

Esta prova da legitimação de pecúlio é essencial para se verificar que foi adquirido por algum dos meios determinados no cit. art. 4o da Lei de 28 de Setembro, únicos que a ella considera licitos e permittidos ao escravo. Practicar-se o contrario seria dar lugar a abusos por parte dos escravos, que assim irão procurar, muitas vezes, na practica de actos reprovados e criminosos o preço de sua liberdade. (grifos nossos)

Os tais “actos criminosos” a que se referia o magistrado bem podiam ser os narrados no conjunto de casos de pequenos furtos e desvios que Eduardo Spiller Pena levantou na segunda metade do século, os quais, por meio de vínculos “subterrâneos” entre cativos e homens livres possibilitou a circulação de seus produtos numa espécie de “microeconomia escrava” curitibana³⁶⁵. Esse tipo de comércio informal tinha lugar à

³⁶³ Art. 84, *caput*: “Para a alforria por indemnização do valor, e para a remissão, é sufficiente uma petição, na qual, exposta a intenção do peticionario, *será solicitada a vênia para a citação do senhor do escravo ou do possuidor do liberto. Antes da citação o Juiz convidará o senhor para um accôrdo, e só em falta deste proseguirá no termos ulteriores*”.

³⁶⁴ “Devemos, pois, concluir que, rigorosamente, só ficção subsistindo do liberto para com o patrono os deveres de respeito, bons officios, e piedade filial, á semelhança de um filho agradecido pelo que, se o tiver de chamar a Juizo, deve requerer a devida venia ao Juiz - Bem como, vice-versa, do patrono para com o liberto, apenas os deveres de piedade paternal (MALHEIRO, A. M. P. Op. cit., p. 196-7).

³⁶⁵ PENA, E. S. *O jogo da face...*, 201-219. Um exemplo dessa teia de transações ilícitas pode ser encontrado nos autos do processo-crime que sofreu Eduardo Affonso Gonçalves, no ano de 1868. Acusado de ter arrombado junto com outros dois policiais - Joaquim Antonio da Veiga e Antonio Caetano de Araújo - a casa de comércio de Manoel Gonçalves dos Santos e Companhia, na Rua do Comércio, o oficial descreveu um pouco do submundo da capital, que envolvia escravos, libertos e brancos pobres, como ele mesmo. Fora destacado para Curitiba havia 5 meses e confessou que haviam armado o plano para entrar de noite, forjando um incêndio para encobrir as provas do roubo. Levaram 352 mil-réis e uma série de roupas e tecidos. Muitas testemunhas do processo, por isso mesmo, são alfaiates ou oficiais de

margem das posturas municipais que o coíbiavam, embora muitas vezes sem grande sucesso prático. Magnus de Mello Pereira, em estudo comparativo entre os códigos de posturas municipais paranaenses, distinguiu como o mais numeroso grupo de dispositivos aqueles que pretendiam coibir as relações entre homens livres e escravos, a partir de década de 1860. Essas normas “tipificam, por excelência, a desagregação dos vínculos sociais e jurídicos da escravidão (...) No final do século, os senhores constataram que já não contavam com a vigilância solícita que a população exercia sobre seus escravos”³⁶⁶, sentimento esse que comparecia na decisão do juiz municipal.

Não se pode recusar, em contrapartida, que as velhas estratégias de controle continuavam em funcionamento: muitos pecúlios foram formados dentro da lei, sendo, ainda por anos a fio, o produto de concessões senhoriais ou permaneceram sob sua custódia. De quando em vez, pelas maneiras mais inusitadas. Em 1878, Felizarda teve de recorrer às autoridades provinciais (que a mandaram ir requerer ao judiciário) para que sua senhora, D. Ana Maria da Conceição, lhe devolvesse o pecúlio que estava em suas mãos e lhe mantivesse “o direito que lhe concedera a mesma senhora para continuar a tirar esmolas”³⁶⁷. Em 1879, o escravo Domingos, de Joaquim Marques dos Santos, enriqueceu, literalmente, da noite para o dia: na loteria, “tirou metade de um dos prêmios de 1:000\$090 réis quantia com que obteve sua liberdade”³⁶⁸. Em 1880, quando D. Pedro II visitou Curitiba, não perdeu a chance de regar a imagem de monarca benevolente e progressista: distribuiu inúmeros donativos para contribuir na alforria de escravos. Os 10 mil-réis que chegaram a cada uma das filhas de Cândida Dias d’Oliveira (aparentemente a mesma Cândida que, poucos meses antes da passagem do imperador conseguira sua liberdade por não ter sido matriculada por seu senhor), sob o jugo de Antonio Diogo Guimarães, obviamente não estavam à altura de seu preço no mercado de cativos. Mesmo assim, o montante foi apresentado ao juiz de órfãos, após o consentimento do senhor, sendo depositado na Tesouraria-Geral da Província com o resto de suas posses, a render juros de 6% ao ano, como mandava o art. 49 do

alfaiate da cidades, pelas mãos dos quais poderiam ter passado o produto do furto. O interrogatório do réu abriu essa rede de operações informais: Eduardo Affonso teria vendido um cavalo e com o dinheiro comprado um cordão de ouro para sua amásia Vitalina, antes do roubo. Também comprara um cachimbo que deu de presente a um amigo, emprestara mais 4 mil réis a um colega e dera dinheiro à sua amásia para comprar algodão, quantia que supostamente tomara emprestado de uma “rapariga escrava do Presidente”, a quem devia 29 mil réis, ao todo (Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6786, Cx. 262).

³⁶⁶ PEREIRA, M. R. M. Op. cit., p. 71.

³⁶⁷ GRAF, M. E C. Op. cit., p. 114.

³⁶⁸ GRAF, M. E C. Idem, p. 115.

Regulamento de 1872³⁶⁹. Outrossim, essa era uma medida de segurança do Estado, porque o Fundo de Emancipação absorvia qualquer pecúlio havido pelos escravos por ele manumitidos (art. 31, §4º³⁷⁰).

O desdobramento disso veio em junho de 1884, quando José Francisco de Oliveira Marques peticionou a rogo da liberta Cândida e do senhor Guimarães, pedindo o levantamento do dinheiro, pela compra da liberdade de sua filha Benedicta:

O abaixo assignado, com sua ex-escrava Candida Dias de Oliveira, mãy de sua escrava de nome Benedicta de 17 annos de idade, entrarão em accordo particular para a libertação da mesma filha Benedicta como liberta está com a carta de liberdade que firmei no dia 7 do fluente mes de junho, entregando-a á mesma carta de liberdade a sua may, que para effectuar-se esta liberdade ficou pertencendo ao suppe.e a quantia de seis cecenta mil reis e seus premios que em abono da liberdade da mesma escrava Benedicta se acha depositada na Tesouraria Geral, por isso vem pedir á V.Sa., que por seu meritissimo despaxo sejam entregues as mencionadas quantias ao suppe. (...) ³⁷¹

Não havia nada de especialmente problemático nesse procedimento: uma aquisição onerosa convencional da liberdade, sem afrontamento à autoridade do senhor. Administrar o pecúlio de seus cativos podia ser um bom negócio para os proprietários: o próprio Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861, havia criado a Caixa Econômica da Corte para receber “a juro de 6%, as pequenas economias das classes menos abastadas e de assegurar, sob garantia do Governo Imperial, a fiel restituição do que pertencer a cada contribuinte, quando este o reclamar”. Essas poupanças foram o primeiro “pé-de-meia” de muitos escravos, aos quais eles juntaram os poucos trocados da generosidade de Sua Majestade, em 1880. O soberano lançou suas esmolas também em Paranaguá³⁷², mas foi em Curitiba que os escravos mais se aproveitaram da altíssima intercessão para

³⁶⁹ Art. 49, *caput*: “O pecúlio do escravo será deixado em mão do senhor, ou do possuidor, se este o consentir, selva a hypotehse do art. 53, vencendo o juro de 6% ao anno; outrossim poderá, com prévia autorisação do juízo de orphãos ser recolhido pelo mesmo senhor ou possuidor ás estações fiscaes, ou alguma caixa econômica ou banco de depósitos que inspire sufficiente confiança”.

³⁷⁰ Art. 37, §4º: “Na avaliação será levada, em conta, para ser deduzida, qualquer quantia que o escravo houver pago ao senhor para sua alforria, devendo ser declarada essa circumstancia no termo da avaliação. Qualquer fraude, neste caso, será punida nos termos do codigo criminal”.

³⁷¹ Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR PB 045 PI8067, Cx. 310.

³⁷² “Autor/cargo Manoel Antônio Guimarães, Barão de Nácar. - Destinatário/cargo João Batista Guimarães Cerne, Secretário do Governo da província do Paraná. - Ref. Acusa o recebimento do officio que pede envio da quantia doada pelo Imperador como esmola aos pobres e aos escravos para comprarem sua alforria; afirma que não está em poder de nenhuma doação vinda do Imperador, e que por isso não pode cumprir o que pede o referido officio. - Local Paranaguá - Dia/mês 04 de julho” (Arquivo Público do Paraná: APPR BR CO 007 AP 0601, vol. 13, pág. 210).

vencer a intransigência de seus senhores³⁷³ ou entabular com eles acordos³⁷⁴. Um ou outro desses desesperados devem ter recebido a graça de uma deferência.

Mas como nenhuma graça vinha de graça e D. Pedro II ainda nem sonhava em abalar-se para terras tão interioranas, em 1875, a legitimidade do pecúlio da preta Joana não era tão autoevidente. Fosse por compartilhar o medo de eventuais “abusos” por parte dos escravos, fosse por aderir ao raciocínio jurídico de Silveira da Motta Júnior sobre o recém estabelecido procedimento das ações sumárias de liberdade, o Dr. Agostinho Ermelino de Leão, juiz de direito para quem subira a ação em recuso *ex officio*³⁷⁵, confirmou a decisão “por seus próprios fundamentos”, em 16 de março do corrente. Não chegamos a saber qual foi o destino dos 100 mil-réis apresentados, sobre os quais não existiam evidências de que tivessem origem em qualquer “acto reprovado e criminoso”, conforme se insinuara. Mais lícito é supor que a escrava os tivesse reunido parcimoniosamente durante seus mais de sessenta anos de eito, suposição corroborada pelos os cálculos aproximativos de viajantes do início do século³⁷⁶. Ao contrário de seu pecúlio, porém, o destino de Joana era certo: seria devolvida aos senhores. Depois de quase um ano de querela judicial, voltaria ao “duro cativeiro” de que tentava desvencilhar-se, agora fadado a tornar-se ainda mais rigoroso, depois de sua ousadia³⁷⁷.

Chamam atenção, neste caso, os dois grandes intervalos que antecederam à sentença e à sua confirmação, os quais assemelham-se a pausas dramáticas no desenrolar processual. Seriam uma tomada de fôlego por parte dos magistrados em busca da solução mais adequada? Embora as divergências sobre o modo de proceder da

³⁷³ João, cativo da Baronesa de Tibagi, enviou-lhe uma súplica através do juiz de direito, Ermelino de Leão, por ser doente, maior de 46 anos e mais de uma vez ter recusada sua proposta de compra da alforria por um conto de réis (Arquivo Público do Paraná: APPR BR CO 007/ AP 0601, v. 13, p. 16).

³⁷⁴ O próprio senhor de Sabina Falcão escreveu ao Imperador informando que a escrava já tinha pecúlio de 200 mil-réis e implorava que se lhe completasse o valor da liberdade de sua filha (Arquivo Público do Paraná: APPR BR CO 007/ AP 0602, v. 14, p. 250).

³⁷⁵ Por determinação do art. 7º, §2º, da Lei 2.040 de 1871, todas as causas em que se julgasse contrariamente à liberdade deveriam subir automaticamente em recurso para a apreciação da instância superior. Lenine Nequete mostrou como até nesse ponto houve confronto de interpretações, exigindo alguns que se aplicasse o mesmo dispositivo também para quando saísse vencida a propriedade (NEQUETE, L. Op. cit., p. 117 e ss.). Chamamos atenção para o caráter uniformizador de jurisprudência que esse mecanismo promovia, fortalecimento ainda mais a centralização do direito e da justiça imperiais.

³⁷⁶ Segundo Russell-Wood, “foi Rugendas quem estimou que um negro de ganho diligente poderia, em dez anos, acumular o bastante para comprar a própria liberdade” (RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 63). Embora Joana não se enquadrasse nessa classe de escravos, poderia ter igualmente juntado por meios lícitos o valor, ainda que demorasse mais tempo para fazê-lo.

³⁷⁷ Sobre os riscos que corriam esses escravos vencidos na justiça, afirma Chalhoub: “Além da decepção da derrota, a volta para ‘casa’ podi incluir um cortejo de sevícias por parte de um senhor irado e vingativo. É complicado perceber em que medida eram os próprios escravos que tomavam a resolução de lutar pela alforria em juízo, especialmente quando analisamos os processos anteriores à década de 1870” (CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*p. 108).

justiça sejam indícios da não-consolidação, em nível local, do procedimento em si das ações de liberdade e de uma apropriação ainda heterogênea ou controversa de seus ritos sob a nova legislação imperial, não podemos descartar a influência das atitudes e opiniões pessoais dos três julgadores envolvidos no caso, dando margem a interpretações distintas, mais ou menos restritivas do direito dos escravos ao pecúlio e, em especial, do seu direito de postular contra os senhores ante os tribunais. Demandar representava sempre algum tipo de afrontamento à autoridade destes, algo ainda sentido pelas elites como inadmissível ou profundamente desmoralizante, mesmo quando mediado por argumentos humanitários contra o mau cativo, tais como os invocados por Joana. Essas referências a um “duro” regime de trabalho e às “servícias” impostas, ademais, podem ser eloquentes, na medida em que, segundo Sidney Chalhoub, que com elas também se deparou amiúde em autos semelhantes da Corte, “era provavelmente a forma de um escravo ‘traduzir’ para a linguagem dos senhores a sua percepção mais geral de que direitos seus não estavam sendo considerados ou respeitados”³⁷⁸. A histografia nessa área tem conseguido demonstrar o funcionamento de uma “economia moral” própria da escravidão que, conforme pudemos averiguar no capítulo precedente, permitiu a estabilização em determinadas situações, de um grupo de características capazes de definir em termos genéricos o sentido do “cativo justo” ou “injusto”, do “bom” ou do “mal senhor”, entendidas pela comunidade cativa como expressões da observância ou não de certas “obrigações” senhoriais, como as ligadas à alimentação, vestuário, cuidados médicos e intensidade do regime de trabalho, com respeito ou desrespeito aos dias santos e domingos. A valoração do senhor ou do cativo, em todo caso, dependia não apenas de uma interpretação ativa dos seus escravos, mas também do contexto sócio-econômico em que o plantel estava inserido, já que os padrões médios de “deveres” senhoriais se alteravam de uma região a outra, gerando graves tensões especialmente para os escravos deslocados pelo tráfico interno³⁷⁹. Retornaremos ainda a esse aspecto das muitas experiências de liberdade nos próximos capítulos.

As desventuras de Joana podem ser melhor lidas, portanto, através das lentes de outro cativo, não mais afortunado. Em 1º de maio de 1874, alguns dias antes dela, o africano Hypólito também decidira levar para o foro a contenda que mantinha com seu

³⁷⁸ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 65.

³⁷⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 155

senhor, o Capitão João José de Freitas Saldanha³⁸⁰. Contando aproximadamente sessenta anos e estando enfermo de “moléstia chronica”, foi ao encontro de um certo João Duarte de Mattos que, a seu rogo, redigiu a peça inicial da ação que requeria a chamada do senhor para o acordo de compra da liberdade. Informava ainda que Hypólito dispunha, para tanto, de 300 mil-réis que recebera em doação do cidadão José Correa Lisboa, que seria, como vimos, indicado por Joaquim José Pedrosa como avaliador da preta Joana, pouco tempo depois. Curiosamente, o mesmo Lisboa, solicitador que também era, seria nomeado pelo juiz municipal Joaquim José B. Bittencourt como, simultaneamente, curador e depositário de Hypólito, tornado-se triplamente seu bem-feitor. A expressão *benfeitor* em si mesma merece um aparte: ela é sintomática da natureza do papel assumido por José Correa Lisboa, pois embora a função de curador fosse favorável ao escravo curatelado, a de depositário implicava num grau de vigilância e controle sobre ele (como *objeto* do litígio que era também), aproximando-se, em certa medida, de uma *feitoria judicial*, como já insinuamos.

Da mesma forma que Cordeiro, proprietário de Joana, o capitão Saldanha declarou-se inconformado com o valor oferecido por seu escravo, não restando outra alternativa senão o arbitramento judicial, realizado em 5 de junho, isto é, já com ambas as causas pendentes no mesmo juízo, fato que, embora sem referências diretas de uma a outra, certamente esteve presente na mente dos envolvidos. Vale notar, contudo, que no processo de liberdade de Hypólito, excepcionalmente em relação aos demais, o escrivão chegou a registrar as declarações por inteiro de José Correa Lisboa, em audiência, sobre o modo como a avaliação devia dar-se, instruções ouvidas atentamente pelo juiz:

(...) requeria que se houvesse a citação por feita e accusada e se passasse a fazer o arbitramento de conformidade com o disposto no artigo trinta e nove e quarenta do regulamento que baixou para execução da lei numero cinco mil cento e trinta e cinco de treze de novembro de mil oito centos e setenta e dois e passassem a fazer a louvação, louvando-se o citado em três cidadãos para destes ser escolhido um pelo curador do libertando, nomeando este outros três cidadãos para ser escolhido um por parte do citado, e em seguida louvando-se novamente em outros três cidadãos cada um afim de entre estes ser pelo meritíssimo juiz escolhido um, na conformidade da lei citada, afim desde ultimo decidir o arbitramento quando haja divergencia (sic) entre os dois primeiros nomeados, e sendo todos os três árbitros notificados para em dia e hora designados pelo mesmo juiz prestarem juramento e em acto sucessivo procederem o arbitramento, seguindo-se depois os de mais termos da lei a respeito. O que ouvido pelo juiz ordenou que se procedesse ao arbitramento requerido. Como sugerido pelo curador do libertando forão propostos (...) (grifos nossos)

³⁸⁰ Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI7260, Cx. 277.

A passagem, embora longa, é elucidativa, por demonstrar o que parece ser um desconhecimento geral, incluído o do juiz municipal suplente – que, por sinal, não era bacharel – sobre o procedimento das ações de liberdade. Esta talvez tenha sido a primeira audiência do tipo realizada na comarca de Curitiba – ou, ao menos, presidida por Bittencourt – e, neste caso, a longa explanação de Lisboa, que tampouco era formado em direito, poderia significar a introdução de um novo marco na cultura jurídica local, ainda pouco familiarizada com as novidades jurídicas. Observaríamos, portanto, um instante fundacional da tradição da liberdade, articulado curiosamente por dois “leigos”: um curador não bacharelado e um juiz não togado. Antes das lições de Lisboa, Joaquim José Belarmino de Bittencourt talvez não tivesse realizado nenhum arbitramento, mas seguramente sabia de sua existência, pois havia determinado que a um deles se procedesse, já em junho de 1872³⁸¹. Para infelicidade nossa, se ele chegou a acontecer, não deixou documentos para a posteridade. Seria um importante registro, que permitira averiguar como o procedimento vinha sendo encaminhado no período prévio à regulamentação da Lei do Ventre Livre.

À parte com as lamentações historiográficas, voltemos ao que interessa. Como sugerido pelo curador de Hypólito, deu-se cabo da avaliação, estipulado em 400 mil-réis³⁸² o preço do escravo, após intervenção do louvado escolhido pelo juízo para o desempate, que optou pelo valor mais baixo dentre os dois aventados. Mesmo com esse abatimento, o escravo permanecia 100 mil-réis longe de sua liberdade. O que fazer? Nesse momento crucial, seu benfeitor deu mostras de estar realmente engajado. Logo no dia seguinte, Lisboa ofereceu a quantia que faltava e, a sete de junho, a sentença homologou o arbitramento e ordenou que se passasse “a competente carta de liberdade em favor do escravo Hypólito independente de direitos e emolumentos, na forma da lei, condenando nas custas o senhor”.

Previsível, o Capitão João José de Freitas Saldanha não ficou nada satisfeito. Por força do hábito senhorial de não ser contestado e por considerar-se de fato lesado com o resultado do entrevero – já que Hypólito era escravo de ganho, trabalhando como oficial de artesão, o que lhe poderia render bons jornais³⁸³ – apelou em 25 de julho por seu

³⁸¹ É o caso do escravo menor Vicente, sobre o qual falaremos adiante (Arquivo Público do Paraná. 1872. BR APPR PB 045 PI7096, Cx. 272).

³⁸² Para fins comparativos, podemos citar que o valor do aluguel mensal de um imóvel na Rua do São Francisco, próxima ao centro da cidade, em 1878, era de 25 mil réis, conforme cobrados em ação de despejo de casas (Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR PB 045 PI7583, Cx. 288).

³⁸³ Para uma ideia de valores desse jornais em Curitiba, vide o caso do escravo Barnabé, narrado no capítulo 4.

advogado, o Dr. Bento Fernandes de Barros, o qual queixou-se, logo de chofre, em sua modesta arrazoado de dezoito páginas (bem ao gosto dos *juristas eloquentes* que faziam moda ainda no final do oitocentos³⁸⁴) da arbitrariedade recorrentemente praticada no processo e “em maior escala na Corte e em outros lugares do Império”:

(...) este processo é a expressão do abuso que em toda parte se vai fazendo da lei numero dous mil e quarenta de vinte oito de setembro de mil oitocentos setenta e um, cujas disposições, alias inspiradas nos mais altos principio (sic) da moral e da justiça, conciliaram o grande interesse social da emancipação do elemento servil com o respeito devido á propriedade actual, mas que pela sua pessima execução tem dado lugar a mais escandalosa violação d’ esse legitimo direito, com grande prejuízo para os proprietários de escravos. (...) A libertação do escravo pelo pecúlio, a despeito das regras salutare e providentes que sobre Ella formularam a lei (...) é a disposição que fornece ao escandaloso abuso, acoroçoado pela impunidade, a capa para acobertar-se com a própria lei. É o que se deu n’este causa, á qual justamente se adapta a apreciação que fez o citado senador em seu discurso do modo falso porque se executão as disposições alludidas. (grifos nossos)

Sem rejeitar o “interesse social da emancipação”, mas sujeitando-o às “regras salutare e providentes” de respeito à “propriedade atual”, Fernandes de Barros falava não só por seu cliente, mas por toda uma classe de proprietários que considerava “escandaloso abuso” o ponto a que haviam chegado os escravos, seus protetores na justiça e os próprios magistrados, na “péssima execução” da Lei do Ventre Livre. Não era a lei em si o que os incomodava, a qual, nas palavras de um crítico seu, situado, porém, na outra ponta do espectro político, “respeitou o princípio de inviolabilidade do domínio do senhor sobre o escravo, e não ousou penetrar, como se fora um local sagrado, interdito ao próprio Estado, nos ergástulos agrários”³⁸⁵. Sendo assim, que mal tão grande, que abuso tão escandaloso podia resultar de uma disposição que não feria o interesse dos senhores, garantindo-lhes indenização pela liberdade de seus escravos?

A inusitada referência a um discurso do senador pelo Rio de Janeiro, Jerônimo José Teixeira Júnior, “fiel e legítimo interprete”³⁸⁶ da mesma lei, talvez possa esclarecer

³⁸⁴ Segundo Fonseca, “esta passagem do jurista ‘eloquente’ para o jurista ‘cientista’, grosso modo, pode ser transplantada para o caso da cultura jurídica brasileira (...)”. No final do século XIX, Fonseca conjuga os inícios da passagem, no Brasil, do paradigma “eloquente”, para o paradigma “científico” - marcado pela fraseologia pomposa, a valorização da retórica e a pouca atenção ao cientificismo, traços reconhecíveis nos processos com que aqui trabalhamos (FONSECA, R. M. *Os juristas e a cultura jurídica...*, p. 361 e ss).

³⁸⁵ NABUCO, J. Op. cit., p. 26.

³⁸⁶ Essa crença talvez fosse reforçada pelo fato de que Teixeira Júnior havia estado à frente como seu relator, da Comissão Especial de 24 de maio de 1870, encarregada de “dar parecer sobre a questão do elemento servil no Império do Brasil”. Ao lado dos Deputados Rodrigo Augusto da Silva (SP), Domingos de Andrade Figueira (RJ), João José de Oliveira Junqueira (BA) e Francisco do Rego Barros Barreto (PE), portanto, Jerônimo José Teixeira Júnior, ainda na Câmara nesse período, fora um dos defensores e consultores para a elaboração da Lei do Ventre Livre, nas legislaturas precedentes, o que supostamente

o sentido da ojeriza à “libertação do escravo pelo pecúlio”. Um mês antes, ele já questionara como uma forma de “esbulho”³⁸⁷ do direito de propriedade os valores diminutos comumente aceitos pelos juízes para as indenizações dos senhores nos casos de “alforria forçada”, alcunha pela qual eram também conhecidos esses processos. As razões de Fernandes de Barros transcreveram o quadro trágico pintado pelo senador:

Os juízes (dice elle) tem admittido como somma equivalente ao preço razoável dos escravos todo e qualquer deposito que offerecem! E o que é ainda pior é que em regra geral, a soma depositada, por mais insignificante que seja, é aquella que se arbitra como indemnisação aos senhores dos escravos! Escravos cujo valor mínimo é de um conto e quinhentos mil reis á dous contos de reis são libertados por quatrocentos e quinhentos mil reis!...E diz-se que isto se faz em virtude da lei, quando é fácil demonstrar, como acabo de o fazer, que a lei é despresada, e que em vez de cumprirem-se os seus preceitos, procedendo-se sob o regimen de mais violento esbulho do direito por Ella reconhecido e garantido. A violação do direito de propriedade é flagrante. Os factos repetem-se diariamente e cada vez com maior escândalo. O prurido emancipador a custo da bolsa alheia e em proveito próprio não tem encontrado limites.

Logo em seguida, comentava o bacharel: “Estas palavras, justa e vivamente applaudidas, applicam-se a esta causa”. Ele não deixava de ter razão. A preleção de Teixeira Júnior, em resposta à Fala do Trono, havia encontrado grande eco entre seus pares. Requeria do Executivo, entre outras coisas, que apresentasse estimativas sobre o número de causas sobre alforrias forçadas ajuizadas na Corte durante o ano de 1873 e o valor pelo qual as liberdades haviam sido nelas indenizadas. Exigia também do gabinete, a partir das experiências forenses (ele mesmo era advogado), nova regulamentação da Lei 2.040, que pudesse conter as interpretações temerárias de juízes locais, ao que o próprio Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros, asseverou: “*Ora, tem o governo autorização bastante para impor aos magistrados uma execução que elles não julguem conforme a lei?*”. Manifestação vivamente encampada pelo Marquês de Paranaguá: “Apoiado; interponham recurso para os tribunaes superiores”! A imagem da repartição dos poderes, separados e autônomos, cunhada pela Constituição de 1824, parecia ter encontrado terreno fértil desde então e mostrava-se, já na segunda

conferia especial legitimidade à sua interpretação. Partidário da reforma, havia sido eleito presidente da Câmara dos Deputados em 1871 justamente pela cisão que causou o seu projeto, apresentado por Rio Branco, entre os seus correligionários conservadores. Vide: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume-Dumará, 1996, p. 287).

³⁸⁷ O termo aparece freqüentemente para designar ameaças à propriedade (ou à “posse legítima”, também judicialmente defensável) nas disputas fundiárias do período, o que pode sinalizar já alguma aproximação entre a *mentalidade proprietária* moderna (encarnada na Lei de Terras de 1850) e os esquemas de domínio senhoriais. Como exemplo disso, temos a ação ordinária de D. Libania Tinoco Gonçalves contra Manoel Cardozo Leal e sua mulher por “esbulho do terreno denominado Chachim” (Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7915, Cx. 302).

metade do século, bastante arraigada na mentalidade jurídica e política dos luminares do Império. Se um visconde, o do Rio Branco, fortificava o Judiciário contra as investidas do Executivo, outro, o do Uruguai, escrevia no sentido oposto, em seu *Ensaio*, de 1862:

Por outro lado, se a administração pertencesse à justiça tenderia esta a subordinar os direitos privados a considerações de interesse público, a desconhecer, tendo em vista o bem geral, a propriedade, e a liberdade individual, substituindo o direito pelo arbítrio.³⁸⁸ (grifos nossos)

Era a mesma relação entre atividade jurisdicional e arbitrariedade que se esboçava. Em meio a aplausos e “apoiados”, Teixeira Jr. já destrinchava os “defeitos de execução” da Lei de 28 de Setembro, atribuindo-os tanto às inclinações dos magistrados, que pouco uso faziam de seu “prudente arbítrio” para assegurar que o pecúlio fosse “equivalente ao preço razoável do escravo”, como à “torpe especulação” a que a lei dera brecha, por meio de um sem-número de “commanditas clandestinas”. Seus “agentes” seriam responsáveis pela formação do que o parlamentar chamou de “falsos pecúlios”, caudatários de empréstimos tomados pelos escravos sem consentimento de seus senhores. Observava, ainda, que tais transações tinham, não raro, como contraprestação, um contrato de futuros serviços, comparável a um “segundo captiveiro” para os assim libertos. Nas ações de alforria forçada, contudo, nada se inquiria a respeito. Ao contrário, tornavam-se correntes presunções informais em favor da liberdade, como as que envolviam o papel dos árbitros nas avaliações de libertandos:

(...) é intuitivo que esse terceiro árbitro, cuja nomeação a lei incumbiu ao juiz, é mais uma garantia para a justiça e direitos das partes (...) Infelizmente, porém, Sr. Presidente, a fatalidade faz com que, quase sempre, o laudo do terceiro arbitrador seja contra os proprietários, passando mesmo como axioma que deve preferir o laudo mais favorável à libertação (...) (grifos nossos)

Como Fernandes de Barros fazia questão de insistir, as alusões do senador cabiam como uma luva para o caso de Hypólito. Mesmo o tal “axioma” do favor à liberdade se verificara pela atitude do desempatador. Em tal medida se sobrepõem a verve do discurso e das razões de apelação que, por alguns momentos, é difícil distinguir entre um e outra. Diversos termos e a linha de raciocínio toda do recurso foram tomados literalmente de empréstimo³⁸⁹. Não só a versão dos fatos desenhada pelo

³⁸⁸ SOUSA, Paulino S. Op. cit., p. 35.

³⁸⁹ Vale notar a semelhança nada ocasional com a seguinte passagem: “(...) não quero que sobre as disposições tão salutares, quão previdentes da lei de 28 de setembro de 1871, parem injustas censuras, que só podem recahir sobre a pessima execução, que se está dando a alguns de seus artigos, com

advogado queria, conscientemente ou não, inspirar-se nos debates do Senado daquela sessão de 12 de junho, como também sua estratégia jurídica. Seguindo à risca o conselho do Marquês de Paranaguá – o qual fora juiz de órfãos na Corte – levava seu pleito à instância superior. Nele, o bacharel buscou expor que a sentença do juiz municipal estava longe de retratar “a verdadeira doutrina da lei”. Golpeando por todos os lados a argumentação do curador Lisboa, Fernandes de Barros alegou de uma só vez ser falsa a suposta moléstia de Hypólito, ilegal a avaliação realizada no curso da demanda e, enfim, um mero “estratagema” todo o caso, destinado à “espoliação do proprietário do escravo”, este iludido por José Correa Lisboa ou em conluio com ele.

Consideradas, em perspectiva, as razões apresentadas por Saldanha e seguindo uma trilha interpretativa aberta por Sidney Chalhoub, é possível perscrutar a dimensão simbólica dessa narrativa, que contém uma espécie de “autodescrição de aspectos da mentalidade senhorial”, isto é, uma maneira particular pela qual o seu autor busca organizar e representar a realidade para si e para os demais de uma forma compreensível, veiculando sentidos conhecidos e compartilhados por aqueles a quem ela se destina (os magistrados e burocratas do Império)³⁹⁰. Parte desses sentidos – como a impressão geral de que “sedutores de escravos” e “especuladores” rondavam as casas-grandes e sobrados para “espoliar” bolsas inocentes, à qual voltaremos adiante – impregnava a experiência cotidiana das lutas jurídicas pela (ou contra a) liberdade e circulava entre os senhores, reaparecendo nas suas falas, em momentos variados³⁹¹.

Ao analisar ações de liberdade da Corte no mesmo período, Chalhoub identificou a recorrência de escravos que, como Joana (“valetudinária”), Hypólito (“enfermo”) e muitos outros que ainda veremos, se diziam doentes na petição inicial desses processos. Sem outras provas, porém, mais que sua própria palavra, pondera que:

É impossível saber em que medida essas doenças eram reais ou apenas uma maneira de empurrar para baixo o valor das indenizações: por um lado, havia pouca

manifesta violação do direito de propriedade e grandes prejuízos para os proprietários de escravos (*Apoiados*). Não foi esse o pensamento da lei, nem podia ser esse o seu efeito”. O parlamentar chegou a tomar como exemplo o caso de um escravo oficial de artesão que, auxiliado por terceiro em sua libertação, passaria a destinar-lhe seus jornais pelos próximos cinco anos! Pareia, assim, descrever Hypólito e sua sina, em carne e osso, não fosse pela antecendência temporal. De qualquer modo, o discurso reafirma a *tipicidade* de seu caso.

³⁹⁰ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 135.

³⁹¹ Em julho de 1885, o deputado Andrade Figueira os chamou de “filantropos de profissão”: “Eram, segundo do deputado, aqueles que exerciam a ‘indústria’ de retirar escravos de seus senhores, mover uma ação de liberdade por indenização, enquanto alugavam os libertandos, ‘colhendo’ os aluguéis deles” (MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2ª ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2008, p. 296).

preocupação dos escravos ou seus curadores em apresentar atestado médico que reforçasse a alegação de doença; de outro, os juízes não solicitavam que os libertandos fossem examinados por médicos.³⁹²

Anos mais tarde, José, escravo de João Baptista de Christo, requeria por Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho seu arbitramento nos mesmos termos, dizendo-se “sexagenário”, “estar inválido para os serviços” e “ter o braço deslocado”³⁹³. E senhores como Saldanha, ou seus advogados, pareciam estar cientes desse *modus operandi* dos escravos em toda parte, que passava a emergir agora em Curitiba, esbaforindo:

Que importa ter-se feito o escravo Hypolito dizer em sua petição que tem sessenta annos de idade e que soffre de moléstia chronica e incurável, quando é certo que pela sua physiognomia, pelos seus cabelos, ainda inteiramente pretos, e por outros signaes indicativos elle não representa ter mais de quarenta a quarenta e cinco annos e que elle continua a trabalhar no seu officio, como sempre trabalhou, sem embaraco algum? Que importa ter dito o arbitrador nomeado por parte do curador do escravo que avaliava o mesmo escravo por quatrocentos mil réis em attenção ao seu mau estado de saúde e a sua idade avançada se os outros dous arbittradores, embora divergentes nos seus laudos, não reconheceram existência de taes circumstances, e se a verdade é outra?

Por obrigar os escravos a esse tipo de artifício é que Joaquim Nabuco faria troca da Lei de 28 de setembro, uma década mais tarde, insinuando que “na escravidão quanto mais vale física, intelectual e moralmente o homem, mais difícil é resgatar-se, por ser maior o seu preço. O interesse do escravo é assim ser estúpido, estropiado, indolente e incapaz”³⁹⁴. Uma asserção como essas, mesmo no interior da retórica inflamada de Nabuco, converge com as análises de Manolo Florentino sobre a flutuação do mercado de escravos, com espantosa elevação de seus preços no período pós-1831, incremento que foi acompanhado pelo valor das alforrias, cuja distribuição temporal e tipologia foram estudadas pelo autor para o Rio de Janeiro. Florentino identificou uma inversão entre o padrão das liberdades pagas (predominantes até meados da década de 1830) e o padrão das liberdades gratuitas (tendência crescente daí em diante), responsabilizando por isso a especulação que adveio com a perspectiva de extinção da importação de braços africanos e que dificultou cada vez mais a auto-aquisição como porta de saída da escravidão³⁹⁵. “A extrema valorização contribuiu para redefinir parte das expectativas,

³⁹² CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 169.

³⁹³ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7358, Cx. 282.

³⁹⁴ NABUCO, J. Op. cit., p. 51.

³⁹⁵ “Entre 1840 e 1871, as alforrias compradas foram as que mais declinaram” FLORENTINO, M. *Sobre minas...*, p.343-344.

das opções e das atitudes dos escravos frente à liberdade”³⁹⁶, pondera. Cenário que talvez só viesse a ser contornado com a legalização final do pecúlio e a consequente mediação (potencial ou efetiva) das autoridades judiciais na compra da liberdade, agregando mais um elemento de complexidade à equação geradora do preço das alforrias, que até então, “tendia a circunscrever-se às variações de seu valor de mercado”³⁹⁷. A investigação de Florentino, desafortunadamente, não avança sobre o período pós-1871, privando-nos de algumas ilações quanto aos efeitos da institucionalização da alforria forçada no mapa geral das libertações, entre eles, uma possível retomada dessa modalidade em baixa. Temos, em outros autores, porém, importantes avaliações sobre tal impacto, do ponto de vista da atividade jurisdicional³⁹⁸.

Reconhecendo a necessidade de relativizar a aplicação desses dados para o contexto periférico sobre o qual nos detemos, mesmo assim é imprescindível ter em mente que, entre 1799 a 1870, os escravos urbanos maiores de 40 anos, como Hypólito, tiveram seus preços nominais multiplicados em 14 vezes, na Corte, e os na mesma faixa etária, provenientes do campo, como Joana (que residia no Assunguy) em pelo menos 7 vezes³⁹⁹. No Paraná, Carlos Roberto Antunes dos Santos, não tendo chegado a esse nível de verticalização sobre os dados, concorda, porém, em termos gerais, com Emilia Viotti da Costa e Eulália Lobo sobre o movimento ascendente que também aqui foi sentido, com maior intensidade a partir da década de 1850, ocasionado em especial pelo contra-fluxo do tráfico interprovincial para as lavouras do sudeste⁴⁰⁰. Sua pesquisa permite inferir, na mesma linha, que, para Curitiba, o pico dos preços de escravos, independentemente de seus predicados, deu-se justamente nos anos limítrofes a 1871, a partir de quando, todavia, iniciam uma baixa contínua até 1888. A reversão, que se deu no quinquênio 1868-1873, conforme a periodização adotada pelo autor, pode ajudar a compreender a completa ausência de ações de liberdade por arbitramento antes de 1874 no juízo municipal de Curitiba. Nabuco também deixou testemunho dessa simplória

³⁹⁶ FLORENTINO, M. Idem, p. 342.

³⁹⁷ Ao menos para os escravos homens adultos (FLORENTINO, M. Idem, p. 340).

³⁹⁸ O estudo de Ricardo Silva, por exemplo, identificou um salto impressionante de 7 ações de liberdade ajuizadas na década de 1860 na província da Bahia, para 88 na década seguintes e 169 entre 1880-1888. Isto é, mais de 90% dos casos concentrados em menos de 20 anos, o que o pesquisador assume como, na maior parte, resultado no novo quadro legal (SILVA, R. T. C. *Caminhos e descaminhos...*, p. 144).

³⁹⁹ FLORENTINO, M. Idem, p. 341.

⁴⁰⁰ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887 (Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 1974, p. 78 e ss.

aritmética senhorial⁴⁰¹. Presumimos que a maioria dos escravos simplesmente não tivessem condições econômicas de compatibilizar seus pecúlios com os valores correntes de libertação, ao menos até que critérios mais autônomos de avaliação fossem firmados nas lutas judiciais. Casos excepcionais existem, mas não abundam. Um dos documentos mais improváveis com os quais nos deparamos nos maços do Arquivo Público do Paraná foi uma nota promissória. Até aí, nada de especial. Transações comerciais utilizavam esses títulos jurídicos correntemente. A surpresa, contudo, foi verificar seu conteúdo: trata-se de um empréstimo de 330 mil-réis que fez o escravo João a seu senhor, José Ferreira dos Santos Barboza, em 1877! Por ser um dos raros exemplares de formalização desse tipo de negócio informal (um verdadeiro contrato com cláusulas de judicialização, inclusive), reproduzimos todo o teor do documento:

Devo q pagarei ao meo escravo Joao a qta. de trezentos & trinta mil réis proveniente de houtra igual qta. q elle me feis emprestar em moeda corrente deste inperio cuja a qta. de r\$ 330000 pagarei a elle ou quem este meã prestar da data deste a quatro annos com o premio de hum e meio por cento ao meis. E qdo. por ventura não possa pagar no dito tempo elle me quizer esperar mais tempo sempre continuarei o mesmo premio athe o çeo final embolço. E para clareza de todo passo o presente e obrigo a minha pessoa e bens presentes e futuros e elles os mais bem empenhados e çem a isto por duvida alguma tanto em juizo como fora delle e por isto assim çer verdade por feito açignado. Campo Comprido / 20 de fevereiro de 1877 / Joze Ferra. dos Santos Barboza⁴⁰²

João, seguramente, não era um cativo típico. A seu turno, o senhor Barboza devia andar em muito maus lençóis para submeter-se a um compromisso tão pouco convencional. Com efeito, o pardo esperou apenas vencerem os quatro anos da promissória para entrar em juízo cobrando os valores respectivos. Manoel Antonio Alves assinou a petição inicial de sua ação de arbitramento, em abril de 1881, na qual afirmava ter constituído pecúlio de 800 mil-réis, sendo 576 “em mãos de seo senhor, de principal e juros vencidos”, conforme o documento já mencionado, que anexava. E Bento Antonio de Menezes foi o contador interino que calculou os rendimentos da operação. Ao que tudo sugere, ambos eram funcionários do próprio foro. Outros 224 mil-réis o pardo apresentava para complementar o preço que entendia justo pagar por sua pessoa. A avaliação superou as expectativas do escravo (que passara a ser

⁴⁰¹ “O preço dos escravos subiu depois da lei; chegou em São Paulo a três contos de réis, como subira depois de acabado o tráfico, sendo o efeito de cada lei humanitária que restringe a propriedade humana aumentar-lhe o valor como o de qualquer outra mercadoria, cuja produção diminui quando a procura continua ser a mesma” (NABUCO, J. Op. cit., p. 190).

⁴⁰² Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 7194, Cx. 297. Vide reprodução em Anexo 4 - “Nota promissória passada por José Ferreira dos Santos Barboza a seu escravo João”.

curatelado por Francisco Alves Guimarães), sendo ele forçado a, ao final, juntar ao montante já depositado na Tesouraria da Fazenda outros 190 mil-réis, com o que obteve sua carta de liberdade, mandada passar por Francisco Antônio da Costa, juiz municipal suplente. A demanda seria bastante corriqueira, não fosse sua trajetória prévia, que demonstra não apenas a capacidade enorme dos escravos para fazerem render seus (às vezes, não tão) poucos recursos, mas também a possibilidade que para eles se abria, na década de 1880, de encabeçar relações contratuais, superando a ficção da ausência de capacidade jurídica. A tal ponto que, pelas obrigações do direito civil, um deles chega a inverter completamente a relação senhor-escravo, assujeitando quem devia dominá-lo. João era, no paroxismo das contradições vivenciadas pelo direito da época, um *bem credor dos bens de seu proprietário*! E que podia, como bem fez, executá-lo em juízo.

À parte o exotismo inerente a este achado, vale explorar um pouco o caminho que permitiu a constituição dessa relação jurídica inusitada. No fundo, toda ela está baseada na lei de 1871. Não fosse seu reconhecimento oficial do direito de pecúlio e, em seguida, a possibilidade de *justiciar* esse direito formalmente, José Barboza decerto jamais se prestaria a firmar um acordo dessa natureza, muito menos a cumpri-lo. Realmente, na petição inicial da ação de João, lê-se que seu senhor se recusara a entrar “em acordo amigável”. Palmilhamos terreno instável, mas talvez seja plausível afirmar que a Lei do Ventre Livre possibilitou o surgimento desses litígios mais diretamente, pela canalização de uma demanda social até então reprimida, contingenciada, o que permitia o desaquecimento do próprio mercado de cativos e, indiretamente, pela inauguração de uma matriz legal que passou a ser disputada em favor da liberdade. Localmente, os dois fatores deviam conjugar-se e confundir-se, pressionando o poder.

Na verdade, negociações antes sob a lógica do costume tornavam-se passíveis de judicialização, o que era visto como extremamente incômodo pelos senhores. E o instante decisivo da arbitragem correspondia ao clímax dos processos de alforria forçada, o centro de gravitação de uma gama de interesses díspares (dos senhores, dos escravos, das autoridades judiciárias, etc.), impossíveis de serem concomitantemente contempladas, o que ensejava críticas de todas partes. Sobre as estratégias jurídicas de seus adversários e o procedimento dos arbitradores que eles indicavam, por exemplo, lastimava um senhor de Campinas, que “os curadores de libertandos não propõem senão pessoas reconhecidas pelos sentimentos abolicionistas e que portanto não dão a escravos

o preço pelo qual ainda eles se vendem entre nós”⁴⁰³. Mesmo assim, o arbitramento podia resultar em quantias mais altas do que a expectativa primeira dos cativos. Foi o que se deu com João, que não teve escapatória: acabou pagando mais do que queria.

Diante dessas informações, pode ser que, acostumados a médias muito inferiores durante as décadas precedentes, para os escravos fosse incompreensível ou inadmissível o fato de custarem cada vez mais caro, mesmo quando mais idosos, o que seguramente poderia explicar as frequentes acusações de cobrança de valores “exorbitantes” por parte dos senhores e a própria iniciativa de buscar a justiça contra eles. Isso deve ter sido particularmente verdade para os mais antigos (de longe, a categoria de maior engajamento nessa espécie de ação de liberdade) visto que, segundo Florentino, nesse ponto acompanhando K. Mattoso, a valorização da década de 1840 significou “a redefinição do que se considerava o preço mais justo” da liberdade, girando agora não em torno da quantia pela qual o escravo fora comprado pelo senhor (parâmetro oficioso que funcionara até ali como uma espécie de acordo tácito), mas daquela que valia no mercado no instante em que senhor e escravo acordavam a alforria⁴⁰⁴. O que era uma experiência nova e potencialmente frustrante para quem havia iniciado a juntar pataca por pataca ainda sob a vigência dos antigos parâmetros valorativos, cultivando seguramente alguma expectativa sobre o montante necessário a alcançar. Sendo, nas projeções desses senhores, uma “mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria”⁴⁰⁵, os cativos parecem ter-se insurgido pelos meios que encontraram contra a posição que passaram a ser obrigados a ocupar no jogo do mercado. Não necessariamente por uma aversão intrínseca ou ideológica, é preciso registrar, a essa dimensão, mas por um obstáculo conjuntural que, naquele momento, as flutuações de valor representavam. Não era tanto o recorte proprietário da cidadania o problema dos cativos (embora pudesse sê-lo para muitos outros sujeitos históricos), já que muitos deles conseguiram tornar-se homens e mulheres de algumas posses, mesmo de outros escravos, depois de livres, mas o fato de os senhores buscarem manipular o mercado em seu favor. Aqui é indispensável reproduzirmos o alerta enunciado por K. Grinberg:

Afinal, não podemos esquecer que se aos olhos de hoje a correlação cidadania-propriedade tem um significado fundamentalmente restritivo, no início do século

⁴⁰³ MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis...*, p. 288.

⁴⁰⁴ FLORENTINO, M. *Sobre crioulos...*, p. 344.

⁴⁰⁵ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, p. 28.

XIX ela significava exatamente o contrário, tendo por isso mesmo sido conceituada como sendo o caráter revolucionário do capitalismo.⁴⁰⁶

Um capitalismo que, diga-se de passagem, ainda estava longe de ser implementado de fio a pavio, mesmo no final do oitocentos. O espaço simbólico do “mercado”, nesse contexto de escassez de braços, moldou assim um prisma para o qual convergiam aspirações contraditórias entre si: era de onde os senhores poderiam extrair com alguma segurança ainda um sobrevalor de seus investimentos pretéritos, mas também era a teia de relações extra-senhoriais que os cativos esperavam tecer para angariar seu próprio pecúlio, o cartão de visitas de uma liberdade futura. Se esta hipótese é plausível, como pensamos, então os argumentos empregados pelos curadores nas ações de arbitramento não apenas expressam um uso retórico de determinados elementos do discurso humanista, mas estão de fato permeados das concepções escravas sobre o que seria o “preço razoável”, num critério de justiça que ia na contra-mão dos abusos comerciais então praticados e afinava-se com o estabelecido na própria Lei de 1871 e seu Regulamento, que levavam mais em conta a capacidade produtiva do escravo do que as demandas especulativas sobre ele. Nessa perspectiva, os embates travados no foro de Curitiba, como alhures, ganham um significado político muito mais abrangente do que o de meras picuinhas financeiras: tratava-se de uma oposição entre dois princípios divergentes de justiça distributiva e, quando a avareza dos senhores não deixava nenhuma margem de negociação para os cativos (acostumados já à incidência de fatores outros que a simples replicação do mercado nas barganhas da liberdade), estes já não precisavam baixar a cabeça, podiam procurar uma avaliação que entendessem mais compatível com o que eles mesmos *acreditavam* valer.

3.2. À procura do “preço razoável”

Essa crença peculiar (e pecuniária) não é suposição, ela emana das fontes, com todo cuidado que é preciso ter ao indagá-las, particularmente, conhecendo a parcialidade intrínseca às petições. Obviamente, em praticamente todos os casos estamos falando de concepções escravas que já chegavam *mediatizadas* no momento da produção de documentos escritos (embora mais adiante apresentemos algumas ocasiões intrigantes em que cativos peticionaram de próprio punho). Era através dos letrados

⁴⁰⁶ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 118.

somente que suas histórias de vida tornavam-se argumentações organizadas segundo a lógica do direito, o que, para o historiador que busca indícios sobre a *consciência jurídica* das camadas populares, impõe uma dificuldade. Acreditamos, contudo, que a barreira da escrita não é de todo intransponível, sendo possível verificar, essencialmente pela forma da redação e pelo papel desempenhado pelos letrados no âmbito do processo, diferentes *graus de adesão* ou de *engajamento* dos atores intermediários e, por vezes, mesmo divergência entre os escravos e seus mediadores judiciais. Bem acentua Ginzburg a existência de processos judiciais (como os da inquisição friuliana) que podem ser lidos como “textos dialógicos” ou “polifônicos”, na acepção bakhtiniana, embora a maioria deles seja produto do reflexo, do eco do poder em sua ânsia modelar:

Esses processos não parecem apenas repetitivos mas igualmente *monológicos* (para usar um termo favorito de Bakhtin) no sentido de que as respostas dos réus eram muito freqüentemente apenas um eco das perguntas dos inquisidores. Mas, em alguns casos excepcionais, nós temos um real diálogo: podemos ouvir vozes distintas, podemos detectar um choque entre vozes diferentes, até conflitantes⁴⁰⁷

Subsiste, nesse sentido, espaço para o confronto subentendido de vozes, para os desníveis culturais, para as sucessivas camadas de sentido dos textos notariais e judiciários. Deveras, não é o convencimento, nem a identificação intelectual ou emocional entre escravos e curadores que, sozinhos, são capazes de fazer com que um dos níveis de cultura jurídica se converta em modelar para o outro. É o poder que faz com que um discurso se sobreponha a outro, o poder simbólico detido pelos mediadores. Portanto, a permeabilidade das fontes jurídicas à cultura escrava (em geral de tradição oral) é inversamente proporcional à distância social e ideológica entre os cativos e seus produtores. Quanto mais “popular” o operador do direito, mais “popular” a operação. Exemplifiquemos: é bastante distinta a natureza da atuação forense de um curador, de um escrivão, das testemunhas, do juiz, das partes, dos oficiais de justiça, etc. Não obstante, todos eles produzem, aqui e acolá, registros que podem ser utilizados para recuperar essa dimensão da *atitude escrava*. Em Curitiba, ainda, não era raro que os próprios negros viessem (espontaneamente?) até o juízo apresentar seus casos, quando eram recebidos por um solicitador *do foro* (e não um curador seu, portanto, de quem desde logo poderíamos desconfiar de parcialidade), responsável por elaborar a primeira

⁴⁰⁷ GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como antropólogo*. In: Revista Brasileira de História, v. 1: n. 21. São Paulo, set. 90/fev. 91, p. 14.

petição que daria início à causa. Somente mais tarde, no âmbito do processo em trâmite, é que lhes seria nomeado um defensor particular, desaparecendo aquela figura primeva.

Mas quem exatamente eram esses solicitadores e como chegavam a exercer suas funções? Certo não se tratavam de bacharéis formados nas faculdades jurídicas do Império, esse é um corte nítido no tratamento dado pelas fontes a essas duas categorias distintas de operadores do direito. Antes, eram os solicitadores indivíduos letrados que, em determinados momentos – e seguindo procedimentos que ainda não temos condição de generalizar – eram autorizados a atuar junto às instâncias locais como advogados autônomos ou funcionários a serviço do foro. É o que se depreende das etapas cumpridas por um deles, contemporâneo de Hypólito e Joana, de nome Joaquim Virgolino Gomes Barbosa. No ano de 1885, já “achando-se habilitado para exercer o lugar de solicitador no fôro do termo” da Vila de São José dos Pinhais desde 1873, ele peticionou ao juiz municipal, Silveira da Motta Júnior, com a intenção de que fosse submetido a exame para comprovar tais capacidades e rogando “provisão para solicitar no fôro da Capital pelo prazo de três annos”⁴⁰⁸. Passados dois dias, deram cabo da tarefa os “doutores” Generoso Marques dos Santos e Bento Fernandes de Barros, os quais, após formularem diversas perguntas, julgaram afinal “que o examinando possui as habilitações sufficientes para exercer officio de solicitador”. O juiz também se deu por satisfeito e chancelou na mesma semana a opinião dos examinadores.

A capital, de fato, dispunha de poucos profissionais dedicados ao patrocínio das causas de populares, como narra Douglas da Veiga Nascimento:

Para os moradores que não tinham condições de contratar um advogado e sequer sabiam ler e escrever, a melhor opção era contratar os serviços de um solicitador. Esses personagens eram procuradores simples, sem formação em direito, mas que concorriam do mesmo modo com os advogados. Curitiba contava com alguns solicitadores, por volta de três, que foram muito atuantes, até mais do que boa parte dos advogados. Um deles era Joaquim José Pedrosa, o irmão mais novo do bacharel João José Pedrosa. Além dele, também exerceu ininterruptamente a profissão José Corrêa Lisboa, o mais atuante deles. Em geral, os moradores os procuravam e eles produziam uma petição bastante simples. Eles atendiam principalmente a trabalhadores do rocio e moradores mais pobres do centro urbano.⁴⁰⁹

O papel de sujeitos como Virgolino Barbosa, José Correa Lisboa e Joaquim José Pedrosa (os dois últimos frequentes curadores) tem sido negligenciado pela

⁴⁰⁸ Autos de Exame Joaquim Vergolino Gomes Barbosa (Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7165, Cx. 274).

⁴⁰⁹ NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 112.

historiografia jurídica, apesar das importantes reflexões que nos permitem arquitetar. A primeira delas diz respeito a uma certa permanência da figura do *jurista praxista*⁴¹⁰, mesmo nos albores de uma cultura jurídica em vias de modernização, como a do final do século XIX. A segunda delas informa sobre a clivagem (e, em certa medida, a hierarquia), presente no cotidiano da vida forense, entre esse grupo de praxistas e os advogados bacharelados, abrindo um horizonte de complexidade no interior da própria cultura jurídica letrada. O fato de que cabia a estes sabatinar o ingresso daqueles no universo judiciário (fosse pelo papel seletivo dos examinadores, fosse pela palavra final a cargo do juiz municipal, em geral, outro bacharel) aponta para uma centralização de cunho corporativo desse mercado profissional, visto que, na primeira metade do oitocentos, ao contrário, esse poder parecia depositar-se nas mãos da própria Câmara de Curitiba. Tal estratificação atravessa as fontes processuais, nas quais verifica-se inclusive uma maior proximidade social e um grau mais ativo de interação entre segmentos populares e solicitadores. Nas ações analisadas, não encontramos nenhum senhor de escravos que a eles recorresse para sua defesa, mas diversos cativos que, como Joana e Hypólito, o fizeram. Além do valor mais acessível dos próprios honorários, pode-se atribuir essa configuração ao nível de prestígio social de cada parte envolvida na demanda, que de alguma maneira também espelhava o nível de formação de seu procurador. E, possivelmente, a uma propensão que era também cultural e, na esteira da tese de José Murilo de Carvalho, viabilizava uma coesão das elites por meio da formação, o que reservaria tanto aos advogados “leigos” quanto aos africanos e seus

⁴¹⁰ Juristas praxistas podem ser entendidos como aqueles operadores do direito que, em geral sem formação acadêmica, eram detentores, contudo, de um saber de natureza antes *técnica*, *empirista*, do que *científica*, *sistemática*, ainda que se enquadrem no perfil também alguns doutrinadores ditos “manualistas”, em detrimento dos arroubos “teóricos” de seus congêneres. Paolo Grossi tem sustentado que esses sujeitos e seus arranjos caracterizavam a realidade da *experiência jurídica medieval, pré-moderna*, muito mais do que os grandes luminares do pensamento. Antônio Manuel Hespanha enfoca a “luta pelo poder de dizer o direito” no contexto português oitocentista, ponderando as divergências de atitude entre juristas “acadêmicos que cultivavam a doutrina dos princípios e do sistema” e juristas “pragmáticos, colhendo das várias fontes disponíveis construções dogmáticas ‘locais’” (HESPANHA, A. M. *Um poder um pouco mais que simbólico: juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito*. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, Ailton Cerqueira Leira. (orgs.) *História do direito em perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 181). No século XIX, no Brasil, Augusto Teixeira de Freitas é comumente considerado como representante desta segunda classe. Ele não deixou de lastimar o estado confuso do direito seu contemporâneo, especialmente na esfera civil, ainda atrelada às arcaicas Ordenações Filipinas e sob o arbítrio da Lei da Boa Razão, de que os “praxistas” tiravam largo proveito: “*tudo ocorreu para os Juristas carregassem suas obras de materiaes estranhos, ultrapassando mesmo as raías dos casos omissos. As cousas tem chegado a tal ponto, que menos se conhece e estuda o nosso Direito pelas Leis que o constituem, do que pelos Praxistas que as invadirão.*” (TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Introdução*. In: TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das leis Civis*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p.VII e VIII. *Apud* BARBOSA, Samuel Rodrigues. *Complexidade e meios textuais de difusão e seleção do direito civil brasileiro pré-codificação*. In: FONSECA, R. M.; SEELAENDER, A. C. L. Idem, p. 365).

descendentes um lugar fora da “ilha” dos bacharéis⁴¹¹, guardadas as devidas proporções, obviamente. Nessa ordem, às elites políticas e econômicas estava assegurada a defesa pela elites do conhecimento. Escravos também puderam aproveitar-se do saber de juristas renomados, é claro, mas em geral por meio da nomeação de um curador *ad litem* e não como fruto de um trato que antecederesse à esfera judicial. Ainda, em contraste com estudos desenvolvidos em cidades como São Paulo, Campinas, Salvador ou Rio de Janeiro, é lícito inferir que solicitadores como Virgolino Barbosa tiveram um peso consideravelmente maior em localidades periféricas na geopolítica imperial que, em nosso caso, ainda não se encontravam saturadas de doutores. Assim se passou com Margarida africana, em 1880. A inicial do processo por ela aberto foi redigida “a seu rogo” e em garranchos indisfarçáveis por um tal Cypriano Manoel:

Diz Margarida, escrava africana pertencente á Fernando José de Siqueira, que desejando obter sua liberdade mediante a indemnização de seu valor, tem para isso seu senhor exigido uma quantia exorbitante que está acima de suas forças, por ser a supllte. de uma idade superior a cinqüenta e cinco annos e alem disso muito doentia; e como se recuze o mesmo seu Senhor, receber a quantia de trezentos mil reis, preço porque a suppe. julga ser bastante para a compra de sua liberdade (...) (grifos nossos)⁴¹²

Dáí em diante a forma é convencional e extremamente monótona. O que importa destacar na peça são os sinais de uma postura que não é exatamente a de quem produziu a fonte. A opinião de que os 600 mil-réis estabelecidos por Siqueira eram “uma quantia exorbitante que está acima de suas forças” parece muito pessoal, o que se confirma com a terceira pessoa empregada por Cypriano na passagem “preço porque a suppe. julga ser bastante para a compra de sua liberdade”. Era a própria africana, em suma, quem considerava totalmente despropositado aquele preço, acreditando (sabe-se lá com que critérios) valer bem menos que isso. No final das contas (literalmente), ela acabaria tendo razão: seus avaliadores chegaram a uma cifra de 350 mil-réis. Pelos autos, Cypriano Manoel não demonstrava ter nem a técnica, nem a ortografia, muito menos a caligrafia de um bacharel. Não devia passar de um solicitador a serviço do foro, contentando-se em reportar aquilo que, oralmente, Margarida vinha narrar-lhe e pedir-lhe. A maneira como o espírito desses escravos era “insuflada” para tirar tais conclusões, é uma outra história, para a qual circulavam versões dissonantes. É

⁴¹¹ Foi cunhada por José Murilo de Carvalho a metáfora de que a elite do Império seria uma “ilha de letrados” num mar de analfabetos (CARVALHO, J. M. Op. cit., p. 55).

⁴¹² Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR PB 045 PI 7745, Cx. 295.

improvável que, no caso de Margarida, estivessem em ação as tais “commanditas clandestinas” ou os “sedutores” demonizados por Teixeira Jr., visto que Cypriano, depois de sua entrada nada triunfal, desapareceu por completo de cena. A não ser que deliremos com a montagem de um amplo esquema, do qual também participariam os magistrados, ao nomear determinados curadores. Teorias da conspiração abolicionistas não fazem parte das interpretações prudentes que estamos autorizados a fazer, no estado atual das provas disponíveis e à luz do marco metodológico que adotamos. Mas se havia negócios escusos envolvendo o pecúlio escravo, havia também empresas legalmente constituídas nesse *métier*. A “Fraternidade Brasileira” era uma companhia de benefícios mútuos para isenção de serviço militar, seguro de capitais empregados em escravos, e de formação de pecúlio dos escravos para sua liberdade. Na década de 1870, enquanto os juristas perdiam o sono com a questão, ela anunciava abertamente seus préstimos na imprensa paranaense⁴¹³. Seu público só podia ser...os cativos! Destarte, seria distorcer esses dados negar o *protagonismo escravo* que transparece das fontes em alguns episódios, coisa que já houve quem fizesse, por uma aceitação acrítica do discurso das elites do período, fadado à fetichização do negro. Nem sempre, é o que pudemos concluir, houve uma vanguarda de intelectuais ou de letrados à frente de escravos passivos nesses processos (os judiciais como os sociais). Insistimos ser mais profícuo enxergar aí indícios claros de *circularidade cultural* que, na politização do cotidiano permanentemente conflitivo dos cativos, abarcava inclusive algumas *experiências jurídicas* a que tinham acesso, mesmo quando não organizadas num sistema, não expressas como *pensamento jurídico* em sentido formal, dogmático, estrito.

Igual suspeita não saía da cabeça de José Xavier Mattoso, morador na Borda do Campo, rocio da cidade, quando, seis anos depois, seu escravo Silvério ofereceu o montante de 300 mil-réis que achava “sufficiente para sua liberdade, o qual exhibi, visto ser doentio e ter um braço quebrado”⁴¹⁴. Novamente, a petição inicial fora escrita por um desconhecido Manoel Fernandes dos Santos, de quem não teríamos mais notícia. Mas aqui há uma pista complementar: o depósito provisório indispensável, desta feita, foi realizado na Tesouraria da Província em nome do “escrivão interino Custódio Justino Chagas”. Quando o escravo já chegava com um curador, era ele que se encarregava desse expediente, como vimos. Silvério, ao contrário – não sabemos por que percurso – viera por si mesmo procurar a justiça, levando nos bolsos suas

⁴¹³ Dezenove de Dezembro, 7 de dezembro de 1876, p. 4.

⁴¹⁴ Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8279, Cx. 318.

economias. Escandalizado com esse proceder, Mattoso lembrava ao juiz Sizenando de Sá Ribas que Silvério fora, há pouco, avaliado por mais de 600 mil-réis no inventário de certo Bento Alves, exigindo a perícia médica do escravo⁴¹⁵. Este foi, dentre todas as dez ações de liberdade por arbitramento, o único caso em que nos deparamos com essa requisição, o que não devia ser menos inusitado para seus contemporâneos. Confirmava, assim, pela exceção, o padrão determinado por S. Chalhoub. O pedido foi objeto de troca de farpas entre Tertuliano Teixeira de Freitas, advogado do senhor, e – novamente – Joaquim José Pedrosa, curador que fora nomeado a Silvério, o qual, após declarar que “o valor dado pelo senhor de seo curatelado era exagerado attento á condição do mesmo escravo, e por isso deixava de entrar em accordo a respeito”, desqualificou a perícia como medida protelatória, “tendo por fim apenas interromper a avaliação (...) ficando salvo a seo curatelado requere-lo se entender necessário”. Na audiência de 16 de outubro, em tom de revolta, o advogado de Mattoso respondeu “que lhe parece *sui generis* a impugnação posta ao pedido de exame medico anterior a avaliação e para servir de base á esta visto que (...) deo a entender que o exame medico só poderia ser requerido pelo escravo”. Alegava que a prova devia servir para a instrução do juízo e que o senhor, “*não podendo se opor à liberdade, mas tão somente ao preço*”, exigia que este fosse ao menos “regular”. Tanto bradou que, enfim, foram indicados os Drs. Trajano Reis e Victor Ferreira do Amaral para peritos, constatando que Silvério sofria, sim, de “nevrose no coração” e “deformidade no pulso de luxação antiga não tratada”. Baseando-se nesse laudo, os avaliadores (louvados à revelia do réu que, por alguma razão, não compareceu na data agendada) arbitraram em 100 mil-réis o valor do escravo e em menos de um mês a causa estava encerrada. Silvério, para surpresa tanto de seu curador como de seu senhor, neste caso, ainda pôde levantar a diferença de 200 mil-réis que havia depositado e não começou do zero sua vida de homem livre. A José Xavier Mattoso, por sua vez, restou amargar o prejuízo de sua rabugice e ainda arcar com os 28:800 mil-réis das custas do processo, em que foi condenado.

⁴¹⁵ Durante a década de 1870, ao menos, havia sólida doutrina da Relação da Corte e do Supremo Tribunal de Justiça no sentido de que “*não cabe requerer arbitramento para liberdade ao escravo, cujo valor já foi dado em inventário*”, como ficou consignado na decisão da Revista Cível n. 8861, de 1875 (*O Direito*, v. 10, maio/ago. 1876, p. 453-455). O senhor e seu advogado talvez partissem desse pressuposto para a comparação entre os preços, embora ele a essa altura já não se mostrasse tão terminante: o mesmo STJ relativizaria sua posição, em dezembro de 1879: “*O valor ao escravo, no inventario, não prevalece para excluir o arbitramento que elle promove para libertar-se, se o inventario já tiver sido julgado por sentença, embora desta se haja appellado*” (*O Direito*, v. 21, jan./abril 1880, p. 77). Devia ser em precedentes como este, ainda que não articulados expressa ou conscientemente, que o escravo e seu curador, por sua vez, apoiavam sua defesa.

É certo que é preciso ponderar o decurso de tantos anos: em meados da década de 1880, as coisas já haviam se tornado muito mais fáceis para os escravos. O caminho da liberdade fora pacientemente pavimentado por curadores, curatelados e magistrados nesse interregno, a ponto de permitir uma inversão de papéis: se em 1874 eram os senhores que se recusavam a conciliar, em 1886 são os curadores que “deixavam de entrar em *accordo* a respeito”. Cada vez mais acuados, aqueles já não podiam mais, segundo admitia Tertuliano Teixeira de Freitas, opor-se às liberdades arbitradas em bloco ou questionar a legitimidade e a origem do *pecúlio* de Silvério, contentando-se em questionar o valor das indenizações. Além disso, a insinuação de que apenas ao escravo cabia solicitar exame de sua pessoa, embora tenha enfurecido Tertuliano, aponta para uma prática provavelmente em voga durante todo o período que abrange da Lei de 1871 à Abolição: enquanto libertandos se empenhavam para fazer cumprir os critérios de “idade, saúde e profissão”, fixados pelo Regulamento de 1872, nos arbitramentos judiciais, os senhores tinham olhos apenas para seus próprios bolsos e pelejavam para garantir montantes condizentes com o preço corrente de seus escravos. O caso de Silvério, com o surpreendente descompasso entre o resultado do arbitramento judicial e a avaliação inventarial, significa ou que os critérios levados em consideração em cada um dos procedimentos eram bastante divergentes, ou que a capacidade do escravo e seu curador de influenciar os árbitros era realmente maior no primeiro caso.

Estivessem eles de fato doentes, como diziam, ou não, o que importa é notar o emprego certo e estratégico desse conjunto de argumentos médicos e humanitários (como as “sevícias” e o “duro cativeiro” de Joana), na tentativa de produzir efeitos não apenas psicológicos, mas também jurídicos, tais como o abatimento do valor da indenização devida ao senhor. A denúncia (real ou fictícia) do mau cativeiro estava parcialmente assentada numa tradição jurídica que se originara nas Cartas Régias do final do século XVII, fora reforçada pelo humanitarismo da ilustração portuguesa do século XVIII e pelas eventuais intervenções do próprio Imperador, com atos de misericórdia performática em favor dos escravos. Tais demonstrações espetaculares de poder régio, se continuaram fazendo parte da equação do poder simbólico de monarcas como D. Pedro II e mesmo da Princesa Regente, foram sendo progressivamente desativadas, tornando-se de menor relevo no quadro geral das lutas jurídicas pela liberdade. Isso não se deve apenas ao vagaroso solapamento do próprio Poder Moderador e sua legitimidade, mas a uma transição no modelo de governança estatal. Se o ordenamento jurídico pré-moderno estava alicerçado como um todo na “economia

da graça”, onde o Imperador ocupa o lugar de fonte de justiça, esse recurso foi considerado mais e mais obsoleto diante da centralização da dispensa da justiça nas mãos da magistratura e da substituição das fontes tradicionais pela autoridade da lei. A imagem do “império do rei” acha-se em crise, ameaça de ser substituída por um “império da lei”, que a República buscará desesperada e fracassadamente, nos seus primeiros anos, inaugurar⁴¹⁶. Seria prematuro enxergar já nas décadas de 1870 e 1880 um positivismo jurídico a todo vapor, mas a transição experimentada está indubitavelmente associada ao vigor que o discurso e o imaginário *legalistas* vão ganhando no seio da cultura jurídica do período. A normatividade gestada no Antigo Regime podia estar na boca dos curadores de escravos, mas era agora acionada sob um contexto e uma lógica jurídica muito distintos.

Parte dessa constelação de regras determinava a proteção penal do cativo em face de abusos nos castigos aplicados por senhores e o direito do escravo de recorrer à justiça para ser vendido (por vezes, até para si mesmo) por seu proprietário quando maltratado em demasia. Nos auditórios do foro de Curitiba essa tradição não era desconhecida, como prova Spiller Pena. No mesmo ano em que o já citado Aviso do Ministério dos Negócios da Justiça (1852) vinha reiterar que “o fato das sevícias dará aos escravos o direito de intentarem contra os senhores a ação que lhes compete a fim de obrigá-los a que os vendam”, o negro Gonçalo pôs em prática a teoria e, por libelo cível, ganhou o direito de comprar os “serviços restantes” que deveria prestar a seu velho senhor pelos anos que este ainda deveria viver, arbitrados pelos louvados no valor de 200 mil-réis. Isso, duas décadas antes da normatização dos arbitramentos judiciais⁴¹⁷. É nítido, portanto, pela constância da menção às “sevícias” sofridas por eles, que na cabeça dos escravos e seus curadores (e possivelmente na de alguns juízes), era legítimo

⁴¹⁶ Em parte devido à aura mística, devocional que cercava o monarca. Lilia Schwarcz comenta que “transcendendo a figura humana do rei, as representações simbólicas do poder imperial evocavam elementos de ‘longa duração’ que associavam o soberano à ideia de justiça, ordem, paz e equilíbrio (...) Talvez seja essa a razão da pouca legitimidade inicial dos símbolos republicanos, em um país ainda atrelado à eficácia e à inserção alargada dos emblemas da realza” (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18-19). Parte da eficácia simbólica imperial atingia, seguramente, os negros, aguçada por anos no imaginário popular, por pronunciamentos, fofocas e pela intervenção da graça. O abolicionista José do Patrocínio por exemplo, em 28 de setembro de 1888, fundaria, no Rio de Janeiro, uma *Guarda Negra*, agrupamento paramilitar com o objetivo de dissolver comícios e manifestações republicanas, demonstrando o reconhecimento dos ex-escravos à Princesa Isabel e à Monarquia, e que chegou a travar lutas de rua com defensores do fim do Império (MOURA, C Op. cit., p. 181). No Paraná, não faltaram vozes exaltando o imperador nessa questão, como o artigo reproduzido no “noticiário” de 30 de outubro de 1875, do *Dezenove de Dezembro* que considerava que “seus esforços têm sido não só tornar seu povo exclusivamente livre mas ainda de o tornar digno de liberdade” e que D. Pedro II “aboliu a escravidão sem destruir o sistema de trabalho, auxiliou o progresso sem ceder às exigências da licença”.

⁴¹⁷ PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 233-234.

estabelecer um analogia com aquelas disposições centenárias do direito português para aumentar a força argumentativa dos novos dispositivos da Lei de 1871, construindo uma assimilação entre a matriz jurídica colonial e o universo todo distinto de uma nascente cultura jurídica (também política e moral) da liberdade no entardecer do Império.

A circularidade ou a difusão dessa cultura jurídica pode ser comprovada pelas artimanhas do pardo Ermelino e seus curadores, quarenta anos depois de Gonçalves. Apresentando-se no dia 20 de setembro de 1882 no juízo municipal do termo com a importância de 700 mil-réis e “reputando-a suficiente para a indenização de seu valor”, Ermelino teve a sorte de receber o Dr. Vicente Machado da Silva Lima como curador. Na única causa de liberdade em que pudemos encontrá-lo atuando, o Dr. Vicente Machado investiu pesado para assegurar que o jovem⁴¹⁸ escravo de José Ferreira Ribas fosse libertado pelo menor preço possível. Invocando os critérios da “idade, saúde e profissão” e identificando um dos avaliadores como padrinho do réu, foi capaz de anular o primeiro arbitramento de nada módicos 1:200 mil-réis (um conto e duzentos mil réis era o equivalente a nove meses de vencimentos de um promotor público paranaense, no mesmo período⁴¹⁹). Nesse ponto, o bacharel jogou bem com as cartas que tinha na manga: deixou de questionar essa circunstância no momento da louvação dos árbitros – que seria, nos termos do supracitado Regulamento 737 de 25 de Novembro de 1850⁴²⁰, a audiência – sondando qual seria o seu resultado. Pagou para ver, mas não para valer. Como a avaliação lhe foi extremamente desfavorável, lançou mão da suspeição por amizade íntima entre o avaliador e o réu. Cedo afastado da causa pelo juiz municipal suplente, Antônio Martins Franco, o curador foi substituído pelo Dr.

⁴¹⁸ Supomos que fosse escravo em pleno vigor físico, pela ausência de indicação da idade nas petições do curador (a idade era citada apenas quando vantajosa para diminuir o valor das avaliações), pelos valores comparativamente altos por ele oferecidos, os maiores dentre todas as demandas de arbitramento localizadas, especialmente no contexto da década de 1880.

⁴¹⁹ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª. sessão da 15. legislatura ao dia 1º. de Outubro de 1882 pelo Presidente da Província o exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882.

⁴²⁰ “Art. 192. A louvação será feita na audiência aprazada, nomeando cada uma das partes os seus arbitradores em numero igual. Este numero será marcado pelo Juiz, salvo se as partes accordarem em um só.

Art. 193. Na mesma audiência nomearão as partes o terceiro arbitrador, e, se não accordarem, será a nomeação feita pelo Juiz d'entre as pessoas propostas por ellas em numero igual. No caso de revelia de alguma das partei, a nomeação do terceiro se fará em dependencia de proposta.

Art. 195. No mesmo acto e audiencia, depois da louvação das partes ou nomeação do Juiz, podem as mesmas partes averbar de suspeito o arbitrador ou arbitradores, louvados ou nomeados. A suspeição só póde fundar-se nos motivos declarados no art. 86.

(...)

Art. 196. O Juiz na mesma audiencia ou até a seguinte tomará conhecimento verbal e summario da questão, reduzindo a termo a suspeição, interrogatorios, inquirição e demais diligencias a que proceder, e a sua decisão, da qual não haverá recurso”.

Euclides Francisco de Moura, que continuou na empreitada, logrando desta vez invalidar não só mais um caro arbitramento, mas todo o processo *ab initio*, em agravo ao juiz de direito, ainda Ermelino de Leão. Isso porque o atabalhado Martins Franco simplesmente havia retido consigo o pecúlio de Ermelino todo esse tempo! O Dr. Euclides teve de recorrer igualmente ao Poder Executivo para fazer frente ao procedimento irregular do Judiciário: em 12 de março de 1883, oficiou Carlos Augusto de Carvalho, presidente da província, sobre o malfeito, diante do que o juiz segundo suplente teve de agilizar-se para atender ao pedido no dia seguinte⁴²¹. O reboião foi tamanho que, provavelmente frustrado e já prevendo o rumo periclitante que a demanda tomava, o senhor de Ermelino (o cativo) acabou aceitando, em março do ano seguinte, o valor já depositado pelo escravo, que, acrescido de juros não chegava a 720 mil-réis. Sabe-se lá quantos meses mais de prejuízo teria, caso insistisse em se digladiar com aqueles perspicazes advogados, no picadeiro de seu próprio circo⁴²².

Essa breve descrição basta para confirmar que o tempo era outro fator de extrema relevância nos cálculos dos envolvidos em ações de liberdade, de modo que o “acordo” afinal forjado entre Ermelino e seu senhor não pode ser lido como a expressão de um consenso engajado de ambas as partes. Só com dificuldade podemos imaginar que, terminado tamanho imbróglio – no qual certamente o próprio pardo deve ter tido mais do que um dedo –, ex-escravo e ex-senhor mantivessem relações amistosas. Ao contrário, é mais razoável supor que, na esteira do que Joseli Nunes Mendonça sintetizou para os arbitramentos da década de 1880 em Campinas, essa tivesse sido mais uma situação em que “as contendas em torno do preço da alforria podem ter tido como decorrência tornar absolutamente impraticável a continuidade de qualquer relação de atrelamento pessoal na situação de liberdade”⁴²³. As histórias colhidas em meio às ações de liberdade por indenização do termo de Curitiba, ademais, corroboram a conclusão da autora sobre o tremendo impacto das derrotas impostas aos senhores, que, numa outra escala, responderiam a essas afrontas, ou “arbitrariedades”, com a medida embutida na Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885: o tabelamento dos preços de escravos para alforria, com base em distinções de sexo e idade. A “perturbação do domínio” senhorial avançou tanto nos anos que circundaram essa Lei – como demonstram os casos de Ermelino,

⁴²¹ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0684, v. 5, pp. 63 e 107-109.

⁴²² Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7906, Cx. 302.

⁴²³ MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis...*, p. 273.

antes e Silvério, depois dela – que aceitar uma tabela de preços de liberdades era algo visto como “um mal menor” perto do estrago que a judicialização ia fazendo:

As ações pelas quais os escravos tentavam adquirir a liberdade “indenizando” seus senhores abriam um campo de conflitos – especialmente em relação ao preço a ser pago – que colocava aos senhores a necessidade de tentar fazer valer sua vontade, vendo-a limitada pela ação e pela deliberação das autoridades judiciárias, dos médicos que poderiam ser chamados para avaliar a condição física de seus escravos, de avaliadores que determinariam o preço a ser pago (...) ainda mais que, em muitas situações, os escravos podiam impor suas próprias expectativas em relação ao preço a ser pago (...) Assim, a medida que fixou os preços das alforrias pode ser percebida como uma tentativa de reformulação do próprio quadro legal que, no que tocava aos processos de arbitramento, vinha mostrando ser extremamente pernicioso para os senhores.⁴²⁴

Essa opinião é corroborada pelo próprio art. 2º, §6º da lei, que deixava claro, com todas as letras, que “*as libertações pelo pecúlio serão concedidas em vista das certidões do valor do escravo, apurado na fôrma do art. 1º, §3º*”⁴²⁵. Vale ressaltar, no entanto, que o enraizamento da prática forense do arbitramento (reflexo da arbitrariedade judicial, na visão dos senhores) era tanto, que, mais de um ano após a entrada em vigor das novas disposições, o caso de Silvério continuaria a ser encaminhado pela fórmula legalmente abolida da avaliação, não havendo nele qualquer menção à Lei n. 3.270 ou ao tabelamento de preços. Algum aumento de rigor quanto a esses procedimentos talvez possa ser lido na exigência que, desta vez, teve de ser cumprida para se fazer examinar o escravo por especialistas. Doenças, mesmo crônicas, não eram variáveis aferidas pela nova legislação, possivelmente porque os seus criadores sabiam da capacidade de manipulação que sobre elas tinham escravos e seus curadores nos arbitramentos. Não conhecemos como foi a recepção dessas regras em Curitiba, porque, de qualquer forma, o senhor de Silvério não apresentou nenhuma “certidão de valor” emitida na nova matrícula (talvez tivesse se esquecido dele, ou se

⁴²⁴ MENDONÇA, J. M. N. Idem, p. 313.

⁴²⁵ “Art. 1º Proceder-se-á em todo o Império a nova matrícula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, se for conhecida, ocupação ou serviço em que for empregado idade e valor calculado conforme a tabela do §3º.

(...)

§3º o valor a que se refere o art. 1º será declarado pelo senhor do escravo, não excedendo o máximo regulado pela idade do matriculando conforme a seguinte tabela:

Escravos menores de 30 anos	900\$000;
" de 30 a 40 "	800\$000;
" de 40 a 50 "	600\$000;
" de 50 a 55 "	400\$000;
" de 55 a 60 "	200\$000;

§4º O valor dos indivíduos do sexo feminino se regulará do mesmo modo, fazendo-se, porém, O abatimento de 25% sobre os preços acima desta.”

recusado a fazê-la), que lhe poderia render melhores frutos. Tampouco se lembrou Tertuliano Teixeira de Freitas de invocar a Lei Saraiva-Cotgipe e suas disposições. No entanto, Joaquim José Pedrosa, experimentado curador de escravos em causas dessa natureza, encontrou uma maneira bastante peculiar de expressar sua desaprovação (pois é difícil supor que as desconhecesse) por essas novas regras: ingressou com a ação de Silvério no dia 29 de setembro de 1886, celebrando o primeiro ano de vigência da Lei (28 de setembro) com uma demonstração de menoscabo para com ela, e de uma firme adesão à Lei de 1871 (ou ao quadro jurídico favorável pintado ao longo dos últimos anos com tintas de progresso para a cultura da liberdade, a que ela servia de moldura), que, aliás, aniversariava no mesmo dia. Desmerecia, portanto, a falsa relação de parentesco que o Parlamento havia buscado imprimir a elas, no calendário.

É provável que Joaquim Pedrosa tivesse conhecimento das inúmeras críticas dos abolicionistas ao Projeto Saraiva, considerado por muitos deles como uma “capitulação escravista”⁴²⁶, o qual, confeccionado após a queda do gabinete Dantas, elevava sensivelmente os valores dos escravos no tabelamento oficial, em relação a seu antecessor, ignorando a tendência nacional declinante dos preços⁴²⁷. Esse novo dispositivo foi entendido como uma garantia excessiva à propriedade escravista e um perigoso sedativo ao emancipacionismo que ganhava corpo e volume nas províncias:

O Senador Otoni previu um fim para todo o movimento de libertação até o governo pagar aos proprietários aquilo que garantira. (...) Os preços criados pelo projeto eram tão elevados, disse Nabuco, que os escravos, em muitos lugares, deixariam de ser libertados aos preços correntes. Onde, perguntou Pedro Salgado, do Rio Grande do Sul, é que os escravos valiam 900\$000, exceto no Rio de Janeiro, Minas Gerais ou São Paulo? “A lei dirá aos particulares”, comentou o Senador Escagnolle Taunay, “não liberteis mesmo nenhum escravo por 200\$000 ou 300\$000, porque o Estado vos garante 665\$000”⁴²⁸ (grifos nossos)

Aqui, portanto, a situação se invertia: quando a “lei” do mercado começou a favorecer os escravos (as médias de preço das “peças” em geral haviam despencado em torno de 30%, no Paraná, do início da década de 1870 ao final da de 1880⁴²⁹), a lei estatal veio em socorro dos escravocratas, com o intuito de estancar a sangria desatada dos seus investimentos. O que não era invisível aos olhos de seus contemporâneos. Andrade Figueira foi um dos que expressou preocupação com o fato de que, em

⁴²⁶ CONRAD, R. Op. cit., p. 270.

⁴²⁷ CONRAD, R. Idem, ibidem.

⁴²⁸ CONRAD, R. Idem, p. 274.

⁴²⁹ Cf. SANTOS, C. R. A. Op. cit., tabelas temáticas.

localidades como o Ceará e o Rio Grande do Sul, “*os preços do governo seriam injustos para os escravos com economias suficientes para comprarem sua liberdade ao preço do mercado*”⁴³⁰. Era inegável, portanto, que havia disparidades regionais importantes nessa avaliação. R. Conrad pôde observar a inquietação de outros parlamentares, ligados a diversas vertentes políticas, nesse sentido: em meio aos debates do Projeto da Lei dos Sexagenários, Prudente de Moraes declarou preferir tabelas determinadas por cada província e, na mesma linha, Delfino Cintra sugeria que os preços fossem adequados (pois somente corresponderiam à realidade do Norte), acrescentando-se 25% ao valor da tabela para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e abatendo-se o mesmo percentual em outras partes do país⁴³¹.

Onde ficava o Paraná nessa adequação? Uma rápida comparação entre a tabela de preços afixada e o levantamento organizado por C. Antunes para a província prova que, a despeito da proximidade com a demanda paulista, as avaliações dos parlamentares estavam corretas: entre 1883 e 1887, o valor médio máximo (759\$000) que um escravo podia alcançar em Curitiba era o de um homem adulto (25 a 34 anos), ocupado na lavoura, mesmo assim muito inferior ao previsto pela Lei dos Sexagenários (900\$000, até 30 anos, 800\$000, entre 30 e 40)⁴³². Uma das poucas combinações em que o preço corrente supera o do tabelamento (600\$000, entre 30 e 40 anos, com o abatimento de 25% do sexo) é para as domésticas, entre 25 e 34 anos (687\$000), e ainda assim com uma margem muito próxima pela variação da idade⁴³³.

Mesmo antes do tabelamento, os exageros vicejavam. E os agentes públicos sabiam disso: Augusto Stellfeld, vice-presidente da Câmara Municipal de Curitiba, em junho de 1884, já recebera uma circular “reservada” do presidente da província pedindo maior austeridade nas avaliações do valor dos escravos a serem alforriados pelo Fundo de Emancipação⁴³⁴. Se a respectiva Lista de Classificação de 1875 foi respeitada, a primeira cativa a ser liberta desta maneira em Curitiba (aliás a única, até 1879) teria sido Jeronyma, preta, 27 anos, casada, cozinheira, com “moralidade”, pertencente a Justina Garcia Teixeira⁴³⁵, pelo valor de 1\$300:000 (um conto e trezentos mil-réis)⁴³⁶, bastante acima da mediana traçada por Antunes para esse perfil, de 1873 a 1877 (973\$000).

⁴³⁰ CONRAD, R. Op. cit., p. 276. E continuava ponderando que, nas regiões do café, “seria o proprietário quem estaria sujeito a prejuízo”.

⁴³¹ CONRAD, R. Op. cit., Idem, ibidem.

⁴³² SANTOS, C. R. A. Op. cit., quadro n. 22.

⁴³³ SANTOS, C. R. A. Idem, quadro n. 18.

⁴³⁴ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007/ AP 0718, vol. 12, p. 58.

⁴³⁵ FCC/Casa da Memória: 308.567 / CX 613 / 1875.

Portanto, a procura pelo preço razoável não era apenas uma angústia dos senhores, visando maximizar a propriedade, ou dos escravos, com o objetivo de facilitar a liberdade. Era também um problema de Estado. Quando atuou como Procurador Fiscal da Fazenda Geral, nos idos de 1879, Generoso Marques teve de ajuizar uma ação de arbitramento contra o Tenente-Coronel Manoel Affonso Enes, senhor da escrava Constança, que, alguns anos antes, fora classificada para ser beneficiada pelo Fundo de Emancipação⁴³⁷. Contudo, Enes exigiu pela cativa (31 anos, preta, casada, com três filhos ingênuos) o valor de 1 conto de 400 mil-réis, que não foi considerado aceitável pelas autoridades. Ao final da avaliação, foi estabelecido e pago o preço de 1 conto e 200 mil-réis, que nos dá uma ideia do que era tido por “justo” naqueles anos (não aos olhos do proprietário, que foi revel no processo). Para além do senso comum historiográfico sobre a baixa eficácia quantitativa do Fundo de Emancipação, processos como este coadunam-se com a interpretação de Joseli Mendonça, caracterizando-o como “uma medida que colocava a possibilidade da liberdade fora do domínio senhorial, podendo, inclusive, estabelecer embates entre senhores e escravos”⁴³⁸.

Os senhores curitibanos, *grosso modo*, tentavam tirar proveito quanto podiam das indenizações estatais e também saíram ganhando com a nova regra do tabelamento, a qual inviabilizava essas manobras judiciais. Quando muito, nada perderam. Sabendo disso é que o mesmo R. Conrad chega a aventar tais preços proibitivos como um dos fatores de contenção do abolicionismo provincial, antes tão eficaz, no período imediatamente posterior à Lei 3.270⁴³⁹. Uma leitura convergente sobre as intencionalidades encobertas na sua gestação fez parte também das conclusões a que chegou Eduardo Spiller Pena, sob o influxo do testemunho histórico de Joaquim Nabuco. Ao retornar de seu exílio e eleger-se deputado geral por Pernambuco, o abolicionista desbaratou, na Câmara, o projeto, questionando a supressão justamente da “parte mais liberal” da Lei de 1871 pela instituição do que sentiu ser “uma tabela muito superior em preços ao valor que os escravos nelas [nas províncias] têm”:

A lei de 28 de setembro criou um sistema de arbitramento e de avaliação, sistema que apressou a abolição, mais do que qualquer outro, e que foi a mais forte arma da

⁴³⁶ PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da provincia ao Primeiro Vice-Presidente Exmo. Snr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira no dia 31 de Março de 1879*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1879, p. 82.

⁴³⁷ Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7686, Cx. 293.

⁴³⁸ MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis...*, p. 279.

⁴³⁹ CONRAD, R. Op. cit., p. 281.

propaganda abolicionista (Apoiados) (...) o que tem apressado a liberdade dos escravos, mais do que tudo, é o direito do resgate forçado (...) ⁴⁴⁰

Num dos raros elogios que Nabuco se permite fazer à Lei do Ventre Livre, é o direito ao resgate forçado que sobressai, pelos seus desdobramentos que “apesar de estarem sujeitos às ‘influências’ do judiciário, representavam um pequeno poder de barganha para os cativos”⁴⁴¹. Seria tão diminuto esse poder? Tal perspectiva de análise é tão mais promissora quanto dialoga largamente com os métodos judiciais dos abolicionistas paulistas. Ficou famosa a causa na qual Luiz Gama buscou indenizar, por nada mais nada menos que 30 mil-réis, o senhor de uma escrava. Elciene Azevedo atestou, ainda, o emprego sistemático das mesmas estratégias pela parcela que se auto-intitularia, mais tarde, “radical” do movimento, rompendo a cisão romantizada entre eles e seus antecedentes “legalistas”. Antonio Bento, muito antes de tornar-se uma de suas principais lideranças, já atacava o “preço vil da carne humana” como curador de uma escrava em ação de arbitramento de 1873 e “era ao ‘espírito do século’ e ao direito natural à liberdade que recorria na defesa da menor indenização a ser cobrada”⁴⁴².

Nos casos que integram nosso universo analítico, particularmente, esse enraizamento profundo da cultura do arbitramento pode ser interpretada como mais que uma resistência ao tabelamento dos preços em si, uma resistência também, ao nível das mentalidades, à colonização absoluta da cultura jurídica pela escrita. Isso porque tais atos judiciais eram dos poucos resquícios que então sobreviviam daqueles procedimentos fundamentalmente orais de outrora. Diferentemente das audiências e dos interrogatórios, por exemplo, as atas de arbitramentos e exames são extremamente genéricas e não albergam qualquer das palavras neles pronunciadas, deixando seu conteúdo mesmo às escuras. Registrados eram somente os valores finais, mas não o processo pelo qual neles se chegava, o que devia dificultar igualmente seu questionamento *a posteriori*. Por essa via, a manutenção da oralidade, especialmente em processos que envolviam escravos (na sua grande maioria impossibilitados de interagir com o mundo letrado), parece um dos aspectos que lhes permitia influir no resultado das avaliações, impondo suas próprias expectativas em relação ao preço a ser pago.

A forma como escravos e curadores (fossem eles bacharéis, como Euclides Francisco Moura e Vicente Machado, fossem apenas solicitadores como José Correa

⁴⁴⁰ NABUCO, J. *Discursos parlamentares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, v. 5, p. 227. *Apud* PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 327.

⁴⁴¹ PENA, E. S. *Idem*, p. 329.

⁴⁴² AZEVEDO, E. *O direito dos escravos...*, p. 187.

Lisboa e Joaquim José Pedrosa) interpretaram e manipularam todo esse ferramental, somente aos poucos absorvido pelos magistrados togados, foi essencial para a construção de uma cultura jurídica que – mesmo envolta numa série infindável de contradições e contrapesos – talvez pela primeira vez, se não pesava mais em favor da liberdade dos escravos do que da propriedade dos senhores, ao menos oferecia chances minimamente equidistantes de vitória. O *espírito do século*, quando por eles invocado, parecia atender ao chamado. Se existia “conluio”, benemerência ou uma relação negocial entre Pedrosa e seus protegidos Joana e Silvério ou entre o solicitador Lisboa e o africano Hypólito é difícil especular. Mas, certamente, alianças táticas foram pactuadas entre eles, gerando significativos impactos locais.

3.3. A liberdade da liberalidade

Entre eles, a sentença favorável do juiz Bittencourt, que – de volta aos dizeres de Fernandes de Barros, na causa de Hypólito – apesar de todos os absurdos do processo, havia homologado uma “injustiça”. Aliás, a postura do capitão é questionada de fio a pavio: “O juiz *á quó* aceitou, sem maior exame, o deposito offerecido, em despeito da verdadeira doutrina da lei, que assim foi violada”. Fazia alusão aos 300 mil-réis entregues na Tesouraria-Geral, considerados insuficientes como caução pelo senhor. Mais grave ainda, embora gozasse da prerrogativa de alterar o valor da avaliação, Joaquim José Bittencourt teria se contentado com ele⁴⁴³. Somente mediante tal ajuste

se conciliaria, de algum modo, o respeito devido ao direito de propriedade com o favor que merece a libertação (...) É isso o que está de harmonia com o *pensamento da lei*, a qual, segundo a expressão da comissão especial da Camara dos Deputados, erigiu em princípio fundamental o respeito á propriedade actual (...) (grifos nossos)

Para os senhores em litígio, conciliar o “direito de propriedade” com o “favor da libertação” era o papel primordial dos magistrados, que o juiz suplente, para seu espanto e irritação, desprezara. Lisboa não recuaria em suas posições no embate judicial. Retomando a história da chegada de Hypólito ao Brasil, afirmou ser ele natural da Costa

⁴⁴³ Neste ponto, o advogado cita, para fundamentar-ser, doutrina do Conselheiro Paulo Baptista (*Processo Civil*, §155 e §156), o Regulamento n. 737 de 25 de novembro de 1850, em seu art. 200; o Regulamento n. 5.185 de 13 de novembro de 1872; e jurisprudência da Corte: “Quem tem estabelecido essa doutrina com sua grande autoridade é o Tribunal da Relação da Corte, o qual reforma sentenças em causas como esta e arbitra o valor da alforria segundo a regra do arbítrio do varão prudente - Ordenação, livro terceiro, título 17, par 3 e 5” (grifos no original).

d'África, tendo embarcado na escuna *Andorinha* em 1835, quando já contava mais de vinte anos, e advertia, quase como uma ameaça que “*n'esta época já há muito se achava reprimido pela Inglaterra o trafico de escravos da Costa da África para o Brazil!*” O curador não chegou a informar, mas o africano devia ter desembarcado em Paranaguá, porto famoso como via de ingresso do tráfico ilegal, seguindo para Morretes, onde fora comprado por Caetano José Babau, que o revendera mais tarde a Saldanha. Por essa única razão, argumentava, seria difícil determinar a idade de Hypólito, o que em nada afetava, porém, a avaliação já realizada:

(...) e isto porque a lei é quem falla acima de tudo, cuja lei pretende o apelante tortura-la ou inoval-a a seu bel prazer, e por isso tratou de alargar-se extraordinariamente em suas razões (...) pretendendo com esse seu dezarraçado aranzel pôr termo a esses abusos praticados na Corte. Na corte é onde existe verdadeiramente os legisladores da lei de vinte oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um, e que melhor que nós sabem reconhecer o verdadeiro espírito d'ella, e tanto assim que até hoje não tem sido reformada ou derogados nenhum dos seus artigos, e nem tão pouco do Regulamento que baixou para sua execução, de maneira que ficasse a aprazimento do applenate, o qual acaba de instar que seja reformada uma sentença do juiz municipal que unicamente homologa a maioria da decisão de árbitros nomeados a aprazimento das partes. (grifos nossos)

Se para o advogado do capitão Saldanha o “pensamento da lei” de 28 de setembro 1871 tinha como “princípio fundamental” a propriedade, para o patrocinador do escravo Hypólito, seu “verdadeiro espírito” estava impresso na sua letra, letra essa que determinava o arbitramento judicial, procedimento cumprido minuciosamente. Destaca-se, porém, o ponto sobre o qual ambos os argumentos jurídicos se assentavam sem discordância: a natureza das leis de síntese e fundamento da ordem social e o papel do Poder Legislativo (fosse o senador Teixeira Júnior, para um, fossem os “legisladores da Corte”, para outros) como o “intérprete fiel” da Lei de 28 de setembro de 1871.

Tais convicções sugerem uma adesão compartilhada às teorias sobre a *vontade do legislador*⁴⁴⁴. Conhecê-la seria desvendar o próprio “espírito da lei”, sondado por ambas as partes. Mas perscrutar a lei era mais que uma arte, era uma ciência, e pensadores como o francês Jean Domat, vinham se detendo sobre a questão séculos a

⁴⁴⁴ Não podemos nos esquecer, neste quesito, da circular de 07/02/1856 do Ministro da Justiça, Joaquim Nabuco, aos presidentes de província. Nela, recomendava-se que “as decisões deveriam respeitar as regras da hermenêutica para conhecer a vontade do Legislador, e os casos que necessitassem de providências para se estabelecer direito novo, deviam ser encaminhados ao Legislativo” (KOERNER, A. Op. cit., p. 67). O aviso seria reiterado em 1882. Aliás, a ideia de que o poder que cria a lei devia desvendar seu “pensamento” dominou também a doutrina ao longo do oitocentos: “Só o poder que faz a lei é o único competente para declarar por via de autoridade ou por disposição geral obrigatória o pensamento, o preceito della” (BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857, p. 69 *Apud* SOUZA, A. P. Op. cit, p. 135).

fio. Sua obra seiscentista *Teoria da interpretação das leis* fora republicada em meados do XIX na tradução de José Homem Correa Telles e lecionava sobre este ponto ainda na tônica protomoderna. A receita mandava interpretar apenas se imprescindível, isto é, nos casos de obscuridades, lacunas ou quando, mesmo sendo claro o sentido da lei, pudesse ela conduzir a decisões distorcidas. Então, sua *vontade* devia ofuscar sua *letra*:

A evidência da injustiça, que deste sentido aparente resultaria, obriga-nos então a descobrir pela interpretação não o que a Lei diz, mas o que a Lei quer, obriga-nos também a julgar pela sua intenção, qual seja sua extensão e limites, que o seu sentido deve ter (...) ⁴⁴⁵

De boas intenções os fóruns estavam cheios e não era só por apego ao direito positivo que advogados e curadores trançavam armas: é preciso ter em conta a mentalidade jurídica que fluía subreptícia, marcada por um crescente legalismo, o que de certo estipulava a cartografia retórica de qualquer discurso que se desejasse viável, convincente, eficaz. Como os casos relatados permitem sondar, porém, esse estado da arte não significava em absoluto que os conflitos em torno da lei estavam sanados, pelo contrário, se era dela que se deveria necessariamente partir, havia espaço de sobra para interpretações divergentes. Era para escrutiná-la que se invocavam a doutrina e a jurisprudência, muito ainda no formato escolástico das *palavras de autoridade*. O debate que pendulava entre a “letra” da lei (*verba legis*) e seu “espírito” (*mens legis*) não era recente, mas consistia numa estratégia de deslocamento de sentidos, ou de produção de novos sentidos, famosa entre juristas desde do medievo. A atribuição de um valor decisivo ao “espírito” da lei era uma forma usual de se proceder a uma interpretação inovadora, permitindo escavar (ou criar) camadas do texto insondáveis:

Tal distinção baseava-se nos princípios fundamentais da filosofia da linguagem medieval para a qual as palavras foram criadas pelo homem para levar aos outros o conhecimento dos seus pensamentos (“na verdade, as palavras [...] são os sinais daquilo que está na alma” escreve Giason de Maino, sec. XV). A atribuição de um valor decisivo ao espírito da lei procurava apoio, quer na máxima de S. Paulo “*littera occidit, spiritus vivificat*” (a letra mata, o espírito dá vida), quer no preceito do Digesto “*scire leges non est verba earum tenere sed vim ac potestate*” (saber as leis não é dominar a sua letra, mas o seu sentido e intenção), Celsus, D., 1, 3, 17. ⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ TELLES, José Homem Correa. *Theoria da Interpretação das Leis*. In: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Universidade de Coimbra, v. LV, 1979, p. 139. Apud GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros...*, p. 240.

⁴⁴⁶ HESPAÑA, A. M. *Cultura jurídica européia...*, p. 230.

Acreditando ter a seu favor, não só esse espírito, mas a literalidade mesma da lei, José Correa Lisboa escrevia em estilo direto – abstendo-se de “alargar-se” em “arranzéis” políticos que imputava a Fernandes de Barros – para sustentar a manutenção da sentença do juiz municipal diante do Dr. Agostinho Ermelino de Leão. No entanto, não obteve grandes resultados. Mais racional do que emocional, provavelmente, o juiz de direito de Curitiba optou, afinal, pelo “pensamento” da lei, em detrimento do seu “espírito”, empreendendo o mesmo raciocínio que fundamentaria, em fins daquele ano, a já citada decisão de Silveira da Motta Júnior no caso da preta Joana:

(...) em virtude do artigo cincoenta e sete, par. primeiro do regulamento numero cinco mil cento e trinta e cinco de quinze de Nov de 1872 a liberalidade de terceiro não é admissível como meio de alforria, e tão somente como elemento constitutivo de pecúlio ou para melhor dizer como começo do mesmo. Considerando que não se pode sem illudir o pensamento da lei receber como elemento de pecúlio uma doação tão avultada que equivale o valor do arbitramento digo o valor da liberdade, ou que não sendo equivalente ao arbitramento o próprio doador perfaça a diferença; Considerando, finalmente, que n'estes termos foi proferido um Accordão da Relação da Corte em onze de setembro d'este anno na appelação numero quatorze mil seiscentos e quarenta e seis confirmando a sentença que negou a liberdade de um escravo que pretendia indemnizar o seu valor por meio de liberalidade de terceiro; Por todas essas considerações revogo a sentença de folhas treze e verso para julgar o libertando Hypólito carecedor do pretensu direito de liberdade e da presente decisão appello ex-officio para o Superior Tribunal da Relação do Districto. (grifos nossos)

Tratava-se, portanto, em sua reflexão, de uma “ilusão” ao “pensamento da lei” confundir os conceitos de *liberdade* e *liberalidade*, fazendo desta um caminho para aquela. O deslize cometido sobre “o valor do arbitramento, digo, o valor da liberdade” e o registro de sua correção indicam uma tentativa de marcar muito bem a distinção entre duas coisas cujas fronteiras iam dissolvendo-se cada vez mais: o preço justo da liberdade, para o juiz Ermelino de Leão, não era necessariamente aquele alcançado no arbitramento, uma vez que este poderia ser – e não rara o era – encarado como uma arbitrariedade por parte dos senhores. Arbitramento ou arbitrariedade, o fato é que, excluídas as liberalidades do próprio senhor, não cabia a ninguém mais, a nenhum terceiro, interferir na relação com seu escravo. Acatar a *liberalidade de terceiro* traria o risco de que a uma vontade senhorial viesse a contrapor-se as vontades de outros homens livres, alinhadas à vontade dos próprios escravos, engendrando “estratagemas” inadmissíveis, que poderiam resultar em enorme prejuízo, financeiro como simbólico. Era uma tentativa de manter a questão nos limites do quadro privatista anterior.

Nisso, o Dr. Ermelino de Leão não destoava em nada da jurisprudência nacional. Ao citar, em sua decisão de 23 de outubro, o acórdão de 11 de setembro de 1874, o juiz

de direito provava estar bastante a par do que se passava nos tribunais superiores e não fazia mais do que replicar seus entendimentos. Deveras, o aresto citado fora objeto de longa discussão e de muitas críticas tanto nos gabinetes do Poder Judiciário, quanto nos periódicos jurídicos de então. As revistas *O Direito* (1874, vol. 5, pp. 507-513) e *Gazeta Jurídica* (1874, vol. 5, pp. 106-113), às quais o magistrado devia ter acesso⁴⁴⁷, reproduziram integralmente diversas peças relativas à controvérsia, muito similar à de Hypólito, que envolvia a escrava Basília, iniciada em Sabará, por volta de abril de 1873. Em sua sentença, o Dr. Elias Pinto de Carvalho parece ter assentado o precedente que valeria por anos como paradigma interpretativo sobre as liberalidades de terceiro:

Portanto, considerando que o preço apresentado em juízo procede da liberalidade de terceiro; Considerando que este meio é expressamente proibido pelo art. 57, § 1º, do Regulamento [de 12 de novembro de 1872]; Considerando que o precedente é perigoso, além de contrário à lei; e que, se é triste o fato da escravidão e justa a sua refletida extinção, mais tristes e fatais podem ainda ser as consequências resultantes de alguma imprudência tendente a destruí-lo; julgo por estas razões a libertanda carecedora do pretendido direito de alforria, e desta decisão apelo *ex officio* nos termos do art. 7º da Lei n. 2.040 (...) ⁴⁴⁸ (grifos nossos)

É quase intuitivo o paralelismo entre as duas decisões. Ermelino de Leão acabou aprendendo bem a lição do juiz de Sabará. Até sua conclusão a ela se assemelha: tanto Basília como Hypólito foram julgados “carecedores do pretense direito de liberdade”. Foi esse entendimento que o Tribunal da Relação da Corte consolidou na Apelação 14.646 e que mereceu, logo em seguida, veementes protestos feitos publicar por um certo F. de Araújo no *Diário da Bahia*, reproduzidos também nas páginas seguintes ao acórdão, n’ *O Direito*. Identificando como “repugnante doutrina” e “clamorosa injustiça” a confirmação dos desembargadores, o autor expôs pormenorizadamente os fundamentos da leitura inversa que fazia da questão, levantando alarido:

(...) o que o Regulamento proíbe é a intervenção *direta* de terceiro *para a alforria*, e não a liberalidade destinada à *constituição do pecúlio*; é, por outros termos, que o direito à alforria forçada seja exercido *por iniciativa de um terceiro*, que venha a Juízo requerer a avaliação do escravo alheio, e não que esse terceiro possa doar extrajudicialmente ao escravo quanto lhe aprouver. Em suma, o que o Regulamento quis foi evitar as alforrias acintosas e antes destinadas a desfeitear o senhor do que

⁴⁴⁷ Se não por meio delas, talvez tivesse tido notícia do caso em alguma das várias “*Seções Jurídicas*” dos jornais da época. Em sua impugnação às razões de apelação do adversário, o Dr. Fernandes de Barros chegara a citar um caso que era discutido na Corte e fora reproduzido na edição d’ *O Globo* de 3 de setembro daquele ano, que bem poderia se tratar da apelação da negra Basília, já causando alvoroço.

⁴⁴⁸ *O Direito*, v. 5, 1874, p. 508.

a beneficiar o escravo; mas não pôr limites à beneficência exercida para com o escravo (...) ⁴⁴⁹ (itálicos no original)

Especulemos. Se ambas as posições apareceram conjuntamente na revista *O Direito* (de maior difusão que a *Gazeta Jurídica*), não tem o Dr. Ermelino de Leão a seu favor o beneplácito da dúvida: ele certamente entrou em contato com os dois possíveis raciocínios jurídicos e teria plenas condições, caso assim o desejasse, de optar pela solução em prol da liberdade, na causa de Hypólito (e também, algum tempo depois, no recurso da causa de Joana). Novamente, os elementos são suficientes apenas para se tirar conclusões provisórias sobre a motivação pessoal do juiz de direito. Mesmo porque, podemos desconfiar, mas não determinar com certeza a fonte de onde o magistrado teria extraído a informação. Cada publicação jurídica tinha características muito particulares de estilo, de configuração, de edição, de ementário, de comentário, as quais poderiam também direcionar a atenção do receptor da mensagem:

Assim, cada periódico em si não reflete necessariamente apenas um único discurso a ser extraído pontualmente da fonte, mas um diálogo constante de discursos interligados, de vozes conflitantes vindas de dentro ou de fora do periódico ao longo dos volumes, não raro apresentando mais de um ponto de vista diferente sobre o mesmo tema. No caso específico de *O Direito*, cuja redação era composta por seis pessoas das mais variadas injunções políticas e ideológicas, esse tensionamento constante entre os discursos defendidos, seja individualmente ou em grupo, se tornou mais ou menos evidente. ⁴⁵⁰

Se variavam as posições dentro de uma mesma redação, quem dirá entre periódicos distintos. Para a sentença do juiz de direito, convicção, ingerência de interesses senhoriais ou respeito ao entendimento dos tribunais superiores não são hipóteses descartáveis por hora. Mas, deixando um pouco de lado a *pessoa* de Ermelino de Leão e trazendo ao primeiro plano a *persona* de juiz de direito da comarca de que estava investido, havia um aspecto essencial que diferenciava as posições pró e contra a liberdade *in casu*: seu lugar na hierarquia das fontes do direito. Enquanto a interpretação de F. de Araújo pode ser lida como uma peça de doutrina jurídica, o entendimento que ele depauperava era um marco jurisprudencial, aparentemente detentor de força muito mais vinculante, na mentalidade de nosso magistrado. Sem essa *força vinculante do procedente*, aliás, não faria mesmo sentido abordarmos o resultado do caso da escrava Basília como uma *decisão-paradigma*. Para elevar-se a este patamar, entretanto, aquela

⁴⁴⁹ *O Direito*, v. 5, 1874, p. 513-516.

⁴⁵⁰ RAMOS, H. C. M. B. Op cit., p.137-138.

sentença necessitaria não apenas da chancela do Tribunal da Relação, mas da observância de outras autoridades (judiciárias, doutrinárias, quiçá burocráticas) a seu conteúdo. Seria mera coincidência a reprodução quase literal que dela fez Ermelino de Leão? Ou, ao contrário, essa mínima repetição de frases é a ponta do *iceberg*, aquele detalhe descuidado que, como as ambiciosas orelhas de Morelli, deixam entrever muito mais do que seu autor intencionara? Neste caso, poderia ela revelar uma cultura jurídica já suficientemente moderna para escalonar suas fontes na ordem: lei, jurisprudência, doutrina? A única maneira de pôr à prova essa hipótese é por meio do método comparativo, que permite identificar padrões (normas) e anomalias.

O amplo espaço concedido à sentença do juiz Pinto de Carvalho num dos principais periódicos jurídicos da época (e por ele elogiada como “douta”) é sugestivo, mas é na nítida recepção doutrinária do precedente que podemos confirmar nossa suposição. Em 1875, apareceriam publicadas pelo Instituto Typographico do Direito, no Rio de Janeiro, as *Anotações á Lei e Regulamentos sobre o Elemento Servil* de um magistrado cearense que preferiu manter-se na sombra, assinando apenas como V. A. de P. P. (iniciais pelas quais é identificado no frontispício da obra). É um dos poucos textos do qual temos conhecimento que se debruçam especificamente sobre o tema da recente Lei do Ventre Livre e sua regulamentação. Pela proximidade temporal, inclusive, ele pode nos prestar algum socorro para captar como afinal foi recebida em nível nacional nossa *decisão-paradigma*. Ao comentar o art. 57, §1º do Regulamento de 1872 (*Não é permitida a liberalidade de terceiro para a alforria, excepto como elemento para a constituição do pecúlio...*), encerra-o com as seguintes palavras: “Para completar as notas citadas, entendemos ser de aproveitamento a publicação da seguinte sentença, cujos princípios, aliás, são combatidos, como de algumas daquellas notas”⁴⁵¹, passando a transcrever a íntegra da decisão do caso de Basília. Ora, os “princípios” do Dr. Elias Pinto de Carvalho parecem ter em pouco tempo reverberado no Império, o suficiente para precisarem ser “combatidos” pela opinião contrária. A gênese de um precedente.

Não obstante, a questão do quanto concretamente *vinculavam* esses precedentes não é de somenos importância no processo de modernização do direito brasileiro. Isso se deve à matriz do direito continental europeu (*civil law*) da qual a tradição jurídica imperial era herdeira, e que se assentava muito mais, em suas origens, na doutrina e, após os esforços codificadores, na legislação, do que na jurisprudência (*cases*). A tal

⁴⁵¹ V. A. de P. P. *Anotações á Lei e Regulamentos sobre o Elemento Servil*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1875, p. 86, nota 142.

ponto que o termo alemão *Jurisprudenz*, por exemplo, foi durante vários séculos, sinônimo de “ciência do direito”, como é sabido. Mas algo parecia estar mudando na segunda metade do oitocentos, ao menos no campo da prática forense dos “militantes da liberdade”. Conforme já contabilizado na introdução deste trabalho, se as citações jurisprudenciais, nesse período, não ultrapassavam as legais, superavam bastante as doutrinárias, ao menos na comarca de Curitiba. E não apenas em números: topicamente davam a impressão de um maior poder de influência nas decisões do juiz de direito, que costumava efetivamente mencionar decisões dos tribunais superiores nas suas próprias, mas dificilmente fazia questão de nomear algum doutrinador. Uma descrição dessa tendência (que pode ser interpretada, em certa medida, à luz da *centralização da jurisdição imperial*) pode ser encontrada também em Keila Grinberg:

Se até meados deste período [1850] defesas baseadas nos conceitos de equidade e justiça eram aceitas com relativa frequência, e a tentativa de vinculação de jurisprudência era rejeitada, esta situação parece ter começado a mudar a partir da metade daquele século, quando o movimento em prol da codificação do direito civil, da interpretação com base no texto da lei e da formatação de jurisprudência fortalecia-se no Brasil (...) ⁴⁵²

Declarações como a do ministro da justiça Nabuco de Araújo, em seu relatório anual de 1854, afirmando ser uma “anomalia que os tribunais inferiores possam julgar em matéria de direito o contrário do que decidiu o primeiro tribunal do Império [STJ]” ⁴⁵³, e o próprio surgimento de revistas concentradas na disseminação de jurisprudência (embora também alguma doutrina e textos legais), como *O Direito*, em 1873, são sinais de uma reorganização da hierarquia das fontes e dos métodos jurídicos. Seguindo com Grinberg, cabe assinalar que, antes disso, “advogados e juízes realmente gozavam de grande autonomia interpretativa, reticentes que ainda eram à criação de jurisprudência e à vinculação de sentenças e acórdãos a outros previamente enunciados” ⁴⁵⁴. Uma experiência de transição que pode ter-se consolidado em Curitiba sob a pena firme e bem orientada (de cima) do Dr. Agostinho Ermelino de Leão.

Adiante, a partir de indícios adicionais, conformaremos uma interpretação mais robusta. O que já se pode aventar com alguma segurança é que, diferentemente de Ermelino de Leão, Silveira da Motta Júnior encamparia em sua sentença sobre a preta Joana, argumentos francamente ideológicos. Não se atendo apenas à aplicação da Lei de

⁴⁵² GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 248.

⁴⁵³ GRINBERG, K. *Idem*, *ibidem*

⁴⁵⁴ GRINBERG, K.. *Idem*, p. 252.

28 de Setembro e seu Regulamento, fazia às vezes não só da boca da lei, mas também da boca dos medos coletivos que inquietavam o sono dos senhores, ao manifestar-se sobre os possíveis “abusos dos escravos” na prática de “actos reprovados e criminosos”, a que penderiam na ânsia de amealhar seus vinténs para aproximar-se da liberdade. Essa passagem é sintomática em dois sentidos. Conquanto evidencie uma adesão ao universo psicológico dos senhores, fornece uma pista de que, também Silveira da Motta Júnior tivera oportunidade de folhear alguma das revistas jurídicas supracitadas, talvez mesmo o exemplar pertencente a Ermelino de Leão. No caso paradigmático da escrava Basília, seu próprio curador, empregando o argumento *ad terrorem*, justificara a necessidade de reconhecimento do pecúlio pela justiça, em face das outras alternativas possivelmente adotadas pelos escravos para o mesmo fim:

Na aspiração à liberdade, espíritos não cultivados poderiam descer aos mais hediondos crimes: furtos, roubos, mais ou menos agravados, se cometeriam para a coisa elevar-se à categoria de pessoa; e o próprio senhor mal garantido seria a vítima escolhida de preferência. Descendo do maior ao menos, ainda essa aspiração poderia levar o escravo à prática de atos reprovados, ou de um esforço desmedido e hercúleo ao ponto de comprometer a propriedade-homem.⁴⁵⁵ (grifos nossos)

Por forte que pudesse ser essa imagem, ela não ensinava nada de novo em relação à insegurança já sentida pelos proprietários de escravos que, renitentes, preferiam mesmo era evitar a lesão que advinha do próprio arbitramento judicial, ele mesmo sentido como um furto perpetrado conjuntamente por magistrados, curadores, árbitros, depositários, médicos, testemunhas, e todo um rol de aliados dos libertandos. Como discursara o senador Teixeira Jr., “escravos cujo valor mínimo é de um conto e quinhentos mil reis á dous contos de reis são libertados por quatrocentos e quinhentos mil reis!” Seria este o caso de Hypólito? Se nos fiarmos na mediana de preços a que chegou Antunes dos Santos, para esse ano, um escravo do eito (lavoura), menos especializado profissionalmente que Hypólito, lá pelos seus quarenta e poucos anos devia valer algo próximo a 800 mil-réis, no planalto curitibano⁴⁵⁶. Os autos do processo permitem conhecer que, à semelhança de Joana, ele também tentara uma negociação amigável com seu senhor, antes de chamá-lo ao juízo, o que por alguma razão não se efetivou. Tanto assim que, meses antes, havia oferecido 600 mil réis para a compra de

⁴⁵⁵ NEQUETE, L. *Op. cit.*, p. 88.

⁴⁵⁶ SANTOS, C. R. A. *Op. cit.*, p. 89. Infelizmente, em suas projeções, não foram computados os valores de escravos acima de 45 anos no período, o que inviabiliza esse tipo de cotejo mais pormenorizado para os demais casos apresentados neste capítulo.

sua alforria, tendo como intermediários (uma espécie informal de “procurador extrajudicial”), primeiro Francisco Alves Pinto e depois João Duarte de Mattos (redator da petição de abertura do processo, o que revela um ponto de contato entre as estratégias da barganha e da judicialização). Seus “protectores”, porém, segundo a versão do senhor do escravo, depois de consultar José Correa Lisboa, haviam resolvido diminuir em 100 mil-réis a oferta, pois, nas supostas palavras do solicitador, “tendo de ser avaliado judicialmente, era bem provável que a avaliação não subisse a mais de quinhentos mil réis”. Lisboa devia conhecer bem as entranhas do mundo arbitral que, acertadamente, vaticinara, sendo assim a figura ideal para suceder Mattos na defesa dos interesses de Hypólito, a partir do ponto em que ele já não dispunha do conhecimento técnico para fazê-lo. Essas tentativas preliminares deviam ser comuns, uma vez que referências a elas abundam nas peças iniciais estudadas, lançando luz sobre uma preeminência (e não necessariamente uma *preferência*) – também no meio escravo – das vias mais consensuais de libertação, cujo esgotamento poderia, aí sim, empurrar cativos e seus “comparsas” para vias mais “radicais” de administração do conflito. Como nota Ricardo Silva, “amparados pelos dispositivos legais, os cativos agora tinham a possibilidade de, caso as negociações com os senhores falhassem, apresentar o pecúlio em juízo e esperar pelo resultado do arbitramento judicial”⁴⁵⁷. Assentindo com essa opinião e trilhando os rastros deixados por Hypólito, temos de discordar parcialmente de M. Florentino em sua avaliação sobre as estratégias escravas de “politização”:

[A partir dos anos 1840] o predomínio absoluto das alforrias gratuitas assinalou o auge da “politização” na busca da liberdade. Tratar-se-ia do ápice de um longo processo em que, esquematicamente, a conquista da liberdade deslocou-se da formação do pecúlio (isto é, do mercado) para a órbita intrínseca da negociação entre o escravo e o seu senhor, sem, contudo, esterilizar por completo a possibilidade de que alguns pudessem comprá-la (...) ⁴⁵⁸

Segundo o autor, a conquista da liberdade *gratuita* (fundada na negociação política) dependeria, mais do que a liberdade *comprada* (alegadamente fundada numa relação *contratual* ou *comercial*), do “sucesso do escravo na arte de negociar em meio à adversidade”⁴⁵⁹. Todavia, diante dos *esquemas mentais* de senhores e escravos que emergem de nossas fontes judiciárias, parece-nos problemático conceber essa diferenciação. Em primeiro lugar porque não se pode, como enfatiza Soares e outros

⁴⁵⁷ SILVA, R. T. C. Caminhos e descaminhos..., p. 177.

⁴⁵⁸ FLORNTINO, M. *Sobre crioulos...*, p. 344-345.

⁴⁵⁹ FLORNTINO, M. *Idem*, *ibidem*.

autores, reduzir sem anacronismo as transações entre senhores e escravos ao âmbito de um *mercado capitalista*, qual quer Florentino, especialmente para a sociedade brasileira oitocentista, tão enredada nos liames patriarcais quanto em primícias liberais.

Insisto, porém que as alforrias pagas não podem ser reduzidas a uma simples transação comercial ou simplesmente presididas por uma oscilação de mercado como sugerem alguns estudiosos. Pela leitura dos testamentos e cartas percebe-se que nesses casos havia muito mais interesses em jogo do que um punhado de réis. Por sinal, já foi dito alhures que os senhores de escravos trajavam bem melhor as vestes do *homo hierarchicus* do que as do *homo economicus*. (...) não se deve perder de vista que se tratava de um mercado pré-capitalista. Portanto, que a presença da pecúnia no ato da alforria não nos iluda, pois o ser escravo não se esgotava na condição de propriedade. O que tenho argumentado ao longo deste estudo é que os interesses políticos, religiosos e morais imbricavam-se aos fatores econômicos, tornando-se decisivos na prática da manumissão. Malgrado a opinião corrente que o escravo comprava do senhor a liberdade, diz Patterson, é impossível enquadrar a alforria paga nos termos da categoria jurídico-econômica da transferência. (...) O que o dono efetivamente fazia era libertá-lo desse domínio, instaurando imediatamente uma nova modalidade de subordinação derivada da obrigação de retribuir inerente à troca de dons.⁴⁶⁰

Em segundo lugar, porque as “visões da liberdade”, nas palavras de Chalouh, operadas pelos diversos atores envolvidos nessas negociações eram bastante desconstruídas e aquilo que podia ser caracterizado como um “abuso” à sua propriedade (prerrogativa que o fazia soberano de uma relação doméstica), para um escravo tinha o sentido de um “direito” adquirido. A repercussão disso era a ocasional resistência dos senhores às iniciativas escravas de libertação, mesmo quando elas envolviam o pagamento, obrigando os cativos também nesses casos a barganhar – e não somente o preço de suas pessoas, mas a própria possibilidade de abrir uma negociação, de ser reconhecido como *sujeitos de direitos*, com capacidade para lidar, em determinadas circunstâncias, quase de igual para igual com aquele que era o *sujeito proprietário*. Hebe Mattos recorda que “uma certa visão contratualista da escravidão, de reciprocidade entre desiguais, sempre esteve presente nas tentativas de legitimação do cativeiro no Brasil, desde Benci e Antonil”⁴⁶¹, porém o que se delineava agora era algo muito diferente: ao mesmo tempo em que tentavam tirar o máximo proveito dessa nova ordem social “liberalizante”, os senhores, para um senhor, *homini hierarchici* que eram, temiam e tergiversavam tanto mais em relação a ela, quanto ia se afirmando como uma dimensão normativa da vida social. Sobre o palco do mercado se desenrolava um

⁴⁶⁰ SOARES, M. S. Op. cit., p. 10.

⁴⁶¹ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 158.

libreto que não fora ditado exclusivamente por eles, mas que tinha de ser dividido com novos atores, os *homini economici*. Essa era uma premissa fortemente cultural:

Um mundo de representações, enfim. E assim, por exemplo, quando K. Polanyi insiste na natureza “antropologicamente configurada” do mercado não está dizendo outra coisa senão que as “leis do mercado” não constituem lógicas de implacável cumprimento, derivadas da lógica das coisas ou de uma razão econômica, sem modelos de ação que descansam em sistemas de crenças e de valores próprios de uma determinada cultura (de uma época, de um grupo social)⁴⁶².

Premissa também pragmática, obviamente. Pipocavam casos de tradicionais famílias levadas à bancarrota por especuladores, traficantes de escravos ou dívidas contraídas com banqueiros⁴⁶³. Sentiam os senhores que o mundo do mercado não lhes pertencia, e que tampouco podiam controlá-lo através dos instrumentos do direito, que já lhes escapavam das mãos. A chave mental da ordem jurídica pré-moderna, no âmago da qual podiam conviver lado a lado diversas esferas de poder e de normatividade, já não abria tantas portas e a parte que cabia aos senhores no latifúndio do direito minguava, de maneira que o império da lei estatal representou, para eles, uma substancial perda de *iurisdictio*. O *direito de propriedade* do cativo, assim, is se desgastando em seus dois termos constituintes: seus detentores continuavam sendo (por quanto tempo não sabiam dizer) senhores de escravos, mas já não eram os senhores nem do mercado, nem da lei. Era muito diferente possuir *um* direito, de possuir *o* Direito.

3.4. Juízo de doutores em prejuízo de senhores?

O processo de esboroamento do domínio patrimonialista dos senhores sobre seus escravos fora inaugurado, mas não estava completo. Durante toda a transição, negociações de caráter clientelista não deixaram de ocupar as cenas cotidianas do

⁴⁶² HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 61.

⁴⁶³ Gilberto Freyre descreveu a situação de endividamento crônico da grande lavoura como espécie de transferência primária de capital do ambiente dos engenhos para intermediários urbanos: “Os senhores rurais, pelas próprias condições sociologicamente feudais em que se iniciou a colonização agrária do Brasil (...) como que se tinham habituado a um regime de responsabilidade frouxa, ou mesmo de irresponsabilidade, com relação aos financiadores de suas lavouras. Nisso os favoreceu por longo tempo a Coroa (...) Mesmo cheio de riscos, o financiamento à grande lavoura colonial – a de açúcar – atraíu desde cedo agiotas, que parecem ter se dedicado ao mesmo tempo à importação de escravos para as plantações (...) E as cidades começaram a crescer à custa dos senhores de terras e de escravos, assim explorados” (FREYRE, G. *Sobrados e mocambos...*, p. 113-114). E, no século XIX, os agiotas se haviam formalizado em bancos: “A cobrança de dívidas, através de agentes que os bancos despachavam para as casas-grandes do interior, parecia ao cronista [Melo Moraes, em 1870] vir concorrendo poderosamente para o desprestígio social dos agricultores” (FREYRE, G. *Idem*, p. 121).

cativeiro. Esforços micro-políticos, portanto, foram envidados nas duas situações (tanto a da *compra* como a da *gratuidade* da alforria), não havendo exclusão entre pecúlio e política, uma vez que, na feliz expressão cunhada por E. Genovese, a escravidão atendia não só a premências de ordem econômica, mas, estruturalmente, de uma “economia moral” que lhe é peculiar⁴⁶⁴. Esse choque de concepções desembocava nos processos, onde era viável “politizar” círculos exteriores à órbita restrita da relação senhor/escravo”⁴⁶⁵. Era essa mobilização de “protectores” com papéis intercambiáveis, como Francisco Pinto, João Duarte de Mattos e José Correa Lisboa, que fazia Saldanha espumar de raiva. No caso de Lisboa, especialmente, por sua função de solicitador (um meio-termo entre o cidadão comum e o bacharel) podemos observar não só, como é já notório, a participação ativa de uma “classe média” nos processos de luta social pela liberdade, mas igualmente de uma “cultura média” (na acepção de *intermediária*), que tinha a cultura jurídica como uma de suas dimensões. Essa cultura jurídica da liberdade tinha caráter intermediário porque não se aplicava apenas no âmbito estritamente forense, mas interferia em negociações e posturas para além das tribunas, como prova a *consultoria jurídica* informal prestada por Lisboa a Hypólito e seus parceiros. Pode ser entendida como intermediária, igualmente, porque circulava entre estratos sociais variados, ainda que certamente houvesse ruídos de uma parte a outra nessa transmissão. Não havia, como veremos adiante, de fato nenhuma garantia de que aquilo que era dito na Lei fosse apreendido exatamente da forma como pretendiam seus autores. Estava em jogo, portanto, quem melhor se apropriava dessa cultura jurídica, *relativamente disponível*, porque mesmo para essa apropriação era preciso respeitar a lógica interna do campo discursivo do direito, sua *epistême*⁴⁶⁶. Mesmo assim, estudiosos como Antonio Ribeiro da Liz Teixeira sabiam da abertura semântica que permitia que lei fosse disputada, embora, sob os pressupostos pombalinos, não a vissem com bons olhos:

⁴⁶⁴ “Os senhores tinham de organizar um regime estável com o qual os escravos pudessem viver. Os escravos permaneciam escravos. Podiam ser comprados e vendidos como qualquer outra propriedade e estavam sujeitos a um despótico poder pessoal. Os negros permaneciam rigidamente subordinados, no entanto, senhores e escravos, brancos e negros, viviam e trabalhavam juntos. A existência da comunidade exigia que todos estabelecessem algum grau de interesse e respeito próprios. O paternalismo sulista surgiu como uma maneira de mediar irreconciliáveis conflitos de classe e raciais; era uma anomalia, mesmo no momento de seu aparente apogeu. Contudo, durante cerca de um século, protegeu tanto os senhores como os escravos das piores tendências inerentes a suas respectivas condições” (GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988, p.24-25).

⁴⁶⁵ GENOVESE, E. D. Idem, p. 345.

⁴⁶⁶ A categoria é empregada por Michel Foucault para superar a dicotomia entre ciência e senso comum/ideologia, articulando o *saber* inscrito num determinado tempo histórico. Vide: FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes. São Paulo: 2000.

Nem sempre o Legislador pode acautelar e prever todas as espécies possíveis, e que, como tais, se realizam depois da Lei promulgada: também, por mais atento que ele seja, não pode constante e totalmente evitar que as palavras, de que usa, se não façam suscetíveis de vários e diferentes sentidos.⁴⁶⁷

Se entre aqueles que produziam o direito (os legisladores e, em alguma medida, os governos imperial e provincial); aqueles que o operavam no dia-a-dia (os advogados e solicitadores) e aqueles que o aplicavam (os magistrados, com auxílio de rúbulas, peritos, etc.) não havia consenso sobre quem, afinal, era o “fiel intérprete” do “espírito da lei”, quem poderá mensurar o tamanho do abismo entre a consciência jurídica desses letrados e a dos leigos, como os escravos, aqueles que reivindicavam esse direito em seu favor? Tinham eles ideias “fora do lugar”, ou *leituras criativas* sobre a lei e o direito? Mais do que isso, a experiência individual ou coletivamente acumulada pela comunidade escrava (de serem comprados e vendidos, o que era frequente; de serem avaliados em inventários, como Silvério; ou de haverem anteriormente barganhado sua liberdade junto aos senhores, como fez Hypólito, neste caso contando com o auxílio de um experto), parece ter sido determinante na definição, por parte dos cativos, de parâmetros de justiça em si mesmos *mestiços*, isto é, não completamente autônomos, mas fruto de um contato intercultural, de uma relação de *reciprocidade assimétrica*.

Presumivelmente, essa *experiência jurídica* escrava, dínamo de circularidade cultural, era tão mais rica quanto maior o grau de *aculturação* de seus agentes. Não fere a razão imaginar, nessas condições, que, contrariamente ao africano recém-chegado, que “vinha sem família, sem pecúlio, sem tempo, sem qualquer ‘direito’ a não ser o que a boa vontade senhorial resolvesse lhe conceder”⁴⁶⁸, escravos crioulos (nativos de Curitiba ou aportados pelo tráfico interno) traziam consigo “toda uma *bagagem de práticas costumeiras*” que os subsidiava na sua relação com os senhores ou o Estado. Assim, eles amiúde tinham “concepções preestabelecidas de castigo justo ou injusto, de ritmos de trabalho aceitáveis ou inaceitáveis, de quais as condições que deveriam dar acesso ao pecúlio e alforria”⁴⁶⁹. Uma das esferas de tensão onde isso pode ser constatado é a das disputas pelo “justo preço” ou o “preço razoável” da liberdade, uma zona cinzenta entre a completa aceitação dos parâmetros valorativos senhoriais e a negação absoluta do cativeiro. Se os escravos “compravam” uma parte da história contada pelos senhores e

⁴⁶⁷ TEIXEIRA, Antonio Ribeiro Liz. *Curso de direito civil português*. Coimbra: Casa de J. Augusto Orcel, 1856, v. I, p. 31. *Apud* GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 242.

⁴⁶⁸ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 154.

⁴⁶⁹ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 155.

seus aliados, também sabiam colocar imposições que consideravam legítimas. Essa contraposição possibilitou que contestassem, à luz da experiência pessoal ou intergeracional acumulada e/ou das informações mais ou menos fidedignas que eram capazes de reunir, as avaliações de seus senhores, às vezes em juízo. Enquanto estes entendiam as negociatas como um meio de fazer circular bens, mal podiam suspeitar que seus próprios “bens” também podiam apropriar-se dessas experiências numa dinâmica de circularidade cultural, escoando para a formulação de certa *contra-cultura jurídica popular*, ou melhor, de *contra-usos da cultura jurídica erudita*.

A indignação do capitão Saldanha tinha, portanto, uma dúplice motivação. Por um lado, a sentença desfavorável significava uma ruptura com sua autoridade moral de senhor, pois vinha imiscuir-se numa relação até então mantida inteiramente na esfera particular, de seu poder pessoal. Daí a oposição tão veemente à senda aberta por seu cativo. Joseli Mendonça afirma, nesse sentido, que “as possibilidades de os senhores atuarem nas ações de liberdade tentando obstruí-las através da contestação da origem do pecúlio não eram inexistentes”⁴⁷⁰. E, resgatando o caso do escravo Roberto, explorado por Regina Célia Xavier, a autora nota que, quando o pecúlio era angariado mediante esforços pessoais unicamente do escravo, “o senhor julgava-se no direito de contestar que a soma acumulada pudesse ser considerada um pecúlio legitimamente acumulado”⁴⁷¹, pois esse pecúlio podia ameaçar seu domínio. Seu grande interesse ia no sentido de que “a liberdade fosse atingida, no máximo possível, através da relação de escravidão (...) sem a intervenção de pessoas alheias àquela relação.

Era movido por essas expectativas algo ultrapassadas que Saldanha dava continuidade ao processo contra Hypólito. Mas não só, haja vista que o arbitramento representava igualmente um prejuízo nada insignificante de 200 mil-réis (quase o dobro do valor da liberdade da escrava Joana), em relação à oferta extrajudicial anterior do escravo. Destarte, juízos tanto políticos quanto econômicos norteavam o espanto de um senhor com relação à sentença do capitão Bittencourt, ao passo que critérios também políticos, mas igualmente jurídicos guiavam as negativas do juiz municipal Silveira da Motta Jr. e do juiz de direito, Ermelino de Leão. São esses critérios da magistratura local que passaremos a discutir, convidando novos personagens a percorrerem o fio da meada: os escravos José, Francisca, Luciano, Vicente e Maria.

⁴⁷⁰ MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis...*, p. 284.

⁴⁷¹ MENDONÇA, J. M. N. *Idem*, p. 285.

Comecemos por Luciano. Dele nos restaram poucas informações. Pertencia a D. Gertrudes Maria, falecida em 1873, e fora suficientemente esforçado ou bem relacionado para reunir 200 mil-réis que apresentou, pouco depois da morte da sua senhora, para a compra da alforria. Por esse valor havia sido avaliado no inventário de D. Gertrudes, no curso do qual o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Júnior mandou-lhe passar carta de liberdade, sem mais. É verdade que, na ausência do processo integral, não chegamos a saber se os herdeiros do espólio, se é que existiam, haviam assentido ou não com as aspirações de Luciano. Mas a forma simples e direta com que o juiz mandou redigir, aos 18 de julho de 1873, sua carta de liberdade, para dela gozar “d’hora em diante como se livre nascesse”, dá a impressão de um ato bastante unilateral, o qual, ainda assim, obteve seu respaldo⁴⁷². O estranhamento aumenta quando verificamos que as vendas judiciais e inventários com escravos estavam inscritos exatamente no § 2º do art. 4º da Lei de 28 de Setembro de 1871⁴⁷³, que regulava também a alforria por indenização. Como conciliar posições tão distintas do mesmo Motta Júnior sobre a aplicação do diploma (terminantemente contrário à liberdade de Joana e tão sem rodeios para concedê-la a Luciano), em curto espaço de tempo?

Para compreender o significado político-jurídico de uma e outra situação, é preciso atentar não apenas para o binômio escravidão/liberdade ou para a atitude individual do juiz municipal sobre os polos dessa relação. Devemos, sobretudo, refletir sobre o *modo* como, em cada caso, a conquista (ou não) da liberdade se dava, bem como sobre as implicações dela decorrentes para os interesses envolvidos. No caso de Luciano, muito similar ao de Iphigênio e seu parceiro Temotio Vicente, do capítulo anterior, estamos diante de um escravo arrolado como bem em inventário, que paga o preço pelo qual foi avaliado como semovente, comprando a si mesmo. Juridicamente, a mesma lei de 15 de setembro de 1869 que proibira os pregões e leilões públicos de escravos⁴⁷⁴ e condenara a separação, nas vendas particulares ou judiciais, de famílias de

⁴⁷² Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7358, Cx. 282 (há diversos documentos no mesmo maço, abrangendo as décadas de 1870 e 1880. Parte deles referente a ações de liberdade de escravos).

⁴⁷³ “§ 2º. O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, *tem direito à alforria*. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários, o preço da alforria será o da avaliação”.

⁴⁷⁴ “Art. 1º *Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica, ficção prohibidas. Os leilões commerciaes de escravos ficção prohibidos, sob pena de nullidade de taes vendas e de multa de 100\$000 a 300\$000, contra o leiloeiro, por cada um escravo que vender em leilão. As praças judiciais em virtude de execuções por divida, ou de partilha entre herdeiros, serão substituidas por propostas escriptas, que os juizes receberão dos arrematantes por espaço de 30 dias, annunciando os juizes por editaes, contendo os nomes, idades, profissões, avaliações e mais caracteristicos dos escravos que tenham*

cativos, resolvera também a questão, como já observamos. A tradição legal que saíra das Ordenações Manuelinas (Livro IV, Título XXV) e passara pelas Filipinas (Título XI, do Livro IV, §4º), com seus meandros e deslocamentos, chegava ao juiz municipal, que a respeitava, em especial porque, politicamente, sua intervenção não significava uma afronta à vontade senhorial, mesmo que pudesse contrariar alguns caprichos *post mortem* do falecido. Essa interpretação também foi prevalecendo no Poder Executivo que, em 1880, chegou a declarar ser “incontestável que a alforria de escravos, ainda por liberalidade directa de terceiro, deve ser decretada, quando em actos judiciaes há avaliação, e esta corresponda ao valor da indemnisação”⁴⁷⁵. Waldomiro Lourenço da Silva Júnior demonstrou como se deu a gênese dessas tradições seculares (portuguesas como castelhanas) sobre a escravidão e liberdade, nos idos do século XVI, e como continuaram atuantes seus preceitos por muitos anos ainda⁴⁷⁶. Essa cultura jurídica de vernizes humanitários – como o costume de se alegar nas ações o “mau cativo” travestido de justificativa moral para a libertação de escravos – era mais uma das que continuaria não apenas em *vigência*, mas também em voga no plano das *mentalidades*.

É o que nos assegura o processo do escravo menor Vicente⁴⁷⁷. Em seus curtos dez anos de idade, ele já percorrera um vasto itinerário: em 1872, João Candido Peixoto, de Ponta Grossa, comprou o pequenino de Carlos Pupe Ferreira, que, por sua vez, o havia herdado de seu pai Antonio Pupe Ferreira, em 1868. Foi quando José Manoel da Fonseca, residente em Curitiba, cuja mulher herdara também de Antonio Pupe a mãe do menor, resolveu alugá-lo de seu novo senhor. Acontece, porém, que os planos de Fonseca eram outros e Peixoto só saberia disso tarde demais. Em 4 de junho ele teve de vir à cidade para que o juiz Bittencourt despachasse ordenando a devolução do escravo. Em seguida, contudo, o locador pediu e conseguiu, no mesmo juízo, o depósito de Vicente, para que fosse arbitrado seu valor, ansioso que estava por deixá-lo forro, “pelo amor que diz ter-lhe”. Fonseca e Ferreira tinham contas a acertar. Apesar dos débitos e créditos pendentes, aquele se apoiava mesmo era na crença de que “*pertencendo a elle*

de ser arrematados. Findo aquelle prazo de 30 dias do annuncio judicial, o juiz poderá renovar o annuncio por novo prazo, publicando em audiencia as propostas se forem insignificantes os preços offerecidos, ou se forem impugnados por herdeiros ou credores que requeirão adjudicação por preço maior”. Apesar da lei, Nabuco denunciaria, em 1883, a continuidade dessa práticas, que considerava infamantes: “as praças judiciais de escravos continuam a substituir os antigos leilões públicos; em suma, a carne humana ainda tem preço” (NABUCO, J. Op. cit., p. 53).

⁴⁷⁵ Parecer da 2ª Seção do Ministério dos Negócios da Justiça ao presidente da província do Espírito Santo (*O Direito*, v. 23, set./dez, 1880, p. 513).

⁴⁷⁶ SILVA JÚNIOR, W. L. *A Escravidão e a Lei...*, p. 36-54.

⁴⁷⁷ Arquivo Público do Paraná. 1872. BR APPR PB 045 PI 7096, Cx. 272.

Fonseca a mãe deste escravo não podia este ser separado pela venda que se fez, por ser isso condenado pela supradita lei [de 1871]”⁴⁷⁸. Peixoto, que não discordava da lei, defendeu-se com o blefe de que “*é necessário que Fonseca procure primeiro accordar-se com o supplte. sobre o valor do escravo, para se não houver accordo, fazer-se o arbitramento*”. Não deixando a desejar no juridiquês, tanto Peixoto, quanto Ferreira tomaram para si sua própria defesa, não contratando advogados. Só quem ganhou um curador (o Dr. Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho) foi o pequeno Vicente, nomeado pelo capitão Joaquim Bittencourt, que aliás achou ótima a idéia do arbitramento. E isso é tudo o que sabemos sobre o caso, dele ressaltando a grande circularidade que tinham os argumentos jurídicos mais correntes também entre senhores leigos (que nem solicitadores eram), a ponto de conhecerem direitos seus e de seus escravos o suficiente para adjudicá-los sozinhos diante das justiças. Para bom senhor, meia palavra bastava.

Ao contrário do que percebemos com Vicente e Luciano, nos casos de Joana e Hypólito, havia muito mais em jogo. As chamadas *alforrias forçadas*, isto é, o direito do escravo de “remir-se” de sua condição (e não de outro sujeito proprietário a ele) mesmo contra a vontade de seu senhor, mediante indenização, disciplinado no art. 4º Lei de 1871, não foi produto consensual do debate político da época. Não porque o pecúlio dos escravos fosse algo incomum. Durante todo o século XIX, relatos de brasileiros e viajantes davam como certa e corriqueira a prática, sem oposição do Estado: “se *de jure* o escravo não podia possuir coisa alguma, *de facto* chegava-se, por exemplo, a ter formas especiais de se marcar o gado pertencente aos escravos”⁴⁷⁹. Para Curitiba, entre os anos de 1790-1825, A. Lima identificou a modalidade da *alforria onerosa*, isto é, comprada pelo escravo (fosse através de bens e produtos, fosse em moeda corrente), como a segunda mais representativa, respondendo por 34% das 222 escrituras de liberdade encontradas no arquivo do primeiro tabelionato de notas⁴⁸⁰. Assim, a letra da lei não representava, em si mesma, nenhuma novidade, mas agora

Os senhores não poderiam impedir no cotidiano que os escravos fizessem suas economias, e depois não poderiam se negar a conceder-lhes a alforria por

⁴⁷⁸ No que estava correto. Em fevereiro de 1876, a 2ª Seção da Diretoria da Agricultura (sempre ela) instruiu ser “proibido sepear os filhos menores de 12 annos de pai ou mãe, em qualquer caso de alienações de escravos, garantia essa que seria illusoria se a nullidade do contracto, pena comminada na lei, ficasse exclusivamente dependente da vontade dos contratantes” (*O Direito*, v. 9, jan./abril 1876, p. 745).

⁴⁷⁹ CUNHA, M. C. Op. cit., p. 134-136. O inglês Henry Koster foi um dos principais responsáveis por propalar aos sete ventos a versão de que, no Brasil, muito antes da lei de 1871, já vigia esse direito em favor dos escravos.

⁴⁸⁰ LIMA, A. B. M. Op. cit., p. 100.

indenização de preço (...) O texto final da lei de 28 de setembro foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros.⁴⁸¹

De qualquer modo, a lei retirava da esfera da informalidade muito mais do que os senhores estavam dispostos a transigir, transformando em oficial o que até então fora meramente oficioso. Acompanhando as inúmeras propostas para o “encaminhamento da questão servil” durante a década de 1860, Chalhoub menciona que, embora houvesse acordo geral, durante os debates parlamentares, sobre o fato de que a tolerância para com a propriedade dos escravos era costume consolidado no país (“o pecúlio já está nos nossos hábitos”, afirmava o marquês de Olinda no Conselho de Estado, em 1868⁴⁸²), permanecia a forte resistência de setores escravocratas, especialmente de deputados ligados às regiões cafeeicultoras, a seu reconhecimento legal, que equivalia a conferir um *direito positivo* aos escravizados. O marquês receava, por isso, que “as alforrias forçadas não terão outro resultado senão fazer perder aos senhores toda a força moral perante os escravos”⁴⁸³. O próprio Perdigão Malheiro, cujos escritos e conferências como jurisconsulto, na década de 1860, haviam justamente consolidado o “direito ao resgate”. ou “direito de remir-se”, por meio do pecúlio como atributo dos cativos em geral – constituindo a principal doutrina invocada, inclusive pelos curadores de escravos em ações de liberdade – esboçou todo o seu “conservadorismo emancipador” ao revelar sérias reservas frente ao projeto, ao longo de seu mandato como deputado geral por Minas Gerais (1869-1872). Às vésperas da votação, comparou ao pátrio poder a autoridade detida pelos senhores, enumerando todos os males advindos da sua erosão:

Assim também, quanto ao escravo, tirai ao senhor violenta e bruscamente esse poder como faz o projeto, e eu vos pergunto - qual será a força moral do senhor sobre o escravo? A que se reduzirão as relações entre um e outro? Onde o respeito, a obediência, a sujeição, elementos morais que mais eficazmente mantêm essas relações? Esse rompimento brusco e violento produzirão estilhaços que não sei onde irão parar.⁴⁸⁴

Eduardo Spiller Pena, em sua minuciosa investigação sobre o perfil do jurista, deixou claro que tal posição (que faria Joaquim Nabuco consignar, anos mais tarde, como “um voto perdido” o de Malheiro), num dos momentos mais críticos do processo

⁴⁸¹ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 158-9.

⁴⁸² *Pareceres do Conselho de Estado no ano de 1868 relativos ao elemento servil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, p. 45. *Apud* CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 157.

⁴⁸³ CHALHOUB, S. *Idem*, p. 156.

⁴⁸⁴ PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 337.

de desdobramento político do emancipacionismo, não significava necessariamente uma contradição com seu pensamento anterior. Em verdade, refletia um compromisso político que estava acima do interesse pela sorte dos cativos: o compromisso com a ordem imperial, que tinha no escravismo uma de suas mais importantes bases de sustentação. Isso ficou explícito no conteúdo das mais de sessenta representações enviadas ao Senado e à Câmara por comerciantes e fazendeiros afoitos com o projeto, em geral através de seus Clubes da Lavoura, para os quais o mesmo

tirava ao senhor a força moral e o tornava suspeito à autoridade e odioso ao escravo. A liberdade parcial decretada pela lei, continuava, “desautoriza o domínio e abre a idéia do direito na alma do escravo”, ao passo que a liberdade que vem da generosidade do senhor leva ao reconhecimento e à obediência. Por isso o projeto seria a sentença de morte da lavoura e levaria à guerra de raças.⁴⁸⁵ (grifos nossos)

Numa sociedade que, conforme a interpretação já mencionada de Manuela Carneiro da Cunha, baseava-se na *ideologia da alforria* como mecanismo de controle social e de produção de *libertos dependentes*, “abrir a idéia do direito na alma do escravo” calava como uma possibilidade catastrófica na alma dos brancos. A liberdade não mais concedida pelos senhores, mas conquistada pelos escravos, algumas vezes mesmo arrancada por eles à força, conjugada à extinção – primeiro pela jurisprudência e só então pela legislação – da antiga doutrina que permitia a revogação das alforrias, representava a falência de todo um “programa de sujeição dos libertos”⁴⁸⁶, que afundava junto com as expectativas de que os mesmos viessem a se tornar clientes ou agregados de seus antigos proprietários. Sendo assim, como viabilizou-se esse direito tão arredo?

Ocorre que, simultaneamente, uma percepção crescente das mesmas elites antevia que os próprios escravos iam tornando-se, à margem de qualquer regulamentação, atores políticos (e jurídicos, diante das tribunas e salas de audiência do Império) de sua liberdade. Como sujeitos de seus direitos – ainda que consuetudinários – escravos a perder de conta transitaram sem pudor pelos foros para garantir judicialmente aquilo que legalmente ainda nem se sonhava propor, fomentando uma cultura judiciária a tal ponto favorável ao pecúlio que, em 1865, levaria os

⁴⁸⁵ CARVALHO, J. M. Op. cit., p. 288. Joaquim Nabuco relata a pressão que esses grupos exerciam sobre os parlamentares: “Os lavradores do Bananal, por exemplo, representando pelos seus nomes a lavoura de São Paulo e dos limites das províncias do Rio, diziam em uma petição às Câmaras: *Ou existe a propriedade com suas qualidades essenciais, ou então não pode decididamente existir. A alforria forçada com a série de medidas que lhe são relativas, é a vingança armada sobre todos os tetos, a injúria suspensa sobre todas as famílias, o aniquilamento da lavoura, a morte do país.*” (NABUCO, J. Op. cit., p. 123).

⁴⁸⁶ CUNHA, M. C. Op. cit., p. 147.

desembargadores da Relação da Corte a lamentar a inexistência de uma norma que desse tratamento específico à questão⁴⁸⁷. Houve pelo menos uma tentativa de legislar sobre o pecúlio, antes desse acórdão: o projeto apresentado por Antonio Pereira Rebouças à Assembléia Legislativa, ainda em 1830, que buscava justamente adaptar à realidade brasileira a Ordenação Filipina do Liv. 4 Tit. 11 §4º, a respeito dos mouros cativos em Portugal, a mesma que espíamos Motta Júnior conhecer e respeitar⁴⁸⁸.

Outro vetor de pressão vinha particularmente dos órgãos incumbidos do controle dos “populares”, como a polícia. Numa “impaciência” que poderia gerar levantes de natureza muito mais hostil, caso nenhuma medida fosse tomada, a resistência escrava aumentava dia após dia, expressando-se agora de maneiras inusitadas⁴⁸⁹. Desde a revolução de São Domingos⁴⁹⁰, o pavor da *haitianização* do Brasil só fazia crescer, atingindo o pânico seu ápice nos tempos instabilíssimos da Revolta dos Malês (1835)⁴⁹¹. Diante desse contexto incontornável, Nabuco de Araújo, acompanhado da maioria dos conselheiros de Estado (entre os quais poderiam seguramente achar-se amigos, conhecidos ou parentes dos desembargadores de dois anos antes), já estava convencido, pelo menos desde 1867, de que a “alforria *invito domino*”, isto é, contra a vontade do senhor, não representava uma ameaça em igual proporção às demais, antes uma “oportunidade legítima e ideal para o escravo alcançar a liberdade”, chegando a resumi-la, durante seus pronunciamentos, como um “direito perfeito” dos escravos⁴⁹². Debalde a campanha de Perdigão Malheiro contra o “afrouxamento dos laços morais”, pela perpetuação da “tutela senhorial” e do “controle exclusivo do poder de alforriar”, no âmago da qual propôs mesmo a supressão das disposições alusivas ao pecúlio e à

⁴⁸⁷ O caso narrado por Chalhoub é o da escrava Fortunata (CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 107).

⁴⁸⁸ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 119. Joaquim Nabuco elegeu outra cabeça, a de José Bonifácio, para laurear por esta iniciativa desbravadora. O político teria proposta, já na constituinte, os seguintes artigos de lei: “*Artigo 5. Todo escravo, ou alguém por ele, que oferecer ao senhor o valor por que foi vendido, ou por que for avaliado, será imediatamente forro. — Artigo 6. Mas se o escravo ou alguém por ele, não puder pagar todo o peço por inteiro, logo que apresentar a sexta parte dele, será o senhor obrigado a recebê-la, e lhe dará um dia livre na semana, e assim à proporção mais dias quando for recebendo as outras sextas partes até o valor total.*” (NABUCO, J. Op. cit., p. 63-64).

⁴⁸⁹ José Murilo de Carvalho admite o aumento da resistência escrava, especialmente após a adoção da política de manumissões para o serviço militar, embora suavize os discursos parlamentares que desse argumento se valiam em favor da aprovação da Lei do Ventre Livre, como tática de *refor-mongering*, uma vez que no período 1866-1871 não houvera nenhuma rebelião registrada (CARVALHO, J. M. Op. cit. p. 282 e 286).

⁴⁹⁰ Sobre o assunto, vide o clássico: James, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2000.

⁴⁹¹ Nesse sentido: REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁴⁹² PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 316.

alforria por indenização do preço em suas emendas⁴⁹³, aquelas disposições foram aprovadas. O desespero das elites só não foi absoluto porque, já na Câmara dos Deputados, operou-se uma manobra para incluir o termo “*por consentimento do senhor*” no texto que disciplinava a formação do pecúlio cativo e que desembocaria no futuro art. 4º da lei⁴⁹⁴.

O movimento de reação aqui é visível: já que os senhores perdiam o monopólio da alforria, agora indiscutivelmente repartido com as justiças de Sua Majestade Imperial, buscavam reter ao menos o controle sobre os meios de constituição do pecúlio, *conditio sine qua non* para as liberdades arbitradas em juízo. Embora o §2º do art. 4º da Lei de 28 de Setembro fosse explícito ao afirmar a judicialização desses conflitos como um direito do escravo contra o senhor recalcitrante, este mantinha seu primado patriarcal fora dos tribunais, aparando as arestas da autonomia de seus cativos, obrigados a recorrer a ele somente para que autorizasse a arrecadação desses fundos:

Com efeito, o acúmulo do pecúlio, sendo resultado das economias *do escravo* – provenientes de seu trabalho ou de doações que recebesse – estava, de alguma forma, sujeito ao controle dos senhores. Embora não se pudesse assegurar que assim fosse, a forma com que se definiam as alforrias pelo pecúlio deixava aos senhores uma margem possível de controle sobre estas, ainda que, é bom repetir, nem sempre facilmente implementado. Ao se introduzir a possibilidade de que a quantia apresentada para pagar a liberdade de um escravo não fosse unicamente proveniente do pecúlio do escravo, os senhores perdiam até mesmo esta possível margem de controle (...) os libertos por intervenção de pessoas alheias à relação senhor-escravo estariam mais propensos a romper com os laços de atrelamento não só com o antigo senhor, mas também com aquele que o favorecera com a sua liberalidade.⁴⁹⁵

Foi para sanar qualquer dúvida a esse respeito que se procedeu à edição, no ano seguinte, do Regulamento Geral que entrou em vigência com o Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. Segundo ensina Lenine Nequete, estudando artigos doutrinários e decisões publicados em revistas jurídicas da época, o Regulamento veio especificar uma série de deficiências e claros de que padecia a Lei do Ventre Livre para sua execução. No que tange ao pecúlio, instituiu alguns procedimentos como o depósito prévio (“preparo”) nas ações de arbitramento e burocratizou outros. Entre os aspectos que sofreram tratamento, talvez a mais significativa alteração – opinião corroborada pelo próprio Nequete – fosse justamente a limitação das *liberalidades de terceiro*, que

⁴⁹³ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 142 e 156.

⁴⁹⁴ “Art. 4.º - É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, *por consentimento do senhor*, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sôbre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.”

⁴⁹⁵ MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis...*, p. 292-293.

passaram a ser admitidas apenas nas vendas judiciais e inventários (não nos olvidemos do escravo Luciano, que ficaria liberto no inventário de D. Gertrudes Maria), ou seja, “permitida desde que o escravo estivesse ‘sem senhor’, quando portanto nenhum domínio se perturbaria com tal intervenção”⁴⁹⁶. Ficavam expressamente vedadas para a alforria direta de escravos, cabendo apenas como “elemento de constituição do pecúlio”. Como sentenciaria, em 1873, o Dr. Elias Pinto de Carvalho, no caso já apresentado da escrava Basília, de Sabará, se antes do Regulamento e diante dos termos em que fora publicada a Lei do Ventre Livre, “poder-se-ia entender que a liberalidade de terceiro (...) pudesse ser tal que conferisse ao escravo o direito à alforria”⁴⁹⁷, depois dele isso seria dificilmente acatado. O sentido restritivo de direitos que marcou o espírito dessa normativa foi escancarado por seus próprios leitores, como o já citado F. de Araújo, no comentário ácido que publicou sobre a postura dos “homens formados em Direito” ainda sobre a causa de Basília. A observação sugere que ele pudesse ser, assim como José Correa Lisboa e Joaquim José Pedrosa, não bacharel, mas um solicitador-curador:

é extraordinário que homens formados em Direito tenham a simplicidade de admitir que o regulamento, expedido para execução duma lei, possa restringi-la (...) a revogação franca e brutal da lei tornar-se-ia mil vezes preferível ao espetáculo vergonhoso de sua sofismação nos tribunais.⁴⁹⁸ (grifos nossos)

Mais uma vez é notável a fronteira entre os “homens formados em Direito” e os simples “homens do foro”. E, novamente, podemos assinalar nessa passagem elementos de um imaginário sobre a produção do direito. A lei, amadurecida pelo Parlamento, parece ser reconhecida, até mesmo por um leigo, como sua fonte por excelência, não passível de “restrição” pelo Poder Executivo ou de “sofismação” pelo Judiciário. Uma crítica velada à interferência política do primeiro e à excessiva volatilidade hermenêutica do segundo está presente tanto nos defensores da liberdade, como da propriedade, descortinando uma cultura jurídica onde o arcabouço legal não tinha apenas um sentido instrumental para um ou outro lado da disputa, mas era uma alegoria forte sobre o funcionamento do Estado e da sociedade. O *legalismo* característico dessas fontes enquadra-se na categoria usualmente articulada pela historiografia jurídica de *positivismo legal* (*Gesetzpositivismus*), que desde as últimas décadas do século XVIII

⁴⁹⁶ MENDONÇA, J. M. N. Idem, p. 284.

⁴⁹⁷ NEQUETE, L. *Op. cit.*, p. 86.

⁴⁹⁸ NEQUETE, L. Idem, p. 94.

media forças com a doutrina, em primeiro lugar, e com a jurisprudência⁴⁹⁹, depois dela, na tentativa de delegar a elas um papel subsidiário, ancilar. O clássico opúsculo de L. A. Muratori, *Dei difetti della giurisprudenza* (Dos defeitos da jurisprudência), datado de 1742, parece servir de remoto pano de fundo às queixas de F. de Araújo sobre os defeitos dos “homens formados em Direito”. O solicitador também devia ter em mente, em seu desabafo, os marcos da Escola da Exegese e a propaganda da codificação francesa como modelos a serem seguidos pelo Brasil. As expressões empregadas pelo comentarista sobre a atuação dos tribunais revelam que ele abraçara a proposta de Montesquieu, para quem os juízes não deviam ser nada além da “boca que pronuncia as palavras da lei, seres inanimados que não podem moderar nem a força, nem o rigor dela”⁵⁰⁰. Insinua-se aqui uma queda de braço de inspiração francamente revolucionária:

(...) com o advento da Revolução [Francesa], da legitimidade política que ela trouxera à lei e da desconfiança que lhe é característica quanto ao corpo dos magistrados e dos juristas, a idéia do primado da lei ganha tanta força que chega a levar à pura e simples proibição da interpretação, obrigando os tribunais a recorrerem ao legislativo “sempre que entendessem necessário interpretar uma lei” (*refere législatif*, lei francesa de 16-24 de Agosto de 1790)⁵⁰¹.

O sonho de interdição à interpretação da lei deve ter sido sonhado conjuntamente mesmo por antípodas como F. de Araújo e o Senador Teixeira Jr. Embora defendendo posições absolutamente contrárias em seu fim último, nenhum dos dois podia acatar as “sofismasções” ou os “escandalosos abusos” da Justiça na aplicação da legislação imperial. O fenômeno extravasava as fronteiras nacionais: Hespanha identifica o mesmo tipo de queixa contra a discricionariedade dos juízes já nos debates acerca da Constituição portuguesa de 1822⁵⁰².

Transpondo o debate para Curitiba, se o capitão Bittencourt pode ter dado, em nome da liberdade, exemplos para os ditos “abusos” do senador, Silveira da Motta Júnior não se furtava a algumas “sofismasções da lei” na sua prática jurisdicional, numa cruzada pela propriedade (e, facilmente, pela família e religião também). Embora a ideia

⁴⁹⁹ Não podemos esquecer que, durante o Império, o Executivo teve um papel ativo no emolduramento dos sentidos da lei, pela faculdade de dirimir dúvidas a respeito de sua verdadeira interpretação por meio de consultas e avisos dos ministérios. Há alguns anos, por exemplo, José Reinaldo Lima Lopes vem insistindo que “a cultura jurídica brasileira do século XIX encontra-se desenvolvida em parte na atividade do Conselho de Estado, que foi sobretudo um conselho de jurisconsultos.” (LOPES, José Reinaldo Lima. *Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira*. In: Almanack Braziliense, n. 5. São Paulo, maio/2007, p. 5). A relação estreita entre os juristas imperiais e o Conselho de Estado foi articulada também em: SOUZA, André P. Op. cit., p. 79-84.

⁵⁰⁰ MONTESQUIEU, Charles de. *O espírito das leis*, Livro Décimo Primeiro, Capítulo VI.

⁵⁰¹ HESPANHA, A. M. *Cultura jurídica européia...*, p. 379.

⁵⁰² HESPANHA, A. M. *Um poder um pouco mais que simbólico...*, p. 173.

de que era o Legislativo o “fiel intérprete da lei” vibrasse também nas argumentações de Fernandes de Barros e José Correa Lisboa, nenhum deles expusera tamanha “desconfiança quanto ao corpo dos magistrados”, cavando mais uma fronteira entre a cultura bacharelesca e a cultura jurídico-política leiga mais geral. No caso brasileiro, mais do que uma opção intelectual entre o “legalismo” francês e o “doutrinarismo” alemão, o que estava em jogo eram dois projetos de governabilidade divergentes: o da burocracia imperial (ao qual os bacharéis estavam visceralmente associados e eram mesmo rebentos), que controlava não só os poderes Executivo e Moderador, mas em grande medida o próprio Judiciário (especialmente após as reformas judiciais de 1841 e 1871) e o dos aliados dessa ordem (fossem as antigas elites agrárias, fossem alguns setores médios urbanos), que enxergavam no Poder Legislativo (e, como vimos, no *processo legislativo*) um espaço de representação política mais legítimo e, a apesar dos pesares, menos autoritário, num *pathos* potencialmente transplantado do ideário da *volonté générale* da Revolução Francesa⁵⁰³.

O quanto dessa crítica às autoridades judiciárias era merecida de fato, é difícil mensurar. Inexiste ainda, ao que temos notícia, um estudo que se detenha sobre as ações de liberdade impetradas dentro do período de pouco mais de um ano que vai da publicação da Lei de 28 de Setembro até sua normatização em novembro de 1872. Ficamos no zero-a-zero para alçar vãos mais altos de generalização. Esse esforço empírico poderia ajudar a avaliar em que medida não teriam sido as próprias decisões contrárias aos senhores nos foros locais – decisões consideradas ultrajantes, como a do capitão Bittencourt, em Curitiba – as responsáveis por um impasse que levaria o governo imperial a restringir a margem hermenêutica deixada, a princípio, aos juízes de primeira instância na execução da lei. O fato de que era atribuição do Executivo, e não do Legislativo, regulamentá-la é outro dificultador, uma vez que não podemos hoje contar com a mesma profusão de atas de debates parlamentares, eloquentes como o discurso do senador Teixeira Júnior, que voltaria ao tema, dois anos mais tarde, contra os excessos dos juízes. Da leitura dos processos curitibanos, no entanto, emerge

⁵⁰³ O sentimento em relação aos códigos napoleônicos é emblemático disso. Acreditava-se que “tinham sido o resultado de um processo legislativo conduzido pelos órgãos representativos da nação francesa. Consistiam, assim, a concretização da *volonté general*. Uma coisa e outra contribuíam para lhes dar o ar de monumentos legislativos definitivos, cientificamente fundados e democraticamente legitimados. Perante eles, não podiam valer quaisquer outras fontes de direito” (HESPANHA, A. M. *Cultura jurídica européia...*, p. 378). No entanto, não demoraria para que a farsa da “vontade geral dos cidadãos” fosse desmascarada, pela mediação dos burocratas, pela partidocracia e pela manipulação dos governantes. “Com o progressivo alargamento do universo dos cidadãos em contato com o direito oficial, torna-se mais evidente que este é uma ordem estranha às convicções sociais de justiça” (Idem, p. 381).

reivindicação similar dos senhores pelo respeito à “propriedade actual”, que nos permite contextualizar a recusa tanto de Silveira da Motta Júnior quanto de Agostinho Ermelino de Leão em aceitar a validade dos pecúlios de Hypólito e de Joana, sob a alegação de que sua procedência era desconhecida ou, quando conhecida, ilegítima.

A nova regulamentação ansiada por Teixeira Jr. nunca veio. Na contramão do que ele propunha, o Supremo Tribunal de Justiça concederia, em 1877, o recurso de revista por “nulidade manifesta” e “injustiça notória” à crioula Rosa, assumindo que a legislação brasileira proibia apenas as liberalidades *diretas* de terceiro, e não aquelas com intuito de formação do pecúlio. O giro interpretativo parecer ter sido emanado da Corte para os demais tribunais de segunda instância: o caso se iniciara no Rio de Janeiro e os desembargadores do tribunal capricharam ao decidir que “*as liberalidades de terceiro, indirectas, feitas no intuito de constituírem pecúlio, podem servir de elemento para que o escravo requeira arbitramento para alforria*”⁵⁰⁴. Isso ocorreu em fevereiro de 1876 e, já no mês seguinte, a Relação de Porto Alegre firmou que a doação de benfeitores “constitue legitimo pecúlio nos termos do §2º do art. 4º da lei de 28 de Setembro de 1871”⁵⁰⁵. Até ali, inabalável permanecera a decisão-paradigma do caso da escrava Basília. Todavia, interposto o recurso de revista, foi designada para julgá-lo, a Relação de São Paulo, que anuiria com o raciocínio do STJ, assentando, em 3 de agosto, que contra o “generoso princípio” do art. 4º da Lei 2.040, somente poderia prevalecer evidência cabal da ilegitimidade do pecúlio⁵⁰⁶, invertendo completamente o ônus da prova que barrara as liberdades de Joana e Hypólito em 1874. Aqueles “homens formados em Direito” adotavam, por fim, a doutrina propalada, anos antes, pelos quase anônimos “homens do foro” (curadores e solicitadores como F. de Araújo). E, como derradeiro elo da cadeia jurídica, “homens da lei” (legisladores como o senador Teixeira Júnior), novamente na rabeira do trem da história, positivariam essa questão: a Lei n. 3.270 de 28 de setembro de 1885 (Lei dos Sexagenários), que regulava “a extinção gradual do elemento servil”, dispunha em seu art. 2º, §9º: “*É permitida a liberalidade directa de terceiro para alforria do escravo, uma vez que se exhiba preço deste*”. Não é de se admirar que com a diminuta representatividade social de sua base eleitoral –

⁵⁰⁴ *O Direito*, v. 13, 1877, p. 134-136.

⁵⁰⁵ *O Direito*, v. 21, jan./abril 1880, p. 91.

⁵⁰⁶ *O Direito*, 1877, v. 14, set./dez. 1877, p. 88-89. L. Nequete confirma também essa genealogia (NEQUETE, L. *Op. cit.*, pp. 95-96).

restringida pelas limitações ao exercício de direitos políticos, como o voto⁵⁰⁷ – o Legislativo imperial, a despeito das muitas esperanças que os liberais pudessem nele depositar, fosse extremamente relutante a qualquer avanço do “elemento servil”, estando sempre um passo atrás no reconhecimento de seus direitos. Fora assim com o pecúlio: primeiro praticado, depois judicializado e, somente então e com resistência, legislado. Era assim com a liberalidade de terceiro, reiterando a tese sobre a relevância política das lutas judiciais, pois, nos tribunais, essa mutação não passou em branco: a causa de Silvério, em 1886, por exemplo, solucionada favoravelmente e com impressionante agilidade, seria uma das que já tramitaria sob os auspícios incontrovertidos desse novo entendimento sobre a liberalidade. Era essa, então, a origem das lamentações de Tertuliano Teixeira de Freitas que ralhava que os senhores já não pudessem questionar a liberdade em si nos arbitramentos, mas tão somente o seu valor.

Mas na capital da Província do Paraná, antes da lei de 1885, vimos que pelo menos a africana Margarida já tinha feito seu dever de casa e sabia calcular bem o quanto valia sua pessoa. Em maio de 1880, a meio caminho entre o fatídico maio de 1874 de Joana e o festejado maio de 1888 de Isabel, ela não deixou-se enganar e indenizou, a contragosto, por 350 mil-réis seu teimoso senhor, tornando-se livre após um processo que durou menos de quatro meses e no qual o Dr. Emygdio Westphalen, juiz municipal, não encontrou qualquer óbice: homologou o arbitramento e admitiu sem maiores inquirições a soma apresentada⁵⁰⁸. Ou seja, os muitos cuidados que cercavam a comprovação da legitimidade dos meios de formação do pecúlio pouco importavam mais. De Joana a Margarida, quanto mudou!

A vitória de Margarida não pode ser atribuída à benevolência do magistrado. Reforçamos que ela decorre da subordinação dos entendimentos jurídicos locais às posições jurisprudenciais nacionais, dos tribunais superiores. No ano anterior, por exemplo, esse mesmo juiz municipal fora alvo de muitas críticas na imprensa e suspeitas de favorecimento, ao nomear para Antonio, em sua ação de arbitramento, um curador “amissíssimo do senhor do escravo”⁵⁰⁹. O mesmo artigo o acusava de negligência e mora na execução do processo, razão pela qual o cativo deve ter-se

⁵⁰⁷ Quem ilustra essa realidade é Jayme Antônio Cardoso, calculando que, com as reformas introduzidas pelo Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, segundo o qual foram os analfabetos proibidos de votar, o quadro de votantes de Curitiba foi reduzido de 2005 para apenas 369 pessoas¹²⁰ (CARDOSO, Jayme Antonio. *A população votante de Curitiba - 1853-1881*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, 1974, p. 113-118.)

⁵⁰⁸ Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR PB 045 PI 7745, Cx. 295.

⁵⁰⁹ Publicado n’*O Paranaense*, 12 de outubro de 1879 (PENA, E. S. O jogo da face..., p. 341).

desanimado com a causa, que não caminhava, achando um jeito mais convencional de garantir sua liberdade: no inventário de D. Anna Eufrásia de Oliveira Ribas, no mesmo ano, o carpinteiro de 50 anos completou com seu pecúlio os 600 mil-réis em que fora avaliado⁵¹⁰. A prova disso é uma petição datada de 24 de abril de 1879, depois de concluídas as negociações extrajudiciais, em que Antônio José Ferreira, filho e herdeiro de D. Anna, peticiona pelo levantamento dos 200 mil-réis que se encontravam em poder da Tesouraria da Fazenda, referentes ao depósito prévio da ação de Antonio, pois sua alforria já teria sido concedida "de acordo com o escravo e seu curador". O tal curador devia mesmo ser amigo e comparsa do senhor Ferreira, poupando-lhe o trabalho (e o dinheiro) de uma disputa judicial e demonstrando que nem todos os patronos cumpriam com lisura o juramento de defender os direitos de seus curatelados. E que nem todos os juízes (especialmente os municipais, que não eram empossados pelo Ministério de Justiça, como os de direito, mas pelo governo provincial) eram tão imparciais assim.

Uma última glosa sobre o caso: Antonio era irmão do pardo Angelino, que, alguns meses antes, iniciara a ação já estudada contra o mesmo Antônio José Ferreira, igualmente presidida, em primeira instância, por seu amigo E. Westphalen (que se dera o luxo de ser duplamente arbitrário, pois para Angelino nomeara o procurador da parte adversária)! Essas e outras lhe granjearam a nada honorífica alcunha de “juiz feijão”, escrachado nas páginas d’*O Paranaense*, naquele ano de 1879:

O Juiz Feijão

É um herói... nas ferraduras,
Um sábio... na presunção;
Tem sabor de rapadura
Misturada com feijão

...

É juiz... por impiedade
D’esta triste situação,
Ele confunde hermenêutica
Com caldo de feijão

...

Seus despachos são pautados
Contra o direito e razão;
Só tem a praxe estudada
Da carne seca e feijão.⁵¹¹

Se a carapuça servia mesmo, não nos cabe julgar. As linhas pouco laudatórias ao menos aguçam a curiosidade para um outro universo da experiência jurídica

⁵¹⁰ Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7648, Cx. 291.

⁵¹¹ *O Paranaense*. Curitiba, 23 nov. 1879, p. 3. NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 49. Íntegra no Anexo 5.

oitocentista, o da polêmica jornalística, na qual curadores de escravos como Luiz Gama também se refestelaram⁵¹². Essas imprecações eram desforras contra magistrados surdos às suas reivindicações. Da parte de seus curatelados, o caso é expressivo para mensurar o quanto a família era um espaço importante de circulação de *experiências jurídicas escravas*, minúcias, contatos e notícias de sucesso passando de um membro a outro com uma esperança de liberdade que nem sempre se confirmava realizável. Angelino dobrou seu senhor no conflito, Antonio teve de se virar para negociar. Só que mesmo essa negociação já era assistida pelo “favor legal” à liberdade. Dois anos antes o Supremo Tribunal de Justiça decidira que “*o escravo que litiga por sua liberdade, protestando, no correr da acção, exhibir, caso seja vencido, o preço por que foi avaliado no inventario, tem o direito de, exhibindo o dito preço, ser alforriado*”, inobstante provir a quantia apresentada de liberalidade terceiro⁵¹³. Quem não tem ação, passa com trato. Com um contrato, neste caso, que o senhor Ferreira teve de engolir a seco.

Entre libertos e retidos, chegamos até aqui com uma questão em aberto. O que teria dito o Dr. Agostinho Ermelino de Leão caso o senhor de Margarida tivesse apelado da sentença, com base nos mesmos argumentos com que saíra vitorioso o capitão Saldanha, anos antes? Para conjecturar aqui o que quer que seja, imprescindível é determinar a motivação que levara, em 1874, o juiz de direito a contrariar os interesses de Hypólito e, no ano seguinte, repetir a façanha contra Joana. Dentre as três hipóteses anteriormente aventadas (convicção ideológica; submissão aos interesses senhoriais; ou alinhamento com a cúpula da judicatura), já pudemos reunir fragmentos para sustentar a terceira, relativizando, nesse aspecto, o que o próprio Joaquim Nabuco notou, em 1883:

Quanto à capacidade civil, pela lei de 28 de setembro de 1871, é permitido ao escravo a formação de um pecúlio do que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. Mas a aplicação da lei depende inteiramente do senhor, o qual está de posse do escravo, e, portanto, de tudo o que ele tem, num país onde a proteção da magistratura aos escravos não é espontânea nem efetiva.⁵¹⁴ (grifos nossos)

O diagnóstico pessimista de Nabuco não dizia respeito diretamente à legalização do pecúlio, mas à dificuldade de sua implementação, fosse, extrajudicialmente, pela limitação do consentimento senhorial, fosse judicialmente, pela subserviência dos

⁵¹² Essa dimensão da vida do abolicionista foi bem explorada por Azevedo. Vide: AZEVEDO, E. *Orfeu de Carapinha...*, p. 79-138.

⁵¹³ Revista Cível n. 9062 (*O Direito*, v. 13, maior/ago. 1877, pp. 256-266).

⁵¹⁴ NABUCO, J. Op. cit., p. 120.

operadores da lei aos interesses escravagistas. Para o caso particular do Dr. Ermelino de Leão, todavia, a possibilidade de que suas decisões encontrassem lastro unicamente na política local dos proprietários cai por terra diante da postura adotada pelo juiz no caso do escravo Silvério, em que ousou anular um arbitramento sobremaneira favorável ao senhor (ainda que a ingerência de outros interesses escusos não possa ser completamente descartada). A seu turno, a hipótese da convicção não subsiste em meio a um contingente de sentenças favoráveis aos escravos que, nem por isso foram objeto de recurso. Se Ermelino de Leão não passasse de um empedernido opositor da libertação dos negros ou da alforria por indenização, seguramente os senhores o teriam acionado para reverter as decisões do juízo municipal inúmeras vezes.

Vencidas as demais suposições, resta-nos a hipótese do alinhamento institucional e da fidelidade política para com a ordem (e, portanto, também para com o ordenamento jurídico) imperial. Não se trata apenas de um jogo de exclusão. Dois fatores nos levam a respaldar essa interpretação: em primeiro lugar, a surpreendente estabilidade da qual usufruiu esse magistrado que, tendo ocupado sua função por mais de 20 anos (1865 a 1886), exerceu também o cargo de presidente de província por cinco mandatos⁵¹⁵ (quatro deles até 1870 e o último por uma semana em maio de 75, mês em que foi remetido o processo de Hypólito para o Tribunal da Relação). Seguramente deveria atender aos interesses do governo central, responsável por tais nomeações. Soma-se a isso, o fato de que, efetivamente, inexistem, para o termo de Curitiba, decisões contrárias às liberdades por indenização depois de 1877, ano em que, como pudemos observar, a Relação de São Paulo, à qual o Paraná estava sujeito, reverteu o entendimento que ela mesma conservara até então. Essa evidência, ao lado da menção feita pelo próprio Ermelino de Leão sobre a jurisprudência da Corte, sugere firmemente uma adesão sua à doutrina hegemônica dos tribunais superiores. Conforme ela se alterava, nacionalmente, também mudavam as sentenças em nível local, revelando o compromisso da magistratura não só com o campo jurídico e sua lógica interna, mas sobretudo com a estrutura imperial, seu reforço e sua manutenção. Parte dessa obediência dizia respeito à centralização do poder e ao papel que a magistratura cumpria como intermediária entre forças locais e nacionais:

As condições sociais e institucionais (...) acentuavam a dimensão prudencial dessa prática judicial que era um tipo de prática prudencial. Na tomada de decisão, o

⁵¹⁵ CARNEIRO, David. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994, p. 18.

magistrado era colocado diante de uma situação complexa: ele devia considerar instrumentos legais heterogêneos, fundados em princípios contraditórios e conceitos jurídicos confusos, indivíduos de diferentes categorias sociais, outras circunstanciais particulares da situação (...) e os efeitos políticos e sociais de sua decisão. Politicamente, havia considerações relacionadas à estabilidade da ordem política imperial e à fidelidade partidária do magistrado. Em seguida, o magistrado confrontava-se com lealdades locais e expectativas de conduta contrárias ao enunciado genérico das normas legais que deveria “aplicar”.⁵¹⁶

Isso que Andrei Koerner denominou “a dimensão prudencial da prática judicial”, característica do Judiciário na sociedade escravista brasileira, permite refletir sobre muito mais do que perfis biográficos, adentrando a esfera das relações de poder e o grau de autonomia do “domínio da lei”⁵¹⁷, na expressão de Thompson, nas últimas décadas do século XIX. Tanta preocupação justificava-se porque, àquela altura, já parecia certo que a luta entre juristas e representantes do povo (parlamentares) pelo poder de dizer o direito não se resolveria em definitivo: “os próprios códigos vinham armadilhados no sentido de garantir a última palavra dos juristas. Recheados de definições ou cláusulas gerais, remetendo para o direito natural, como fonte de integração de lacunas”⁵¹⁸.

Com a faca e o queijo nas mãos, Ermelino de Leão poderia, mas não quis extrapolar. Em defesa dessa leitura, soma-se ao nosso argumento um indício mais sutil, de micro-escala: os misteriosos períodos em que a ação da preta Joana ficara estagnada. Cruzando essas datas (junho a dezembro de 1874 e dezembro de 1874 a março de 1875) com as do processo de Hypólito (que teve sua apelação julgada por Ermelino de Leão em outubro de 1874, sendo remetido para apreciação da Relação apenas em maio de 1875) identificamos uma dinâmica de paralelismo e sincronia entre as duas causas. Há sinfonias em que as pausas são mais expressivas do que a melodia. A orquestra do judiciário parece executar uma delas. Ao que tudo indica, mesmo um juiz como Silveira da Motta Júnior que, em alguma extensão, compartilhava dos preconceitos e da mentalidade dos senhores sobre o pecúlio dos escravos, como provam suas sentenças, preferiu esperar para conhecer a opinião de seu superior hierárquico (o juiz de direito Ermelino de Leão), no caso de Hypólito sobre o tema para, só então, dar sua própria sentença no processo de Joana. Por sua vez, a publicação da decisão do caso de Hypólito e a remessa dos autos por Ermelino de Leão à Relação somente em maio de 1875 (dias depois de passar um brevíssimo intervalo na presidência da província) poderiam ser resultado da determinação do juiz de direito em conhecer e uniformizar

⁵¹⁶ KOERNER, A. Op. cit., p. 62.

⁵¹⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 348.

⁵¹⁸ HESPANHA, A. M. *Um poder um pouco mais que simbólico...*, p. 195.

primeiro a jurisprudência local sobre o assunto (pode ser que ele até tenha aproveitado essa semana para encaminhar uma consulta sobre o assunto ao governo imperial, o que apenas poderia ser feito mediante uma coleção de casos e não a partir de demandas esparsas⁵¹⁹). Na causa de Joana, não há registro de remessa, mas ela pode ter subido conjuntamente com a de Hypólito para São Paulo. Tampouco conhecemos o teor dos acórdãos que de lá retornaram, mas não seria impossível intuí-lo. Seguindo a solução predominante no período, as maiores chances são de que os desembargadores tenham folgado em confirmar as decisões do bem-comportado termo de Curitiba. Ao contrário do que temia Teixeira Jr., as autoridades judiciárias locais não desprezavam o “prudente arbítrio”. Contudo, a dimensão prudencial de sua prática compreendia uma complexidade muito maior do que os simples interesses dos senhores, a que o senador dava voz. Era preciso fomentar e solidificar a ordem jurídico-política imperial, sem desestabilizar demais os poderes informais em funcionamento. Complementando a percepção arguta de Joseli Mendonça, se as ações de liberdade podiam medir o prestígio ou desprestígio dos senhores⁵²⁰, também deviam medir o grau de proximidade destes com o poder central, dentro do esquema no qual se acomodavam os magistrados. Curitiba, como uma capital periférica no cenário político do período, não ofereceria tantos nomes que os juízes, cujo poder era mais tributário de investidas imperiais do que locais, temessem desagradar. Pelo visto, Ermelino de Leão era um dos que se opunha ao mandonismo local com o legalismo imperial, fazendo do direito mais um aparato de manutenção da ordem do que de disputa ideológica, o que lhe valeu seus tantos anos incólume no cargo e os louros de seus contemporâneos como um magistrado intrépido e “justiceiro”⁵²¹. O único dissenso, em todo esse quadro, parece ser o capitão João José Belarmino de Bittencourt, que dava a impressão de não estar muito preocupado em rezar pela cartilha imperial. Era o único dos três, igualmente, que tampouco era bacharel, um “homem formando em Direito”, nas palavras de F. de

⁵¹⁹ O mecanismo da “dúvida”, como era denominada esse tipo de consulta, sujeitava casos difíceis à decisão do governo imperial. Por seu procedimento, deveriam primeiro ser remetidas aos presidentes de província, que avaliavam se as encaminhariam ou não à Corte. Havia sérias reclamações sobre o modo como os juízes utilizavam o mecanismo, tornando lenta a administração local das justiças e excluindo a resolução dessas demandas dos tribunais superiores, em via de recuso. Vide: KOERNER, A. Op. cit., p. 66-67. Vasculhando a documentação provincial ou ministerial somente teríamos como confirmar essa suposição, o que não convém no momento, mas poderia reforçar ainda mais essa interpretação “unificadora”.

⁵²⁰ MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis...*, p. 287.

⁵²¹ PERNETTA, Emiliano. *Justiça*. Vide Anexo 6.

Araújo. E isso não é pouco. Voltaremos a explorar à frente, o papel desses sujeitos *liminares* como protagonistas da cultura jurídica da liberdade.

Mais abrangente, porém, a progressiva descaracterização do domínio patriarcal dos senhores (tanto por uma intensificação dos vetores liberais “de cima”, quanto pela insubordinação crescente “de baixo”), da qual o enfraquecimento do controle sobre os movimentos e transações dos escravos era uma faceta, especialmente nas cidades, ultrapassava a realidade da comarca. Ações de liberdade por arbitramento inundavam os foros de todas as províncias, passando a figurar cada vez mais também nas publicações jurídicas, como pudemos discernir. Nas décadas de 1870 e 1880, a mediação da justiça era um recurso que os escravos usaram intensamente e – aos olhos de muitos senhores descontentes – também abusaram. A verdade é que seus temores não eram de todo infundados. A ideia do *direito de alforria forçada*, agora “aberta na alma dos escravos”, significou também a abertura de uma senda incontornável que poderia conduzi-las à tão sonhada liberdade. A dimensão dessa alternativa pode ser avaliada diante dos dados que figuram na Lista de *Classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação*, de 1875: pelas observações ali registradas, apenas 2 dos 677 escravos então existentes em Curitiba tinham autorização expressa para reunir pecúlio próprio, subindo o número para 5, num universo de 1645 escravos, se acrescidos aos de Curitiba os dos termos circunvizinhos⁵²². Por conseguinte, o significado político do reconhecimento legal do pecúlio e da alforria conquistada através dele, sobrepondo-se à vontade senhorial, não pode ser reduzido, em face da quantidade de cativos que ingressou com ações desse tipo: em sua maioria, devem ter assustado seus proprietários com a notícia das suas economias. Daí as imprecações tão enfáticas contra tais escravos “abusados” e seus coadjuvantes. Por meio desses novos aliados que agora podia recrutar entre figuras oriundas das classes médias urbanas – especialmente profissionais liberais, que transitavam pelos foros da cidade e da experiência jurídica mesma que ia amalhando em suas vitórias e derrotas, ampliavam-se os horizontes políticos da comunidade escrava curitibana. Consequência do mesmo movimento de circularidade cultural, esses atores, desde os mais “populares”, como os solicitadores, até os mais vinculados ao poder central, como os juízes de direito, auferiam novas perspectivas sobre a escravidão e seus pilares, que iam sendo roído também por dentro das instituições. À medida que as autoridades judiciárias foram obrigadas a se manifestar

⁵²² Casa da Memória de Curitiba. 1875. 308.567, Cx 613. Além de Curitiba, estavam inclusos os termos de Votuverava, Iguassú, Campo Largo, São José dos Pinhais e Arraial Queimado.

sobre os limites do poder senhorial, os próprios tribunais foram revestidos de uma nova simbologia por parte de quem buscava concretizar a esperança de deixar o cativeiro. E não foram poucos. De longe, os arbitramentos constituem o grupo de processos mais volumoso no universo processual com que nos deparamos. Incompletos estão o de Maria, esposa do liberto Ricardo⁵²³; de Francisca, pertencente à Francisca Joaquim Lustosa de Andrade⁵²⁴; de José, o escravo doente de João Baptista de Christo⁵²⁵. Desconhecemos o que foi feito deles, mas, com o perdão do trocadilho, não havia Cristo que os demovesse de seu afã de liberdade. A coragem de enfrentarem seus senhores, não raro com suas próprias armas, sobreviveu ao júbilo ou infortúnio de suas opções. Centímetro a centímetro, disputaram também os sentidos da lei dos brancos, afrouxando os laços que a eles os vinculavam. Os negros poderiam, finalmente – e não sem um toque de cinismo ou ingenuidade liberal⁵²⁶ (que embaralhava de maneira assombrosa as cartas do liberalismo e do legalismo, da liberdade e da liberalidade) – tornar-se proprietários: primeiro do seu pecúlio e, com alguma sorte, de si mesmos.

⁵²³ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7364, Cx. 282.

⁵²⁴ Em 11 de março 1881, Francisca Joaquina Lustosa de Andrade pediu ao juiz municipal, na ação de arbitramento em que foi avaliada sua escrava Francisca, que fosse retirada a negra do depósito com Florindo da Motta Bandeira "para melhor garantia da própria libertanda e da peticionaria" (Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7358, Cx. 282. Obs.: no maço existem diversos documentos avulsos).

⁵²⁵ Data de 03 de agosto 1881 a petição inicial de ação de liberdade do escravo José, de João Baptista de Christo, sexagenário, requerendo arbitramento de seu valor e fazendo depósito do pecúlio, por estar inválido para os serviços e ter o braço deslocado, escrita por seu curador Joaquim d'Almeida Faria Sobrado (Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7358, Cx. 282. Obs.: no maço existem diversos documentos avulsos).

⁵²⁶ Uma das figuras que, segundo Grinberg, melhor parece ter encarnado uma espécie de legítimo imaginário liberal, sendo forçado a adaptá-lo a uma realidade escravocrata, com soluções nem sempre convencionais para o dilema, foi o próprio Antonio Pereira Rebouças: "Assim, se seu projeto parece ter sido o primeiro que juridicamente tentaria legislar o famoso pecúlio, uma prática tão disseminada na sociedade que até viajantes como Henry Koster achavam que ela era mesmo uma lei, ele o restringia a uma das únicas formas que considerava legítima: a demonstração do direito à liberdade via comprovação de propriedade" (GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 124).

4. Ingênuos, mas nem tanto: a contradição no ventre da condição servil

“Dois meninos nasceram na mesma noite de 27 de setembro de 1871, nessa fazenda cujo regime se pretende conservar: um é senhor do outro. Hoje eles têm, cada um, perto de doze anos. O senhor está sendo objeto de uma educação esmerada; o escravo está crescendo na senzala. Quem haverá tão descrente do Brasil a ponto de supor que em 1903, quando ambos tiverem trinta e dois anos, esses dois homens estarão um para o outro na mesma relação de senhor e escravo?”
(Joaquim Nabuco, 1883⁵²⁷)

4.1. A astúcia de ser ingênuo

A predominância das manumissões de mulheres escravas já foi objeto de inúmeros debates na historiografia brasileira e latino-americana. Estudos quantitativos em diversas localidades e períodos têm apontado para o fato de que elas foram maioria entre os alforriados, ainda quando o percentual de homens era muito superior no quadro geral da população cativa⁵²⁸. Divergências ocorrem, contudo, quanto à explicação atribuída a esse fenômeno. Parte dos pesquisadores, como Kátia Mattoso, justifica que “desde o início da instalação do sistema de trabalho servil, a mulher era considerada menos produtiva e com menor resistência física”⁵²⁹, logo, mais vantajosa sua libertação num cálculo de custo-benefício dos proprietários. Por sua vez, interpretações como a de Stuart Schwartz afirmam que “os laços de afeição, amor, parentesco suposto e consanguíneo desempenham um papel vital no processo da emancipação”, exemplificando sua tese com os casos, não raros, de senhores que alforriam amantes, acompanhadas de seus filhos ilegítimos⁵³⁰. Outras razões foram aventadas, como a

⁵²⁷ NABUCO, J. Op. cit., p. 194.

⁵²⁸ Um resumo desses resultados, comparados à realidade curitibana da virada do século XVIII para o XIX pode ser encontrado nos estudos de Lima: “Em Lima, por exemplo, as escravas representavam 67,7% dos manumitidos entre 1580 e 1650. Na cidade do Rio de Janeiro Mary Karasch encontrou, no período de 1807 a 1831, uma primazia de 64% de mulheres alforriadas, tendo esse índice atingido 68,7% entre 1794 e 1797. Na Bahia, Kátia Mattoso e Stuart Schwartz constataram igualmente que as escravas eram maioria entre os que conseguiam sua carta de alforria; os manumitidos do sexo feminino alcançaram, nos respectivos trabalhos, 61,6 e 66,9% do conjunto dos alforriados. Eliana Goldschmidt afirma que em São Paulo elas se fizeram presentes em 60% dos casos no período de 1729 a 1804. Somente em dois estudos as escravas representaram menos de 3/5 dos manumitidos, mas apesar disso, continuaram sendo a maioria entre eles. De acordo com Lyman Johnson, em Buenos Aires elas constituíam 58,8% dos manumitidos. Em Campinas, entre 1798 e 1888, Peter Eisenberg encontrou uma relativa equivalência entre o sexo dos libertados — 51,9% constituíam-se por mulheres.” (LIMA, A. B. M. Op. cit., p. 90).

⁵²⁹ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *A propósito das cartas de alforria – Bahia, 1779-1850*. In: Anais de História. Assis, IV : 23-52, 1972, p. 40.

⁵³⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745*. In: Anais de História. Assis, VI : 71-114, 1974, p. 96.

maior inserção das escravas nas atividades da pequena economia urbana, que permitiriam a constituição de pecúlios e solidariedades⁵³¹ (o valor mais baixo das avaliações de mulheres em ações de arbitramento pode ter franqueado a elas mais essa via de emancipação), bem como o medo das elites de que, a partir das alforrias concedidas aos homens, viesse a se formar um exército de negros e mulatos libertos que poderia, como os tão difamados capoeiras, conturbar e ameaçar a ordem pública.

Tais perspectivas enfatizam bastante a *preferência senhorial*, em detrimento da *motivação escrava* para compreender o fato. Adriano Lima, contudo, que aprofundou-se na discussão, comparando os modelos explicativos citados com o perfil divergente dos libertos curitibanos no início do oitocentos (quando parecia haver certo equilíbrio entre os sexos), chama atenção para os escritos de Peter Eisenberg⁵³² sobre a possibilidade de uma leitura “de ponta cabeça” dessa tendência, a partir do protagonismo dos negros na tentativa de romper a cadeia hereditária da sujeição. Consciente de que a legislação desde os tempos coloniais reconhecia no ventre da mãe a fonte da condição escrava, segundo o princípio jurídico incontestado do *partus sequitur ventrem*, a comunidade cativa

se mobilizaria em função da não reprodução da escravidão, ou seja, de que as crianças geradas dessas uniões não nascessem na condição de cativos. Para tanto era função da família escrava promover abortos e, de outra forma, privilegiar a mulher escrava no momento da alforria.⁵³³

Todas as explicações supramencionadas têm sua cota de razão e complementam-se mutuamente. Famílias escravas, como mistas, empenharam-se bastante na libertação das genitoras, que *grosso modo*, nem cogitavam de alternativas como o aborto. Em maio de 1876, por exemplo, Ricardo Antonio de Souza investiu os 300 mil-réis que possuía numa ação de arbitramento em favor de sua esposa Maria, escrava dos herdeiros de José Joaquim Gomes, com quem já tinha seis filhos⁵³⁴. Em 1879, Ignácia da Cruz azucrinava o chefe de polícia, Luiz Barreto Correa de Menezes, não só requerendo sua liberdade, como a de seus filhos e netos, benditos frutos de seu ventre⁵³⁵. Não é à toa que Hebe Mattos pôde quantificar um número impressionante de laços familiares explicitados em ações de liberdade, com destaque para a menção repetitiva a alguma

⁵³¹ Nesse sentido: DIAS, Maria Odila da Silva. *Nas fímbrias da escravidão urbana : negras de tabuleiro e de ganho*. In: Estudos Econômicos. São Paulo, 15 (nº especial) : 89-109, 1985.

⁵³² Vide: EISENBERG, Peter. *Ficando livre : as alforrias em Campinas no século XIX*. In: Estudos Econômicos. São Paulo, 17 (2) : 175-216, maio/ago. 1987.

⁵³³ LIMA, A. B. M. Op. cit., p. 89.

⁵³⁴ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7364, Cx. 282.

⁵³⁵ Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007 AP 0569, v. 10, p. 29.

mulher (mãe, avó ou bisavó) alforriada no passado como substrato jurídico das mesmas, a partir do que concluiu que essas relações constituíam “variável tão fundamental quanto a proximidade com a família senhorial para o acesso à alforria”⁵³⁶. Filhos também podiam significar braços para aquelas atividades de subsistência do núcleo familiar e, certamente, uniões formais ou informais eram um passo importante rumo à liberdade.

Quando esses infelizes rebentos chegavam a nascer sob o jugo de um cativo excessivamente pesado, por vezes, aí sim, medidas drásticas eram tomadas por seus pais. Adriana, ex-escrava do Coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva, foi pronunciada em 1887, em Curitiba, por infanticídio (art. 197 do Código Criminal)⁵³⁷. O que a levou a tamanho desatino? As peripécias vividas por Ignacia, coroadas pelo trágico desfecho do homicídio que cometeu contra o pequeno Antonio, de não mais de cinco anos, sintetizam o desespero a que algumas dessas mães devem ter sucumbido. Ludibriada por um contrato de prestação de serviços entabulado com seu inescrupuloso senhor, João de Abreu e Araújo, contra quem seu marido, homem livre, resolvera “procurar justiça”, a escrava se viu forçada a fugir de Guarapuava para livrar-se dos contínuos castigos que, deste dia em diante, passaram a lhe ser impostos. Seu companheiro faleceria algum tempo depois, ao passo que ela se abancaria com a criança nos arredores de Campo Largo, trocando de identidade. Sendo ali recapturada, quatro anos mais tarde, e temendo voltar às mãos de seu dono cruel, tomou, no final da tarde do dia 18 de abril de 1868, a atitude extrema de tirar com uma faca a vida de seu próprio filho que, como chegou a declarar no inquérito policial, “preferia ver antes morto do que penando”⁵³⁸.

A morte era, inegavelmente, uma saída extrema, mas uma saída de um beco que, às vezes, não oferecia outra. Durante o ano de 1878, ao menos duas mortes de escravos foram classificadas como suicídio, na capital⁵³⁹. É o que Reis e Silva denominam de *resistência do dia-a-dia*: “roubos, sarcasmos, sabotagens, assassinatos suicídios,

⁵³⁶ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 175. Famílias mistas (entre escravos e libertos), bem como famílias efetivamente mestiças, não foram inexistentes em Curitiba. Em 1869, o português Antonio Pinto Porto reconheceu como seu herdeiro Joaquim Pinto Porto, filho ilegítimo que tivera com a mulata Joaquina, alguns anos antes (Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6917, Cx. 266).

⁵³⁷ Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007 AP 0816, v. 17, p. 185.

⁵³⁸ Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6782, Cx. 262. O caso é narrado em minúcias por Pena (PENA, E. S. *O jogo da face...*, pp. 254-260).

⁵³⁹ Vários foram os casos de suicídio de escravos em Curitiba e arredores. Em 16 de janeiro de 1882, no campo comprido João, cativo de Manoel Jacinto do Prado, estrangulou-se. Em 16 de novembro anterior, “no Umbará uma escrava de João Pinheiro Baptista foi encontrada enforcada. As autoridades locais procederão às necessárias investigações.” (PARANÁ. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo Chefe de polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879, p. 41).

abortos”⁵⁴⁰. Nem sempre, contudo, a reação materna chegava a tanto. Em um contexto de menor tensão e contando com o auxílio da astuta africana Rita Maria da Piedade, sua mãe, que nos acompanhará ainda em futuras passagens, Vicência apanhou outro caminho para tentar subtrair o filho ao cativo de José Joaquim Teixeira Ramos: ocultou sua gravidez durante os nove meses da gestação, deu à luz às escondidas e fugiu em seguida para deixar o recém-nascido aos cuidados da avó, do que as pessoas da casa desconfiariam somente dias depois. Como notou também Spiller Pena, isso ocorreu em 1877, ou seja, diferentemente de Ignacia, já na vigência da Lei do Ventre Livre. Mesmo assim, o receio de uma mãe cativa não era menor para com o destino de seus filhos, fadados a passar seus primeiros 21 anos de vida “indenizando” os senhores por sua pouco comovedora liberdade⁵⁴¹. As reais condições de vida dos ingênuos não acompanhariam a mudança de sua condição jurídica: em 1880, quando os primeiros deles atingiram a idade mínima para tanto, na maior parte dos municípios paranaenses⁵⁴², não houve sequer um senhor que optou por libertá-los com a contrapartida pecuniária de 600 mil-réis do Estado, facultava pelo art. 10º do Regulamento de 13 de novembro de 1872. Exceção apenas para as poucas situações em que não interessavam os serviços dos menores, como para Francisco Alves Guimarães. O senhor não via a hora de livrar-se de Faustino, mulatinho cego de nascença, e acionou a justiça, em junho de 1881, antes mesmo que ele completasse os oito anos legalmente exigidos⁵⁴³.

É verdade, como sugere Schwartz, que houve casos em que a afeição pode ter falado mais alto que qualquer interesse egoístico dos proprietários. A história com que abrimos este trabalho, sobre o “amor filial” por que D. Maria da Costa Pinto deixou liberto o mulato Sebastião, não foi isolada. Anos mais tarde, também Mathias Falcão d’Andrade, que, em seu testamento, dizia não ter lhe dado Deus a alegria da descendência, alforriou o preto Cândido “em remuneração dos bons serviços que me

⁵⁴⁰ “Outros partem em busca de ‘padrinhos’ – ou às vezes de interessados coiteiros –, ou assumem uma posição não-colaboracionista, para pressionar senhores indesejáveis a vendê-los, ou ainda para voltar a antigos donos, com os quais haviam acordado, ao longo dos anos os limites da dominação” (REIS, J. J. e SILVA, E. *Op. cit.*, p. 62-63). Esperança, por exemplo, nossa conhecida de outros capítulos, é um típico exemplo da primeira das alternativas citadas.

⁵⁴¹ Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7665, Cx. 288. Corpo de delito da escrava Vicência.

⁵⁴² Exemplos dessa postura mostraram os municípios de Palmas (Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007 AP 0602, v. 14, p. 251) e Guarapuava (Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007 AP 0602, vol. 14, p. 250).

⁵⁴³ Faustino era filho da escrava Helena, então em poder do Dr. Emygdio Westohalen, juiz municipal do termo de Curitiba (Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 7811, Cx. 298).

tem prestado e amor filial que no mesmo tenho o qual gozará d'ella depois de meo fallecimento como se de ventre livre nacesse, sem condição alguma o que faço somente por esta verba que lhe servirá de título"⁵⁴⁴. Tanto amor paternal podia ser mais do que força de expressão. Seriam esses cativos rebentos bastardos, como sugere Schwartz?

Às vezes, não eram as crianças, mas as mães postiças que podiam contar com a gratidão daqueles a quem se haviam devotado. Na partilha dos bens de D. Maria da Glória, em 28 de janeiro de 1868, na paragem Tranqueira, do termo de Curitiba, seu filho Francisco Taborda Ribas requisitou

que a escrava preta crioula de nome Maria de idade mais ou menos de secenta annos a que os avaliadores não derão valor por ser demente se passe carta de liberdade com a condição de viver em companhia delle inventariante que se propoe a tratalla para não sofrer fome e sede por casas alheias que as pessoas dellas não terão a paciência que elle tem por estimalla por havelo criado.⁵⁴⁵

Todos os outros herdeiros logo anuíram ao pedido. Maria crioula, afinal, fora ama-de-leite de seu atual senhor, que a deixava liberta em um ato de suposta generosidade. Suposta porque não há outras informações em que nos possamos fiar para corroborar a versão da demência da escrava, além da palavra de Francisco. Suposta, igualmente, porque, embora não pareça o caso, ele bem poderia querer, na realidade, evitar as sanções que existiam para os que abandonassem seus velhos escravos, entregando-os à triste vida de esmolares, tais como as do art. 93 das posturas municipais de 1861⁵⁴⁶. Alguns dos que deram a seus cativos o destino que Francisco Ribas dizia abominar para sua ama Maria (como Antonio Alves Pinto, em 1871, com a octogenária Joanna, em Campo Largo) não escaparam de ser multados pelas autoridades⁵⁴⁷.

Todavia, se é possível encontrar, em meio à documentação estudada, indícios para fortalecer qualquer das vertentes teóricas, os fatores enunciados por Eisenberg pareceram ter um peso consideravelmente maior no direcionamento das atitudes dos escravizados e seus aliados nas últimas décadas do regime servil, ao menos quando observadas no contexto das lutas forenses do período. Sua interpretação, é certo, não exclui as demais, mas dá voz à inquietação dos próprios cativos com a perpetuação da

⁵⁴⁴ Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR PB 045 PI 7577, Cx. 288.

⁵⁴⁵ Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6828, Cx. 263.

⁵⁴⁶ “Art. 93 Abandonarem os senhores os seus escravos, obrigando-os a viver de esmolas: penas de 10 a 30\$000, sendo os senhores constrangidos a alimentarem e vestirem o escravo. Nas mesmas penas incorrerão os senhores que lhes passarem carta de liberdade em estado grave de moléstia ou cegueira, com o fim de não os alimentar e vestir.” (PEREIRA, Magnus R. de Mello (org.). *Posturas municipais – Paraná, 1829 a 1895*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 90).

⁵⁴⁷ PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 229-230

terrível herança da escravidão, que mãe nenhuma devia desejar para seus filhos. Nem estes para si mesmos, como demonstram as várias ações de liberdade fundadas no argumento do ventre livre. Antes de analisá-las, porém, cabe destacar que o estancamento da escravidão na sua fonte biológica era uma preocupação presente na mentalidade de um conjunto de atores que ia de membros de famílias escravas a membros do Parlamento, passando por integrantes de associações emancipacionistas e irmandades religiosas. Nesse sentido, é digna de nota a resolução da Loja Maçônica Perseverança, da mesma Paranaguá onde residia Rita Africana, mãe de Vicência. Em 18 de janeiro de 1868, precisamente três meses antes do infeliz desfecho do caso de Ignacia, seus integrantes instituíram dois procedimentos paralelos para compra de alforrias de mulheres escravas. O primeiro era destinado às crianças:

Art. 1º Todos os fundos, tanto da Thesouraria como de beneficência, que excederem de seus gastos, despesas ou benefícios secretos, indispensáveis; - em outros termos, todo o soldo de ambos os cofres, será, d’ora em diante, exclusivamente empregado em libertar escravos, de qualquer cor, unicamente do sexo feminino, que não tenham mais de quatro annos de idade ; - ou de idade menor, ou mesmo na pia, quando os senhores ou qualquer outra pessoa se quiserem encarregar de criá-los.⁵⁴⁸

Com outro público-alvo, o segundo deles tinha em vista as escravas mães consideradas “de melhor conducta”, que participariam do Sorteio das Libertandas, todo dia 23 de junho, durante as celebrações do São João⁵⁴⁹. Ao que consta, este foi um dos documentos pioneiros na posição emancipacionista que, aos poucos, passou a adotar publicamente a Maçonaria, por todo o Império⁵⁵⁰. Combinando critérios pragmáticos – a libertação do ventre escravo –, com critérios moralizantes – a exclusão do benefício para as escravas que ameaçassem a estabilidade dos lares “morigerados” – a manifestação não deixa de demonstrar o elevado interesse de alguns setores nessa forma “quase

⁵⁴⁸ “*Liberdade!* Resolução promulgada...”. Fonte: Museu Maçônico Paranaense. Registro Geral n, 01.396. Classificação Maçônica BR/PR – III 374L 0.159. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/Decreto_Libertacao-escravos.htm O documento é primeiramente assinado pelo Dr. Alexandre Bousquet, “delegado do Grão Mestre da Ordem”, sob inspiração do qual teria origem o movimento abolicionista em Paranaguá. Como revela Graf, a ele se associaria logo depois o Dr. Barros Júnior, juiz municipal daquela cidade e fundador do periódico *O Operário da Liberdade*, apontando para uma imbricação entre maçonaria, abolicionismo e movimento operário (GRAF, M. E C. Op. cit., p. 124-125).

⁵⁴⁹ Apesar de sua “benemerência”, a Loja explicitamente se declarava, no art. 4º do documento, “fiel ao imperioso dever de reformar e moralisar os costumes, já consagrando a santidade dos laços matrimoniaes, já vituperando libidinosos escândalos, a Loja Perseverança, exclue dos benefícios do art: 1º, os filhos de escrava com homens livres casados, brancos, ou de cor; e também com qualquer membro d’esta Aug. Loja, - mesmo solteiro”.

⁵⁵⁰ O assunto chegou a ser abordado em capítulo específico da obra clássica de Evaristo de Moraes (MORAES, E. Op. cit., Capítulo 10, p. 231-242).

natural” de extinção do trabalho cativo, que constituiria, aliás, o cerne do programa oficial de reformas da década de 1860. Por esses anos, o ventre da mulher escrava seria um dos principais campos de batalha em torno do qual giravam projetos divergentes de encaminhamento da questão. Novamente, Perdigão Malheiro, pajem do Conselho, tivera o papel central de lançar as bases sobre as quais se assentaria a proposta do governo. Em sua famosa conferência intitulada “*Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo*”, proferida no Instituto dos Advogados do Brasil, em 1863, o jurisconsulto insistira na “emancipação do ventre” como a solução ideal para o problema da escravidão brasileira, tese que fora abraçada por D. Pedro II e reproduzida no memorando por ele enviado a Zacarias de Góis e Vasconcelos, três meses depois⁵⁵¹. Foi como se desencadeou o processo legislativo que faria emergir, após o término da Guerra do Paraguai, o principal marco normativo sobre a instituição servil.

Uma década, uma lei e toda uma série de decretos e regulamentos se passariam até que, muitas léguas longe da Corte, um escravo revelasse também se angustiar com a questão da liberdade do ventre⁵⁵². Desconhecedor de quem fora Malheiro ou do que dissera, Amâncio pouco devia se interessar pelas candentes disputas do fórum político de seu tempo, mais ocupado que estava com a sua própria defesa. Aquele junho de 1874 (que presenciou também as rugas de Joana e Hypólito com seus senhores) foi mesmo agitado para o juízo municipal de Curitiba. Aos seis dias do mês, era Tertuliano Teixeira de Freitas (espantosamente, aliás, para seu perfil pouco afeito à curatela de libertandos, que dissecaremos mais à frente) quem relatava, com certo distanciamento:

Amâncio, que até hoje tem sido considerado escravo de José Teixeira da Cruz, vem a presença de VSa. apresentar o documento junto, pelo qual mostra ter nascido de ventre livre; e como tenha soffrido em seus direitos pelo estado de escravidão, vem requerer a VSa. que se digne de mandar manter o Supple. em sua liberdade, marcando-se prazo ao Supple. para propor a acção a que se julgar com direito (...)

O trunfo de Amâncio vinha das mãos de um parente do juiz municipal. Tratava-se de uma certidão datada de 28 de maio e passada por Francisco José Correia Bittencourt, vigário da Paróquia de São José dos Pinhais. O documento descrevia como, em julho de 1833, na então Igreja Matriz do Patrocínio de S. José, Amâncio fora levado à pia por Luciano da Rocha e Joanna França, dois pardos forros. O questionamento que propunha era o seguinte: se fora batizado por pais livres, como poderia ser ele escravo?

⁵⁵¹ CONRAD, R. Op. cit., p. 92-93.

⁵⁵² Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7263, Cx. 277.

Mais uma vez, Joaquim José Bittencourt atendeu prontamente ao apelo, despachando nesses termos sucintos: “como requer, passei o mandado pedido”. O escrivão do foro é que teve de chamar a atenção do juiz suplente para o fato de que “não sei por que prazo hei de intimar ao suppdo.”, depois do que ficaram consignados, em novo despacho, trinta dias para que Amâncio ingressasse com a respectiva ação de liberdade. Os atrapalhados expedientes, se reforçam a tese da pouca prática processual do capitão Bittencourt, tornam patente também que o procedimento aberto era entendido como meramente preparatório, uma forma de assegurar a permanência na liberdade de seu autor, até que o litígio fosse efetivamente resolvido. Diferentemente das ações de arbitramento, cujo primeiro ato era a nomeação do curador, responsável pela representação do cativo em juízo, e do depositário, responsável por sua guarda e vigilância, nos prazos de *manutenção de liberdade* o entendimento era de que seus autores já detinham a *posse de estado livre* que lhes deveria ser assegurada⁵⁵³, o que, todavia, estava longe de ser o caso de Amâncio, como ele mesmo admitia.

Não demoraria para os adversários do escravo perceberem a confusão (intencional ou não). Antes de transcorrido o prazo da manutenção, D. Joaquina de Andrade Teixeira viria apresentar a certidão de óbito de seu esposo, que até então constara como réu no processo. José Teixeira da Cruz falecera a seis de maio, o que não constitui um dado inexpressivo. Ao contrário, coaduna-se com a percepção de que:

A morte do senhor podia trazer mudanças significativas na vida de um escravo, incluindo a possibilidade da alforria. Mais do que um momento de esperança, porém, o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades. Era problemático fazer valer também os direitos conquistados ao antigo senhor (...)⁵⁵⁴

A nova senhora juntou ao processo a matrícula especial de seus escravos, feita em 1872, na qual o pardo constava como tendo 40 anos, sendo lavrador e residente no Umbará. De um numeroso plantel de doze cativos, apenas Amâncio era casado, talvez

⁵⁵³ Ações dessa natureza, assim como as de escravização e reescravização, foram frequentes ainda século XIX adentro, respondendo por 27% (110 em 402) do total de processos contabilizados por Keila Grinberg na Corte de Apelação do Rio de Janeiro (GRINBERG, K. *Reescravização...*, p. 105-107). O favor às ações de manutenção era tanto que seus efeitos jurídicos podiam ser drásticos para os senhores, impedindo-os mesmo de fazer uso dos meios tradicionais de constrangimento, pois “*o menutenido em virtude de sentença que passou em julgado só pode ser preso como escravo depois de declarada nulla a mesma sentença pelos meios legais*”, como decidiria a Relação da Bahia, no ano seguinte (*O Direito*, v. 7, maio/ago. 1875, p. 745).

⁵⁵⁴ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 111-112.

com a preta Clemência, de 52 anos de idade. Para eles, portanto, essa transição abrupta poderia arranhar a estabilidade familiar arduamente alcançada e mesmo algum direito adquirido de cultivar pequenos lotes de terra para si e para os seus. Talvez pudesse antever que a cruz de D. Joaquina seria ainda mais pesada de carregar que a de José Teixeira. Com a matrícula, foi entregue também a procuração de seu advogado, o Dr. Generoso Marques dos Santos, o qual defenderia, nos meses seguintes, simultaneamente a esta senhora e ao africano Hypólito, em causa que já conhecemos. Essa dupla posição não impediu o bacharel de desbancar convictamente as pretensões deste outro escravo:

A manutenção de liberdade concedida ao escravo Amâncio (...) é um formal atentado ao direito de propriedade e aos princípios fundamentaes do processo. O próprio requerente confessa em sua petição que tem estado até o presente na escravidão (ha mais de 40 annos) e a despeito desta declaração, sem audiência dos interessados em contrario, sem forma alguma judicial, é admittido a figurar por si em juízo, e mantenido na posse de uma liberdade que nunca possuiu, com violenta inversão da ordem da prova e da posição legal das partes! (grifos no original)

Optando por expor primeiro o que considerava como sendo esse “formal atentado” aos fundamentos do processo, Marques assinalava que o rumo impresso à causa pelo magistrado contrariava o “princípio comezinho em direito” de só poderem ser mantidos na liberdade aqueles que já se encontrassem no seu gozo, isto é, seus possuidores de fato. Tal princípio, prosseguia, tendo sido “formulado genericamente por Correia Telles (Doutrina das Acc. §190)”, era aplicado também às ações de liberdade pelos Tribunais Superiores do país e transparecia “irrefutável” em recentes acórdãos das Relações da Corte (13 de agosto de 1872) e da Bahia (12 de outubro de 1872).

Sobre a citação de José Homem Correia Telles (1780-1849), sabe-se que ele havia sido um dos mais aclamados juristas portugueses da geração coimbrã. Filho legítimo da era pombalina e autor do *Digesto Portuguez* (1826) – obra de referência que apareceu em três volumes no ano de 1835, na qual procurou oferecer uma visão homogênea do direito vigente, antecipando-se ao esboço do Código Civil daquela nação (1827/1828), de que também participaria –, seus escritos refletiam, em boa medida, o avanço do processo de sistematização legal, produto da revalorização das “leis pátrias e costumes do Reino”, de que a Lei da Boa Razão fora a propulsora (1769). O *Digesto* foi, a partir da década de 1830, um dos principais textos doutrinários utilizados como fonte em ações de liberdade. K. Grinberg contabilizou em 15% sua participação no conjunto das citações entre 1832 e 1849, caindo pela metade de 1850 a 1870, mas mantendo-se como o segundo autor mais presente. Somente no intervalo 1871-1888 a

obra perde certa proeminência para as de Perdigão Malheiro, e Joaquim Ignacio Ramalho (*Praxe brasileira*), empatando em quarto lugar com a *Consolidação das leis civis*, de Teixeira de Freitas⁵⁵⁵. No campo processual, o esforço de síntese de Correia Telles deu origem à sua *Doutrina das Acções: acomodada ao foro de Portugal*, que seria reeditada no Império ao longo de todo o século XIX, não sendo possível discernir se Generoso Marques consultava as edições antigas ou mais recentes da obra, como a versão publicada, em 1865, por E. & H. Laemmert, no Rio de Janeiro, atualizada e “acomodada” ao “foro do Brasil” por José Maria Frederico de Souza Pinto⁵⁵⁶. Essa segunda opção não parece descartável, tendo em vista datar da época em que Marques estaria justamente se graduando na Faculdade de Direito de São Paulo.

Samuel Rodrigues Barbosa frisa que a ideia de *acomodação* textual “designava o trabalho de atualização legislativa e jurisprudencial que se faziam necessários em razão das mudanças em curso no direito brasileiro”⁵⁵⁷. Em estimulante pesquisa sobre a “inscrição da cultura (jurídica) em suportes materiais como o livro (jurídico)”, o autor tem dimensionado o papel desse *medium* escrito na *rotinização* da práxis jurídica:

O livro jurídico é um lugar da memória (Pierre Nora): reúne e difunde no continente do Brasil o volumoso acervo do direito legislado (quantitativamente crescente neste século XIX que é a época da positivação, época em que a mudança do direito pela legislativa se torna rotina); difunde a interpretação oficial da legislação sob a forma dos avisos ministeriais; difunde a interpretação dos tribunais. O livro é memória do direito legislado, permitindo o seu conhecimento e uso pela burocracia e pela insipiente esfera pública em formação, mas permite também a diferenciação das formas de conhecimento doutrinário: as tentativas de sistematização (que têm sentidos vários, às vezes significando apenas uma distribuição alfabética do saber jurídico), tentativas de classificação e construção conceitual. O livro é o principal *medium* de rotinação da cultura jurídica oficial. Até a década de 1870, com o aparecimento das primeiras revistas jurídicas, o livro é praticamente o único *medium*.⁵⁵⁸

O caráter difusor da legislação e de sua “interpretação oficial”, via jurisprudência dos tribunais superiores, emerge irrefutável do uso que Marques fazia dos vários fragmentos de literatura jurídica. Tais fontes são elementos-chave para a compreensão dos processos de circularidade cultural em curso. Logo reviraremos um

⁵⁵⁵ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros*..., p. 244.

⁵⁵⁶ TELLES, José Homem Correa. *Doutrina das acções: accommodada ao foro de portugal com addições da nova legislação do código commercial portuguez e do decreto n. 24 de 16 de maio de 1832. Consideravelmente Augm. e Expressamente Accomodada ao Foro do Brasil por Jose Maria Frederico de Souza Pinto*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1865.

⁵⁵⁷ BARBOSA, Samuel Rodrigues. “*Accommodados ao fôro do Brazil*”. *História dos livros jurídicos como media de racionalização e rotinação da cultura jurídica (1830-1890)*. São Paulo: Mimeografado, 2011.

⁵⁵⁸ BARBOSA, S. R. Idem, p. 8.

pouco melhor o catálogo de citações que o patrono de D. Joaquina guardava em sua biblioteca, incluindo também as principais revistas jurídicas da época. Sem verticalizarmos, por hora, nesse aspecto da documentação, adiantamos que é saliente a disparidade nela observada entre o cabedal de referências veiculadas por advogados bacharéis e por seus congêneres solicitadores, tanto quantitativa quanto qualitativamente (nas peças elaboradas por estes últimos, alusões a diplomas legais são frequentes, mas é mínima a participação da jurisprudência e raríssima a da doutrina). Esse perfil retórico diferenciado reforça a tese de José Murilo de Carvalho sobre o elevado grau de *homogeneidade político-cultural* auferido pelo grupo de *homens do direito* (fossem futuros profissionais liberais, fossem burocratas, carreiras que amiúde se intersectavam) nas arcadas universitárias. Interessa-nos, nos limites deste trabalho, destacar o modo pelo qual a identidade bacharelesca não apenas produzia *uniformização*, mas, especialmente, *diferenciação*, num mercado intelectual ainda não monopolizado completamente por esses “portadores específicos” (*Trägerschichten*, na expressão weberiana⁵⁵⁹) do saber jurídico erudito, mas concorrido com *praxistas do direito*. Pela própria dinâmica que preside às lutas no *campo jurídico* – nesse ponto tanto na modernidade como na pré-modernidade, e aí até com maior aspereza –, a capacidade de invocar a palavra dos textos autorizados, certamente, era um fator que pesava na equação da liberdade em juízo. Se, conforme atesta P. Bourdieu, esta disputa pelo “acesso aos meios jurídicos herdados do passado contribui para fundamentar a cisão entre os profanos e os profissionais”⁵⁶⁰, a manipulação eficaz do conjunto das publicações especializadas na atuação forense servia para aprofundar aquela *clivagem* que já mencionamos entre leigos “puros” (que por vezes também peticionavam ao juízo em pequenas causas), bacharéis e solicitadores (na *liminaridade*⁵⁶¹ posicional entre uns e outros), legitimando aos juristas graduados, é claro, mormente nos casos mais esotéricos. Não que inexistissem manuais para praxistas nas vitrines curitibanas:

⁵⁵⁹ WEBER, M. Op. cit., p. 77.

⁵⁶⁰ BOURDIEU, P. Op. cit., p. 212.

⁵⁶¹ Fazemos uso, aqui, da categoria em sua feição turneriana, acreditando que a noção etnológica de “ritual” possa contribuir também para uma análise da *hagiografia jurídica* e sua cosmologia particular: “If our basic model of society is that of a ‘structure of positions’, we must regard the period of margin or ‘liminality’ as an interstructural situation (...) Such rites indicate and constitute transitions between states” [Se nosso modelo básico de sociedade é o de “estrutura de posições”, precisamos levar em conta o período de margem ou “liminaridade” como uma situação interestrutural (...) Esses ritos [de passagem] indicam e constituem transições entre estados] (TURNER, Victor. *Betwixt and Between: the liminal period in rites of passage*. In: *Betwixt and Between: patterns of masculine and feminine initiation*. Illinois: Open Court, 1987, p. 4). Livre tradução do autor.

(...) os livros jurídicos também podiam ser do maior interesse para solicitadores e procuradores ou ainda para leigos que passavam a ocupar cargos públicos com atribuições jurídicas e administrativas. A maior parte deles era dedicada a temas processuais. Para citar alguns: a) “Habeas Corpus” de Autran; b) “Custas forenses e regimentos das custas” de Luiz Miranda; c) “Recurso” do desembargador Souza Martins⁵⁶²; d) “Assessor portátil ou arte de requerer” de Miguel José Corrêa Filho; e) “A guia das juntas de parochia e revisórias” de Mafra. Os livros jurídicos que circulavam em Curitiba serviam, portanto, como guia para profissionais e empregados públicos no exercício de funções burocráticas, no dia a dia do fórum, da assembléia provincial e da câmara.⁵⁶²

Naturalmente, segundo sinalizam os estudos de Barbosa, concomitante à amplificação da formação jurídica no Brasil, passou a haver também um apelo editorial pela “canonização” de obras e coleções direcionadas ao público consumidor profissionalizado da área. Um dos livros de que “nenhum homem do foro pôde prescindir” era precisamente a *Doutrina das Acções* de Correa Telles. A fisionomia mesma de um anúncio dos irmãos livreiros Eduard e Heinrich Laemmert (que, como sabemos, haviam editado a obra, em 1865) sobre outro manual de “acções cíveis”, o *Novíssimo Assessor Forense Reformado*, em 1873, dá a entender essa necessidade:

Este livro, com os outros dous, que fórmão o corpo da obra, e a Doutrina das Acções, publicada em nossa casa, fórmão por si sós uma importante bibliotheca, de que nenhum homem do fóro pôde prescindir. E se a desejarem completa, para se dispensarem de recorrer á infinidade de livros de jurisprudencia, de que hoje se compõe o corpo da legislação brasileira, bastará augmenta-la com os seguintes livros, tambem por nós editorados: Consultas sobre questões de direito ecclesiastico, criminal, cível e commercial; e Primeiras linhas do processo cível, esta ultima obra em nova edição. Quem tiver de lidar com a justiça, deve munir-se destes preciosos livros, ficando certo de que não terá em caso algum necessidade de recorrer a outros. Todos os livros de que acima fallamos, compondo um nucleo de obras valiosas pelo seu utilissimo prestimo, e que se adquirem por uma quantia proporcionalmente modica, nos encarregamos de dirigir em collecção completa para qualquer parte do Imperio, logo que recebamos ordens dos nossos dignos freguezes.⁵⁶³ (grifos nossos)

Se a remessa chegava tão sem contratempos a qualquer parte do Império, Generoso Marques bem poderia ter sido um dos clientes da tipografia. Independentemente da edição da *Doutrina* que encomendara, ou a que tinha acesso, é preciso contextualizar que, no que tange aos institutos da posse, José Homem Correa

⁵⁶² NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 43.

⁵⁶³ “Concorrentes de Garnier, os irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, assinam a passagem acima, retirada das “Duas Palavras dos Editores” que abrem a 4.ed do livro de Antonio Carlos Cordeiro, *Novíssimo Assessor Forense Reformado ou Formulario de Todas as Acções Conhecidas no Foro Brasileiro. Tomo II. Acções Cíveis*, ano é 1873. Em 1838, os irmãos constituíram a sociedade “E. & H. Laemmert, mercadores de livros e música”, sito à rua da Quitanda nº 77, no Rio de Janeiro; inicialmente livreiros, depois editores e tipógrafos, a casa igualmente gozou de enorme prestígio durante o Segundo Reinado, merecendo em julho de 1862, a visita oficial do imperador à tipografia da sociedade.” (BARBOSA, S. R. *Accomodados...*, p. 6).

Telles ainda era, seguramente, ao tempo do processo de Amâncio, o autor mais citado pelos magistrados em suas decisões, sendo posteriormente desbancado dessa posição apenas por Lafayette Rodrigues Pereira (*Direito das cousas*, 1877) e Antonio Joaquim Ribas (*Da posse e das ações possessórias*, 1883). Para o período de 1873 a 1913, Sérgio Staut Jr. levantou, nos julgados publicados na revista *O Direito* sobre o tema, 21 casos em que o doutrinador comparece, alguns deles com mais de uma citação sua, ocupando o terceiro lugar geral numa lista de 38 nomes e fazendo supor que o advogado de D. Joaquina não só acompanhava de perto as novidades das livrarias jurídicas, como tinha consciência de um padrão nacional de opção doutrinária, predominante, ao menos, nos tribunais superiores, como ele mesmo aduzia em sua argumentação⁵⁶⁴. De fato, eram raros os manuais de processualística civil à disposição dos juristas nesse período, que faziam largo recurso do texto do lusitano, bagagem imprescindível para um bacharel recém formado como Marques. E não só na propaganda. À *Doutrina* foi-se aditando a legislação posterior, chegando mesmo a receber adaptação de Augusto Teixeira de Freitas, em seus últimos anos de vida, e rodando as estantes ainda durante o século XX.

Os obstáculos para se lidar com a posse eram muitos, pois ela ocupava um “indefinido lugar no direito brasileiro” oitocentista. Semeavam-se as primeiras reflexões sistemáticas sobre o assunto na doutrina da segunda metade do século, mas do ponto de vista legal, o embaraço só seria superado com o advento do Código Civil de 1916⁵⁶⁵. Seja como for, o aludido §190 da *Doutrina* dava explicações sobre a “acção de manutenção, ou interdicto *uti possidetis*”, afirmando que “compete ao possuidor de qualquer coisa, ainda que móvel, ou incorporal, contra aquelle, que o perturba na posse”⁵⁶⁶. As tão misteriosas “coisas incorporais” eram, na realidade, os direitos de servidão dos romanos. Nem uma palavra sobre a *posse de estado* reivindicada por Amâncio. Literalmente, era um princípio formulado de maneira bastante genérica, como avisava Marques, em nada atinente à temática da escravidão, para a qual, diga-se de passagem, Correia Telles não dedicara em sua obra nem duas páginas inteiras. Na parte introdutória do texto de 1869 (possivelmente a reimpressão portuguesa mais próxima à data da causa de Amâncio), porém, constam ponderações de

⁵⁶⁴ STAUT JÚNIOR, Sérgio Said. *A posse e os juristas brasileiros da segunda metade do século XIX ao Código Civil de 1916*. In: FONSECA, R. M. (org.) *Nova História...*, p. 165.

⁵⁶⁵ STAUT JR., S. S. Idem, p. 130.

⁵⁶⁶ STAUT JR., S. S. Idem, p. 90.

§1º Que o estudo das Acções é tão importante que ninguém, ignorando-as, sabe quantas vantagens lhe-resultão do estado sociál; pôis as Acções são os remedios, que as Leis nos-dão para havêmos o nosso de mãos alhêias, ou para obrigarmos os outros a nos-cumprirem, o de que tem obrigação perfeita;

§2º Que é preciso sabêr os nomes de tôdas as Acções, porquanto, ainda que, quando se-intentão, não se-exija declarar os nomes d'ellas, é comtudo indispensavel a Juizes, e Advogados, conhecêrem-nas, não menos pelos nomes, que pelos effeitos. Como poderão consultar as Lêis, e os Doutôres que tratarão a materia, se nem o nome jurídico souberem?⁵⁶⁷

É de se imaginar que Joaquim José Bittencourt jamais tivera acesso a essas reflexões e que, se viesse a ouvi-las da boca do próprio advogado de D. Joaquina, tomá-las-ia como uma ofensa pessoal. Afinal, nem ele nem o escrivão do juízo municipal de Curitiba deviam conhecer em espécie tais ações, quem dirá seus “nomes jurídicos”. Nem é por outro motivo que a autuação do processo de Amâncio fora realizada sem qualquer referência à sua tipologia, sendo classificado apenas como uma “petição”.

Quanto à jurisprudência elencada, Generoso Marques não chegou a transcrever o teor de nenhum dos dois acórdãos. A despeito disso, pudemos verificar que os mesmos foram publicados no Volume 2 da revista *O Direito* referente ao ano de 1873 (pp. 193 e 261, respectivamente), o que comprova a circulação do periódico no foro de Curitiba, como já havíamos hipotetizado. A decisão de 13 de agosto fora proferida contra a escrava Eva, que, obtendo manutenção de posse de sua liberdade em primeiro grau, tivera esse direito negado sucessivamente nos embargos de seu senhor e na apelação (n. 13.968) *ex officio* do juiz municipal da Corte. A chamada do julgado aparecia nos seguintes termos: “*Manutenido pode ser o que tem gozo de liberdade, e não o escravo, ao qual só pode requerer depósito para propor a competente ação*”. Já a decisão do Tribunal da Bahia, referia-se à causa pela qual as escravas Benvinda de Andrade e sua filha Dorothea buscavam provar que o Marquês e a Marquesa de Itanhaém, antes de falecerem, haviam-nas deixado forras por terem sido amas de leite de seus filhos e netos, o que o inventariante do casal não admitia. Na Revista Cível n. 7.805, o Supremo Tribunal de Justiça julgou a “nulidade manifesta” do caso, “porquanto, sem precedente depósito de sua pessoa, sem assistência de curador, a Requerente foi admitida em juízo a requerer em seu nome”, em posição muito semelhante, portanto, a do próprio

⁵⁶⁷ TELLES, José Homem Correa. *Doutrina das Acções accommodada ao foro de Portugal*. 5ª ed. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1869, p. 1-2.

Amâncio. Em resumo, como se lia na indexação do caso: “*Mandado de manutenção não pode ser concedido sem exhibição de título habil, que prove a liberdade (...)*”⁵⁶⁸.

Apoiando-se nesses precedentes, parecia ao procurador de D. Joaquina igualmente absurdo que, “sem prévia nomeação de curador ao escravo Amâncio e sem impetração de venia”, pudesse ele mover uma ação contra sua senhora:

É trivial que os escravos não podem estar por si em juízo, porque são inhabeis para todos os tractos, contractos e actos judiciaes (Alv. de 16 de jan de 1772; Pimenta Bueno, Processo Civil §61) (...) O meio de que deveria servir-se o requerente, se pretendesse provar sua liberdade, não era pois este, que só favorece ás pessoas livres, e sim acção de liberdade, mediante prévio deposito (Correa Telles, cit., §23 e not. 42). Mas, longe disto, inverteu-se de um modo singular a posição legal das partes, querendo-se obrigar a assumir a posição de autor aquelle que o direito collocou na posição de réo!

Se a *Doutrina* de Correia Telles ressurgue nessa passagem⁵⁶⁹ (novamente contra a tendência geral de empregá-la a favor da liberdade), não é ela que mais salta aos olhos, e sim a menção a um alvará para lá de centenário (16/01/1772). Curiosos, perscrutamos a legislação sobre escravidão nos domínios portugueses, não podendo, porém, encontrar qualquer menção a essa normativa. O que existiu sim, e aliás abundou em ações de liberdade, principalmente do começo do oitocentos⁵⁷⁰, foi o *Alvará com força de lei de 16 de janeiro de 1773*. Com ele, El-Rei, por meio do Marquês de Pombal, condenava a certas “pessoas tão faltas de sentimentos de humanidade e de religião” no reino que, “guardando nas suas casas escravas, umas mais brancas do que eles, com os nomes de pretas e de negras” delas usurpavam, mantendo em cativeiro os filhos dessas indecorosas uniões. Para combater a esses inconvenientes e sob nítida influência das luzes jusracionalistas, o Alvará dispunha em tom benevolente:

⁵⁶⁸ O próprio editor do periódico apontava, no entanto, a incoerência dessas decisões, notando “a profunda divergência entre o julgado do Supremo Tribunal de Justiça e o da Relação da Bahia”, na Revista Cível n. 7.877, em que se debatiam Martiniana de Andrade e seus filhos, contra o mesmo algoz, o Visconde de Aljezur. Neste caso, o STJ entendeu que, diante das provas da condição de liberdade por que eram tidos em vida de seus senhores, os três escravos poderiam requerer a manutenção, valendo-se do mesmo procedimento que fora negado à Benvinda e Dorothea (que aliás faziam parte da mesma escravaria). O tribunal revisor contudo, não admitiu essa tese, dando à Martiniana o mesmo destino de suas companheiras (*O Direito*, 1872, v. 2, 1873, p. 260-263).

⁵⁶⁹ Não localizamos, na edição consultada, notas numeradas sequencialmente, como a Nota 42, citada na peça do advogado. Contudo, encontramos o §23, uma lição sobre a ação de liberdade, que tentava demonstrar ser ela – e não a manutenção de posse – o instrumento cabível para Amâncio: “§23 Compete á pessoa livre, que he tratada por escrava, ou a cada um dos interessados na sua liberdade, contra aquelle, que a tem na escravidão: pede-se que o Juiz declare aquella pessoa livre, e a faça restituir á liberdade natural” (TELLES, J. H. C. Op. cit., p 13).

⁵⁷⁰ Keila Grinberg, vasculhando os processos do Tribunal da Relação da Corte, entre 1806 e 1832, deparou-se com seis citações do Alvará em ações desse tipo (GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 121).

quanto ao pretérito, que todos aqueles escravos ou escravas, ou sejam nascidos dos sobreditos concubinatos ou ainda de legítimos matrimônios, cujas mães e avós são ou houverem sido escravas, fiquem no cativeiro em que se acham, durante a sua vida somente; que porém aqueles, cuja escravidão vier das bisavós, fiquem livres e desembargados, posto que as mães e avós tenham vivido em cativeiro; que quanto ao futuro, todos os que nascerem do dia da publicação desta lei em diante, nasçam por benefício dela inteiramente livres, posto que as mães e avós hajam sido escravas; e que todos os sobreditos por efeito desta minha paternal e pia providência libertados fiquem hábeis para todos os ofícios, honras, e dignidades, sem a nota distintiva de libertos, que a superstição dos romanos estabeleceu nos seus costumes e que a união cristã e a sociedade civil faz hoje intolerável no meu Reino, como o tem sido em todos os outros da Europa.⁵⁷¹

Como se pode observar pelo seu conteúdo, essa era uma medida abertamente anti-escravista, compreendida no contexto do reformismo racionalista em que o reinado de D. José I esteve imerso e que foi, em geral, invocada a favor e não contra os desígnios dos libertandos. No ultramar, como asseverou Priscila de Lima em sua instigante investigação sobre as interpretações populares desse arcabouço legal do final do século XVIII, meses após sua publicação, ela já seria inspiradora de agitações de negros que ouviram rumores “da lei que em Portugal libertou todos os escravos”⁵⁷². Joaquim Nabuco chegou mesmo ao extremo de considerar, se bem que imbuído do tom convenientemente panfletário de sua campanha contra a Lei do Ventre Livre, que “apesar de ser lei do século passado, e anterior à Revolução Francesa, semelhante alvará é mais generoso, compreensivo e liberal do que a nossa lei de 28 de setembro”⁵⁷³!

Como um dos primeiros alvarás régios sobre a libertação do ventre podia, então, imiscuir-se entre os argumentos de Generoso Marques *contra* a liberdade que Amâncio

⁵⁷¹ LARA, Silvia H. *Legislação escravista...*, p. 335.

⁵⁷² Priscila de Lima narra que: “No mês de setembro do ano de 1773 instaurou-se um clima de apreensão entre as autoridades da cidade da Paraíba. O motivo fora a denúncia feita por Francisco de Seixas Machado, procurador do senado, ao ouvidor daquela capitania, Luís de Moura Furtado. Segundo Machado, há meses era público e notório o sussurro “que havia entre os negros e mulatos desta cidade sobre a inteligência da lei que em Portugal libertou todos os escravos”. A referida lei era o alvará de 16 de janeiro de 1773. Na versão dos fatos apresentada pelo procurador, os escravos mulatos e pretos andavam amotinados por conta do conhecimento da dita lei.” (LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados: Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Departamento de História, 2011, p. 81).

⁵⁷³ E não deixava a assertiva no ar, mencionando um por um seus motivos para assim interpretá-lo: “(a) porque *liberta inteiramente* desde a sua data os nascituros, e esta os liberta depois de vinte e um anos de idade; (b) porque declara livres e desembargados os bisnetos de escravas, e a lei de 28 de setembro não levou em conta aos escravos sequer as gerações do cativeiro; (c) porque isentou os *escravos* que declarou livre da nota distintiva de libertos - “*superstição dos romanos que a união cristã e a sociedade civil*” fazia já nesse tempo (“*faz hoje*”) “*intolerável no reino*”, ao passo que a nossa lei de 1871 não se lembrou de apagar tal nódoa, e sujeitou os *libertos* de qualquer dos seus parágrafos por cinco anos à inspeção do governo e à obrigação de exhibir contrato de serviço sob pena de trabalhar nos estabelecimentos públicos.” (NABUCO, J. Op. cit., p. 60).

entendia lhe caber? Não nos é lícito supor que o advogado estivesse mal informado sobre seu conteúdo, apesar do deslize temporal que cometera. Possivelmente, o que ele propunha era uma *interpretação a contrario sensu*: já que os libertos estariam aptos a exercer qualquer tipo de ato da vida civil, inclusive podendo receber cargos e honrarias, estas prerrogativas seriam inacessíveis aos que ainda permaneciam sob a escravidão. Para articulá-la, Marques fez apropriações do texto de José Antonio Pimenta Bueno⁵⁷⁴ (um dos juristas responsáveis pelos primeiros estudos solicitados por D. Pedro II sobre o encaminhamento da questão servil e que lideraria o projeto da Lei de 1871), de onde retirava apressadamente a referência equivocada ao Alvará, como outras expressões literais. O título abreviado, “*Processo Civil*”, certamente refere-se aos “*Apontamentos sobre as formalidades do Processo Civil*” de Pimenta Bueno, publicados em 1850 sob a idéia de que “o templo de Themis (...) deve pelo contrario ser para todos patente; e os mysterios desta deosa não devem parecer-se com os de Eleusis”⁵⁷⁵. Tais segredos processuais foram devassadas em oito títulos, organizados a partir de uma miríade de nulidades passíveis de serem observadas nos litígios judiciais. A compilação perfeita, portanto, para um advogado à procura de incorreções formais em suas causas⁵⁷⁶. Sua

⁵⁷⁴ Sobre sua biografia, escreve André Peixoto de Souza: “É provável que tenha nascido em Santos, no ano 1803, aonde e quando foi registrado por José Antônio Pimenta Bueno, médico que o teria adotado. Estudou direito na primeira turma da Faculdade de São Paulo, no Largo São Francisco, lá havendo ingressado em 1828 e colado grau em 1832. Toda sua carreira, iniciada na magistratura e encerrada em Gabinete imperial, se deveu mais à sua reputação como jurista e à simpatia de D. Pedro II do que como político ou orador. Em seguida ao bacharelado, assumiu o cargo de magistrado, sendo deputado provincial em 1834. No ano seguinte foi nomeado presidente da província de Mato Grosso, e em 1837 retoma a carreira inicial. Em 1843 foi indicado a desembargador da Relação do Maranhão. Entre 1844 e 1847 torna-se diplomata, assumindo missão no Paraguai. Em 1847 é indicado para o Ministério da Justiça, no gabinete de Manuel Alves Branco. Em 1850 é indicado à presidência da província do Rio Grande do Sul e em 1852 assume uma cadeira no Senado imperial. O seu papel político de defensor da monarquia o coloca, em 1859, no Conselho de Estado, ocupando a partir de 1870 a chefia de gabinete. Nesse papel atingiu o ápice de sua carreira política, ao encaminhar e aprovar a Lei do Ventre Livre. “Marquês de São Vicente” desde 1872, morre no Rio de Janeiro em 1878.155 O fundador e presidente emérito do Instituto Pimenta Bueno da FD/USP, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, categoriza esse jurista como baluarte do direito constitucional brasileiro, nesses termos: Jurista de escol, foi o maior dos constitucionalistas do Império (...) – se credencia, antes de tudo, pela fidelidade aos sentido impessoal e superior da ordem jurídica, pelo espírito crítico, desassombrado e lúcido, a serviço do aperfeiçoamento das instituições constitucionais e, ainda, pela capacidade de dar vida aos textos na adequação deles ao estágio político e social do país na época.” (SOUZA, A. P. Op. cit., p. 125-126).

⁵⁷⁵ PIMENTA BUENO, José Antonio. *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 10. Os anedoticamente referidos *mistério eleusinos* compunham um conjunto de ritos da maior envergadura na Antigüidade Clássica. Levavam essa denominação por serem majoritariamente praticados em Elêusis, localidade próximo a Atenas. Em sua versão grega (mais tarde foram incorporados também por romanos), destinavam-se ao culto das deusas agrícolas Deméter e Perséfone, associadas à fecundidade da terra, à ciclicidade do tempo e à renovação após o inverno. Por seu caráter iniciático, eram mantidos em segregado à maior parte da população.

⁵⁷⁶ Existe um exemplar da 2ª edição, publicada em 1858, na Biblioteca do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná que, apesar de ter procedência desconhecida, bem poderia ser aquele manuseado pelo próprio Generoso Marques.

utilização em dois momentos do processo pode estar associada também à forte influência do próprio Pimenta Bueno (que levava o brasão de Marquês de São Vicente) na Faculdade de Direito de São Paulo. Pois, de outra sorte, a frequência da obra em ações de liberdade (que nunca passou de 2% do total das causas na Relação da Corte⁵⁷⁷) só não é mais diminuta do que a atenção dedicada pelo seu autor ao tema da escravidão, esparsamente enfrentado. No §61, uma das raras passagens que se detém sobre a figura do escravo, precisamente aquela aludida pelo advogado, afirma Pimenta Bueno, invocando o “Alv. De 16 de janeiro de 1772” (sic), que “o escravo é pessoa ilegítima para comparecer em juízo e litigar sem autorização de seu senhor, porque os escravos são inhabeis e incapazes para todos os tratos, contractos e actos judiciaes”⁵⁷⁸.

Com efeito, era essa a opinião dominante desde há muito sobre a personalidade jurídica dos escravos, que fazia Perdigão Malheiro exclamar que “todos os direitos [lhes] eram negados”, por uma “ficção da lei” que ditava sua morte para o mundo do direito. Nas poucas ocasiões em que figuravam em juízo para além de “bens semoventes” – no centro do fogo-cruzado entre comerciantes, senhores ou herdeiros – como ao prestar depoimento em processos criminais, os cativos, por sua condição, não podiam ser reconhecidos como *testemunhas*, sendo meros *informantes*. Isso, aliás, impunha-lhes já a Ordenação Filipina do Livro IV, Título LXXXV (*Dos que não podem ser testemunhas em testamentos*), expandida por analogia para outros tipo de ação. Em Curitiba, entre 1868 e 1888, localizamos seis processos em que a única presença escrava deu-se nessa condição de informantes, o que prova que a regra continuava a valer. Metaforicamente, os abolicionistas aludiriam a essa situação, anos mais tarde, insinuando que “se houvesse um inquérito no qual todos os escravos pudessem depor livremente (...) todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo de barbárie que existe no nosso país debaixo da camada superficial de civilização”⁵⁷⁹.

A camada era superficial, mas foi sendo engrossada com o passar do tempo. Se as leis coloniais em sua intencionalidade original restringiam a intervenção judicial dos escravos, outras interpretações foram, historicamente, a elas se sobrepondo, ampliando a cultura jurídica da liberdade, ainda que isso não significasse mais do que a possibilidade de ser representado por um profissional. O Livro III, Título V, das mesmas Ordenações, que conferia aos órfãos, viúvas e “outros miseráveis” o direito de elegerem curadores

⁵⁷⁷ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 244.

⁵⁷⁸ PIMENTA BUENO, J. A. Op. cit., p. 34.

⁵⁷⁹ NABUCO, J. Op. cit., p. 52.

para defender seus interesses, foi, assim, objeto do Aviso n. 7 de 25 de janeiro de 1843, o qual viria expandir esse rol, incluindo na categoria dos “miseráveis” também cativos, religiosos mendicantes, loucos, etc.⁵⁸⁰. Muito antes disso, porém, já se têm notícias de ações de liberdade impetradas por escravos (e mesmo por indígenas administrados, ao longo do setecentos), o que novamente aponta para um direito consuetudinário oficialmente reconhecido *a posteriori*, com impactos na conformação da personalidade jurídico desses sujeitos⁵⁸¹. Demorara dois séculos para que o contexto da questão escrava se alterasse o bastante para perturbar a tradição jurídica que enquadrava o acesso dos escravos às justiças de Sua Majestade Imperial. Num ritmo acelerado de desagregação sócio-política do regime, porém, não demoraria nem trinta anos para que se tornassem corriqueiras as cenas de litígio entre escravos e senhores nos tribunais, a tal ponto que, em 1874, alguém como Amâncio pudesse ter meios de figurar em juízo por sua própria conta e risco, sem precisar para isso da mediação de um curador nomeado, já que Tertuliano Teixeira de Freitas funcionara, boa parte do processo, como um procurador convencional. Tudo isso com a chancela do juiz suplente o que, se podia arrepiar a lei, causava ainda mais arrepios em Generoso Marques que, portanto, tinha mais motivos do que imaginava para citar o alfarrábio de Correia Telles, em cuja introdução se lia a seguinte referência a Cícero: “*Usus frequens omnium magistrorum praecepta superat*” (O uso frequente supera os preceitos de todos os mestres). Na linguagem popular em que escravos e curadores deviam entender-se: “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”.

Furava, inclusive, o bloqueio dos tribunais. O escaldo que essa enxurrada de demandas produziu sobre eles foi engrossado na panela de pressão do direito, que ameaçava implodir os fundamentos do regime escravocrata, na medida em que a ascendência do legalismo de matriz liberal-igualitária e a modernização do campo

⁵⁸⁰ Baseando-se na lei romana, as Ordenações Filipinas determinaram em seu livro 3º, título 5, que “(...) o órfão, viúva ou outra pessoa miserável” teria o privilégio de escolher curadores para defender seus interesses, visto sua impossibilidade de fazê-lo (...) Como se vê, as ordenações não definiam claramente quem eram os “miseráveis”. (...) Bulhões de Carvalho afirma que o direito romano reconhecia como miserável todo aquele incapaz de defender-se sozinho ou que não teria como arcar com as custas de um processo judicial. Em todo caso, a definição jurídica de “miserável” só foi resolvida, no Brasil, através do Aviso nº 7 de 25 de janeiro de 1843 (...)” (COTA, Luiz Gustavo Santos. *Um direito sagrado: os advogados de Mariana e sua atuação nas ações de liberdade (1871-1888)*. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h7_1.pdf

⁵⁸¹ Promissores estudos, como o de Mariana Armond Paes, encontram-se em desenvolvimento, complexificando a questão da personalidade jurídica escrava, nas várias facetas em que esses sujeitos emergiam à luz do direito: cativo, ingênuo, liberto, africano livre, *statu liber* (PAES, Mariana Armond Dias. *Sujeitos da história, sujeitos de direitos: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860-1888)*. Comunicação apresentada no II Encontro da Escola Internacional de Pesquisa em História do Direito. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012).

jurídico se consolidavam como uma realidade, ao menos uma realidade no plano deontológico. Esse deslocamento concedia maior autonomia para uma lógica universalizante, com parcial independência da esfera política. Os que operavam, nesses anos decisivos, a cultura jurídica em favor da liberdade sabiam disso como ninguém.

O juiz Bittencourt ousara reconhecer, contra as regras vigentes, a Amâncio muito mais do o direito, *in abstracto*, lhe outorgava. Ao considerá-lo quase como um homem já livre enfrentando uma tentativa de reescravização, ele repaginava arriscadamente os papéis tradicionais ocupados por senhores e escravos. Sobre essa singular reviravolta da “posição legal das partes”, contudo, perpassa as palavras do advogado de D. Joaquina, uma sutil ambiguidade: na passagem já citada, é impossível inferir, por uma análise meramente discursiva, a qual dos dois – escravo ou senhora – ele se referia como o “autor” forçoso que, “por direito”, não deveria passar de “réu”. Isso porque, embora, à primeira vista, possa parecer evidente que a recusa de Marques se destine à possibilidade de Amâncio figurar como autor de uma ação de manutenção da posse que não detinha, encurralando sua senhora na posição de réu, essa acepção de seu comentário não é tão óbvia assim. Numa segunda mirada, mais detida, é ao menos tão cabível cogitarmos o quadro oposto. O advogado poderia, em realidade, queixar-se do fato de que os 30 dias do despacho de Bittencourt fixavam, antes de mais nada (e é o que o questionamento de seu escrivão também sugere), um prazo para a manifestação da senhora de Amâncio, intimada a apresentar documentação que comprovasse sua propriedade sobre ele. Em suma, ela era compelida à autoria de uma ação – a de escravidão – da qual deveria ser ré – a de liberdade –, numa “violenta inversão da ordem da prova”. 1870 ainda não era a década que veria despontar a presunção de ilegalidade da escravidão africana, o que, juridicamente, forçaria a uma inversão geral do ônus da prova do domínio. Somente a partir de 1879 recairia sobre as costas dos senhores o peso de demonstrar de forma *cabal* sua propriedade, antes de sujeitar qualquer pessoa ao cativo, ao menos em Minas Gerais⁵⁸² e Pernambuco⁵⁸³. Seja como

⁵⁸² Apelação Cível da Relação de Ouro Preto: “*Não se provando cumpridamente o domínio sobre a pessoa que se diz de condição escrava, prevalece a presunção de ser ella livre.*” (*O Direito*, v. 19, maio/ago. 1879, p. 364). Em dezembro do mesmo ano: “*A acção do senhor contra o escravo, mantenido em sua liberdade por não ter sido dado á matricula no prazo legal, deve ser proposta no fôro do domicilio do mantenido.*” (*O Direito*, v. 21, jan./abril 1880, p. 614). A posição em que estava colocado um escravo numa manutenção de liberdade ou após a ação, dificultava muito sua reescravização pelo sedizente senhor.

⁵⁸³ Revista Cível n. 9419 da Relação de Recife: “*Deve ser concludente e cabal a prova para se chamar alguém á escravidão sob o fundamento de que é nascido de ventre livre.*” (*O Direito*, v.20, set./dez. 1879, p. 673).

for, em 1874, a ideia de que um escravo pudesse ocupar uma posição processual privilegiada ainda deixava aos juristas bastante embasbacados.

Essa leitura sobre o prazo concedido pelo capitão Bittencourt pode ser enfatizada com um reexame do caso da preta Carlota, aquela que, no primeiro capítulo deste trabalho, conseguiu sua liberdade e a de seus filhos, alegando que fora importada ilegalmente depois de 1831. Ele descortina outras informações sobre o expediente utilizado por Amâncio – e aparentemente tão exótico naqueles seus dias –, que devia ter-se rotinizado um pouco mais já às vésperas da Abolição⁵⁸⁴. Todavia, não a ponto de deixar de gerar desentendimentos. Ocorre que a petição de 3 de janeiro de 1885, elaborada a rogo da escrava por Joaquim José Pedrosa, recordava ao juiz municipal Eusébio da Motta⁵⁸⁵ que sua curatelada havia há pouco logrado um mandado de manutenção de posse de liberdade contra o senhor Lino de Souza Ferreira. Mesmo assim, este queria trazê-la intimada para a oitiva das testemunhas, no dia 5 de fevereiro. O solicitador Pedrosa teve de explicar em detalhe ao juiz que isso não era possível, pelo próprio procedimento da manutenção. Na decisão em que o juiz concedera, sumariamente, a proteção possessória do *estado livre* a Carlota, também reservara ao senhor “o direito de, dentro de 30 dias, usar da respectiva acção escravidão”, se assim o desejasse. Caso o fizesse, passaria a autor e, portanto, seria o incumbido de provar sua legítima propriedade sobre a preta, diante da *presunção de liberdade* de que, pela interposição da autoridade judicial, ela agora gozava. O contrário era um total disparate:

Se pois a acção que no caso cabe ao referido pretenso senhor é a de escravidão contra pessoa que tem a seu favor a manutenção judicial (Rodrigues, Miscelania Juridica pag. 211 - Revista dos Tribunais de 15 de Março de 1856) é claro que essa produção de prova não pode correr em processo já findo, e sim na acção de escravidão, que cabe ao mesmo pretenso senhor usar caso o queira.

Logo, se Lino Ferreira acreditava-se tão cheio de razão, devia tentar *reescravizar* Carlota (e a partícula “re” aqui é imprescindível, uma vez que Carlota já era tanto faticamente, como juridicamente liberta, depois do mandado judicial), por um procedimento específico, que tinha suas regras bem sedimentadas, como prova a literatura jurídica colacionada e jurisprudência esquecida pelo curador de sua escrava⁵⁸⁶.

⁵⁸⁴ Arquivo Público do Paraná. 1885. BR APPR PB 045 PI 8140, Cx. 313.

⁵⁸⁵ Irmão do conservador Joaquim Ignácio Silveira da Motta Júnior, que, desde junho de 1878, andava espezinando escravos como juiz de direito da nova comarca de São José dos Pinhais, o que põe a nu o grau de endogenia social e mesmo familiar da justiça local

⁵⁸⁶ “N’acção de posse da liberdade não se admite questão de dominio” (*O Direito*, v. 28, maio/ago. 1882, p. 70).

Diga-se de passagem, esta é a única ocasião em que Joaquim Pedrosa invoca algum tipo de doutrina em suas peças. Talvez ele tivesse mesmo herdado os tomos de seu recém-falecido irmão João José Pedrosa e passava a compulsá-los. Se este era o caso, revelava com isso mais a sua falta de perícia do que sua intimidade com a parafernália jurídica: já iam vinte anos da edição que ele utilizara da *Revista dos Tribunais* (vinte anos em que praticamente todo o arcabouço legal sobre os escravos fora abalado) e a citada *Miscelânea Jurídica* não pode ser chamada de uma obra de referência na doutrina oitocentista. Perdemos algumas linhas, mas não perdemos a piada: “miscelânea jurídica” era uma autodescrição perfeita que o solicitador Pedrosa fazia dos seus próprios métodos. O que em nada o desmereci. Tecnicamente, suas observações estavam corretíssimas, a tal *ação de escravidão* que cabia aos senhores era mesmo um processo à parte, supostamente com origem em regras do final do século XVII:

As ações de manutenção de liberdade eram iniciadas por libertos que pretendiam defender na justiça o direito de manter sua condição jurídica, à qual consideravam ameaçados pela possibilidade de reescravização. As ações de escravidão, por sua vez, eram iniciadas por senhores que pretendiam reaver escravos que supunham ser indevidamente tidos como livres.⁵⁸⁷

Havia consequências importantes disso, ao nível dos ritos processuais adotados, comparáveis ao que hoje chamaríamos as distinções entre “ações possessórias” e “petitórias”. Apesar dessa real distinção jurídica, o caso de Carlota prova que uma mesma situação fática podia ser lida, juridicamente, através lentes completamente opostas pelos senhores e pelos escravos. Não é à toa que Grinberg, mesmo dimensionando as especificidades dos processos, agrupa-os numa mesma coleção. Afinal, eram “visões da liberdade” em choque, na expressão feliz de S. Chalhoub. Para a sorte de Carlota, contudo, o período era de férias forenses, na intercorrência do qual, Lino Ferreira nada pôde fazer. Tendo-se conformado ou avaliado arriscado seguir litigando nessas condições, o fato é que inexistem outros vestígios dessa controvérsia.

Devia ser esse tipo de discussão que o patrono de D. Joaquina Teixeira desejava evitar. Na prática, de acordo com o encaminhamento que o juiz Bittencourt dava à causa, ela assumiria os encargos de conduzir um processo complicado como eram as ações de escravidão, por aqueles anos, enquanto seu escravo, que nem depositado fora, vagava a seu bel prazer pela capital. E o fundamento para “tamanha ilegalidade” era uma mera certidão, de todo insuficiente para abalar os direitos de sua cliente:

⁵⁸⁷ GRINBERG, K. *Reescravização...*, p. 106.

Esta certidão, se alguma prova, é contra o requerente, pois é elle ahi declarado escravo de José Teixeira da Cruz. Há, porventura, abuso em ser o baptizando escravo e seus pais libertos? Só o sustentaria quem se achasse com a razão furtada. Eis o facto: o finado José Teixeira da Cruz, pretendendo dar liberdade á sua escrava Joanna e não querendo que essa liberdade se estendesse ao seu filho de que então a mesma escrava se achava grávida, aguardou que ella desse á luz, e depois deste facto foi que libertou-a.

Diante dos papéis anexos aos autos, a história contada por D. Joaquina não era inverossímil, afinal. Há que se acautelar, contudo, pois são notórias as facilidades de que dispunham os senhores para forjar documentos convenientes ou prestar falsas declarações sobre a condição de seus cativos às autoridades públicas. Sobre isso mesmo precaviam uns garranchos contidos no meio do processo, atribuídos à sua cunhada, Maria Teixeira, com assinatura reconhecida, que jurava ser verdadeira a versão de Amâncio: “*Declaro e juro se necessário for, que o pardo Amâncio é filho de Joanna França, e que quando nasceu o dito Amancio sua mai já era livre. Mandirituba, 10 de agosto de 1874*”. Fosse qual fora o trambique escamoteado por seu falecido senhor, ele o levaria para a tumba consigo, não fosse essa inesperada declaração⁵⁸⁸. Amâncio e seu curador finalizavam a peça de contrariedade indagando: “É crível que tivesse nascido de ventre livre, permanecendo Amâncio na escravidão durante mais de quarenta annos?”

Joaquim José Bittencourt, ao menos, acreditava mais na versão do escravo. A erudição do advogado de D. Joaquina caiu no vazio. O juiz suplente voltou a pronunciar-se apenas quando, já no final de julho (quase um mês depois de esgotado o prazo do mandado de manutenção expedido em seu favor), Damásio Correa Bittencourt, peticionou informando o término dos 30 dias e requerendo “se digne VSa mandar o que fôr de justiça declarando ser o mesmo Supllte livre e não escravo de alguém”. Talvez alertado numa conversa de bastidores (Damásio, ao que tudo indica, era irmão de Joaquim José) sobre a falta de cabimento daquele pedido, no estado de instrução em que se encontrava o processo, três dias depois, um certo Antonio Ferreira da Costa, potencial solicitador à disposição do foro, registrou a rogo de Amâncio, que “estando os autos com vista ao advogado da Supplda., precisa o suplicante que VSa. lhe nomeie um

⁵⁸⁸ Por sinal, esse era um outro problema que Generoso Marques agregava aos demais: o modo pelo qual tramitara o processo até ali, já que se despachara e se litigara unicamente em face do morto, no nome de quem o processo corria! Sendo nulos os atos praticados contra parte ilegítima, a nulidade abrangeria todo o processo. Nesse tocante, o bacharel convocava em seu respaldo a Ordenação do Livro 3º, Título 24º, §2º e, de novo, a opinião de Pimenta Bueno: “§104. A sentença dada contra o morto quando consta de sua morte em juízo é nulla (...) Fallecendo alguma das partes deve com effeito cessar a instancia, pois que cessa a possibilidade de sustentar-se a acção ou defesa por parte do finado (...)” (PIMENTA BUENO. J. A. Op. cit., Cap. IV, Título II).

curador que requeira e defenda o que for a bem de seus direitos”. O tom mudara, mas não a determinação do escravo, que conseguiu enfim a citação oficial de sua senhora.

O curador nomeado, em consonância com a praxe do foro, foi o próprio Tertuliano Teixeira de Freitas, primeiro peticionário da ação e único, dentre todos eles, formado em direito. Acontece que Tertuliano (genro do importante juriconsulto Augusto Teixeira de Freitas que, a esse tempo, já se achava por aqui alojado, em sua chácara no Alto do São Francisco⁵⁸⁹), que desde o início dera mostras de não estar seguro sobre a versão de seu curatelado, demorou demais para providenciar a ação a que Amâncio “se julgava com direito”. Quando, em 7 de outubro, chegou a peça na qual ele declarava com certo distanciamento (mais um caso em que é possível rastrear com nitidez a ótica do intermediário judicial da do escravo) “que a petição inicial foi motivada por algumas inexactas informações, mas que seu curatelado afirma ter nascido de ventre livre”, já Silveira da Motta Júnior estava de volta no comando do juízo municipal. De nada adiantaram as alegações de Teixeira de Freitas, que buscavam diminuir a importância das divergências processuais levantadas por Generoso Marques diante da injustiça maior de cercear-se o “estado inalienável de liberdade” de seu curatelado⁵⁹⁰. Prevaleceu (talvez pela amizade que lhe devotada o magistrado desde seus anos comuns nos bancos do Largo de São Francisco) a retórica bem recheada do advogado da senhora, contra as mal ajambradas razões de Tertuliano, que até quando designado para a proteção dos interesses dos libertandos, era capaz de prejudicá-los.

De sua parte, Silveira da Motta Júnior sentenciaria o caso, em novembro:

É o próprio escravo Amancio, que pede sua liberdade, quem confessa achar-se actualmente em poder de Joaquina de Andrade na qualidade de seu escravo “por

⁵⁸⁹ O que seus biógrafos mais tarde interpretariam como um surto de loucura: “Um último e estranho sintoma ainda chamou a atenção e gerou polêmica entre os biógrafos: em seu período de conalescência, iniciado em 1873, quando retirou-se para a plácida e bucólica cidade de Curitiba, Teixeira de Freitas, descontente com as habitações do local, mandou levantar uma enorme casa com inúmeras “senzalas” em seu interior. A família do juriconsulto era pequena, possivelmente acompanhada, até, por alguns escravos “domésticos”, o que, para alguns, de nenhuma maneira justificou a enormidade da construção (...) para aqueles que insistem na versão da loucura, é possível a interpretação de que o problema político da escravidão e, mais precisamente, o problema jurídico suscitado pelas ações de liberdade movidas por escravos, o tenham conduzido, além de outros traumas biográficos, ao delírio da “monomania do plano” (PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 121-124). De acordo com indícios detectados por Douglas da Veiga Nascimento, como um exemplar do “Additamento ao Código Commercial” (1879) autografado pelo jurista em homenagem a Antônio Bley, Teixeira de Freitas deve ter permanecido em Curitiba até o final da década. (NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 42).

⁵⁹⁰ E continua: “a certidão da matrícula dos escravos de José Teixeira da Cruz (...) prova somente que aquelle fallecido e seus herdeiros continuarão a chamar á escravidão homem que nasceu livre, e que tem direito incontestável á sua liberdade. Sendo, pois, como é, inalienável o estado de liberdade, não podem as irregularidades do processado prejudicar meu curatelado (...) e se não há ainda causa alguma principiada, nada se oppõe a que se ventile pelos meeios regulares a questão que se offerece”.

isso não poderia ser mantido em sua liberdade, em cujo gozo não se acha, (...) mas deferindo o que requer o D. Curador do mesmo escravo (...) mando que seja elle depositado afim de propor a acção de liberdade no prazo pedido, sob pena de ser revogado o deposito se não o fizer dentro desse prazo.

Embora o juiz acatasse os argumentos sobre a nulidade dos atos até ali praticados, devido à teratologia da figura processual que se manejara, não fechava, para Amâncio, definitivamente a porta da lei. Ao mesmo tempo recomendava que a questão fosse reintroduzida por este, da forma adequada. Aliás, vale notar, toda a argumentação jurídica, de ambas as partes, como da sentença, fundou-se em tópicos de ordem processual ou fática, deixando entrever um consenso tácito sobre o conteúdo jurídico da discussão material em si, que ficaria para melhor apreciação na futura ação de liberdade. Infelizmente, não pudemos localizar essa nova ação, se é que ela existiu. O engajamento de Tertuliano Teixeira de Freitas não parecia tão grande a ponto de levar o caso às últimas consequências e bem poderia ter dele logo desistido. Outra possibilidade a considerar seria que, durante os mais de seis meses em que pôde gozar de alguma autonomia (nada comparáveis, é claro, aos quarenta anos de cativeiro injusto, de acordo com sua versão da história), Amâncio tenha logrado arquitetar uma saída alternativa para sua situação, deixando de necessitar dos serviços do bacharel. Mesmo no escuro em que as fontes nos deixam, é absolutamente legítimo supor que, desde que munido das provas necessárias, Amâncio não teria maiores dificuldades em conquistar sua liberdade pela via judicial, sustentando a tese da liberdade de nascença. Não é à toa que, em oposição à decisão de cunho *ideológico* que tomaria alguns dias depois contra Joana, em sua ação de arbitramento, Motta Júnior não hesitou em franquear uma nova chance a um escravo que se dizia ingênuo. Pode ser que, para o magistrado, bem como para os demais atores envolvidos nesse processo, a problemática do ventre, alicerçada numa tradição legal muito mais antiga, fosse razoavelmente menos polêmica que a do pecúlio, dependente da decantação de toda uma ainda inaudita cultura jurídica.

4.2. O que o “espírito do século” disse ao “espírito da lei”

Mas esse não era o caso para todo e qualquer ventre, como se depreende do tortuoso embate judicial entre os filhos da finada Joaquina e seu suposto senhor, Cyrino José Gonçalves, que chacoalhou o foro de Curitiba, no final do ano de 1877⁵⁹¹. O

⁵⁹¹ Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7536, Cx. 278.

processo é cheio de meandros e pouparemos os leitores de uma narração excessivamente pormenorizada. João e Benedicto pertenciam à mui católica D. Clara Maria, esposa de Antonio João Vaz, moradora no quarteirão do Pacutuba, que, temerosa ante a Deus e ao destino no outro mundo, consignou em seu testamento que "o crioulo de nome Manoel, de sete annos, será seu valor aplicado para os sufragios de minha alma". À parte a confiança que depositava nas missas e exéquias para sua salvação, D. Clara Maria aproveitou suas últimas vontades para mais algumas benemerências: em primeiro lugar, agradeceu suas sobrinhas queridas Bibiana e Clara. Àquela legou a "negrinha Joaquina", futura mãe de João e Benedicto; a esta, a escrava Josefa,

cujo senhorio lhes deixo em quanto ditas minhas sobrinhas vivas forem e por isso desde o fallecimento das ditas minhas sobrinhas serão consideradas livres de captiveiro e donas de sua inteira liberdade, sem que jamais possam ser negociadas, vendidas, trocadas ou de alguma maneira alienadas por divida a credores sem que jamais nenhum herdeiro de ditas minhas sobrinhas possam ter sobre taes negrinhas algum direito, pois que só serão captivas durante a vida de ditas minhas sobrinhas.

Não se trata, aparentemente, de uma doação típica, e sim de um tipo de cessão ou favor que lhes fazia, pelo cuidado que com sua pessoa tiveram ao longo dos últimos anos de vida. Delfina Vaz, outra de suas sobrinhas, embora não recebesse as mesmas deferências e elogios, saiu também com a "crioulinha" Belizaria. Os cuidados e diminutivos com que a religiosa senhora tratou nessas linhas seus escravos podem apontar para uma relação de certa proximidade, da qual se beneficiaram o escravo Nicolau e o preto Domingos com a liberdade, sujeita à condição, porém, de servirem ao marido da testadora até a morte deste. Para surpresa nossa, também o "casal de jentios Antonio e Maria" integrava o espólio. Presumivelmente, o termo referia-se aqui aos *gentios da terra*, forma como eram denominadas os descendentes das populações nativas do Brasil, especialmente quando submetidos ao instituto da *administração particular*, uma espécie intermediária entre a escravidão negra e a liberdade branca. Analisando a questão na Vila de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, a partir de fontes processuais, durante a primeira metade do setecentos, Lilian Brighente lançou luz sobre as ambiguidades e resistências encontradas pela política indigenista oficial da Coroa Portuguesa em face da praxe jurídica e do direito costumeiro da colônia:

(...) não há duvida a respeito da imagem que fazia a população branca colonizadora do "gentio da terra": eram havidos e tratador por escravos, razão pela qual a legislação indigenista editada desde o séc. XVI a qual proibia a venda de índios, a penhora por dívidas ou até mesmo o trespasse deles por dotes de casamento era alijada do que as comunidades locais entendiam como preceitos de direito,

sentimento de justiça ou bem comum, destinados a reger a forma de tratamento dispensada aos indígenas. Isto é, o olhar do direito costumeiro posicionava os nativos como escravos e não como homens livres.⁵⁹²

Tal situação era tão comum que chegava a ser admitida e mesmo parcialmente endossada pelas autoridades ligadas à governança da capitania de São Paulo, na qual a Vila estava anexa. Diogo Soares afirmava, em 1735, o seguinte: “*Que os índios sejam livres, não hé doutrina noua, (...) porem esta liberdade não deve de ser tão absoluta, que deixe de os obrigar a viverem aldeados, ou na sojeição de hum bom administrador*”⁵⁹³. Naquilo que se tornaria, um século mais tarde, a Província do Paraná, os indígenas constituíram, até meados do século XVIII, a principal força de trabalho explorada na mineração e no tropeirismo, invertendo-se os índices de crescimento vegetativo em relação à população cativa de origem africana apenas na metade do setecentos. Em seus diferentes enquadramentos jurídicos, produto do universo legal multifário que se esparramava sobre o assunto⁵⁹⁴, a condição dos “administrados” esteve em disputa até sua formal extinção em 1755 com a lei pombalina do Diretório dos Índios. A despeito dela, a referência ao cativo dos gentios ainda em um testamento datado de 1845 aponta para profundas permanências locais de uma prática há muito abolida (Beatriz Perrone-Moisés fala em três grandes “leis de

⁵⁹²BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. *Entre a liberdade e a administração particular: a condição jurídica do indígena na Vila de Curitiba (1700-1750)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Direito, 2012, p. 99.

⁵⁹³ Carta de Diogo Soares ao Governador da Capitania de São Paulo, 12 de dezembro de 1735. In: *Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo*, vol. III, São Paulo, 1913, Typografia Carodozo Filho & Cia, p. 93-95).

⁵⁹⁴ Um excelente quadro comparativo elaborado pela autora resume a problemática espinhosa (BRIGHENTE, L. F. Op. cit., p. 139):

Direito sobre liberdade e administração dos índios na América Portuguesa	
Direito Régio Português	<p>* casos de escravidão legal (índios inimigos): guerra justa, resgates, venda de si mesmo, antropofagia. Categoria jurídica: escravo</p> <p>*Aldeamentos (índios amigos): descimentos, conversão e catequese, serviços obrigatórios mediante pagamento de salários, bons tratos. Categoria jurídica: "gentio forro das aldeias".</p>
Direito Colonial Brasileiro (uso e costume da terra)	<p>* administração particular dos índios. Categorias jurídicas: administrados (carijós, peças administradas, gentio do cabelo corredio, gentio da terra, negro do gentio da terra), bastardos, agregados.</p>

liberdade absoluta”, a de 1609, a de 1680 e, finalmente, a de 1755⁵⁹⁵), possivelmente vinculada aos direitos de serviço que, segundo conclui Brighente, transmitiam-se aos herdeiros do administrador de geração em geração⁵⁹⁶. Trata-se, por conseguinte, de indício de continuidade de uma cultura jurídica escravista, para além de seus próprios marcos normativos, o que muito tempo antes já fizera João Francisco Lisboa suspeitar de uma “*perpétua contradição no espírito das leis*”⁵⁹⁷. Contradição que atormentava igualmente os espíritos de seus operadores, pelas vistas grossas que deviam fazer sobre incidentes similares de escravização ilegal. Quem sabe o sentimento não calasse no espírito dos próprios senhores-administradores, como D. Clara Maria, a qual, ao final da vida, parecia tentar redimir-se como podia dos pecados cometidos, entre eles, o de manter sob cativo o casal de indígenas, quicá os últimos nessa condição em toda a Curitiba. A tais assombrações também se prestava o contraditório *espírito da lei*.

Pelos mesmos motivos que devem ter permitido sua manutenção, não houve quem se manifestasse sobre o ilícito durante todo o processo de João e Benedicto. Se os gentios Antonio e Maria, a essa altura, já poderiam estar mortos, os irmãos apenas começavam a vida, contando 22 e 19 anos, respectivamente. Havia nascido, assim como Porcina (1860), Sebastiana (1862) e o caçula Benedicto (1862), na pendência da condição estabelecida em testamento por D. Clara Maria, uma vez que sua sobrinha e herdeira, Bibiana de Alcântara, ainda não falecera. Aliás, seria em torno desta circunstância que giraria a acalorada discussão jurídica do caso. Nele, os libertandos e seus curadores reativaram lugares-comuns que já discutimos e representações o quão aflitivo era o “*duro cativo (...) onde forão por vezes castigados severamente, occultando-se o titulo de sua liberdade com tanta má fé, que forão dados a matricula sem declaração alguma sobre seu estado, e com filiação desconhecida*”. Como

⁵⁹⁵ “Tomada em conjunto, a legislação indigenista é tradicionalmente considerada como contraditória e oscilante por declarar a liberdade com restrições do cativo a alguns casos determinados, abolir totalmente alguns casos legais de cativo (nas três grandes leis de liberdade absoluta: 1609, 1680 e 1755), e em seguida restaurá-los.” (PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998. *Apud* BRIGHENTE, L. F. Idem, p. 27.

⁵⁹⁶ “(...) a administração particular, era uma espécie de regime de trabalho obrigatório, cujos direitos de serviço dos índios transmitiam-se por herança aos herdeiros do administrador. Ou seja, os herdeiros continuariam a dispor dos serviços dos administrados os quais passavam de geração à geração (perpetuidade), bem como dos filhos havidos destes. E isto incluía não apenas legá-los por testamento ou atribuí-los em partilhas de bens nos inventários, mas também transferi-los por dotes às filhas que viessem a casar.” (BRIGHENTE, L. F. Idem, p. 75).

⁵⁹⁷ LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a História do Maranhão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976, p. 198-233.

sobrinho de peixe peixinho é, D. Bibiana e seu esposo deviam ter aprendido bem com tia Clara Maria os meios de burlar as normas estatais.

Nesse clima, já na peça de propositura da demanda, redigida em 25 de outubro por José Lourenço de Sá Ribas, em companhia do nosso conhecido Generoso Marques dos Santos, denuncia-se a situação em que os cinco filhos de Joaquina têm “injustamente estado”, requerendo-se a instauração de “acção summaria de liberdade”, conforme os arts. 80 e 81 do Regulamento de 1872⁵⁹⁸. Sustentavam sua versão dos fatos com o dito testamento da ex-senhora, a certidão de batismo de João (1855) e Benedicto (1858) e um cálculo simples: se ambos vieram ao mundo após a morte da testadora, em 1850, antes disso “já sua mai havia obtido liberdade embora condicionalmente e consequentemente nascerão elles de ventre livre e são absolutamente livres desde o seu nascimento”. Essa assertiva, no entanto, saltava nitidamente dos fatos ao direito. Para sustentá-la, apoiaram-se os curadores dos negros numa gama farta de fontes:

a) “legalmente”, se é que podem assim ser considerados os avisos ministeriais (responsáveis por estabelecer padrões interpretativos que *rotinizavam* a execução da legislação imperial diante de casos específicos ou avaliados como omissos⁵⁹⁹), os defensores de João e Benedicto valiam-se do Aviso do Ministério da Agricultura de 27 de junho de 1875⁶⁰⁰ e o do Ministério da Fazenda de 8 de julho de 1872⁶⁰¹, os quais de fato parecem não deixar margem de dúvida sobre a posição do Executivo na questão;

b) no campo da “jurisprudência dos tribunais” – que dava impressão de ser, sobretudo, a fiadora das posições veiculadas nos avisos, que a ela faziam expressa referência – os curadores invocavam o Acórdão da Relação da Corte de 7 de outubro de 1856 e a Revista do Supremo Tribunal de Justiça de 7 de dezembro de 1866, ambos publicados na coletânea *Jurisprudência dos Tribunais* de Manuel da Silva Mafra,

⁵⁹⁸ O art. 80, §1º afirmava que “nas causas em favor da liberdade (...) o processo será summario”, enquanto o art. 81 remetia ao Decreto n. 4.824 de 22 de novembro de 1871, que disciplinara esse rito.

⁵⁹⁹ Desde a reforma judiciária de 1841 “foi *atribuído* ao Conselho de Estado o poder, que constitucionalmente cabia ao Legislativo, de estabelecer a chamada *interpretação autêntica* das leis, isto é, a determinação de uma norma legal, que deveria ser observado ‘sem mais dúvida ou hesitação’ (...) O ministério da Justiça não só regulamentava leis como também ordenava o modo pelo qual os dispositivos legais deveriam ser aplicados a casos concretos” (KOERNER, A. Op. cit., p. 42-43). Funcionavam esses avisos, pareceres, circulares e consultas para regulamentar um caso específico ou omissos, não podendo alterar a legislação geral vigente sobre o tema em questão, de acordo com o art. 102, XII da Constituição de 1824, que prescrevia competir-lhes “expedir os Decretos, Instruções, e Regulamentos adequados á boa execução das Leis”.

⁶⁰⁰ “*Em face do direito que regula o estado civil e segundo a jurisprudencia dos tribunaes, serão considerados livres os nascidos de mulher alforriada com a condição de prestar serviços*”. Transcritos nos autos.

⁶⁰¹ Pelo qual “se excluem da matricula por não poder considerar escravos os indivíduos a quem se concedeu liberdade, sob qualquer condição ou ônus; do mesmo modo que os filhos de escrava em taes condições” serão tidos por ingênuos. Igualmente transcrito nos autos.

editada em 1868⁶⁰². Relacionado no item “liberdade” do Volume 1, o acórdão da Corte foi explanado por Maфра nos seguintes termos: “*Dada a escrava, com obrigação de prestar serviços, os filhos nascidos dentro do tempo a que Ella é obrigada aos serviços entre o acto que lhe confere assim a liberdade e o implemento da condição de serviços, são livres*”⁶⁰³. Até aí tudo bem. Os curadores tiveram a sorte de encontrar precisamente a jurisprudência de que necessitavam. O problema é que, no texto original, logo abaixo dela, o autor continuava: “*Que erão escravos julgou a Rel. da Corte em accordão de 22 de Outubro de 1858*”. Conclusão: o debate não se mostrava tão pacificado como queriam fazer crer, ao menos não na década de 1850. Avançando no tempo, examinemos a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, dez anos depois, no Recurso de Revista do escravo Marcolino contra seu dito senhor, Diogo do Valle Porto:

(...) á vista da verba oitava do testamento solemne a fl. 18 do appenso, com que falleceu o tenente-coronel Manoel de Jesus da Rocha, senhor da escrava Rosa, mai do recorrente, não se póde duvidar que a sua vontade expressa, no fim da referida verba, era deixar forra a sua escrava Rosa, com o ônus de servir a sua mai e herdeira, enquanto esta vivesse, pois que assim se deve entender a recomendação que lhe faz em termos próprios de respeito filial; nascendo o recorrente muitos annos depois da morte do testador, certamente nasceu de ventre livre, como ficou sendo sua mai a preta Rosa; pois quando um testador dispõe a favor da liberdade de um seu escravo, morto elle, todas as questões que se moverem a tal respeito já não podem affectar á lberdade (...) cujo favor é tão recommendado pelas nossas leis.⁶⁰⁴

Terminamos perplexos a leitura da passagem, e ainda no escuro. A decisão nada acrescenta de substancial ao debate, uma vez que não foge ao paradigma já identificado sobre o período anterior à Lei de 18 de Setembro. Assim como nos casos de referência, a liberdade foi concedida sem enfrentar efetivamente o tema da condição jurídica dos filhos da *statulibera*, mas saindo pela tangente, isto é, pelo princípio da *voluntas testatoris*. Para o Supremo Tribunal de Justiça, ainda em meados da década de 60, o problema não estava juridicamente resolvido ou não havia condições sociais e políticas de colocá-lo em seus justos termos. O recurso à vontade senhorial – se bem que interpretada com todo o “favor à liberdade” que a legislação recomendava – foi o jeito

⁶⁰² Como bem reparou Spiller Pena, Maфра também reconheceria em seu *Promptuario das leis de manumissão*, que apareceu exatamente no ano do litígio de João e Benedicto, o direito dos filhos de “escravos libertadas” (inclusive sob condição) de impetrar ação de manutenção de liberdade quando burlados os títulos de alforria pelos senhores de suas mães (PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 287).

⁶⁰³ MAFRA, M. S. *Jurisprudencia dos Tribunaes Compilada – Dos Accordãos dos Tribunaes Superiores Publicados desde 1841*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868, p. 184-185.

⁶⁰⁴ MAFRA, M. S. *Idem*, p. 413.

que deram nossos excelsos tribunos para resolver sem grande alarido o caso, sem firmar um precedente que poderia tornar-se demasiado inflamável.

Diante dessa postura, observada agora numa esfera muito mais elevada do que o juízo municipal de Curitiba, não há como não rearticular as avaliações já expostas sobre o caráter *prudencial* da prática judiciária do período, conciliadora ao máximo dos dois pólos do *dilema da peteca*, como alcunhou Chalhoub a tensão permanente entre o *princípio da liberdade* e o *princípio da propriedade*⁶⁰⁵. Do discurso jurídico produzido pelos tribunais, contudo, podemos pinçar uma sutileza bastante relevante: se o “favor” era à liberdade, o “direito” ainda era da propriedade. Precisamos, portanto, ir atrás de uma resposta para a mudança de atitude das autoridades estatais entre dezembro de 1866 e julho de 1872 (data do Aviso do Ministério da Fazenda). Se não fora nem a legislação, nem a jurisprudência as protagonistas dessa mudança, resta-nos perscrutar a doutrina, matriarca em tantos sentidos do *pensamento jurídico moderno*;

c) no flanco doutrinário, Ribas e Marques se detinham na opinião específica que emitira Perdigão Malheiro sobre a questão, já no §125 de seu *A escravidão no Brasil* (1º volume). Após discutir o significado da categoria *statuliber* no Direito Romano – “aquelles que tinha a liberdade determinada para um certo tempo, ou dependente de condição”⁶⁰⁶, tal qual Joaquina – e as implicações desse estado – uma certa quantidade de direitos que ele facultava aos escravos romanos, como limites à sua punição pelo proprietário e a capacidade de figurar em juízo –, Malheiro passa a submeter as disposições do direito antigo ao crivo da “boa razão”, com a qual elas se mostrariam se descompasso porque “fundadas em ficções, em subtilezas, em costumes e idéas peculiares daquelle Povo”. Segundo aduzia, era mais prudente, entre nós, rejeitar tanto essa tradição como a legislação norte-americana, atendendo, ao contrário, “à índole de nossas leis, aos nossos costumes e às idéas do século e época”. O século era pai, entre outras coisas, do ideal que afirmava o “favor à liberdade” como fiel da balança da justiça. Pela primeira vez, ao menos de forma mais explícita, admitia-se que o princípio tivesse caráter estritamente normativo, passando a ser o “regulador em taes questões”⁶⁰⁷.

E em tais questões, resumindo sua exposição, o Perdigão Malheiro defendia que: o *statuliber* é liberto, embora condicional, e não mais “rigorosamente” escravo; o *statuliber* tem adquirida desde logo sua liberdade, “restituído à sua natural condição de

⁶⁰⁵ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 122.

⁶⁰⁶ MALHEIRO, A. M. P. Op. cit., p. 137.

⁶⁰⁷ MALHEIRO, A. M. P. Idem, p. 167.

homem e personalidade”; o *statuliber* não é passível de açoites e penas exclusivas dos escravos, nem pode ser processado como escravo; e, por fim, que “os filhos da *statulibera* são *livres e ingenuos*, visto como livre é o ventre; a condição ou o termo não mudão nem alterão a sorte da mãe quanto à sua verdadeira e essencial condição de livre”⁶⁰⁸. Não se eximindo de ofertar exemplos de como aplicar à correta hermenêutica o princípio do *favor à liberdade*, que tanto lhe agrava (uma das marcas características da cultura jurídica anti-escravista que ia, pouco a pouco, ganhando corpo, forma e volume no período), o doutrinador escolheu exatamente o caso espinhoso dos *statuliber* para tecer uma de suas argumentações consideradas mais progressistas e inovadoras:

Que se passa quando o senhor manumitte o seu escravo? – Em alguns textos se lê que – *est datio libertatis*; e que a nossa lei parece ter isso admitido, quando trata da *alforria* no mesmo título das *doações*. – Mas haverá ahi real e verdadeiramente uma doação? Qual o seu objeto? Qual o sujeito ou adquirente? Não há *objeto*, nem *sujeito*; a menos que se não pretenda ser o próprio escravo quem adquire, apesar de escravo, a sua mesma liberdade ou escravidão; o que é irrisório (...) A verdade, a realidade das cousas, à parte as ficções, é que se lê em outros textos, onde se diz *manumittere*, de *manû missio*, de *manû dare*, em contraposição a *manû capere* (...) Com effeito, em semelhante acto o senhor nada mais daz do que *demittir de si o domínio e poder* que tinha (contra direito) sobre o escravo, restituindo-o ao seu *estado natural de livre*, em que todos os homens nascem.⁶⁰⁹ (grifos no original)

A conclusão a que chegava Malheiro, por essa via, era estarrecedora, se mensurada pelos parâmetros da *ideologia da alforria* então ainda vigente: não se tratava mais a liberdade de um ato de graça senhorial, mas de um estado natural (*de direito*) no gozo do qual o cativo era reintegrado quando seu proprietário renunciava de seu domínio (*de fato*). Dizia inspirar-se, na teoria do direito natural de Savigny, a partir de quem subvertia a lógica tradicional e os pressupostos intrínsecos à escravidão. O jurisconsulto fazia da relação senhor/escravo um artifício meramente transitório, percepção que, aliás, generalizou-se com a aprovação da Lei de 1871, na medida em que esta decretava o fim biológico do regime servil. A irreversibilidade do processo de extinção da escravatura, cujo prazo de validade, somente, seguia em disputa, e a situação de liminaridade em que se viram lançados tanto senhores quanto cativos pela reforma legal não deixaram de ser notados por representantes políticos da lavoura, numa eloquente analogia com a condição incerta e controversa dos próprios *statuliberi*:

⁶⁰⁸ MALHEIRO, A. M. P. Idem, p. 168.

⁶⁰⁹ MALHEIRO, A. M. P. Idem, p. 162-163.

Para eles [os adversários da lei], o projeto, ao estabelecer a esperança a todo escravo de ser libertado pelo fundo de emancipação, acabou por considerá-los todos *statu-liberi* [sic], e, dessa forma, não poderiam mais ser castigados ou processados como escravos e nem seria mais permitido, aos senhores, “aliená-los, vendê-los ou hipotecá-los”. Nesse sentido, a lei de 1871 decretaria, na prática, o fim da escravidão.⁶¹⁰ (grifos nossos)

É admissível supor que a interpretação original de Perdigão Malheiro sobre o direito romano e sua aplicação para os libertos condicionais fizera fortuna, já que os parlamentares dos anos que se seguiram à publicação de sua *opus magister* repetiam, receosos, quase literalmente as lições nela contidas. Sua doutrina ganhou, contudo, uma dimensão política inesperadamente ampliada naquelas últimas décadas de crise do escravismo, reverberando não como uma solução jurídica casuística, mas como uma perigosa metáfora sobre a realidade coletiva de toda a população cativa do país, que não deixava de confundir-se com a de uma liberdade condicionada (à desapropriação a cargo do Fundo de Emancipação⁶¹¹).

Nessa perspectiva, fazia todo o sentido a referência cirúrgica com que Ribas e Marques abriam o processo de João e Benedicto. O que acontecera entre a Revista do STJ de 1866 e o Aviso do Ministério da Fazenda de 1872 fora justamente a difusão da obra e, com ela, da tese de Perdigão Malheiro. É sob as lentes dessa apreensão senhorial que devemos continuar a examinar o caso, reinserindo-o no contexto macro de contradições sócio-políticas e disputas hermenêuticas que tensionaram o ideário da escravidão na década de 1870.

Tensionaram, com ainda mais força, os interesses de Cyrino José do Nascimento, antes mesmo que ele tivesse tempo de reagir. Em 3 de novembro, a oitava das testemunhas, na sua maioria, vizinhos de sua propriedade, deu respaldo unívoco à versão produzida pelos autores. Pela velocidade dos atos processuais, o juízo levava a sério o caráter sumário da ação. Saindo da sala de audiências munidos de mais essas provas, os curadores de João e Benedicto sentiram-se aptos a concluir a demanda, pedindo vistas dos autos para encaminhar, em seguida, suas razões finais. Como em time vencedor não se mexe, os bacharéis não fizeram mais do que retomar, com um pouco de licença poética (que lhes permitiria, inclusive, copiar passagens inteiras da obra de Perdigão Malheiro, olvidando-lhe as devidas aspas), os argumentos já expostos

⁶¹⁰ PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 364-5.

⁶¹¹ Embora este mecanismo tenha cedo demonstrado ineficácia, seu fracasso quantitativo não podia ser antecipado e gerou efeitos simbólicos que abalaram as estruturas mentais e as expectativas proprietárias.

e enfatizando que, para os *statuliberi*, o “direito de pessoa livre está adquirido”, mesmo antes da condição superveniente, sendo, portanto, irrevogável.

Apenas uma referência nova aparece nesse arrazoado: o Acórdão do Tribunal da Relação de Porto Alegre, de 22 de setembro de 1874, publicado na revista de cabeceira de Marques, mas que ele talvez não tivesse localizado numa primeira busca. No periódico, o julgado fora indexado com dois brocardos, o segundo deles transcrito *ipsis literis* na peça: “o filho nascido – pendente conditione – da liberdade conferida a sua mãe escrava, é livre.”⁶¹². Em sede de apelação automática, a parda Francisca conquistara para si e para suas filhas – que, à semelhança de João e Benedicto haviam nascido durante a pendência da *conditio libertatis* – o direito de liberdade, contra os herdeiros de Candido José Pereira. Sem fazer alusão direta a Perdigão Malheiro, os desembargadores riograndeses parafraseavam seu argumento:

Dada a liberdade condicional à uma escrava, os filhos nascidos dentro do tempo que medeia entre o acto que lhe confere a liberdade e o implemento da condição são livres; embora o contrario disponho o Direito Romano, ao qual manda a Ord. L.º 3.º T.º 64 recorrer – na falta de Legislação nossa positiva e expressa. A regra de que é do Direito Pátria, subsidiário o Romano soffre excepções; e é uma dellas o cazo em questão. Da confrontação da citada Ord. que manda recorrer nos cazos omissos, ao Direito Romano pela boa razão das Leis Imperiaes, com a Lei de 18 de Agosto de 1769, se evidencia não ser applicavel à hypothese dos Autos a disposição da L. 16 Dig. De Statu lib., porque se funda em princípios excepçionaes que absolutamente não podem ser hoje acceitos – por contrastarem com os princípios, na phrase do Legislador de 1769, ‘formalisados pelos Direitos Divino e Natural para servirem de regras moraes e civis entre o Cristianismo’, e com as recentes disposições legislativas nossas, que hão feito ganhar muito terreno no Direito a causa da liberdade; e ainda por serem taes princípios e disposições da Legislação Romana repugnantes às idéas da moderna civilização.⁶¹³ (grifos nossos)

Não tanto a conclusão a que a passagem chega (que vinha sendo assentada na Corte há pelo menos duas décadas), mas o caminho pelo qual envereda para nela chegar é emblemático. Trata-se de um raciocínio jurídico refinado ao redor de uma lacuna do “direito pátrio”. De fato, não havia qualquer dispositivo no ordenamento imperial que se pudesse aplicar ao caso dos libertos sob condição suspensiva, nem tampouco na legislação portuguesa, recepcionada pelo direito brasileiro pós-Independência. Para esses casos, o Título LXIV do Livro Terceiro das Ordenações Filipinas expressamente indicava o recurso aos estilos e costumes do reino ou, subsidiariamente, ao direito

⁶¹² Quanto à primeira parte da decisão, que contrariava o interesse dos libertandos, essa foi sabiamente omitida pelos curadores: “Não há nullidade em tratar-se ordinariamente a acção que é de natureza *summaria*”!

⁶¹³ *O Direito*, vol. V, set./dez. 1874, pp. 522-524.

romano, ao direito canônico e à doutrina (em primeiro lugar as Glosas de Acúrsio e, em segundo, as de Bártolo). Se nada disso resolvesse o problema, o próprio Rei poderia atuar como legislador ou intérprete autêntico da lei. Não obstante, já as ordenações faziam uma ressalva à aplicação do direito romano, que foi lembrada no acórdão supracitado: “*As quaes Leis Imperiais mandamos sómente guardar pela boa razão em que são fundadas*”. Tal referência à “boa razão” pouco serviu para circunscrever, na prática, sua utilização desenfreada pelos juízes, levando o despotismo esclarecido de D. José I a editar, sob os auspícios do Marquês de Pombal, a Lei de 18 de agosto de 1769, sugestivamente alcunhada de *Lei da Boa Razão*. Pelo apelido mesmo que recebeu, patente o seu cerne: cuidar do intrincado problema da variedade das fontes do direito português. E tanto tinha essa denominação a ver com o lugar ocupado pela tradição jurídica romana e sua releitura moderna que José Homem Correa Telles estamparia como epígrafe de seu *Commentario Crítico á Lei da Boa Razão*, em 1824:

Huma das Leis mais notaveis do feliz Reinado do Senhor D. José, he a L. de 18 de Agosto de 1769. Denomino-a a Lei da BOA RAZÃO, porque refugou as Leis Romanas, que em BOA RAZÃO não forem fundadas. Hum sábio terá nesta Lei vasto assumpto para hum obra de grande preço. Mas ainda que este pequeno *Commentário* atteste o meu pouco saber, nada se perde em o dar á luz, em quanto não apparece outro melhor.⁶¹⁴

No opúsculo, o autor (que constava das referências bibliográficas de Generoso Marques, como observamos na causa de Amâncio⁶¹⁵) buscava demonstrar a atualidade das preocupações da Ilustração Portuguesa, século XIX adentro. A dispersão das normas, sua falta de organicidade, sua aplicação contraditória e a pequena quantidade de assentos unificadores proferidos pela Casa de Suplicação (58, desde sua criação até 1800) faziam ainda pertinente o esforço para torná-las “mais claras, e menos susceptíveis de intelligencias, que ordinariamenre são oppostas ao espírito dellas”, nas palavras do próprio Rei, nos remotos dias de 1769. Tratava-se, portanto, de consolidar as leis nacionais como fonte jurídica primária, restringindo o conceito amplo da *lex* medieval, submerso nas marés romano-canônicas do *ius commune*.

É sintomático que os debates sobre a liberdade estivessem encharcados de uma crítica algo ressentida à paisagem jurídica “caótica” e pluralista do Antigo Regime,

⁶¹⁴ TELLES, José Homem Correia. *Commentario crítico á Lei da Boa Razão*, em data de 18 de agosto de 1769. Lisboa: Typografia de N. P. de Lacerda, 1824.

⁶¹⁵ Além da matéria processual ali explorada, José Homem Correa Telles se dedicara igualmente ao tema da interpretação das leis, vide: TELLES, José Homem Correia. *Theoria da interpretação das Leis e ensaio sobre a natureza do senso consignativo*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1815.

através da proposta de racionalização de Correa Telles. A verdade era que o direito brasileiro ainda permanecia como que preso às amarras do passado, ao menos no que tocava a uma instituição como a da escravidão, que atravessara séculos de mutações jurídicas sem grandes reviravoltas. Não havia como colocar o país entre as “nações modernas” do mundo, nem como modernizar o direito pátrio, sem afundar o dedo reformador na ferida aberta do cativeiro. E o meio para empreender essa tarefa só podia ser a norma positiva, em especial, a norma formatada no modelo dos códigos, já que tanto a doutrina como a jurisprudência eram acusadas de fomentar “interpretações abusivas que offendem a Magestade das Leis”:

Para eles [os juristas oitocentistas], a construção da nova nação passava por uma operação fundamental: a regulamentação do Direito, para a qual era imprescindível a codificação do direito civil. O Direito deveria ser a porta de entrada para a civilização, e esta não poderia ser contaminada pelos antigos elementos coloniais que, para muitos, já deveriam ter sido apagados há muito mais tempo. Assim, estes juristas contribuíam para firmar uma dada concepção de liberalismo, evidentemente incompatível com o passado escravista.⁶¹⁶

Essa imiscibilidade entre a água de uma “velha instituição” e o azeite de um “direito moderno” é que teve de ser enfrentada, entre outros, por Augusto Teixeira de Freitas, quando da elaboração do seu *Esboço do Código Civil*, optando pela coerência teórica em prejuízo do pragmatismo, o que lhe valeu diversas represálias. Não era a forma-código o componente incompatível com a permanência da escravidão, mas sim o fato de que ela representava, por definição, um território inóspito à regulamentação jurídica, já que seu pressuposto básico era o de um senhor-proprietário todo-poderoso, sem fé, sem rei e sem lei. Era isso que Clóvis Beviláqua taxaria, muitos anos depois, de “o regime de exceção do escravagismo”⁶¹⁷, um espaço de não-direito. É certo que outros povos haviam normatizado em maior ou menor grau a vida e até certas faculdades de seus escravos, mas tratava-se de sistemas jurídicos pré-modernos, isentos da necessidade de lidar com características tais como as noções basilares de igualdade e universalidade, que E. P. Thompson reconhece como inextricáveis do direito ocidental moderno e que tantas dores de cabeça podiam gerar para as elites interessadas em

⁶¹⁶ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 28.

⁶¹⁷ BEVILÁQUA, Clóvis. *Instituições e costumes jurídicos dos indígenas ao tempo da conquista*. In: *Revista Contemporânea*, ano 1, número 1. Recife: 1894, p. 2-3. *Apud* GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 30.

resguardar apenas seus próprios privilégios⁶¹⁸. Por conta disso, muito mais do que na legislação colonial ou imperial, o direito brasileiro ainda tinha de ir nele beber com envergonhada avidez. O resultado estrutural das incongruências práticas e idiossincrasias kafkianas do cativo era esse recurso compulsório ao “direito antigo”.

Sobre o Direito Romano, especificamente, Correa Telles refutava seu uso quando aparentasse conter “vestígios de paganismo”, se opusesse à “moral cristã” ou contrariasse os “costumes modernos”⁶¹⁹. Nisso, devia embasar-se na tal “phrase do Legislador de 1769” – como o acórdão de Porto Alegre aludia aos dizeres do Item 9 da Lei da Boa Razão – a princípio legitimadora dos “*primitivos princípios, que contém verdades essenciaes, intrínsecas, e inalteráveis, que a Ethica dos mesmos Romanos havia estabelecido, e que os Direitos Divino, e Natural, formalizarão para servirem de Regras Moraes, e Civis entre o Christianismo*”. No fundo, porém, Correa Telles reacendia a fogueira do debate numa postura muito mais crítica àquelas verdades dos romanos, enumerando casos em que elas não eram assim tão essenciais afinal⁶²⁰. Tampouco inalteráveis. Já ia quase meio século da reforma dos Estatutos da Universidade Coimbra (1772) – que haviam consagrado o uso moderno que se devia fazer do Direito Romano, entre as nações civilizadas, como critério de sua aplicação (*usus modernus pandectarum*⁶²¹) – mas a cultura jurídica portuguesa não se havia modernizado no mesmo ritmo. Ao que parece, também no Império do Brasil, o “espírito das leis” continuava ressentindo-se de magistrados excessivamente romanistas, apegados às velhas fontes do direito. De outra sorte, pouco sentido teriam os apelos feitos, em 1874, pelos julgadores do caso da parda Francisca. Forçados a revisitar monarcas, doutrinadores coimbrãos e marqueses para provar o quanto a legislação romana repugnava às “disposições legislativas nossas” e às “idéas modernas da

⁶¹⁸ O “método” dos romanos, por exemplo, é caracterizado por M. Villey como “dialético, não sistemático” (VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 552).

⁶¹⁹ Pena repara também – embora exagere um pouco a análise – que “para este jurista, a lei de 1769 inviabilizava o uso de qualquer dispositivo escravista romano como norma subsidiária, por ser completamente caduco e anacrônico ante os princípios do direito natural e das gentes” (PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 90).

⁶²⁰ Enumerava diversos exemplos em que tal contradição se verificava. Vide: TELLES, J. H. C. *Comentários...*, p. 34-36.

⁶²¹ *Usus modernus pandectarum*, ou, literalmente, uso moderno das Pandetas de Justiniano, constituem movimento cultural ocorrido sobretudo na Alemanha do século XVII que, colocando em questão a vigência global e preferencial do direito romano, propôs a ideia da “recepção prática” do legado justiniano, segundo a qual o direito romano deveria ser compatibilizado com os novos direitos dos reinos” (FONSECA, R. M. *Cultura jurídica...*, p. 64).

civilização”, certamente procuraram distanciar-se do entendimento inverso, que mantinha-se hegemônico em matéria de escravidão, mesmo após a Lei do Ventre Livre.

Coisa que Generoso Marques dos Santos e José Lourenço de Sá Ribas – os atentos curadores de João e Benedicto, para quem devemos regressar – não ignoravam:

Se antes da áurea lei de vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um a doutrina mais geralmente seguida e adoptada pela jurisprudência dos tribunaes era a que considerava absolutamente livre os filhos da – statu libera – que era aquella que estava destinada a ser livre depois de um certo tempo ou do cumprimento de uma condição; depois dessa lei, por cujo benéfico influxo cahirão as ficções do Direito Romano e as sophisticas distinções dos que não querião de todo apartar-se de uma legislação a este respeito inteiramente discordante do espírito do século e dos nossos costumes, aquella doutrina tornou-se incontestada a tal ponto que o poder executivo não hesitou em consignal-a francamente em suas decisões (...) Não pode haver hoje duvida alguma acerca da inapplicabilidade dos preceitos do Direito Romano, sobre a espécie de caso de que ora nos occupamos; nem pode esse direito ser considerado fonte subsidiaria, em face da lei de dezenove de agosto de 1769. (grifos nossos)

Com seu estilo próprio, esses advogados subsumiam todo um debate longínquo, nas trincheiras do qual pilhas e pilhas de papel se haviam gasto, em uma única tese: as “ficções do Direito Romano” destoavam do “espírito do século” e, por isso, deveriam ser afastadas. Ponto. Se voltavam às decisões do Executivo (avisos ministeriais) e à lei de 1769, era quase a título ilustrativo, posto que a “áurea” Lei de 28 de Setembro arrojadamente imprimira seu “benéfico influxo” sobre a condição dos *statuliberi*. Ao registrar essas palavras, provavam que os desembargadores de Porto Alegre estavam corretos: a “causa da liberdade” havia “ganhado muito terreno no Direito”, durante a segunda metade do século XIX, avançando lado a lado com a causa da modernização e da nacionalização de suas fontes.

Mostravam conhecer também os percalços da cultura jurídica brasileira para ir ocupando esses terrenos de liberdade, quando não rompendo totalmente a cerca da escravidão, ao menos empurrando-a cada vez mais para trás: as “sofísticas distinções” que os curadores de João e Benedicto consideravam já ultrapassadas referiam-se a discussões doutrinárias minimalistas que vararam a década de 1860. Juristas amiúde se debatiam sobre a natureza dos testamentos que deixavam escravos condicionalmente libertos. Em três processos localizados nos arquivos do Rio de Janeiro sobre o assunto, S. Chalhoub se viu às voltas com uma das mais tormentosas “charadas escravistas” para a reflexão doutrinária do período e, hoje, para seus historiadores. Fosse para Pompeu, filho de Lauriana; fosse para o pardo Manoel, filho de outra Joaquina; ou ainda para

Alcina e Eufrosina, nascidas da escrava (ou liberta, a depender o ângulo pelo qual se analisasse a situação) Helena, problemas como o de saber se a “condição suspensiva” que os amarrava advinha de um ato unilateral de doação ou de uma espécie bilateral de quase-contrato, eram determinantes e poderiam implicar no acréscimo de longos anos de serviço extra ou na supressão imediata do cativo⁶²². Em alguns casos-limite, qual o de Pompeu, somente os “princípios humanitários” e as “luzes do século” (em que devia banhar-se o “espírito do século” de Marques e Ribas) puderam socorrer uma decisão política em prol da liberdade⁶²³. Era o direito antigo se “accomodando” ao moderno.

4.3. “Accomodando” bem, que mal tem?

Apesar dos contratemplos, as três causas saíram vencidas pelos escravos, mostrando que circulava já certo consenso sobre a questão, ainda que na ausência de um marco legal capaz de acobertar a posição desses juízes. Se o Acórdão da Relação da Corte de 1856, manejado pelos defensores de João e Benedicto, fora caudatário dessa crescente “boa vontade a favor da liberdade”, que se via ganhar terreno entre os magistrados, ou se, ao contrário, servira ele de esteio para a jurisprudência posterior, fuge-nos investigar. Contornando o impasse do ovo ou da galinha, no entanto, não fere a lógica supor que, internamente ao campo jurídico, o problema só se assentaria mesmo sobre bases mais sólidas com a inovação interpretativa que Perdigão Malheiro empreenderia no §125 de seu livro, vindo a lume em 1866 com novos rumos:

Vejamos agora o uso a fazer entre nos de toda essa doutrina. É um trabalho de reconstrução que vamos tentar (...) Prescindamos de todas essas ficções, anachronicas, obsoletas, sem applicação ao nosso estado, e vamos á realidade das cousas; investiguemos a verdade em toda a sua virginal e cândida nudez. A analyse, e a applicação mesmo de certos princípios do Direito geral nos levarão a salvamento, com um pouco de *boa vontade* a favor da liberdade (grifos nossos)⁶²⁴

O “trabalho de reconstrução” intentado com êxito pelo jurista foi compreendido por Chalhoub como “um esforço contundente de desconstrução ideológica, de desmonte

⁶²² CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 122 e ss.

⁶²³ Num meio-termo entre os paroxismos de Mary Karash (para quem aparentemente os filhos de escravas libertas condicionalmente nasciam escravos, pelas cartas de alforria que deles encontrou) e Kátia Mattoso (que insiste enfaticamente na posição de Perdigão Malheiro como sendo *descritiva* de uma prática social com observância geral), Chalhoub entende que a questão foi resolvida na prática de acordo com vetores políticos dos magistrados, não sendo, por conseguinte, um fato dado. A revisão é feita em CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 127.

⁶²⁴ MALHEIRO, A. M. P. Op. cit., p. 161 e ss.

da ideologia da escravidão”, sendo seu “tom aguerrido” mais o da verve pugnativa do que o de uma simples operação cognitiva⁶²⁵. Acontece que essa reconstrução, uma espécie de *atualização hermenêutica*, teve de ser empreendida segundo a lógica intrínseca à tradição jurídica, que “*não é apenas um sistema de proposições, mas também um sistema de regras de produzir novas proposições*”⁶²⁶, ou seja, estabelecia os próprios parâmetros em que a nova interpretação de Malheiro deveria ser articulada, se quisesse ter validade no seu campo discursivo. Num certo sentido, portanto, o que o jurisconsulto fazia era “acomodar ao foro do Brasil” todo aquele amálgama de direito comum e estrangeiro. Como identifica Hespanha, essa tradição jurídica, mesmo no século XIX, era também tradição literária, sendo, para tanto, imprescindível quebrarem-se os ovos da doutrina (*communis opinio doctorum*) e sovar-se a massa do direito antigo para uma sua aplicação moderna, o que demandava enorme esforço intelectual:

Quando se trata de actualizações conscientes, esta tarefa de inovação exige a disponibilização de meios intelectuais muito poderosos de tratamento dos textos. Ou seja, de meios (lógicos, argumentativos, hermenêuticos) capazes de fazerem passar por sentido original do texto os novos sentidos que o autor aí quiser inserir. (...) Esta complexidade do discurso jurídico não constitui, por isso, um elemento apenas estilístico (o gosto pelas “subtilezas”, o “formalismo lógico-dialéctico”, o carácter “escolástico”), mas uma condição de actualização de textos dotados de autoridade. (...) Assim, a dinâmica da tradição é uma dinâmica *agregativa*, em que cada nova interpretação passa a coexistir com as anteriores. E não, como na tradição legislativa dos nossos dias, uma dinâmica *substitutiva*, em que a lei posterior derroga a anterior (pelo menos naquilo que a contrariar).⁶²⁷

Essa *dinâmica agregativa* pode ser notada nessas fontes de cunho mais abstrato que constituem o catálogo do pensamento jurídico do período, alicerçado ainda, no que tangia à escravidão, em arcaicos incunábulo. No espaço analítico do presente trabalho, em que propomos certa autonomia para o direito oitocentista, é possível ler aí não apenas um ataque político, mas um lance de originalidade jurídica que, já em 1866, respaldava-se retoricamente numa lei de 1769, como filtro histórico-hermenêutico para coar o Direito Romano. Tudo isso porque o mesmo se mostrava, *neste aspecto*, desfavorável aos escravos (em outros casos, a mesma matriz seria invocada, sem grandes pudores, para afrontar o próprio direito pátrio). Autorizava, no mesmo sentido, interpretar o “espírito da lei” imperial à luz do “espírito do século”, na suprema aleivosia de, para construir uma cultura jurídica da liberdade, romper, em parte, com o

⁶²⁵ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 129-130.

⁶²⁶ HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, p. 122.

⁶²⁷ HESPANHA, A. M. *Idem*, p. 117-8.

que S. Chalhoub chamou de o “pacto de classe”⁶²⁸ das elites escravocratas: a cultura jurídica da propriedade. Esse aval fora dado ao “espírito das Leis” muito tempo antes, em nome da *equidade* e da *justiça universal*, no século XVII, pelo já citado Jean Domat:

(...) a equidade natural (que é o espírito universal da justiça) forma todas as Leis, e assina a cada uma seu próprio uso: o conhecimento desta equidade, e a vista geral deste espírito das Leis é pois o primeiro fundamento do uso, e da interpretação de qualquer Lei em particular.⁶²⁹

Se o “espírito da lei” escravagista era adestrado por doutrinadores como Perdígão Malheiro, era porque o “espírito de justiça” do século já não podia considerar “natural” essa instituição. O “espírito do século” se havia transformado num anteparo ao “espírito das leis”, ao menos das leis antigas.

Nada poderia ser mais abominável para Cyrino José do Nascimento do que essa “interpretação caprichosa, instável”, por conta da qual ameaçava perder a demanda, a honra de senhor e mais alguns contos de réis. Seu advogado, Tertuliano Teixeira de Freitas – que, pelas extensíssimas razões que apresentou, parecia ter uma pena tão infatigável quanto a de Bento Fernandes de Barros, bacharel espaçoso do capítulo anterior –, “partindo de um principio admitido pela legislação pátria, confirmado pela tradição, sancionado pelos tribunaes”, pretendia deixar claro, de uma vez por todas, para o Dr. Motta Júnior, qual era o real “espírito do direito que regulava o elemento servil” no país, ainda mesmo em face da Lei de 1871:

Se não nos fornece a legislação pátria para a solução do presente pleito, os necessários elementos; se em face dessa mesma legislação, resta-nos o auxilio e a luz do direito subsidiário; devemos desprezar como meras ficções os princípios e doutrinas consagrados na jurisprudência romana, acastellando-nos num pretendido espírito do século, que está longe de inspirar os costumes de nosso paiz? Contra esse espírito do século, contra esse ideal dos nossos costumes imaginado pelos patronos dos autores protesta a Lei de 28 de setembro de 1871, que, não sendo radical e completa, deixou incólume a instituição que só o tempo derrocará de todo. Trata-se aqui de averiguar um direito, de reconhecer um facto e bão de explanar uma theoria philanthropica, por mais digno de sympathia e credora de applausos que nos pareça. (grifos nossos)

O “espírito da lei” e do direito, nessa acepção, nada tinha que ver com o tal “espírito do século”. Teixeira de Freitas, o genro, batia palmas para a filantropia, mas queria mesmo era saber de propriedade. Propriedade que, segundo ele, a Lei do Ventre

⁶²⁸ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 122.

⁶²⁹ Extraído da supramencionada obra de J. H. Correa Telles, *Teoria da Interpretação das Leis*. Cf.: GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 240.

Livre deixara intacta. Em dezoito páginas tão recheadas de louvores a Ulpiano que deixariam orgulhoso seu sogro (quem, ademais, comparecia como a principal doutrina colacionada, donde fora extraído todo o latinório), o advogado se agarrava à noção de que o “principio regulador (...) do Direito Romano, contem-se neste preceito: *‘partus sequitur ventrem’*”. Se escrava a mãe, escravos os filhos. Não havia o que discutir. Contra a tese da obsolescência das regras antigas, disparava que “não é anachronico o espírito daquela legislação em relação aos nossos costumes, pois os princípios da *disciplina* e *subordinação* (...) perduram em nossa sociedade e fazem sentir constantemente os seus salutareos feitos”. Era essa a “boa razão” pela qual devia guiar-se o juiz municipal. Afinal, disciplina e sujeição eram os mais salutareos remédios para o espírito de insubordinação que vinha agigantando-se entre os escravos. Espírito (do século) contra espírito (da lei), era à alma dos cativos e a seu adestramento que deveriam destinar-se as atenções do direito, para garantir o governo dos senhores. E era no *corpus iuris* do passado que se apoiava todo o “assumpto da escravidão”. Longe de ser “um complexo de ficção como pensam os illustres advogados adversos”, essa herança milenar seria expressão do direito vivo, pois, “acompanhando os desvarios da raça conquistadora, os legisladores romanos obedecerão as circunstancias de sua epocha as ingerências do meio social em que viverão”. Tertuliano parecia disposto a tolerar que as tais “distinções” relativas aos *statuliberi* (que encontra no Livro XVI do *Digesto*) fossem encaradas como “desvarios”, mas como “ficções”, nunca. A rigor, mesmo desvarios poderiam manter sua validade legal, ao passo que ficções jurídicas corriam o risco de ser facilmente elididas, caso não mais se provassem operacionais.

Com esse argumento, quem sabe quisesse se contrapor à imagem do cativo enquanto mera ficção legal, popularizada também por Perdigão Malheiro. Para ele, era esse o único fundamento que subsistia na redução do homem/sujeito ao estado de coisa, face à flagrante ilegitimidade da propriedade sobre o escravo, tese que viera à baila e pela qual fora ovacionado no discurso de 1863: “*É certo, senhores, que, constituído o homem em propriedade de outro, sujeito ao domínio deste, foi, por uma ficção do legislador civil, equiparado às coisas*”⁶³⁰. A “instituição que só o tempo derrocará” não andava tão incólume como dava a entender Teixeira de Freitas. Retomando o apontamento que fizemos anteriormente, para os indivíduos extremamente leais à tradicional cultura jurídica da propriedade (e às relações de poder em que se assentava

⁶³⁰ MALHEIRO, A. M. P. Op. cit., v. 2, p. 261.

ela), defender a todo custo a *legalidade* da escravidão poderia representar o último porto seguro, numa década em que sua *moralidade* e condição material de *reprodução* se esfrangalhava diante de seus olhos. Por isso tanto estardalhaço e tanta saliva gasta.

Que a defesa do senhor de João e Benedicto levasse em conta, à sua maneira, a doutrina de Perdigão Malheiro, é inegável. Tertuliano Teixeira de Freitas – que transparece nos documentos mais preocupado em salvar o Direito Romano do que a seu cliente – estava encurralado: se corroborar a doutrina de Malheiro significava entregar a causa de bandeja para seus adversários, tampouco podia ignorar por completo o único jurista de renome que se havia concentrado sistematicamente sobre a questão. A solução foi uma *recepção eclética* das ideias do autor, quase tão “fora do lugar” quanto devia ser seu liberalismo⁶³¹, se acaso dele fosse adepto: citava todo o “trabalho de reconstrução” que Malheiro fazia n’*A escravidão no Brasil* no âmbito dos preceitos romanos e norte-americanos (§124)⁶³², sem sequer mencionar que o autor rejeitara veementemente a aplicação dos mesmos dentro do Império! Mas o bacharel não parava por aí. Promovendo mais um deslocamento intelectualmente pouco honesto, afirmava, copiando apenas trechos esparsos, que o Acórdão de 1874 do Tribunal da Relação de Porto Alegre na realidade havia reconhecido que os filhos da mulher alforriada condicionalmente estavam obrigados, como ela, à prestação de serviços até a data do termo ou do implemento da condição. Um malabarismo hermenêutico e tanto.

Com segurança, porém, podemos constatar que a principal autoridade de que ele se revestia para dar substância a seu raciocínio cheio de idas e vindas era a do “Doutor” Teixeira de Freitas, pai de sua esposa. Citando a terceira edição aumentada da

⁶³¹ A formulação – hoje tão criticada quanto popularizada – é atribuível a Roberto Schwarz como índice de um “desconcerto” da experiência brasileira, isto é, “a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for”. Na síntese apresentada pelo próprio autor, “as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas (...) e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo.” (SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34, 2000, p. 21 e 26). Dentro do marco teórico da *circularidade cultural*, no entanto, entendemos ser importante mediar um pouco a conclusão de que “ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio” (SCHWARZ, R. Idem, p. 29), dando relevo ao grau de *originalidade* e de *recepção eclética* também dessa leitura tropical, sem escamotear seus desníveis e desencontros, em suma, sua “defasagem”, em termos ginzburgianos.

⁶³² “Em legislação de povos nossos contemporâneos qual a dos Estados Unidos da Norte America, aliás em geral mais favorável a causa da liberdade dos escravos, se lê hoje no Código da Luiziana que o estatuliber pode fazer aquisições etc., que os filhos de escravos em taes condições não são escravos e sim livres sujeitos apenas a mesma sorte das mães com os mesmos direitos que estas, etc”

Consolidação das Leis Civis, que devia tomar emprestada para consulta do próprio autor, uma vez que ela apenas acabara de ser impressa (1876), remetia a duas notas de rodapé da obra: “*O estado-livre quasi em nada differe dos outros escravos, e por isso está sujeito ás mesmas penas*”⁶³³ (com base no Livro 29 do *Digesto*) e “*Depois da lei de vinte oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um, na qual estatui-se que ninguém mais nasceria escravo, são absolutamente livres os filhos das alforriadas condicionalmente*”⁶³⁴ (com base no mesmo Aviso de 1875, que comparecera na argumentação dos “illustres advogados adversos”). Como essa segunda referência podia coadunar-se com a primeira, e mais, como podia chegar a ser interpretada contra João e Benedicto? Exímio nos jogos de linguagem, o advogado do senhor Nascimento pontuou que a matéria da liberdade era indivisível, não se admitindo que os filhos de uma “semi-liberta” o fossem por inteiro: “como inferir de um principio relativo, condicional, uma conclusão incondicional, absoluta?”⁶³⁵. A impressão que fica desse mosaico de ditos e não-ditos é a de um desafio que fora aceito. Afinal, Generoso Marques e José Ribas haviam, lateral mas sardonicamente, insinuado que a atuação de Tertuliano iam contra aquilo que o famoso redator da *Consolidação* passara a pregar, de uns tempos para cá:

O próprio Doutor Teixeira de Freitas que opinara que os filhos da statu libera erão escravos, como se vê da sua carta dirigida ao Instituto dos Advogados e publicada no *Correio Mercantil* de 22 de out de 1857, comquanto modificou posteriormente a sua opinião, seguindo o Código da Luiziania, na segunda edição da *Consolidação das Leis*, rejeitou aquella distinção (...)

Esse script era polêmico, mas não original. Tratava-se, com minúsculas modificações, de uma observação feita por Agostinho Perdigão Malheiro, mais uma vez fora das aspas⁶³⁶. Por sinal, Malheiro trazia notícias de outra celeuma, desta vez

⁶³³ TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das leis civis: publicação autorizada pelo governo*. 3ª edição mis augmentada. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876, p. 36.

⁶³⁴ TEIXEIRA DE FREITAS, A. Idem, p. 39.

⁶³⁵ Esse era outro tema, aliás, especialmente caro a Augusto Teixeira de Freitas, o da indivisibilidade da liberdade, tendo aparecido em seus escritos: “A liberdade é indivisível. Se, por explosão de entusiasmo, o escravo da vossa questão é um homem livre, vós não lhe podeis tirar um seitel [sic] do direitos, que constituem a liberdade [...]. Estarei dispostos a aceitar todas as conseqüências?” (VIANNA, M. A. de S. *Augusto Teixeira de Freitas. Traços biográficos*. Rio de Janeiro: Typographia Hildebrandt, 1905. *Apud* PENA, E. S. *Pajens da casa imperial...* p. 115.

⁶³⁶ Eximimo-nos de comentar a ironia de Malheiro ao exilar o idealizador do “Código Negro de rodapé” do corpo do texto. No original: “O illustre autor da Consol. Das Leis Civ. Brás. opinou em algum tempo que os filhos erão *escravos* (V. *Correio Mercantil* n. 239 de 22 de Out. de 1857). Na 2ª edição dessa sua obra, porém, modificou essa sua opinião, abandonando o texto do Dir. Rom. Para seguir o Cod. Das Luiz. Art. 196, que os declara *livres*, embora para o tempo em que o sejão as mãis” (MALHEIRO, A. M. P. Op. cit., nota 693, p. 169). Mas comparando a versão de Marques e Ribas com a nota do doutrinador, verifica-se que um dos pontos que ficou de fora da reprodução poderia representar nada menos que a ruína de João

envolvendo Teixeira de Freitas, o Augusto, a qual ficou registrada na mesma nota ao pé da página. O fato foi o seguinte: opinião semelhante à de Malheiro sobre a matéria sustentara o “*Dr. Caetano Alberto Soares em um artigo publicado no Correio Mercantil nº 303 de 1857, e reproduzido na Revista Jurídica redigida pelos Drs. Silva Costa e Rodrigues 1863 pag. 150*”. Isso significava, portanto, que, alguns meses depois de Augusto Teixeira de Freitas ter defendido o cativo dos *statuliberi* e seus filhos, outro intelectual de grande projeção afirmara o contrário, rebatendo-o publicamente. Essa divergência poderia soar como mera discordância doutrinária ou picuinha de egos, não tivesse sido levada a cabo no principal jornal da Corte. Mas quem era Caetano Alberto Soares e o que tinha a ver com as opiniões de Teixeira de Freitas, em 1857?

Quem complementa as informações de Perdião Malheiro é Eduardo Spiller Pena que, por sua vez, foi encontrá-las em outra nota de rodapé, a de número 4 de *Um estadista do império*, de Joaquim Nabuco. Falando aí de Teixeira de Freitas, o abolicionista jurava que apesar do seu “formalismo jurídico consagrado”, tinha o espírito “largamente humanitário”⁶³⁷. A que exatamente se referia Nabuco? A um episódio bastante obscuro, iniciado em 8 outubro de 1857, no Instituto dos Advogados do Brasil. Tratava-se de uma das típicas “conferências” do IAB, cuja finalidade estatutária era a de colocar em debate determinadas questões jurídicas complexas. O local e a data não podiam parecer mais promissores: era o ano em que Teixeira de Freitas finalizava sua tão aguardada *Consolidação*, sendo ele também o presidente em exercício do Instituto. Contudo, os acontecimentos provariam que ele estava no lugar errado, na hora errada. O caso foi constrangedor o bastante para ser cuidadosamente expurgado de vários documentos oficiais do IAB. Atentemos.

As coisas se deram mais ou menos como segue. A pauta do dia foi lançada por ninguém menos que o lusitano Caetano Alberto Soares. Resumidamente, o que perguntava era o seguinte: se um senhor, como era usual, deixasse em seu testamento um escravo forro com obrigação de servirem a alguma pessoa durante a vida desta, “*se for escrava, e tiver filhos durante o tempo em que era obrigada a prestar serviços, os*

e Benedicto. Era o que dava notícias sobre o art. 196 do Código da Luisiana, “que os declara [aos filhos da liberta condicional] *livres*, embora para o tempo em que o sejam as mãis”. Se aplicada ao caso, essa disposição determinaria a escravidão dos filhos de Joaquina até, pelo menos, a morte de sua senhora, D. Bibiana de Alcântara, já que servi-la até seus últimos dias fora a vontade final (*conditio libertatis*) manifestada pela tia Clara Maria. Com a engenhosidade que lhes era habitual, os curadores de novo souberam calar na hora certa.

⁶³⁷ NABUCO, J. *Um estadista do império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. São Paulo: Companhia Editora nacional & Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936 (1897-99, 2ª ed.), p. 17-18. *Apud* PENA, E. S. *Pajens da casa imperial...*, p. 77.

filhos serão livres, ou escravos? Se livres, serão também obrigados a prestar serviços? Se escravos, a quem pertencerão?”⁶³⁸ Caetano Soares não tirava do nada seu questionamento, sabia do que falava⁶³⁹. No ano que antecedeu à fatídica conferência no IAB, tivera mesmo oportunidade de conceder orientações jurídicas sobre a questão da liberdade condicional na *Revista dos Tribunaes*, quando reafirmou o entendimento que encontramos vigente ainda na decisão do Supremo Tribunal de Justiça, em dezembro de 1866: “a discórdia principal residiria na interpretação da vontade do proprietário ao redigir seu testamento (palavra que deveria ser rigorosamente seguida pela lei)”⁶⁴⁰. Assim seja. Apesar de não analisar o recurso específico do caso de Marcolino, Spiller Pena, revendo inúmeros julgados⁶⁴¹, chegou à conclusão de que a justiça imperial, nas suas várias instâncias, “mostrou-se sempre dúbia e indecisa ante a questão, não conseguindo firmar uma jurisprudência definitiva sobre ela”⁶⁴².

Aqui é preciso abrir um breve interlúdio. Apenas com um universo mais amplo de julgados poderíamos inferir com tranquilidade uma evolução temporal em favor do “*favor à liberdade*” nesses casos, apesar de apostarmos fortemente nessa interpretação, ao menos em relação às instâncias últimas do judiciário brasileiro oitocentista. Não obstante, o que certamente emana dessas fontes – e isso perduraria ainda muitos anos nos foros do país – é uma sistemática recusa ao enfrentamento direto, sem rodeios, da questão proposta por Caetano Soares. O que não impedia os operadores do direito se valerem constantemente, quando ela surgia, de “*princípios jurídico-morais nos quais muitas cousas são outorgadas contra as regras gerais de Direito*”⁶⁴³. A interpretação “com boa vontade”, que Malheiro viria a sugerir algum tempo depois, já era por eles aplicada, porém sem o mesmo grau de erudição. É que, embora realmente presente no §4 do Título XI do Livro 4º das Ordenações Filipinas, (“*em favor da liberdade são muitas coisas outorgadas contra as regras gerais [do direito]*”) – excerto, aliás, recorrente nas ações de liberdade – esse tipo de aplicação do princípio exigia a total

⁶³⁸ PENA, E. S. Idem, p. 80.

⁶³⁹ Spiller Pena remonta aos tempos de sua formação coimbrã para caracterizá-lo como um convicto emancipacionista, obviamente de tendências gradualistas. Autor de uma memória intitulada *Melhoramento da sorte dos escravos no Brasil*, fundador e dirigente, em 1850, de uma sociedade anti-tráfico na Corte, redator de projetos de leis reformistas sobre o tema e advogado de notoriedade em ações de liberdade.

⁶⁴⁰ PENA, E. S. Idem, p. 84.

⁶⁴¹ Já em 1847 o Supremo fora contrário à liberdade da filha de uma *statulibera* mas, dando um giro de cento e oitante graus, em abril de 1857, revertera um outro acórdão da Relação da Corte que anulava decisão de primeiro grau em favor do mesmo tipo de liberdade

⁶⁴² PENA, E. S. Idem, p. 85.

⁶⁴³ PENA, E. S. Idem, p. 87.

descontextualização de sua fonte, algo altamente doloroso para juristas ciosos de conservar a “vontade do legislador” no cerne do “espírito da lei”. Banalizada pelo uso contínuo e pouco criterioso, esse curinga legal podia ter salvo, em algum tempo, um ou outro cativo de seu senhor, mas havia perdido uma fração considerável de seu potencial de convencimento, em meados do século XIX. Isso fazia com que, na prática, tal modelo de argumentação fosse mais retórico do que efetivo, e, ao fim e ao cabo, pouco levado a sério pelos tribunais, ainda quando eram eles mesmos a apoiar-se nele. Como princípio então tornado mais *moral* do que propriamente *jurídico*, parece ter servido como *ultima ratio* tópica para a resolução do que hoje chamaríamos de *hard cases*.

A visita que os filhos das *statulibera* vieram fazer aos luminares do pensamento jurídico imperial, reunidos no IAB, prova que a questão era mesmo um impasse grave, no mínimo, de um ponto de vista estritamente técnico. Moralmente, porém, vinha num crescendo a inclinação pela liberdade como a melhor saída para esses casos, tal qual a exposição do “humanitário” Caetano Soares (que, não podemos nos esquecer, além de bacharel, era clérigo) deixaria patente naquela tarde de 8 de outubro. Quase podemos enxergar aí uma espécie de *cultura política* da liberdade, que, todavia, não havia ainda encontrado uma *tradução jurídica* apropriada. Essa tradução levaria ainda uma década para articular-se nas palavras de Perdigão Malheiro, e, enquanto isso não acontecia, não é exatamente que a cultura jurídica se mantivesse inerte, “dúbia e indecisa” sobre o problema. Pelo contrário, o próprio Spiller Pena fornece a pista para matar mais essa “charada escravista”: as posições dos juízes do Supremo Tribunal de Justiça, alega ele, “variaram segundo a interpretação que faziam da vontade dos proprietários escravistas em seus testamentos e dos termos condicionais da alforria a suas escravas”⁶⁴⁴. Tinham, por conseguinte, um parâmetro bastante claro. E era aquele operacionalizado também em Curitiba, até a ruptura provocada pela Lei do Ventre Livre. Se, eventualmente, antes dela, os ditames da *voluntas testatoris* permitiam chegar à solução *politicamente correta* (aqui, literalmente tomando a expressão) da liberdade, havia situações-limite que os – nunca é demais ressaltar – *prudentes* magistrados não ousavam ultrapassar para privilegiá-la. Foi essa tensão entre a *cultura política* e a *cultura jurídica* nas cercanias do binômio liberdade/propriedade que coube historicamente a Malheiro resolver (mesmo que, no papel de legislador, retrocedesse mais tarde em muitos pontos).

⁶⁴⁴ PENA, E. S. Idem, *ibidem*.

Nosso interlúdio não foi tão breve quanto prometido, mas ainda mais demorada foi a discussão travada entre os doutores da lei. Tentaremos proporcionar um panorama geral do debate, remetendo à narrativa de Spiller Pena para uma descrição mais densa⁶⁴⁵. Em resposta à sua própria pergunta, Soares destacava a existência de preceitos do Direito Romano que permitiam concluir em favor da liberdade para os filhos da *statulibera*, como o dogma de que o “parto segue o ventre” e, logo, se a mãe escrava tinha direito à liberdade, assim também seus descendentes. Salles Rosa, outro juriconsulto, interpretava o mesmo princípio com resultado inverso: enquanto durasse a obrigação de serviços da mãe, a eles estariam sujeitos seus filhos, a solução dos norte-americanos. Até que chegou a vez de Perdigão Malheiro, quem, afinal, era também um dos “pajens da casa imperial”. Congratulando Soares pelo exemplo de “*harmonização entre o direito antigo e moderno*”, foi logo defendendo a liberdade, que não podia ser limitada contra o “espírito moderno e civilizador, do direito natural e das gentes”. À vista desse pronunciamento, nosso mui cartesiano Teixeira de Freitas não se segurou. Embora, pelos estatutos do Instituto, não pudesse tomar parte no debate, pediu a palavra alertando que “como juriconsulto entende que deve ser severo nas resoluções que abraçar, e nota que num país, onde há escravidão, não se pode – quando se trata dela – marchar muito com o direito natural”⁶⁴⁶. Desacelerando a marcha com que Soares e Malheiro (para quem a possibilidade da liberdade, por uma potencial adesão já na época a uma determinada *cultura política*, “sobrepunha-se neste caso a qualquer lógica positiva de interpretação jurídica”⁶⁴⁷) pretendiam dirimir a questão e angustiado com a elasticidade que os preceitos do Direito Romano assumiam na boca de seus colegas, Teixeira de Freitas não abriu mão de intervir e tomar o lado da escravidão – que era na realidade o lado do purismo legal ou de um *puritanismo hermenêutico* – o que levou à suspensão da sessão. Uma semana depois, em 15 de outubro de 1857, capitaneados pela dupla Perdigão Malheiro e Caetano Soares (que insistiu no caráter “bárbaro” do legado romano e desmereceu as “sutilezas jurídicas” a que ele abria a porta), que sabiam não poder vencer Teixeira de Freitas em seu próprio quintal, “a maior parte dos sócios presentes passou a negar, um por um, a aplicação da lei romana ao caso em discussão”⁶⁴⁸. Houve quem louvasse o direito antigo, mas se opusesse a ele “quando esse direito admitir princípios e disposições repugnantes às idéias da moderna

⁶⁴⁵ PENA, E. S. Idem, p. 88 e ss.

⁶⁴⁶ PENA, E. S. Idem, p. 94.

⁶⁴⁷ PENA, E. S. Idem, p. 93.

⁶⁴⁸ PENA, E. S. Idem, p. 108.

civilização”⁶⁴⁹. O grande romanista não aguentou e renunciou publicamente à presidência do Instituto, abrindo a polêmica no artigo enviado ao *Correio Mercantil*, em que apresentou seu ponto de vista sobre aquela questão, ou melhor, discórdia jurídica proposta (no exame da qual dizia arrecear-se “de que o forte licor da liberdade (...) toldasse os espíritos”⁶⁵⁰) e fez grande apologia ao direito romano. Quem tem boca vaia Roma: foi o que os seus colegas do Instituto fizeram. Não que eles estivessem embriagados do licor da liberdade, mas davam colorações mais ao gosto e estilo do “espírito do século” aos dispositivos escravistas. Teixeira de Freitas deve ter considerado o ato uma ofensa pessoal, uma traição aos cânones jurídicos que cultivava.

E aqui o circuito se fecha: era esse artigo que Perdigão Malheiro citava e que Generoso Marques e José Ribas repetiam. O disse-me-disse de rodapé continuava com mais uma nota que Teixeira de Freitas faria questão de incluir na segunda edição da sua *Consolidação*, em 1865. Comentando o art. 42, que abria o Título 11 (*Das Coisas*), o autor menciona o caso do cativo dos filhos da mulher “estado-livre” e, sorratamente, pincela: “*Tenho sempre opinado em contrario, seguindo como mais razoavel a disposição do Cod. da Luiziana*”⁶⁵¹. Essa anotação hipócrita escapou à atenção de Spiller Pena, mas reforça sua interpretação de que boa parte do “surto” que se supõe ter vivido Teixeira de Freitas (exatamente a partir de 1873, quando veio a residir em Curitiba) estivesse associado à frustração que, seguidamente, a questão da escravidão lhe impusera. Seria isso, ou ainda as dores das alfinetadas recebidas de Caetano Soares na sua resposta, publicada no mesmo *Correio*, em que criticava a falta de sensibilidade do jurisconsulto para com “sentimentos generosos do coração”⁶⁵². A prova de que Teixeira de Freitas jamais se recuperaria por completo dessa fixação (à parte as “senzalas” que mandou construir em sua chácara curitibana, já por si para lá de curiosas) foi o artigo extemporâneo que publicou, em meio a seu “auto-exílio” no Paraná, acusando de inconstitucionalidade a Lei de 1871, porque libertava também escravos que haviam sido *concebidos* no ventre antes dela⁶⁵³! O ventre escravo não deixaria de atormentar o tribuno ainda no crepúsculo de sua vida.

O leitor atencioso deve já deve ter compreendido a razão de tão longo relato. O artigo de Teixeira de Freitas veio a lume em 1876, talvez menos de um ano antes de

⁶⁴⁹ A fala foi de Urbano Sabino Pessoa de Mello. PENA, E. S. Idem, p. 109.

⁶⁵⁰ PENA, E. S. Idem, p. 113.

⁶⁵¹ TEIXEIRA DE FREITAS, A. *Consolidação...*, p. 36.

⁶⁵² PENA, E. S. Idem, p.113.

⁶⁵³ PENA, E. S. Idem, p. 123.

começar a correr a causa de João e Benedicto no juízo municipal. A estarrecedora proximidade não apenas temporal e espacial, mas discursiva entre eles abre uma chave de leitura. Os trechos abaixo, destacados das razões finais de Tertuliano, são eloquentes:

O que, porem, escapou aos nossos contendores foi a própria Lei de vinte e oito de setembro, que tão justamente é chamada por elles de áurea (...) Se a liberdade na hypothese da Lei é um Direito completo, abosulto, mas subordinado a uma obrigação: como antes da Lei, é um direito isento a toda e qualquer restrição!? (...) E agora cumpre-nos indagar porque a Lei de 28 de Setembro não declarou libertos os escravos nascidos de mulher alforriada condicionalmente, se era esse o espírito do direito que regulava o elemento servil e os arestos dos Tribunaes?

Seu argumento – organizado num tom de palpável ironia (“como homenagem nossa ao espírito do século e as exigências de nossa adiantada civilização”) – era de que, se até as crianças nascidas depois de 1871 ficaram obrigadas a prestar serviços por 21 anos, seria um contrasenso que aquelas nascidas de ventre escravo (mesmo que condicionalmente livre) antes da própria lei estivessem em melhores condições. Nas razões finais do litígio de João e Benedicto, o argumento do “barbarismo” do direito romano (à vista do “espírito do século”, de um tempo muito mais “civilizado”) contraposto ao do respeito à tradição (ao “espírito da lei”, especialmente diante da vácuo no direito positivo brasileiro), reencenava – com novos atores, no caso de Marques e Ribas; e nem tão novos, no caso de Teixeira de Freitas – o episódio do IAB de vinte anos atrás. A mudança era que, nesse ínterim, Perdigão Malheiro parecia ter batido o autor da *Consolidação* nas frentes da cultura jurídica, o que, politicamente, significava uma vitória da liberdade (inclusive da liberdade de interpretação) sobre a austeridade legal e o rigorismo teórico.

Mas não sejamos precipitados. Uma leitura apenas política de um arranca-rabo técnico entre dois importantes doutrinadores seria insuficiente. Acrescentaríamos que o compromisso demonstrado por Malheiro para com a ordem imperial e para com os trilhos sobre os quais ela procurou dirigir a “questão servil” se estendia também para a *ordem jurídica* como um todo. Sendo o direito a linguagem e o *modus operandi* eleitos para lutar por essa liberdade, esteve ele contingenciado a fazê-lo sem demolir a própria lógica interna e as balizas essenciais desse campo, entre elas, a impositação da legalidade da propriedade sobre escravos, reivindicada pelos senhores através de ressarcimentos de valores mesmo depois da Lei Áurea. Parece correto inferir que Perdigão Malheiro deu à cultura jurídica um emprego mais instrumental do que Teixeira de Freitas admitiria, mas a louvação que também articulou em torno da magnífica

“*harmonização entre o direito antigo e moderno*” alcançada por Caetano Soares demonstra que ele tampouco pode ser considerado um oportunista hermenêutico. Sua opção ideológica recebeu um sério tratamento dogmático (sério e extenso demais para ser considerado um simples texto panfletário), que, por sua, robusteceu o próprio “favor da liberdade”, permitindo que ele pudesse ser transcrito numa partitura estritamente jurídica e não apenas político-moral, ou seja, que pudesse ser acionado como um *direito*, em muitos casos de igual hierarquia ao “direito da propriedade”. Sabedor de que, nas inóspitas moradas do direito, “o problema que se põe é o de compatibilizar a *fidelidade com a actualização*” e de que a solução para ele é que “toda a inovação tem que aparecer (com mais ou menos verossimilhança) como *interpretação*, como desenvolvimento de sentidos já presentes, embora implicitamente, no texto)”⁶⁵⁴, Malheiro estava tão atrelado ao antes, como ao depois, *mediando* entre os dois tempos. Enquanto não se modernizavam radicalmente as instituições brasileiras, ia-se “*acomodando*”, por assim dizer, o direito antigo ao foro moderno, quanto possível.

Não é por acaso que *A escravidão no Brasil* se arroga o caráter de uma obra não só jurídica, mas, segundo seu próprio autor, “histórico-jurídica”⁶⁵⁵: ela é o ícone absoluto desse tipo de harmonização doutrinária e não apenas um improviso casuístico. Teixeira de Freitas e Perdigão Malheiro, afinal, não eram tão diferentes assim. Não foi apenas o porte teórico da obra, mas esse seu traço de apaziguamento, que levou vozes como a de Franklin Távora a se levantarem em discursos encomiásticos em 1881:

Foi um livro, senhores, foi um livro, que iniciou uma reforma humanitária, uma revolução eminentíssima, que se realizou, há poucos anos em nossa pátria, sem saírem do livro, do jornal, da associação pacífica, do Parlamento, os que a promoveram. Quero referir-me à obra de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, intitulada a *Escravidão no Brasil*.⁶⁵⁶

Uma revolução bibliográfica, nada mais, era quanto almejavam os “pacíficos” e “eminentíssimos” intelectuais do final do século. O que nos leva de volta aos Teixeira de Freitas. Tantas mais similitudes tornam-se nítidas numa rápida justaposição das fontes (as distantes atas do IAB e os autos da ação de liberdade dos filhos de Joaquina) que uma pulga se aloja atrás da orelha de quem as lê: será que o “nossa” adjetivando a

⁶⁵⁴ HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, p. 116.

⁶⁵⁵ Vale destacar que, muito antes, ele também já se envolvera numa empreitada historiográfica, vindo a publicar um *Indice chronologico dos factos mais notaveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849*, no ano de 1853.

⁶⁵⁶ TÁVORA, Franklin. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil, t. XLIV, parte I, 1881, p. 480. *Apud* PENA, E. S. *Pajens da casa imperial...*, p. 264.

“homenagem” que Tertuliano fazia estilisticamente ao “espírito do século” era mais do que uma figura de linguagem? Será que suas razões haviam sido escritas não a duas, mas a quatro mãos? Argumentos sustentados por (Augusto) Teixeira de Freitas, na década de 50, ressurgem agora, quase literalmente na pena de (Tertuliano) Teixeira de Freitas. Junto com seus pertences, o famoso jurisperito poderia ter trazido também seu ressentimento com os *statuliberi* para Curitiba. De tal forma, que é extremamente difícil acreditar que o caso tenha passado despercebido por ele. Infelizmente, dispomos apenas da cópia do processo, na caligrafia do escrivão do juízo, impedindo avaliar se, além de inspirar, de instruir e de provavelmente até ditar partes do arrazoado, aquele bom e velho pajem da casa imperial não teria ele mesmo redigido algumas páginas da peça, quiçá todo o libelo, em nome de seu genro. Acima de tudo, inferimos isso de uma daquelas estranhas coincidências que a vida é capaz de arquitetar: a petição inicial da demanda data de 15 de outubro de 1877! Ironia suprema de Clio, o destino resolveu celebrar as bodas do afastamento de Teixeira de Freitas da presidência do Instituto dos Advogados do Brasil dando-lhe a chance de vencer, num processo concreto, a batalha que havia perdido na esfera abstrata da escolástica (ou será da sofística?) jurídica.

Se isso realmente aconteceu (não há quaisquer outros vestígios de que Augusto Teixeira de Freitas tenha se dignado a empenhar seus dotes de procurador na bucólica Curitiba provincial), nem nessa derradeira catarse ele encontraria algum conforto. Possivelmente confuso com o oceano de citações e de laboriosas denúncias de má-fé interpretativa de uma parte a outra (no que, como demonstramos, de fato ambas tinham razão), o juiz Silveira da Motta Júnior, quando chegou às suas mãos o tomo para a sentença, limitou-se a rabiscar: “sejão os autos concluzos ao Meritíssimo Doutor Juiz de Direito da Comarca”. A hesitação que o juiz municipal revelava não teve o Dr. Agostinho Ermelino de Leão. Em 19 de novembro de 1877, encerrando um processo que fora tão ligeiro quanto complexo, carregava novamente no tom de comedimento:

O que tudo attento e maduramente examinado, comprehendida a verba testamentária em todas as suas partes: de não poder a mai dos autores ser negociada, vendida ou trocada, ou de alguma maneira alienada etc, é manifesta a vontade da testadora de deixar livre a escrava Joaquina, impondo-lhe apenas a obrigação de servir a herdeira á quem foi deixada em quanto esta vivesse, e tendo nascido os autores depois da morte da testadora é evidente que nascerão de ventre livre, como ficou sendo sua mãe: doutrina esta adoptada nos differentes Tribunaes do Paiz e no Supremo de Justiça, pelo aresto de sete de dezembro de mil oitocentos e sessenta e seis (...) (grifos nossos)

Por força não da doutrina emancipacionista de Malheiro (ao menos não explicitamente), mas da interpretação da velha vontade senhorial, os filhos de Joaquina estavam livres. Não quanto ao mérito, mas quanto ao método da sentença, Teixeira de Freitas levava para casa um prêmio de consolação. Segundo a lógica que o jurisconsulto estampou nas atas do IAB, tudo gravitava ao redor da *voluntas testatoris*:

Por muito tempo, ele [Augusto Teixeira de Freitas] havia interpretado esses casos a partir da análise literal das palavras proferidas no testamento. A vontade do testador era sagrada, devendo ser respeitada e encampada pela lei, acima de tudo. Dessa maneira tudo parecia se resumir a uma questão do idioma português. Quando, na frase do testamento, concedia-se primeiramente a liberdade para depois se acrescentar a condição (...), optava pela liberdade. Dando-se o contrário, isto é, “quando a cláusula dos serviços era anterior às expressões que conferiam a liberdade” (...), resolvia pela escravidão.⁶⁵⁷ (grifos nossos)

Seguindo a pista do capítulo precedente, segundo a qual mais vale explorar o *modo* pela qual se conquistava a liberdade, do que focalizar tão somente a soma-zero entre liberdade e escravidão, somos levados a elucubrar: quem saía na frente, no final da década de 1870, a cultura jurídica da liberdade ou a da propriedade? Isso ainda não era nítido na sentença. O favor à liberdade já emparelhara com a *voluntas testatoris*, mas nada era definitivo. Nos tribunais superiores, alguns avanços e retrocessos laterais foram se somando para liberalizar o regime jurídico dos *statu liberi* (de um lado, a impossibilidade de sua transferência ou alienação, pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 1875⁶⁵⁸; de outro, o afastamento da analogia entre o limite temporal de sete anos dos serviços dos libertos por contrato e dos libertos condicionais, pela Relação de Ouro Preto, em 1883⁶⁵⁹), mas nunca a libertação do ventre foi admitida *in absoluto*, talvez por ter-se tornado quase irrelevante depois da Lei de 1871.

Nem parece que a questão fosse algum dia pacificada de uma vez por todas, pelo menos não no foro de Curitiba, como aponta o caso de Domingas. Em março de 1886, Joaquim Pedrosa seria forçado a voltar ao juízo municipal para propor uma ação de liberdade em nome da negra, nascida em 1864, quando sua mãe Honória ainda era liberta “embora obrigada, *unicamente*, a prestação de serviços”, pelo testamento do

⁶⁵⁷ PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 96.

⁶⁵⁸ Revista Cível n. 8695 (*O Direito*, v. 8, set./dez. 1875, p. 296-304). Confirmado no acórdão revisor da Relação da Corte (*O Direito*, v. 9, jan./abril 1876, p. 534-535). Quando, *de facto*, a venda ou transmissão do liberto sob condição (*causa mortis*) se dava, mesmo assim “a liberdade concedida em testamento não se considera revogada (...) se não houve revogação especial do mesmo testamento”. Pelo menos assim entendiam os desembargadores da Relação de São Paulo, em março de 1876 (*O Direito*, v. 11, set./dez. 1876, pp. 582-586).

⁶⁵⁹ *O Direito*, v. 32, set./dez. 1883, p. 536-538.

Capitão Alexandre José de Freitas, na vila de São Luís de Guaratuba⁶⁶⁰. Freitas a deixara forra, entre o pequeno número de escravos que dizia possuir “por mercê a Deos”, com a condição de servir por mais um ano a seu filho João de Miranda Freitas Castro, tão somente para que ele juntasse o valor arrecadado e mandasse com ele “diser duas capellas de missas, uma por benção e sufragio de minha alma a Paixão e Morte de meo Senhor Jeús Christo e Dores de sua Mai Maria Santíssima, e a Paixão e morte de seu Benedicto Filho por benção e sufrágio da alma de minha mulher já falecida Dona Anna Maria de Miranda”. A gratidão para com seus cativos parecia incomensurável:

(...) rogo ao dito meo filho haja por se fazer cumprir esta minha ultima vontade no prazo marcado trasendo-os sempre applicados ao trabalho té que preenchão o dever que lhes imponho cumprido que seja ficarão gosando de suas liberdades que por esta lhes confiro conservando elles sempre toda obediencia a meo filho geralmente como se fossem sugeitos a cativeiro que pela obediencia e amor com que me tenham tratado e bons serviços que me tenham prestado são merecedores de gratificar-lhes com a liberdade conferida e sendo de meo dever usar com eles de actos de caridade bem assim devido como o faço não podendo faltar com o sagrado dever de os libertar afim de os por livre do cativeiro (...)

Alexandre José de Freitas deve ter-se sentido compelido a atender a tão nobres prescrições de seu falecido pai e, em dezembro de 1864, passou recibo de quitação dos serviços prestados por Honória, afirmando faltarem “apenas” as duas capelas de missas (talvez elas nunca fossem encomendadas, o que lhe permitira ficar com o saldo). A despeito disso, Manoel Leocádio da Costa teria matriculado a libertanda como escrava, em 1872, junto a outros quatro pretos. Mais um “causo” de propriedade fraudulenta, segundo o curador Pedrosa: às margens da transcrição da carta de liberdade de Honória, datada de 1862, o próprio escrivão Chagas anotou que “a palavra sessenta vê-se emendada no original”. Essa rasura foi interpretada pelo solicitador como uma tentativa fracassada de alteração do documento: “ao que parece, propositalmente tentarão alterar a sua data [do testamento], substituindo a palavra – sessenta pela de setenta – o que não conseguirão por constar, logo após, a data do sello adhesivo”. O sucesso desse malicioso expediente teria significado que Domingas viera ao mundo *antes* da condição suspensiva da alforria de sua mãe, demolindo, portanto, suas chances de liberdade. O que demonstra que também entre os donos de escravos ataçavam-se rumores sobre a cultura jurídica que ia se forjando e suas teses, imprimindo na classe senhorial um movimento inverso, de contra-ataque. Por façanhas que desconhecemos, Domingas logrou escapar do cativeiro, residindo por sua conta e risco em Curitiba desde o final de

⁶⁶⁰ Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8275, Cx. 318.

1883. Nos primeiros meses de 1885, seu curador já lograra em seu favor um mandado de manutenção de posse de liberdade, com a ressalva do juiz Eusébio Silveira da Motta, porém, de que ele apenas valeria até o ajuizamento da ação petítória cabível, fosse a de liberdade, fosse mantida “uzando o referido capitão da acção de escravidão, caso se julgue com tal direito”. Era o que Joaquim Pedrosa vinha fazer, tomando a dianteira:

(...) que o parto segue a condição do ventre – *partus sequitur ventrem* – é regra do direito que não admitte duvida mesmo no *statu livre* em que se achava (...) sendo hoje doutrina corrente nos Tribunaes que o filho da escrava liberta condicionalmente, nascendo na época entre a condição e a liberdade, é livre (Accórdão da Relação da Corte de sete de outubro de mil oitocentos e cinquenta e seis; Decisão do Instituto dos Advogados na Revista dos Tribunaes de trinta de Dezembro de mil oitocentors cinquenta e sete) (...) (grifos no original)

Note-se que (presumivelmente pela doutrina de Malheiro) o mesmo acórdão da Relação de Corte citado no processo de João e Benedicto havia, em meados da década de 1880, popularizado-se a tal ponto que mesmo um solicitador leigo o tinha na ponta da língua, engatilhando também o que ele chamou de “decisão” do IAB de 1857. Quem sabe ele não tivesse tomado alguns conselhos com Generoso Marques antes de peticionar. Infelizmente, só podemos conjecturar se, na visão das autoridades judiciárias, a densidade da liberdade já havia sobrepujado ou não as contingências da propriedade, a essa altura do campeonato, ou melhor, da campanha abolicionista. Faz falta no maço de documentos a sentença da demanda. Seja como for, havia um componente de diferenciação entre esta causa e a dos filhos de Joaquina: o *gozo da liberdade* em que Domingas, ao contrário deles, já se achava. Sobre isso discorrerão as próximas páginas. Afinando-se, como de costume, com a alternativa “adoptada nos diferentes Tribunaes do Paiz” há mais de vinte anos, Eusébio da Motta provavelmente seguiria os passos de Ermelino de Leão, tomando a postura conciliatória. Como fizera já na ação de manutenção de liberdade, podia expressamente admitir, conferindo o mandado de manutenção, o “favor” (político, social, moral) à liberdade, mas implicitamente assegurava o “direito” da propriedade, na garantia ao senhor de que poderia, caso entendesse útil, manejar a ação de escravidão. Com suas atitudes notoriamente ponderadas, esses juízes confirmavam, etimologicamente, uma primazia que, dogmaticamente, negavam aos romanos, os artífices do termo “*iuris prudentia*”.

5. Ser escravo, parecer escravo: brechas de autonomia no cerco da autoridade

*“Iaiá, eu não sei ler
 Iaiá, quero aprender
 Me empreste sua cartilha,
 que eu também quero saber
 É um “a”, é um “b”,
 É em “a”, é um “b”, é um “c”
 Me empreste sua cartilha,
 que eu também quero saber”*⁶⁶¹

4.1. Altos são os “juros da liberdade”

Barnabé Ferreira Bello tinha sobrenome, ofício de sapateiro, reputação de bom sujeito, muitos camaradas e alguns mil-réis no bolso, que, alternadamente, gastava nos botequins da cidade ou na construção de uma pequena casa, num terreno doado pelo município. O problema era que também tinha um senhor à sua espreita. Para seu parcial alívio, a família Ferreira Bello era atípica no que dizia respeito ao trato com seus escravos⁶⁶². Basta uma consulta rápida à relação dos principais membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Curitiba, organizada pelo vigário Agostinho Machado Lima, em julho de 1858⁶⁶³, para certificar-se da vinculação antiga entre os Ferreira Bello, seus agregados e esse “*establishment* escravo”, como o descreveu Carlos Lima⁶⁶⁴. No mesmo ano, eram irmãos de destaque da instituição Benedito Ferreira Bello (seu procurador e sacristão), Benedito Firmino Bello e Joaquim Ferreira Bello. Os dois

⁶⁶¹ Cantiga de candomblé de caboclo recolhida pelo autor em trabalho de campo no *Abassá de Xangô e Caboclo Sultão*, São Paulo, 2009.

⁶⁶² Há notícia de que um certo Ildefonso Ferreira Bello chegava a curatelar escravos em ações de liberdade no juízo de Campo Largo. Verônica K. Vidal transcreveu uma de suas petições, de 13 de março de 1883, em favor de Benedicto, supostamente filho de africana importada depois da Lei de 1831: “Diz Benedicto, filho da liberta Leonarda africana, que estando em completo abandono e que tendo sua mãe vindo para o Brasil depois da Lei de 1831, que proibiu o tráfico negreiro, considerando livres todos aqueles que fossem introduzidos no Brasil vem por isso requerer, a Vossa Senhoria que na forma da Lei 28 de setembro de 1871 se digne a fazer a nomeação de um curador de bem e fielmente ventilar os direitos de liberdade, visto ser o escravo filho de mulher livre, o qual permanece em completo abandono há muito tempo” (VIDAL, Verônica K. *Ações de liberdade em Campo Largo (1874-1883)*. Monografia de graduação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2003, p. 32). Curiosamente, o argumento jurídico utilizado seria o mesmo de Barnabé em sua demanda: o abandono.

⁶⁶³ Boletim do Arquivo Público do Paraná, ano XI, n. 18. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, 1986, p. 23-24.

⁶⁶⁴ LIMA, Carlos A. M. *Um establishmente escravo? A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Curitiba (1793-1801)*. In: Anais do V Simpósio Internacional “Processo Civilizador”- A obra de Norbert Elias. Curitiba: 2000.

últimos ocupavam, ao lado de diversos escravos, o cargo de mesários na irmandade, sendo eles mesmos, provavelmente, negros libertos. Fundada no início do século XVIII conjuntamente com a Irmandade dos Pretos de São Benedicto, essa associação leiga cedo ganhou relevo, alcançando condições de financiar a construção de uma igreja própria e sua manutenção⁶⁶⁵. Tanto assim que, devido ao bom estado de conservação de seu edifício, louvado até pelas autoridades locais, de 1876 a 1893 sua capela seria administrada pela elite curitibana, durante as longas reformas da Igreja Matriz.

Muito se tem escrito sobre a relevância dessas associações religiosas como espaços de sociabilidade negra⁶⁶⁶ (escrava como liberta; preta, parda ou conforme a origem étnica, as combinações se multiplicam) e a historiografia tem se interessado progressivamente pelo legado documental por elas deixada, um dos poucos casos de fontes produzidas por negros e, em certa medida, para eles mesmos, isto é, numa atividade *comunitária*, desde o período colonial⁶⁶⁷. Simultaneamente aparato de controle dos senhores e coletivo de resistência escrava, em seu seio se produziam identidades e parentescos rituais, cumprindo funções que iam desde a assistência médica e espiritual, até a intervenção em favor de irmãos cativos, nas lutas contra maus senhores ou pela conquista da liberdade⁶⁶⁸. Mariza de Carvalho Soares, por exemplo, as

⁶⁶⁵ Pudemos cruzar com fragmentos de sua história, como um novo Compromisso (que valia como estatuto da entidade), aprovado pelo governo provincial de São Paulo em 1851 (Boletim do Arquivo Público do Paraná, ano I, n. 1. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, 1977, p. 28-34), bem como vestígios de demandas judiciais nas quais tomou parte diante do Juízo de Capelas, por meio de seu tesoureiro, em 1875 (Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7358, Cx. 282). No processo, José Fernandes Loureiro, tesoureiro das Irmandades de N. S. Rozario e S. Benedicto, tendo sido autorizado pelas mesas reunidas das mesmas para cobrar "amigavel ou judicialmente" o valor de 500 mil réis em poder do ex-tesoureiro João José de Freitas Saldanha, pedia que se expedisse a necessária ordem para pagamento, no que foi atendido. Tais indícios acentuam o grau de atividade em que esteve engajada a associação até pelo menos meados da década de 1870. Sua composição, ainda, reforça a predominância crioula que era, inclusive, simbólica. Alguns autores apontam que africanos estariam excluídos da confraria, a qual admitia, todavia, indígenas, pela longa convivência sob cativoiro (MOREIRA, Carlos Eduardo ... [et al.]. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 105).

⁶⁶⁶ "As irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos (...) As irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia." (RUSSEL-WOOD, A. J. R. Op. cit., p. 193).

⁶⁶⁷ As quais têm se mostrado, inclusive, fundamentais para a história social e cultural da diáspora africana no Brasil. Vide: SOUZA, Marina Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

⁶⁶⁸ Conta Russel-Wood, sobre esta faceta de sua existência, que "No Rio de Janeiro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Resgate fora fundada especificamente para ajudar os irmãos escravos que desejassem comprar sua liberdade. No final do século XVII, a mesa da irmandade levou seu caso diretamente ao rei, afirmando que alguns dos seus membros escravos sofriam "um cativoiro ruim", mas que tinham acumulado quantia suficiente para comprar sua liberdade. A irmandade adotara sua causa, mas não podia tomar medidas práticas sem a aprovação do rei. A irmandade também levou à atenção do rei os apelos de escravos cujos donos se recusavam irredutivelmente a aceitar qualquer proposta de escravo seu que buscasse a manumissão." (RUSSEL-WOOD, A. J. R. Idem, p. 68).

enxerga “como uma primeira forma de organização das sociedades de emancipação”⁶⁶⁹, o que é complementado por Julita Scarano em assertiva, ao ilustrar como os senhores “não deixavam de sentir que as obrigações de ‘irmão do Rosário’ colocavam o escravo fora de seu alcance”⁶⁷⁰. Em alguns casos, chegavam mesmo a oferecer advogados e curadores a seus membros e o caráter litigioso desses grupos era fortalecido ainda pela política de apadrinhamento em que estavam, não raro, imbricados. Disso se queixavam bastante os clérigos mineiros já no final do sec. XVIII, numa de suas representações:

Desde o descobrimento das Minas (...) [pretos e pardos] reconheciam a humildade e o abatimento da sua condição (...) Porém, depois que se estabeleceram as ditas Irmandades animaram-se do espírito de intriga, revestiram-se de arrogância e mudaram a humildade e abatimento que lhes é próprio (...) Insultam os Brancos, desprezam os Párocos; arrogam-se isenções e privilégios, têm da sua parte as justiças, porque todos os escrivães e oficiais das Auditorias são senhores de uns e apaniguados de outros (...) ⁶⁷¹ (grifos nossos)

A inserção, portanto, de um escravo ou de toda uma escravaria, numa irmandade como a do Rosário de Curitiba, na perspectiva cativa ao menos, não tinha a ver apenas com devoção, mas com a prática de um modelo de autonomia que garantia maiores chances de ver alguns dos seus “direitos” respeitados pelo senhor e, potencialmente, de acesso à alforria mesma. Aí está Manoel Correa de Lara para ilustrar isso. Em seu testamento – um dos poucos de negros libertos com os quais cruzamos – datado de 14 de janeiro de 1862, fez questão de declarar “que também fui escravo do mesmo João de Lara, por quem fui liberto, e gozei da liberdade em vida do mesmo”⁶⁷². Manoel era irmão do Rosário e desejava que, quando partisse, fossem quitadas todas as eventuais dívidas suas para com a Irmandade, devendo ser enterrado no cemitério municipal, após três missas de corpo presente e mais duas por sua alma, “todas com a esmola do costume”⁶⁷³. Consignou como herdeiro universal seu filho natural Francisco Correa,

⁶⁶⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 179.

⁶⁷⁰ SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 82.

⁶⁷¹ “Representação dos vigários das Igrejas Coladas de Minas Gerais” (AHU. 05/03/1794). Texto retirado de: Quintão, Antônia. *O significado das irmandades de pretos e pardos: o papel das mulheres*, p. 01. O trabalho compõe o GT4 do Simpósio Internacional “O Desafio da Diferença”, realizado em abril de 2000, na UFBA e está disponível na internet, através do site: http://www.desafio.ufba.br/gt4_lista.html Um estudo mais detido sobre a atividade da Irmandade do Rosário dos Pretos e a Irmandade de São Benedito de Curitiba em relação à justiça ainda está por ser realizada.

⁶⁷² Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6842, Cx. 263.

⁶⁷³ Sobre toda a ritualística da morte, não tanto lúgubre quanto lúdica, e até política, entre os negros no período, conferir o sedutor trabalho de João José Reis: “A dificuldade que tinham os africanos escravos, e mesmo os libertos, de formar famílias, pode explicar por que na Bahia eles redefiniram a abrangência semântica da palavra *parente* para incluir todos da mesma etnia: o nagô se dizia “parente” de outro nagô, jeje de jeje etc. Aliás, a intensidade com que os escravos produziam parentescos simbólicos ou fictícios

havido com Anna Pedroza (note o leitor os sobrenomes notórios) e Joaquim Ribeiro da Conceição, o qual, como ausente, foi curatelado pelo solicitador José Correa Lisboa. Indicou ainda para a função de testamenteiro o “Senhor Manoel de Lara”, talvez descendente de seu antigo proprietário. Com recursos suficientes para a abertura de um inventário judicial, certamente Manoel Correa não era um escravo típico. Prova de que esses irmãos do Rosário não diziam só amém. Assim, não é nada irrelevante posicionar Barnabé, protagonista das próximas páginas, no contexto de um plantel com certas regalias, das quais talvez parentes seus tenham tirado proveito direto. Esse o nosso ponto de partida.

Autonomia era justamente a questão que, duas décadas depois, opunha Barnabé e seu proprietário, o padre João Baptista Ferreira Bello, que o havia comprado de seu irmão Constantino. Para um, obviamente, tratava-se da falta dela; para o outro, do seu excesso. Nem o escravo, que à época da listagem não passava de uma criança, contando seus dez anos, nem o reverendo, cuja idade ignoramos, apareceram entre os integrantes da Irmandade em 1858, mas Barnabé deve ter, mesmo assim, experienciado uma realidade excepcional para um cativo médio. Durante toda a década de 1870, ambos mantiveram uma relação tranquila, consolidada por consensos e acordos negociados paulatinamente, que incluíam o dever de, uma vez por mês, retornar a São José dos Pinhais para entregar ao padre João Baptista seus jornais, no valor pré-estabelecido de 15 mil-réis, módicos para um sapateiro aliás. Se, porém, tudo tivesse corrido às mil maravilhas, jamais saberíamos de nada disso. Ao contrário, atrasos foram tornando-se frequentes nos pagamentos e as visitas mais espaçadas, por vezes sem que Barnabé trouxesse todo o montante combinado, o que acabou levando seu senhor a arranjar sua venda para fora da província. O negro, que havia construído durante anos as condições de possibilidade de sua incompleta, porém estável liberdade, e conquistado certo prestígio dentro de seu grupo, na capital, viu-se obrigado a defender como podia esse importante patrimônio simbólico. Foi quando começou sua batalha judicial⁶⁷⁴.

revela como era grande o impacto do cativo sobre homens e mulheres vindos de sociedades baseadas em estruturas de parentesco complexas, das quais o culto aos ancestrais era uma parte importantíssima (...) Da mesma forma, a “família-de-santo” dos candomblés substituiria importantes funções e significações da família consanguínea desbaratada pela escravidão e dificilmente reconstituída na diáspora. Foi na mesma brecha institucional que a irmandade penetrou. Os irmãos de confraria formavam outra alternativa de parentesco ritual. Cabia à “família” de irmãos oferecer a seus membros, além de um espaço de comunhão e identidade, socorro nas horas de necessidade, apoio para conquista da alforria, meios de protesto contra os abusos senhoriais e sobretudo rituais fúnebres dignos” (REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 55).

⁶⁷⁴ Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR PB 045 PI 7718, Cx. 294.

Em agosto de 1880, desesperado com a ideia de ser enviado para as temidas lavouras de café de São Paulo ou do Rio de Janeiro, Barnabé dirigiu-se ao foro de Curitiba, alegando que havia sido abandonado por seu senhor e que, desde fevereiro de 1873, vivia inteiramente “sobre si”, isto é, às suas expensas, em Curitiba. Comprovava essas alegações com um calhamaço de recibos que lhe haviam passado José Pereira de Almeida e depois o filho deste (para sermos mais preciosistas, em nome do “Senhor Barnabé Ferreira Bello”, como devia ser conhecido na cidade), de quem havia sido responsável inquilino por muitos anos, honrando pontualmente com os alugueres de 12 mil-réis⁶⁷⁵. Ainda, juntou documentos sobre inúmeras transações que empreendera por conta própria, algumas relativas à sua atividade profissional (compra de algodão e venda de sapatos e chinelos), outras a pequenos gêneros alimentícios, que também parecia negociar, talvez como intermediário de outros escravos ou libertos com roças particulares próximas ao quadro urbano. Madeira e feno também apareciam entre suas aquisições corriqueiras⁶⁷⁶. Todos esses papéis levavam seu nome, sem qualquer menção à condição servil ou referência à pessoa do reverendo João Baptista. Assim munido, solicitava que fosse mantido em sua liberdade. Recebeu logo por curador João Pereira Lagos e como depositário João José da Costa e Silva, que ainda não podiam imaginar a complexidade da trama em que acabavam de se enredar.

Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, advogado do padre Ferreira Bello, contou uma história bem diferente. Sua tese principal era a de que Barnabé nunca deixara de ser escravo, muito menos fora abandonado. Não negava que o reverendo houvesse permitido sua residência em Curitiba, mas tão somente porque ali poderia angariar maior clientela com o ofício que aprendera de seu ex-senhor. Suas testemunhas, todos figurões de São José dos Pinhais, facilitaram o trabalho do advogado: o Tenente-Coronel Benedicto Enes de Paula afirmou que antes da ameaça de ser vendido, jamais Barnabé questionara sua situação, pois “*só nessa ocasião é que o libertando pretendeo-se na posse de sua liberdade e recorre a este meio judicial para livrar-se do captiveiro*”. Mais do que isso, “o reo e toda a sua família sempre tratão seus escravos com brandura e estão acostumados a tolerância para com elles”, única razão pela qual

⁶⁷⁵ Ninguém se lembrou, durante o processo, de questionar essa locação, vedada pelo art. 87 das posturas municipais de 1861, que proibiam alugar casa a escravo sem autorização do senhor e do delegado de polícia, o que ensejaria multa ao proprietário do imóvel (“Art. 87. *Alugar casa á escravos, não tendo autorização de seos senhores, com a rubrica do subdelegado: penas de 10 á 30\$000*”).

⁶⁷⁶ Vendera 6 pares de chinelos por 21 mil-réis (pagos em dinheiro e mais madeiras que lhe mandou entregar), gêneros variados por 2.560 mil-réis, um quilo e meio de açúcar e meio quilo de café por 1.100 mil-réis, comprara uma peça de algodão por 2.750 mil-réis e vendera uma de chita por 8 mil-réis, assim como um lenço de 320 réis a Joaquim José Ribeiro.

lhes faziam tantas concessões. O juiz municipal, nosso Joaquim Silveira da Motta Júnior de outros carnavais, enfatizou que “o réo trata os seus escravos o melhor que é possível” (o que na sua opinião, já sabidamente conservadora, deveria ser um limite bem exíguo) e que, sempre que este se dirigia à capital, Barnabé “*lhe aparecia para dar razões e pedir desculpas do atraso em que se achava*”, culpando os fregueses devedores ou lastimando-se das doenças que o impossibilitavam de trabalhar. No entanto, é o 1º tabelião, Capitão Francisco Antonio da Costa, que mais contribui para que compreendamos a real condição de Barnabé. Segundo ele, o autor “*sempre reconheceu o réo como seu senhor*” e a ele “*prestava obediência*”. Contou que o senhor passara procuração a João José da Costa e Silva (diga-se de passagem, o atual depositário de Barnabé), em Curitiba, para vender o escravo, o que já fora contratado quando este “pedio para dar-se-lhe alguns dias afim de arranjar o dinheiro necessário para pagar o preço de sua liberdade”, buscando empréstimo com a Caixa Emancipadora de Campo Largo, da qual era sócio. Na prática, o expediente pouco lhe ajudou, porque a entidade encontrava-se com o cofre “exausto”, depois de quatro alforrias que obtivera nos últimos meses. Mas Barnabé não saiu de mãos abanando, conseguiu ao menos um bilhete de seu presidente, pedindo mais prazo ao reverendo Ferreiro Bello:

O seu escravo Barnabé apresentou-se aqui pedindo auxilio da Emancipadora, como seu socio, para sua liberdade. Ora o cofre da sociedade acha-se exausto, por quatro alforrias obtidas e uma votada já, cuja importância não deve ser tocada, isto de Maio para cá. No entanto julgo que esta associação deve fazer um sacrifício por um sócio, no caso, como este, exerceria mal e procurará tomar alguma quantia para esse fim. Tomo agora a liberdade, na qualidade de prezidente da Emancipadora, e por voto de sua Directoria, empenhar o pouco voliment[?] Da mesma associação para obter de V.Reva. uma pequena semana afim de poder o mesmo escravo malisar[?] Seus menos[?] E a sociedade poder mover-se. Estimoo que VRa. Ande bem e goze todas as felicidades e tenho a honra de assezar-me [?] de VRa. Amigo Obrigado e Camarada. Francisco Xavier de Almeida Garreth/Garreth Campo Largo, quatro de agosto de 1880.

Cotejando o conteúdo do recado com as informações de Márcia Graf, verificamos que essa instituição se antecipou à formação de suas próprias congêneres da capital, sendo talvez a primeira dessa natureza na comarca. Três das quatro alforrias citadas foram concedidas por ocasião da visita da Princesa Isabel à cidade, em junho de 1880, primeira aparição pública da Emancipadora, que repercutiu em jornais até de

Paranaguá⁶⁷⁷. Verônica K. Vidal⁶⁷⁸ pôde encontrar um cronista, James P. Macedo⁶⁷⁹, que deixou anotadas informações suplementares sobre a dinâmica da instituição:

Não podendo negar o direito de repouso nos domingos e dias santificados (...) os senhores não podem opor-se a que seu escravo trabalhe livremente nesses dias, mediante justo salário, na própria casa dos seus senhores se estes concordarem, ou onde isso for possível. Poderá o escravo depositar esse salário no todo ou em parte na Caixa Emancipadora, semana por semana, até perfazer a quantia suficiente para a sua própria alforria, isto é, para o escravo, por intermédio do Mestre Garret propor-se a comprar a si próprio e ficar homem livre (ficar “forro” era a expressão usual). (...) O dinheiro depositado não ficava inerte. Para aumentá-lo concorria o Mestre Garret com parte dos donativos ou presentes em dinheiro que recebia como gratificação de trabalhos gratuitos, além dos juros de meio por cento ao mês que ele fazia o dinheiro produzir, emprestando a um comerciante honesto. O processo que ele usava era o seguinte: - havia um livro onde em conta corrente a quantia era lançada a crédito do escravo depositante. Havia além disso, em caderneta pertencente ao escravo, o mesmo lançamento. Alguns receosos de perder suas cadernetas, deixavam estas na gaveta do Mestre (...)⁶⁸⁰

Uma poupança cooperativa para o pecúlio escravo funcionava, portanto, desde o final da década de 1870, em Campo Largo, à qual cativos de outras partes também acudiam, como Barnabé. A entidade comprova que, nos projetos de liberdade formulados pelos negros, estratégias de autonomia, compra da alforria ou justiciamento não eram excludentes. Ao contrário, pareciam pontos contíguos no encadeamento da cultura jurídica. Num beco sem saída, o sapateiro procurou ainda vender a casa que tinha em construção, mas a despeito desses esforços, não conseguiu levantar a tempo o valor exigido, e “recorreio então a presente acção judicial”. Temos diante de nossos olhos um vasto arsenal de estratagemas colocados em prática por Barnabé para enfrentar sua ruína, entre eles, a judicialização do conflito como *ultima ratio*, recurso derradeiro.

Os depoimentos em seu favor foram ainda mais expressivos. Manoel Elias de Souza Athayde, negociante, viúvo, reafirmou com todas as letras que “o preto Barnabé tem pago aluguel de casa e habita a sua custa; que durante a molestia do mesmo tendo

⁶⁷⁷ GRAF, M. E C. Op. cit., p. 101.

⁶⁷⁸ Sobre o idealizador desta pioneira Sociedade Emancipadora, sabe-se que: “O Senhor Garret estudou na Universidade de Coimbra, em Portugal, com intuito de ser Doutor ou Padre. Como não conseguiu ser nem Padre nem Doutor, seu tio, o Visconde de Almeida Garret o deportou para o Brasil.” (VIDAL, V. K. Op. cit, p. 23).

⁶⁷⁹ Cujo pai, João Ribeiro de Macedo, foi um dos colaboradores de Francisco Xavier de Almeida Garret: “Lembro-me de ter visto serem alguns saldos da Caixa Emancipadora (saldos que quase nunca excediam de cem mil reis), depositados em poder de meu pai, que era comerciante, lançados este em livro pequeno, especial, notas mais ou menos assim: “fica em meu poder vencendo juro de meio por cento ao mês, a quantia de...\$....depositada pelo escravo Fulano na Caixa Emancipadora, dirigida pelo Senhor Francisco Xavier de Almeida Garret, quantia essa que, no todo ou em parte, restituirei quando for oportuno, por ordem do Senhor Garret. Campo Largo, (data) (a) João Ribeiro de Macedo. “Recebi mais a quantia de\$... (data e assinatura).” (MACEDO, James Portugal. *Professor Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e sua obra*. Curitiba: Lítero-técnica, 1984, v. iii, p. 84).

⁶⁸⁰ MACEDO, J. P. Idem, p. 83-84.

sido recolhido ao Hospital da Caridade ignora se foi ou não socorrido pelo réo”. Por sua vez, André Lobo dos Santos, então beirando os 70 anos, baiano, empregado da Câmara Municipal, deu mais detalhes sobre essas internações: Barbané teria estado internado por três vezes na Santa Casa da Misericórdia, sem que o reverendo Ferreira Bello o tivesse socorrido em qualquer delas. Pelo que o liberto André alegava, por sinal, era para ele uma completa novidade a condição escrava do autor: “não lhe consta que o Padre Ferreira Bello tenha procurado exigir salário do autor *causando-lhe estranheza a presente acção por ter acreditado, até o presente, em vista do modo de vida do autor que era elle livre*”. O próprio Barnabé assim se identificava, fazendo crer a torto e a direito que “estava apenas pagando os juros de sua liberdade, não sabendo o que elle queria dizer com isso”. A metáfora dos *juros da liberdade*, possivelmente veiculada pelo escravo para insinuar alguma espécie de contrato de prestação de serviços ou de alforria condicional à qual ainda estaria ligado, é não só polissêmica, poética até, como sintetizadora de alguns sentidos mais difusos, pelo que dela também se valeu Nabuco, às avessas: “a lei de 28 de setembro reduziu a escravidão a uma dívida pignoratícia: os altos juros cobrados sobre essa caução, que é o próprio devedor, fazem dessa especulação o mais vantajoso de todos os empregos de capital.”⁶⁸¹. Quem dirá se Barnabé não poderia ter presenciado alguma palestra abolicionista na Sociedade Emancipadora de que era membro? No boca a boca, a metáfora se espalhava.

A imagem que ia se delineando durante a audiência era de uma inusual autonomia, perigosamente passível de confundir-se com a emancipação *tout court*. Essa era, afinal, a linha argumentativa em que João Pereira Lagos apostaria: forçar as brechas no cerco da autoridade senhorial, para ver abrir-se uma porta, pela qual Barnabé talvez pudesse escapar. Quanto mais se elasteciam, nas representações construídas *sub judice*, os liames que prendiam Barnabé e o padre João Baptista, mais fácil era borrar a divisória entre cativo e liberdade. A indeterminação entre essas fronteiras, ademais, já não era uma realidade isolada do sapateiro, mas correspondia a uma experiência generalizada do escravismo em sua fase final, especialmente num contexto urbano em que pequenos proprietários exploravam seus cativos no ganho, submetendo-os (e submetendo-se a si mesmos), a uma relação quase contratual por meio dos jornais. Era uma forma de adaptação a novos mercados, que implicava, contudo, numa espécie ainda

⁶⁸¹ NABUCO, J. Op. cit, p. 52.

desajeitada de compromisso, o qual extrapolaria a moldura convencional do direito⁶⁸². Destarte, as condições de seu jugo, que Barnabé lograra barganhar junto ao senhor que agora renegava, podem ser interpretadas como mais que meras circunstâncias transitórias, um projeto de vida de muitos que buscavam colocar em cheque seu estatuto jurídico por meio da diferenciação social, ou seja, de uma experiência prática da liberdade. Por este motivo era essencial, para atingir o distanciamento simbólico visado por Barnabé, o afastamento físico de seu senhor, uma vez que em São José dos Pinhais, onde este morava, “todos consideravam e sempre considerarão o libertando debaixo do cativeiro do réo”, como relatou o Capitão Francisco Antonio da Costa. Enfatizamos o tom peremptório dessa declaração: a escravidão, aos olhos do capitão Francisco, não era um estado passageiro, mas uma condição perpétua de Barnabé. Todos ali sempre o considerariam debaixo do poder de João Baptista, possivelmente mesmo depois de liberto. A ideologia da alforria, decerto, dava conta de assegurar essa dependência.

Logo, não é de se admirar que Barnabé desejasse mudar-se para Curitiba. Seria impossível, sob as vistas de seu dono e de uma comunidade que o reconhecia como nada mais que um escravo como os demais (papel que ele não estava nem um pouco disposto a interpretar), forjar uma identidade outra, exercitando o “modo de vida” de forro que, na capital, convenceu a tanta gente. Hebe Maria Mattos, em seu clássico *Das cores do silêncio*, notou a recorrência de atitudes como a que observamos em Barnabé: “lograr espaços de autonomia ampliados dentro do cativeiro significava, antes de mais nada, afastar-se daquela condição primeira que definiria o escravo: a total ausência de prerrogativas”⁶⁸³. O que há de novo, todavia, no pleito desse cativo em particular, que justifique atenção? A nosso ver, o caso do sapateiro Barnabé ilustra uma tentativa de converter, através da intervenção estatal-judiciária, aquilo que, na perspectiva dos senhores não passavam de privilégios, liberalidades suas feitas aos escravos, em direitos efetivamente. O que o autor dessa ação de manutenção de liberdade, na prática, almejava, não era tanto desvencilhar-se de seu dono, mas estabilizar as condições do “bom cativeiro” que havia conquistado. Tratava-se, por conseguinte, de uma defesa ferrenha do conjunto de “pequenos direitos” que detinha (o direito de “viver sobre si”,

⁶⁸² “Um dos motivos para este fato foi sem dúvida o desdobramento de interesses dos próprios senhores: os cativos eram um investimento lucrativo, e não poucos senhores viviam ou complementavam sua renda com os jornais pagos pelos escravos; mas a maximização do investimento neste caso implicava muitas vezes autorizar o negro a viver no local onde tinha seu emprego, ou a gozar completa mobilidade para que auferisse maiores rendimentos e se sujeitasse a pagar jornais mais altos. Em outras palavras, uma das dimensões deste afrouxamento da “sujeição dominical” no meio urbano era a adaptação do investimento em escravos às condições de mercado” (CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 215).

⁶⁸³ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 159.

morando sozinho, de administrar seu pecúlio, de controlar o seu tempo de trabalho, etc.), mais do que de uma luta aberta contra a escravidão enquanto sistema, algo similar ao que E. P. Thompson pôde escarafunchar nas lutas jurídicas da Inglaterra setecentista:

O que muitas vezes estava em questão não era a propriedade defendida pela lei contra a não-propriedade; eram as outras definições dos direito de propriedade: para o proprietário de terras, o fechamento das terras comunais; para os funcionários das floretas, “terrenos preservados” para os cervos; para os habitantes da floresta, o direito de apanhar torrões de grama.⁶⁸⁴

Colocar às avessas a *ideologia da alforria* se não era o alvo consciente da mobilização escrava, era o seu efeito imprevisto na cultura jurídica que, como no caso da promessa feita a Angelino, acabava por transformar *concessões* em *obrigações*. Ao citar as pesquisas desenvolvidas por Maria H. Machado, H. Mattos se impressiona que

o mesmo rol de medidas propostas por diversos fazendeiros, como meios de estimular uma melhor eficiência do trabalhador escravo, fossem repetidas por estes, transformadas em obrigações senhoriais. Entendidas como prêmios, do ponto de vista dos senhores, tornar-se-iam deveres senhoriais, reinterpretadas pelos cativos paulistas, nas últimas décadas da escravidão.⁶⁸⁵

Acreditamos poder, a partir das fontes paranaenses, ampliar o alcance espacial dessa análise, não apenas para incorporar o planalto curitibano oitocentista, mas também a realidade urbana no mesmo movimento. É verdade que aqui, diferentemente das regiões cafeeiras, não se têm notícias de mobilizações massivas, como as demandas judiciais coletivas estudadas por Mattos ou os levantes rurais de centenas de cativos. Não obstante, é nítida a presença do mesmo tipo de *reinterpretações escravas do direito*, que somos tentados a situar no âmbito de um processo mais abrangente de circularidade da cultura jurídica. Havia algo de inusitado não propriamente no *conteúdo* das reivindicações dos negros nesses anos de “prelúdio ao colapso”, na expressão de R. Conrad, mas na *forma* como eles buscavam agora articulá-las. O choque que se sentia entre o *liberalismo legalista* e o *tradicionalismo escravista* era potencializado pela complexa personalidade jurídica dos negros, que não se esgotava na dicotomia *escravo-liberto*, passando por uma miríade de micro-conformações e “sutilezas”, como se dizia. Por menores que fossem as prerrogativas reconhecidas aos cativos, elas já os colocavam numa posição embrionária de *sujeitos de direitos*, embora sem capacidade jurídica

⁶⁸⁴ THOMPSON, Edward P. Op. cit., p. 351.

⁶⁸⁵ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 158.

propriamente, protegidos quase como cidadãos *nascituros*, em gestação para a vida civil. Assim, os mecanismos de cooptação que haviam funcionado no governo dos escravos, séculos a fio, entravam em curto-circuito e mesmo as concessões feitas pelo reverendo João Baptista a Barnabé não foram suficientes para garantir sua submissão:

A frustração e a surpresa senhorial residirão no fato de que, na maioria dos casos, esta aceção não se fazia mais eficaz. Os cativos ‘de confiança’ escancaravam as válvulas de escape do sistema, percebiam o Estado imperial, que positivava direitos, como aliado e ganhavam condições de questionar, de uma maneira geral (e não do ponto de vista de direitos ou privilégios pessoais), a legitimidade do arbítrio senhorial.⁶⁸⁶

É verdade que Barnabé e seu curador falavam ainda a mesma língua, isto é, em parâmetros de “direitos pessoais”. João Pereira Lagos aparentemente não era um abolicionista que buscava universalizar seu discurso sobre a liberdade, estendendo-o a todo e qualquer escravo. O próprio Barnabé, um ‘cativo de confiança’ de seu senhor, alinhava-se em parte à mentalidade de fragmentação cultivada pela ideologia escravista e parecia entender-se como diferente da miríade de seus parceiros de infortúnio (no ano dessa disputa, o padre Ferreira Bello possuía mais cinco escravos, todos morando consigo em São José, dois deles com atividades registradas de lavrador e cozinheira), em decorrência do que, acreditava merecer o acesso à liberdade plena, um passo previsível no caminho que vinha trilhando. Nesse caminho, a liberdade não era exatamente uma ruptura abrupta com o cativo, o rompimento dos grilhões da senzala, como no imaginário que cerca as fugas, as rebeliões e os quilombos, mas o resultado de um processo cumulativo de direitos que iam pouco a pouco constituindo o *capital simbólico* suficiente para afastar um cativo da condição de *coisa*, aproximando-o da de *pessoa*. Por esta razão, para compreender o *continuum* que se espraia entre esses dois polos da experiência escrava, o tema da *personalidade jurídica* é uma rica chave de leitura a se explorar na história do direito. A novidade produzida por Barnabé era que, no momento em que a negociação tornou-se inviável, o conflito ainda pôde desenrolar-se à sombra dos tribunais. Se o Estado imperial passava a ser visto como um aliado, era hora de, por meio de suas instituições, forçar os senhores a fisgar suas próprias iscas: os prêmios concedidos e as miragens de liberdade rabiscadas por eles, antes armas para legitimar seu poder, podiam ser voltados contra seus criadores. Diferentemente dos africanos ditos ‘boçais’, os escravos crioulos, como Barnabé, traziam em sua bagagem

⁶⁸⁶ MATTOS, H. M. Idem, p. 193.

uma rica “vivência de códigos costumeiros”⁶⁸⁷, o que, se promovia, até certo ponto, a sua acomodação ao cativeiro, também impunha aos arquitetos desse mesmo cativeiro pesado ônus, já que dificilmente se poderia retroceder a condições inferiores de vida sem incitar a revolta e o descontentamento. Esse é um componente do cálculo político dos senhores que pode ser observado em outros sistemas escravistas. Sobre a apreensão escrava desse código na realidade norte-americana, Eugene Genovese comenta

A ação dos escravos se fazia dentro de limites restritos, mas cumpria um objetivo vital: desmascarava a fraude sobre a qual repousava a sociedade escravista, a ideia de que na realidade, e não apenas no imaginário de uma pessoa, alguns seres humanos podiam tornar-se simples extensões da vontade de outros (...) Por exemplo, se a lei dizia que não tinham direito algum à propriedade, mas o costume local lhes concedia hortas particulares, então pobre do senhor ou administrador que sumariamente lhes retirasse o “privilegio”. Para esses escravos o privilégio tinha se tornado um direito, e sua retirada representava um ato intolerável de agressão.⁶⁸⁸

Voltar atrás numa concessão assemelhava-se, cada vez mais, à revogação de um direito. A mesma sensação obteve H. Mattos do contato com os depoimentos de uma série de escravos insurretos em autos criminais: a de que eles formulavam, com ousadia sem precedentes, na segunda metade do século XIX, um discurso peculiar sobre os “deveres senhoriais”⁶⁸⁹, negando-se à obediência quando não os viam cumpridos à risca.

Ficou a cargo de Fernando Antonio de Paula, 30 anos, natural de Morretes, também empregado da Câmara Municipal, tomar as dores de Barnabé nesse sentido. Ao juiz municipal suplente, Cap. Floriano Berlintes de Castro, afirmou que se compadecia do autor do processo porque, quando internado no Hospital da Misericórdia, “nem uma providencia havia dado a esse respeito o senhor do mesmo Barnabé”. Ali mesmo era ele tratado como liberto e assim sempre ouvira todos comentarem, até que “há pouco tempo e por ouvir falar o filho do Mestre Generoso veio a saber que o preto Barnabé é escravo”. Para deleite do curador e embaraço do réu, disse ainda que o padre Bello

não o tem tratado como seu escravo, não lhe tem dispensado a proteção e assistência que como senhor deve a seu escravo e finalmente acharam que segundo

⁶⁸⁷ MATTOS, H. M. Idem, p. 154.

⁶⁸⁸ GENOVESE, E. D. Op. cit., p. 54.

⁶⁸⁹ “Essas obrigações naturais do senhor compreendiam desde um nível mínimo de alimentação, vestuário e cuidados, um ritmo convencional de trabalho e de repouso, algum âmbito de atividades autônomas dos escravos (como roças próprias, festas e rituais religiosos), até a promessa de alforria graciosa de um ou outro de seus escravos. Mesmo que não justificadas como obrigações naturais, pelas condutas de senhores e escravos fixavam-se formas convencionais de relacionamento cotidiano. Esse comportamento convencional tinha conteúdos variáveis e, além disso, podia ser quebrado pelo senhor, ou seu feitor, a seu arbítrio. Porém, a quebra dessas convenções criava situações de tensão, que podiam resultar em crimes, fugas ou mesmo em rebelião dos escravos.” (KOERNER, A. Op. cit., p. 49).

o dito de muita gente, digo de muitas pessoas por elle testemunha ouvidas, que o escravo barnabé estava abandonado pelo seu senhor (...)

Era tudo o que Faria Sobrinho, advogado do reverendo, não desejava ouvir. Impugnando de pronto esse depoimento, acusou Fernando de ser amigo íntimo de Barnabé, distorcendo os fatos a seu favor. Não foi à toa a reação de desgosto do bacharel. Ou de fato aquelas testemunhas haviam sido bem instruídas por João Pereira Lagos, ou tinham já alguma experiência com processos dessa natureza e suas sutilezas, pois tocavam com destreza nos dois pontos nevrálgicos da causa: o reconhecimento geral de que Barbané era um homem livre e a suposta omissão de seu senhor tanto no exercício da autoridade que lhe cabia, quanto no atendimento às suas “obrigações”. As concessões feitas pelo padre Ferreira Bello, por “bondade” ou pelo interesse de melhor explorar o trabalho de seu escravo, eram revertidas contra ele. Por um lado, elas haviam possibilitado a Barnabé construir uma identidade socialmente decantada de liberto, por outro, culminavam agora numa acusação de “mau senhor” contra seu dono. Embora na fala do reverendo fosse Barnabé quem descumpria com seu dever de entregar-lhe o jornal em dia, na fala do cativo e seus aliados, era ele quem deixava a desejar como senhor, abandonando o pobre e doente sapateiro à sua própria sorte.

Barnabé comia, vestia, morava e se tratava sozinho e era nisso que as razões finais de seu curador insistiam, aproveitando-se do subsídio fornecidos pelas testemunhas: “O infeliz preto, teve de amargar durante esse largo período, ora doente, ora restabelecido, *sempre entregue a si mesmo*”. E, com a intenção de reforçar ainda mais o lugar social de livre que Barnabé já ocupava em Curitiba, Lagos juntou um atestado do provedor do Hospital da Caridade, Dr. Antonio Carlos Pires Carvalho de Albuquerque, que subscrevia: “Attesto que o preto Barnabé Ferreira Bello entrou em tratamento no Hospital da Caridade *como pessoa pobre*”, o que também foi confirmado pelo vigário Agostinho Machado Lima (o mesmo que, em 1858, elaborara a relação de mesários da Irmandade do Rosário). A benemérita instituição, aliás, costumava acolher os desvalidos, entre eles escravos, apesar de suas instalações precárias, as quais recebiam insuficiente dotação da Assembleia Provincial⁶⁹⁰. Com um atestado de

⁶⁹⁰ Dos 50 doentes que passaram pelo hospital, em 1873, dois eram africanos (se livres ou escravos não consta), tendo ambos falecido ali (PARANÁ. *Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874*. Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1874, p. 13). No início de 1878, o presidente da província, Bento de Oliveira Jr. afirmava com preocupação que “apesar dos esforços e poderosa iniciativa do provedor da irmandade da misericórdia, Dr. José Candido da Silva Murici, não foi ainda possível concluir as obras do novo hospital, pela falta de recursos com que tem

“pessoa pobre” e “entregue a si mesmo”, Barnabé descrevia sua situação, na esperança de que, caso pudesse repetir essa versão o bastante, ela viesse a se tornar uma verdade jurídica, oficial, inarredável. A expressão traz à tona mais um traço estrutural de polivalência da condição escrava, qual seja, a dicotomia entre aqueles que “vivem de seu jornal” e os que “servem” a alguém. Como as pesquisas recentes apontam, essa oposição não pontuava tanto um divisor de águas entre liberdade e jugo servil, porque podia ser, e não raro era, em ações de liberdade, empregada para marcar uma diferenciação *dentro* do próprio cativeiro, entre escravos de distintos capitais simbólicos e condições sociais⁶⁹¹. Esse jogo das distinções, portanto, servia aos curadores como uma válvula de escape tópica para a liberdade e permeia grande parte das fontes oitocentistas (especialmente as pré-1871), reverberando nos estatutos jurídicos pessoais:

O raciocínio é rigorosamente lógico do ponto de vista do lugar tradicional da escravidão no imaginário senhorial: se o cativeiro se define como uma relação de sujeição e dependência pessoal, é razoável supor que uma pessoa que viva “sobre si”, que possa escolher seu “modo de vida”, não esteja sob o domínio de senhor algum. (...) Torna-se claro, então, que escravos vivendo “sobre si” contribuíam para a desconstrução de significados sociais essenciais à continuidade da instituição da escravidão. (...) em torno da idéia do “viver sobre si” havia um conteúdo ideológico aparentemente comum a senhores, escravos e magistrados: todos achavam que “viver sobre si” era algo atrelado à condição de pessoa livre. Ou seja, trata-se de um outro significado social geral dos brasis no século XIX (...) ⁶⁹² (grifos nossos)

Imerso num senso comum em que representações como a decifrada por Chalhoub pareciam ser altamente operantes e sabendo do impacto que elas poderiam produzir no resultado da demanda, a resposta do advogado do réu veio retumbante. Segundo ele, aqueles documentos não podiam por si mesmos provar que Barnabé fora abandonado, já que tudo o que fazia era com licença de seu senhor. Muito bem, os negócios tocados pelo escravo supostamente estavam circunscritos à autorização (concessão) do padre Ferreira Bello. Mas como defender-se dos relatos tão incendiários das testemunhas da parte contrária? No curso do processo, evidenciava-se que Barnabé

lutado a irmandade” (PARANÁ. *Relatório com que o Excellentissimo Senhor Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da provincia ao 1º. Vice-Presidente o Excellentissimo Senhor Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de Fevereiro de 1878*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1878, p. 29). Mesmo assim, no biênio 1876-1877, 197 pessoas haviam recebido ali tratamento, entre elas, 6 africanos. As péssimas acomodações do edifício antigo, sito à Rua Direito, são também descritas no relatório (pp. 72-73). A construção só seria inaugurada, às pressas, em 22 de maio de 1880 “perante Sua MM Imperial, sua comitiva, autoridades, grande numero de pessoas gradas, residentes dentro e fora da provincia e considerável concurso do povo” (PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou ao Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa a administração da provincia em 4 de Agosto de 1880*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1880, p. 9).

⁶⁹¹ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 33.

⁶⁹² CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 235 e 238.

soubera muito bem “escolher e estabelecer novos laços de amizade” no tempo em que vivera “sobre si”. Acomodara-se perfeitamente bem numa comunidade de negros forros e populares brancos, que o acolhiam como homem livre. Resta-nos saber qual a origem desses laços afetivos e como permeavam a vida cotidiana do escravo, para compreender melhor a extensão das brechas de autonomia no contexto social local e, em seguida, avaliar como elas eram recepcionadas ou rechaçadas pelo direito estatal.

Iniciar pelo óbvio é uma medida de cautela. Não é preciso muita imaginação para supor que a relação de Barnabé com o Major Athayde, homem do comércio que testemunhara em seu processo, advinha de transações e negócios, que talvez abarcassem inclusive uma parte das compras e vendas a que os recibos apresentados pelo escravo remetiam. Parece correto admitir, porém, que uma relação puramente profissional não seria o bastante para suscitar o engajamento judicial do major a seu favor, o que podia advir de uma real amizade nascida entre eles. Seja como for, maior proximidade pode ser lida nas entrelinhas dos depoimentos de Fernando Antonio de Paula e, especialmente, de André Lobo dos Santos. Fernando havia feito alusão a um certo Pedro, “filho do Mestre Generoso”, como elo entre ele e Barnabé e é por um trecho do relato de Magnus Pereira que pudemos identificar que o tal Generoso era o mesmo que, em 14 de outubro de 1853, enviara à Câmara de Curitiba um incomum requerimento:

7º [Requerimento] de Generoso, escravo de Luiz de França Pereira, e por ele autorizado, pedindo que se lhe arbitrasse mais a quantia de cem mil réis, visto que tem grande prejuízo no contrato feito com esta Câmara para a obra da calçada da Rua do Rosário, entrando em discussão foi indeferido.⁶⁹³

Portanto, o escravo (e, depois, liberto, pelo que tudo indica) Generoso era “mestre” de obras e, a despeito de sua condição, tinha liberdade suficiente para contratar empreitadas e discutir valores diretamente com as autoridades curitibanas, numa situação de autonomia algo semelhante à do próprio Barnabé, ainda que separados por quase três décadas. É surpreendente reencontrar, em 1858, o mesmo “Ir. Generoso, escravo de Luiz de Franca Pereira” entre os mesários da Irmandade do Rosário, ao lado dos demais Ferreira Bello (os quais já eram libertos) e, vinte anos mais tarde, indícios de uma relação de solidariedade – ou, no mínimo, de contato – que permanecia ativa entre as famílias na geração seguinte. A diferença era que as posições se invertiam: agora era livre o filho do “Mestre Genoroso” e escravo Barnabé, possível descendente

⁶⁹³ PEREIRA, M. R. M. Op. cit., p. 80.

de algum dos Ferreira Bello do Rosário de Curitiba. Com seu talento, Generoso bem poderia ter arrecadado o bastante para comprar de França sua alforria e de sua família. O fato de que tanto Fernando de Paula como André Lobo constem como “funcionários da Câmara” escancara uma continuidade da presença negra dentro de determinado ofício ou instituição pública. Podia ser que ambos estivessem relacionados também à construção civil, caso em que seriam, num certo sentido, herdeiros históricos do Mestre Generoso. Afinal, como conclui Pereira, “no Paraná, os serviços de pedreiro foram durante muito tempo monopólio do braço escravo. Portanto, não é de se estranhar que justamente entre esta categoria apareçam os trabalhadores mais qualificados, cujo trabalho era mais bem-remunerado”⁶⁹⁴. Não podemos olvidar que o pardo Fernando, de 1862, também era oficial de pedreiro, trabalhando no ganho. Em 1880, o escravo Mathias era outro que dava impressão de por si gerenciar seus negócios, ao enviar recibo do pagamento de 12 mil-réis que lhe fora feito como servente de pedreiro no edifício do Instituto Paranaense⁶⁹⁵. Seriam esses episódios pontuais ou recorrentes?

Ao menos em alguns casos, como o de Décio Antonio da Costa Mesquita, escravos conseguiram alforriar-se através de suas habilidades de construtores. Em 26 de março de 1873, já como homem livre, ele entabulou um contrato com Manoel Claudino de Andrade e Silva, nos termos do qual lhe “locou uns serviços pelo tempo de sete annos”. Como descrevem os autos do Embargo⁶⁹⁶ ajuizado por Manoel Claudino, em janeiro de 1876, o acordo formalizado era uma espécie de “indenização” que lhe cabia pela quantia de 2 contos de réis que “ministrara” a Décio para a compra de sua liberdade, nos idos de 1871 (na verdade, restavam 1 conto e 200 mil-réis a serem pagos, pois outros 800 mil-réis haviam sido ressarcidos à vista). O valor assombroso que podia alcançar a alforria de um cativo bem qualificado como ele não deixa de confirmar parte das suspeitas por nós aventadas sobre o proibitivo mercado das liberdades, na Curitiba do início da década de 1870. Esses preços só não surpreendem mais do que a intrincada constelação de contraprestações assumidas pelo negro após sua manumissão. Em março de 1872, passara a trabalhar para seu suposto benfeitor, prazo que fora contabilizado também pelo posterior contrato, projetado para valer até o ano de 1879. Já nos eixos de sua vida de liberto, porém, “tem o suppdo. contrahido outras dividas e assim mudado de

⁶⁹⁴ PEREIRA, M. R. M. Op. cit., p. 79.

⁶⁹⁵ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007 / AP 0610, vol. 22, pág. 46.

⁶⁹⁶ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7468, Cx. 284.

estado”. É curioso notar que só mais de um ano depois de iniciados os serviços de Décio, locador ou locatário tivessem a ideia de registrar o acordo em escritura pública.

Uma explicação para isso podia ser o arcabouço legal recentemente disponibilizado sobre o assunto pelo Capítulo IV (*Das cláusulas dos contractos de prestações de serviços*) do Regulamento de Novembro de 1872, embora ele não acrescentasse muito à Lei 2.040 de 1871, que já havia disciplinado em linhas gerais mais essa prática costumeira, limitando-a ao máximo de sete anos, no mesmo artigo referente ao pecúlio escravo⁶⁹⁷. Alhos por bugalhos, diante dessa deserção, Manoel Claudino não pretendia obrigá-lo ao cumprimento do contrato, mas antes requeria que lhe fosse entregue o valor de 1 conto e 100 mil-réis pertencentes a Décio e que se encontrava de posse do administrador do Hospital da Caridade (o mesmo onde o preto Barnabé seria internado, anos mais tarde), nas obras de cuja fachada o ex-escravo havia trabalhado. Todo o problema, porém, residia no fato de que o endividado Décio já fizera cessão desse crédito a Antonio Gomes Vidal, representado na demanda por João José Pedrosa. O respectivo documento, escrito pelo próprio liberto, é digno de transcrição:

A Irmandade da Santa Caza de Misericordia desta Capital a Decio Ant.º da Costa Mesquita *Deve*
 Importancia de emboços e reboques na frente do novo Hospital emphytados com o Illmo. Senr. Dr. Provedor e medidos pelo Senr. Engenheiro Willant R\$1:100\$000
um conto e cem mil reis
 Pague-se ao Senr. Antonio Gomes Vidal ou sua ordem vallor recebido do mesmo.
 Curitiba 14 de Abril de 1875.
 O Mestre Decio Antonio da Costa Mesquita

Por este pequeno excerto, não só Décio revela ser um negro letrado, como assinar na qualidade de "Mestre", recordando o adjetivo conferido também ao escravo Generoso, de Luiz França. As interseções mostraram-se ainda mais complexas quando os depoimentos foram ouvidos: de fato o “mestre Décio” não era um simples pedreiro, mas, na realidade, o contratador de várias empreitadas pela cidade, encabeçando todo um esquema de trabalho que agenciava homens livres e escravos, entre eles, Estevão, que Antonio Vidal dizia haver fornecido para contribuir na reforma da Santa Casa. Duas testemunhas de Vidal, Florindo Bandeira da Mota Silva e Manoel Fernandes Loureiro

⁶⁹⁷ O art. 4º, §3º, rezava: “É outrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contractar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete annos, mediante o consentimento do senhor e approvação do Juiz de Orphãos.” Segundo o magistrado cearense V. A. de P.P., o Visconde do Rio Branco teria afirmado na Câmara dos Deputados que o critério para fixação do máximo de sete anos era o valor médio do serviço do escravo, que girava em torno de 200\$000 a 300\$000 por ano, com base no que, multiplicando-se por sete, poder-se-ia chegar a um “resultado Maximo razoável” (V. A. de P. P. *Anotações...*, p. 25).

não sabiam dizer ao certo sobre a dívida que com ele contraíra Décio, mas afirmaram que este havia sido convocado também para a construção de seu sobrado na Rua das Flores e de mais uma casa na Rua do Matto Grosso⁶⁹⁸. Pelas informações disponíveis, Antonio Vidal parecia funcionar como um tipo de intermediador para os contratos de Décio, agindo ambos possivelmente em sociedade. Poderia ser vantajoso para o mestre-de-obras negro a “confiabilidade” que um senhor branco estamparia em seus negócios.

Abandonando o campo das elucubrações, temos certeza apenas do que disse Mota Silva, “que Decio Antonio da Costa Mesquita costuma fazer por si contratos de empreitadas de obras de pedreiro nas quais faz trabalhar conjuntamente consigo muitos outros operários” (sic). Sabia disso porque ele mesmo já usufruía desses serviços. Manoel Loureiro complementou que “o pedreiro Decio (...) trabalhou nas obras do nosso hospital contratando o reboco d’esse edifício por metro quadrado (...) juntamente com outros operarios, *não sabendo porem se estes erão ou não escravos*”. E, por fim, o alemão Frederico Wernek, outro dos empregados de Décio, confirmou que Estevão fizera parte dessa equipe de “operários” e que Antonio Vidal era responsável por arranjar-lhe trabalho em Curitiba, mas informou, a bem da verdade, que o escravo pertencia a um senhor residente no litoral. Deixaremos em suspenso, por hora, comentários sobre toda essa arrojada formatação de trabalho misto (inclusive do ponto de vista jurídico, envolvendo empreitadas, intermediários, encomendas de serviço, créditos vencidos e subcontratações) em plena pujança da escravidão. Chamamos atenção, porém, para a dificuldade que as testemunhas confessam sofrer para identificar, dentro do grupo coordenado por Décio, a condição escrava ou não dos indivíduos.

Para encurtar uma história longa, João José Pedrosa (irmão do solicitador Joaquim José), em suas alegações finais, afirmou, em primeiro lugar, que o contrato de locação de serviços entre Décio e Manoel Claudino não podia ser considerado válido nos termos da Lei de 28 de Setembro e do art. 61 do seu Decreto⁶⁹⁹ (que o “rodeavam de garantias”), por que faltavam-lhe a autorização do senhor e do juiz de órfãos determinadas por esses diplomas. Ainda que ele fosse admitido, prosseguia, “nada vedava o mesmo cedente de fazer legalmente essa cessão; por que era-lhe licito ter

⁶⁹⁸ Em 1879, confirma-se a existência da casa de Vidal existente à R. do Matto Grsso, no PI7685, pois ele alterou a construção destinada à habitação de sua família, originalmente a pedido de Annibal Cezar da Rocha, seu sócio, para transformá-la em estabelecimento comercial. Contudo, quando desmanhada a casa, este não a locou para os fins previstos, ajuizando ação para cobrá-lo pelo prejuízo

⁶⁹⁹ “Art. 61. É permitido ao escravo, em favor de sua liberdade, contractar com terceiro a prestação de futuros serviços, por tempo que não exceda de sete annos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do juis de orphãos.”

qualquer pecúlio próprio, que nem aos escravos é defeso”. E arrematava com um chavão no melhor estilo liberal (talvez porque agora o trânsito de Décio à cidadania estava completo): “a cada um é permitido dispor do que é seu à sua vontade, salvas as restrições expressas em lei”. Logo, aquele ato jurídico levado a cabo entre Décio e Manoel Claudino, “tratando-se de contracto de outra ordem, entre duas pessoas já livres, e nacionaes, e não entre um escravo e um livre”, devia regular-se somente pela Lei de 13 de setembro de 1830. Por esse ângulo, “só cabe ao embargado o direito de fazer effectivo o seu contracto”.

Que lei era essa e como ela previa que se pudesse “fazer effectivo” um contrato entre dois nacionais livres? O embargante passou rapidamente por essa questão, cujo conhecimento devia estar pressuposto por ambas as partes. Tratava-se da famosa Lei de Locação de Serviços, primeira tentativa de organizar o mercado de trabalho livre no Império. Sua emergência está intimamente ligada ao contexto dos debates sobre a extinção da importação de escravos, que se confirmaria no ano seguinte com a Lei de 7 de novembro de 1831. Sua baixa eficácia (como a quase inoperância da proibição do tráfico), ensejaria ainda duas reformas sobre o tema, em 1837 e 1879. R. Conrad faz uma breve descrição do processo, avaliando que essas normas “pouco contribuíram, provavelmente, para solucionar o problema da mão-de-obra, mas revelam, contudo, os desejos constantes dos fazendeiros brasileiros de manter o controle de sua força trabalhista mais pela obrigação legal do que pela concessão de incentivos”⁷⁰⁰. Henrique Espada Lima, ao analisar mais de meia centena de contratos dessa natureza, no município de Desterro, entre os anos de 1849 e 1887, também recapitula o momento:

No Brasil, o lento e gradual processo de emancipação foi construído em paralelo com a inserção paulatina de uma legislação que tinha, antes de tudo, o objetivo de disciplinar e ordenar o mercado de trabalho no país, contemplando tanto os contingentes de trabalhadores imigrantes quanto os egressos da escravidão. À introdução de regras legais que regessem os contratos entre patrões e empregados se deu particular atenção⁷⁰¹.

Por sua vez, em estudo verticalizado sobre a versão de 1879 dos decretos de serviço, alinhando-se às opiniões de Ademir Gebara, Maria Lúcia Lamounier afirma que o papel dessa legislação deve ser compreendido “a partir da seleção particular de

⁷⁰⁰ CONRAD, R. Op. cit., p. 51.

⁷⁰¹ LIMA, Henrique Espada *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. In: *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez., 2005, p. 301.

experiências que lhe fornecessem o fundamento”⁷⁰², em especial, as experiências de transição da escravidão ao trabalho livre na conturbada década de 1870, justamente o que era objetivo de disputa também nas ações de Barnabé e Décio. Nesse sentido, a Lei de Locação de Serviços de 1879, longe de promover uma fissura na opção pelo encaminhamento gradual e seguro da questão servil, reafirmava politicamente a inflexão da Lei do Ventre Livre. Isso se deveu não apenas à participação ativa de Nabuco em ambos os projetos, mas ao instituto dos “contratos de longo prazo”, introduzido pela reforma⁷⁰³. Mesmo assim, havia diferenças jurídicas na tipologia dos contratos e, particularmente, no caráter criminalizador e repressivo da Lei Sinimbu, que seria enfatizado e defendido por diversas propostas legislativas ao longo da década de 1880:

A sanção penal é a única garantia que pode segurar os direitos do locatário. O locador, que tem por capital o seu trabalho, não pode responder pela execução do contrato senão com o seu corpo, enquanto que o locatário garante o contrato com sua propriedade e os seus bens.⁷⁰⁴

Casos caniços e omissos envolvendo libertos, como o de Décio, levariam os parlamentares ao desejo de minorar o impacto das rupturas contratuais por analogia. Segundo Lamounier, “entre as tentativas de reformulação da legislação, nos anos seguintes, foram recorrentes as sugestões de se aplicar aos libertos a lei para a locação de serviços, e principalmente os artigos referentes à matéria penal”⁷⁰⁵. Questão social, questão de polícia, o lema já pegava. Era mais ou menos isso que recomendava o advogado de Antonio Vidal. Segundo ele, o recurso judicial cabível para Manoel Claudino não era tomar de seus clientes os créditos legitimamente cedidos pelo ex-escravo, mas valer-se dos dispositivos da lei de 1830 para obrigá-lo a prestar serviços.

O que não era, por sinal, uma posição nada amigável, já que esses dispositivos incluíam trabalhos forçados e encarceramento. Em um interessante artigo sobre o assunto, Bruno Dornellas Câmara descreve tais mecanismos e nos oferece subsídios para uma reflexão importante sobre a forma de prestação da “indenização” ao patrão,

⁷⁰² LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão ao trabalho: a Lei de Locação de Serviços de 1879*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade de Campinas, 1986, p. 4.

⁷⁰³ “A lei aprovada em fins de 1878 não só aproveitara a ‘nova era a que dera início a Lei do ventre Livre’ – como sugerira um senador – como buscava restaurar os planos que a lei de 1871 delineara. (...) A ligação básica a ser feita é entre a concordância da política implementada com a lei de 1871 e os ‘contratos de longo prazo’” (LAMOUNIER, Maria Lúcia. *O trabalho sob contrato: a lei de 1879*. In: *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 12. São Paulo, mar/ago 1986, p. 109).

⁷⁰⁴ Sr. Almeida Nogueira, *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 30 de junho de 1884, p. 245. *Apud* LAMOUNIER, M. L. Idem, p. 119.

⁷⁰⁵ LAMOUNIER, M. L. Idem, p. 112-3.

pelos trabalhadores que desertavam. O mesmo termo “indenização” está presente nas demandas judiciais entre senhores e escravos libertos por meio desses contratos, o que aponta para mais um paralelismo contundente: não era só a condição escrava que, entre tijolos e contratos, se misturava com a do trabalhador livre. Também a posição patronal, ainda no poente do século, confundia-se bastante com a do senhor⁷⁰⁶, ambos *locatários de serviços*, e reabria o espaço da voluntariedade e do arbítrio:

Dos oito artigos que compunham a Lei de 1830, três deles (artigos 4, 5 e 6) faziam referência as formas legais de obrigar o locador do serviço a cumprir o estabelecido no contrato. O descumprimento do acordo pelo trabalhador acarretava-lhe alguns problemas. O Juiz de Paz do lugar onde fosse celebrado o contrato poderia intervir em favor do locatário, obrigando o prestador de serviços a cumprir as obrigações pré-estabelecidas. O “castigo correcional” seria a prisão, com a liberação logo que a autoridade responsável mediasse o desacordo entre o trabalhador e o patrão. Caso persistisse os desacordos e o número de infrações somasse três “correções ineficazes”, o trabalhador era obrigado a “trabalhar em prisão” até indenizar o locador. Era uma forma de prisão por dívida. É necessário abrir um parêntese: a lei não esclarecia a forma de prestação dessa indenização. Como o “trabalho em prisão” poderia ser remunerado? Por fim, seria o erário público que indenizaria o patrão? As dúvidas persistem. Percebe-se, então, que a Lei era tão vaga e imprecisa a esse respeito, tão lacunosa, que a forma de cumprimento dessa pena era determinada pelo próprio Juiz de Paz de acordo com seu juízo discricionário. Essa autoridade teria de adequar a solução legal à situação prática, para que o trabalhador pudesse ressarcir satisfatoriamente o patrão. Afinal, o locatário dos serviços estava buscando o cumprimento do contrato⁷⁰⁷.

A obsolescência dessa lei era nítida. Os juízes de paz haviam perdido há muito suas amplas competências jurisdicionais e os conflitos não se resolviam mais pela “equidade”⁷⁰⁸. Na condição limítrofe de Décio, um meio-termo entre *trabalhador nacional* e *negro forro*, João José Pedrosa insistia na liberdade como fundamento da autonomia da vontade, sem a qual o mestre-de-obras não poderia ter contratado por si. Tal entendimento sobre sua *identidade* repercutia no regime legal a que estava submetido, isto é, uma “*locação de serviços*” (Lei de 1830) enquanto Generoso

⁷⁰⁶ O movimento de reajuste vinha dos dois lados: “Por um lado, é certo que os patrões e ex-senhores tentavam reorganizar os laços de subordinação e tutela sob a nova forma institucional do contrato. Que eles fizessem isso repondo formas de dominação senhorial análogas às da escravidão não deveria espantar. (...) Por outro lado, os libertos, a seu modo, tentavam construir ativamente vínculos sociais e garantias suficientes para lidar com a incerteza e a precariedade, reorganizando laços de dependência e interdependência que permitissem sua filiação a uma ordem social minimamente viável – isto é, que organizasse de algum modo suas expectativas e conferisse alguma segurança com relação ao futuro (uma estabilidade que, de todo modo, sua situação “liberada” não garantia e, no limite, ameaçava)” (LIMA, Henrique Espada *Sob o domínio da precariedade...*, p. 311-312).

⁷⁰⁷ CÂMARA, Bruno Augusto Domellas. *Trabalho livre no Brasil oitocentista: o Regime de Engajamento e as Leis de Locação de Serviço de 1830 e 1837*. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0650.pdf>

⁷⁰⁸ No Brasil, as sucessivas reformas judiciárias de 1841 e 1871 deram o golpe de misericórdia nesses magistrados eleitos, expressões típicas do poder local e da ordem jurídica multipolar do Antigo Regime.

Marques dos Santos tentava calçar no mesmo ato jurídico os sapatos da “*prestação de serviços*” (Lei do Ventre Livre), muito mais apertados.

Para quem se lembra, é engraçado que este advogado defendesse isso agora, quando, em 1874, alegara justamente o contrário ao representar os interesses de D. Joaquina Teixeira contra Amâncio: “*É trivial que os escravos não podem estar por si em juízo, porque são inhabeis para todos os tractos, contractos e actos judiciaes*”. Ele evidentemente não era um primor de coerência e, em meio ao vai-e-vém de sua oratória, não é fácil saber quem tinha razão. Conquanto estivesse perfeita a lógica empregada por seu adversário Pedrosa, tanto no que se refere aos requisitos do contrato quanto ao estatuto das partes celebrantes, não demoraria para que a prática suplantasse essas minúcias, lidando de maneira muito parecida com ambos os institutos. Para estudiosos como Warren Dean, que examinou a passagem do trabalho escravo para o assalariado, os contratos da Lei de 1871 estiveram de fato amparados na Lei de 1837⁷⁰⁹.

É interessante observar que, paralelamente, também o estatuto legal dos libertos condicionais podia fundir-se com o dos libertos contratuais. Por vezes, eram os senhores que insistiam nessa semelhança (com vistas – creiam os leitores ou não – à aplicação dos dispositivos muito mais severos da Lei de 1879), por vezes, eram os escravos que invocavam a analogia (com vistas a subsumir os prazos das condições de serviços ao limite de sete anos da prestação dos contratos). Instados a pronunciar-se sobre o tema, todavia, os tribunais sempre mantiveram postura cautelosa negando, a todo custo, a equiparação. Num *habeas corpus* de 1881, a Relação de São Paulo livrou Claudio, *statuliber*, da prisão “visto como, por meio da acção competente, deve-se previamente liquidar a obrigação da prestação de serviço”⁷¹⁰. Para os eminentes doutores paulistas, não a sanção penal, mas o procedimento cível era a solução, nisso desbaratando colegas que, como o desembargador Marcos Antonio, pensavam da maneira contrária:

Quer trate do escravo, liberto desde já sob condição de prestar serviços, quer trate do escravo continuando a servir sob condição de ser libertado depois de certo tempo ou prazo, como o da vida dos legatários, a legislação referida uza (sic) sempre destas expressões: Liberto por tem certo, á prazo, condicionalmente, com ônus ou clausula de serviços futuros. Essa legislação, pois, confunde perfeitamente

⁷⁰⁹ E, mais tarde, na de 1879: “O contrato a prazo aumentou enormemente a possibilidade de alcançar a alforria, colocando o ex-escravo imediatamente em condição de contratar os seus serviços por um salário. Não é improvável que o escravo procurasse nessas transferências o empregador de sua preferência, e tratasse ele mesmo das condições com seu dono.” (DEAN, W. Op. cit., p. 132).

⁷¹⁰ *O Direito*, v. 25, maio/ago. 1881, p. 294.

em uma só essas duas hypotheses, e por esta confusão equipara na sorte e na condição um e outro beneficiado (...)⁷¹¹ (grifos nossos)

Neste caso, a distinção efetivamente veio em proveito do ex-escravo. Dois anos mais tarde, porém, a Relação de Ouro Preto, clarificando a “intelligencia do art. 4º, §3º da lei de 28 de Setembro de 1871”, julgaria que: “*o escravo alforriado em verba testamentária com a clausula de prestação de serviços por 10 annos, não pôde, findos 7 annos, pretender que se o declare liberto*”⁷¹². Aqui, a interpretação restritiva deu-se *in malam parte* e seria sustentada pelo Supremo Tribunal de Justiça até o fim: em 1887, “*o prazo de 7 annos estatuído para os serviços clausulares do escravo alforriado por terceiro, não é applicavel ao caso da alforria conferida pelo próprio senhor*”⁷¹³. Mas Décio não era um forro de rabo-presos com seu ex-senhor, sua condição era outra. O misterioso V. A. de P. P., sobre isso também tecera um comentário em suas *Anotações*:

O Acc. da Rel. da Côrte, n. 3,585, de 21 de Outubro de 1873 estatúe: que não é o Juiz de orphãos o competente, e sim o do civil para conhecer da acção movida contra o liberto, para coagil-o á prestação dos serviços a que obrigou-se por contracto, em que não interveio o Juiz de orphãos para approvar, sendo celebrado depois de já ter o liberto a carta de alforria, passada sem condição.⁷¹⁴

Era a situação de Décio, sem tirar nem por. Presumivelmente, contudo, Manoel Claudino estava mais preocupado em recuperar a quantia que emprestara ao liberto do que propriamente em mantê-lo sob seu poder. Não resta nenhuma ação com esse tipo de “obrigação de fazer” entre os documentos por nós localizados em Curitiba. Pelo tom do magistrado, que dá uma coloração nacional ao problema, os contratos de serviço deviam ser outra modalidade comum de acesso à liberdade, mormente para escravos de alguma maneira especializados em atividades urbanas. O tipo de “serviços” a serem prestados, todavia, eram deixados em aberto pela lei e nem sempre estavam especificados no contrato. Isso assegurava que qualquer cativo pudesse fazer uso dessa tática jurídica, e efetivamente, eles podem ser interpretados como *índice de uma indiferenciação estrutural* entre escravidão e liberdade, especialmente na década de 1880, quando parecem ter-se disseminado.

Toda essa longa abordagem sobre contratos, tema com feições de aridez, não é mera perfumaria. Em sua bela obra *Fiesta y Contrato*, Carlos Petit explorou as

⁷¹¹ Idem, p. 295

⁷¹² *O Direito*, v. 32, set./dez. 1883, p. 536.

⁷¹³ *O Direito*, v. 42, jan./abril 1887, p. 521.

⁷¹⁴ V. A. P. P. Op. cit., p. 89.

possibilidades não apenas “espirituais” (em sentido secamente hegeliano), mas igualmente espirituosas dos contratos para a história social e das festas para a história do direito, numa perspectiva inversa ao tratamento que comumente se dá a esses temas. Quem se aventura nesses rincões tem a chance de retornar com alguma coisa mais que *souvenirs* teóricos. O que podia haver de semelhante entre touradas sevilhanas e cativos curitibanos? Mais do que o sangue derramado, também os problemas que geravam seus contratos para os juristas oitocentistas, particularmente no enquadramento das locações, ou prestações de serviços braçais (manuais) livres:

Las dificultades derivadas para este sencillo esquema a causa de la difusión del trabajo libre, unidas a la desconsideración (social y jurídica) de las simples labores manuales (dichas mercenarias) en los tiempos premodernos, llevaron a los juristas a distinguir en el viejo arrendamiento varias modalidades, luego consagradas en los códigos: locación de una cosa (*locatio conductio rei*), ejecución de una obra (*locatio conductio operis*) y prestación de servicios (*locatio conductio operarum*); en rigor, tres contratos distintos, aunque hermanados legislativamente por el peso de la tradición.⁷¹⁵

Mesmo sem terem noção do que fosse uma imponente *locatio conductio operarum*, Francisca e Norberto foram outros cativos que dela se aproveitaram. É curiosa a historieta de dona Francisca e seus dois senhores: pertencia ela, em 1886, a Francisco Borges de Macedo, mas este a alugara ao confeitiro Francisco Henrique Bomfim da Costa. Fazia seis meses do contrato quando seu proprietário voltou atrás:

(...) acontecendo ter frecuentemente o supplicante necessidade da dita escrava, prevenio já o mes passado o referido Sr. Bomfim para della fazer entrega ao que hoje se oppoem (...) tem de prevenir a V.S., que em março do anno passado passou carta de liberdade condicional por tempo de 5 annos a mesma sua escrava, a qual não esta aotorizada a servir quem lhe comvenha e sim sua senhora ou sua família.⁷¹⁶

Diz-se que se agarra a quem se ama pelo estômago. Talvez tivesse sido o caso de Francisca com Francisco, ou vice-versa. O fato é que ambos já não queriam largar-se e resistiam à pretensão do senhor Macedo para retomar a liberta condicional (que, pelos termos da alforria, deveria servir seu “benfeitor” até depois de maio de 1888). De lado a moção comovente, o caso confirma a sugestão de Walter Fraga Filho: “é possível que, nas décadas de 1870 e 1880, diante do problema premente de escassez de mão-de-obra

⁷¹⁵ PETIT, Carlos. *Fiesta y Contrato: Negocios taurinos en protocolos sevillanos (1777-1847)*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2011, p. 24.

⁷¹⁶ Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8205, Cx. 316.

cativa, se tenham ampliado as oportunidades de trabalho alugado”⁷¹⁷. Não sabemos como terminou a pendenga. Melhor assim: em briga de marido e mulher, ninguém há que meter colher. Já para Macedo, não adiantava chorar o leite derramado.

De Norberto não nos chegaram notícias sobre sua ocupação, nem seus amores, mas ele também se desvencilhou do jugo em que se mantinha por meio de um negócio jurídico feito com o poderoso Mariano de Almeida Torres (ele mesmo, filho do Visconde de Macaé com uma escrava, ao que se sabe, e um típico expoente da classe de mulatos bem-sucedidos no comércio – inclusive negreiro – e na produção ervateira). Durante a repartição dos bens deixados pela esposa desse invulgar mestiço, D. Maria da Luz Ozorio Torres, seu filho e inventariante, Joaquim Ventura de Almeida Torres, declarou “que sabe que mais pertence ao monte o contracto de locação de serviços feito com o liberto Norberto, o qual por sua liberdade lhe é a dever a quantia que deo para ella de seis centos mil reis”⁷¹⁸. Isso ocorreu em 13 de setembro de 1883, mas não há pistas sobre quando o acordo fora selado pelas partes ou quanto tempo restava para seu adimplemento total. Joaquim, por sinal, herdou os direitos sobre esse contrato e ainda oito dos nove escravos pertencente à sua mãe, alguns com problemas em sua documentação. Ao que se pode inferir, D. Maria ou o próprio Mariano Torres (e depois seu filho Joaquim Ventura) estavam para Norberto como Manoel Claudino estava para Décio: não eram exatamente seus senhores, mas usurários, melhor dizendo, usufrutuários de seus préstimos por algum tempo. Ao empréstimo do valor necessário para a compra da alforria correspondia, portanto, uma hipoteca de força de trabalho do recém-liberto, sustada somente ao final dos longos sete anos por que um contrato de serviços dessa natureza poderia arrastar-se. Se o volumoso processo sobre o espólio de D. Maria durou, sozinho, até 1887, teriam alguns desses contratos avançado em suas obrigações draconianas para além da própria abolição da escravidão? Pela conta, o de Norberto bem poderia ser um deles. E pelo direito, sempre haveria quem, tal qual João José Pedrosa, jurasse de pé junto por sua validade, tratando-se de um ato “entre duas pessoas já livres, e nacionaes, e não entre um escravo e um livre”. Fazendo nossas as palavras de Barnabé, tanto Norberto quanto o mestre Décio ladrilharam sua própria saída do cativeiro e agora não faziam mais do que “pagar os juro de sua liberdade”!

⁷¹⁷ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1890)*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 44.

⁷¹⁸ Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 8019, Cx. 307.

Rita também teve de pagá-los, e eles não foram baixos. Em 26 de julho de 1886, nosso velho conhecido, Joaquim José Pedrosa, escrevia que a escrava, “tendo soffrido as mais rigorosas sevícias de seu senhor, como mostra pelos signaes indeleveis que tem em seu corpo, tratou, implorando o auxilio de terceiro, de conseguir a qtia. de R\$400#000” para efetuar a compra de sua liberdade, “sujeitando-se posteriormente a um contracto de serviços com esse terceiro, cujas clausulas em tempo submetterá a aprovação desse juiso”⁷¹⁹. Aí estava a diferença entre este procedimento, autuado genericamente como uma “petição”, e as iniciais de uma ação de arbitramento. Joaquim Pedrosa, como um bom praxista, parecia pôr em prática mais uma das suas “inovações jurídicas”, ao misturar talhos com marvalhos, isto é, práticas forenses do arbitramento (como o pedido de depósito da escrava, “para evitar a continuidade das sevícias e não ser obstada na defesa de seus direitos”) e dos contratos de serviço, pois a previsão legal sobre a matéria era de que qualquer desses contratos fosse acompanhada necessariamente da *autorização do senhor* e do *juiz de órfãos*, que o solicitante tentava contornar. Assim, desejava validar no *juízo municipal* uma “combinação” verbal feita *diretamente* com outrem, sem a participação de seu proprietário, João Manoel de Souza. E esse prestimoso “terceiro” chamava-se Marcello José Pedrosa (irmão de Joaquim?):

Afim de que posteriormente, caso consiga ficar livre, me indemnizar da referida qta. Mediante serviços conforme o contracto que lavrarmos a respeito sob a combinação já feita. Se porem não puder conseguir por qualquer circunstancia a sua liberdade, rehaverei a dita qta, como se nada houvesse, levantando-a do deposito.

Era nesses termos que o próprio Marcello colocava a questão, num recibo assinado em 25 de julho. Joaquim José Pedrosa, presumivelmente, apenas aguardara a conclusão do acordo informal para ajuizar a ação, que pára com o despacho do juiz Sizenando de Sá Ribas autorizando o depósito do valor e nomeando Pedrosa como curador da negra. Como ela teria se desenrolado? Às vistas do magistrado, a ação devia seguir o procedimento regular dos arbitramentos judiciais e, talvez prevendo isso, é que o solicitador tivesse buscado burlar as restrições que neles existiam à “intervenção de terceiros” para a formação do pecúlio escravo, através de um pretenso contrato de serviços, figura jurídica completamente distinta. Não obstante, essa explicação não é satisfatória: desde o final da década de 1870, não havia mais tanta necessidade de se preocupar com o rigorismo da legislação sobre o pecúlio, como os casos analisados no

⁷¹⁹ Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8205, Cx. 316.

capítulo dois comprovam. Debalde essa constatação, o curador de Rita preferia não citar qualquer lei para fundamentar seu pedido, nem mesmo a mais recente Lei Sinimbu de 1879⁷²⁰. Não é impossível que os “contratos de prestação de serviços” fossem apenas o que pareciam ser: formas de libertação, com garantia da propriedade senhorial (às vezes, até certo lucro dos senhores, pois Rita e seu curador achavam o pouco razoável o valor cobrado por Souza pela alforria). Num certo sentido, pelas novas obrigações servis que eles também engendravam, continuavam produzindo “homens e mulheres livres dependentes”, segundo a antiga lógica da dádiva, mas conferiam certa margem de manobra aos cativos para ao menos *optassem por aquela a quem servir*. Não devia ser apenas retórica a acusação de “mau cativo” de Pedrosa, pela pressa e energia de Rita.

Se esses contratos não passassem de álibis jurídicos, deveriam esconder algo muito mais escandaloso, talvez a atuação nos bastidores das “commanditas clandestinas” achincalhadas por Teixeira Jr., então batizadas como alguma das inúmeras sociedades emancipadoras e abolicionistas que haviam pipocado na capital, como o Clube Abolicionista do Paraná⁷²¹, o qual Joaquim J. Pedrosa pessoalmente integrava. De emancipacionista legalista a radical abolicionista? Era mais do que isso. Havia mudado as condições do “contrato social” que instituía a escravidão, o que reverberava nos contratos jurídicos que os cativos passaram a autorizar-se realizar. Os irmãos Francisco Pereira da Silva e Manoel Pereira da Silva, por exemplo, assinaram, em 22 de maio de 1876, uma nota promissória em nome de João Francisco Guimarães, no valor de mais de 3 contos de réis, utilizados pelo primeiro para a compra de um terreno e, pelo segundo, para adquirir sua liberdade. Em 1879, Guimarães moveria, enfurecido, uma ação de cobrança contra os dois libertos, que haviam, tal qual Décio, contraído mais dívidas e “dolosamente” hipotecado todos os seus bens imóveis, não restando nada que o autor pudesse executar⁷²². Altos eram os *juros da liberdade*, mas seus cada vez mais desafortunados defensores estavam dispostos a assumi-los até o último ceitel.

⁷²⁰ “De acordo com a lei de locação de 1879, os libertos continuavam tendo o seu trabalho regulamentado pela Lei do Ventre Livre, que os colocava durante cinco anos sob inspeção do governo e com a obrigação de contratar-se caso vivessem “vadios”. O constrangimento ao trabalho cessaria com a exibição do contrato de serviço, que poderia ser efetivado até por sete anos. Os “ingênuos” depois de 21 anos seriam regidos pela lei de locação de serviços. (...) Providenciava-se para que não houvesse perturbação e desorganização dos serviços, greves, e propunha-se que, para os libertos, a pena de prisão não tivesse limite de tempo.” – LAMOUNIER, M. L. *O trabalho sob contrato...*, p. 112-113.

⁷²¹ Graf cita ainda Sociedade Emancipadora Paranaense, em 1883, a Sociedade Libertadora do Paraná, a Confederação Abolicionista, etc. (GRAF, M. E. C. Op. cit., p. 100).

⁷²² Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7679, Cx. 293.

4.2. Levantando muros, arrombando portas⁷²³

Os casos que acabamos de narrar enquadravam-se numa das categorias limítrofes entre a escravidão e a liberdade, a da “prestação de serviços”, que, embora prevista na legislação pátria como uma espécie contratual (o que já era exótico, em se tratando de supostos *bens*, despidos de personalidade jurídica), pode ser percebida como geradora de certa apreensão e discórdia jurídica. Tanto para os senhores, como para os escravos, destarte, se os contratos abriam algumas portas, fechavam outras. Não fora assim, inexistiriam controvérsias a serem lapidadas pela jurisprudência dos tribunais superiores, como o acórdão citado nas anotações de V. A. de P. P. Talvez à vista disso, Generoso Marques, advogado de Manoel Claudino, achou por bem contornar todo esse debate minado, atendo-se somente aos direitos de preferência de seu cliente, uma vez que o valor prometido pela Irmandade da Santa Casa ainda não havia sido traditado. O argumento legalista colou e Antonio Vidal, cessionário do crédito de Décio, ficou a ver navios (ou sobrados). Eles que eram brancos, que se entendessem, porque a essa altura, Décio já estava bem longe do entrevero. A causa, como um todo, desenrola um fio de Ariadne dentro do labiríntico mundo do trabalho e dos negócios jurídicos de escravos e libertos (qualificados como “operários”). Em sua desinibida mescla no cotidiano da cidade, esses *sujeitos liminares* valiam-se de um cabedal multifário de identidades:

Nas últimas décadas da escravidão, alfaiates, carpinteiros, lavadeiras, quitandeiras, costureiras travavam complexas relações pessoais nas vilas do interior, envolvendo alguns escravos, mas principalmente libertos e livres, com larga predominância de forros e de seus descendentes. Estabeleciam, assim, verdadeiras comunidades, abertas aos recém-chegados, mas capazes de oferecer alguma estabilidade a seus membros.⁷²⁴

Se nos ativermos aos dados lançados para o Paraná, no período, esses artesãos eram uma minoria entre os escravos: sapateiros (2,30%), carpinteiros (2,50%), alfaiates (1,50%), ferreiros (1%) e obreiros/pedreiros (4,10%)⁷²⁵. Esse percentual não devia

⁷²³ O título é uma metáfora, mas pôde ser verificado literalmente na queixa-crime que ofereceu João José da Costa e Silve contra seu próprio irmão, Manoel José da Costa e Silva, por ter ele “vandalizado” um casebre a ele pertencente, junto com alguns escravos pedreiros (como José, enviado por seu senhor moço, João Carvalho de Oliveira), os quais receberam 3 mil-réis de soldo por dia de serviço. Entre eles, nota-se a presença também de libertos, como Pedro Africano do Nascimento, de 42 anos, viúvo e pai incógnito (Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7470, Cx. 284).

⁷²⁴ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 48.

⁷²⁵ Estes dados se enquadram nas estimativas de Octavio Ianni sobre a concentração dos cativos em ocupações agrícolas e domésticas em Curitiba. Segundo Antunes dos Santos, “atividades artesanais, no caso, sapateiros (2,30%), carpinteiros (2,50%), alfaiates (1,50%), ferreiros (1,00%), obreiros e pedreiros

aumentar muito na capital, onde apenas 8 escravos foram registrados como tendo ofício certo, em 1882⁷²⁶. Mais um círculo reduzido em que Barnabé lograra adentrar.

Voltemos a ele e a seus companheiros. Íamos apresentando de forma impressionista a audiência de seu caso. Pelo modo como se manifestava a terceira testemunha, André Lobo dos Santos, que era ele mesmo um alfaiate, punha a nu um conhecimento mútuo de longa data. Onde se teriam encontrado? Outra improvável resposta que repousava nas prateleiras do arquivo. Fomos nos deparar com Barnabé e André Lobo sentados lado a lado num dos lugares mais inusitados: os bancos de uma sala de aula. Tratava-se da escola noturna aberta em 15 de outubro de 1874 pelo professor Damásio Corrêa de Bittencourt, em cujo mapa de estudantes consta Barnabé como escravo fulo, solteiro, de 30 anos. A relação figura como anexo de um ofício dirigido ao presidente da província, Dr. Frederico de Araújo Abranches, uma semana depois de iniciadas as aulas, em que Damásio Bittencourt informa sobre seus 23 alunos já matriculados e pede apoio governamental:

Tenho a honra de participar á V. Exc^a que, em data de 15 do corrente mez, abri n'esta Capital uma aula noturna de instrução primaria, destinada a operários e escravos que, com o consentimento de seus senhores, desejam aprender a ler, escrever e contar. (...) Dedicando-me ao ensino e instrução da classe menos protegida pela fortuna, só tenho em vista prestar um serviço ao meu paiz, sendo útil e melhorando a condição d'aquelles que mais precisão pelo seu estado e posição social.⁷²⁷

Refresquemos a memória do leitor: o professor Damásio era irmão do juiz municipal suplente, Cap. Joaquim José Belarmino de Bittecnourt e já nos chamara a atenção quando, três meses antes, em julho de 1874, peticionara em nome do escravo Amâncio, em sua ação de liberdade. Quem sabe tomando consciência, naquela situação, da urgência da alfabetização para que essa “classe menos protegida pela fortuna” pudesse acessar as justiças do Império, Damásio introduzia ao mundo das letras 21 escravos homens, de 10 a 35 anos, todos solteiros, e dois “operários” libertos, ambos mulatos. Um deles era justamente André Lobo dos Santos, listado como viúvo de 60 anos, e o outro Manoel de Siqueira Côrtes, 31 anos, solteiro, pedreiro. Entre os seus

(4,10%), constituíam em conjunto um percentual de 11,40% do total estudado. Estes números podem levar à evidência de que estas atividades, na Província do Paraná, eram exercidas quase que totalmente por trabalhadores livres” (SANTOS, C. R. A. Op. cit., p. 57-59).

⁷²⁶ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª. sessão da 15. legislatura ao dia 1º. de Outubro de 1882 pelo Presidente da Província o exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882.

⁷²⁷ Arquivo Público do Paraná: Ofícios, 1874, AP 447, pp. 93-94

colegas cativos, oito tiveram algum ofício anotado (incluído o sapateiro Barnabé): seis eram pedreiros e o sétimo carpinteiro.

Depois do que já exploramos do vasto universo de escravos-construtores em Curitiba, não é exatamente um choque encontrar o pedreiro de 19 anos, José Vidal, cativo de Antonio Gomes Vidal, entre os colegas de turma de Barnabé. Nessa época, a sociedade de Antonio com Décio Mesquita caminhava de vento em popa, o que não devia ser segredo para os demais alunos, os quais porventura imaginavam meios semelhantes para acessar a liberdade. Todos os senhores foram igualmente referenciados, entre os quais se destacam Benedicto E. Paula e José Joaquim Ferreira de Moura, por possuírem cada um dois escravos matriculados. É notável que o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas também tivesse matriculado (ou autorizado a matricular-se) seu escravo Antônio José de Freitas, de 18 anos, assim como o fato de que todos os estudantes, com exceção do menor Tobias, de apenas dez anos, ostentavam sobrenomes (a maioria tomados de empréstimo de seus proprietários). Quanto ao quesito cor, a superioridade numérica de mulatos é esmagadora: são treze, contra cinco pretos e outros cinco classificados como fulos.

A impressão é que estamos diante de um grupo bastante seletivo de jovens cativos, em sua maioria, senão totalidade, crioulos (a nacionalidade não foi registrada, talvez porque desnecessária), que denotam participar de relações de confiança, estabilidade e intimidade com as famílias de seus senhores. A presença, ainda que diminuta, de libertos no mesmo espaço, é mais um elemento apagador de contrastes entre as duas condições do que fixador de diferenças. O documento é, em si, certamente excepcional e daria pano para mais de metro de manga, extrapolando o espaço que teríamos para costurá-la no bojo deste trabalho. Uma descrição genérica como essa do perfil dos alunos de Damásio Bittencourt, no entanto, já serve para revalidar as preciosas intuições de H. Mattos de que “na situação urbana, mais do que no contexto rural, ao escravo tornava-se possível ‘viver sobre si’, ou seja, aproximar-se quase à indiferenciação do mundo dos livres, um mundo que era, então, predominantemente ‘pardo’”⁷²⁸.

Urbanidade construída por negros. Etni-cidade. Entre escravos-pedreiros e pedreiros-livres menos do que uma parede sólida se levantava. Se, por lei, eram atribuídos, ao menos em teoria, estatutos bastante distintos a uns e outros, que refletiam os dois lados da cerca, ou do muro, da liberdade, o campo é de tremenda indiferenciação

⁷²⁸ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 50.

no mundo da vida (*Lebenswelt*⁷²⁹). A tal ponto algumas figuras liminares estavam em cima desse muro, que mesmo um exímio negociante como Manoel Fernandes Loureiro não seria capaz de distingui-los, como admitiu em seu depoimento. Era nítido, por exemplo, que o preto Barnabé gozava do *status* de homem livre na comunidade curitibana. O que merece melhor tratamento, porém, era o fato de esse reconhecimento não ser nada inócuo do ponto de vista jurídico: André Lobo dos Santos relatou que Barnabé, inclusive, “*uma vez trouxera a juízo citado um individuo para pagar-lhe umas madeiras*”, ou seja, chegara mesmo a litigar judicialmente na condição que socialmente ocupava, a qual, para todos os efeitos, se havia sobreposto até ali a seu *status* jurídico.

É sobre esse trânsito pouco convencional que pretendemos nos debruçar, dado que a brecha sócio-histórica era também uma *brecha jurídica*, ao menos potencialmente realizável. Problematizar como se dava – se é que efetivamente se dava – essa passagem do *mundo da vida* (faticidade) ao *mundo do direito* (normatividade⁷³⁰) é uma das tarefas da historiografia jurídica para a qual os estudos sobre escravidão podem oferecer seu contributo. Sigamos acompanhando o caso de Barnabé para poder, com mais pistas.

Tudo isso e algo mais deve ter cruzado a cabeça de Joaquim de Almeida Faria Sobrinho quando sentou-se em sua escrivanina para redigir as alegações finais do senhor Ferreira Bello. Em face das polêmicas versões das testemunhas de Barnabé, sua estratégia foi desmoralizá-las. Para o advogado, a única pessoa “qualificada” dentre as apresentadas pelo libertando era, logicamente, o Major Athayde. O incômodo com o fato de todas as demais serem pretos ou pardos libertos estava subentendida, assim como subjacente o desafio: qual palavra valia mais, a de um bando de operários, ou a dos tenentes e doutores que sua excelência ouvira falar em prol do reverendo?

Nesse nível, o processo individual de Barnabé pareceu tomar, pouco a pouco, dimensões coletivas, ao mobilizar não apenas comunidades espacialmente distintas, mas grupos sociais que divergiam sobre a definição da identidade e do consequente estatuto

⁷²⁹ O *mundo da vida* na reflexão filosófica contemporânea pode ser introduzido “(...) como lugar das relações sociais espontâneas, apresenta os processos de intercompreensão ao nível das relações dos indivíduos com o mundo objetivo, com o mundo social e o mundo interior. São essas as formas de vida concreta que objetivam assegurar a reprodução cultural, a integração social e a socialização dos indivíduos. (...) A esfera da cultura é caracterizada pelo estoque de saber da comunidade, pelos conteúdos da tradição, em permanente estado de revisão. A esfera da sociedade, *strictu sensu*, é constituída dos ordenamentos legítimos pelos quais os membros da comunidade regulam seu agir (...) com o objetivo de instaurar e justificar normas. (LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma filosofia jurídica da libertação: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006, p. 116-117).

⁷³⁰ O problema continua a ser objeto de interrogação. Jürgen Habermas, por exemplo, encara o direito como “categoria da mediação social entre faticidade e validade”. Sobre o assunto, vide: HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*, v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

jurídico de um de seus membros. Para a elite são-joséense, o objetivo era defender a posição de senhor de um de seus pares; para o grupo de pretos e pardos curitibanos, disputar a condição de homem livre de um de seus companheiros, talvez mesmo *compadre*. Laços de solidariedade eram reatados, mas cada testemunha também devia empreender um cálculo pragmático: qualquer delas, ou suas famílias, com exceção talvez justamente do Major Athayde, poderiam aproveitar-se do ou ser impactados diretamente pelo resultado da causa. Os outros senhores escravistas, amigos do padre Ferreira Bello, poderiam manter cativos nas mesmas circunstâncias de Barnabé, o que é seguro afirmar para pelo menos uma de suas testemunhas, o Tenente-Coronel Benedicto Ene(a)s de Paula, cujos escravos Agostinho de Paula Eneas, 24 anos e Miguel de Paula, 18 anos, ambos pedreiros, haviam sido companheiros de sala de Barnabé na escola do professor Damásio Bittencourt. Por sua vez, alguns dos compadres de Barnabé haviam experimentado o jugo do cativo – fazia menos de cinco anos que André Lobo dos Santos dele emergira – e poderiam mesmo ter parentes nessa situação, os quais desejariam libertar. Tanto para um lado, como para o outro, havia interesse direto no desfecho daquela demanda, fazendo com que ela ganhasse *poder de agência*⁷³¹, a capacidade de agregá-los em torno de si. De certo modo, processos como os de liberdade tornaram-se foco da atenção coletiva, objetos “*agentivos*” sedutores, com os quais todo o universo social interagia. Para tanto, a necessidade de coerência interna do campo jurídico (particularmente, o vínculo gerado por um precedente judicial sobre casos semelhantes futuros) e, destarte, a possibilidade de replicabilidade de uma decisão favorável ou desfavorável eram centrais, justificando tamanho investimento de energia naquela batalha. Eram nessas *comunidades de interesse*, mas também de *sentido*, que circulava a cultura jurídica, com finalidades, (meta)linguagens e agentes heterogêneos:

De formas diferenciadas e com objetivos culturalmente distintos, eram as relações entre iguais que socializavam escravos, livres pobres e senhores para uma convivência entre desiguais. Pode-se falar assim, como Blassingame, numa comunidade escrava (formada por relações pessoais e familiares entre cativos) (...) e numa comunidade política, que controlava negócios e poder (...) Estas esferas diferentes de socialização encontravam-se integradas por um mesmo código cultural que reforçava o lugar social de cada um e as formas legítimas ou possíveis (fuga) de se transitar entre elas.⁷³²

⁷³¹ O conceito de *agência*, aplicado para objetos inanimados inicialmente no campo da antropologia da arte, é aqui articulado com feições confessadamente “selvagens” para caracterizar o grau de *magnetismo simbólico* das ações de liberdade nesses últimos anos, pelo que de decisivo comportavam. Para uma leitura iniciada da categoria, vide: GELL, Alfred. *Art and Agency*. Oxford: The Clarendon Press, 1998.

⁷³² MATTOS, H. M. Op. cit., p. 69.

Esse chão comum, esse elemento integrador era, em parte, o código cultural jurídico, uma vez que, a esta altura, tanto senhores como escravos tinham de lidar, para concretizar suas pretensões, com o aparato estatal, particularmente seu arcabouço legal e sistema de justiça. Neste caso, em que a empresa de Barnabé era considerada pelos poderosos como inquietantemente descomedida, estamos praticamente diante de uma tentativa de *fuga institucional*, de subtrair-se à escravidão não pela evasão física, mas por uma *brecha jurídica*. A compreensão, porém, desse universo não era fácil, mesmo para um escravo letrado como Barnabé. Quiçá fora seu professor Damásio Bittencourt que, entre uma lição de gramática e de aritmética, “suggerio-lhe a lembrança da presente acção”, numa paráfrase do advogado adversário. Talvez o mapa da mina tivesse-lhe sido apresentado por seus amigos, quem sabe a partir de suas próprias experiências jurídicas anteriores. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, se não tinha a consciência, tinha ao menos a mesma intuição de K. Grinberg quanto a “esses libertos que alargaram o sentido inicial das palavras liberdade e igualdade (...) uma forma, portanto, de pressionar pela inclusão em uma sociedade à qual desejavam pertencer, não transformar”⁷³³. Era também essa a vontade de Barnabé, que já buscava inclusão, ao lado de seus parceiros, negros e negras livres. Que, na visão do advogado do reverendo, não eram merecedores de confiança ou, no mínimo, valiam menos, em suas palavras e juramentos, do que as galhardas testemunhas de seu cliente⁷³⁴. Uma a uma, o advogado fez questão de enfileirar todas elas, com seus respectivos vocativos, títulos e cargos⁷³⁵. Passado o bloco dos Napoleões metidos, tentou ainda desqualificar o próprio intento de Barnabé e de seu curador como um delírio, sem chance de albergagem no direito:

⁷³³ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 50.

⁷³⁴ Em outros processos, em que se defrontavam escravos e libertos, essas representações sociais também se mostram operantes. A permeabilidade da cultura jurídica aos preconceitos raciais era, então, relativa. Embora a oposição fosse paroxística no caso do francês Augusto Adolpho Leucreux, assassino do escravo Filipe, de José Ignacio Loyola, o juiz de direito apelou da sentença que o absolveu por “legítima defesa” em primeira instância, revertendo-a no Tribunal da relação de São Paulo, em 1877. Durante as investigações do processo-crime, as testemunhas afirmaram ser o réu homem “pacífico”, “trabalhador”, “muito bom”, “morigerado”, enquanto a vítima, contraditoriamente, seria “turbulento” e “quando provocado, zangava-se” (Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7555, Cx. 288). Aliás, essa visão sobre os negros em geral passava a ser adotada também nos meios científicos, reforçando estereótipos. Um trecho da obra de certo Dr. Wappaus estampado no *Dezenove de Dezembro* de 4 de janeiro de 1873 (p. 3) chamada de “intemperantes” os negros e afirmava que “o fato de as crianças brancas crescerem com as escravas é prejudicial à formação daquelas”.

⁷³⁵ Transcrevemos: “Tenente Coronel Benedito Enéas de Paula, Thesoureiro do Thesouro Provincial, o Capitão Francisco Antonio da Costa, escrivão e 1º tabellião do publico, judicial e actas, desta Cidade, o Doutor JISM Jr, juiz de direito da Comarca de São José dos Pinhães e Joaquim Leocadio de bastos, negociante e proprietário.”

É tão absurda a pretensão do escravo Barnabé, que custa a crer-se que seja seria. Pensará elle, ou quem suggerio-lhe a lembrança da presente acção, que os favores á liberdade são tão amplos que basta um pretexto para ser declarado livre o escravo que se apresenta em juízo? Pensará que a propriedade do senhor não é seu direito garantido pela lei, e que desaparece, desde que possa ser sophismada?

No fundo, ele tentava encaixar a questão numa gaveta jurídica cuja chave era o binômio liberdade/propriedade em que se folgavam os senhores, como se ele pudesse conter toda a realidade do caso, que era muito mais complexa. Novamente se expressava a contradição entre o “favor à liberdade” e o “direito de propriedade”, incontestavelmente registrada nas razões de Faria Sobrinho. Depois da extinção do tráfico, todavia, e com maior repercussão no período pós-1871, alargara-se a intervenção da política imperial nessa relação de dádivas e dívidas, conferindo aos escravos alguma esperança de transformar num direito oficialmente protegido o que até então fora um frágil privilégio seu. Era a urdidura de uma cultura ético-jurídica (com significativa contribuição dos próprios escravos) que ancorava em solo mais firme o princípio da liberdade, pressionando por sua evolução de “favor” a “direito”.

Até certo ponto em contraste com o pecúlio ou a liberdade condicional, o abandono, da maneira como foi abordado no caso de Barnabé, era um debate bastante fático. A dificuldade é que não havia critérios legais, doutrinários ou jurisprudenciais que pudessem esmiuçar o que significava, afinal de contas, ser um escravo abandonado. Desde o início do século, o hábito de apresentar-se como abandonado dera bons frutos a cativos em busca da liberdade⁷³⁶. Entretanto, nunca fora dirimida a dúvida sobre como calcular essa passagem do *ser* ao *dever ser*, dos fatos ao direito. Quantas vezes teria um senhor de deixar de tratá-lo, quantas refeições teria de negar-lhe, quantas mudas de roupa, para incorrer no art. 6º, §4º da Lei do Ventre Livre⁷³⁷, em que se fundamentava o pedido? Era de mais esse “pretexto” que se aproveitavam Barnabé e o curador Lagos. Se não havia parâmetros estritamente internos às normas estatais capazes de assentar o tema, eles teriam de ser encontrados dispersos no âmago do código costumeiro, das práticas sociais vigentes, da cultura que circulava sem grandes entraves ou rigorismos, esparramando-se entre cativos. Portanto, nessa zona de penumbra, o *status* social alcançado pelo preto Barnabé poderia influir diretamente na decisão judicial,

⁷³⁶ A referência é um caso analisado por Leila M. Algranti e citado por Pena (PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 321), datado de 1814.

⁷³⁷ “Art. 6.º - Serão declarados libertos:

§ 4.º - Os escravos abandonados por seus senhores. Se êstes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.”

transformando-se num *status* firmemente jurídico. E essa influência podia se estabelecer não apenas em face de uma ausência (no sentido de que ficava para o futuro a edição de uma regra que modelasse os contornos legais do problema), mas também de um excesso (no sentido de que a mentalidade jurídica ainda não se despegara completamente de um horizonte pré-moderno que a informava). Aqui a charada diz respeito à relação entre indivíduo e *status*, que é iluminada por A. Hespanha:

(...) a relação ente indivíduo e *status* era ambivalente. *Status* podia tanto explodir como implodir indivíduos. A desintegração individual ocorria quando o *status* passou a representar atributos, condições ou posições do mesmo indivíduo (como pai, filho, profissional, natural do reino) (...) Já a força explosiva do *status* podia mesmo modificar a própria natureza física da substância somática. Uma filha que herdasse no lugar de seu pai (pelo denominado direito de representação) tinha que torna-se num varão para herdar bens que só podiam ser havidos em herança por homens (v. g., feudos).⁷³⁸ (grifos nossos)

Durante muito tempo, como demonstrou já a historiografia, o *status* de livre rebatia na própria classificação cromática do indivíduo, havendo inúmeros casos de *branqueamento* social de escravos e forros, especialmente quando se tornavam também proprietários. Em Curitiba, entre os “homens bons”, o sobremencionado Mariano de Almeida Torres era um exemplo de pardo escravocrata, *culturalmente branco*. Quanto aos demais, ao menos o casal João da Silva Lisboa e Francisca Maria da Silva matriculou, em 1872, como “brancas” suas escravas Catharina e Escolástica, que em outras fontes aparecem como “mulatas claras”⁷³⁹. Seriam filhas de Lisboa com alguma escrava, numa paródia da biografia de Mariano Torres? Ou a proximidade com seus senhores não tanto genética, quanto social, mas suficiente para “contaminá-las” de alguma forma com seu *status*? É pitoresco pensar que, desde o século XVII, explicitamente, havia algum esforço intelectual no campo do direito para relacionar ordem cromática, ordem social e ordem jurídica⁷⁴⁰. “Daí a gravidade”, resgata Hespanha, “da usurpação das cores que, como a usurpação do nome, das insígnias

⁷³⁸ HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 45.

⁷³⁹ No inventário de Francisca Maria da Silva, viúva de João da Silva Lisboa, em 1882, constavam: Caetano, preto de nação, 62 anos, 300 mil; Catharina, mulata clara (no registro consta “branca”), 35 anos, 600 mil; Ignacio, pardo 33 anos, 750 mil e Escolástica, mulata clara (branca na matrícula) 32 anos, doméstica, 350 mil. Entre os herdeiros estão possíveis parentes do solicitador José Correa Lisboa: os irmãos José da Silva Lisboa e Francisco da Silva Lisboa (Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7908, Cx. 302).

⁷⁴⁰ Vide: HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 221-236. “Era nesta ordem simbólica das cores, correspondente a uma ordem subjacente do mundo, que se baseavam as pragmáticas, tanto as que apenas pretendiam conservar a ordem do mundo, como aquelas que, já dentro de uma lógica mercantilista ou do rigorismo religioso, visavam limitar o luxo.” (Idem, p. 235).

(§101), do estado (...) constituem tanto crimes de falso, punidos pelo direito, como faltas morais graves”⁷⁴¹. Nessa paleta política, parecia mais fácil alterar-se o dado biológico da cor da pele, para facultar acesso de alguns sujeitos ao exercício de determinados direitos (civis, no caso de Catharina e Escolástica, mas também políticos, no que toca a Mariano Torres), do que romper com a forte associação entre negritude (traços de afrodescendência) e subalternidade secularmente cultivada:

(...) a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas. Desta perspectiva, a cor inexistente, antes de significar apenas branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era precondition. ⁷⁴²

Para Mariano Torres, portanto, um negro livre, o apagamento histórico da ascendência (a “cor inexistente”) arremata seu reconhecimento pelos contemporâneos como um “estabelecido”, enquanto para Catharina e Escolástica, a presença ressaltada de uma marcação racial diferente da realidade era uma seta que mirava para sua ascensão social e jurídica futura. Uma alteração “somática”, portanto, e, logicamente, política. Mas a pergunta é: como se transitava entre a *soma* e o *corpus (iuris)*?

Aquilo que se expressava como mobilidade social, não era impossível que se viesse a traduzir em mobilidade, ou maleabilidade, legal, por meio de uma conversão judicial. Grinberg, leitora de Hebe de Castro, frisa que essa “tática de diferenciação” era uma faca de dois gumes, pois se podia ser lida pelo código paternalista da cooptação senhorial, também era aproveitada pelo seu público-alvo, que a podia politizar em proveito próprio⁷⁴³. No caso de Barnabé, era essa a ideia. Agarrando a deixa do silêncio da lei sobre os parâmetros para configuração do abandono, os magistrados bem poderiam dar ouvidos ao rol de “deveres senhoriais” que parecia ser consensual na comunidade escrava em diversas localidades, adotando-os como critérios substitutivos ou subsidiários em suas decisões.

Ora, uma parte das concepções legais dos escravos já havia sido positivada. O direito à alimentação dos idosos e aos cuidados dos inválidos ingressara na mesma norma que oficializara o pecúlio. A privação de víveres ou a sujeição a “atos imorais” também engendrava o cessamento da prestação de serviços pelos filhos das escravas

⁷⁴¹ HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 234.

⁷⁴² MATTOS, H. M. Op. cit., p. 98-99.

⁷⁴³ GIRNBERG, K. *Liberata...*, p. 69.

nascidos depois da Lei de 1871, segundo o art. 19 do seu Regulamento. Era já alguma coisa. Para uma fração da escravaria ao menos, como provam as manifestações de Barnabé e de seus aliados libertos, parecia autoevidente que ser abandonado significava não ver respeitados aqueles que consideravam seus “direitos” mínimos de subsistência.

Acontece que, do outro lado da corda que eles tencionavam, no discurso oficial, um respeito incontestado ou o “excesso” de concessões do senhor para com seu cativo ameaçava igualmente estabelecer entre eles a aparência de uma relação mais contratual (talvez de mera “prestação de serviços”, como Barnabé queria fazer crer) do que dominial. Tijolo por tijolo, esses pequenos direitos e permissividades emolduravam uma brecha de autonomia no cerco da autoridade proprietária, ao menos potencialmente legível pela esfera judicial como tal. Afinal, na expressão precisa de André Lobo, alguns de seus companheiros levavam um “*modo de vida*” de homem livre, sem sê-lo. Pois a brecha de autonomia que se abria dentro da escravidão, resultado de muitos compromissos mais ou menos palafíticos, não era nem uma janela inteira, quanto mais uma porta. Se os cativos quisessem mesmo sair definitivamente por ela, teriam de arrombá-la com a marreta, ou melhor, o martelo da justiça.

Só que a justiça ainda não se movia completamente segundo a *lógica moderna binária da adjudicação*. Na prática social, muito continuava sendo mais *composição provisória e maleável de interesses*, do que “tudo ou nada”. Por isso era muito exagerado falar-se de um “direito dos rústicos” (*ius rusticorum*), dos esquemas jurídicos dos homens leigos, em oposição tão irredutível ao “direito erudito”⁷⁴⁴. A questão era que as incoerências dessa fase de transição para o direito formal-legalista do Estado ainda poderiam comportar um arranjo de vida daquele tipo, embora ele não se enquadrasse bem em suas rígidas categoriais.

Por isso a justiça era acusada por muitos de assemelhar-se a uma “loteria”. Barnabé poderia tirar a sorte grande e sua demanda cair nas mãos de magistrados que ainda operavam com a tal “força explosiva” do *status*. Tais agentes, treinados mais para “couteiros” do que para “jardineiros”, numa atitude mental de passividade diante da disposição fática das coisas, bem poderiam tomar como *dado* o “modo de vida” livre de um escravo e consigná-lo numa *sentença meramente declaratória*. Admitir isso diante

⁷⁴⁴ Nesse sentido, o direito dos rústicos, segundo a literatura pertinente, funcionaria a partir da “composição dos diferendos [era] voltada para decisões compromissórias (“rustici dividunt per médium quaestiones” os rústicos dividem as questões a meio, Baldus de Ubaldis) e, portanto, contraditória com o estilo “adjudicatório” (um vence, outro perde) do direito erudito” (HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, p. 134).

dos tribunais, contudo, seria o bastante para quebrar a espinha dorsal de parcela considerável do escravismo urbano desses últimos anos. O cerne da questão era esse: nunca antes retalhos assim dispersos (pequenos direitos-privilégios escravos, modos de vida fronteiriços) haviam sido costurados numa colcha formalmente jurídica. Mais do que isso, com o novelo da jurisprudência, cujas pontas podiam ser esticadas e reaproveitadas em demandas de outros cativos por todo o Império. Talvez seja ainda cedo para falarmos de uma *cultura jurídica popular* da liberdade, mas pairava uma sensação geral de empoderamento⁷⁴⁵, da parte dos negros, e de desconforto sobre as cabeças dos seus senhores, ao identificar que eles aprendiam coletivamente a linguagem dos direitos e deveres, alardeando, à revelia de grandes abstrações teóricas, uma espécie de liberalismo político-jurídico mais radical do que sua absorção à brasileira.

Barnabé tomaria consciência disso no exato momento em que contemplou o legado de anos de trabalho e de incontáveis vitórias pontuais celebradas no trato diário com seu senhor serem lançados fora por uma decisão unilateral e inquestionável do mesmo. Vivenciou uma situação-limite, em que foi levado a pelejar pela ruptura completa da relação de sujeição, já que seu senhor também passara por cima de todos os acordos anteriores. Seria descabido propor a pergunta sobre quem tinha ou não razão nessa causa. Trata-se, antes, de expor o confronto das visões jurídicas em jogo.

Em oposição frontal à lógica da faticidade (Barnabé já era praticamente livre *de facto*, desejando ser reconhecido como livre *de jure*), Faria Sobrinho, do lado do senhor, punha suas fichas na primazia do direito de propriedade, conforme inscrito nos títulos e matrículas que seu cliente tinha em mãos. Mesmo com eles, o advogado sentia a necessidade de uma argumentação mais previdente, martelando forte na tecla da sujeição que Barnabé sempre demonstrara para com seu senhor. Fazia sentido preocupar-se tanto com essa disposição interior do libertando (*animus*), quanto com as impressões comunitárias acerca dele e de sua relação com o reverendo Ferreira Bello, já que esses vetores sociais haviam sido, por muito tempo, determinantes na configuração jurídica dos estatutos pessoais. Hespanha encampa essa visão sobre o que chama “a *Weltanschauung* do Antigo Regime”, encetando uma desnaturalização sobre o próprio imaginário de justiça característico da pré-modernidade: “a justiça – como equilíbrio,

⁷⁴⁵ O conceito (“*empowerment*”) foi primeiro desenvolvido na sociologia de língua inglesa, associado à reflexão sobre movimentos negros e feministas. De maneira geral, remete a uma elevação no grau de influência que determinado grupo é capaz de exercer, como resultado de sua ação coletiva, no curso de tomadas de decisões políticos e nos rumos da sociedade mais ampla em que estão inseridos. Nesse sentido, é aparentado ao conceito de *autonomia*, que aqui nos interessa. Vide, sobre o tema: FRIEDMAN, John. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta, 1996

como atribuição do seu lugar a cada coisa (*ius suum cuique tribuendi*) – era, de facto, uma virtude central numa imagem do mundo dominada pela ideia de ordem”⁷⁴⁶. A tradição judiciária, ao menos no que diz respeito à primeira metade do século XIX, ainda tinha em alta conta essa noção de equilíbrio social, segundo a qual o papel primordial do aparelho de justiça seria o de restabelecer e conservar a dinâmica das relações de poder vigentes na sociedade e não o de alterá-la substancialmente:

(...) até meados do século XIX, como em quase todos os procedimentos cíveis sob as Ordenações Filipinas, os fatos jurídicos, que conformavam a condição livre ou cativa, eram produzidos, primariamente, com base em relações costumeiras (socialmente reconhecidas), sempre tributárias das relações de poder pessoal e de seu equilíbrio (...) Para ser escravo ou homem livre era preciso reconhecer-se e ser reconhecido como tal. Sem o consenso social requerido para vivenciar ambas as condições, os títulos e documentos faziam-se então necessários, bem como a arbitragem jurídica da Coroa.⁷⁴⁷

Conclusão: parecer escravo era fundamental para ser escravo. Novamente, a tensão entre *validade* e *efetividade* das normas se colocava. E o reverso da medalha também brilhava. Eram as tais “confusões indesculpáveis entre escravidão e liberdade”, a que já outros juristas comentavam com cautela, patrocinadas pelos senhores, manipuladas pelos escravos⁷⁴⁸. Nas últimas décadas da terrível instituição, até mesmo o remoto alvará de 10 de março de 1682 passou a ser reativado para defender que, “estando de fato livre o que por direito deve ser escravo”, pelo prazo de 5 anos, ao possuidor desse estado de fato dever-se-ia atribuir desde logo o direito pleno de liberdade. Lenine Nequete recuperou referências a essa “prescrição de cinco anos” num importante julgado de 1862 (outra decisão-paradigma que orientou a cultura jurídica do período). O Supremo Tribunal de Justiça, ao conceder revista na causa de Rosalina Fernandes de Almeida, teria assentado mais uma faceta do “espírito da lei”:

(...) conquanto este alvará fosse expedido em circunstâncias especiais, são todavia genéricas as razões de conveniência pública exaradas no mesmo parágrafo [5º], e em tudo se conforma com o espírito cristão e humanitário com que a legislação nos rege, e repetidos atos do Governo Supremo têm providenciado em bem dos miseráveis (como a lei os intitula) sujeitos à condição de escravos.⁷⁴⁹

⁷⁴⁶ HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 33.

⁷⁴⁷ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 173-174

⁷⁴⁸ MATTOS, H. M. Idem, p. 146.

⁷⁴⁹ *Revista do Instituto dos Advogados do Brasileiros*, anos I e II, 1862 e 1863. Edição fac-símile, número especial, ano XI, 1977, p. 22. *Apud* GRINBERG, K. *Reescravização...*, p. 112.

O aresto é em si extremamente sugestivo. Em primeiro plano, estão as razões para uma transposição de dois séculos das escusas e exceções feitas ao tempo do Quilombo de Palmares, que agora se repetiam. O alvará fora expedido no período de passagem do governo de Ganga-Zumba ao de Zumbi, pouco depois do tratado de paz firmado entre o primeiro e Pedro de Almeida, governador da capitania de Pernambuco, em 1678. O objetivo alegado do acordo era reconhecer como livres de direito os palmarinos já em posse da liberdade de fato. Um influxo parecido, porém um pouco mais restritivo, informava a vontade régia: deveriam ser postos em liberdade todos os que fossem livres “nos termos de fato notório”, mas fossem mantidos sob cativoiro.

Eram, realmente, circunstâncias bastante “especiais” aquelas. Que premência autorizava a mais alta corte do Império a estabelecer uma analogia entre elas e o presente? A do “espírito da legislação”, que se vovera “cristão e humanitário” (mais parecido com a entidade que Generoso Marques e Sá Ribas chamavam “espírito do século”). Urgindo o direito a modernizar-se no sentido da liberdade, que tomava vulto de uma “conveniência pública”. Por isso é que também Perdígão Malheiro buscava apressar o passo da eficácia da prescrição aquisitiva, defendendo a redução do tempo necessário de posse contínua para cinco anos, com base naquele alvará⁷⁵⁰. Do lado contrário, para variar, estava Teixeira de Freitas, para quem os dez anos já estavam de bom tamanho e só deveriam ser reconhecidos caso o escravo se achasse livre *com o consentimento do senhor*, visto que “a má-fé destrói esta e todas as prescrições”⁷⁵¹.

Apenas uma vez, para os recortes temporais desta pesquisa, foi a “prescrição quinquenal” invocada, em Curitiba: na causa da preta Maria. Sua mãe, Bárbara Maria Serena, comprara por 749 mil-réis, à vista, e 2 contos de réis parcelados, de D. Josepha Joaquina de França, a liberdade da filha. “Tanto que sobre si, e ás suas expensas vive a Suppte. desde 14 de janeiro de 1863”, reforçou o curador da liberta, José Emílio Ribeiro Campos, numa petição de março de 1870. Na única ação de liberdade em que o pudemos localizar (Ribeiro Campos logo seria transferido para Paranaguá, empossado no cargo de promotor público e talvez espezinando outros senhores por lá⁷⁵²), o advogado requeria mandado de manutenção, porque “entenda hoje a ex-senhora poder

⁷⁵⁰ Sob Diocleciano e Maximiano o prazo fora de 20 anos; Justiniano o diminuía pela metade; Malheiro o queria fixado em 5 anos (GRINBERG, K. Idem, p. 113).

⁷⁵¹ GRINBERG, K. Idem, p. 115.

⁷⁵² PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná*. Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1871, p. 4.

chamal-a [Maria] novamente ao captiveiro, suppondo talvez que por não julgar totalmente paga a dívida tem o direito de assim proceder”⁷⁵³.

Como o combinado não sai caro, D. Josepha devia ter tido mais cuidado com os termos do contrato que entabulara. No documento, anexo, lia-se que Maria ficava “gosando d’esde já de sua plena liberdade, como liberta que fica sendo de hoje para sempre, obrigando-se a servir-me as vezes que eu d’ella precise, em quanto não satisfizer toda quantia que fica restando”. Tratava-se, assim, de uma transação incomum, porque registrada não numa escritura notarial, como as dádivas tradicionais, mas num contrato *bilateral*, já que assinado com uma pessoa livre, a mãe de Maria. D. Josepha talvez não se desse conta da diferença: para ela, aparentemente, a preta estava sujeita a uma alforria condicional como as outras. Mas as palavras do acordo eram muito claras e o “espírito do liberalismo” já ditava o *pacta sunt servanda*: “pelo annexo documento é obrigada ao pagamento do restante, por acção regular, = como pessoa livre que é = e que tem provas a apresentar de modo a tornar patente que nada deve”.

Segundo José Emílio Ribeiro Campos, o negócio jurídico, da maneira como fora celebrado, inviabilizava o regresso à escravidão, cabendo apenas à senhora insatisfeita uma *ação regular* de cobrança, como se fazia entre dois indivíduos de igual estatura. A passagem da *doação ao contrato*, portanto, uma vez mais ilustra a evolução da cultura jurídica da liberdade na segunda metade do oitocentos. Por certo, o movimento seguiu tendência mais geral de *liberalização* das relações sociais, através de cujas lentes já havia quem enxergasse a relação senhor-escravo fazia tempo⁷⁵⁴. Reconhecer que era não a vontade unilateral do senhor, mas o encontro de vontades entre sujeitos autônomos, os *atos jurídicos bilaterais*, que produziam o direito, significava necessariamente o deslizamento para um modelo de negociação – ainda que não completamente horizontal – em que a disparidade entre as partes era bastante menor. O incrível é que tudo isso se passava no silêncio da lei, pois antes de 1871 não vigia qualquer regra específica sobre contratos particulares de liberdade entre livres e escravos. Por isso o bacharel teve de agarrar-se ao arcabouço legal antigo, numa viagem de três séculos:

⁷⁵³ Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI 6950, Cx. 267.

⁷⁵⁴ “Recebemos os escravos que pagamos, tiramos deles o trabalho que dos homens livres também tiramos, damo-lhes sustento e a proteção compatível com o seu estado; está fechado o contrato”, estas foram palavras de Maciel da Costa, durante os contra-fogos da Assembleia Nacional Constituinte (ADORNO, Sérgio. Op. cit., p. 59). Vozes mais realistas como a de Joaquim Nabuco anunciavam diametralmente o oposto: “As disposições do nosso *Código negro* são muito poucas. A escravidão não é um contrato de locação de serviços que imponha ao que se obrigou certo número de deveres definido para com o locatário” (NABUCO, J. Op. cit., p. 119).

Como, em razão do favor concedido as causas d'este gênero, incumba a prova á aquelle que reclama contra a liberdade, e tenha a Suppl.te a presumpção = júris = de que é livre por natureza; esteja no gozo de plena liberdade (diz L. 7º, *De liberali causa*, Alv. de 10 de março de 1682, §os 2º. e 3º., Lei de 6 de junho de 1775, § 9º) e tenha em seo favor a prescrição quinquennial (Acc. do Sup. Trib. de Justiça de 6 de Dezembro de 1862 na Revista dos Advogados do Brasil, tomo 2º, pag 20 “estando de facto livre o que por Direito deve ser escravo, poderá ser demandado pelo senhor, por tempo de cinco annos somente, no fim do qual tempo se entenderá prescripta a acção”) (...) d'est'arte possa a Supll.te resguardar-se de qualquer violência, e melhor defender-se das injustas pretensões de sua ex-senhora (...)

José Emílio Ribeiro Campos era um verdadeiro argonauta da hermenêutica. Em sua cruzada pela liberdade, cruzava os compêndios de direito romano, os alvarás régios de Palmares, as leis do indigenato pará-maranhense⁷⁵⁵ e aportava no acórdão do STJ mencionado por Lenine Nequete. Tudo isso bem amarrado pelo “favor concedido às causas deste gênero”. Fosse pela exuberância da argumentação, pela proliferação de remissões ou por seu íntimo convencimento sobre a demanda, o capitão Francisco Antônio Nóbrega (talvez por ser juiz terceiro suplente) acatou o pedido e, em 25 de março, declarou mantenida Maria na liberdade de que já gozava. O “favor” a ela era capaz de realizar pequenos milagres jurídicos. O contrato era uma outra história.

Keila Grinberg tem chamado atenção para o fenômeno de reconstrução semântica sofrido pelo Alvará de 1682, desencadeado com a exumação que dele fez o STJ. Além da apropriação *a posteriori* que dele fez a doutrina, o próprio Tribunal se encarregaria de promover um importante elastecimento de sentido quando, em 1879, ampliou a aplicação da prescrição quinquenal para impedir a escravização dos filhos da preta aquilombada Anastácia, apesar das contínuas diligências de seu senhor para recapturá-la⁷⁵⁶. Augusto Teixeira de Freitas, que talvez ainda nem tivesse se recuperado da derrota de seu genro e de sua tese no caso dos irmãos João e Benedicto devia estar se remexendo na poltrona, ao ficar de novo para trás.

Por esse caminho, aquele texto foi um recurso que passou a ser utilizado para libertar fujões e, apesar de ser distinta a situação do preto Barnabé, não é por acaso que

⁷⁵⁵ A Lei de 6 de Junho de 1775 não tinha nada que ver com a escravidão negra-africana, mas previa “observância do Breve de Benedicto XIV, de 20 de Dezembro de 1741, assim como várias leis do Reino, sobre a liberdade das pessoas e bens e comércio dos índios do Pará e Maranhão”, confirmando o Alvará Régio de 1º de abril de 1680, que havia reconhecido os povos autóctones como senhores “primários e naturais” das terras por eles ocupadas. São dois itens importantes da história fundiária indígena no Brasil.

⁷⁵⁶ Grinberg não o menciona, porém, pudemos localizar ao menos um julgado tão bombástico quanto o mencionado, originado na Relação de Ouro Preto e datando de dezembro de 1878. Publicado o resultado da causa de Joaquim crioulo contra Cláudio José de Miranda, na Revista *O Direito* (v. 19, maio/ago. 1879, p. 359-364), a indenização foi feita nos seguintes termos: “É de 5 annos a prescrição em favor da liberdade do escravo. – Este não precisa de provar justo titulo e boa fé. – Não interrompe tal prescrição o facto de haver sido o escravo dado à matrícula”.

seu processo tenha sido iniciado como uma *manutenção de liberdade*, ou seja, a partir da ideia, como verbalizou seu curador, de que ele já se encontrava “em pleno gozo” dela, do que o advogado do senhor veementemente discordava. Se João Pereira Lagos conseguisse enquadrar a situação de seu curatelado naquelas noções genéricas de 1682, como a de “*liberdade de fato notório*” e de “*estado de fato livre*”, teria grandes chances de transferir aqueles fatos para o plano do direito.

Isso era previsível não só por conta da jurisprudência, mas porque a dicotomia posse/propriedade tomava dois rumos opostos naqueles anos, a depender da categoria de bens em litígio. A cultura jurídica antiescravista avançava com a aproximação entre a “posse da liberdade” e a “liberdade plena” (uma distinção que sobrevivia no direito, mas que já periclitava na prática em muitas regiões, principalmente nas cidades), enquanto o movimento legal acerca da apropriação de terras visava reforçar o polo proprietário. Ambas as posições podiam ser mediadas pela doutrina (e não raro tinham os mesmos entusiastas, os liberais históricos), que ora defensora de que “a posse é um domínio presumido”⁷⁵⁷, ora de que ela “produz em favor do possuidor a presunção de propriedade”⁷⁵⁸. Se aproveitadas em favor dos cativos, essas lições levavam à conclusão de que a posse de estado livre encadeava-se com a “propriedade” da liberdade, ou o domínio sobre si mesmo; se empregadas para enclausurar a terra, as mesmas teses jurídicas serviam para que aqueles grandes latifundiários (os mesmos senhores de escravos) oficializassem suas posses sobre gigantescos territórios, numa época em que a comprovação de propriedade das glebas (como, por exemplo, via antigas datas de sesmaria) era duvidosa e disputada. A doutrina da posse, portanto, nesse período, cumpria uma função politicamente ambígua, mas ideologicamente coerente: tratava-se, nos dois casos, de um *viés liberalizante* que assumia o direito brasileiro, com a exigência de segurança jurídica através da cartularização, fosse nos títulos de liberdade (cartas de alforria), fosse nos títulos de propriedade da terra (cartas de aforamento, cuja cessão era comum em Curitiba). Não impressiona, assim, o papel que o direito teve na indução-consolidação do mercado fundiário, em substituição ao mercado de escravos, inaugurando aquilo que J. S. Martins denominaria de “o cativo da terra”⁷⁵⁹:

⁷⁵⁷ RIBAS, Antonio Joaquim. *Da posse e das ações possessórias: segundo o direito patrio comparado com o direito romano e canonico*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., 1883, p. 5. *Apud* STAUT JR., S. S. *Op. cit.*, p. 147.

⁷⁵⁸ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Projecto do Código Civil brasileiro e commentario*, Tomo III. Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1886, p. 23. *Apud* STAUT JR., S. S. *Idem*, *ibidem*.

⁷⁵⁹ “Desde a publicação de *O cativo da terra*, de José de Souza Martins, tem-se enfatizado a interpretação de que ao cativo do trabalhador seguiu-se o cativo da terra, tanto como forma de

Quando o encarecimento de preços dos cativos tornou-os proibitivos à maioria dos lavradores de roça e as práticas costumeiras de acesso à terra começaram a ser questionadas, os pecúlios excedentes canalizaram-se, basicamente, para compra de terras na região (...) Deste modo, não apenas a extinção do tráfico africano, mas também a aprovação da lei de Terras, em 1850, sobrepondo-se às Ordenações Filipinas até então vigentes, implicaram em alterações nas estratégias adaptadas por arrendatários, foreiros e situantes. (...). O verdadeiro impacto social da Lei de Terras encontra-se além da intenção do legislador e de suas limitações em realizá-lo. Com base no novo instituto legal, que revogava de uma vez por todas o privilegiamento da posse, presente nas Ordenações Filipinas, as relações costumeiras, até então presidindo a prática fundiária, pelo menos no Sudeste, perderam seu substrato legal. A interpretação da lei, construída nas práticas judiciais e comerciais de proprietários, advogados e juízes, pode ser resumida na expressão ‘o império do título’.⁷⁶⁰ (grifos nossos)

Exatamente o quanto a moderna teoria jurídica da *posse* e sua ritualística no direito processual civil brasileiro são credoras não unicamente dos debates travados acerca desses conflitos fundiários, mas também sobre os conflitos escravistas (e, reflexamente, sobre a posse que alguns cativos alegavam ter do *status libertatis*) é arriscado precisar. Podemos sinalizar aí um campo frutífero para investigações futuras.

Essa breve passada de olhos já nos permite identificar algumas permanências, os prazos (20 anos, 10 anos e 5 anos) das chamadas “prescrições aquisitivas” (bisavós das usucapiões contemporâneas) sendo uma delas. Por sinal, a expressão em si, com certo risco de anacronismo, chegou até nós com sentido bastante similar, uma espécie de “usucapião da liberdade” de então. No ano da Lei do Ventre Livre, Lourenço Trigo Loureiro publicara a quarta edição de seu *Instituições de direito civil brasileiro*, denominando “prescrição aquisitiva” a *usucapio*, como bem notou Staut Jr.⁷⁶¹. Algo similar escrevia Antonio Joaquim Ribas ao tempo da ação de Barnabé: “a posse contém em si eventualmente o germen do domínio”, de modo que uma pessoa que possuísse “uma cousa, com certas condições e durante certo prazo, a adquire pela usucapião”⁷⁶². Não teria já Barnabé, que há sete anos estava “entregue a si mesmo”, usucapido sua liberdade? Quem sabe não seria também dessa experiência com as *manutenções de liberdade* que adviria, na virada do século, a defesa tão apaixonada de Rui Barbosa sobre a doutrina da *posse de direitos pessoais*? Em nome da possibilidade de sua proteção, levantou-se o jurista baiano contra a “servil submissão às prevenções

subordinação do trabalhador rural ao capital quanto como meio de capitalização, na garantia de financiamento para os produtores rurais, especialmente em São Paulo” (MATTOS, H. M. Op. cit., p. 82).

⁷⁶⁰ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 81-84.

⁷⁶¹ STAUT JR., S. S. Op. cit., p. 140.

⁷⁶² STAUT JR., S. S. Idem, p. 148.

escolásticas de um romanismo pedantesco e morto”⁷⁶³, que atribuía a muitos de seus colegas, adeptos das teorias de Savigny⁷⁶⁴. Mais uma vez, o direito romano na berlinda. Seria preciso uma investigação de genealogia dos conceitos para averiguar essa hipótese, mas não é de se desprezar o fato de ter sido esse intelectual tanto um arguto exegeta dos direitos reais como um cáustico comentador da escravidão brasileira.

Deixando Rui Barbosa de lado, voltemos aos arquivos que ele não queimou. Alguém deve ter atendido as preces do reverendo Ferreira Bello, porque, para sua sorte, o curador de Barnabé não se lembrou de invocar a *prescrição quinquenal* a seu favor, antes centrou fogo na tese do abandono, ao que Faria Sobrinho bravamente resistia. E resistia pintando um quadro onde a *obediência* de Barnabé ocupava estrondosamente o centro. É um equívoco avaliar que essas questões estivessem dissociadas. Mesmo quando não expresso, pressentia-se nas entrelinhas o estofado das discussões sobre a *teoria subjetiva da posse*, da escola de Savigny. Sob seus auspícios, conforme explana Staut Jr., “sem o ânimo, que para muitos é definido como a vontade de se apropriar do bem, agir como se fosse o dono ou senhor da coisa, não existe posse”⁷⁶⁵. Portanto, defender-se no campo em que João Pereira Lagos se movia significava, para o advogado do reverendo, comprovar também que ele sempre *agira como senhor* de Barnabé. No caso de Felicidade, iniciado em 1870, S. Chalhoub observou esse mesmo eixo de controvérsia em torno da “obediência doméstica” da escrava. Era preciso sondar

a autoridade moral que o senhor deveria demonstrar possuir sobre sua cativa, pois tal autoridade seria um componente essencial da legitimidade de seu domínio. Não bastaria ao senhor ter sua propriedade devidamente legalizada; ele precisa mostrar que tinha a escrava sob seu controle, e que esta o reconhecia como seu senhor (...) parecia essencial para a resolução do caso descobrir o tipo de relação cotidiana que se estabelecia entre Felicidade e seu suposto senhor: era preciso saber se a preta estava convencida da legitimidade de seu cativeiro.⁷⁶⁶

⁷⁶³ BARBOSA, Rui. *O dever do advogado e Posse de direitos pessoais*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 63. *Apud* STAUT JR., S. S. Idem, p. 149.

⁷⁶⁴ Savigny também polarizou um dos mais importantes debates em torno da modernização do direito, no século XIX, o qual, por sua vez, também teve um “espírito” como protagonista, o “espírito do povo” (*Volksgeist*). Na famosa polêmica Thibaut-Savigny, expressiva do embate entre *jusracionalismo* e *romantismo jurídico*, o teórico que inspirava grande parte dos doutrinadores brasileiros posicionava-se contrário à formulação de um código que sistematizasse legislativamente o direito alemão. Opondo-se ao livro de 1814 de Thibaut, *Da necessidade de um Direito Civil Geral para a Alemanha*, que lamentava as disparidades regionais impeditivas, a seu ver, do progresso da nação, Savigny redigiu seu *Da vocação de nosso tempo para a legislação e a jurisprudência*, enfatizando o particularismo da consciência jurídica coletiva de cada povo, o chamado “*Volksgeist*”, razão pela qual se deviam evitar todas as generalizações.

⁷⁶⁵ STAUT JR., S. S. Op. cit., p. 148.

⁷⁶⁶ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 50-51.

Permanências ou não da cultura jurídica colonial, o que não se pode ignorar é a relevância das atitudes individuais de escravos e senhores reciprocamente – o *animus libertatis* ou o *animus domini* –, e da sociedade que os envolvia para com eles – a notoriedade da condição de fato de cada um –, na leitura que as autoridades judiciárias fariam dessa relação. Felicidade chegou a um acordo com o português Joaquim Guimarães, mas a causa de Barnabé teria de ser sentenciada, entreabrindo a fresta para a percepção que de tudo isso tinham os homens da justiça. Com razão, o juiz municipal Emygdio Westphalen ficou temeroso de mexer em tacho tão quente, determinou que os autos fossem enviados imediatamente ao juiz de direito. Em suma, Ermelino de Leão concordou com o argumento do réu, contestou a idoneidade dos documentos e testemunhas de Barnabé para atestarem sua independência e calcou, em 24 de março de 1881: “*Está, portanto, provado que o réu sempre manteve em sujeição e procurou manter sob sua autoridade o escravo Barnabé, que não pode, por isso, ser considerado abandonado*”. Pouco importavam os títulos em que supostamente se fundavam a propriedade legítima do padre João Baptista Ferreira Bello. Sujeição e autoridade, eram essas as vestes hermenêuticas que cabiam à causa, a qual subiria ao Tribunal da Relação do distrito, cinco meses depois. O acórdão, porém, se é que chegou a voltar de São Paulo, infelizmente não consta dos arquivos que visitamos, merecendo uma busca que permitiria compreender em que medida um nível superior da jurisdição partilharia dessa fusão entre *aparência* e *essência*, *ontologia* e *deontologia*, a essa altura do século XIX.

O que podemos aprender com a postura do juízo da comarca? Sua tradicional *prudência* é escancarada, desnecessário repisarmos isso. Mais instigante é notar que, a despeito do avanço que a consciência jurídica dos próprios escravos demonstrava no início da década de 1880, no sentido de um rápido estreitamento dos laços entre *liberdades* e *direitos*, a justiça local antepunha às suas reivindicações o paradigma privatista de administração dos conflitos, isto é, mobilizava o critério da *aparência*, da faticidade, como definidor dos papéis sociais que o direito deveria respeitar. O que Reis e Silva batizaram de o “paradigma colonial”⁷⁶⁷ dava mostras de ainda ser reconhecido como válido, o que, nos termos da cultura jurídica poderíamos traduzir como um *paradigma ontológico* (de superioridade axiológica do *ser* sobre o *dever ser*, típica do Antigo Regime). Nenhuma das duas partes da demanda, nos autos, apresentou um

⁷⁶⁷ REIS, J. J. e SILVA, E. *Op. cit.*, p. 67. Paradigma ideológico baseado no poder do patriarca, na força da dívida e das concessões, que estabeleciam as regras gerais do jogo da resistência escrava, que se apresentava em geral como contraponto às violações dos acordos anteriores, até o início da década de 1870, segundo os autores.

conjunto probatório mais contundente que a outra. Instrumentalizavam, cada qual, leituras jurídicas convenientes sobre o sentido do ser livre e do ser escravo. É verdade que João Baptista Ferreira Bello tinha os títulos, as matrículas de Barnabé, o que, do ponto de vista talvez da orientação jurídica nacional, com que Ermelino de Leão já se mostrara antenado – e mesmo da orientação política imperial – seria determinante. Mas isso não pareceu ter um peso tão grande na escolha final do juiz de direito, que nem mencionou os documentos em sua decisão. O *critério da aparência*, uma continuidade do modelo de justiça pré-moderna, falou mais alto. E saímos com a impressão de que o *status* foi um dispositivo simbólico importante nesse resultado: se o *status* de Barnabé não se sobrepôs, era porque, em comparação com os nomes “de peso” ao lado de seu senhor, ele era quase um *outsider*. Ermelino de Leão, que nos deixara uma impressão de imparcialidade em julgamentos anteriores, dava vazão não tanto à sua verve ideológica, mas a um receio de bater de frente com sujeitos que já não representavam só os poderes paternalistas locais (de fazendeiros e coronéis), mas igualmente os poderes burocráticos estatais (Motta Júnior, não podemos nos esquecer, era agora juiz de direito em São José, e portava uma investidura imperial de quase igual hierarquia à do Dr. Ermelino).

A balança acabou por pender para o lado do senhor. Era como se nada tivesse acontecido desde o discurso de Perdigão Malheiro contra o Projeto Rio Branco, dez anos antes. Nele, o deputado-jurisconsulto, contrariando a posição anti-romanista que defendera nos debates contra Teixeira de Freitas nos tempos do IAB, clamava pela sabedoria dos romanos, sua “sã filosofia” e seu inesgotável “bom senso prático”:

Nas relações do senhor com o escravo, haviam eles [os romanos] reconhecido duas fontes de direito para o senhor, o *dominium* e a *potestas*. Em relação ao *dominium*, o escravo é *cousa*, é *propriedade*, e como tal tratado, salvo certas modificações originadas de sua especialidade. Mas o escravo é também *homem*. Daí vem o direito, o *poder* sobre o escravo (...) É esse poder (*potestas*), garantido na lei, que constitui a força moral do senhor sobre o escravo, como constitui a força moral do marido sobre a mulher, do pai sobre o filho.⁷⁶⁸

A comparação entre as relações pai-filho e senhor-escravo pode soar esquizofrênica, se captada por ouvidos contemporâneos, mas integrava a lógica pré-moderna da desigualdade estrutural, que implicava na gangorra autoridade-sujeição. Era isso que permitia, no século XVII, a juristas portugueses como Baptista Fragoso justificar o trabalho não remunerado (tão próximo da servidão) que prestavam os filhos

⁷⁶⁸ PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 336.

a seus pais⁷⁶⁹ e que permanecia operativa no direito oitocentista, haja vista as posturas municipais curitibanas que enquadravam escravo e *filiusfamilia* nas mesmas proibições⁷⁷⁰. Com esse viés, sujeição e autoridade, na concepção de Ermelino de Leão, coadunavam-se perfeitamente com as categorias do *dominium* e *potestas* de Perdigão Malheiro. A sujeição advinha da própria condição jurídica do escravo. Mas como era mais do que evidente que Barnabé, por sua extrema “especialidade” quiçá, não poderia ser tratado como uma *cousa* qualquer, foi necessário verificar se seu senhor exercia ou não a devida “força moral” sobre ele, ou seja, a autoridade de patriarca, como o cabeça da família sobre sua esposa e filhos. Está explicado por que o tema da *obediência* fora uma verdadeira obsessão de Faria Sobrinho ao longo do processo. Ela ainda representava a baliza fundamental num modelo de cativo que, longe da caricatura das senzalas, troncos e feitores, vinha se transformando mais depressa do que o esquematismo jurídico que lhe embasava, abrindo um campo de ambiguidades apreendido como trincheira de lutas políticas, de miudezas. A essas pequenas cotas de autoridade que iam sendo surrupiadas dos senhores, em geral com perspectivas imediatistas, mas que se avolumavam, individualmente, como direitos pessoais e, coletivamente, como arranjos de vida replicáveis, imitáveis por outros cativos, Chalhoub denominou “questões políticas minúsculas”⁷⁷¹ e Mattos a “politização da ação cotidiana do escravo”⁷⁷². Não fere o sentido original desses autores falarmos também em *questões jurídicas minúsculas* e numa certa *juridicização da ação cotidiana do escravo*, via circularidade da cultura. O que Barnabé continuaria fazendo por muito

⁷⁶⁹ HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 49.

⁷⁷⁰ Como as relativas aos batuques, nas posturas aprovada pela Câmara Municipal, em 1829: “Tendo sido sem proveito todas as providencias policiaes the agora dadas, para se extirparem os batuques, que sem mais razão que a corrupção dos costumes, se tem arreigado neste Povo, e que dão azo a perpetração de muitos delitos que resultado da promiscuidade de ambos os sexos da classe immoral de escravos, e libertos, que não fazem taes ajuntamentos senão para dar pasto a devassidão e a desordem da crápula, com ofensa manifesta da moral publica, e tranqüillidade dos Povos por isso prvem = Artigo primeiro = Que nem hum individuo deste Municipio faça nem consinta fazerse em sua Caza dentro desta Villa suas Fraguezias, Capellas e seus subúrbios, ajuntamento para batuques, sem previa licença por escrito do respectivo juiz de Paz, cuja licença ser apresentada ao Competente Official de quarteirão: sub pena de pagar hua multa de quatro a oito mil reis para as obras do Concelho, e a pena de quatro a oito dias de prisão que será julgado pelo mesmo Juiz de Paz = Artigo segundo = Os juizes de Paz não consentirão taes licenças, senão com muito justificado motivo: inda em taes cazos especificarão em suas licenças, que os donos da caza em que taes ajuntamentos tiverem lugar não consentirão ahy escravos de ambos os sexos, furtivamente subtraídos das cazas de seos senhores bom como filhos famílias e pupilos sem consentimento de seos pais ou tutores (...) Artigo terceiro = senão compreendem nas antecedentes disposições aquelles bailles ou funções, que por motivo de regozijo publico ou particular a qualquer família tiverem lugar em cazas decentes, e entre gente morigerada” (PEREIRA, M. R. M. *Posturas municipais...*, p. 50-51).

⁷⁷¹ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 48.

⁷⁷² MATTOS, H. M. Op. cit., p. 163.

tempo. Seu “modo de vida” é emblemático desse tipo de micro-física jurídica e política. Mesmo sem sair vencedor da ação que movera, ganhou a batalha que para ele era a essencial: demoveu seu senhor de vendê-lo. Spiller Pena ainda pôde cruzar com o preto gazeando aulas da escola noturna municipal em meados de 1882. Aprontando das suas, com o que aprendia no liceu, mas principalmente com o que aprendia nas ruas.

Não é impossível que o abandono tenha sido, no fim do túnel, uma tese jurídica falida⁷⁷³. Ao menos em proveito dos cativos. Para alguns senhores, como o irresponsável José Alves de Araújo, ela veio bem a calhar. Na ação de liberdade que lhe propôs seu escravo idoso Severo, ele só compareceu em juízo para declarar que desistia dos direitos que como proprietário detinha. Esse processo prova que, às vésperas da abolição, ainda havia quem preferisse vir “justar” sua liberdade. Só não temos certeza se essa liberdade era o melhor negócio para o preto-velho. O pedido de depósito e curador foi preparado por José Celestino de Oliveira Jr., no dia 4 de abril, e o escravo entregue aos cuidados de Bento Antonio de Menezes (o contador desaforado no caso do pardo Fernando, que agora parecia tão distante). Tão logo nomeado para a causa, o Dr. Francisco Itaciano Teixeira redigiu a inicial, pela qual ficamos sabendo que Severo já se encontrava “abandonado há muitos annos por seu senhor José Alves de Araujo, residente no lugar denominado Marrecas desta comarca, tanto que não é mantido em sujeição e o Spplo. não o quer manter”⁷⁷⁴. Isso se deu no dia 11 de maio de 1888. A sujeição, expressão física e moral da posse que o proprietário deveria demonstrar sobre o bem, volta ao centro da cena, assim como as obrigações senhoriais não cumpridas por José Alves. Era o que um bilhete adjunto comprovava, “no qual declara o suppo. poder o suppe. curar-se a sua custa o que importa não querer prestar-lhe os cuidados necessários”. Aliás, a *secura* das palavras de Araújo, escritas em 14 de março, revelam justamente seu interesse em “demitir se si o poder dominial”, como Perdigão Malheiro diria, porque cuidar de Severo já devia sair mais caro do que livrar-se dele: “*Vai o Severo se curar que hele pode pagar a sua custa o remedio que tiver*”. É claro que o senhor, pela lei, não poderia ter abandonado à própria sorte um cativo em idade avançada. Severo não devia mesmo ser sexagenários, pois, neste caso, a lei permitia que requeressem ao juízo de órfãos a independência completa, se entendessem poder viver

⁷⁷³ O que não é de todo correto, se contabilizarmos os outros casos em que ele foi invocado, como os narrados por Ricardo Silva, na Bahia (SILVA, R. T. C. *Caminhos e descaminhos...*, p. 190-194).

⁷⁷⁴ Arquivo Público do Paraná. 1888. BR APPR PB 045 PI 8356, Cx. 322.

por si mesmos, num procedimentos mais simples⁷⁷⁵. Talvez Severo espelhasse o futuro de Barnabé, num certo sentido. Ele podia não ser um pobre coitado, mas um escravo que cavara com suas próprias mãos espaços de autonomia e mesmo o pecúlio com que podia “pagar a sua custa” o tratamento médico. De qualquer maneira, não se verificava conflito de interesses no caso. Se houvesse tempo hábil para isso, Eusébio da Motta provavelmente teria acolhido a pretensão do escravo. Por motivos óbvios, o processo não precisou ser sentenciado. Se era o que queria, que fosse o Severo se curar sozinho.

4.3. O ‘abc’ dos direitos

Ao contrário de Severo, a jovem Francisca Romana da Cunha, filha da liberta Margarida Luisa da Cunha, precisava de quem a fosse curatelar. E encontraria o causídico que buscava, novamente, em João Pereira Lagos, que desta vez assinava como sendo “advogado” da negra, o que já a pressupunha livre. Do pelourinho à escola, da palmatória à pena, ela também aprendeu alguma coisa sobre a cartilha da liberdade e suas vicissitudes naqueles anos decisivos. Em 1º de fevereiro de 1887, ajuizou uma ação de manutenção de estado contra José da Cunha Marques, um ex-senhor que, conforme chegara ao conhecimento de Francisca, tentava matriculá-la como sua escrava na Alfândega de Paranaguá, onde ele residia⁷⁷⁶. Na verdade, Marques já estava um pouco atrasado, visto que o §6º do art. 1º da Lei n. 3.270 de 1885 concedera apenas um ano para a realização das novas averbações. Porém, à semelhança do que ocorrera com a Lei do Ventre Livre, esse prazo podia ser flexibilizado para contornar circunstâncias locais impeditivas. Alegria de cativo dura pouco: fazia alguns meses que Francisca mudara-se para Curitiba e já a ameaça se abatia sobre ela de um trágico regresso ao cativeiro, parecendo encarnar a profecia de José do Patrocínio e Rui Barbosa que, no calor dos debates sobre o Projeto Saraiva, três anos antes, conferenciavam nos salões da Corte que a lei “permitiria que os donos registrassem homens livres como escravos”⁷⁷⁷.

O juiz municipal, Eusébio da Motta, não se sensibilizou com nada disso e reprovou a autoconfiança com que litigavam a liberta e seu advogado, rebaixando-o a seu curador. Para bom entender, o recado estava dado: Francisca ainda devia considerar-se *sub judice*, apesar do traslado da certidão passado pelo agora escrivão Joaquim José

⁷⁷⁵ A competência do juízo de órfãos era restrita, absorvendo também casos de abandono do senhor por invalidez (*O Direito*, v. 6, jan./abril 1875, p. 73-75).

⁷⁷⁶ Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR PB 045 PI 8334, Cx. 321.

⁷⁷⁷ CONRAD, R. Op. cit., p. 272.

Belarmino de Bittencourt, com a qual ela instruíra o processo. O documento fora assinado, em maio de 1873, por José Marques, no município de Porto de Cima e era bastante explícito em suas intenções: "concedo liberdade a minha escrava mulatinha de nome Francisca de dois annos filha de minha escrava Margarida". Curioso é notar que quem atestara a veracidade da firma do ex-senhor, uma semana antes do início da ação, foram ninguém menos que Joaquim José Pedrosa e Manoel Fernandes dos Santos, ambos metidos até o pescoço com atividades abolicionistas. Os mesmos nomes de quase vinte anos antes continuavam na vanguarda das lutas jurídicas pela liberdade, aumentando a suspeita de que rábulas, solicitadores, pequenos funcionários do foro e outros agentes do sistema de justiça (notários, cartorários, escrivães, etc.) podiam formar uma rede mais organizada do que se imaginou, ao lado dos escravos nessas demandas, como aliás já foi fartamente detectado em outras localidades. Para o caso de Francisca, especificamente, o grupo devia estar se preparando há bastante tempo. Em agosto do ano anterior já um tal Honório Decio da Costa Lobo⁷⁷⁸ requisitara à professora de segunda cadeira primária de Paranaguá, Maria Julia da Silva Nascimento, que atestasse o seguinte: que, em julho de 1884, aparecera José Marques com a menor Francisca e lhe declarara ser ela livre; que por isso foi a mesma matriculada, cursando por 1 ano e 4 meses a escola municipal, depois do que prestou exame⁷⁷⁹, em 17 de novembro de 1885; que, alcançando o grau de "plenamente" proficiente, passou-se-lhe o diploma que ia anexo, tarimbado pelo Inspetor Paroquial, Dr. Leocádio José Correa. As provas eram fortes demais para serem pisoteadas e, diante da papelada, o juízo de Curitiba expediu carta precatória ao juízo municipal e de órfãos de Paranaguá, intimando o requerido e também o Inspetor da Alfândega dos termos do mandado de manutenção, para que não fosse efetivada a referida matrícula de Francisca. Podia ser que o objetivo de Marques, ao declarar ser Francisca livre, em 1884, fosse burlar regras como as do Decreto n. 1.331-A, de fevereiro de 1854⁷⁸⁰, o qual impedia a matrícula de escravos nas aulas públicas. Ao fazer isso, não sabia do risco que estava correndo.

⁷⁷⁸ Dele sabemos mais, que era homem solteiro, tendo havido filha natural chamada Adélia com a francesa Maria Roublent, a qual legitimou em 1868 e que Maria reconheceu também em seu testamento, sem citar o nome do pai. Por autos de "petição" (Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6798, Cx. 262), Honório pede que a filha, que está com o Major Bento Florencio Munhoz, seu padrinho, lhe seja entregue para educá-la. A mãe residia em uma casa em Curitiba, cidade onde Adélia teria sido batizada, em 1858.

⁷⁷⁹ A banca examinadora de Francisca fora composta pelo próprio Honório, requerente, pela dita professora Maria Julia, por José Ricardo Pereira Pita e uma certa Maria B. de Pinto Cordeiro.

⁷⁸⁰ Também chama Reforma Couto Ferraz. Disponível na íntegra em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/artigo_004.html Em

José Marques estava longe de ser um nababo. Respondeu ele mesmo com uma petição exígua, onde alegava ser idoso e valetudinário e contestava a veracidade da carta de liberdade que o curador Lagos apresentara, requerendo sua exibição para perícia. Ocorre que a própria alforria de 1873 não estava bem explicada: pela idade declarada de Francisca, ela teria nascido muito perto da publicação da Lei do Ventre Livre, talvez uma maneira que Marques tenha encontrado de travestir de benemerência sua uma liberdade que advinha da lei. Sem pejar-se com isso, continuou na versão da apocrifia:

(...) o fim que o supplicante tem em vista com a exhibição do original da carta de liberdade de Francisca é verificar a sua autenticidade, visto que o abaixo assignado não se lembra de que a houvesse passado e duvida que a assignatura seja sua, mas por não poder sustentar polemicas, em vista de seo estado de pobreza, conformar-se-ha com ella, si não for evidente apocripha.

Memória seletiva a de Marques. O juiz municipal, todavia, deu-lhe um voto de confiança e determinou o exame da carta. Se era um lance procrastinatório do réo, a jogada não funcionou, e se era de fato uma acusação procedente, então o documento fora forjado com todo o esmero (talvez por esses rábulas cada vez mais desenfreados em sua atuação nos tribunais), porque o perito José Pinto Rebello considerou ser a grafia nele muito semelhante à letra do ex-senhor. Desapontado, José Marques ainda teve fôlego para formular um pedido alternativo: em sendo considerada livre Francisca, que ao menos se a obrigasse à prestação de serviços enquanto ele vivesse.

Francisca seguramente tinha planos melhores para seus dias. No meio do processo e "com o consentimento sem duvida do seo curador", como denunciou Marques, escafedeu-se para Palmeira na companhia de José Martins de Araújo Marques. Não pudemos identificar se o sobrenome sinalizaria alguma relação de parentesco ou agregação com o ex-senhor da escrava, o qual exigia que ela fosse reconduzida a Curitiba por Lagos ou então mandada "para algum estabelecimento publico, onde possa prestar serviços em favor do supplicante".

Mas a coisa não era tão simples assim. Do alto dos seus 70 anos, o esquecimento de Marques parecia ser tamanho, que ele pensava estar ainda no tempo em que a vontade dos senhores ditava sozinha as regras do jogo. O diligente escrivão informou, contudo, que a escrava não fora depositada em nenhum momento, "por não ter sido isso ordenado pelo despacho do Juiz Municipal", à vista do que, Eusébio da Motta teve de

1878, outro decreto (nº. 7031-a, de 06/09/1878) estabelecia que os negros só pudessem estudar no período noturno.

admitir que “ninguém é responsável pela liberta e não tem lugar a intimação ao curador”. Mesmo assim, tentou atender a este último desejo de um proprietário ultrajado, expedindo a precatória solicitada para Palmeira.

O quiproquó estava feito. João Pereira Lagos insurgiu-se contra a barafusta de José Marques, chamando atenção “para a forma incongruente, contradictoria e evidentemente inexacta em que foi escripto o requerimento”, ademais dificilmente compreensível por sua “ortographia e desrespeito ás regras da pontuação”. Não fazia qualquer sentido a solicitação de Marques, já que Francisca não era mais escrava, o que, segundo a lógica da argumentação de Lagos, invertia nas ações de manutenção de liberdade toda a estrutura do ônus da prova e os deveres das partes:

É esta uma circumstancia tão digna de ser ascentuada, que é de todo ponto indispensável aproximal-a desse sábio conceito jurídico consubstanciado na Lei de 6 de junho de 1755 – “Quem demanda por sua liberdade (diz o velho sermão português) tem a ser favor a presumpção de direito, de maneira que, a respeito das cousas d’essa natureza, a prova incumbe a quem requer contra a mesma liberdade”.

Por razões parecidas, o curador azedou também com a ordem do juiz municipal, apegando-se à sua santíssima trindade particular: “a Lei, a Justiça e a Moral garantem sua curatela”. Não era, nas suas próprias palavras, apenas em nome de Francisca que João Pereira Lagos combatia, mas “em nome dos direitos mesmos da liberdade, dessa *res inestimabilis*, como diziam os Romanos”. Nessa pomposa peça datada de 23 de março de 1887, já tudo está às avessas: as presunções de fato beneficiam a escrava, que tem a seu lado igualmente um advogado (enquanto o senhor litiga sem procurador); não é a negra, mas sim a justiça que é tratada como um bem de valor imponderável (*res inestimabilis*). Enfim, A liberdade abandona definitivamente o campo do *favor* e ingressa no mundo do *direito*. A alegoria mesma de um senhor septuagenário e senil, isolado próximo ao cais que em dias passados fora o Valongo paranaense, em contraste com a imagem de uma jovem mulata, rebelde, alfabetizada, cheia de contatos na capital da província e ágil para escapar de uma cidade a outra quando lhe dava na telha, sintetiza o que devia ser o contexto dos últimos meses da escravidão, que cairia de madura. O “espírito do século” domara afinal o “espírito da lei”, aliás, da Lei, da Justiça e da Moral, agora mais propensas à liberdade. Não havia muito o que as autoridades judiciárias pudessem fazer: o caso de Francisca ficou por isso mesmo, sem resolução.

Procedimentos análogos dos abolicionistas paulistas, quais sejam, de auxiliar escravos como curadores ou depositários em suas demandas, apenas para permitir que

eles escapassem ou que usufruíssem da autonomia do trabalho ao ganho para ajuntar seu pecúlio, vinham recebendo há anos a reprocha da imprensa. Entre março e agosto de 1883, o *Diário de São Paulo* fez circular uma estatística (supostamente com base em investigações de seus jornalistas nos cartórios locais) de ao menos 45 escravos depositados nessas condições, em sua maioria aos cuidados nada isentos do Dr. Antonio Bento. Segundo o periódico, a cidade se tinha convertido num grande “quilombo”, tantos eram os coutos de escravos fugidos para ali “justarem” suas liberdades⁷⁸¹. Não era impossível que Curitiba, numa escala largamente menor, é claro, fosse vista da mesma forma pelos escravos paranaenses e seus aliados. Botando lenha na fogueira, menos de um ano depois, seria publicado anonimamente no *Dezenove de Dezembro*:

Avisa-se a todos os escravos que desejam a sua liberdade o seguinte: para conseguila é necessário apenas o dinheiro para transporte d’aqui á cidade de Santos, onde, com toda a certeza, acharão trabalho e não poderão mais ser apreendidos para voltar ao jugo infamantes dos seus supostos senhores.⁷⁸²

A menção à cidade de Santos muito provavelmente está associada ao contexto extremamente propício para os escravos na década de 1880, tanto que, dois anos antes da Lei Áurea, já uma lei municipal libertara os últimos cativos da cidade⁷⁸³. Consequência disso foi o surgimento de um novo tipo de *quilombo abolicionista* que ali floresceu na década de 1880, nomeadamente o mitológico Quilombo do Jabaquara, destino certo de boa parte dos cativos que escapuliam com a ajuda dos caifazes⁷⁸⁴. Se esse era um caminho conhecido e propalado por um grupo que agia subterraneamente em Curitiba, é-nos lícito cogitar de algum tipo de relação interprovincial entre eles. Tanto a estratégia de Barnabé e Francisca como o anúncio abolicionista são indícios importantes de uma mudança no nível das mentalidades: muitas fugas já não são *para fora* (para quilombos e matagais ermos), mas *para dentro* do labirinto das cidades⁷⁸⁵.

⁷⁸¹ AZEVEDO, E. *O direito dos escravos...*, p. 207.

⁷⁸² Biblioteca Pública do Paraná: *Dezenove de Dezembro*, 22 de fevereiro de 1888.

⁷⁸³ “Um dos destinos dos fugitivos era Santos. Isolado no interior pela serra, uma versão menor do Rio de Janeiro, intensamente mercantilizado, cheio de libertos e homens de cor que trabalhavam em serviços que seriam mais tarde os primeiros a se sindicalizarem – nos portos, armazéns, ferrovias e mesmo algumas fábricas – Santos era cenário de repetidas e violentas demonstrações contra a polícia que tentava sequestrar fugitivos. Finalmente, uma lei municipal de outubro de 1886 declarava livres os poucos escravos que ainda havia na cidade. Imediatamente, Santos tornou-se um ímã de escravos fugidos” (DEAN, W. Op. cit., p. 140).

⁷⁸⁴ Sobre o assunto, vide: ROSENBERG, Ande. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

⁷⁸⁵ “Até meados do século, na vigência do paradigma colonial predominam as fugas *ara fora*, para lugares de difícil acesso, o sertão, a mata fechada, montes e mangues (...) Mas é na segunda metade do século, mais precisamente a partir de 1870, que o crescimento urbano, a ampliação de um mercado livre de

Parte delas motivada pelo desejo de acessar a barra dos tribunais, o aparato da justiça, privilégio urbano. Nisso, o apoio da rede de aliados juristas fazia toda a diferença⁷⁸⁶.

Barnabé e Francisca tinham muita coisa em comum: o “modo de vida” que levavam, gozando de fato de uma liberdade que, de direito, não era tão pacífica; os recursos comunitários de que dispunham para isso, com a inserção pela família (Francisca tinha uma mãe liberta e talvez um companheiro também, o José Martins com quem se evadira da cidade) ou via trabalho, no caso de Barnabé; o contato qualificado que, sendo escravos escolados, tinham com o universo letrado.

Sobre este último aspecto ainda pouco foi dito. A partir dos dados nacionais fornecidos por R. Conrad sobre o Recenseamento Geral do Império de 1872, Silva e Reis se aproximam de uma proporção pífia pare o grau de alfabetização escrava: um em cada mil homens saberiam ler e escrever, número que despencaria para 0,6 para cada milhar de mulheres⁷⁸⁷. O conhecimento das letras podia fazer-lhes muita falta: em Santo Amaro, Bahia, Faustina e seus filhos serviram 32 como escravos, sem saber que um “pedaço de papel” que guardavam como outro qualquer era sua carta de alforria, pela qual haviam sido declarados libertos pelo juiz de direito da comarca⁷⁸⁸. Em toda a Província do Paraná, segundo o relatório de Araújo Abranches, de 1874, apenas seis escravos do sexo masculino e duas do sexo feminino eram alfabetizados⁷⁸⁹, demonstrando a seletividade da instrução fornecida e também do grupo a que pertenciam Barnabé e Francisca, entre os cativos.

trabalho e mudanças no nível das mentalidades coletivas consolidam uma primeira alternativa à fuga *para fora*. O mundo urbano deixa de ser mero apêndice das fazendas e o ar das cidades como Rio, Niterói, Petrópolis, Campos, Ouro Preto, Recife, Fortaleza, São Paulo e Santos, libertava” (REIS, J. J. e SILVA, E. Op. cit., p. 71).

⁷⁸⁶ Sobre o assunto, menciona Ricardo Silva: “As fugas com vista a buscar auxílio para a moção de ações de liberdade cresceram porque naquele momento os escravos podiam contar com o auxílio de muitos indivíduos, abolicionistas ou não, dispostos a defendê-los na Justiça. Como vimos, em Salvador, desde meados da década de 1870 os escravos podiam contar com o apoio jurídico prestado pelo advogado Frederico Marinho de Araújo e pelo curador Malaquias José dos Reis; na década seguinte estes ainda ganharam o apoio da rede formada pelo juiz Anfilóbio de Carvalho, por Eduardo Carigé e outros bacharéis. Foi possivelmente “a título de procurar proteção para a sua liberdade” que o cabra Satiro, maior de 50 anos, fugiu do poder de Vicente de Queiroz, morador no Sururu, em Maragogipe, no Recôncavo, apresentando-se à polícia em 09 de maio de 1882. Da mesma forma agiu o crioulo Jacinto, pertencente a João Portella da Silva, que também morava em Maragogipe, o qual estava havia mais de dois meses em Salvador “a ver se conseguia nesta capital a sua liberdade”. Na cidade de Cachoeira, no Recôncavo, onde atuava o rábula abolicionista Cesário Ribeiro Mendes, o jornal *O Asteroíde* denunciou, em 04 de outubro de 1887, a ação de um comerciante e de um indivíduo cuja ocupação era a de “prender os infelizes que vêm a esta cidade tratar de suas liberdades”. (SILVA, R. T. C. *Caminhos e descaminhos...*, p. 296).

⁷⁸⁷ REIS, J. J.; SILVA, E. Op. cit., p. 16

⁷⁸⁸ *O Direito*, v. 8, set./dez. 1875, p. 368-372.

⁷⁸⁹ PARANÁ. *Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874*. Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1874, p. 28.

A alfabetização era, sem sombra de dúvida, um fator importante para aqueles que recorriam à justiça em busca da liberdade, ou a outros mecanismos jurídicos, como os contratos de prestação de serviço (Décio da Costa também provou ser um negro que “fazia letra”, capaz por isso mesmo de cuidar de seus negócios e de seu patrimônio, o que tirava Manoel Claudino, seu “locatário”, do sério). O ensino mais ou menos formal que recebiam escravos como Barnabé, Francisca e André Lobo (ignoramos onde Décio teria estudado) ou o autodidatismo de negros como Luiz Gama (que também nascera cativo) ou Antônio Pereira Rebouças poderiam efetivamente transformar suas perspectivas de vida, não tanto por um diploma em si (embora o diploma tenha sido, judicialmente, uma ferramenta importante para a liberdade conquistada por Francisca Romana), mas pelo universo cultural – e jurídico – que lhes permitia acessar. Para o tempo de Rebouças (à época da Independência), afirma Grinberg: “é possível que, naquele momento, a instrução fosse um capital tão valioso quanto o berço, já que o Estado que então se formava carecia, fundamentalmente, de pessoal”⁷⁹⁰. Essa avaliação, *grosso modo*, ainda devia valer no final do século, ao menos para o Paraná, uma província infante, em que também a máquina burocrática precisava se organizar.

Não é à toa que as duas testemunhas negras de Barnabé, os libertos André Lobo e Antonio de Paula, fossem “funcionários da Câmara Municipal”. O mestre Generoso havia igualmente trabalhado para o Estado e ao menos um outro personagem, que apresentaremos mais adiante, seguia o mesmo rumo: o pardo João Baptista Gomes de Sá, oficial de justiça no foro da capital desde pelo menos 1874⁷⁹¹. E já que chegamos da porta da escola à porta da lei, outra similitude: tanto Luiz Gama como Antonio Rebouças, em momentos diferentes da história nacional, é verdade, seguiriam a advocacia como carreira, com incursões pelo poder público (embora Rebouças num espectro muito mais político do que administrativo, como Gama). Era no mundo das letras que se fabricava, afinal, a cultura jurídica na qual eles (e também diversos outros escravos lembrados por todo este trabalho) apostaram suas fichas.

Quiçá era por isso que a imprensa fustigava naqueles anos a impertinência dos negros letrados. Em fevereiro de 1879, um artigo no *Dezenove de Dezembro* ruminava: “*Por que consentem nesta capital que negros imundos escrevam (...) em papeluchos em*

⁷⁹⁰ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 71.

⁷⁹¹ O primeiro processo em que pudemos localizá-lo foi, curiosamente, uma ação de liberdade, a da preta Joana (Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7281, Cx. 278). Nela, ele fora responsável por realizar a citação do senhor e o depósito da escrava.

forma de jornal?”⁷⁹². O que será que confabulavam os escravos nesses bilhetes e panfletos? Para responder a isso, Spiller Pena transcreveu boa parte da correspondência trocada entre Fernando (aquele que, em 1863, ousou bater de frente com o poderoso Tenente-Coronel Bittencourt) e uma certa Gertrudes Ferreira Arantes que, mesmo analfabeta, arranjava quem escrever e enviar cartas ao cativo, contendo informações importantes para a propositura da demanda. Àquele tempo, o próprio David Carneiro teria sido envolvido nos planos de libertação do pardo, não se engajando diretamente na causa porque estava, também, enredado nas teias da dádiva, ou melhor, de uma dívida de honra, por ter morado alguns meses em casa do negociante Oliveira, mas declarando que “se tiver quem principie eu ajudo nessa ação”⁷⁹³.

A escrita era um meio a mais para que mediadores jurídicos maximizassem sua ação nos meandros das lutas jurídicas escravas. Não é inexato pensar, como faz Marialva Barbosa, que os cativos podiam ser, de forma rudimentar, “leitores de múltiplas naturezas”, no contato que mantinham com jornais, com bilhetes, cartas de alforria⁷⁹⁴. Contudo, a alfabetização efetiva produzia consequência de nível *cultural* muito mais profundas, não apenas instrumentalmente⁷⁹⁵. Por isso, não causa tanto estranhamento pensar que alguns curadores de libertandos fossem seus próprios instrutores. Já pudemos observar uma oportunidade na qual o professor Damásio Bittencourt interviu judicialmente em favor de um cativo. Honório da Costa, que integrou a banca avaliadora durante os exames de Francisca Romana, em Paranaguá, decerto não tinha autorização para solicitar em juízo, mas contribuiu como pôde com sua ação de liberdade, requisitando e encaminhando os documentos necessários ao curador João Pereira Lagos. Mas há outra figura carecedora de atenção, na mesma localidade donde vinha Francisca: chamava-se José Cleto da Silva⁷⁹⁶ e viveu entre os

⁷⁹² C.f. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXVI, 20 fev. 1879, p. 4. *Apud* NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 51.

⁷⁹³ PENA, E. S. O jogo da face..., p. 300-1.

⁷⁹⁴ BARBOSA, Marialva Carlos. *Escravos letrados: uma página (quase) esquecida*. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009.

⁷⁹⁵ Conforme expõe P. Burke, Jack Godoy (1977), por exemplo, publicou uma série de estudos sobre as consequências da alfabetização, afirmando que a comparação feita por Lévy-Bruhl, Lévi-Strauss e outros entre duas “mentalidades” pode ser explicada em termos de dois modos de comunicação, o oral e o escrito” (BURKE, P. *História e teoria social*..., p. 139).

⁷⁹⁶ Assim descrito numa placa, postada na praça que leva seu nome em Paranaguá: “Servidor público dos mais corretos, desempenhou os cargos de Delegado de Polícia, Administrador Geral dos Correios, Inspetor do Tesouro do Estado, Secretário de Finanças do Estado, Deputado da Assembléia Provincial e fez parte da notável Guarda Nacional. [...] Professor Cleto destaca-se pelo amor e carinho com que exerceu o magistério... assíduo e esforçado professor, foi um dos mais zelosos e competentes

anos de 1843 e 1912. Brevemente, mencionamos no primeiro capítulo sua atuação militante, defendendo gratuitamente africanos importados ilegalmente depois da Lei de 1831, numa cidade portuária que devia estar cheia deles. Este senhor, que fez de sua casa um escritório de advocacia popular, nos idos de 1883, também era o lente responsável pela 1ª Cadeira de Instrução Pública da cidade, desde 1867. Segundo o relato de Noemi Santos da Silva, José Cleto fez questão de abrir, em 1871 uma escola noturna para escravos⁷⁹⁷. Parecia não se furtar a uma boa briga: em 1875, indignado com a prisão de um de seus alunos, recrutado pela Companhia de Menores da Marinha, peticionou fervorosamente requerendo sua soltura às autoridades provinciais, porque “este menino é aprendiz de pedreiro, em cujo mister se ocupa diurna e diariamente, [...] frequentando a escola nocturna com assiduidade, tendo bom comportamento”⁷⁹⁸. É notável que, para Cleto, o recrutamento não configurasse um dever patriótico, mas uma punição para vadios, arredios e desocupados, o que estava longe de ser o caso de seu diligente e morigerado estudante. Como veremos, essa associação entre recrutamento e cativeiro era disseminada pela sociedade em geral, o que levava muitos a envidarem esforços para dele escapular⁷⁹⁹. Em oposição a essa bárbara prática, José Cleto articulava uma acepção da educação como veículo civilizador, útil para dignificar o homem e, ao lado do trabalho, pavimentar o caminho do futuro. Considerando-se ele mesmo um “obreiro do progresso”, acreditava por isso que a escravidão não passava de um “aviltante sello” que os homens traziam na fronte⁸⁰⁰. Mas não deixou rastros, ao que se tem notícia, de uma atuação rigorosamente *abolicionista*, ainda que os ânimos em Paranaguá fossem propícios para isso, na década de 1870 (maçonaria, imprensa, etc.).

educadores de sua época.[...] O Professor Cleto exerceu o magistério por 45 anos, seus alunos ergueram-lhe uma herma na cidade de Paranaguá, após seu falecimento. O ilustre professor faleceu em 25 de fevereiro de 1912. SITE: Disponível em: <http://www.ctacleto.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>

⁷⁹⁷ Pedindo, para este fim, licença junto às autoridades provinciais: “Desejando eu, servindo-me do que disponho com uma tão fraca inteligência, suprido apenas pela boa vontade. Fazer com que seja a instrução primária pela partilha de todos nesta cidade, e contando nesse empenho com o valioso auxílio de V.S^a, como digno chefe de um dos mais importantes ramos do serviço público, tenho a distinta honra de pedir a V. S^a que se digne de conceder-me licença para abrir eu uma escola noturna, na mesma casa em que funciona a diurna sob minha direção, na qual possam receber os rudimentos da instrução aqueles de nossos irmãos que infelizmente trazem na fronte o aviltante selo da escravidão e cujos senhores nisso consentirão.” (Correspondência de governo. Arquivo Público do Paraná; Livro: BR APPR n.º 385, vol. 13, p. 123. *Apud*: SILVA, Noemi Santos da. *Aprendendo a liberdade: escravos, libertos e instrução formal – Paraná, século XIX*. Monografia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010, p. 54.

⁷⁹⁸ SILVA, N. S. *Idem*, p. 56.

⁷⁹⁹ O que não faltam no período são autos solicitando isenção de recrutamento no juízo de paz dos termos da comarca da capital ou processos-crime envolvendo conflitos entre as famílias dos recrutandos populares e a esquadra da cavalaria, responsável por capturá-los à força.

⁸⁰⁰ SILVA, N. S. *Op. cit.*, p. 57.

Assim, mais do que apenas instruírem escravos, homens progressistas como Damásio Bittencourt e José Cleto instruíram também as ações de liberdade de seus alunos. Fazia sentido, então, a proibição de cativos nas aulas públicas, haja vista todo o arsenal que elas poderiam lhes render, nos embates com seus senhores. Pois nos intervalos das aulas, seus mestres ministravam-lhes cultura geral, mas também cultura jurídica. E na prática. Antes da iniciativa de Bittencourt, ao que temos notícia, o presidente da província, autorizado pela Lei n. 330 de 1872, já criara uma escola noturna masculina na capital⁸⁰¹. É curioso notar que outra figura ativa nas lutas judiciais dos escravos, Bento Antônio de Menezes, ora como depositário, ora como contador oficial (responsável pelo cálculo insolente das custas contra o proprietário de Angelino), também lecionava: era professor de música da banda da polícia que, conforme os relatos e imagens de época, desde cedo, incorporou negros na sua formação. Em seu relatório sobre o ano decorrido de 1875, Lamenha Lins chegou a louvar que o “zelo e inteligentes esforços do professor Bento Antonio de Menezes tem conseguido fazel-a rival das melhores bandas do império”⁸⁰².

Mas não era fácil ser admitido entre as quatro paredes do colégio: já em 1855, Joaquim Ignácio Silveira da Motta, recordava ao vice-presidente da província que, nos termos do art. 40, §1º do Regimento de Instrução Pública do Paraná, escravos estavam excluídos da matrícula nas escolas⁸⁰³. E essa normativa parece não ter sido revogada, ao menos não antes de fevereiro de 1879, quando o professor José Agostinho dos Santos questionava o Diretor Geral da Instrução Pública se devia ou não aceitar na sua escola, em Palmeira, um filho de escrava liberto pela Lei de 1871⁸⁰⁴. Escravo era para ser matriculado na Coletoria, conforme o seu Regulamento, ou na Alfândega, como tentava José Marques, mas não na escola. Foi só na década de Barnabé e Francisca que essas restrições começaram a afrouxar: de março a agosto de 1882, 16 aulas noturnas foram abertas em toda a província. Dentre os 361 estudantes nelas, 71 eram ainda cativos. Uma delas funcionava, neste ano, até mesmo na cadeia da capital, com 18 presos

⁸⁰¹ PARANÁ. *Relatorio com que o exm. sr. vice-presidente da provincia, coronel Manoel Antonio Guimarães, abriu a 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial do Paraná no dia 17 de fevereiro de 1873*. Curitiba, Typ. da Viuva Lopes, 1873, p. 5.

⁸⁰² PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 22.

⁸⁰³ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007 AP 0034, v. 10, p. 304-318.

⁸⁰⁴ Arquivo Público do Paraná: BR APPR CO 007 AP 0564, v. 3, p. 12.

matriculados⁸⁰⁵. Quantos deles não seriam escravos fugidos, abandonados, insubordinados? Em Paranaguá havia um curso “mantido por alguns escravos” e dirigido pelo tipógrafo João Theodoro da Silva. Na capital, nem sinal da escola do professor Damásio Bittencourt: Antônio José Ferreira Ribas e Miguel Schleder eram todo o atual corpo docente, o primeiro com soldo de 600 mil-réis, o segundo ensinando gratuitamente, talvez como uma “missão” autoimposta, à la Cleto⁸⁰⁶.

Outro desses mediadores, de quem Barnabé e Francisca compartilharam, foi o advogado João Pereira Lagos. Embora não tão presente quanto Joaquim José Pedrosa nesses processos, Lagos (dele distanciado também pelo fato de ser bacharel) nas quatro ações de liberdade em que tomou parte, se assemelha ao capitão em dois quesitos: a abrangência temporal das fontes em que aparece e o fato de que nelas é encontrado mais na defesa da liberdade (três casos), do que na da propriedade (sua intervenção cirúrgica, alguns meses depois da ação de Francisca, a favor de Joaquim Teixeira de Faria, o dono mal caráter de Eleutherio, revelou-se meramente *pro forma*, como vimos). É sintomático que ele tenha figurado como curador de escravos em duas manutenções de liberdade (a primeira por nomeação, a segunda por vontade própria) com fundamentos bastante parecidos, ainda que separadas por sete anos. O fato de que as *manutenções de liberdade* eram, diferentemente das ações de liberdade convencionais, um procedimento de *estabilização do status quo* desses cativos e não estritamente de *conversão de estatuto jurídico*, pode ter determinado, inclusive, sua postura contra a liberdade no caso de Eleutherio. É de se cogitar se o advogado não pensava como seu colega de profissão, o mulato liberal Antonio Rebouças, “francamente favorável ao ingresso na sociedade daqueles que, pela lei – por seus talentos e virtudes já haviam provado serem capazes –, ainda não o eram”⁸⁰⁷. Ossos do ofício. A liberdade talvez não fosse, para Lagos, um direito universal, a ser estendido indistintamente a todos e todas, mas um prêmio para os que (por via da instrução, do trabalho ou do pecúlio) a merecessem. *Uma ideologia, portanto, não abolicionista do cativo, mas meritocrática da liberdade.*

Entre Barnabé e Francisca, ao menos uma vez mais, o bacharel teve oportunidade de atazanar outro senhor, Jacintho Prestes Maciel. Em junho de 1884, no

⁸⁰⁵ PARANÁ. *Relatorio que ao Illm. E Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho presidente da Província do Paraná apresentou o Dr. Moysés Marcondes Director Geral da Instrução Publica da mesma Província*. Curitiba: Typ. Dezenove de Dezembro, 1882.

⁸⁰⁶ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª. sessão da 15. legislatura ao dia 1º. de Outubro de 1882 pelo Presidente da Província o exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typ. Perseverança, 1882, p. 82 e 94.

⁸⁰⁷ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 120.

cargo de Procurador Fiscal da Thesouraria da Fazenda, requereu judicialmente o arbitramento da escrava Harmonia, “nos termos do Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872”⁸⁰⁸. Porque motivo intervinha em favor da pobre mulher? Ou havia desacordo sobre o valor de sua indenização a ser pago pelo Fundo de Emancipação, que estava sob a jurisdição da Fazenda Provincial⁸⁰⁹, ou então este é mais um caso de iniciativa escrava de libertação junto às autoridades públicas, que se soma aos identificados por M. Graf. Através de requerimentos à própria Tesouraria ou à Assembleia da Província, alguns deles “solicitavam empréstimo da importância necessária para comprar a liberdade, comprometendo-se a restituir o montante do empréstimo em serviços prestados à instituição”⁸¹⁰. Um ano antes de Harmonia, Lagos (ou quem então desempenhasse a função de Procurador Fiscal), parece ter atendido a um pedido dessa natureza formulado por Bento, escravo de Francisco Martins França⁸¹¹. Novamente, os cativos demonstravam-se empenhados não apenas em ocupar os fóruns de justiça, mas as repartições públicas como um todo, o que nos faz questionar sobre quantos “contratos de prestação de serviços” como os de Bento, também não teriam um dedinho dos órgãos estatais, para quem muitos cativos passaram a trabalhar, quando libertos. Novamente, André Lobo, Antonio de Paula e Generoso são chamados a testemunhar, não em favor de Barnabé, mas em favor de nossa hipótese: poderiam ter mesmo se libertado à moda de Bento, por um compromisso de servir à Câmara de Curitiba. As fontes silenciam sobre isso, porém, se o Estado de fato não era um primor de dominação legal-burocrática weberiana, tampouco desconhecia por completo o sentido da impessoalidade, que viabilizava a esses negros livres ingressar em carreiras menores da administração, o que, para o contexto da época, já era alguma coisa. Com Pereira Lagos, portanto, estamos diante de um mediador liberal, limitado, mas ainda assim um mediador entre muitos mundos, não apenas o da cultura jurídica e o dos escravizados.

⁸⁰⁸ Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7538, Cx. 282.

⁸⁰⁹ O artigo 37 do Regulamento de novembro de 1872 ditava: “Concluída a classificação do modo acima prescripto, o collector, ou o empregado fiscal de que falla o art. 28, promoverá, nas comarcas geraes, ante o juiz municipal, salva a alçada para o julgamento final, e, nas comarcas especiaes, ante o juízo de direito, o arbitramento da indemnisação, se esta não houver sido declarada pelo senhor, ou, se declarada, não houver sido julgada razoavel pelo mesmo agente fiscal, ou se houver avaliação judicial, que o dispense”.

⁸¹⁰ GRAF, M. E C. Op. cit., p. 114.

⁸¹¹ Graf (idem, ibidem), transcreve a publicação de 20 de maio de 1873, no Dezenove de Dezembro: “Tenho a honra de devolver a V. Ex. com a informação do procurador fiscal *ad hoc*, o requerimento de Bento, escravo do tenente-coronel Francisco Martins França, em que pede um empréstimo, pelos cofres desta repartição, da quantia necessária a sua liberdade, comprometendo-se ele requerente pagá-lo em serviços, como servente desta tesouraria, pelo tempo que for arbitrado.”

Entretanto, existia uma diferença fundamental na praxe forense: já se aceitava, em meados do século XIX, que Bento e Generoso requeressem em nome próprio às autoridades públicas (administrativas, policiais e até legislativas), mas essa não era uma possibilidade para os escravos diante dos tribunais. Ao menos não na maioria das vezes. Como toda a regra tem sua exceção, Benedicto e Joaquim Moleque fizeram diferente. Em 1885, quando deixou este mundo o Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas, o pai do Dr. José Lourenço de Sá Ribas, que fora escrivão e agora era advogado no foro da capital, a família ficou em polvorosa⁸¹². Mais problemático que a quantidade de bens a partilhar, era o fato de haver um número descomunal de autoridades envolvidas no inventário, que nos dá uma pequena oportunidade de bisbilhotar por detrás da cortina da justiça. O também Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta⁸¹³, pai do então juiz municipal de Curitiba, Dr. Eusébio Silveira da Motta, e do juiz de direito de São José dos Pinhais, Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta Jr., era cunhado do *de cujus*, enquanto o Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho era casado com sua sobrinha, D. Joaquina. Detalhe: o juiz de órfãos em exercício, Sizenando de Sá Ribas, também se declarou suspeito para o julgamento da causa, pois era credor do mesmo espólio! Picuinhas de parentes, quem sabe. O fato é que o capitão Joaquim não deixara viúva, mas sim dois escravos, Benedicto, de 21 anos, e Procópio, de 24. Esta teve sua liberdade comprada dos demais herdeiros pelo quinhão do inventariante, Dr. José Lourenço (estava assinalada para uma sua irmã solteira), ao preço de 300 mil-réis. Benedicto, por sua vez, rabiscou de próprio punho (ou ao menos, é o que consta oficialmente no documento) a seguinte petição:

Diz Benedicto, escravo, pertencente ao espólio do finado Joaquim Lourenço de Sá Ribas, que tendo sido avaliado pela quantia de 500#000r, vem requerer a V.Sa., na forma da lei, mandar depositar a referida quantia, afim de ser-lhe concedida sua liberdade, pelo q. / P. deferimento/ E. R.Me. Ctba, 7 de janeiro de 1886/
Benedicto⁸¹⁴

⁸¹² Arquivo Público do Paraná. 1885. BR APPR PB 045 PI 8180, Cx. 315.

⁸¹³ “Dr. Medico bahiano, nascido em 1818, o Dr. Silveira da Motta teve como progenitores o Desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Motta e D. Anna Luiza de Gama. Depois de concluir os seus preparatórios, seguiu para a Alemanha, onde se formou em medicina. Tornado, veio para o Paraná, então terceira comarca de S. Paulo e que constitui família, casando-se com D. Maria Teholinda da Conceição. Filiado ao Partido conservador, o Dr. Silveira da Motta, desde logo, conquistou uma posição política de relevo na comarca, sendo eleito deputado á Assembléa Provincial de S. Paulo, antes da emancipação; e mais tarde, deputado provincial e geral pelo Paraná. Exerceu o cargo de delegado de policia de Curityba, em 1851 (...) Exerceu o cargo de vice-presidente, assumindo a administração da província (...) Falleceu no Rio de Janeiro a 19 de Agosto de 1891” (LEÃO, Ermelino Agostinho de. *Contribuições Historias e Grographicas para o Diccionario do Paraná*. Curityba: Empresa Graphica Paranaense, 1926, p. 1019-1020).

⁸¹⁴ Vide documento reproduzido em Anexo 7 – “Petição assinada pelo escravo Benedicto”.

A grafia da assinatura não destoava gritantemente do resto da peça. Numa casa tão cheia de bacharéis, é claro, Benedicto (que era irmão de Procópio e parecia manter uma relação bastante amigável com os filhos de seu finado senhor, tendo talvez mesmo crescido ao lado deles) não teria dificuldades em encontrar quem para ele redigisse ou ditasse o documento. Curioso, contudo, é que, embora a lei permitisse a compra da alforria pelos cativos, utilizando como critério sua avaliação nos inventários, não era comum que eles intervissem nos feitos sem qualquer tipo de representação. Benedicto, porém, o fez em seu próprio nome e foi atendido: tanto sua carta de liberdade como a de Procópio foram mandadas passar por Agostinho Ermelino de Leão, na sentença que homologou a partilha. Obviamente, ele não enfrentara a oposição dos herdeiros. A receptividade das justiças a esse tipo de expediente pode ter sido determinada por dois fatores: a) seu trâmite perante o juízo de órfãos, que, responsável por cuidar das pequenas questões cotidianas envolvendo escravos, talvez fosse mesmo menos formalista que o municipal; b) a consensualidade desses procedimentos, pois só à força podemos imaginar que essas práticas de auto-representação escrava fossem admitidas numa ação de liberdade, por exemplo, ou em outro conflito com os senhores, se até mesmo a qualidade de *advogado* de seus procuradores era questionada, sendo comumente obrigados a postular como *curadores*, disputa comum nas manutenções de liberdade. Testemos a potência explicativa dessas interpretações com o caso parecido de Joaquim Moleque. Foi uma petição invulgar que, em 26 de outubro de 1882, chegou ao juízo de órfãos, capitaneado pelo Dr. Antonio Martins França, com o seguinte teor:

Diz Joaquim Moleque que tendo sido libertado por seu ex senhor Tente. Coronel Manoel Gonçalves dos Santos, como prova a carta junta, e havendo sido recolhida por este Juízo á caixa econômica da província certa importância dos donativos de S. M. Imperial, para constituir pecúlio do suppe., quer este que V.Sa. se digne fazer retirar esse dinheiro da referida caixa econômica e entregal-o ao suppt.⁸¹⁵

Era mais um exemplo de pecúlio que ficara sob a administração do senhor. Na realidade, o dinheiro era pouco. Joaquim havia recebido, ainda escravo, 20 mil-réis distribuídos pela “Comissão Encarregada dos Donativos feitos pelo Imperador” D. Pedro II em sua estada em Curitiba, lá por meados de 1880. Tão logo tivera a quantia em mãos, dirigira-se ao juiz de órfãos para saber como proceder. Emygdio Westphalen notificou de pronto o senhor do escravo “para dizer se quer ficar com essa importancia

⁸¹⁵ Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR PB 045 PI 7758, Cx. 296. Vide o documento reproduzido em: Anexo 8 – “Petição assinada pelo escravo Joaquim Moleque”.

em seu poder mediante o juro de 6% ao ano”. Manoel Gonçalves aceitou a incumbência e apresentou o recibo do depósito feito na caderneta n. 786 da Caixa Econômica. Dois anos depois, Joaquim retornava: vinha buscar também “os juros de sua liberdade”. Trazendo consigo a carta de alforria, passada um mês antes, “em regozijo pelo aniversário de minha presada filha Maria da Luz Gonçalves de Barros Fonseca” por seu senhor, que concedia “plena liberdade ao meu escravo Joaquim, conhecido como Joaquim Moleque, de 35 anos de idade e de profissão copeiro”, solicitava o levantamento do valor, mais rendimentos. E peticionava em nome próprio, com uma assinatura algo mambembe ao final da página. Uma comparação, mesmo diletante, sinaliza que outra pessoa poderia ter redigido o pedido em si, mas não podemos ser conclusivos quanto a isso. Não descartamos a hipótese de que Joaquim Moleque tenha espontaneamente voltado ao foro e requisitado a elaboração do documento de algum solicitador de plantão. O que é anômalo, contudo, é que em geral, nesses casos, o autor da peça também a assinava, fazendo constar abaixo de um “a rogo de”, o nome do “suplicante” e o seu, o que abre questionamentos sobre a possibilidade de ter sido ela escrita pelo próprio liberto. Aflições à parte, Joaquim conseguiu o que fora buscar. Em 6 de novembro, o escrivão Custodio Justino Chagas consignou nos autos: “recebi a caderneta e fiz entrega *ao escravo, digo ao liberto* Joaquim Moleque”. Mais um ato-falho cartorial para a nossa lista: ainda faltava para que o copeiro, mesmo assinando em nome próprio, fosse por todos reconhecido como um homem livre de fato.

Quatro anos mais tarde, ele ainda não conseguira firmar socialmente o *status* que conquistara juridicamente. No inquérito policial aberto contra João Manoel de Araújo pelo homicídio do soldado José Ferreira Valentin, do 3º Regimento da Cavalaria, Joaquim Moleque seria qualificado como “escravo” e, por conseguinte, ouvido como testemunha-informante apenas⁸¹⁶. A esse tempo, passara a trabalhar no engenho de erva-mate de Nicolao Pinto Rebello, no Bariguy, ao lado de José Alves de Paula (de quem, pelo nome, dificilmente se desconfiaria ser escravo, embora também tivesse testemunhado nessa condição) e Amaro. Pesquisas têm revelado, para esse período, uma tendência de cativos e forros recentes a buscar formas de “assalariamento temporário”, mesmo entre fazendeiros e sitiantes, como Nicolao, cada vez menos receosos de receber em suas terras homens desconhecidos⁸¹⁷. Moleque, apesar do apelido, já não era mais um menino. Contava seus 70 anos (o que revela que o ato de seu ex-senhor não fora de

⁸¹⁶ Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8281, Cx. 318.

⁸¹⁷ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 43.

tanto desprendimento assim) e pode ter mesmo falecido sem jamais conhecer o gosto da liberdade em sua inteireza, isto é, também como uma marca social⁸¹⁸. É curioso que alguns escravos, como Barnabé, tivessem a fama de homens livres, ao passo que alguns libertos não conseguiam desvencilhar-se da sombra do cativo. H. Mattos também notou a expressividade do momento do depor, na coleção de processos cíveis e criminais em que imergiu: “na qualificação dos réus e testemunhas, nestes documentos, a ‘cor’ era informação sempre presente até meados do século XIX. Neles, todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas”⁸¹⁹. Quando a liberdade não era objeto direto de disputa nos litígios, dava-se a ele um tratamento menos criterioso, abrindo espaço para que pressupostos menos jurídicos que culturais sobre raça e lugar social viessem à baila. Enfim, o papel aceitava tudo. Seria isso aquilo que se chamava a “fumaça do direito” (*fumus iuri*) que os circundava e perseguia?

Se havia fumaça, havia fogo. E era a fogueira das vaidades senhoriais. Nisso, há mais um ponto de contato entre as causas de Barnabé e de Francisca: ambas eram ações de manutenção de liberdade, iniciadas, portanto, como uma *reação* a algum movimento ameaçador de seus autointitulados proprietários. O padre Ferreira Bello queria vender seu escravo, desrespeitando os acordos com ele estabelecidos. José Marques tentava matricular como escrava uma mulher (que ao menos se considerava) já liberta. Mesmo o resultado de suas demandas expressam esse paralelismo: ambos tiveram seus conflitos solucionados no mundo da vida, mas não no do direito. O primeiro perdeu a ação de liberdade, mas “venceu” a determinação de seu senhor, logrando continuar em Curitiba; a segunda acabou fugindo de um processo que, se a havia acobertado por algum tempo, com o mandado de manutenção de liberdade que extraíra a força do juiz municipal, também não a havia reconhecido como plenamente livre, o que a impedia, inclusive, de mudar-se para outra cidade. Pouco importava: Francisca deu no pé do mesmo jeito.

⁸¹⁸ Na realidade, sua desdita parece já ter começado muito antes. No inventário de Justino José Mattozo, em 1869, contando em torno de 60 anos, ele fora avaliado por 150 mil-réis. Era o mais velho de um plantel de dez cativos. Logo após o termo de partilha, o juiz Francisco Antonio Nobrega despachara mandando excluir o escravo, por ter apresentado o valor respectivo, tendo os herdeiros consentido em que obtivesse sua liberdade. Também a pequena Maria a conseguiu naquela oportunidade, constando anexas as cartas passadas a ambos após a sentença. Não foi possível determinar a razão da manutenção de Joaquim sob cativo, nem como veio a parar nas mãos do novo senhor, possivelmente mais um caso de reescravização ilegal (Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6893, Cx. 265).

⁸¹⁹ MATTOS, H. M. Idem, p. 30.

4.4. Detenidos e malfadados

Outras fontes também dão conta dessa ânsia de partir ou de fixar-se. Se a mobilidade espacial “era um recurso da liberdade, primeira e fundamental marca de seu exercício”⁸²⁰, nada mais natural que Francisca e mesmo Décio, fossem procurar outros ares menos opressivos que os da terra natal, onde o estigma do cativo permanecia no seu encaixe. Mas eles não foram os únicos. Houve quem, como Barnabé, palmilhasse o caminho inverso e viesse dar com os burros numa Curitiba que nem sempre o recebeu de braços abertos. Vide os contratempos de Marcolino, Custódio e Filadelfo.

Filho de Brígida Maria e “pai incógnito”, Marcolino Dias Moreira deixara Piracicaba ainda “em sua menoridade” na companhia de José de Almeida, vindo para a Província do Paraná “na condição de homem livre, que sempre foi, por ter nascido de ventre livre”⁸²¹. Chegando em Curitiba aos 14 anos, isto é, em meados de 1861, fora apresentando ao então chefe de polícia, que “para garantir-o de violência que alguém pretendia fazer-lhe, submettendo-o á escravidão, mandou o supllte. para a companhia do Escrivão de órfãos desse tempo, Cap. José Antonio Ferreira, *como é publico e notório*”. Seria essa uma prática corriqueira? Os riscos a que se expunha qualquer descendente de africanos, ao abandonar as cercanias onde sua condição legal era socialmente legitimada podiam ser grandes. Uma leitura racializada das hierarquias continuava vigente, desde o Brasil colônia, gerando para todo negro, um doloroso *pressuposto de escravidão*:

Mesmo que a prática, por diversas vezes, não correspondesse à representação, a cor de pele tendia a ser por si só um primeiro signo de *status* e condição social para qualquer forasteiro. Limitava, assim, não só as possibilidades de mobilidade social, mas também de mobilidade espacial dos forros e de seus descendentes, que permaneciam ameaçados pela possibilidade de reescravização. Durante a maior parte do período colonial, portanto, a mais elementar decorrência da liberdade – a capacidade de mover-se – esteve restringida a grande parte dos libertos e de seus descendentes.⁸²²

Nos primórdios do “direito de ir e vir”, para poder exercer essa capacidade de locomoção, cada um combatia como podia o pesadelo da reescravização. Para Marcolino, foi a chancela do chefe de polícia que lhe garantiu a liberdade. E a proteção paternalista do capitão Ferreira, que assim denotava exercer mais do que competia a seu *múnus* de escriba oficial, tornando-se talvez uma espécie de quebra-galho *ad hoc* das

⁸²⁰ MATTOS, H. M. Idem, p. 29.

⁸²¹ Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7125, Cx. 273.

⁸²² MATTOS, H. M. Op. cit., p. 31.

autoridades públicas. Com ele Marcolino viveu por algum tempo (sabe-se lá em que circunstâncias, talvez próximas à servidão) indo mais tarde procurar ocupação. Deixou sua casa, mas jamais o distrito da capital, permanecendo sempre “tratando de lavoura” e “no gozo de plena liberdade *em vista e face de toda a sociedade*”. Suas agruras começaram quando, em fevereiro de 1873, recebeu uma carta precatória do termo de Guarapuava para ser “capturado como escravo de uma pessoa lá residente”. Tudo isso era Generoso Marques quem esclarecia, na inicial de manutenção de liberdade que protocolou no mesmo mês no juízo municipal, aliás, a primeira autuada como tal no foro de Curitiba (todas as ações desse tipo anteriores à 1871 traziam a classificação de “libelo cível” ou, simplesmente, “petição”). Talvez por seu pioneirismo (antes dele, no período estudado, existe apenas o caso da preta Maria), o bacharel teve de justificar o porquê de nela atuar como *advogado* e não *curador* de Marcolino, invocando o entendimento do Supremo Tribunal de Justiça na Revista n. 7.877, concedida na refrega de Martiniano de Andrade e seus filhos contra o Visconde de Alferes. A decisão fora publicada na Gazeta Jurídica n. 4 e datava de 6 de janeiro de 1873: “nesse Accordão ficou confirmado o principio incontestável de que ‘*Quem se conserva sem sujeição aos serviços próprios dos escravos requer em seu nome a manutenção de sua liberdade, sem assistência de curador*’. Esse princípio, como já ressaltamos, não era tão incontestável assim, mas não encontrou detratores, desta vez. Provavelmente porque, no caso de Marcolino, não havia, ao menos dentro do território da comarca, diferentemente de Barnabé, dúvidas sobre seu estatuto jurídico. Como seu procurador mesmo reforçava, essa condição de homem livre era “pública e notória” e ele a exercia “em vista e face de toda a sociedade”. Desde aqueles tempos, portanto, *ser escravo e parecer escravo* já se confundiam, num círculo vicioso do qual pessoas como Joaquim Moleque, por mais que tentassem, jamais escapariam.

Mas além do *status*, Marcolino tinha documentos que provavam sua liberdade. Em 4 de maio do ano anterior, contraíra matrimônio com Izabel Maria de Godoy, filha de Cândida Maria de Godoy e igualmente de “pai incógnito”, decerto uma liberta ou ingênua, como seu noivo. Generoso Marques colacionou a certidão do pároco, que repetia sua versão das ocorrências, e ainda informava que haviam sido testemunhas daquela união um certo João da Costa e Antonio José Ferreira, o filho de José Antonio Ferreira, protetor de Marcolino quando de sua chegada à cidade. A ligação que permanecia, de uma geração a outra, demonstra a força dos laços de agregação em uma sociedade hierarquizada, regida por obrigações de honra e pessoalidade, mesmo quando

a relação de dependência não se estabelecia pela dádiva da alforria, mas por outras formas de clientelismo. Deferência e apadrinhamento cercavam Marcolino.

Aqui é necessário abrir um parêntese: a certidão do pároco vinha acompanhada das cópias dos autos de “*Justificação de estado livre, naturalidade e baptismo de Marcolino Dias Moreira*”, transcritos por Sizenando de Sá Ribas, que àquele tempo não passava de escrivão do Juízo Eclesiástico de Curitiba. A justificação documentava os pormenores do casamento e da vida pregressa de Marcolino, contando também com o interrogatório de Nestor Augusto Moreira Borba, tabelião da cidade, confirmando os fatos. Ao final, continha a sentença, novamente, do vigário Agostinho Machado Lima, que, no entanto, não falava em nenhum momento do “estado livre” de Marcolino, mas sim de seu “estado solteiro”. A liberdade ficou por conta da liberdade (de expressão) do escrivão Sizenando. Seja como for, interessa-nos questionar a centralidade mesma dessa justificação numa ação de manutenção de liberdade.

Mais comuns, em Curitiba, até o início da década de 1870, as justificações não eram propriamente litígios e não se prestavam a discutir direitos, antes tratava-se de procedimentos utilizados para confirmar em juízo qualquer tipo de informação, revestindo-lhes de fé pública. Em geral, tinham um caráter preparatório, narrativo, sendo manejadas como prova em ações futuras. No primeiro capítulo, tivemos a chance de vasculhar algumas delas, como a que declarou liberto o escravo Felisbino, do finado Tenente-Coronel Luis da Silva Gomes, em 1869, e a que fez parte da controvérsia de José Mathias Guimarães com o Capitão José Maria de Souza Athayde, um anos depois, pela propriedade do crioulinho Thomaz. Entre outras coisas, elas provam que a natureza meramente declaratória do procedimento justificatório nem sempre era levada à risca. Porém, o fato de ter Marcolino se valido de um processo dessa natureza (que, em si mesmo, *convertia fatos sociais em fatos jurídicos*), para ver garantida uma liberdade que alegava ser pública, notória e comunitariamente respaldada, é sintomático.

E o progressivo desaparecimento desses procedimentos também o é. Em maio de 1874, a Relação do Ceará acataria um *habeas corpus* do preto Cosme, mandado prender por um senhor que o não matriculara como devia e que agora “*por uma simples justificação pretende ter provado sua condição servil*”⁸²³. O tribunal recomendava aos juízes de direito que não admitissem esse tipo de “constrangimento ilegal”. Parecia ir-se fechando a porteira por onde passava o boi e a boiada dos “juristas-couteiros” do

⁸²³ *O Direito*, v. 7, maio/ago. 1875, p. 160.

Antigo Regime. Em 1885, um acórdão revisor da Relação de São Paulo desprestigiaria ainda mais esse instrumento: “A *certidão de matrícula e o assento de baptismo mediante justificação não são prova de escravidão*”⁸²⁴. Para o Capitão Lourenço Tabora Ribas de Andrade, contudo, juiz municipal de Curitiba, em 1873, e que não era bacharel, não havia porque obstruir o velho *paradigma ontológico*, como o caracterizamos algumas páginas atrás. No mesmo dia, despachou concedendo o mandado de manutenção de liberdade. Com créditos à argúcia de Generoso Marques dos Santos ou à notoriedade de Marcolino, o ingênuo já podia dormir tranquilo.

Quem tinha de ficar de olhos bem abertos era Filadelpho Bernardo de Mattos, 40 anos, filho de Francisca de Paula Pires. Ele, que era roceiro e também “trabalhava mal de carpinteiro”⁸²⁵, morava no termo de Itapetininga de Paranapanema e dizia nunca ter vivido com mulher alguma. Seu maior problema, porém, não era solidão, mas o desacordo das autoridades sobre seus antecedentes. Fora preso por cativo fugido, em 20 de janeiro de 1872, no distrito da Faxina⁸²⁶, aonde fora visitar seu tio João Brandino dos Santos Mattos e acabara se ajuntando com um camarada, Joaquim Antonio, “a ganhar dinheiro”. Para o delegado de polícia da vila de Paranapanema, José Joaquim Ferreira, toda essa história era balela. Ele estava seguro de que Filadelpho era liberto e “réo nesta villa por crime de morte que perpetrou na pessoa de sua mulher”. Tanto que, em 1º de março, escreveu ao juiz municipal de Curitiba, solicitando a escolta do criminoso que devia ser processado no foro de sua residência. Para garantir que falavam da mesma pessoa, dava os “signaes caracteriststicos do dito individuo que são os seguintes: “*altura ordinaria, corpo regular, cõr escura quaze preto, barba bem serrada, cabelos bougrinhos, boa dentadura, ponteia viôla mal*”. O que a proficiência musical de Filadelpho tinha a ver com resto dos traços físicos descritos pelo delegado é um mistério, mas na realidade nem os tais “signaes” eram tão característicos assim, podendo aplicar-se a praticamente qualquer sujeito. Nem sua cor de pele, “quaze preto”, estava clara, e não era de espantar que não houvesse consenso sobre sua identidade. No *habeas corpus* que impetrou em nome próprio⁸²⁷, Filadelpho – que assim ingressa no rol seleta de negros letrados ao lado de Barnabé, Francisca e Décio – deu mostras de

⁸²⁴ *O Direito*, v. 38, set./dez. 1885, p. 364.

⁸²⁵ Arquivo Público do Paraná. 1872. BR APPR PB 045 PI 7072, Cx. 271.

⁸²⁶ Que parecia mesmo atrair fujões naqueles anos. Em 12 de julho de 1873 aparecia um anúncio no *Dezenove de Dezembro* a pedido do Ten.-Cel. Manoel José da Cunha Bittencourt reclamando seu escravo Lourenço, fugido da Faxina para a província de São Paulo e oferecendo 200 mil-réis a quem o entregasse.

⁸²⁷ Vide documento reproduzido em: Anexo 9 – “Petição de *habeas corpus* impetrado em nome próprio pelo negro Filadelpho Bernardo de Mattos”.

conhecer bem seus direitos. Supunha que seu malogro fora ocasionado “por denuncia que deu um individuo não conhecido do suppe., e como não tendo o suppe. quebrantado alguns dos Artigos da Lei (...) é evidente á todas as luzes que é mais que illegal a prisão de que se trata”. Estranhas habilidades de um simples “roceiro”. Era o que também achava a Secretaria de Polícia da Província do Paraná. Um relatório anexo de José Francisco de Oliveira Souza, delegado encarregado do expediente, afirmava que

(...) esse individuo se acha preso na cadea desta Capital a requerimento de Antonio Bueno d’Oliveira, como procurador de Francisco de Paula Souza Camargo, o qual reclamou-o como escravo, allegando que chama-se Antonio e fugira da cidade de Campinas, na província de S. Paulo, há 11 para 12 annos, e declarando que elle usa ora do nome de Filadelpho Antonio, ora do de Filadelpho Bernardo de Mattos.

Segundo o delegado Oliveira Souza, ainda, sua chefia havia tomado vários depoimentos para confirmar a condição jurídica de Filadelpho, ou Antonio, aquiescendo com o pedido de mais quarenta dias que o procurador de seu senhor havia feito. Era o prazo para trazer de Campinas os documentos comprobatórios da identidade do cativo. O tempo já ia esgotado, mas ele não regressara. Mesmo assim, ninguém consentia na soltura do negro. Nem mesmo o juiz de direito, que denegou o pedido de *habeas corpus*. Antes disso, porém, presidiu o interrogatório do paciente, onde as peças do quebra-cabeça ganharam um pouco de ordem. Já no “auto de qualificação”, o magistrado questiona à queima-roupa se Filadelpho sabia “tirar viola”. Essa pergunta inusitada só faz sentido à luz da descrição feita pelo delegado de Paranapanema. A honestidade do réu foi sua desgraça, pois ao responder afirmativamente, corroborava, sem o saber, a denúncia de seu perseguidor.

O resto da inquirição seguia nessa linha inquisitória: sobre sua mulher, Filadelpho afirmou, a princípio, “que não sabe o que pode responder porque nunca foi cazado e que alem disto não era elle o mesmo que tinha o nome de Filadelpho Bernardo de Mattos, que para la havia outro individuo do mesmo nome”. Durante os primeiros momentos, resistiu firmemente a essa acusação, mas acabou assumindo a culpa por um delito que praticara quatro ou cinco anos antes. Nesse tempo, viajara para São Paulo e, na volta, deparara-se com sua mulher Vicência e um tal Marcolino em sua própria casa. Conforme vai a versão do réu, vendo isso, tivera início entre os dois uma luta da qual saíra Filadelpho ferido na cabeça e morta sua mulher. Marcolino teria fugido no meio da confusão. Cabisbaixo, finalizava o relato reforçando que “a infidelidade de sua mulher e os meios que empregou para não ser assassinado por ella e o individuo Marcolino forão

que derão lugar ao facto que se lhe accusa”. Infeliz Filadelpho, que fugia, numa carreira só, da culpa, da justiça e de um senhor recalcitrante.

O documento não esclarece um ponto crucial: afinal, era o “quase preto” um escravo fugido ou não? Como fora possível a um senhor de Campinas vir encontrá-lo, a tantas léguas e tantos anos de distância, no interior da província? A fronteira entre São Paulo e Paraná parecia bastante aberta a essa movimentação, talvez porque, nas palavras de Araújo Abranches, a disputa de divisas ainda era, em 1874, um “mal chronico”⁸²⁸. Se os relatos eram verídicos, também Marcolino a atravessara, o que não o salvou de ser doze anos mais tarde, reivindicado por um proprietário da longínqua Guarapuava. No sentido oposto, Décio da Costa fugiria, não de um senhor, mas de seus credores, algum tempo depois. Ainda que o delegado José Francisco de Oliveira Souza afirmasse que o chefe de polícia empreendera uma investigação para desvendar a identidade de Filadelpho Bernardo de Mattos, não foram apresentadas quaisquer provas conclusivas nesse sentido. A despeito disso, ninguém considerava, com exceção do próprio Fidelpho (ou Antonio), é claro, uma violência ou ilegalidade mantê-lo mais de dois meses na cadeia da capital, à espera de um pretense proprietário. Podia mesmo existir em Paranapanema um outro sujeito homônimo, como o roceiro enunciara. Nesse caso, azar dele: ao fazendeiro de Campinas – e também às autoridades policiais –, pouco importava qual dos dois negros seria capturado. Braços eram braços para a lavoura. De qualquer maneira, há que convir: *altura ordinária, corpo regular, cor escura, barba cerrada, cabelos encaracolados* e “boa dentadura” não eram lá traços muito distintivos entre a população afrodescendente. Seu gosto pela viola foi decisivo na hora fatídica do interrogatório. Mas Filadelpho tampouco devia ser o único violeiro no Paraná. Pareciam frágeis os indícios para autorizar a redução sumária de um homem livre à escravidão.

Causa estranhamento a leitura desses dois processos em justaposição. Os tratamentos recebidos da justiça por Marcolino Dias Moreira e por Filadelpho Bernardo de Mattos foram completamente dissonantes. Numa ação intentada, em geral, por autores escravos, o primeiro foi protegido como homem livre; num procedimento que devia servir para homens livres – ou melhor, “cidadãos brasileiros”, como é recorrente denominar-se os pacientes, nesses autos de *habeas corpus* –, ao segundo não foi dado qualquer direito de defesa. Desta vez, o dinamismo temporal não funciona como

⁸²⁸ PARANÁ. *Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874*. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1874, p. 6.

explicação para esse descompasso: menos de um ano medeia entre os casos. É verdade que a causa de Marcolino ia muito melhor instruída e, além disso, que ele gozava de um amplo reconhecimento social *na localidade em que tramitou seu processo*. Nesse quesito, contudo, Filadelpho também não estava totalmente descoberto: as autoridades da vila de Paranapanema juravam de pé junto que ele era liberto, peticionando mesmo nesse sentido ao juiz municipal da capital. A capacidade de formular sozinho uma petição de *habeas corpus*, num outro viés, já devia ser prova suficiente de que seu autor não era cativo, ao menos não um cativo convencional. Lançando tudo isso por terra, o chefe de polícia o manteve preso sob a suspeita de ser fujão. Ermelino de Leão, desta vez, merece uma colher de chá: acreditou ao menos na história do delegado Oliveira Souza e interrogou com base nas diretrizes dela o réu Filadelpho. Está, portanto, isento de uma culpa que poderíamos atribuir-lhe, já que outra diferença fundamental entre as demandas diz respeito aos seus julgadores: o juiz de direito era um bacharel, o juiz municipal era mais um suplente leigo, capitão como o flexível Joaquim José Belarmino de Bittencourt. Como temos indicado ao longo deste trabalho, não raro, a formação dos magistrados era um fator determinante no desfecho das lutas jurídicas escravas, mas como o Dr. Ermelino não foi aqui exatamente o foco do problema (embora ainda fosse causar muitos entraves para outros libertos nos mesmos maus lençóis), tampouco pode ser a chave para sua solução interpretativa.

Algo de fundamentalmente distinto escondia-se na própria lógica interna aos dois procedimentos, apesar de suas finalidade semelhantes. Se uma cultura jurídica da liberdade e suas conquistas se agigantavam no âmbito de procedimentos civis, como as *manutenções*, permitindo sua politização tanto por doutrinadores do vulto de Malheiro, quanto pelos próprios cativos e seus curadores, os mecanismos do direito penal (em especial as chamadas “prisões corretivas”) continuavam a serviço direto dos senhores, fosse para protegê-los das agressões de escravos insubordinados (através de sua *criminalização*), fosse para garantir sua propriedade, controlando os passos dos cativos (através de *encarceramentos* e *recapturas*). Contudo, o paradoxo inédito que se exprimia, na década de 1880, era que, justamente no ramo do direito civil, em que o escravo era juridicamente uma *coisa*, ele tivesse mais garantias do que diante do direito penal, em que os cativos há anos já eram considerados como *pessoas*, para poderem ser submetidos a processo e julgamento⁸²⁹. É contundente constatar que, nessa largada final

⁸²⁹ “Na lei civil, embora fosse o escravo considerado predominantemente *res*, objeto e não sujeito de direito, a oscilação dos textos legais e da jurisprudência em relação ao assunto (...) Na lei penal,

do cativo, um *bem semovente* podia gozar de mais direitos do que um *sujeito negro*, ao menos no que concerne à proteção da sua liberdade. À vista da coleção de *habeas corpus* que passaremos a analisar, pretendemos demonstrar que essa disparidade não residia, em essência, na natureza *civil* ou *criminal* dos ritos jurídicos, pois já observamos, no primeiro capítulo, que o direito penal podia eventualmente ser acionado contra os senhores que abusavam de suas prerrogativas, e que, vez ou outra, também livrava os escravos de suas acusações. Primordialmente, tratava-se de uma cisão entre as esferas *judicial* e *administrativa* de atuação estatal e entre os atores envolvidos em cada uma delas. Particularmente, a função de destaque cumprida pelas autoridades policiais.

Nada melhor do que outro bacharel para dar substância à nossa hipótese. E para entornar o caldo de um desventurado cativo. Parece que o bate-boca foi feio entre o doutor Tertuliano Teixeira de Freitas e seu escravo Francisco Miguel naquele 11 de janeiro de 1881. Pelas próprias posições que sustentava na tribuna, não seria nenhuma surpresa se o advogado fosse mais um dos “maus senhores” com que temos cruzamos nessas páginas. Algo de muito grave deve ter acontecido nessa discussão, porque ela quase lhe custou a vida. Foi ao menos essa a história que ele contou ao “Ilmo. Snr. Dr. Delegado de Polícia” da capital, Euclides Francisco de Moura, em seu requerimento:

Tertuliano Teixeira de Freitas vem requerer á V.S.^a a captura de seu escravo Francisco Miguel que, além de ter desobedecido formalmente o Suppte., tentou o assassinar. O Supplte., pois, pede à V.S.^a que a escolta, que deve effectuar a prisão, venha acompanhada por um official de Justiça com o mandado na forma da lei, e ordem para ser destruído o quilombo onde se acha, no quarteirão do Pacutuba, refugiado o escravo.⁸³⁰ (grifos nossos)

Somos pegos de surpresa por este pedido: havia então quilombos em Curitiba a destruir? Foge ao escopo deste trabalho a indagação, mas seria desleal deixar de, minimamente, mencionar os vestígios que sobre o tema pudemos recolher. Antes, façamos uma pausa para ouvir o relato de quem lá esteve em carne e osso, o oficial de justiça João Baptista Gomes de Sá. No mesmo dia em que soube do ocorrido, Euclides de Moura tomou seis praças armados, com autorização do chefe de polícia, e os ordenou ir “batter o quilombo” onde se achava o escravo. João Baptista, diante da estranha

aguçaram-se ainda mais as dificuldades jurídicas, pois o mesmo indivíduo “coisificado” tornava-se pessoa (...) A eliminação dessas contradições somente seria possível por uma solução metajurídica, no sentido de Kelsen: uma opção política que constituísse nova relação jurídica. Por isso, a resolução ficou para a campanha abolicionista, pois o problema, antes de ser jurídico, era social, econômico e moral” (WEHLING, Arno; WEHLING, Maria J. M. C. M. *O escravo ante a lei civil e lei penal...*, p. 393-394).

⁸³⁰ Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR PB 045 PI 8290, Cx. 319.

insistência de Tertuliano para que a captura de Francisco Miguel fosse feita “na forma da lei” (já que sua autoridade moral estava abalada, desejaria ele valer-se da do Estado para convencer o cativo, senão da *legitimidade*, ao menos da *legalidade* de seu domínio?), com mandado judicial e tudo o mais, não teve saída: sendo o oficial pardo sempre encarregado das piores missões (seu nome era o primeiro a ser cogitado quando os atos de comunicação processual se davam fora do quadro urbano da cidade), foi-se embrenhar nos rincões do Pacutuba. Contudo, lá chegando junto da escolta, deparou-se com um cenário longe do que hoje imaginaríamos para um quilombo:

(...) encontrei o [Francisco Miguel] oculto em uma casa velha de propriedade do senhor do dito escravo; e como intimando-lhe a ordem de prisão, elle incotinente corresse para o mato, effectuei a captura com auxilio da escolta e o conduzi a Cadeia desta cidade donde se acha preso. (grifos nossos)

O escravo abandonara a casa de seu indesejado Tertuliano para...ir alojar-se noutra casa do mesmo senhor? O que isso pode significar? A atitude de Francisco Miguel tem o tom pronunciado de *fuga-reivindicatória* e não de *fuga-rompimento*:

As fugas reivindicatórias não pretendem um rompimento radical com o sistema, mas são uma cartada – cujos riscos eram mais ou menos previsíveis – dentro do complexo negociação/resistência. Correspondem, em termo de hoje, a uma espécie de “greve” por melhores condições de trabalho e vida (...) ⁸³¹

Esta não seria a última vez que João Baptista Gomes de Sá presenciaria uma fuga cinematográfica no Pacutuba. Em 1887 – para quem ainda se recordar da ação em que Euclides de Moura e Teixeira de Freitas foram juntos patronos de Eleutherio contra o trambiqueiro Joaquim Teixeira de Faria –, o oficial teve de suar para realizar a intimação desse senhor, que se havia escondido, com medo de uma justiça que tardou, mas não falhou. Naquele tempo, porém, o Pacutuba já era distrito, contando até com seu cartório próprio, dirigido pelo amanuense Francisco Antonio da Costa. Uma realidade completamente diferente de 1870, quando foi incluído no recenseamento da paróquia de Nossa Senhora da Luz. Àquele tempo com apenas 40 fogos, a freguesia não tinha mais do que dez escravos entre seus 206 moradores ⁸³². Nessas poucas habitações já estaria a “casa velha” que Tertuliano mantinha ainda na região? Aliás, não era só ele. Tanto os Teixeira como os Freitas deviam ser muitos por aquelas bandas, tanto aparecem nos

⁸³¹ REIS, J. J. e SILVA, E. *Op. cit.*, p. 63.

⁸³² Boletim do Arquivo Público do Paraná, ano X, n. 17, 1985, p. 51.

autos judiciais⁸³³). Inserido nesse breve contexto, poderia ser o Pacutuba considerado efetivamente um *quilombo*? Não teria sido a expressão fruto de certo exagero estilístico, tão comum a Tertuliano Teixeira de Freitas? Ou então, teria João Baptista Gomes de Sá se eximido de anotar na certidão de apreensão de Francisco Miguel o que realmente vira e sabia sobre o local? Tudo o que podemos dizer é que o termo “quilombo” vinha sendo usado, ao menos na segunda metade do século XIX, já com um caráter muito diverso do período colonial, para referir-se a qualquer qualidade de “ajuntamento de pretos”⁸³⁴. Falava-se mesmo, muitas vezes, em *quilombos urbanos* em relação aos “zungus” e “mocambos” espalhados pela Corte. Em Curitiba, sem contar os epidêmicos fandangos⁸³⁵, ao menos outras duas menções à conformação sócio-espacial “quilombo” pudemos localizar: a primeira, nas posturas municipais de 1836⁸³⁶; a segunda, em 1870, durante uma disputa de terras no quarteirão do Atuba, via embargo. Roza Maria e Ignacio José Dias brigavam por um terreno chamado “Quilombo” e várias testemunhas

⁸³³ Em 1879, um tal Tertuliano Machado de Freitas (que, pelo nome, bem poderia ser um irmão do bacharel), 40 anos, natural do Pacutuba, fora ouvido como testemunha no inquérito contra Manoel Ramos Fernandes e o escravo Simão de D. Rosa Maria, acusados de furtar o paiol de Manoel José Machado, onde se abrigaram e jogaram “truque”, quando uma tempestade os alcançou a caminho de um fandango. Foram acusados de terem furtado 150 mil réis e mais moedas de valor do paiol de Manoel José Machado, que se achava ausente com sua família do Assunguy (distrito de Votuverava). Contudo, Simão e Manoel contam de outro modo sua história: haviam partido no final da tarde da casa da senhora de Simão, a caminho de um fandango, quando teve início uma tempestade, razão pela qual se abrigaram no paiol de Manoel Machado. Teriam passado ali cerca de meia-hora perto do fogo que acenderam e jogando truque. Simão tomou para cobrir-se o poncho do escravo João, pertencente a Machado, e o teria devolvido a seu dono no fandango onde se encontraram. Dali retornaram apenas na manhã de domingo, em companhia de João Hilário dos Santos, agregado de D. Rosa, e sua mulher, quando foram surpreendidos pela acusação do senhor Machado. Ao final do processo-crime, foram absolvidos por falta de evidências (Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7697, Cx. 293). E, claro, não podemos esquecer de João e Benedicto, os filhos “quase” ingênuos de Joaquina, que residiam com seus senhores no mesmo quarteirão. Benedicto, inclusive, teria sido batizado na capela dedicada à Senhora Sant’Anna do Pacutuba, por João Mariano de Freitas, conforme os documentos que apresentou (Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7536, Cx. 287).

⁸³⁴ Tais como os mocambos, as maltas de capoeira e os *zungus*: “O fato é que o *zungu* tornou-se mais um espaço (podemos citar outros, como os quilombos suburbanos e as irmandades que veremos) onde as fronteiras étnicas e urbanas foram relidas, interpretadas e modificadas por aqueles que chamamos genericamente de africanos e crioulos. Um local de encontro, de troca, de solidariedade (...)” (MOREIRA, Carlos Eduardo ... [et al.]. *Cidades negras...*, p. 92).

⁸³⁵ Esse divertimento popular, no mais das vezes, era vistos com péssimos olhos pelas autoridades: “Fandangos são reuniões ou bailes semi-selvagens em ambiente carregado de valores alcoólicos e de tabacco ao reluzir de armas offensivas. Esta noção faz comprehender quanto têm elles de funesto. É raro que não seja o seu desfecho um crime (...) por esse modo o fandango poderia ser modificado, que o proibil-o acho impossivel por emquanto”. (PARANÁ. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo Chefe de polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho*. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879, p. 110).

⁸³⁶ “Art. 6º - Por qualquer escravo fugido que for prezo por Guarda Policial, pagará seu Senhor para dispeza da Camara na forma determinada pela Resolução de 25 de Junho de 1834 = Dóí mil reis quando for prezo sem Escolta; Quatro mil reis se com Ella, e seis mil reis sendo o ataque a quilombos.” (Posturas Municipais, Paraná, p. 62)

confirmaram conhecê-lo por este nome⁸³⁷. Que histórias estariam ali soterradas? Aqui já resvalamos em especulações e é melhor retornar a solo mais firme.

Spiller Pena pôde reconstituir um caso muito parecido, em que um auxílio corriqueiro no reaprisionamento de um escravo do padre Sigmaringa, residente em Curitiba, tornou-se uma verdadeira operação de guerra. Preso em 1872, Claro prestou “informações minuciosas” sobre um quilombo que existiria no distrito do Assungui, divisa com São Paulo, onde habitariam de 300 a 400 pessoas, não apenas cativos. Por pelo menos seis anos esse grupo manteve tropas de ambas as províncias mobilizadas sem sucesso para sua destruição⁸³⁸. Pareciam assaz empenhados na conservação de seu modo de existência. Também pudera: havia regalias jurídicas aos quilombolas, para além da prescrição quinquenal, como colacionava o acórdão da Relação de Belém, de novembro de 1877, que a eles garantia serem “conservados em liberdade em quanto se não produz prova robusta do seu captiveiro por parte de quem se diz senhor delles”⁸³⁹. No Maranhão havia quilombos, mas se existia, de fato, algum no Pacutuba, ele tampouco foi anilado daquela vez, como queria Tertuliano. Mesmo assim, deixou poucos rastros. A fúria do bacharel podia advir de outras situações embaraçosas que o ajuntamento tivesse causado à sua família, proprietária de muitas glebas naquela área, ficando extremamente agradecido ao delegado pela diligência:

Ami. Col. Dr. Euclides

Agradeço-lhe a boa escolta que me enviou. O escravo está capturado, e é pela escolta conduzido á Cadeia. Encarrego ao Quinco. Bittn., á qm. dou procuração para ahi requerer o que for necessário. O escravo deve ficar preso, até que o meu procurador d'elle disponha. / Recommende-me á Exma. Fama. / Seu com toda estima e concideração / Seu ami. Mto. Obro. /Tertuliano T. de Freitas / 12 jan 1881

O tom é de intimidade em que a nota particular foi escrita ao “amigo colega doutor Euclides”, tão distante da linguagem formal (“na forma da lei”) e polida do requerimento encaminhado ao “Ilustríssimo Senhor Doutor Delegado de Polícia”. O único ponto em comum entre os endereçamentos, por sinal, é a identidade de bacharel, que ligava profundamente os dois “doutores”, como fazemos novamente questão de ressaltar (pois também em seu mandado de captura, Euclides de Moura se referia ao pedido do “Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas”). Na confraria dos homens de direita,

⁸³⁷ Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI 6940, Cx. 266. A localidade foi, deveras, uma das primeiras zonas de ocupação da cidade, tendo sua vila sido fundada já no séc. XVI por desbravadores portugueses arribados pelo caminho da Serra do Mar.

⁸³⁸ PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 225-226.

⁸³⁹ *O Direito*, v. 17, set./dez. 1878, p. 284-289.

perdão, do direito, tudo estava entre amigos, até o destino de Francisco Miguel, que provavelmente, seria vendido, sabe-se lá para onde, depois da tentativa de homicídio. Essa negociação, porém, deveria ser encabeçada por outro colega, o tal “Quinco. Bittn.” – seria Joaquim Belarmino Bittencourt? – a quem seu senhor passara já procuração.

Tanta bisbilhotice nos bastidores da delegacia de polícia não é em vão. O caso de Francisco Miguel, que de anjo e santo só tinha o nome, escancara o tipo de relação personalista (de “amizade” e “coleguismo”) que, até os últimos dias do regime escravista, se esgueirava por debaixo da “forma da lei”. Mas a forma da lei nem sempre encarnava o seu conteúdo. A ação da polícia ou da Alfândega (onde José Marques estava prestes a matricular, ilicitamente, a liberta Francisca Romana como cativa), mesmo procedimentalizada, mantinha-se permeável ao mandonismo senhorial, por via da influência dos poderes locais na *rotina administrativa*. Não se tratava de uma propensão de cunho meramente ideológico pró-escravatura: o mesmo Euclides de Moura que prendeu Francisco, defenderia a liberdade de Ermelino no ano seguinte, em ação que já vasculhamos. A diferença é que, ali, desempenharia a função de *curador*. Enquanto *delegado*, no entanto, bastava um bilhete, uma carta de algum pretense senhor de Guarapuava, a visita de um procurador de Campinas ao chefe de polícia, para que se determinasse a prisão de um homem negro (assim visto como qualquer indivíduo que carregasse os tais “sinais característicos” de Filadelpho), *inaudita altera pars*, isto é, sem sequer ouvir sua versão da história. Podia ser que Francisco Miguel se considerasse tão livre quanto Ermelino e tivesse fortes razões, quem sabe as mesmas, para o fazer. Entretanto, não teve nem chance de apresentá-las a Euclides de Moura. Ainda quando alguma oportunidade de defesa foi franqueada a indivíduos como Filadelpho (mais por iniciativa sua de buscar o judiciário do que por boa vontade das autoridades policiais), ela pouco surtiu efeito. Euclides, aqui, Eusébios, acolá. Em seus anos à frente da polícia na Corte, Eusébio de Queiróz orientou sua atividade segundo esses mesmos valores, como explorou Chalhoub. Ou então – como propomos diante da rotinização desse *modus operandi*, encontrada também nas fontes paranaenses – não seria Queiróz quem estaria apenas reproduzindo uma prática e um discurso amplamente correntes?

A polícia da Corte agiu a partir do pressuposto “queiroziano” de que todo preto – e muitos pardos também – era escravo até prova em contrário. Desnecessário dizer o quanto tal pressuposto se mostrou instrumental na consolidação do direito senhorial costumeiro de escravizar ao arrepio da lei (...) E como “parecer escravo” era conceito subjetivo, muitíssimo amplo na visão de mundo queiroziana, temos que o processo de enraizamento da escravização ilegal no *modus operandi* do Estado

imperial tornou mais precária a liberdade de pretos e pardos forros e livres em geral.⁸⁴⁰ (grifos nossos)

A mentalidade dos senhores e das autoridades policiais parecia ditar que todos os negros eram iguais, no final das contas. E o que os igualava era a chaga indelével da escravidão. Essa *presunção de escravidão* não era jurídica, mas uma representação social em voga. De tal modo ela devia estar enraizada em procedimentos administrativos de fácil manejo pelos senhores e no tratamento dispensado por alguns setores públicos aos negros, que esses também criaram suas precauções e ressalvas para com a polícia. A ponto de interpretar qualquer movimento de seus agentes como uma tentativa de (re)escravização, mesmo quando essa não era a sua real intenção.

É o que fica evidenciado pelo caso de Custódio. Natural de Lages, província de Santa Catarina, como relatou em seu interrogatório, Custódio José da Silva se considerava “cidadão brasileiro” como qualquer outro⁸⁴¹. Mas estava enganado. Aos 28 anos, foi preso pelo inspetor do quartirão de Campinhos, distrito de Arraial Queimado, a mando do subdelegado de Serro Azul. Transferido para a cadeia de Curitiba pelo chefe de polícia do Paraná, Custódio (cujo nome não poderia ajustar-se melhor à sua sina) amargou oito dias sem qualquer justificativa sobre os motivos do constrangimento. Irresignado com sua situação, impetrou *habeas corpus* ao juiz de direito, por intermédio de José Galdino Correa Pinto, que, com exemplar conhecimento de causa, disparava, em 21 de dezembro de 1874, que seu protegido “não praticou crime algum, não está indiciado e muito menos pronunciado como delinquente” (José Galdino, para os que não mais se recordam, salvaria, no ano seguinte, os escravos Bebiano e Joana das garras de seu irmão avarento, no decorrer do inventário de seu pai). Ambos estranhavam a ausência de mandado judicial e Custódio só via uma razão para aquela prisão:

(...) consta-lhe que deu lugar a esta uma vaga suspeita de ser captvo o suplle. e viver fugido de seu senhor (...) essa suspeita, porem, não tem o menor fundamento e nasce só de dictos maliciosos de algumas disafeições do suplle., que tem incontestável direito de ser mantenido em sua liberdade e conservado n'ella, desde que nem huma prova se apresenta, nem pode apresentar-se contra o estado em que se conserva, como homem livre que é.

Custódio José da Silva era “homem livre”, mas também era homem negro. Se fulo, pardo, cabra, mulato ou preto, não há registro nos autos. A “cor do silêncio”, contudo, estava nítida. A suspeita do subdelegado podia ser vaga, mas deu asas à sua

⁸⁴⁰ CHALHOUB, S. *Costumes senhoriais...*, p. 29-30.

⁸⁴¹ Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7279, Cx. 278.

imaginação, o suficiente para que ordenasse de ofício a captura repentina de Custódio. Ou seria o contrário? Uma vaga suspeita de Custódio não poderia ter dado asas à imaginação do negro? Afinal, se era tão precária a liberdade desses homens e mulheres, ela bem poderia ser manipulada por “disafeições” suas para causar-lhes infortúnios.

Mas aquela era a sua construção dos fatos, ou melhor, a sua leitura deles. A do chefe de polícia era diferente. Questionado por Ermelino de Leão sobre o caso, o Dr. Salvador Pires de Carvalho Albuquerque Jr. enviou-lhe um relatório mais extenso que seu nome, onde afirmava ser o prisioneiro, não um cativo, como se temia, mas um criminoso fugido. Tomava como base para essa acusação um telegrama enviado pelo chefe de polícia de São Paulo, o que, porém, não batia com a biografia do réu, fosse ela real ou inventada. Segundo o que dizia este, viera havia quatro anos do distrito da Faxina, onde morava com um José Tocunduva, para a Vila de Arraial Queimado, passando a viver ali em companhia de José Ignácio de Lima. Um ano depois disso, mudara-se novamente, para o quarteirão dos Campinhos, com Joaquim Ribeiro. Perguntado sobre o porquê dessas andanças, respondeu apenas querer “ver se melhorava de ganho, por lhe constar pagar aqui melhor os salários do que lá [na Faxina]”. Ermelino de Leão não ficou convencido. Em 26 de dezembro, “a vista dos esclarecimentos subministrados pelo Dr. Chefe de Polícia”, denegou a soltura do paciente. Custódio passou aquele natal sob custódia, e talvez muitos outros depois.

Nas demandas sob sua responsabilidade, o juiz de direito de Curitiba costumava manter um olho fixo no peixe e outro no gato, e não tomar abertamente as dores de qualquer das partes. Não, ao menos, quando provado por um conflito de interesses *entre dois particulares*, mesmo quando um senhor, outro escravo. Teria ele mudado de atitude, no caso de Custódio? Essa seria uma avaliação por demais simplista do caso. O doutor Ermelino, no fundo, nunca fora tão imparcial assim: sempre estivera do lado da lei e da ordem. E continuava dando provas de sua lealdade ao Estado Imperial, ao tomar como verdadeira, sem questionamento, a versão de um de seus funcionários, uma autoridade pública. A expressão *fé pública* lhe cabia bem: ele parecia cultuar esse princípio como uma religião particular. E acreditava piamente na máquina burocrática e em seus maquinistas (ou, pelo menos, comportava-se como se neles acreditasse).

Conquanto não estivesse sozinho nessa crença institucionalista, ela não era unânime entre seus pares. Em meados de 1878, o descrédito do juiz de direito da comarca de Guarapuava quanto aos procedimentos adotados pela polícia na captura de um escravo supostamente fugido geraram uma discórdia de dimensões interprovinciais.

No relatório que o Dr. Carlos Augusto de Carvalho apresentou a Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes, presidente da província, em 20 de fevereiro de 1879, o comandante da força policial paranaense narrava, em minúcias (e com um toque de despeito), o caso:

Tendo sido requerida a captura do escravo Daniel, que se achava em poder de Antonio da Rocha Loures Villaça, determinei ao delegado de policia de Guarapuava que promovesse tal deligencia. Capturado o escravo, depois de poderosos esforços e contrariedade em que perfeitamente portou-se a autoridade policial, Rocha Loures, o detentor, requereu em favor do escravo *habeas-corpus* e o Dr. Juiz de Direito concedeu a soltura do paciente. A Relação de S. Paulo, porem, tomando conhecimento do recurso *ex-officio*, como se vê do Accordão, invalidou o acto do juízo *a quo*, sancionando o procedimento da autoridade policial.⁸⁴² (grifos nossos)

Fora o próprio chefe de polícia quem apelara da decisão. Compreensível, diante de uma questão da maior gravidade, já que “o escravo, mandado soltar como livre por ordem de *habeas-corpus*, deve ser mantenido nella; cabendo nesse caso ao senhor a propositura da acção de escravidão”⁸⁴³. Era a analogia que estabelecera a Relação da Corte, alguns meses antes, entre os efeitos do *habeas corpus* e da manutenção de liberdade, que, se procedentes, obrigariam os proprietários àquilo que mais repugnavam: judicializar os conflitos com seus cativos. O caso dizia respeito não somente à legalidade ou não dos expedientes adotados pela polícia sobre os negros, mas ao próprio grau de intervenção do poder judiciário no executivo. Esse era um debate candente na parca doutrina administrativista de então, em que vozes como a de Paulino Soares de Souza ressonavam tonitruantes: “O poder judicial não pode inspecionar e fiscalizar o administrativo, acompanhando-o em todos seus atos. (...) É uma mola da máquina administrativa, mas não é a máquina”⁸⁴⁴.

No mesmo diapasão, o acórdão do Tribunal da Relação de São Paulo, datado de 19 de novembro de 1878, considerou “improcedentes as razões em que se fundou o Juiz de Direito da comarca de Guarapuava” para pôr em liberdade o escravo Daniel e determinar *ex officio* seu arbitramento no juízo de órfãos. Afinal, ele havia sido “prezo

⁸⁴² PARANÁ. Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo Chefe de polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879, p. 48.

⁸⁴³ O Direito, v. 17, set./dez. 1878, p. 261.

⁸⁴⁴ SOUZA, Paulino S. Op. cit., p. 408. Citamos como exemplares as observações deste jurista, uma vez que a própria historiografia sobre o Brasil imperial reconhece a desenvoltura de sua obra: “Revisão ou não, e apesar do título desencorajador, o livro é a melhor tentativa, feita na época, de pensar a vida política do Brasil imperial a partir do campo conservador. Nele é discutida a relação entre política e administração, entre Estado e sociedade, entre autoridade e liberdade, temas ainda centrais no debate político de hoje” (CARVALHO, José Murilo de. *Entre a autoridade e a liberdade*. In: SOUSA, Paulino José Soares de. Paulino José Soares de Sousa. Org. e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 11. *Apud* SOUZA, A. P. Op. cit., p.148).

regularmente por ordem do Delegado de Polícia do termo”, a pedido de seu senhor de nome Julião Gonçalves Rezende. Os desembargadores paulistas ordenavam, por este motivo, que Daniel fosse entregue de imediato ao delegado, “para dar-lhe o devido destino na conformidade das ordens do chefe de polícia”. No julgado, que chegou à Curitiba por telegrama, uma semana depois, lia-se ainda o voto divergente de G. Nogueira: “votei para negar-se provimento ao recurso, afim de poder correr no termo, em que se acha o escravo, o processo de arbitramento, alforria, se por ventura annuindo o Snr, não apresentasse excepção de incompetência de Juizo, por não ser o do seo domicilio”. O razoável Nogueira ficaria decepcionado em saber que, no ano seguinte, o chefe de polícia do Paraná, Luís Barreto Correa de Menezes editaria *Instruções dos inspetores de quartirão* que transformavam, na prática, esses agentes em capitães-do-mato oficiais, “chamando para coadjuvá-los quaisquer cidadãos, os quais não poderão recusar-se, sob pena de desobediência” (art. 2º, §6º)⁸⁴⁵. Como bem reparou o Dr. Carlos de Carvalho, era o direito “sancionando o procedimento da autoridade policial” e riscando a fronteira de giz caucasiano entre o foro e o xadrez:

O poder judicial é instituído para terminar, por meio de sentença, os debates entre particulares. Logo que a discussão se abre entre a administração como órgão da sociedade, e um particular, por motivo de colisão entre o interesse geral e um direito privado que não pertence à ordem civil ou penal, cessa a competência do poder judicial. Acresce que o poder judicial não está habilitado para bem apreciar razões de Estado, e de interesse público, que devem dominar nos assuntos administrativos.⁸⁴⁶ (grifos nossos)

Novamente, eram palavras do Visconde de Uruguai, que podiam bem ilustrar o cálculo jurídico em que se assentavam as decisões (de)negativas de Agostinho Ermelino de Leão. Seria preciso analisá-las em contraste com outros pedidos de *habeas corpus* para verificar se ele dispensava a mesma austeridade a prisioneiros não-negros, ou se existiam nelas também um quê discriminatório. O certo é que a lógica do contraditório presidia a dinâmica *judiciária*, mas não a *administrativa*. Até a derrocada final da escravidão, esse dogma permaneceu intacto: em meados de 1886, o Ministério dos Negócios da Justiça, imitando Pilatos, esbanjava reticência num parecer sobre o assunto: “ao poder judiciario compete conhecer das decisões proferidas sobre

⁸⁴⁵ PENA, E. S. O jogo da face..., p. 223.

⁸⁴⁶ SOUZA, Paulino S. Op. cit., 82.

requerimentos de habeas corpus, cabendo aos senhores requererem as diligencias legaes para serem capturados os escravos”⁸⁴⁷.

Enquanto as lutas jurídicas dos escravos nos tribunais pressupunham uma certa horizontalidade entre eles e seus adversários (os senhores), os embates administrativos tinham um caráter persecutório muito sobressalente. O que acarretava dois modelos bastante distintos de *produção da verdade*, no âmbito processual. Partindo das premissas de M. Foucault, para quem as minúcias da *prova* são componente central para se compreender o tipo de discurso de verdade articulável nos átrios da justiça⁸⁴⁸, podemos averiguar que a construção da narrativa fática nas ações de liberdade era muito mais *bilateral, dialética* – por estar sujeita a um contraditório entre partes com igual, ou semelhante, poder/lugar de fala – do que nos procedimentos meramente administrativos, nomeadamente os policiais, onde a produção de verdade era sensivelmente *unilateral*, agarrando-se, em geral, à versão dos senhores. Conscientes disso, eles repugnavam mais do que tudo o serem compelidos a *jogar as regras do jogo jurídico*, ou melhor, judicial.

Joaquim José Pedrosa, pai de João José Pedrosa e de nosso já íntimo solicitador (que teve o desprazer de carregar o estigma escravocrata do mesmo nome), expressou esse receio de forma inequívoca numa petição ao juízo da turbulenta Guarapuava, onde andava acoitado por Joaquim Danguy o preto Ermelino, em 1859:

Não ficará assim a propriedade sobre os escravos sujeita a cada instante, pela fuga deles e acoitamento de possíveis desfrutadores, a uma dúvida permanente, sempre dependente de ações de reivindicação? Será isso admissível? Grita que não o bom senso, a boa razão, a Lei enfim. Não é uma ação o de que se trata; é uma providência administrativa, que podia ser requerida a qualquer autoridade policial (...) (grifos nossos)⁸⁴⁹

Era o rito em si, o *campo simbólico e relativamente autônomo do direito*, que fornecia as armas aos cativos para continuar lutando com maior liberdade pela liberdade. Ou, no campo mais afeito a arbitrariedades das “providências administrativas”, reduzia seu poder de fogo quando disparadas e aqui, o giro se fecha:

⁸⁴⁷ *O Direito*, v. 40, maio/ago. 1886, p. 640-641.

⁸⁴⁸ Ao situar o inquérito no início da modernidade ocidental como “uma forma de saber-poder”, Foucault firma: “Tem-se aí uma nova maneira de prorrogar a atualidade, de transferi-la de uma época para outra e de oferecê-la ao olhar, ao saber, como se ela anda estivesse presente. Esta inserção do procedimento do inquérito reatualizando, tornando presente, sensível, imediato, verdadeiro, o que aconteceu, como se o estivéssemos presenciando, constitui uma descoberta capital (...) Todo o grande movimento cultural que, depois do século XII, começa a preparar o renascimento, pode ser definido em grande parte como o desenvolvimento, o florescimento do inquérito como forma de saber geral” (FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora; Editora da PUC-RJ, 2005, p. 72-75).

⁸⁴⁹ PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 200.

estamos novamente às voltas com o problema da *centralidade do 'iudicium'* (“processo regulado, metódico e dialogado de decisão”⁸⁵⁰) na administração da justiça, tão enfaticamente proposto por Hespanha. Essa centralidade pode ser identificada igualmente no argumento do Visconde do Uruguai sobre a urgência de se organizar o que ele denomina “contencioso administrativo”⁸⁵¹.

Uma espécie de meio-termo entre a pura mecânica administrativa e a judicialização são os “processos-crime” (o nome mesmo parece refletir essa hibridez), mas mesmo neles é preciso reconhecer que o *monopólio da fala* encontra-se depositado quase inteiramente nas mãos da polícia, já que, desde a reforma judiciária de 1841, era atribuição dos seus chefes e delegados a preparação do *sumário de culpa*, transformado em *inquérito* com a Lei n. 2.033 de 1871. Mesmo após tal reforma, Nabuco de Araújo não cansou de criticar o modelo:

(...) o que se vê é a polícia, como dantes, formando processos, dispondo do destino dos acusados, segundo seu alvedrio e má vontade, e indiretamente julgando sem nenhuma responsabilidade legal (...) pois que é sempre verdade que o inquérito que formulou tem que servir de base ao processo que vai ser completado em outro juízo.⁸⁵²

De qualquer modo, não havia contrariedade ou dialogicidade nessa etapa administrativa preliminar e a tradição inquisitorial permanecia, cabendo aos promotores públicos nada mais do que traduzir os fatos relatados numa denúncia “na forma da lei”, diante do juízo competente. O que, com raríssimas exceções (como a intromissão de Joaquim de Almeida Faria Sobrinho para além de suas atribuições, na causa envolvendo a escrava Esperança, em 1869⁸⁵³), era exatamente o que se dava. Não é coincidência encontrarmos, em 1884, o Dr. Euclides Francisco de Moura na condição de promotor, acusando o escravo Antonio, de João Teixeira de Faria, pela morte de seu companheiro

⁸⁵⁰ HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, p. 109.

⁸⁵¹ “Se, como temos visto, existe e é indispensável um contencioso administrativo; se não deve, nem pode pertencer ao poder judicial; se é inseparável do poder administrativo, e portanto do Executivo que o compreende; se é indispensável que as decisões contenciosas sejam cercadas das garantias que oferecem tribunais, com certa forma de processo e recurso; é irrecusável consequência que deve haver e há, em todos os países que vivem debaixo de um governo regular, tribunais administrativos com maior ou menor desenvolvimento.” (SOUZA, Paulino S. Op. cit., p.107).

⁸⁵² NEQUETE, L. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1973, v. 1, p. 85. *Apud* KOERNER, A. Op. cit., p. 101.

⁸⁵³ Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6863, Cx. 264

Domingos⁸⁵⁴. Emygdio Westphalen também foi promotor público, da comarca da Lapa, a partir de 1875⁸⁵⁵. E os perfis biográficos se repetiam...

Aliás, se é possível entrever uma linha ideológica que corta o círculo dos bacharéis em duas bandas (por polidez, eximimo-nos de chamar uma delas de pobre), é esta opção entre o papel de *feitor jurídico* ou de *benfeitor jurídico* dos escravos, ainda que, eventualmente, eles se confundissem. Justamente as figuras identificadas como mais arredias ao discurso da liberdade, nos processos de cativos, foram as que, sem exceção, passaram pela chefatura de polícia. Em 1871, já o Dr. Bento Fernandes de Barros expedia, nessa posição, portaria para captura, no Pilarzinho, da escrava Maria, pertencente ao Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta (o pai), ao passo que, em 1884, era o próprio Tertuliano Teixeira de Freitas que, acumulando o mesmo cargo, determinava “a qualquer autoridade policial (...) que preste auxílio legal de que necessitar o Sr. João de Sant’Anna Pinto Junior para a captura de seu escravo de nome Candido”, na Lapa⁸⁵⁶. Assim como o bacharelismo abria a carreira de advogado, que poderia passar pela magistratura um dia, também podia guiar de cargos como o de delegado aos de chefe de polícia e promotor público, com certa naturalidade.

Já do lado dos curadores-magistrados, pelo menos um nome merece menção: o Dr. Francisco Itaciano Teixeira, patrono de Severo, em 1888 e que, desde 1881, era juiz municipal e – sintomaticamente – de órfãos dos termos reunidos de Campo Largo e Palmeira⁸⁵⁷. Não que magistrados e desembargadores estivessem isentos das malhas do poder, pelo contrário. Acontece que o poder ao qual se vinculavam cruzava outras escalas (não tanto local-municipal, ou provincial, mas central-nacional, como a postura de um Ermelino de Leão deixa patente) e, ao mesmo tempo, seu campo de arbitrariedade estava limitado, quando agiam no plano judicial, particularmente, pela

⁸⁵⁴ Antonio foi denunciado pelo homicídio de Domingos Bento dos Santos durante uma caçada. Segundo alega o réu e as demais testemunhas, a morte de Domingos teria sido acidental, uma vez que eram amigos. Antonio teria atirado numa paca, mas Domingos foi atingido na coxa direita. Ao final, o réu é absolvido (Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR PB 045 PI 8120, Cx. 312).

⁸⁵⁵ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 26.

⁸⁵⁶ Ambos os casos elencados por Pena (PENA, E. S. O jogo da face..., p. 223).

⁸⁵⁷ PARANÁ. *Relatorio com que o Dr. João José Pedrosa passou a administração da Provincia do Paraná ao Presidente Dr. Sancho de Barros Pimentel no dia 3 de Maio de 1881*. Curityba, Typ. Perseverança, 1881. Os vestígios da atuação do Dr. Itaciano Teixeira na magistratura não puderam ser localizados na documentação do Arquivo Público do Paraná, mas acham-se à espera de novas investigações no Arquivo do Fórum Municipal de Campo Largo, como os autos do caso da escrava Rita, de José Custódio Natel, identificado por Verônica Vidal (VIDAL, V. *Ações de liberdade em Campo Largo...*, p. 37). Possivelmente, a postura demasiado favorável aos escravos impediu o bacharel de consolidar sua carreira no Judiciário.

mediação qualificada dos curadores. Ao contrário de Rocha Loures, o “acoitador” de Daniel; de José Galdino, o pressuroso amigo de Custódio; ou de Filadelpho, que impetrava em seu próprio nome um *habeas corpus*, bacharéis (como Generoso Marques em favor de Marcolino), ou solicitadores autorizados, enquanto detentores de um saber técnico específico, portadores legitimados de uma *cultura jurídica*, tinham condições de controlar seus colegas e às autoridades judiciárias no exercício de suas funções, segundo os ditames da legalidade. Nesses processos, a clivagem entre *profissionais*, *praxistas* e *leigos* fica ainda mais evidente, inclusive do ponto de vista dos resultados alcançados por cada um deles no mundo do direito.

Uma paisagem que se contrapunha, em boa medida, ao velho “*indiferentismo jurídico*” identificado com argúcia por Pontes de Miranda no direito brasileiro oitocentista, e que se perpetuou na atuação policial até bem perto da abolição. O mal já fora diagnosticado pela doutrina, décadas antes. O Visconde de Uruguai, por exemplo, chamara a administração de um “vasto campo de favores”, em 1862, a flunar conforme as maré política e a dar vezo à “desmoralização” e à “invasão de interesses”⁸⁵⁸.

“Vagas suspeitas”, “sinais” genéricos, o que as histórias de Daniel, Marcolino, Custódio, Francisco Miguel e Filadelpho desnudam é, na esteira das observações de S. Chalhoub, a relação entre *escravização ilegal* e *precarização da liberdade* no período imperial⁸⁵⁹. Em sua acertada opinião, muito dessa problemática associação derivava de costumes senhoriais instaurados com a revogação informal ou a ineficácia prática da Lei de 1831. O raciocínio proprietário era nefasto, mas perfeito: da mesma maneira como havia uma convivência institucionalizada para com a violação dessa norma, os senhores consideravam-se também infensos à punição que o Código Criminal previa para casos de redução de homens livres ao cativeiro. Porém, não estamos falando aqui das malandragens típicas da voluntariedade proprietária. Elas não deixaram de ser praticadas, mas ao seu lado surgiram esses outros expedientes de escravização, sem dúvida, *ilegítimos*, mas que concretizam-se por meio de *procedimentos legais*, com apoio do aparato estatal, mormente nas circunstâncias em que os senhores não tinham meios para, por suas próprias forças, aprisionar os negros (alguns dos quais podem

⁸⁵⁸ “A circunstância, aliás inevitável, de se achar o poder administrativo, pelo menos o geral, reunido ao político e governamental, as mesmas mãos, as do Poder Executivo, traz com efeito o continuado perigo da invasão dos interesses políticos na administração. A tentação é freqüente e freqüentemente os governos sacrificam considerações e vistas administrativas importantes a conveniências pessoais e políticas passageiras. A administração trona-se o vasto campo dos favores, e o meio de procurar e firmar apoio político, às vezes com grande desmoralização.” (SOUZA, Paulino S. Op. cit., p. 28).

⁸⁵⁹ CHALHOUB, S. *Costumes senhoriais...*

mesmo nunca ter sido escravos, sendo ilicitamente sujeitados). O que fazia da *africanidade* (visível nos traços de Filadelpho) em geral um elemento desestabilizador da liberdade, especialmente quando não consubstanciada esta em algum título oficial:

Escravização ilegal e precarização da liberdade são duas faces da mesma moeda. Ninguém poderia ser negro – preto ou pardo – livre ou liberto, em segurança, numa sociedade em que escravizar ao arrepio das leis vigentes se fizera direito senhorial costumeiro (...) o desrespeito à lei de 1831 dependia da criação e do fortalecimento de práticas cotidianas e rotinas institucionais que, ao mesmo tempo, tornavam “natural” o cativeiro dos africanos e limitavam severamente o significado da liberdade para pessoas portadoras de sinais claros de *africanidade* (...) ⁸⁶⁰

No vintênio que temos sob nossa lupa, essas conclusões parecem aplicáveis para além das paragens paranaenses. Nada obstante, se “o Estado se fizera fiador da propriedade escrava adquirida por contrabando”⁸⁶¹, na década de 1830, já não parecia tão disposto a continuar arcando com os juro de mais essa liberdade (dos senhores). Eles estavam cada vez mais cientes de que perdiam terreno na arena judicial. A segunda metade do século viu se alargarem, nesses espaços, as chances que tinham os cativos de efetivamente fazerem valer sua liberdade. É o que os dados sistematizados por K. Grinberg sobre a Corte de Apelação do Rio de Janeiro corroboram: houve, desde os albores do século, uma ligeira preponderância de ações de escravidão sobre manutenções de liberdade, o que só se inverteu depois da proibição do tráfico (1831). Na década de 1860, as manutenções passaram a representar o dobro de suas opositoras, assim estabilizando-se até 1888⁸⁶². Isso poderia significar que, nesse ínterim, as ações de escravidão tornaram-se menos controversas, sendo solucionadas em primeira instância, o que, com o peso sempre mais liberal da cultura jurídica, parece duvidoso. Mais plausível é interpretar essa mudança como uma diminuição quantitativa desses processos. Especialmente depois de 1871, as ações de escravidão (de natureza petítória), o reverso político-jurídico das manutenções de liberdade (possessórias), parecem ter caído em desuso. Padrão que se reproduz em Curitiba: para o recorte temporal que fazemos, não puderam ser localizados, entre os arquivos do DEAP-PR nem ao menos uma demanda desse tipo. Por via das dúvidas, os senhores achavam mais seguro e conveniente enviar um bilhete ao delegado de polícia do termo, exigindo a recaptura de um escravo (ou a captura de um homem livre, como se escravo fosse), do que dar

⁸⁶⁰ CHALHOUB, S. Idem, p. 26.

⁸⁶¹ CHALHOUB, S. *A força da escravidão...*, p. 252.

⁸⁶² GRINBERG, K. *Liberata...*, p. 111.

margem a um desgastante embate judicial que lhes poderia desfavorecer ou, no mínimo, tomar-lhes muito mais tempo e recursos. A intransigente hostilidade senhorial à justiça diz alguma coisa sobre a *autonomia do campo jurídico* e seu papel então progressista:

(...) se esses dados dizem muito sobre o estado das relações entre senhores e escravos na segunda metade do século XIX, eles informam mais ainda acerca da legitimidade jurídica das ações cíveis de escravidão e manutenção da liberdade: demonstram que, paralelamente ao que então acontecia nas ruas, dentro dos tribunais – ao menos nos tribunais de segunda instância –, a legitimidade da escravidão também estava com os dias contados.⁸⁶³

Se a legitimidade jurídica (por que não dizer, a legalidade) da escravidão ia sendo corroída pelos operadores do direito, será que todos os negros podiam ser sumariamente detidos e malfadados? O mesmo Chalhoub que denuncia a calhordice dos “costumes senhoriais”, pôde ponderar a complacência estatal diante deles, a partir de meados da década de 1870. Munido dos Livros da Casa de Detenção da Corte, constatou uma inversão nos registros de entrada de pretos(as), que migraram progressivamente de “suspeitos(as) de fugido(as)” para as colunas de cidadãos livres:

Qual o sentido dessa inversão? Até a década de 1860, ainda parecia vigorar com força o pressuposto de que alguém detido por suspeição de ser escravo, e de andar fugido, permanecia escravo até prova em contrário. Na década de 1870, sem dúvida por influência da lei de 28 de setembro de 1871, a tendência passava a ser considerar livre a quem não se podia provar escravo. Em tese, só a certidão de matrícula realizada segundo a lei de 1871 tornava-se evidência legal do cativo de alguém.⁸⁶⁴ (grifos nossos)

Depois de uma longa caminhada, voltamos ao ponto de onde partimos: a Lei de 1871, o “império da lei” em geral, solapando o domínio patriarcal dos senhores, não foi nada desprezível nas lutas escravas. Mais do que o ventre, ela agora permitia libertar o corpo todo dos negros. Não foi à que, no campo jurídico, as reformas legislativas do elemento servil e do *habeas corpus* vieram juntas, sendo apreendidas como um “pacote” pelos seus contemporâneos, inclusive levados a debatê-las em revistas como *O Direito*:

(...) no ano de 1873, os seus personagens estavam envoltos nas discussões suscitadas pela recente edição de duas importantes leis, as leis de 20 e 28 de setembro de 1871, um “pacote” que de uma só vez promoveu a libertação do ventre e a proteção dos direitos civis através da ampliação do direito ao *habeas corpus*, reformando aquela mesma lei autoritária de 3 de dezembro de 1841⁸⁶⁵.

⁸⁶³ GRINBERG, K. *Reescravização...*, p. 121.

⁸⁶⁴ CHALHOUB, S. *A força da escravidão...*, p. 232.

⁸⁶⁵ RAMOS, H. C. M. B. Op. cit., p. 141.

Se sozinha, ela teve “efeitos apoucados”, misturada à argamassa de um contexto político periclitante, e do protagonismo da resistência popular, dentro e fora dos tribunais, a força jurídica ajudava a construir um edifício de liberdade – por mais precária que, a princípio, ele fosse – sobre aqueles territórios em que a escravidão já ruíra: “se as fronteiras incertas entre escravidão e liberdade oprimiam e comprimiam a liberdade possível aos livres, criavam oportunidades aos escravizados, que se moviam e escondiam em territórios sociais ambíguos”⁸⁶⁶. A partir de 1881, quaisquer fugas e apreensões de escravos tiveram de ser averbadas⁸⁶⁷. Mesmo na Bahia, conquenta anos depois da sangrenta Revolta dos Malês, de que o país todo se ressentira, qualquer africano dito ilegal teria direito a impetrar *habeas-corpus* contra seus senhores⁸⁶⁸.

E quanto a Curitiba, bem, o efeito de inversão que se notou na cadeia da Corte não foi instantâneo, mas fez-se sentir: o último *habeas corpus* dessa natureza foi o de Custódio, datado de 1874. Como Chalhoub retrata, um aviso do Ministério da Agricultura, de 12 novembro de 1875, decidiria que aos escravos recolhidos em casas de detenção como “bens do evento” aproveitava a presunção de liberdade da Lei de 1871⁸⁶⁹. O autor se pergunta se a nova regra surtiu ou não os efeitos desejados. Tudo o que podemos acrescentar é que, ao menos na capital de uma província menor, parece que sim. A escravidão – ou a couraça simbólica que a associava imediatamente à pele negra – tinha seus dias contados, e os ponteiros do direito marcavam esse colapso.

Mas, enquanto seu fim não chegava, muita gente continuava contando conto, e aumentando ponto. Precisamente quinze anos antes da abolição, foi a vez de José Gonçalves da Silva sentir na pele o que a pele significava. Em 13 de maio, o cearense recolhido na cadeia de Curitiba impetrou também um *habeas corpus* sob a mesma fundamentação dos anteriores e, do mesmo modo, recusado pelo juiz de direito. Em 23 de julho, com o auxílio de Pedro Alves Ferreira, tentou novamente sensibilizar Ermelino de Leão. Ferreira não era um gramático, mas descreveu o absurdo da situação:

Acha-se o paciente preso a ceis (sic) meses sob o fútil pretexto de ser escravo captivo em virtude de existir uma precatória Cecretaria de Policia na qual dava alguns sinais quase iguais aos que tem o paciente, mais afinal verificou-çi que não éré o próprio, por ter vindo a esta Capital o procurador do senhor deçe escravo, em

⁸⁶⁶ CHALHOUB, S. *A força da escravidão...*, p. 233.

⁸⁶⁷ Decreto Imperial n. 8067 de 17 de abril de 1881.

⁸⁶⁸ Assim decidiu aquela Relação: “*Habeas corpus* concede-se ao africanos, que, importado depois da lei de 7 de novembro de 1831, é tido em captiveiro” (*O Direito*, v. 43, maio/ago. 1887, p. 431).

⁸⁶⁹ CHALHOUB, S. *A força da escravidão...*, p. 273-274.

virtude de aviso do mesmo Snr. Dr. Chefe de Policia, ficando, apesar de ter desaparecido a única presepção que avia contra si; protestando-çe que si não for escravo é recruta.⁸⁷⁰ (sic)

O carcereiro da prisão municipal já atestara, na primeira tentativa, que José fora preso por “suspeito de ser escravo”⁸⁷¹. Em que se baseava essa suspeita, ninguém mencionou. Presume-se que bastava o fato de ser ele negro, e isso era tudo. O chefe de polícia retomou como o prisioneiro fora enviado na condição de recruta, outra vez pelo excessivamente diligente (ou assustadoramente racista) delegado de Guarapuava e, ao mesmo tempo, sendo considerado cativo em vista de “uma nota assignada por Antonio Manoel Armada em que reclamando um escravo fugido há mais de 10 annos, de nome Francisco, apresenta os sinais característicos do mesmo escravo que combinão justamente com os do peticionário”. Mais um senhor paulista que, décadas depois, vinha, muito argutamente, (no exato instante em que arregimentar mão-de-obra era um mister nos cafezais) lembrar-se de um escravo seu que fugira. Memória e esquecimento eram plásticas a esses ven(d)cedores, que moldavam como queriam a história dos ven(d)cidos. José da Silva, um desses vencidos da história, sintetiza tudo o que viemos argumentando: a facilidade dos senhores para escravizarem, pela via administrativa, indivíduos que talvez lhes fossem incapturáveis no campo judicial; a postura muito diferente dos magistrados diante desses dois tipos de procedimentos (o tão legalista Ermelino de Leão não cedeu nem sequer a um único pedido de liberdade em sede de *habeas corpus*, o que nem por isso fazia dele incongruente, já que, a rigor, esse era o entendimento dominante⁸⁷²); a indiferenciação estrutural, e também jurídica, entre escravidão e liberdade, nos anos da transição abolicionista.

Se a cultura jurídica da liberdade nadava de braçada no oceano da justiça, a cultura política da escravidão se esgueirava e ia promovendo infiltrações no dique da

⁸⁷⁰ Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7193, Cx. 275. Também no caso do recrutamento cabia *habeas-corpus*, com base nas isenções das Instruções de 10 de julho de 1822, como demonstra um acórdão da Relação de Porto de 1875 (*O Direito*, v. 7, maio/ago. 1875, p. 740).

⁸⁷¹ Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7191, Cx. 275.

⁸⁷² Por exemplo, o que vigorava no Tribunal da Relação de Ouro Preto: “Escravo, que, por estar fugido, é detido em custodia, não tem direito de ser solto por *habeas-corpus*; porquanto, cumpre que se proceda a todas as diligencias necessárias para se entregal-o a seu senhor” (*O Direito*, v. 7, maio/ago. 1875, p. 740). A única ressalva era se fosse identificado o cativo como abandonado, quando se deveria adotar o procedimento da Lei de 1871 e do Regulamento de 1872. Em Curitiba, acontecia por vezes de escravos recolhidos na cadeia não serem jamais reclamados por qualquer senhor. Em 1857, essa situação levou o Chefe de Polícia Interino questionar o vice-presidente provincial, José Antônio Vaz de Carvalhaes, sobre o que deveria fazer (Arquivo Público do Paraná: Livro APPR 0046, vol. 09, págs. 251/252). Ainda em 1883 a convicção dos desembargados mineiros não se abalara neste aspecto: “*Habeas-corpus denega-se á escravo que acha-se preso na cadeia á requisição de seo senhor*” (*O Direito*, v. 33, jan./abril 1884, p. 39).

lei. Ela pode ter tornado mais nítida a miragem no deserto, em vários momentos, até mesmo convertendo em realidade a tais “visões da liberdade”, mas não deu conta de transformar substancialmente a *qualidade* da condição de pessoa livre, ainda precarizada. Se havia brechas de autonomia na cerca da autoridade senhorial, havia também brechas senhoriais no cerco da legalidade. Esse cerco, porém, ia se fechando dia a dia. Apesar da missão de controle social reservada à polícia, até as forças repressivas do Estado passariam, na década de 1880, a recusar o lugar vazio do capitão-do-mato, enquanto os próprios escravos se recusavam a desempenhar o papel que haviam herdado⁸⁷³. A liberdade era uma onda negra que se avolumava no horizonte, e vinha rebentar nos areais do pânico branco, que crescia na mesma proporção.

Ao contrário do que pensavam, esses negros, porém, mesmo livres, não eram ainda “cidadãos brasileiros”. Alguns meses antes da abolição, não foi outra a razão porque mais um José teve denegada a sua soltura: “*a favor de escravo não tem lugar o recurso de habeas-corpus por não ser cidadão, e ter restrictos os direitos criminaes e civis*”⁸⁷⁴. Está certo que isso foi em Leopoldina. Mas, em Curitiba, José Silva e Custódio eram portadores dos mesmos “sinais característicos”, aqueles apontados pelos delegados em Filadelfo. Característicos de quê, afinal? De não-cidadania. Por si só a africanidade era delatora, na mentalidade das elites e do braço policialesco do Leviatã, de uma identidade criminosa, ou cativa. Tanto fazia, porque, de 1888 em diante, o que importava não era mais escravizar pretos e pardos, mas libertar deles a nação que se tinha de construir do zero. Num e noutro caso, o corpo negro estava à disposição dos brancos, numa perversão do sentido original da medida de *habeas corpus* (*habeas corpus ad subjiciendum*, isto é, “*que tenhas o teu corpo*”). Reduzido a *bem* ou a *refém*, ele era uma *corporalidade encarcerável*. Se era essa uma constatação que arrepiava à lei, podemos imaginar o quanto não arrepiava às suas próprias vítimas.

⁸⁷³ “Depois de 1885, as fugas coletivas se sucederam em várias regiões do país. Em muitas ocasiões, fugiam grupos de dez, vinte ou mais escravos de uma mesma propriedade sem que os senhores pudessem impedi-los. Essas fugas coletivas são consideradas o maior movimento de desobediência civil da nossa história. Nos anos que antecederam a abolição, a polícia havia perdido o controle diante do volume de fugas e muitos policiais começaram a se recusar a perseguir escravos fugidos, ou por terem aderido ao abolicionismo, ou por temerem a reação popular nas ruas” (ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 192).

⁸⁷⁴ *O Direito*, v. 42, jan./abril 1887, p. 520.

6. Conclusão – Lei branca de alma negra: invocações e encarnações do “espírito do século”

6.1. O espírito invocado: a cultura jurídica letrada

a) “O trabalho dos homens do foro”: luminares e liminares entre os mediadores da liberdade

“- Castiga Deus quando praz-lhe
Em sua ira os fiéis;
Teve o Egypto gafanhotos,
O Brazil tem bacharéis”⁸⁷⁵

Então o progressista “espírito do século” já podia driblar o “espírito da lei”. Nem tudo estava nos conformes, é claro: não cessaram as resistências, teimosias, o choro e ranger de dentes dos senhores. Até a última badalada, acionaram os chefes de polícia como a feitores seus. Foi quando o Dr. Leite e Oiticica, de Alagoas, dirigiu a seus subordinados uma missiva que ordenava “a não imiscuição da polícia e auxílio da força pública na captura dos escravos e guarda destes nas cadeias”, porque ela “tem de haver-se com criminosos e somente com escravos quando estes estejam compreendidos no número daqueles”⁸⁷⁶. Se a fim de aprisionar negros as elites tivessem de criminalizá-los, elas logo dariam um jeito de fazê-lo, mas, para os limites em que está encerrado este trabalho, é hora de dar a César o que é de César. Como tantos outros colegas de patente, Leite e Oiticica era um *doutor*. E isso diz muito. Não tanto, talvez, quanto gostariam Joaquim Nabuco e Evaristo de Moraes, sustentáculos de um discurso hiperbólico dos feitos dos “homens do foro”⁸⁷⁷. Não obstante, pode-se afirmar com alguma razão que a historiografia jurídica ainda carece de uma avaliação mais acurada sobre a participação de seus próprios agentes e conteúdos nas lutas escravas. Sim, isto é um convite.

A primeira questão que se impõe é: afinal, *quem* eram esses agentes? Não resta dúvida de que o acesso dos cativos à estrutura judiciária, à cultura jurídica como um todo, só era possível através de *mediadores*, militassem eles processualmente na posição de curadores, ou informalmente fornecendo orientações extrajudiciais como a que José

⁸⁷⁵ Domingos Nascimento, *Almanach Paranaense*. Apud PEREIRA, L. F. L. *O espetáculo dos maquinismos...*, p. 82. Vide o poema completo em: Anexo 10 – “Poema de Domingos Nascimento, publicado em *Almanach Paranaense*”.

⁸⁷⁶ MORAES, E. Op. cit., p. 247. Circular de 22 de março de 1887.

⁸⁷⁷ Evaristo de Moraes chega a dedicar-lhes um capítulo rasante (MORAES, E. Op. cit., p. 151-183).

Correa Lisboa prestou ao africano Hypólito. Amiúde vimos nomes repetirem-se, não só de advogados, mas de escrivães, contadores, depositários, arbitradores, até oficiais de justiça. Se é que eles formavam um grupo, qual sua identidade coletiva, qual o elo que os unia? Mais fácil é principiar pelo vão que os separava. Já nos temos embrenhado por algumas pistas nesse sentido, a principal delas relativa à formação profissional desses homens. Deparamo-nos, de um lado, com os *luminares do direito*: bacharéis oficialmente forjados nas duas Faculdades Ciências Jurídicas do Império, Recife e São Paulo (não localizamos nenhum jurista de origem coimbrã em Curitiba, no período). Do outro, com os *liminares do direito*: solicitadores leigos, praxistas autorizados a peticionar no foro local com base em exames específicos, controlados pelos bacharéis, como o de Virgolino Gomes Barbosa, o qual tivemos oportunidade de descrever. Até aqui, nada de novo. Complexo é identificar em que trincheira das batalhas entre escravos e senhores se abancavam esses sujeitos, se é que se fixavam de alguma maneira a favor da liberdade ou da propriedade. Se tivéssemos de outorgar um prêmio, Joaquim José Pedrosa sem dúvida largaria em disparada na frente de todos os demais.

Mas não se trata disso. Havia muito mais em jogo do que polarizações e metas quantitativas. É preciso incorporar na análise sutilezas do universo forense, como a *forma* pela qual chegavam esses juristas a ingressar no feito, passando a exercer a curatela. Faz toda diferença saber se um advogado *foi designado* pelo juízo, isto é, *nomeado curador* para a defesa de um preto ou se *espontaneamente* se oferecera para o encargo, protocolando a petição inicial já na condição de patrocinador da parte escrava. A nomeação não significava, muitas vezes, mais do que o cumprimento de um estrito dever. Como os tribunais da época determinavam, “*é do regimento dos advogados a defeza ex-officio dos miseráveis*”⁸⁷⁸. Na categoria “miseráveis”, como apontamos atrás, embarcavam também os cativos.

Ao contrário, a espontaneidade pode ser interpretada como uma adesão ideológica, quando não à causa universal da liberdade, ao menos à causa individual de um escravo, ou a uma *tese jurídica* particularmente controversa que, em sua demanda, pudesse tomar corpo. Assim, o processo de Angelino (encabeçado por José Lourenço de Sá Ribas, curador nomeado) traduzia o conflito de entendimentos jurisprudenciais em relação aos limites da vontade senhorial, a partir da *promessa de alforria*; os de Hypólito (encabeçado por José Correa Lisboa, curador nomeado) e Joana (encabeçado

⁸⁷⁸ *O Direito*, v. 40, maio/ago. 1886, p. 439.

por Joaquim José Pedrosa, curador espontâneo) desnudavam as disputas dogmáticas em torno da *liberalidade de terceiro* na constituição do pecúlio; o de João e Benedicto (encabeço por Generoso Marques dos Santos, curador espontâneo), as discordâncias doutrinárias acerca da condição jurídica dos filhos da *statu liber*; e o de Barnabé (encabeçado por João Pereira Lagos, curador nomeado), enfim, trazia à tona o problema endêmico da autonomia dos cativos, espreitando por detrás do argumento legal do *abandono*. Os casos mais espinhosos, ao que tudo indica, não encontravam facilmente quem os protagonizasse em juízo. Houve mesmo rejeição explícita dos primeiros convocados à curatela de Angelino. Todos esses casos paradigmáticos, fios condutores de nossa narrativa, tramitaram no curto espaço de tempo de 1874-1880, sugerindo que foi na década de 1870 que efetivamente ganharam força e vulto os raciocínios-chave da cultura jurídica da liberdade, em Curitiba. Apenas a questão da *importação ilegal de africanos* ficou para meados da década de 1880, porque ela assinalava e sintetizava, de certa maneira, o colapso global da própria instituição servil.

O mundo dos doutores, porém, estava longe de ser um mar de rosas. Entre o rol de motivos que poderia levar um homem livre e estudado a espontaneamente secundar um escravo, foram mais de uma as ocasiões em que a manifestação do ódio ou desafeto de um terceiro contra o senhor foi canalizada para o litígio de emancipação, buscando infligir-lhe perdas e danos. Ou então, a sanha de simplesmente vencer um adversário (às vezes, um adversário político) de longa data numa ação de destaque, como a que parece ter oposto Tertuliano Teixeira de Freitas e Sérgio Francisco de Souza Castro ao redor do pardo Francisco, em 1873. O genro de nosso ilustre codificador, aliás, devia ser foco de inúmeras querelas, pois poucos queriam com ele misturar-se. João José Pedrosa foi um dos que fez questão de discordar da família, num dos raríssimos pareceres jurídicos publicados por Augusto Teixeira de Freitas na imprensa local, em 1873⁸⁷⁹. Ossos do ofício. Inversamente, não eram menos determinantes as ligações subterrâneas entre esses *luminares*, por exemplo, o fato de terem o juiz municipal Joaquim Ignácio Silveira da Motta Jr. e o advogado Generoso Marques dos Santos dividido os bancos do Largo de São Francisco, na turma de 1865⁸⁸⁰. Essa poderia ser a explicação para o ganho de

⁸⁷⁹ O quiproquó deu-se com base num artigo que apareceu no jornal *Dezenove de Dezembro*, em fevereiro de 1873, em que Augusto Teixeira de Freitas argumentava figurarem as ofensas enviados por “carta missiva” dentre as hipóteses de “injúria escrita” do Código Criminal, ao que frontalmente se opunha Pedrosa. Cf. NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 109-110.

⁸⁸⁰ “Oriundo de uma família notável nas letras e na política do paiz (...) O desembargador Silveira da Motta, nasceu nesta capital, no dia 24 de agosto de 1844 e era filho do notável medico Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Depois de fazer com brilhantismo o curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade

causa quase instantâneo de seu protegido, Amâncio, e, ao contrário, para a debandada de Motta Jr. do “*hard case*” dos filhos de Joaquina, o qual preferiu submeter ao arbítrio de Ermelino de Leão. Amigos, amigos, sentenças à parte. Não podemos desconsiderar a influência dessa constelação de apreços e repulsas, isto é, da autonomia do universo social bacharelesco, no curso das ações de liberdade esmiuçadas. Nomeados ou espontâneos, bacharéis não deixavam de ser bacharéis, com suas manias e estilos próprios. Um apanhado geral dessas variáveis pode ser observado na tabela abaixo:

QUADRO 7 - REPRESENTANTES DE ESCRAVOS E SENHORES EM AÇÕES DE LIBERDADE (1868-1888)				
ADVOGADOS BACHARÉIS	CURADOR DE ESCRAVOS	NOMEADO	ESPONTÂNEO	PROCURADOR DE SENHORES
Generoso Marques dos Santos	2		2	2
Tertuliano Teixeira de Freitas	1		1	3
José Lourenço de Sá Ribas	2	1	1	1
João Pereira Lagos	2	1	1	1
Euclides Francisco de Moura	2	1	1	0
Bento Fernandes de Castro	0			2
Vicente Machado	1	1		0
Francisco Itaciano Teixeira	1		1	0
Joaquim d`Almeida Faria Sobrinho	1	1		0
Francisco Alves Guimarães	1	1		0
Sérgio Francisco de Souza Castro	1		1	0
José Emilio Ribeiro Campos	1		1	0
ADVOGADOS SOLICITADORES				
Joaquim José Pedrosa	7	1	6	0
José Correa Lisboa	1	1		0

Vamos às contas. Nenhum dos bacharéis aparece mais do que um par de vezes como curador de escravos, ao longo de duas décadas, e muitos fazem o jogo duplo. Generoso Marques e Teixeira de Freitas são os dois juristas profissionais mais recorrentes neste tipo de demanda. O primeiro defende cativos e senhores, por assim dizer, indistintamente, ao passo que o segundo dá mostras de um engajamento pronunciado em favor do direito de propriedade. Ou de seu próprio patrimônio, já que as causas de liberdade eram isentas de custas, o que apenas lhes permitia auferir emolumentos por contrato, coisa que, obviamente, os escravos não podiam suportar. Ao

de Direito de S. Paulo em 1861, e recebeu o grau de bacharel em 1865 (...) Exerceu o cargo de juiz municipal do termo da Lapa em 1873, sendo removido para o termo desta capital em 1874 (...) Mais tarde, em 1878, foi nomeado juiz de direito da comarca de S. Jose dos Pinhães, cargo que exerceu durante 7 anos. Dessa comarca foi removido em 1886 para a de Santa Christina do Pinhal, no Rio Grande do Sul e daí, em 1888, para Victoria, capital do Espírito Santo (...) Em 1890 foi nomeado juiz de direito de Curityba, e em 1891 entrou para o Supremo Tribunal de Justiça do Estado. Nesse anno, exerceu o governo do Estado na qualidade de vice-governador [ao lado de Generoso Marques dos Santos]” (LEÃO, A. E. Op. cit., p. 1021-1022).

lado da nítida simpatia pela figura senhorial, Bento Fernandes de Barros era mais um desses que cobrava mundos e fundos de seus clientes⁸⁸¹. Não sejamos ingênuos: honorários proibitivos aos cativos eram tão ou mais relevantes na atuação de alguns desses bacharéis do que sua postura pessoal. Mas uma avaliação meramente quantitativa não dá conta de decodificar as motivações, as *mentalidades jurídicas* por detrás de sua presença física no foro. Uma descrição densa das opiniões desses doutores revelou sérias tendências escravocratas em pelo menos dois deles: Bento Fernandes de Barros e Tertuliano Teixeira de Freitas, os preferidos dos senhores. Certamente uma avaliação do perfil político dos bacharéis antecedia à sua escolha, ao menos para aqueles que tinham condições de escolher. A despeito disso, o leque de opções não era tão farto: segundo o Recenseamento de 1872, Curitiba contava com não mais de doze bacharéis, quatro deles magistrados, oito advogados⁸⁸². Quanto aos escravos, tinham de agarrar-se no que podiam: conhecidos, protetores, benfeitores, compadres, nomeados. Euclides Francisco de Moura, por exemplo, libertou alguns cativos em juízo, mas capturou tantos outros administrativamente (como chefe de polícia). Para negros convencidos de seus direitos e desesperados à procura de alguém que os introduzisse nos corredores da justiça, até um solicitador servia. Em terra de analfabeto, quem faz letra é rei.

Joaquim José não era rei de nada, era o caçula da família Pedrosa (é digno de menção o fato de que seu famoso irmão não aparece em nenhuma ação de liberdade), mas não deixou de fazer muita letra em benefício desses infelizes. Sete ações de liberdade, com quatro vitórias constatadas (um resultado não foi encontrado), é um desempenho que pode não impressionar, a princípio. Proporcionalmente, contudo, ele foi responsável, sozinho, por mais ¼ de todas as demandas escravas ajuizadas no termo de Curitiba, nesses vinte anos. Numa perspectiva comparativa, sua atuação assume envergadura ainda maior: K. Grinberg identificou, entre centenas de processos no Tribunal da Relação da Corte, apenas outro advogado dentre os militantes na primeira instância que ousaram tanto, durante todo o século XIX⁸⁸³. Dois esquecidos da história, os solicitadores Pedrosa e Lisboa, fizeram, juntos, mais pela liberdade do que um

⁸⁸¹ “Em 1875, Bento Fernandes de Barros foi contratado por um negociante para ser defendido contra seu sócio no juízo comercial da capital. Nessa ocasião, para essa defesa, o advogado cobrou um valor de três contos de réis pelos serviços advocatícios, pagáveis em duas prestações de um conto e quinhentos mil réis cada uma. (...) Mas no caso do advogado Bento Fernandes de Barros, as defesas em geral eram mais complexas e faziam remissão a um conjunto maior de fontes, como direito romano e a doutrina” (NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 114-115).

⁸⁸² Cf. *Recenseamento do Brasil em 1872*. A Província do Paraná. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

⁸⁸³ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 254. De um universo de 620 ações.

punhado de figurões das genealogias paranaenses⁸⁸⁴. José Correa Lisboa chegou a dar aula de arbitramento para o juiz, o escrivão e quem mais quisesse ouvi-lo, na audiência de abertura da ação de Hypólito. E Joaquim José teve de ensinar passo a passo com quantos mandados se fazia uma manutenção de liberdade, em 1886. Foram em boa medida os praxistas, expertos nos meandros da processualística, que fincaram, mais pela insistência do que pela beletrística, as balizas dos novos procedimentos judiciais de que se aproveitavam os cativos em suas lutas jurídicas.

Quer dizer então que os bacharéis foram dispensáveis e retrógrados para a corrosão do regime da escravidão? Nada disso. Apesar do papel vanguardista que temos afirmado para seus antípodas, vale complexificar as coisas. Se os juristas eruditos e sua cultura fossem prescindíveis, não figurariam como peças essenciais nas vitórias dos casos paradigmáticos que citamos. Estes, por sua vez, inauguravam, a cada rodada, uma “nova era” no foro para uma série de demandas similares, em efeito dominó. Os solicitadores foram, em Curitiba, seguramente os grandes artífices dos arbitramentos (pouco interessados na proveniência do dinheiro ou em salvaguardar a “autoridade moral” dos senhores) e das manutenções de liberdade por ausência de matrícula e por importação ilegal. Por sinal, três posições consideradas politicamente das mais escandalosas. Todavia, essas eram teses que aplicavam *a posteriori*, isto é, depois de já reconhecidas legalmente (as duas primeiras) ou firmadas doutrinária e jurisprudencialmente (a última delas). Eram “operários da liberdade” – como o jornal abolicionista homônimo que havia sido fundado em Paranaguá –, detidos nas miudezas do cotidiano, mas não possuíam nem o repertório de citações (como frisamos, raras eram as remissões à jurisprudência e ainda mais escassas à doutrina que Joaquim José Pedrosa articulava), nem os lances de oratória de seus pares profissionais. Politicamente mais radicais, mas tecnicamente menos empoderados, eles transitavam de maneira que se poderia chamar diletante pelo território inóspito da dogmática, minado de latinórios e lusitanices. É verdade que Lisboa trançou armas de igual para igual com Bento Fernandes de Barros, mas ele já era, então um, senhor sexagenário, bastante experimentado nas agruras do foro, e mesmo assim saiu derrotado. Os bacharéis e seu saber erudito foram necessários em momentos decisivos para *traduzir* na linguagem

⁸⁸⁴ Essa avaliação sobre os bacharéis pode ser encontrada também em Grinberg “pelo menos até 1871, parece difícil achar ‘militantes da liberdade’ entre os bacharéis que participaram como advogados de primeira instância nestas ações de liberdade” (GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 255). Em Curitiba, onde eles foram escassos até essa década, tal cenário era ainda mais evidente.

sofisticada do direito culto as pretensões escravas. E isso porque, como infere Hespanha, a interpretação da tradição jurídica não é ilimitada, nem aleatória:

Existe, no entanto, uma segunda espécie de indisponibilidade: a dos conceitos, tão carregados de sentido, que este sentido (positivo ou negativo) sobreinveste o sentido dos utilizadores. As categoriais dizem mais do que se quer, têm sentidos preterinstitucionais. (...) Daí que estas palavras fecundas não sejam domesticamente apropriáveis, senão limitadamente, pelos grupos sociais.⁸⁸⁵

Dada a relativa *indisponibilidade* das categorias e do discurso jurídico, muitas das teses mais mirabolantes ressentiam-se da retórica bacharelesca, melhor compreendida e acatada pelos tribunais. Os profissionais conheciam por dentro o *código* do direito, tinham as chaves para algumas portas que os solicitadores não logravam abrir. Aqueles eram os *estabelecidos* do campo jurídico, estes, se não exatamente *outsiders*, meios-de-campo: letrados, mas não graduados; nem coronéis, nem bacharéis. E por sua natureza alienígena é que se faziam permeáveis às inflexões de “cima” e de “baixo” (da pirâmide social), ou de “dentro” e de “fora” (do mundo do direito), embora sua acentuada presença como curadores de escravos reflita – e fosse contingenciada pelos – “efeitos da homologia” entre o campo jurídico e o entorno social:

(...) não se pode explicar completamente a eficácia simbólica do direito sem tomar em linha de conta os efeitos do ajustamento da oferta jurídica à procura jurídica que deve ser imputada menos a transações conscientes do que a mecanismos estruturais tais como a homologia entre diferentes categoriais de produtores ou de vendedores de serviços jurídicos e as diferentes categorias de clientes: os ocupantes de posições dominadas no campo (...) tendem a ser mais propriamente destinados às clientelas de dominados que contribuem para aumentar a inferioridade dessas posições (o que explica terem os seus manejos subversivos menos probabilidades de inverter as relações de força no seio do campo do que de contribuir para adaptação do *corpus* jurídico e, deste modo, para a perpetuação da estrutura do campo).⁸⁸⁶ (grifos nossos)

Solicitadores leigos e negros com recursos comunitários eram pontos de contato entre o campo jurídico, relativamente autônomo, e o restante do campo social, espaços de interseção entre eles. Os praxistas mostravam-se, portanto, personagens fronteiriços da história, tipos sociais em extinção no final do século. De cargos como o de promotor público e o de juiz (municipal efetivo ou de direito) já estavam excluídos⁸⁸⁷. E, na década de 1870, precursora da grande “corrida do ouro” dos operadores graduados à

⁸⁸⁵ HESPANHA, A. M. *A política perdida...*, p. 18.

⁸⁸⁶ BOURDIEU, P. Op. cit., p. 251.

⁸⁸⁷ KOERNER, A. Op. cit., p. 37.

capital paranaense, o mercado da advocacia passou também a ser rapidamente monopolizado por eles. Foi sensível a intervenção, nesse tocante, do Ministério dos Negócios da Justiça, ao determinar, em maio de 1874, que “*verificando-se não haver no lugar falta de bacharéis formados, se deve negar a continuação de licença para o exercício da advocacia aos que não tiverem gráo científico*”⁸⁸⁸. A *profissionalização do campo jurídico*, que vinha se impondo desde o primeiro quartel do oitocentos, virara política de Estado. E os impactos que produziu não foram desprezíveis. Implicou, numa escala mais reduzida, em que “homens do direito” (na expressão de F. de Araújo) como Marques, “fossem os mais solicitados para atuar em qualquer tipo de processo, não apenas em causas de liberdade, por serem profissionais de renome e reconhecida competência”⁸⁸⁹. Numa escala mais abrangente, consolidou o processo de *racionalização interna do direito*, vasculhado por Max Weber. Para ele, ao contrário da prática jurídica “empirista”, amálgama de acúmulo pessoal e conhecimento meramente técnico, o tratamento sistemático e “científico” desse saber é que viabilizou historicamente sua racionalização, o salto qualitativo do direito “antigo” ao “moderno”:

(...) um “direito” formalmente desenvolvido em algum sentido, como complexo de máximas de decisão conscientes, não existiu nunca e em nenhum lugar sem a colaboração decisiva de peritos jurídicos especializados. (...) A direção em que se desenvolvem estas qualidades formais está diretamente condicionada, por assim dizer, por condições “intrajurídicas”: pela peculiaridade dos círculos de pessoas que podem influir *profissionalmente* sobre a formação do direito, e apenas indiretamente pelas condições econômicas e sociais, em geral. (...) Já a especialização técnica dos advogados impedia a visão sistemática da totalidade da matéria jurídica. Mas a prática jurídica também não procurava a sistemática racional, mas a criação de esquemas (...) o emprego de ficções processuais, que facilitava a classificação e decisão de casos novos pelo esquema de casos já conhecidos, e semelhantes manipulações práticas (...) pois os conceitos por ela criados estavam orientados por situações, de fato materiais, palpáveis e correntes na experiência cotidiana e, nesse sentido, formais (...) Não eram conceitos gerais formados por abstração do sensível, por interpretação lógica do sentido, generalização e subsunção, mas empregados silogisticamente como normas (...) ⁸⁹⁰

E o direito “moderno” não estava nas mãos dos patriarcas. São clássicos os dizeres de Gilberto Freyre nesse sentido: “*O bacharel – magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia – seria na luta quase de morte entre a justiça imperial e a do pater famílias o aliado do Governo contra o próprio pai ou o próprio*

⁸⁸⁸ *O Direito*, v. 4, 1874, p. 228.

⁸⁸⁹ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros*..., p. 260.

⁸⁹⁰ WEBER, M. Op. cit., p. 85-87. Agradecemos, no que toca a essa leitura, a especial contribuição do Prof. Dr. Samuel Rodrigues Barbosa.

avô”⁸⁹¹. Foi o bacharelismo oitocentista, consciente (ou autoiludido) de seu papel de sujeito histórico autônomo, um dos principais elementos de ruptura com o antigo pacto proprietário entre os escravocratas e o Estado imperial. “Daí não terem sido raros os casos de ‘traição’ ao que se poderia definir como interesse de sua classe de origem”⁸⁹². Filhos e netos de soberanos senhores, os bacharéis e sua cultura jurídica acabaram por elidir a jurisdição privada de seus antepassados. Como “portadores específicos do saber jurídico erudito”, eles eram, no final das contas, os agentes primordiais da modernização e liberalização do campo jurídico (e não só dele, mas da modernização urbanística, tecnológica e cultural da capital como um todo), num sentido mais geral. Iniciados nessa dimensão sistemática – quicá “científica” – do instrumento que manipulavam, cultivavam um sentido de *tradição* e tinham claros os efeitos que podia surtir cada tese judicialmente defensável sobre o *corpus* integral do direito, fosse por seus desdobramento teóricos, fosse por sua replicabilidade. Não apenas interessados em aproveitar-se das jurídicas para conquistar a liberdade de escravos caso a caso, os profissionais eruditos, ou ao menos uma parcela deles mais afeita aos debates de ordem doutrinária, atualizavam-se por meio dos periódicos especializados da área e assim acompanhavam o “espírito do século” em sua viagem nacional. Estavam dispostos a invocá-lo de quando em vez (como fizeram Generoso Marques e Sá Ribas), mas não achavam nem vontade, nem condições (psicológicas como sócio-econômicas) de *encarná-lo* em toda a sua potência e radicalidade. Também pudera. Uma parte expressiva deles era composta por proprietários de escravos, para começar⁸⁹³. O resto, independentemente disso, congraçava-se com a ordem estabelecida, o *status quo*, de diversas maneiras, particularmente, através da passagem pelas arcadas universitárias, que lhes imbuía de uma postura acomodaticia, focada na manutenção da *homogeneidade ideológica* no bojo da elite imperial:

Elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava (...) após a Independência, em quatro capitais

⁸⁹¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos...*, p. 122.

⁸⁹² CARVALHO, J. M. Op. cit., p. 101.

⁸⁹³ Pudemos identificar entre essa classe de senhores, além do destacado Tertuliano Teixeira de Freitas, Sérgio Francisco de Souza Castro, Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho, José Lourenço de Sá Ribas e o próprio Generoso Marques dos Santos.

provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. (...) A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e incutia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil.⁸⁹⁴

Os bacharéis advogados eram profissionais liberais, mas nem tanto. Compartilhando de interesses e valores comuns, podiam divergir em alguns aspectos, mas constituíam acima de tudo um grupo autocentrado e distanciado do resto da nação. Os “doutores”, portanto, não davam passos em falso, que poderiam ganhar-lhes uma causa, mas pôr a perder sua carreira. A maioria ocuparia posições destacadas na política nacional. Para ficarmos com alguns exemplos: Generoso Marques foi prefeito, presidente da Câmara Municipal, deputado provincial, deputado geral, constituinte e presidente de Estado, na República⁸⁹⁵; Bento Fernandes de Barros especializou-se como chefe de polícia de várias províncias e foi desembargador, já no século seguinte⁸⁹⁶; Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho foi deputado provincial e presidente da Província do Paraná, no biênio 1886-87⁸⁹⁷ (note-se que nos relatórios deste é possível verificar sua opinião sobre a questão do “elemento servil”, propensa à sua substituição pela mão-de-obra assalariada livre, especialmente imigrante). E assim as biografias se repetem. Não é que eles fossem nômades ideológicos ao saracotear de um lado para outro nas disputas

⁸⁹⁴ CARVALHO, J. M. Op. cit., p. 55.

⁸⁹⁵ Sua destacada posição e talento lhe valeram o elogio descomensurado de Ermelino de Leão (que não à toa, costumava julgar-lhe as causas favoravelmente): “Nasceu em Curitiba, a 13 de janeiro de 1844. (...) Em 27 de Novembro de 1865, recebeu o grau de bacharel em Sciencias Sociaes e Juridicas na Faculdade de Direito de S. Paulo. (...) Exerceu sempre a profissão de advogado com muita intelligencia e admirável probidade. Sempre na tribuna judiciária ou parlamentar, se impoz pela seriedade, pela dialectica, pela compostura de homem de fina educação. (...) Do Dr. Genroso Marques se póde dizer que o homem publico e o homem particular se fundem numa só personalidade de ouro, com as mesmas virtudes, com a mesma nobreza de alma. O Paraná o idolatrava e se orgulha de tel-o como um de seus filhos mais insignes. (...) Não há na política e na administração do Paraná posição eminente que não tenha ocupado” (LEÃO, A. E. Op. cit., p. 760-762).

⁸⁹⁶ “Nascido na então província do Ceará (...) fez seus estudos acadêmicos na Faculdade de Direito de Olinda, onde se bacharelou em sciencias jurídicas e sociaes a 18 de Outubro de 1853. Logo após a sua formatura, veio para o Paraná, dedicando-se á magistratura (...) Militou durante alguns annos nos postos da vanguarda da política conservadora, que contava como prestigioso chefe em Curityba, o seu sogro Brigadeiro Franco. Chefe de Policia em 1859, deputado provincial, mais tarde encaminhou-se para a magistratura, sendo nomeado em 1871, juiz de direito de Guarapuava (...)” (LEÃO, A. G. Idem, p. 204). A data da nomeação para a magistratura, contudo, não parece correta, diante da continuidade da atuação advocatícia do bacharel em Curitiba, como pudemos acompanhar.

⁸⁹⁷ “Nasceu na Vila do Príncipe a 13 de agosto de 1847, filho do Padre Ignácio de Almeida Faria e Souza. Faleceu em Paranaguá a 10 de setembro de 1893. (...) Joaquim de Almeida Faria Sobrinho realizou estudos secundários no Ateneu Paulista, matriculando-se depois na Faculdade de Direito, onde se formou na turma de 1868, contemporâneo, entre outros, de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves. No Paraná, exerceu os cargos de procurador fiscal do Tesouro Geral, de promotor e juiz. Membro do Partido Conservador, foi em 1885 1º Vice-Presidente da Província, assumindo a 3 de maio de 1886, a Presidência do Paraná, exercendo-a até 26 de dezembro de 1887. Foi também redator do jornal Gazeta Paranaense.” (*Dicionário histórico-biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991, p. 159-160).

entre senhores e escravos. Parodiavam, numa outra função (a de operadores), a ambiguidade e os pontos-cegos de *doutrinadores* como Perdígão Malheiro (mediador entre a moral de seu tempo e o secular jargão jurídico – como teórico – apesar de inveterado paladino da autoridade proprietária – como político), Augusto Teixeira de Freitas (com suas reservas de ordem epistemológica e psicológica em relação aos avanços dos favores à liberdade) e outros “pajens da casa imperial”. Se os dispositivos normativos “foram escolhidos e manipulados pelos juristas de acordo com seus objetivos jurídico-políticos previamente traçados”⁸⁹⁸, a matriz da lei não foi menos acintosamente peneirada pelos advogados doutores. Antes de abolicionistas ou escravocratas, eles eram bacharéis, vestindo a beca e o escafandro (para não dizer espartilho) da hegemonia imperial, com a qual não romperiam à toa. Postos em seu devido lugar – e pouco estimulados a deixá-lo – os intelectuais luminares do direito, acima de tudo homens da política, eram os “aprendizes do poder” (e pelo poder bem amestrados), não propriamente caricaturais, mas modelados no “horizonte mais amplo da organização da cultura jurídico-política brasileira”⁸⁹⁹. Os adeptos do meio-termo.

Tomemos por um momento os dois representantes de cada categoria mais ativos nas disputas senhor-escravo: o Dr. Generoso Marques dos Santos e o solicitador Joaquim José Pedrosa. Para pôr à prova nossa hipótese, é preciso retirá-los da univocidade de suas próprias petições e reinseri-los no mundo de seu tempo, em suas redes e biografias coletivas. O ano de 1884 pode ser um bom termômetro para medir as lealdades de nosso bacharel. Não apenas porque, a este tempo, já a campanha abolicionista ganhara nome, forma e fama, mas também devido à inversão importante de conjuntura que sobreveio na política nacional (com os novos gabinetes e o debate em torno da Lei dos Sexagenários) e no contexto local (onde, pela primeira vez, o número de ingênuos ultrapassou o de escravos, segundo as contas oficiais⁹⁰⁰). Ao menos pela multidão que deixou os recintos do Teatro S. Teodoro, na noite de 3 de outubro de 1884, para uma passeata cívica abolicionista, aquele tantas vezes curador de escravos era visto como um verdadeiro militante da liberdade. Noticiaram os jornais que “*ao chegar a legião anti-escravagista à residência do Sr. Comendador Generoso Marques*

⁸⁹⁸ PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 364.

⁸⁹⁹ ADORNO, S. Op. cit., p. 19.

⁹⁰⁰ No Município de Curitiba, em setembro de 1884, existiam 449 escravos homens e 415 mulheres, num total de 864 cativos. Entre os filhos livres deles, contavam-se 442 homens e 446 mulheres, somando 888 ingênuos (PARANÁ. *Relatório apresentado á Assemblêa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado d'Oliveira, Presidente da Província, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, no dia 15 de Setembro de 1884*. Curitiba: Typographia Perseverança, 1884, p. 20).

(*candidato do Partido Liberal à Assembléia Legislativa*), foi ele alvo de uma *manifestação de apreço*”⁹⁰¹. O grande tema daquelas eleições de 1º de dezembro, aliás, era justamente a questão do “elemento servil”, pois a Assembleia Nacional fora dissolvida pelo Imperador a pedido do conselheiro Dantas. Pela província concorriam Manuel Eufrásio Correia, do Partido Conservador, e Generoso Marques, do Liberal. Em sua campanha, Marques mostrou-se entusiasta do gabinete de situação, declarando já haver prestado a ele “franca e decidida adesão” no Parlamento⁹⁰². Nisso apoiavam-se as manifestações favoráveis de seus correligionários. Já a *Gazeta Paranaense*, órgão dos conservadores, pintava um perfil muito menos franco e decidido do advogado:

O candidato liberal, que hoje se diz abolicionista, que ontem era escravagista, que amanhã será simplesmente emancipador, conforme seja o governo que dirigir o Estado, ainda não provou nem por palavras nem por atos que pertença, convictamente a este ou àquele grupo. Considerando sua vida parlamentar, vemos simplesmente que acompanhou com entusiasmo o Gabinete Marinho Campos, que se declarava escravagista da gema; que acompanhou com furor o vacilante Gabinete Lafayette que se contentava apenas com o diminuto aumento do fundo de emancipação; que finalmente com um ardor crescente tornou-se sustentador do gabinete Dantas, assinando até o projeto abolicionista, justamente na ocasião em que seus escravos eram aqui encarcerados.⁹⁰³ (grifos nossos)

Não é justo, portanto, afirmar que Generoso Marques tenha sido nem um escravagista ortodoxo, nem um abolicionista de carteirinha. Dentre os bacharéis atuantes na capital, talvez fosse o que mais escancaradamente teve de posicionar-se sobre o tema, ainda assim com palavras bastante cautelosas. Conforme suas conveniências, agia em campanha como na prática forense, acionando identidades e pertencimentos ideológicos mais no discurso do que nas ações. Advogava pelos cativos como pelos senhores. *Invocava*, mas não *encarnava* o “espírito do século”. Ao que alegavam os conservadores, também dono de escravos, Generoso Marques dos Santos certamente defendeu teses tidas por progressistas, mesmo subversivas, diante do juízo municipal, mas pretendia separar muito bem as funções de *produtor* e de *intérprete* da lei, entendendo que o lugar de se fazer política era o Parlamento⁹⁰⁴. Foi, em alguns casos, até o limite que a jurisprudência e a doutrina permitiam para favorecer a

⁹⁰¹ *Dezenove de Dezembro*, 4 de outubro de 1884, p. 2. *Apud* GRAF, M. E. C., *Op. cit.*, p. 131.

⁹⁰² *Dezenove de Dezembro*, 18 de outubro de 1884, p. 3. *Apud* GRAF, M. E. C., *Op. cit.*, p. 133.

⁹⁰³ *Gazeta Paranaense*, 25 de outubro de 1884, p. 2. *Apud* GRAF, M. E. C., *Op. cit.*, p. 135.

⁹⁰⁴ A verdade era que os partidos acusavam-se mutuamente de oportunismo nesse tocante: “Os liberais acusavam os conservadores de transformar a abolição de uma questão social em uma questão política. Os membros dos dois partidos digladiavam-se em torno do problema, acusando-se mutuamente do oportunismo com que uns e outros diziam-se abolicionistas ou emancipadores para firmar sua posição política” (GRAF, M. E. C. *Op. cit.*, p. 125).

liberdade. O resto que ficasse para quando fosse eleito. Se realmente cumpriria a promessa, não sabemos, pois seu partido perdeu o pleito. Generoso Marques, nesses termos, parece enquadrar-se bem naquele grupo de intelectuais que a sociologia histórica vem chamando de “a geração de 1870”. Não isentos de crítica ao *status quo* imperial, seus representantes estavam, contudo, impregnados de reformismo elaborado tendo por matéria-prima um vasto repertório intelectual de estrangeirismos:

O sentido das manifestações intelectuais da geração 1870, como procurei mostrar, é precisamente o contrário da “evasão”, do “alheamento”, da “indiferença” em relação à realidade nacional usualmente apregoada pelos intérpretes. O reformismo desenvolveu interpretações acerca dos principais problemas brasileiros e buscou instrumentos para intervir politicamente. O sentido da adoção de “idéias” estrangeiras é político.⁹⁰⁵

Alonso defende que a radicalidade dessas ideias não achava-se *a priori* nos sistemas de pensamento de que eram oriundas, mas nos usos que delas se fazia em sua aplicação local. Por este critério, Marques, da mesma forma que Malheiro, mostrava-se mais moderado nos discursos panfletários do que em suas petições. Reconhecendo em maior ou menor grau as contradições estruturais da realidade brasileira, esses homens intentavam modificá-la pela política, esfera na qual acreditavam e para a qual canalizavam seus esforços. Nada muito traumático, já que estavam também implicados na mesma ordem que buscavam transformar, mas não *destruir*. Jovens figurões emergentes, muitos desses bacharéis ascenderam rapidamente a cargos “outrora só confiados a velhos de experiência de vida”. Era a *neocracia* do Segundo Reinado⁹⁰⁶. O direito, para eles, podia servir de trampolim pessoal e a advocacia de uma estação de parada até o destino final da jornada: a Câmara dos Deputados, o Conselho de Estado, os Ministérios. Não eram teóricos excepcionais, nem doutrinadores, Faria Sobrinho, Vicente Machado, Teixeira de Freitas e Generoso Marques. Não se devia esperar deles uma posição irredutível nas lutas jurídicas escravas. Surgiam nos dois lados dos conflitos, assim como transitavam politicamente. Enfim, jurista que ladra, não morde.

Para morder e não largar o osso da liberdade, era preciso ser mais (ou menos), era preciso ser solicitador, praxista, leigo. É capaz que os próprios negros soubessem quem eram seus verdadeiros aliados. Warren Dean conta que, em outubro de 1877, “uma multidão de libertos invadiu uma reunião no Largo de São Francisco, em frente à

⁹⁰⁵ ALONSO, Ângela. *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, outubro/2000, p. 51.

⁹⁰⁶ FREYRE, G. *Sobrados e mocambos...*, p. 193 e 200.

Escola de Direito, gritando “Morte aos escravocratas!”⁹⁰⁷. *Alquimistas da liberdade*, contraponto dos *cientistas da liberdade*. Sujeitos fronteiriços, liminares, menos compromissados (mas não menos comprometidos), mais militantes.

Profissionais ou artesãos do direito, eis a tensão. Aqueles tinham limitações políticas (conservadoras, malgrado o partido que integrassem⁹⁰⁸); estes, limitações técnicas. Aqueles compartilhavam identidades e modos de vida (a bem da verdade, eram uma *corporação*) e esbarravam amiúde uns com os outros nos salões da cidade, como os do “Club Curitybano”⁹⁰⁹. Onde é que se encontrava gente como Joaquim José Pedrosa com seus companheiros? Um dos lugares que freqüentava, nos idos da década de 1880, era o Clube Abolicionista. A organização, fundada em janeiro de 1885, foi não somente uma peça-chave para o movimento na província, mas também para as lutas jurídicas escravas. Em 4 de junho, o Clube fez publicar um ofício que dirigira ao capitão Pedrosa:

Tendo diversos escravos recorrido à proteção do Clube Abolicionista, do qual é V. S. digno membro, exorando os nossos esforços para tratarmos em juízo de suas libertações que muitas vezes dependem de um simples pleito, mas que no entretanto embaraça aqueles que não têm conhecimento das questões judiciais, e não tendo um advogado oficial, rogo a V. S., cujos sentimentos patrióticos têm se revelado mais de uma vez em prol do mísero escravo, cuja rigidez de caráter é por demais conhecida, para que se digne aceitar o encargo de advogar as causas propostas pelo nosso Clube.⁹¹⁰ (grifos nossos)

Ao que o solicitador acudiu com satisfação, divulgando sua resposta no mesmo periódico, cinco dias depois⁹¹¹. A partir daí, sua atividade recebeu um impulso rasante. Tornou-se curador de cinco libertandos (Carlota, Silvério, Constancia, Domingas e Rita) após o aceite público (1885-1888), contra apenas duas causas que ostensivamente conduzira em toda década de 1870 (a de Joana, em 1874, e a de Ricardo Antonio de

⁹⁰⁷ DEAN, W. Op. cit., p. 142.

⁹⁰⁸ “(...) o abolicionismo deveria ser a escola primária de todos os partidos, o alfabeto da nossa política, e não o é; por um curioso anacronismo, houve um partido republicano muito anos antes de existir uma opinião abolicionista, e daí a principal razão porque essa política é uma Babel na qual ninguém se entende.” (J NABUCO, J. Op. cit., p. 34).

⁹⁰⁹ . O “Club Curitybano”, por exemplo, era frequentado por Eufrásio Corrêa, Generoso Marques dos Santos, Vicente Machado, Francisco da Cunha Beltrão e João Pereira Lagos, todos bacharéis em direito que ocuparam os mais diversos cargos na capital e em outras cidade da província (NASCIMENTO, D. V. Op. cit., p. 43).

⁹¹⁰ *Apud* GRAF, M. E. C. Op. cit., p. 111.

⁹¹¹ “Em resposta ao ofício que V. S. como digno presidente do Clube Abolicionista Paranaense, serviu-se dirigir-me, com data de ontem, solicitando o meu fraco concurso em prol das causas que, por ventura, tenha o Clube de mover em juízo, cabe-me pressuroso, vir declarar a V. S. que, com satisfação, aceito o encargo de advogado do Clube, protestando fazer o quanto em mim estiver para corresponder à confiança que me é depositada” (GRAF, M. E. C. Idem, ibidem).

Souza em favor de sua esposa Maria, em 1876). Está explicada a concentração temporal das ações de Pedrosa: em meados da década de 1880, ele entendia o “trabalho do foro” como uma atividade militantemente abolicionista, que levava a cabo não apenas na capital, mas também em outras cidades. Em maio de 1885 não só requereu em favor da preta Domingas, alegando ser ela africana ilegalmente importada, no juízo municipal de Morretes como, mantida esta, desmentiu aos quatro ventos a tentativa de seu ex-senhor de fazer passar a alforria por um ato humanitário⁹¹². Aqui, ele já opunha explicitamente à noção do “favor”, a do direito à liberdade. A este tempo, já seu irmão João José Pedrosa falecera, com grande comoção para a província, que perdia um de seus filhos mais ilustres. Talvez Joaquim, que não se formara em “ciências jurídicas”, muito menos era político de renome, tenha então encontrado o seu lugar na cena local, ironicamente ganhando projeção nos mesmos foros que seu irmão tanto desbravara, mas subvertendo por inteiro a lógica desse ofício. Somente a circularidade da cultura jurídica e suas múltiplas apropriações possibilitavam essa metamorfose: rábula abolicionista, filho de escravocrata, irmão de bacharel. Teria sido ele ou algum de seus parceiros quem mandara reproduzir, pouco antes da morte de João José, um prontuário muito mais improvável no mesmo *Dezenove de Dezembro*? A nota discorria, como num épico, sobre o heroísmo de “(...) um homem de cor negra, que veio do norte nos libambos de infelizes para os mercados do sul, que libertou-se, libertou aos seus, e consagrou sua afanosa existência à luta contra a fatal instituição servil”⁹¹³. O “melhor amigo da causa da abolição” acabara de “descer ao túmulo”: era Luiz Gama!

Quem desejaria laurear a memória deste outro solicitador negro? Havia por aqui mais gente desejosa de a ele se equiparar, ao que temos notícia. De acordo com dados coletados por Romário Martins, a 12 de julho de 1887 fundou-se na capital uma das mais intrigantes associações do período, intitulada *Sociedade Ultimatum*, atuando na clandestinidade com o objetivo único de “livrar o Brasil da mancha negra da

⁹¹² “Protesto / Como procurador da preta Domingas venho protestar contra a notícia dada em o n. 110 do Dezenove de Dezembro, porque a referida preta sempre foi de condição livre, como africana que é, importada depois da Lei de 1831; tanto que já estava ela mantida em sua liberdade, antes desse ato de humanidade do Sr. Major Polidoro, em virtude da ação que move ao mesmo no juízo municipal do termo de Morretes, a qual, a requerimento meu, devia hoje ter prosseguimento, não obstante essa liberdade extemporânea, que só teve em mente procurar frustrar a decisão da causa, que, se for favorável, como espero, em todo caso, irá aproveitar a outros nas mesmas condições inclusive um filho da mesma preta, ainda escravo do Sr. Major Polidoro (...) / Assim, retificando tal notícia, declaro em nome de minha constituinte não poder aceitar esse ato como um favor / Curitiba, 18 de maio de 1885 / Joaquim José Pedrosa” (*Dezenove de Dezembro*, 19 maio de 1885, p. 3. *Apud* GRAF, M. E. C. Idem, p. 120-121).

⁹¹³ *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, ano XXIX, 30 ago. 1882, p. 4. *Apud* GRAF, M. C. E. Idem, p. 81.

escravidão”⁹¹⁴. Seus membros, utilizando codinomes, deveriam submeter-se a um juramento de honra e “tudo fazer em benefício dos irmãos cativos”⁹¹⁵. Em meio àqueles homens “resolvidos a tudo sacrificar pela nobre ideia” podiam ser vistos o Dr. Francisco Itaciano Teixeira, que assumira o codinome de “Luiz Gama” (como ele, deixara o funcionalismo público para advogar a causa da liberdade) e Joaquim José Belarmino de Bittencourt, aquele preferia intitular-se “Saldanha Marinho”⁹¹⁶. Curioso é perceber que, talvez por sua participação mais ativa junto a instituições organizadas, estes foram, ao lado de Vicente Machado (que, contraditoriamente, quase não aparece em nossas fontes judiciais) os únicos dois nomes de juristas curitibanos inscritos nos anais da história oficial do abolicionismo, sendo lembrados por Evaristo de Moraes (também estão contemplados no rol, dentro os personagens nossos conhecidos, o Barão de Serro Azul e o professor José Cleto da Silva⁹¹⁷). Temos, no caso de Teixeira e Bittencourt, um bacharel que assume a identidade de um rábula e um leigo que veste a carapuça de bacharel. Saldanha Marinho, líder republicano (outra aspecto digno de atenção), não era um bacharel convencional, mas notoriamente um agenciador *político* da cultura jurídica:

Saldanha Marinho tinha claro em sua mente utilizar o direito para alcançar os seus vãos políticos. Para ele, direito e política eram uma coisa só, permitindo-lhe transitar com certa facilidade entre a tribuna, o IAB, a imprensa comum e a especializada, atuando em todas as frentes que lhe eram permitidas. (...) O líder republicano buscava, no seu ponto de vista, se alinhar com as plataformas políticas e filosóficas liberais mais avançadas do período (...) Interpretava a lei naquilo que servisse ao desmonte da monarquia no Brasil, minando-a impetuosamente, em cada filigrana possível, nos seus mínimos aspectos.⁹¹⁸ (grifos nossos)

Conforme os bilhetes de comunicação encontrados por Martins, tinha esta sociedade secreta correspondentes em Morretes, Paranaguá, Assungui, Votuverava, Cerro Azul, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa. Lembremos que a rota de escape de Francisca Romana da Cunha (Paranaguá-Curitiba-Palmeira), escrava curatelada por

⁹¹⁴ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 387.

⁹¹⁵ MARTINS, R. Idem, p. 388.

⁹¹⁶ Composta inicialmente pelo Major Frederico Solon (Bilbau), pelo capitão João Gomes Pimental (Washington), João Ferreira Luz (Patrocínio), José Oliveira Júnior (Trovão), Inácio Alves Correia Carneiro (Clapp), Bernardino de Freitas Saldanha (Castelar) e Antonio Ricardo do Nascimento (São Paulo). Logo a eles se juntariam Benedito Candido, Bento Munhoz da Rocha, Presciliano Correia e o próprio Ildefonso Correia, Barão do Cerro Azul. Note-se que tanto João da Luz quanto Itaciano Teixeira eram (talvez outros também o fossem), simultaneamente, membros da Confederação Abolicionista Paranaense, em 1888 (GRAF, M. E. C. Op. cit., p. 107).

⁹¹⁷ MORAES, E. Op. cit., p. 228.

⁹¹⁸ RAMOS, H. C. M. B. *A Revista “O Direito”...*, p. 142. Saldanha Marinho também era um dos colaboradores do periódico, razão pela qual “João José do Monte, admirador de Teixeira de Freitas, apreciador do “direito puro”, sem interferências da política, “perfeito”, assistiu a revista da qual era proprietário fazer longa propaganda maçônica” (Idem, p. 131).

João Pereira Lagos, naquele mesmo ano, estava inteiramente coberta por essa contra-cartografia e talvez tivesse sido percorrida com o apoio de um núcleo de abolicionistas locais que se alinhavam bem às tendências caifazes. Essa rede de contatos era fundamental para uma das principais atividades da organização, não por acaso, a promoção de fugas de escravos, mormente diante de denúncias de maus-tratos infligidos por seus senhores ou de cativo ilegal. Muitos negros eram enviados de Paranaguá a províncias onde a escravidão já fora abolida e até mesmo para o exterior (Montevideo)⁹¹⁹. O que pretendemos enfatizar, com essa relação de nomes, é não apenas a participação ativa (ainda que de última hora) até mesmo de bacharéis, como Itaciano Teixeira (curador de Severo, em 1887, e juiz de órfãos em São José dos Pinhais, antes disso) ou de rábulas como o Cap. Joaquim José Belarmino de Bittencourt (juiz municipal suplente tantas vezes decidindo “com alguma boa vontade em favor da liberdade”, como diria Perdigão Malheiro), mas a sua atuação não excludente em diversos *fronts* simultâneos. Muitos dos que auxiliavam cativos nas demandas judiciais (Bernardino de Freitas Saldanha e José Oliveira Júnior, também integrantes do grupo, são flagrados aqui e acolá em alguma função lateral das ações de liberdade), participavam com eles, paralelamente, de iniciativas ilícitas, tornando inócua a separação cirúrgica entre revolucionários e legalistas. O “trabalho dos homens do foro”, sob este prisma, se estendia também às ruas, aos portos, aos matagais, de modo que

(...) a existência de uma parceria nas lutas abolicionistas que, travadas no campo do direito, eram amparadas por muitas outras estratégias fora dele – o que nos dá uma primeira indicação sobre a precariedade da oposição feita, *a posteriori*, entre legalistas e radicais.⁹²⁰

Detectado esse tipo de multidimensionalidade da ação, a dicotomia *radicalismo* versus *legalismo* mostra-se, no mínimo, reducionista. Não raro, as teses com as quais aqueles “homens do foro”, profissionais ou praxistas, bombardeavam a mui pudica magistratura eram tidas por descaradamente sediciosas. Era, por conseguinte, a politização da prática judicial e do campo jurídico o que determinava o grau de afrontamento dessa militância - que, ao final, não tinha nada de bem-comportada – da empáfia senhorial. Joaquim José Pedrosa, Joaquim José Belarmino de Bittencourt e Francisco Itaciano Teixeira agiam com igual desfaçatez dentro da lei, fora da lei e nas suas franjas. Curitiba já pode se orgulhar de ter visto lá seus “Luiz Gama”.

⁹¹⁹ GRAF, M. E. Op. cit., p. 107.

⁹²⁰ AZEVEDO, E. *O direito dos escravos...*, p. 166.

b) “A lei é quem fala acima de tudo”: a magistratura como espinha dorsal da ordem imperial

*“Por vezes, não foi independente, nem louvável. Por vezes, foi odioso e desprezível, deixando vislumbrar o interesse do juiz “senhor” através dos subterfúgios e dos sofismas mais grosseiros. Em compensação, houve ocasiões em que o mísero cativo encontrou, na toga do magistrado, asilo seguro para o seu supremo infortúnio.”*⁹²¹

Se os homens do direito alojavam-se tão bem nas entranhas do poder imperial, deviam também poder auscultar seu coração. De alguma valia é o testemunho de José Correa Lisboa no processo do africano Hypólito, em 1874, ainda que nem sempre translúcido, para o diagnóstico que buscamos: *“a lei é quem falla acima de tudo”*. Para bom entendedor, essas palavras bastavam. Para quem precise ler para crer, que a elas se somem as palavras de E. P. Thompson: *“insisto apenas no ponto óbvio (...) de que existe uma diferença entre o poder arbitrário e o domínio da lei”*⁹²². Em meados do século XIX, nosso já conhecido Pimenta Bueno achara uma forma elucidativa de traduzir a ideia em português bom e claro: *“Sem duvida a lei, e só o preceito claro da lei, é quem póde ter o direito de restringir a liberdade, e não o arbitrio ou vontade de alguém, que deve ser impotente desde que o principio do governo não é o da escravidão, sim o dos direitos do homem”*⁹²³. O poder arbitrário fora outrora a onipotência do patriarca, “juiz doméstico” e, simultaneamente, parte interessada nos conflitos com seus escravos. O domínio da lei, que vinha progressivamente aplainando-o, dizia respeito não apenas ao conjunto de regras, mas igualmente de atores e instituições que passavam a ser os fiéis da balança dessa relação antes privada:

Pois se dizemos que as relações de classe existentes eram mediadas pela lei, não é o mesmo que dizer que a lei não passava da tradução dessas mesmas relações (...) as relações de classe eram expressas, não de qualquer maneira que se quisesse, mas *através das formas da lei*; e a lei, como outras instituições que, de tempos em tempos, podem ser vistas como mediação (e mascaramento) das relações de classe existentes (como a Igreja ou os meios de comunicação), tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes.⁹²⁴

⁹²¹ MORAES, Evaristo de. Op. cit., p. 151.

⁹²² THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 356.

⁹²³ BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857, p. 393 Apud SOUZA, A. P. Op. cit., p. 144.

⁹²⁴ THOMPSON, E. P. Idem, p. 353.

Portanto, os *operadores do direito* da parte do Estado, as autoridades públicas e, especialmente, os juízes em seus tribunais, não deixavam de administrar, à sua maneira, além da justiça (ou melhor, no bojo dela), as tensões que emergiam entre a “classe” proprietária e a “classe” escravizada (não abusando de categorias marxistas, mas empregando termos nativos). Mesmo o requerimento de Tertuliano Teixeira de Freitas para a captura do fujão Francisco Miguel instava a polícia para que o procedimento fosse executado não a seu bel prazer, mas “*na forma da lei*”. As décadas de 1870 e 1880 viram espriar-se o império legal, decerto não a emular seu gêmeo anglo-saxônico (*rule of law*), mas com idiossincrasias bem tropicais. A despeito das particularidades, tanto sua “fala” – isto é, o conteúdo do direito, ou, por outro modo, o *direito material* – quanto sua “forma” – o *direito processual* – já haviam superado a timidez inicial e se colocavam à altura do “direito de vida e morte” dos senhores. A lei, por óbvio, carregava consigo toda a sua bagagem histórica, sua lógica própria, sua genealogia, suas características. É dizer: o campo jurídico afirmava-se como um *campo relativamente autônomo de produção cultural*, estruturado como o “lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito”⁹²⁵, neste caso, o direito dos escravos. Pendendo entre as relações de força que o constrangiam (leia-se: as divergências sobre a competência das jurisdições estatal e senhorial na adjudicação das pretensões dos cativos) e a dinâmica interna de funcionamento da cultura jurídica (uma prática discursiva cada vez mais especializada), regras sobre liberdade como as das Ordenações Filipinas, dos antigos Alvarás Régios ou da Lei de 1871, não eram nem autoevidentes, nem autoaplicáveis, mas encontravam-se em permanente disputa. À custa da frustração de quem, como o bacharel Bento Fernandes de Barros ou o senador Teixeira Jr., apostava todas as fichas no Poder Legislativo para normatizar a questão (denunciando os fenomenais “abusos” da justiça), “a significação prática da lei não se determina realmente senão na confrontação entre diversos corpos animados de interesses específicos divergentes (magistrados, advogados, notários, etc.)”⁹²⁶. A própria lei era um bem *sub judice*. Porém, como resultado dessa luta simbólica, é claro que ela não podia falar por si mesma, mas apenas através da boca da magistratura. Por isso a administração da justiça e o controle do poder judiciário eram debates sempre presentes:

⁹²⁵ BOURDIEU, P. Op. cit., p. 212.

⁹²⁶ BOURDIEU, P. Idem, p. 217-8.

(...) as leis não produzem benéficos efeitos se não tem fiel e imparcial execução. Se o cidadão confia na recta administração da justiça, se está certo de que a sua honra e liberdade (...) não perigam á mercê das paixões e tendências incofessáveis dos julgadores; se todos esperam que a propriedade, fructo de seu suor, será integralmente garantida nas pendências civis, o trabalho desenvolve-se, e a sociedade prospera e progride.⁹²⁷

Eram as palavras do presidente da província, Adolpho Lamennha Lins, em 1876, congratulando-se de que não houvera queixas durante sua administração contra as autoridades judiciárias. Motivos para reclamação havia. Segundo o comentário de Evaristo de Moraes, existiram sempre “juizes-senhores”, como não faltaram “bacharéis do açoite”. O contrário, todavia, também aqui soa aceitável: parecia mais fácil convencer um juiz suplente, isto é, um leigo, do que um bacharel, com argumentos *pro libertatis*. O capitão Francisco Antônio Nóbrega (na causa de Maria), o capitão Lourenço Taborda Ribas de Andrade (na causa de Marcolino) e o capitão Joaquim José Belarmino de Bittencourt (na incendiária causa de Hypólito), todos acataram a versão dos cativos, quando tiveram oportunidade de decidir. Entre eles, destaca-se nitidamente Bittencourt, não apenas pelos contorcionismos jurídicos que empreendia em benefício dos libertandos (tão vituperados por Bento Fernandes de Castro), mas por sua atuação continuada ao deles, em seu ofício notarial. Vinculados à Guarda Nacional (como também Joaquim José Pedrosa), quem sabe esses homens já não estivessem convencidos da causa da liberdade desde a campanha do Paraguai. É saliente a presença das patentes nos quadros funcionais da magistratura não-togada⁹²⁸. Com motivo. A. Koerner percebeu o problema da *exequibilidade* das decisões do Judiciário, vez que

(...) as praças eram concedidas pela Guarda nacional, outra instituição com fortes ligações locais. O comandante local da Guarda nacional somente mobilizaria seus contingentes de acordo com as suas conveniências políticas, o que significava a necessidade de conciliação do magistrado com ele.⁹²⁹

⁹²⁷ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paranã no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 25.

⁹²⁸ E também dentro dos diplomados, a que se aliariam na “nova ordem política estabelecida por bacharéis e doutores unidos a maiores e capitães, não tendo sido poucos, nesse grupo revolucionário, os híbridos não só de sangue como de vocação: os capitães-doutores, os maiores-doutores, os coronéis-doutores, os bacharéis-militares.” (FREYRE, G. *Sobrados e mocambos...*, p. 726). Nóbrega, Andrade e Bittencourt não eram bacharéis, mas Tertuliano Teixeira de Freitas (embora dificilmente classificável como um sujeito “revolucionário”, na expressão freyriana), fazia parte da classe dos bacharéis-militares, exercendo altas patentes no comando da Guarda Nacional, ao lado da profissão da advocacia e da política.

⁹²⁹ KOERNER, A. Op. cit., p. 51.

A exceção discernível entre os juízes leigos – sempre há alguma – é Floriano Berlintes de Castro, que ficou em cima do muro: apoiou a propriedade contra o pleito do pardo Fernando, mas homologou o arbitramento de outro pardo, João. Para os indecisos, o tempo foi o melhor remédio: da década de 1860 à de 1880, a conjuntura havia se modificado o suficiente para que se pudessem sentir mais à vontade para julgar contra seus vizinhos. Inversamente, a tendência por parte dos juízes efetivos era barrar qualquer tese inovadora que aparecesse em prol dos escravizados. A toga tinha seu peso, sua *dimensão prudencial*, como pudemos observar nas decisões ponderadas de juízes qual Agostinho Ermelino de Leão. Por sua lealdade política para com a ordem imperial⁹³⁰ e as diretrizes do governo central, ele só deixaria Curitiba para assumir uma cátedra de desembargador no Tribunal da Relação da Bahia, em 1886. Vencendo com louvor vinte anos de um tipo de “estágio probatório” numa comarca periférica, angariando a confiança da comunidade local de leigos e de juristas (recordemos as várias ocasiões melindrosas em que os juízes municipais preferiram delegar-lhe suas decisões) ele agora estava pronto para judicar numa capital de tremenda efervescência, principalmente no tocante aos embates da liberdade. Não que a magistratura fosse a arqui-inimiga dos escravos. Desde os debates na Assembleia Geral de 1855, suas inclinações estatistas incomodavam a “proprietários rurais, comerciantes e capitalistas”, que já não a viam como sua legítima representantes e empenharam-se em reduzir sua participação na política imperial⁹³¹. Não era, por si só, o fato de serem bacharéis que fazia tanta diferença, uma vez que tomavam, em geral, orientação distinta da dos que eram apenas advogados⁹³². Tampouco era soberbia a causa deste distanciamento enviesado. José Murilo de Carvalho atribui o germen dessa propensão à

⁹³⁰ O magistrado chegava a representar a província por vários meses em eventos de vulto ampliado, como a Exposição Nacional organizada em 1876, para o que recebia licença de suas funções pela administração local (PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenna Lins*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876, p. 26).

⁹³¹ CARVALHO, J. M. Op. cit., p. 165.

⁹³² “O grosso dos profissionais liberais era formado de advogados. Havia duas razões principais para distingui-los dos magistrados com relação à capacidade e orientação políticas. A primeira é que foram quase todos educados no Brasil e não em Coimbra, como os magistrados, e já vimos qas diferenças entre as duas fotmações. A segunda é que o advogado tem uma relação com o Estado muito distinta da do magistrado. O último é um empregado público, encarregado de aplicar a lei e defender os interesses da ordem. O advogado é um instrumento de interesses individuais ou de grupos, e como tal pode tornar-se porta-voz de oposições tanto quanto do poder público.” (CARVALHO, Idem, p. 89). Para a Curitiba do final do XIX, a primeira distinção havia se tornada sem sentido. A segunda, contudo, permanecia válida.

ocupação *per se* dos magistrados, *intelligentsia* nacional e “elemento unificar mediante a transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia”⁹³³:

A suposição era particularmente válida em se tratando dos magistrados que apresentavam a mais perfeita combinação de elementos intelectuais, ideológicos e práticos favoráveis ao estatismo. Na verdade, foram os mais completos construtores de Estado no Império, especialmente os da geração coimbrã.⁹³⁴

Um comportamento que atendesse às expectativas de moderação e estatolatria podia ser exigido ainda mais eficazmente dos juízes de direito. Desde a reforma judiciária de 1841, o cargo era a porta de ingresso na categoria, com garantias de estabilidade⁹³⁵. Isso porque muitos juízes municipais não estavam exatamente preocupados em fazer carreira, o que os eximia do compromisso com o bom-senso e o pacto classista que asfixiava o Estado imperial e administração da sua justiça. Reconhecendo essa diferença, um fazendeiro exigiria no Congresso Agrícola de 1878:

É preciso que os atos do procedimento dos senhores para com seus escravos e ingênuos sejam unicamente sujeitos aos conhecimentos e fiscalização dos juízes de direito que, como autoridades mais práticas e de mais critério e experiência, não exporão ao desprestígio e à desmoralização os senhores lavradores.⁹³⁶

Juízes municipais (ainda mais quando suplentes), portanto, eram muito mais dados a precipitações e utopias libertárias⁹³⁷. Não obstante, os que almejavam uma posição confirmada na magistratura tinham de demonstrar, nos primeiros anos de serviço, tino e “critério”. Aos poucos, seguiram os passos de Ermelino de Leão, Ernesto Dias Lorangeiras (juiz municipal do termo Curitiba, desde 1865, nomeado juiz de direito de Guarapuava, em 1873); Joaquim Ignácio Silveira da Motta Júnior (alçado a juiz de direito de São José dos Pinhais, em 1878); seu irmão Eusébio Silveira da Motta

⁹³³ CARVALHO, J. M. Idem, p. 83.

⁹³⁴ CARVALHO, J. M. Op. cit., p. 87.

⁹³⁵ “Após 1841 definiu-se o sistema judiciário que duraria, com pequenas modificações, até o final do Império. Permaneceu o juiz de paz eleito, mas com atribuições muito reduzidas. A magistratura togada abrangia desde os juízes municipais até os ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Os juízes municipais e de órfãos eram nomeados entre bacharéis com um mínimo de um ano de prática forense para períodos de quatro anos. Podiam então ser promovidos a juiz de direito, ou ser nomeados para outro quadriênio, ou mesmo abandonar a carreira, pois não tinham estabilidade. Já os juízes de direito possuíam estabilidade e só perdiam o cargo por processo legal, embora pudessem ser removidos de um lugar para outro.” (CARVALHO, J. M. Idem, p. 158-159).

⁹³⁶ *Apud* KOERNER, A. Op. cit., p. 133.

⁹³⁷ Warren Dean encontrou manifestações como esta nos anais da Assembleia Legislativa de São Paulo: “Os juízes municipais, ‘moços inexperientes e precipitados’, convocam constantemente os fazendeiros ao tribunal ‘à mais leve queixa de um escravo ou de um ingênuo por ter recebido uma simples e leve correção indispensável a tais indivíduos para manter a disciplina de uma fazenda’ (DEAN, W. Op. cit., p. 131).

(substituto de Ermelino de Leão, em 1886) e Emygdio Westphalen (ainda no Império, juiz de direito da Lapa, sua cidade natal). Apesar de alguns deles, nomeadamente Motta Jr. e Westphalen (eles mesmos donos de escravos⁹³⁸, assim como Ermelino de Leão⁹³⁹, pelo que pudemos identificar), denotarem uma autonomia bastante relativa (sem papas na língua: revelaram-se nada imparciais), ao contemplarem escancaradamente os interesses proprietários (nos rebuliços sobre o pecúlio, o primeiro dava mostras de partilhar das reservas dos senhores) ou interesses inomináveis (como a mão amiga que o segundo estendeu a Antônio José Ferreira). Curioso é que o cúmulo da prudência nas questões atinentes aos escravos – beirando a omissão – é esboçado justamente por aquele que foi escandalizado pela imprensa por favorecimento ilícito: Emygdio Westphalen, por três vezes (nas causas de João e Benedicto, de Angelino e de Barnabé) recusou-se a proferir sentença, remetendo os autos diretamente ao juiz de direito. A única demanda em que de fato pronunciou-se foi a de Cândida, e isso ainda “às vistas da expressa disposição da lei”. Eles bem sabiam que o segredo do sucesso na carreira judicial era o equilíbrio, a capacidade de dosar a eficácia que se devia imprimir à lei imperial, com os obstáculos locais à sua implementação, sem levantar alaridos:

Os magistrados eram então mais do que aplicadores das leis gerais do Império; eles eram os juízes dos conflitos locais, mas também, como representantes do poder imperial, os mediadores das relações deste com os poderes locais. Nesses dois tipos de mediação, seu objetivo seria resolver os conflitos de modo que não se voltassem contra a própria ordem política e a estabilidade social do Império.⁹⁴⁰

Aqueles dentro da categoria que pesavam demais a pena na hora de conceder o “favor à liberdade”, não deixando dúvidas sobre sua adesão ideológica, tinham o destino do transparente Antônio Joaquim Soares de Macedo: o “exílio” para paragens distantes, onde não pudessem incomodar quase ninguém⁹⁴¹. Era o mecanismo das remoções que

⁹³⁸ “(...) em 1871, o chefe de polícia Bento Fernandes de Barros, em portaria expedida ao inspetor do quartelão do Pilarzinho, ordenara que se capturasse ‘uma escrava do Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota de nome Maria, que fugiu e acha-se oculta nesse quartelão, entregando-a na casa de seu senhor’ (PENA, E. S. *O jogo da face...*, p. 223). Emygdio Westphalen libertou, condicionalmente, em 1884, Sebastião e Helena, conforme restou inscrito no *Livro de Ouro* da Câmara Municipal de Curitiba. (FCC/Casa da Memória. Catalogação: 326.098162/ C178 / 1884).

⁹³⁹ O juiz de direito, inclusive, possuía a raridade de uma escrava classificada como “branca” na listagem para o Fundo de Emancipação da capital (Relação n. 750: escrava Maria, “branca”, de “muita moralidade”, 22 anos, apta para trabalhar e possuidora de 400 mil-réis em pecúlio para sua alforria - FCC/Casa da Memória. Catalogação: 305.567/C613/1875).

⁹⁴⁰ KOERNER, A. Op. cit., p. 52.

⁹⁴¹ Conforme narra Evaristo de Moraes, o Dr. José Manoel de Freitas, “quando as suas idéias tinham encontrado eco na Assembléia Legislativa, sendo abolida a pena de açoites, foi castigado (...) com a remoção para Goiás” (MORAES, E. Op. cit., p. 179).

permitia ao governo central fazer o jogo duplo, mantendo, de um lado, o pacto escravista com os senhores e, de outro, a autonomia funcional dos juízes. Se os curadores de escravos eram mediadores entre suas pretensões e o mundo do direito, mobilizando a cultura jurídica erudita para secundá-los, as autoridades judiciárias eram *mediadoras ao quadrado*, ao mesmo tempo dos conflitos entre liberdade e propriedade, e das refregas entre instâncias locais e nacionais. Ao que sugerem as fontes analisadas, os magistrados controlavam essa complexidade de sua atuação por meio do alinhamento à doutrina dominante, levando em consideração primeiramente a Relação à qual estavam diretamente subordinados (para o Paraná, a partir de 1874, a Relação de São Paulo), ao lado dos entendimentos do Supremo Tribunal de Justiça; e, depois, precedentes dos demais órgãos colegiados, pela ordem do prestígio de que gozavam, na linha de frente encontrando-se a Relação da Corte, notadamente. Em sua obra *Direito Publico Brasileiro*, o próprio Pimenta Bueno havia justificado a criação da Corte Magna pela necessidade de uniformização da jurisprudência e obediência “religiosa” à lei:

Em verdade o acto do juiz, o julgado em ultima instancia já não sujeito a recursos ordinarios, pudera atacar não sómente os interesses ou direitos particulares, e sim tambem a autoridade das leis, rebellar-se contra estas, affrontar os seus preceitos, e assim ameaçar a ordem social, quebrar a fé que deve haver no poder publico e na religiosa observancia do direito. Occorria alem disso a consideração de que ha uma multidão de tribunaes, cada um dos quaes tem sua intelligencia e vontade distincta, e que ainda mesmo sem intenção de abuso, póde seguir doutrina diversa, tanto mais porque a applicação das leis nem sempre se faz sem duvida e difficuldades, mesmo por causa da concisão de seus preceitos; e uma tal divergencia romperia a unidade da lei, que deve ser igual e a mesma para todos. Era pois essencial, indispensavel descobrir um meio, crear uma autoridade que tivesse a alta missão não de ser uma terceira instancia, sim de exercer uma elevada vigilancia, uma poderosa inspecção e autoridade, que defendesse a lei em these, que fizesse respeitar o seu imperio, o seu preceito abstracto, (...) A sua missão directa e fundamental devia dirigir-se a reconduzir os tribunaes ao sagrado respeito da lei, á pureza e uniformidade de sua applicação, a obedecê-la religiosamente.⁹⁴²

Que a jurisprudência vinculasse de cima a baixo, a rigor, é temerário afirmar, pois sua reprodução nunca foi incondicional e sem sopesamentos. No entanto, não resta dúvida de que a adaptação das opiniões pessoais dos julgadores ao posicionamento institucional, se os colocava por vezes em dilemas de consciência, livrava-os, ao menos, de comprar brigas maiores com os figurões da elite curitibana, já que podiam escudar-se na “doutrina aceita pelos tribunais superiores”. Para alguns indivíduos, resgatar os

⁹⁴² BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito Publico Brasileiro e Analyse da Constituição do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857, p. 346 *Apud* SOUZA, A. P. Op. cit., p.141.

antecedentes familiares pode ajudar a desvendar seus posicionamentos, como é caso de Silveira da Motta Júnior e seu irmão, Eusébio da Motta, vindos de uma linhagem de bacharéis, desembargadores e políticos. Sem sucumbirmos a atavismos, ao menos o primeiro deles dava mostras de ter herdado um pouco de cada um de seus tios. O conselheiro José Ignácio Silveira da Motta era ainda um importante jurista do Império, um daqueles a quem D. Pedro II dirigiu-se para formular os incipientes projetos emancipadores da década de 1860. Sua atuação valeu-lhe, em 1871, “a *corona vallis*, a do soldado que primeiro penetra no acampamento inimigo”, num discurso de Francisco Otaviano de Almeida Rosa⁹⁴³. Já de seu outro tio, Ignácio Francisco Silveira da Mota, presidente provincial do Rio de Janeiro entre 1859-1861, deve ter recebido o gosto pela perseguição e repressão aos quilombos e rebeliões negras⁹⁴⁴. Ocorre que nem todos os juízes de Curitiba tinham uma genealogia tão sintomática. Não basta uma história social ou política dos magistrados (uma classe particular dentro da categoria dos bacharéis) para compreender essa filiação ideológica. Nem tudo era cálculo egoístico de interesses e decerto havia homens dentre eles que de fato *acreditavam no direito*:

No caso de uma formação história tão antiga como o direito, matéria cujo domínio exige anos de estudo exaustivo, sempre existirão alguns homens que acreditam ativamente em seus procedimentos próprios e na lógica da justiça. O direito pode ser retórico, mas não necessariamente uma retórica vazia.⁹⁴⁵

Crença sincera ou método de capitalização simbólica, a centralização ficou patente não apenas na postura do Poder Judiciário, mas em praticamente todos os agentes burocráticos. Caso contrário, prescindiria o chefe de polícia Carlos de Carvalho do zelo de impetrar, em 1878, recurso à Relação de São Paulo para ver confirmada a legalidade dos procedimentos da corporação relativamente aos escravos. Tratava-se da necessidade de encadear bem os elos, não só os da corrente que traziam ao pescoço:

(...) também o simples juiz de instância (ou, para ir até os últimos elos da corrente, o polícia ou o guarda prisional) está ligado ao teórico do direito puro e ao especialista do direito constitucional por uma *cadeia de legitimidade* que subtrai os seus actos ao estatuto da violência arbitrária.⁹⁴⁶

⁹⁴³ PENA, E. S. *Pajens da casa imperial...*, p. 259.

⁹⁴⁴ PENA, E. S. *Idem*, p. 284.

⁹⁴⁵ THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, p. 354.

⁹⁴⁶ BOURDIEU, P. *Op. cit.*, p. 220.

Efetivamente, delegados, subdelegados e até o carcereiro da cadeia de Curitiba eram eventualmente chamados a depor nas ações de *habeas corpus* de negros tidos por cativos, forçados a comprovar que não haviam agido arbitrariamente. Mais uma faceta da modernização jurídica que se consolidava. Como no século XVIII dos Whigs⁹⁴⁷, também eram os rituais judiciais que garantiam, em grande medida, a hegemonia do governo imperial, mormente depois da reforma de 1871 (a data não é por acaso, tendo Nabuco de Araújo sido personagem central também aí), que, conforme demonstraram os estudos de A. Koerner, estabilizou finalmente a carreira da magistratura por sua diferenciação, organização e securitização, ou seja, sua *autonomização*⁹⁴⁸. Este aspecto dos câmbios institucionais da década de 1870, embora venha sendo avaliado por alguns pesquisadores⁹⁴⁹, pouco dialogou até o momento com a historiografia sobre a escravidão, embora possa ser lido como *conditio sine qua non* da mudança atitudinal da magistratura em relação aos pleitos de liberdade, acompanhada de sua crescente politização. Se, num sentido, o Judiciário parecia desejar primeiro libertar-se das contingências locais, para então poder libertar os cativos em seus litígios, no outro, naquilo que toca ao tema deste trabalho, ele constitui igualmente um agente superlativo de *centralização jurídica*. À parte a via da jurisprudência em si, as prerrogativas atribuídas ao Executivo de regulamentar a legislação vigente e de delinear a chamada *interpretação autêntica* nos casos omissos ou controversos (por meio de avisos, consultas, dúvidas, pareceres e circulares) amarravam ainda mais os elos da cadeia normativa que era, afinal de contas, a verdadeira espinha dorsal da ordem imperial⁹⁵⁰.

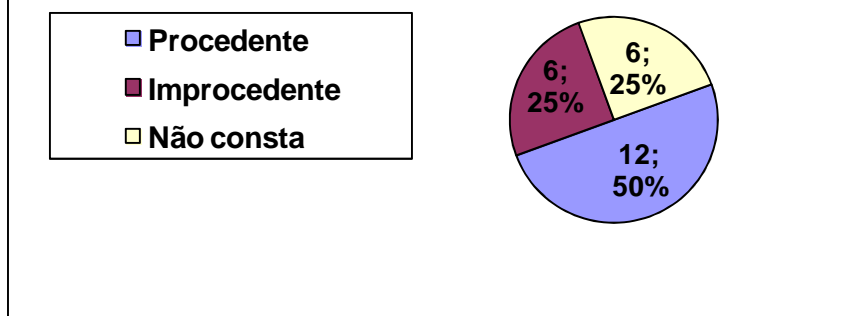
⁹⁴⁷ “Além e por cima de suas maleáveis funções instrumentais, ela [a lei] existia por direito próprio, enquanto ideologia; uma ideologia que, sob muitos aspectos, não só servia ao poder de classe, como também o legitimava. A hegemonia da fidalguia e aristocracia do século 18 expressava-se não pela força militar (...) mas sobretudo pelos rituais de profunda mediação dos juízes de Paz, pelas Sessões Trimestrais, pela pompa das Sessões judiciais e pelo teatro de Tyburn.” (THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 352).

⁹⁴⁸ KOERNER, A. Op. cit., 101-127.

⁹⁴⁹ Sobre o assunto, pormenorizadamente, vide: NETO, Paulo Macedo Garcia. *A Reforma Judiciária de 1871*. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (orgs.). *Os juristas na formação o Estado-Nação brasileiro (1850-1930)*. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 150-167 e NETO, Paulo Macedo Garcia. *O Judiciário no crepúsculo do Império (1871-1889)*. In: LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). *O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889)*. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 106-144.

⁹⁵⁰ Autores como Arno Wehling têm recentemente defendido a tese de que o direito era um importante, senão o principal, elemento de homogeneização e governabilidade do Brasil oitocentista (WEHLING, Arno. *Civilização e lei no discurso legitimador do Estado Joanino no Brasil - o caso da administração da Justiça*. Comunicação apresentada no V Congresso Brasileiro de História do Direito “Ordem, razão, decisão: experiências jurídicas antes e depois da modernidade”. Realizado em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, setembro de 2011).

TABELA 8: Ações de Liberdade - Resultado Final



O problema dos digníssimos jurisconsultos era que, na segunda metade do século, já não havia como assegurar esta ordem (branca) sem algum progresso (negro). Em Curitiba, 2/3 das causas de liberdade (entre manutenções e ações sumárias) cujo resultado final nos é conhecido tiveram seus pleitos acatados, a grande maioria já em primeiro grau. Trocando em miúdos, à magistratura coube, pela própria pressão contextual da atmosfera de inquietude e agitação dos escravos, e pela provocação direta destes via lutas jurídicas, a tarefa de produzir uma hermenêutica *intermediária*, *conciliatória* dos reclames da liberdade com os ditames da propriedade. Nas últimas décadas da instituição, já o “favor à liberdade” parecia haver conquistado seus asseclas entre os juízes, aumentando francamente as chances de vitória dos cativos. Porém, se toda a “interpretação opera a *historicização da norma*”⁹⁵¹, essa mesma interpretação era regulada – voltamos a insistir –, era tributária de uma matriz intelectual cravejada de meandros e manias a respeitar. Nesse limite, os tribunais representavam um “mecanismo de abertura da tradição” jurídica, destilando a conta-gotas novos direitos:

Daí que os gêneros literários mais sensíveis ao ambiente e por onde este se integrava mais facilmente no intertexto jurídico-institucional fossem aqueles produzidos no âmbito das instituições judiciárias – as coleções de decisões (*decisiones*), de alegações (*allegaciones*), as exposições da prática judicial ou para-judicial (*praxística*). De onde as inovações iam transitando para os gêneros literários mais dependentes dos textos fundadores (*commentaria, tractatus*).⁹⁵²

A cultura jurídica da liberdade se elastecia numa direção mais ou menos certa, ainda que não intencional, aliás a mesma da racionalização interna do campo jurídico como um todo: da *praxística* (dominada pelos “homens do foro”), à *casuística*

⁹⁵¹ BOURDIEU, P. Op. cit., p. 223.

⁹⁵² HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, p. 124.

(assentada por “homens do direito”, na jurisprudência), desta à *manualística* e à *tratadística* (organizada por “homens de letras”, na doutrina), chegando enfim ao corpo de legisladores, do qual certamente não se podia dizer que encarnassem o interesse geral da nação⁹⁵³. Tentáculos do liberalismo? Mesmo dentre os parlamentares já havia quem, ao tempo dos debates da Assembleia Nacional Constituinte, discursara sobre o tal “império da lei”⁹⁵⁴. Mas quando despontava no horizonte do direito positivo algum benefício em favor dos escravos, *grosso modo*, ele já havia sido incorporado na prática forense, difundido amplamente pelos veículos especializados (as revistas e periódicos jurídicos), e quiçá sistematizado e glosado nos compêndios e livros da área. Isto é, a legislatura dava impressão de ser antes um elemento de recalque, de contenção à cultura jurídica da liberdade, do que um de seus portadores. A seu turno, sem jamais deixar de pisar em ovos e não raro a contragosto, os tribunais iam sendo por ela inundados. Suas Excelências simplesmente não puderam ignorar as circunstâncias de seu tempo, o “espírito do século” – *Zeitgeist* do direito oitocentista ou seu “*fantasme*” lacaniano – e o “estado actual do direito”, na expressão de Rui Barbosa. A justiça parecia, assim, servir, não só de arena, como de “antena” da sociedade de sua época. Mas no seu próprio ritmo. Para ela e através dela, “a lei é quem falava acima de tudo”. No crepúsculo do Império, houve cativos que debandaram, houve cativos que demandaram. Para os escravos, restavam duas alternativas: correr ou recorrer, e muitos optaram pela segunda.

⁹⁵³ “Num país de doze milhões de habitantes, queixavam-se os editores abolicionistas, em que menos de duzentas mil pessoas, principalmente proprietários de escravos e funcionários do governo, eram elegíveis para votar, não se podia dizer que a legislatura representasse a opinião nacional” (CONRAD, R. Op. cit., p. 282).

⁹⁵⁴ “Os direitos cívicos se restringem a dar ao homem livre o *jus* a dizer: tenho uma pátria, pertenço a tal cidade, não sou sujeito à vontade de ninguém, mas só, ao império da lei” (Silva Lisboa *Apud* ADORNO, S. Op. cit., p. 60).

6.2. O espírito encarnado: a cultura jurídica escrava

a) “A ideia do direito na alma do escravo”: interpretações populares da lei

“O branco faz letra, o negro faz treta.”⁹⁵⁵

Quem abrisse a *Gazeta Paranaense*, “órgão do partido conservador”, à página três, em 17 de novembro de 1886, poderia saborear (ou amargar) as seguintes linhas:

Há dois mezes mais ou menos o meu escravo Antonio, hoje pertencente a meu filho Benedicto de Almeida Torres, mal aconselhado por quem quer que seja ou pela interpretação que quer dar á lei, entendeu-se de não mais prestar-me serviços, até mesmo praticando actos reprovados. Communiquei ao Exm. Sr. Dr. Chefe de polícia que precisava de um meio por onde pudesse garantir o direito de minha propriedade, pedindo-lhe que o mandasse recolher á cadeia, afim de ver se deste modo, não só o escravo como os seus conselheiros vexados desse castigo, tratavam de o persuadir a cumprir os seus deveres; enganei-me, nem um nem os outros lembrarão-se que aquella prisão era um coercitivo para o seu máo procedimento. Continuando a dirigir-me recados insultuosos, sem querer obedecer-me, queixei-me de novo ao Exm. Dr. Chefe de policia, e este perguntando-me o que desejava fazer – pedi lhe que, á vista de continuar aquelle escravo mal aconselhado, queria o conservar por algum tempo na cadeia, não como preso, mas para servir na cosinha aos infelizes condemnados que ali estão cumprindo sentenças, e dormindo no estabelecimento. Entendendo uma outra escrava, e por nada ter acontecido ao seu companheiro, assim como mal aconselhada por pessoas aliás de alguma consideração, que pretendem tirar parido de negócios particulares, fez-se de fugida. Nestas condições continuo privado dos serviços d’aquelles escravos que em virtude de nossas leis, custarão-me muitos bons cobres.⁹⁵⁶ (grifos nossos)

Abaixo desse confessionário (ou divã) de frustrações senhoriais, a assinatura “Ventura Torres”, isto é, Joaquim Ventura de Almeida Torres, filho do poderosíssimo comerciante (de escravos, inclusive) Mariano Torres. Três elementos saltam, de pronto, ao leitor do artigo. Em primeiro lugar, a interpretação mui peculiar que Antônio “queria dar à lei”. Em segundo lugar, o fato de que esta interpretação se esparramara pelo plantel daquele senhor feito rastilho de pólvora, vindo explodir na fuga de uma outra cativa que, à vista da impunidade de seu companheiro, entendeu ser a detenção um refúgio adequado do eito. Por fim, a completa passividade e desorientação das autoridades públicas diante da situação como um todo, talvez kafkiana demais para que a pudessem compreender e controlar. “Cadeias mal organizadas, guardas despreparados e coniventes, falta de trabalho duro e de inspeção rigorosa, maior possibilidade de

⁹⁵⁵ Comentário dos mestres de terreiro, descendentes de escravos, na Bahia. Cf.: SODRÉ, Muniz. *A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983, p. 187.

⁹⁵⁶ Biblioteca Pública do Paraná: *Gazeta Paranaense*, 17 de Nov 1886, p. 3.

fuga”⁹⁵⁷, ninguém tinha dúvidas sobre o que movia os negros a preferir os ergástulos públicos aos privados. Ventura Torres se achava especialmente irritado com a repercussão que o caso tivera na imprensa local e aproveitava “a oportunidade para ao mesmo tempo responder ao Sr. Dr. Eduardo Mendes Gonçalves que em sua gazeta de hontem ‘A Republica’ transcreveo uma carta que lhe dirigio o escravo Antonio”. O arranca-rabo era que Mendes Gonçalves, “um acerrimo propugnador da liberdade (da fazenda alheia)” – como o descrevia o autor da nota –, supostamente tinha, entre seus parentes, o não menos escravocrata José Joaquim Teixeira Ramos, responsável pela venda, em 1878, de Vicência e seu filho Benedicto ao parnanguara José Natividade Teixeira de Meirelles. Refresquemos nossa memória: um ano antes da transação, Vicência havia dado muita dor de cabeça a seu senhor, ocultando dele um outro filho recém nascido. Nisso fora auxiliada por sua mãe, a africana liberta Rita Maria da Piedade, que, em 1884, voltava ao centro do conflito ao mover, por seu procurador Joaquim Procópio Pinto Chichurro, uma ação de liberdade em favor de seus descendentes, julgada procedente pelo Dr. Beltrão, no litoral, em maio de 1886⁹⁵⁸. Malgrado a alegação de Meirelles de que “o direito de propriedade nunca fora menos legítimo que o de liberdade”⁹⁵⁹, o magistrado reconheceu que Vicência e, por conseguinte, Benedicto, haviam nascido de ventre livre. Toda a história era visitada em

⁹⁵⁷ AZEVEDO, E. *O direito dos escravos...*, p. 71.

⁹⁵⁸ Ritta, ex-escrava africana de Manoel Luisinio de Nôres em Antonina (o qual teria deixado seus cativos menores de 46 anos livres com condição de serviço de 8 anos, em 1850), alegou ser livre desde 1858. Representada por Joaquim Barnabé de Linhares e, depois, por Joaquim Procópio Pinto Chichurro, exigia a liberdade de sua filha Vicência e de seu neto Benedicto, supostamente nascidos de ventre livre. Nesse período, encontravam-se em poder de Simão João Henrique Deslandes, na cidade de Paranaguá, o qual teria doado a primeira (Ritta) a seu genro João Manoel da Cunha e a segunda (Vicência) a Bernardo José Ribeiro, que acabou adquirindo também Ritta. Esta, porém, conseguiu liberdade comprando sua alforria em 1866 (“a custo de muito sacrifício pela quantia de 1 conto de réis que desde já protesta pela dita quantia e mais serviços prestados a quem quer que seja”). Vicência, por sua vez, foi dada como parte do dote de uma filha de Bernardo ao português Joaquim José Teixeira Ramos. Em 1870 deu à luz seu filho Benedicto, sendo ambos vendidos em 1878 a José Natividade de Teixeira. A ação de liberdade é impetrada em 1884 em Antonina. Ritta ganha a ação naquele foro (a sentença é de 31 de maio de 86) e, mais tarde, Teixeira dá início à demanda por venda ilícita, pedindo ressarcimento contra Ramos. Nas instâncias locais, contudo, perde a ação, devido ao argumento de que o requerido não tivera oportunidade de apresentar suas razões no curso da ação de liberdade, não podendo, assim, produzir sua defesa, já que “a pretensão da libertanda não era tão justa e provada que não se pudesse esperar reforma da sentença pelo Tribunal Superior”. Desta vez, aprendendo a lição, Natividade apela ao Tribunal da Relação, embora não tenhamos notícia do resultado do julgamento.

⁹⁵⁹ Contra o que responde Chichurro endurecidamente: “Pedimos o cumprimento do direito de liberdade em prol dos escravizados. Queremos a execução da lei e o esclarecimento da verdade”. Acusa de calhordice o senhor de Vicência: “o lucro sórdido, mais nocivo do que o que á viva força se commette, forçando um cofre ou assaltando uma casa para espoliar criminosamente seus thesouros (...) sendo a verdade abafada por especuladores sagases, com o fim de locupletarem-se com o resultado do trabalho alheio” (Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8188, Cx. 315). Aqui novamente é possível entrever a passagem da liberdade de *favor* a *direito*.

retrospectiva numa outra demanda que tramitava naquele mês de novembro no foro de Curitiba, em que o comprador Meirelles buscava indenização do inescrupuloso Ramos, considerando ilícita a negociação entabulada. E tudo indica que o entrevero caíra, senão nas graças, ao menos na boca do povo. Assim como o pardo Fernando, a africana Rita era acusada de empreender uma peregrinação pelos cartórios de Paranaguá, juntando pedaços de inventários e certidões, na realidade, referentes a uma homônima crioula, já falecida na Santa Casa, compondo um mosaico que tinha cheiro de chicana.

Muito bem. Foram dolorosas as farpas trocadas entre os envolvidos, sob a rubrica “*Ainda a escrava Vicência*”, diariamente no jornal dos conservadores⁹⁶⁰. Só não mais dolorosas do que as notícias da extinção da pena de açoites, um mês antes. A cicatriz no rosto da escravidão era já profunda demais e seu quadro crônico agravava-se às vistas de todos os paranaenses. Mas não é dos proprietários que desejamos falar agora. Pois, enquanto os brancos folgavam em fazer letra, Rita e Antônio faziam treta. Na verdade, esses escravos e libertos⁹⁶¹ faziam ambas as coisas e muito bem. Queriam dar “interpretação” à lei, da sua maneira, e sabiam transitar artilhosamente pelo labirinto dos arquivos judiciários, dele extraindo aquilo que lhes interessava para suas lutas jurídicas. Não é só que esses documentos revelem a identidade de outros cativos alfabetizados, como Décio, Barnabé e Francisca Romana. Eles têm o condão de ilustrar, também entre eles, a *circularidade da cultura jurídica*, os usos e contrausos que dela faziam, mesmo *praeter* ou *contra legem*. Afinal, como é que se abria “a ideia do direito na alma do escravo”, parafraseando os protestos dos Clubes da Lavoura, em 1871?

A resposta de Joaquim Nabuco, de que o abolicionista era o “advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles”⁹⁶², soa bastante deslocada. Os casos até aqui analisados denotam o protagonismo dos escravos em provocar a justiça, mesmo antes da organização de grupos autointitulados abolicionistas. Quando homens e mulheres

⁹⁶⁰ A pendenga pôde ser acompanhada até a edição de 30 de novembro de 1886 do periódico.

⁹⁶¹ Casos como o de Barnabé, que nos permitiram inserir os libertandos num grupo mais ou menos coeso de negros libertos que os coadjuvava em suas lutas desmentem a imagem de passividade construída por Joaquim Nabuco: “(...) este desinteresse dos negros livres no Brasil pela questão da Abolição logo que deixam de ser escravos e pulam para a dignidade de cidadãos e eleitores é outro indício de como a humilhação da escravidão penetrou tão profundamente a mente e o coração dos escravos e dar-lhe-á alguma idéia da dificuldade que o movimento abolicionista tem de enfrentar no Brasil. Em vez de uma sólida votação negra, como nos Estados Unidos, pelo partido que elevou o grito da Abolição, nós vemos aqui muitos negros seguirem o estandarte do partido de seus antigos senhores com um autêntico espírito servil” (CONRAD, R. Op. cit., p. 177). Ao que parece, o que se dava era uma divergência entre os populares e os intelectuais sobre quais as arenas mais eficazes de luta pela liberdade, que não eram necessariamente, para aqueles, sinônimo de abolição.

⁹⁶² NABUCO, J. Op. cit., p. 38.

dirigiam-se ao foro, depositando seus pecúlios e requerendo ao escrivão ou ao solicitador de plantão que traduzissem seus pedidos orais em petições formais (Angelino, Margarida, Silvério); quando escreviam aos periódicos denunciando um cativo que acreditavam ilegal (Antônio); quando deliberadamente ressignificavam as categoriais senhoriais com o objetivo de aumentar suas chances de emancipação pela via jurídica (Francisca Romana, Barnabé); quando conquistavam sua alforria e saíam em busca de aliados para as ações de liberdade de sua família (Carlota, Ricardo, Rota); quando fugiam de casa e iam entregar-se às autoridades policiais (Pelágio, Clara, Lourenço) ou pedir auxílio de seus padrinhos (Esperança); quando contratavam por escrito com seus senhores, depois subvertendo ou disputando o conteúdo das cláusulas combinadas (Maria Preta, Norberto); quando tudo isso e mais um pouco ousavam, é porque não lhes faltava a consciência de seus direitos. Um debate que se deve, doravante, travar é o que entendiam eles por “seus direitos”. Para Eugene Genovese, a cultura jurídica escrava era uma mistura de legalidade e consuetudinarietà:

Os escravos apreenderam o significado de sua vitória com muito mais acuidade do que em geral se crê. Viram que a lei lhes reconhecia poucos direitos e que mesmo esses podiam ser facilmente violados pelos brancos. No entanto, mesmo um único direito, imperfeitamente defendido, bastava para lhes mostrar que era possível resistir às pretensões da classe dos senhores. Não tardou para que, com lei ou sem lei, acrescentassem grande número de “direitos consuetudinários” por eles próprios criados e aprendessem a fazer com que eles fossem respeitados. (...) Os escravos forçaram o sistema jurídico, pois os tribunais repetidamente davam ganho a esses acordos extrajudiciários, atribuindo-lhes força de lei por estarem sancionados por costumes antigos. Tratava-se de uma vitória diminuta no que tangia à proteção cotidiana, mas não era tão diminuta do ponto de vista psicológico; ela deu aos escravos a sensação de que tinham direitos próprios, ao mesmo tempo em que os tornou mais conscientes dos direitos usurpados.⁹⁶³

Os múltiplos pequenos casos que narramos permitem transplantar estas conclusões ao Brasil imperial. A política paternalista deu mostras de vigor até a metade do século, enquanto manteve-se em atividade o tráfico atlântico. Contudo, a nova conjuntura inaugurada pelo mercado interno de cativos, caracterizada pelo endurecimento das condições de trabalho e da relação senhor-escravo no que tangia à concessão das alforrias, cada vez menos frequentes, de certa maneira nivelou as expectativas de africanos e crioulos, dando origem a formas mais coletivistas de resistência ao cativo. Como conclui Ricardo Silva, a potencialização dessas tensões encontrou vazão, na alçada judicial, com a contestação na linguagem dos *direitos*:

⁹⁶³ GENOVESE, E. D. Op. cit., p. 54.

(...) senhores e escravos haviam convencionado uma política do cativo que presumia direitos e deveres para ambas as partes – característica central do sistema paternalista. Tal política funcionou a contento enquanto vigorou o tráfico atlântico de escravos, porém seu fechamento implicou um importante rearranjo nestas relações. Isto se deu porque, com o fim da importação de novos cativos, esses "direitos" e essas concessões feitas aos escravos, assim como o cumprimento das promessas senhoriais por parte dos herdeiros, passaram cada vez mais a ser desrespeitados, dando origem a constantes conflitos. Então aquilo que os escravos consideravam como seus direitos passou a se constituir como um importante instrumento de preservação da política de alforrias, garantindo que as libertações acontecessem mesmo que seus senhores resistissem a elas ou as dificultassem. Sem escravos no mercado e com os preços em alta, os senhores passaram a dificultar o acúmulo de pecúlio e a compra da alforria (...) Aos escravos, restava a luta pela preservação e ampliação destas conquistas. Assim, o acirramento das tensões em torno da alforria gerou um aumento significativo das ações judiciais, porquanto a palavra senhorial passou a ser cada vez mais interpretada com precaução e desconfiança. (...) Assim, foram as práticas de resistência providas da experiência de continuar se libertando que deram os contornos para a abolição e fizeram as taxas de alforria manterem-se em crescimento durante o período posterior a 1850⁹⁶⁴

Os escravos, em todo caso, empenharam-se para garantir e ampliar suas conquistas jurídicas. Não é exatamente que medidas como a de 1871 tivessem ganhado “a aquiescência dos mesmos para um processo de emancipação gradualista e legalmente implementado”, como sugere Gebara⁹⁶⁵. Difícilmente os cativos representaram para si a abolição total como um processo, nem havia porque fazê-lo, já que o “encaminhamento político” da questão não era problema deles. Não se trata, ao que parece, de uma adesão ideológica, mas de uma sensibilidade histórica para apreender sentidos jurídicos e aproveitar as oportunidades disponíveis para a sonhada liberdade. Para a primeira metade do século, Sidney Chalhoub demonstrou que não era pouco o quanto os “africanos livres” sabiam a respeito dos furos existentes na lei. Por mais circunspectos que fossem seus adversários, sempre alguma informação vazava⁹⁶⁶. Muito antes deles, como vimos, as cartas régias de 1688 rogavam evitar “quanto vos for possível que chegue à notícia dos escravo” as disposições sobre liberdade. Os alvarás portugueses do final do setecentos também foram objeto de “interpretações populares” e espalhavam mesmo fagulhas de insurreição entre os cativos, conforme os dados de Priscila de Lima⁹⁶⁷. Grinberg lembra Michael Craton, ao relatar que mesmo essas “quase reformas contribuíram para a criação da ‘síndrome do rumor’ entre os escravos⁹⁶⁸. Acompanhando toda a *hermenêutica negra* que circundava os decretos sobre a pena de

⁹⁶⁴ SILVA, R. T. C. *Caminhos e descaminhos...*, p. 137-138.

⁹⁶⁵ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.72.

⁹⁶⁶ CHALHOUB, S. *A força da escravidão...*, p. 142-173.

⁹⁶⁷ LIMA, Priscila de. Op. cit.

⁹⁶⁸ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 52.

galés e o recurso de graça, chegamos a ouvir os depoimentos dos camaradas de Barnabé sobre aquilo que eles definiam como “seus direitos”. Ainda que nem sempre eles estivessem tecnicamente corretos. Era o que o discurso do deputado Moreira Barros mencionava, fazendo oposição ao projeto Dantas e precavendo para as “idéias que não são exatas”, mas que lançavam raízes nos “pobres espíritos” desses escravos:

(...) dar aos escravos maiores esperanças do que as que podem corresponder à realidade, embalando esses pobres espíritos com idéias que não são exatas, que não têm o alcance que eles supõem, e que, introduzindo-os em erro, têm dado em resultado tantas calamidades, tantas injustiças.⁹⁶⁹

Moreira Barros sabia que a resistência escrava se alimentava de esperança. Como diversas vezes ficou atestado, a “idéia do direito” não era algo que se incutia apenas na alma, ou melhor, na cabeça desses indivíduos. Era igualmente fruto das seguidas *experiências jurídicas* que iam acumulando, nos contatos que tinham com a justiça, com as autoridades, com os curadores e uns com os outros. Dentro de uma família circulava muito de cultura jurídica. Entre os estudantes das aulas noturnas a coisa dava-se de maneira análoga. O fenômeno pode ser observado igualmente entre companheiros de plantel, entre operários e artesãos nas empreitadas, entre compadres de sacristia na Irmandade do Rosário, atrás das grades da cadeia da capital, quem sabe até entre colegas de quarto na Santa Casa da Misericórdia. Certamente não era diferente nas sociedades emancipadoras, como a de Campo Largo, nem no Clube Abolicionista:

(...) a liberdade era uma causa dos negros, uma luta que tinha significados especificamente populares – no sentido de que esses significados eram elaborações culturais próprias, forjadas na experiência do cativo. (...) e mesmo nesse jargão legal cujo ideal é anular a voz do escravo e falar por ele, vimos que os negros conseguiam impor pelo menos em parte certos direitos adquiridos e consagrados pelo costume, assim como conseguiam mostrar o que entendiam como cativo justo ou pelo menos tolerável.⁹⁷⁰

Para contornar imputações de excessivo entusiasmo, devemos ponderar que a via jurídica não oferecia esperanças indistintamente. Nem todos os escravos tinham os meios – o capital econômico, cultural e social – necessários para acessá-la, e aqueles que logravam fazê-lo – aliás, uma minoria – nem sempre viram suas expectativas contempladas. Fique isto bem entendido e bem assentado. Enquanto alguns peticionaram ao Comendador Antônio Martins Franco, quando este desempenhou o

⁹⁶⁹ *Apud* MENDONÇA, J. M. N. *Entre a mão e os anéis...*, p. 253.

⁹⁷⁰ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 173.

cargo de juiz municipal, outros preferiam simplesmente invadir suas terras. Por uma “Justificação de Embargos”, ele narrava, às vésperas da abolição que, não contentando-se em esperá-la, o “bando” de Serafim da Silva Pinto e Antônio Lourenço Ferreira dominou o lugar chamado Tristeza, no Arraial Queimado, ameaçando de morte quem se aproximasse com intuito de impedi-los de apropriar-se das lavouras. Em 26 de abril de 1888, enviado para a perigosa missão de intimá-los dos embargos, o oficial de justiça Manoel Fernandes dos Santos, deixaria relatadas suas impressões sobre o grupo:

(...) encontrando nos trabalhando nos serviços de colheita de roças feitas nos terrenos dos requerentes achamos o camarada de Serafim da Silva Pinto, Antonio Lourenço Ferreira, e cinco escravos do mesmo Serafim sob a direção do escravo Jorje como capatais os quaes nos disserão que não se sujeitavão a intimação nem uma e colherão a roça athe o fim por mandado de Serafim, estando já colhida cerca de oito alqueres de planta de milho e faltando colher cerca de onze alqueres (...) ⁹⁷¹

As ordens de Serafim iam ali mais que a do juiz. Seu bando insubmisso de era formado quase exclusivamente por escravos, como José Vicente “de Tal”. Os testemunhos do processo deixam patente que não se trata de uma relação tradicional de senhorio a que se estabelecia entre eles. De que se tratava então? Saqueadores organizados? Bandoleiros negros? Um cangaço curitibano? Andavam todos armados até os dentes, com facões e pistolas de cano duplo. Trancaram os caminhos de acesso e formaram trincheiras no entorno, como a esperar uma guerra. Anunciavam para quem quisesse ouvi-los que “haveria conflicto se os donnos da roça tentassem obstar a colheita”, que devia ser valiosa. Lá se ia seu meio conto de réis investidos...

A via jurídica, portanto, não era a única arena possível de conflito. O que interessa, porém, não mensurar o peso relativo que tinha o campo jurídico na ampla gama de estratégias de emancipação escrava, mesmo porque, muitas vezes, não se tratava, para eles, de uma escolha racional nos moldes utilitaristas. Embora seja possível verificar algum sentido geral, uma mentalidade compartilhada subjacente, uma *sensibilidade jurídica* coletiva entre os cativos – para rememoramos o termo de C. Geertz – táticas intrajudiciais e extrajudiciais (*latu-sensu*) não foram excludentes entre si. De modo similar ao que faziam alguns de seus curadores, os escravos agiam tanto dentro como fora da lei, a depender da correlação de forças e das brechas que nela pudessem vislumbrar. Se havia intenções, projetos, e mesmo planos que organizavam os arranjos existenciais, os “modos de vida” daqueles que buscavam progressivamente

⁹⁷¹ Arquivo Público do Paraná. 1888. BR APPR PB 045 PI 8339, Cx. 321.

aproximar-se da liberdade, a transição completa de uma condição jurídica a outra também era tributária, não raro, de instantes paroxísticos de perigo, com uma boa dose de oportunidade (o *Kairós* grego, o “momento certo”). Assim, os irmãos Angelino e Antônio apostaram suas fichas simultaneamente na justiça mas, por um revés do destino, apenas o primeiro saiu vencedor em sua ação de liberdade. Antônio foi derrotado nessa arena de enfrentamento direto, mas pôde libertar-se com base num trato feito com o mesmo senhor, isto é, pagou pela sua alforria, como nos velhos moldes. Hypólito não conseguiu chegar a um acordo deste tipo, discordando de seu proprietário sobre o que seria o preço justo de sua pessoa, e partiu para o foro. Barnabé tentou demover o padre Ferreira Bello com todas as armas da persuasão, recorrendo ao direito como *ultima ratio*, depois que tudo mais falhara. Todas as modalidades de “alforria forçada” traziam seu ônus político para os cativos e não era sem riscos que eles se lançavam nessas aventuras. A cultura jurídica escrava era uma encruzilhada de vetores, de vozes, de desníveis, de *defasagens*, de possibilidades, de negociações e conflitos:

Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir daí forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. Tais negociações, por outro lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmônicas, para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos.⁹⁷²

Um mesmo escravo, se tivesse a fibra de Esperança ou de Ignácia, podia passar anos a fio entre fugas e refugos, terminando bem-sucedido, como a primeira, ou malgrado, como a segunda. Vicência, filha da indômita africana Rita, foi testando uma atrás da outras várias táticas de acesso à liberdade: escondia os filhos que dava à luz, acabrunhava seu senhor a ponto de conseguir ser vendida, litigava na justiça até ser declarada forra. Clara não queria mais do que alguns dias de folga para ir visitar sua filhinha em Curitiba e só pensou em fugir após a reação desproporcional de sua senhora. Francisco Miguel também passa a impressão de ter buscado primeiro negociar com Tertuliano Teixeira de Freitas. Fracassando, procurou matá-lo. Não logrando fazê-lo, aquilombou-se. Sabe-se lá o que não ainda aprontou depois de sua recaptura. Os

⁹⁷² REIS, J. J.; SILVA, E. Op. cit., p. 7.

exemplos não se esgotam. Conforme os anúncios de recompensa por escravo fugido, publicados no *Dezenove de Dezembro*, dezenas de cativos escapuliram das garras dos senhores na década crucial de 1870. Se havia uma predisposição maior, ainda nesses anos, para as soluções conciliadas, era porque a tradição as atestava como mais seguras e eficazes. Mas, a partir de 1880, o avanço da cultura político-jurídica da liberdade, somado à conjuntura nacional desagregadora, tornariam factível a liberdade *conflituosa*, arrancada das mãos dos senhores, que rompia de vez com os laços posteriores de dependência. A disseminação de *experiências jurídicas* vitoriosas dos cativos foi fundamental para que vicejasse a crença nessas alternativas não-negociais de liberdade.

A “ideia do direito” ia abrindo-se na alma dos escravos com rapidez estarrecedora. O espaço urbano contribuía para, mas não cerceava essa expansão. O mesmo pode-se dizer do acesso ao mundo das letras e dos ofícios, isto é, que facilitava a circulação de uma cultura jurídica da liberdade, a qual, todavia, não era monopólio de ninguém. Negros cativos e libertos também engajaram-se na luta simbólica pelo *direito de dizer o direito*. Acima de tudo, aqueles personagens mais fronteiriços, liminares, como artesãos autônomos e mestres de obras, foram não só construtores da materialidade da cidade, mas da materialidade da liberdade. Para tanto, foi relevante a predominância *crioula* na região, mas não *conditio sine qua non*. Nesse viés, a história de muitos dos sujeitos que conhecemos nas páginas precedentes pode ser interpretada como testemunho de *crioulização*, para as gerações nascidas brasileiras, ou de *ladinização*, nos casos de africanos “aculturados” como Rita, Hypólito e Carlota:

Não discuto que o crioulo assimilasse inúmeros valores africanos de seus pais e parceiros de trabalho, de lazer e de religião, mas a sua era uma experiência diversa daquela do africano ladino, o contraponto do negro “boçal” ou “novo”, isto é, recém-chegado da África. Mas também contraponto ao negro aqui nascido. O termo *ladinização*, aliás, foi sugerido por Emilia Viotti da Costa para situar os africanos após o final do tráfico, que encerrou a permanente reafricanização cultural por este ensejado através das levas de cativos desembarcados no Brasil. Mas, ao contrário dessa autora, sugiro que a expressão seja entendida quase em seu sentido nativo, válida para todas as gerações de africanos natos que, mesmo na época da vigência do tráfico, tiveram com o tempo de adaptar, reinventar e criar de novo seus valores e práticas culturais, além de assimilar muitos dos costumes locais, sob as novas circunstâncias e sob a pressão da escravidão deste lado do Atlântico.⁹⁷³

⁹⁷³ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 316-317.

Cada um dos agentes populares de circularidade do direito era, na inferência do próprio João José Reis, um “mediador cultural”⁹⁷⁴. É certo que havia desconpassos entre essa cultura jurídica escrava – com algum risco de anacronia, diremos, essa *contracultura jurídica* – e a cultura jurídica erudita, “científica”, oficial. Os negros amiúde compreendiam, projetavam e reivindicavam mais ou menos do que o que de fato concedia o direito positivo: naquilo que eram meras restrições aos abusos do poder senhorial podiam ler uma estrita declaração de abolição e, inversamente, onde a linguagem judicial binária falava de liberdade absoluta, podia ser que eles não demandassem mais do que a manutenção do conjunto de “pequenos direitos” até ali estabilizados *dentro* do próprio cativeiro. No entanto, entre cativos iletrados e digníssimos bacharéis, havia um fosso preenchido por escravos africanos ladinizados, escravos crioulos detentores de certo capital simbólico, homens livres leigos possuidores de algum conhecimento legal (como os professores Damásio e José Cleto) e praxistas solicitadores que serviam como intermediários, tradutores, fios condutores de estratégias e sentidos jurídicos, num *continuum* que atava as duas pontas do círculo hermenêutico (que mais se assemelhava a um cabo de guerra). A figura dos *mediadores* não era inconsequente, vindo acudir às dinâmicas de *vulgarização* e *popularização* do direito erudito. Eram os fiadores da *osmose jurídica*, como M. Hespanha vislumbra:

Esta osmose entre a tradição jurídica letrada e a prática jurídica quotidiana efectuava-se de uma série de mediações. As obras da tradição literária não chegavam à vida quotidiana na sua forma integral e original. Elas eram, de resto, escritas numa língua e num estilo que impedia sua difusão nos meios não letrados. Por isso, as suas vias de vulgarização eram os mediadores jurídicos não letrados que, não dominando de qualquer modo o sistema e as especificidades do direito erudito, dele colhiam ditos, regras muito simples, fórmulas tabeliônicas que iam incorporando na vida jurídica quotidiana (...) Esta camada de mediadores produzia, ela mesma, uma literatura própria (...) que vulgarizava o direito erudito e o vazava em *brocarda* ou *dieta* simplificados, acessíveis, por tradição escrita ou oral, à generalidade da população. (...) Foi por estas vias que se foi criando uma cultura jurídica vulgar que passou a condicionar fortemente (...) o imaginário popular sobre o direito, sobre a justiça, sobre os processos sociais e, até, sobre os processos psíquicos e sobre o destino último dos homens.⁹⁷⁵ (grifos nossos)

Pelas mesmas vias é que Antônio, o escravo de Vieira Torres encarcerado por escolha própria, devia estar sendo “mal aconselhado”, conselhos (jurídicos?) aliás, que haviam permeado o Império de todos aos lados, tornando-se queixa usual dos

⁹⁷⁴ REIS, J. J. Idem, p. 319.

⁹⁷⁵ HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, p. 126-127.

senhores⁹⁷⁶. Talvez fosse algo parecido com a consulta que o solicitador José Correa Lisboa prestara a Hypólito mais de uma década antes, provavelmente ainda mais incisiva agora. Só que o aconselhamento, bom ou mau, era uma via de mão dupla. Quanto mais social e ideologicamente próximos dos negros, tanto mais fácil era convencer esses mediadores da versão escrava sobre o direito, a sua interpretação da lei:

Os significados que os próprios cativos forjaram sobre seus direitos, baseados na relação que estabeleciam, não necessariamente com os homens letrados, mas com seus pares, influenciaram a leitura que esses advogados fizeram da lei – somando novos subsídios para a instrumentalização política no foro.⁹⁷⁷

A fermentação de uma *consciência jurídica* pelos escravos (a categoria “pensamento jurídico” pesa semanticamente para ser empregada aqui) e a politização de suas alianças para além da comunidade de cativos eram o primeiro passo para tornar factível a segunda operação de mediação, aquela entre eles e a máquina judicial, quando passavam a assumir a identidade-meio de *libertandos*. Todas as facetas das lutas jurídicas até aqui esboçadas tinham, objetivamente, a finalidade de acionar uma terceira e última mediação: a do Estado-jurisdição na relação senhor-escravo, que poderia garantir-lhes ainda uma outra identidade-fim, a de *libertos*. De cativos a libertandos, de libertandos a libertos, quem sabe um dia e com alguma sorte, cidadãos brasileiros, era este o itinerário seguido (e, em certa medida, formulado) por não poucos negros. A circularidade cultural e a aprendizagem do *idioma dos direitos* foi fundamental para essa mudança de postura dos escravos, visto que ele é, como verbaliza C. Geertz, “*uma maneira específica de imaginar a realidade*”⁹⁷⁸. Ou seja, o próprio sentimento de *injustiça* que se avolumava entre os cativos não foi fruto de abiogênese, mas da confrontação entre padrões valorativos brancos e negros, nos quais estes mergulhavam a cada nova *experiência jurídica*, a cada nova incursão no mundo do direito dos senhores. E perceberam, com maior ou menor nitidez, que esse mesmo mundo estava ruindo. Afinal de contas, tiveram de entender como as elites imaginavam a realidade, como os agentes do Estado a projetavam e como o direito que mediatizava os dois a traduzia. Na primeira metade do século XIX, a luta era transformar em fato aquilo que era um direito, isto é, tornar concreta a liberdade fictícia dos africanos “livres”. No final do

⁹⁷⁶ “Desde 1870, mas sobretudo depois de 1886, muitos militantes abolicionistas, apoiados em crescente consenso legitimador, se empenham em “mal aconselhar” escravos e promover fugas, algumas em massa” (REIS, J. J. e SILVA, E. Op. cit., p. 73).

⁹⁷⁷ AZEVEDO, E. *O direito dos escravos...*, p. 126.

⁹⁷⁸ GEERTZ, Clifford. *O saber local...*, p. 259.

século, a essa demanda somou-se a de transformar em direito (à liberdade) a autonomia de que, *ipso facto*, muitos cativos, especialmente urbanos, já gozavam. O que deve ser lido, porém, à luz de uma noção cautelosa do que sejam os *atos* (*sociais*), compreendendo-se que “atos não nascem espontaneamente e de que são feitos, ou, como diria um antropólogo, são construídos socialmente por todos os elementos jurídicos”⁹⁷⁹. Que o direito fosse retórico, não há dúvida. Mas “muitas vezes é a partir dessa mesma retórica que se desenvolve uma crítica radical da prática da sociedade”⁹⁸⁰. A cultura jurídica escrava era uma retórica mais ou menos articulada sobre a injustiça da escravidão. A intensidade do movimento intercultural, interétnico e interclassista deve ter sido tão maior quanto mais denso era o universo social, escravo como livre, e, neste quesito, Curitiba, capital periférica de menores escalas, era um laboratório ideal para mestiços culturais, artífices de uma espécie de *sincretismo jurídico*. Tomando as rédeas de suas vidas das mãos dos senhores e articulando-se, perspicazes, com os atores certos nas horas certas, jogaram o jogo da escravidão pelas suas regras, abusaram delas e, ao final, colocaram-nas de pernas pro ar. Eles encararam, nos rituais cívicos e judiciários em que tomaram parte (e partido), aquele “espírito do século” que alguns de seus curadores invocavam, mas temiam. Escreveram a sangue e suor, nos rodapés do foro, o *Código Negro* a que outros se recusaram. Amansaram o “espírito da lei”, bateram à porta dos tribunais, apinharam as mesas dos gabinetes e, quando as lutas jurídicas não deram pé, deram no pé eles mesmos. Argonautas de oceanos doutrinários nada pacíficos, cristalizaram hibridizações do saber popular com o erudito, atribuindo-se direitos até então inéditos. Tornaram-se, assim, *sujeitos de direitos* e, simultaneamente, *sujeitos de sua própria história*. Fora do lugar? Não. Leituras cativas, leituras criativas.

⁹⁷⁹ GEERTZ, C. Idem, p. 258.

⁹⁸⁰ THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 356.

b) “Favor da liberdade”, “direito da propriedade”: a dimensão política das lutas jurídicas

*“Meu Deus, vem olhar,
vem ver de perto uma cidade a cantar
a evolução da liberdade,
até o dia clarear...”⁹⁸¹*

Curadores, magistrados e escravos – nem sempre da mesma maneira, tampouco com as mesmas ambições ou estratégias – “pareciam partir da idéia de que se moviam num campo aberto de possibilidades, num terreno onde interpretações conflitantes de regras gerais do direito tinham importantes significados políticos”⁹⁸². O campo jurídico, portanto, se não foi uma epifania absoluta, tampouco foi mero epifenômeno. Como reconhece Chalhoub, “o direito foi uma arena decisiva na luta pelo fim da escravidão, e não se justifica o desdém ou o mecanicismo que a historiografia habitualmente dispensa a esse tema”⁹⁸³. É por isso que devemos interpretar como um ponto positivo para o domínio da lei a tenaz resistência que os senhores contra ele revelavam. Joaquim Nabuco conta que “quando se tratou no Conselho de Estado de admitir o direito de pecúlio, o marquês de Olinda serviu-se desta frase significativa: *Não estamos fazendo lei de moral*”⁹⁸⁴. Obviamente, lê-se nessa declaração a recusa em transcrever para a literalidade da lei aquilo que – como muitos outros “pequenos direitos” escravos – era uma regra consuetudinária. Contudo, trata-se de algo mais. A preocupação externada pelo marquês é sintomática também de uma necessidade urgente vivenciada pela classe escravocrata, nas últimas duas décadas da instituição servil, de separar cirurgicamente, milimetricamente, o domínio do direito positivo dos âmbitos moral e ético. E, não sendo muitos deles nem burocratas, nem bacharéis, estavam fadados a encaminhar essa disputa na esfera da política. Não é difícil sentir que a conjuntura nacional andava às avessas: se até meados do século XIX – enquanto vigia, no nível das mentalidades profundas, a *ideologia da alforria* com todos os seus mecanismos do *ethos* patriarcal – a autonomização do campo jurídico era uma luta dos profissionais seus operadores *contra* a jurisdição doméstica do *pater famílias*, agora eram os senhores que se desesperavam diante da perspectiva de uma invasão do domínio da lei pelos princípios humanitários

⁹⁸¹ HIME, Francis; BUARQUE, Chico. *Vai passar*, 1986.

⁹⁸² CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 106.

⁹⁸³ CHALHOUB, S. *Idem*, p. 173.

⁹⁸⁴ NABUCO, J. *Op. cit.*, p. 124.

emancipacionistas e abolicionistas, que poderiam minar o que restara do seu direito de propriedade sobre os cativos. Era a ameaça do “espírito do século” ao “espírito da lei”.

Nessa ameaça estavam implícitos cálculos mais sutis e efeitos mais difusos do que os meramente quantitativos. Pois se nos fôssemos fiar apenas na crua matemática das alforrias, seria inexpressiva a dúzia de escravos libertos por determinação judicial, ao longo desses vinte anos. Apenas em um dia, 29 de setembro de 1884, instados por essa campanha deflagrada pela Câmara Municipal, inúmeros senhores curitibanos foram feitos cidadãos beneméritos por manumitir, “espontaneamente”, 66 (sessenta e seis) cativos, o que ficou registrado num livro especialmente aberto para esta finalidade, batizado *Livro de Ouro*⁹⁸⁵. Aliás, era corrente na província a ideia de que a escravidão achava-se tão limitada que bastava para extirpá-la “a iniciativa e generosidades particulares que se empenham n’isso de coração para glória dos brasileiros”⁹⁸⁶. Era mais do que o prejuízo econômico o que os senhores temiam naquelas ações de liberdade.

Não foi por acaso que essas representações coletivas de perigo emergiram com mais força no bojo das discussões sobre a Lei de 1871. Segundo R. Conrad, ela teve “importantes efeitos sobre atitudes (...) minou sutilmente a escravatura, identificando a emancipação com o melhor interesse da nação”⁹⁸⁷. O impacto simbólico da aprovação dessa norma pode ser mensurado pelo discurso pontuado de cinismo de um dos seus mais improváveis detratores, Perdígão Malheiro, que tantos favores à liberdade estimulava em outros tempos: “quem conhece o direito sabe perfeitamente que *ilegitimidade e ilegalidade* importam duas idéias muito distintas. Isto dizia já o direito romano: *Nec semper quod licet honesto um est* [nem sempre o que é lícito, é honesto]”⁹⁸⁸. O jurista deixava entrever, assim, que, na segunda metade do oitocentos, a causa da abolição já estava ganha na opinião e na moralidade públicas, para as quais a propriedade sobre o escravo fizera-se – como ele mesmo defendera, em 1863 – sumamente *ilegítima*. “A escravidão se tornava agora um problema de consciência, e havia um sentimento de culpa relativamente generalizado na

⁹⁸⁵ No termo de sua abertura, lê-se: “Indico que seja creado um livro com a denominação de = Livro de Ouro = para nelle serem notadas, por lançamentos especificados, todas as libertações gratuitas effectuadas no município (...) A espontaneidade de semelhante liberdade fará do senhor do escravo libertando um cidadão benemérito. 2 de setembro de 1884 – E. Westphalen e Bernardino de Freitas Saldanha (sessão aprovada secretaria da camara) aberto pelo vice-presidente A. Stellfeld” (Casa da Memória. *Livro de Ouro para lançamento das liberdades espontâneas*. 1884. 326.098 162, Cx. 178).

⁹⁸⁶ PARANÁ. *Exposição com que S. Ex. o Sr. Dr. Alfredo D’Escagnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Exm.º Snr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, 1º Vice-Presidente a 3 de Maio de 1886*. S/D, p. 31.

⁹⁸⁷ CONRAD, R. Op. cit., p. 154-6.

⁹⁸⁸ PENA, E. S. *Pajens da Casa Imperial...*, p. 310.

sociedade”⁹⁸⁹. E o pior pesadelo dos senhores era que esse sentimento espraído de culpa pusesse abaixo a porta da lei e adentrasse os tribunais, consubstanciando-se em sentenças e acórdãos que os “expusesse aos desprestígio”, quando não ao prejuízo, tal qual lamentavam. Nesse sentido, compreende-se a postura de ferrenhos detratores da discricionariedade judicial, como nosso conhecido Teixeira Jr. O “espírito do século” agia simultaneamente em múltiplas frentes de combate, forçando a barra da doutrina. Causou constrangimentos para Augusto Teixeira de Freitas, já durante a década de 1850, no Instituto dos Advogados do Brasil, levando-o a recomendar com ares disciplinadores a seus pares que “se quisessem fazer ‘política’, que fossem ao parlamento lutar pela abolição da escravidão e não ficassem superpondo à lei suas idiossincrasias suprajurídicas”⁹⁹⁰. O último arrimo da propriedade escravista era a sua *legalidade*, o que se confirma pela ferocidade com que os senhores exigiram, em todas as intervenções estatais em seu domínio, reparações indenizatórias⁹⁹¹. Vale dizer: o direito convertera-se, mais até para os seus donos do que para os escravos, na trincheira derradeira de luta pela manutenção do regime, fosse nos meandros de sua produção (o Poder Legislativo), fosse nos de sua interpretação e aplicação (o Poder Judiciário), o que explica, igualmente, porque as ações de liberdade acabaram cercadas de tantas atenções, prevenções e receios. Em Curitiba como alhures, jornais comentavam o que se passava nos corredores da justiça, atiçavam-se rumores sobre as vinculações ideológicas dos juízes e advogados, associações formavam-se com a intenção de instrumentalizar e politizar ainda mais esse espaço (como o Clube dos Advogados contra a Escravidão, na Corte⁹⁹²), escravos fugiam de casa para buscar guarida no foro, ao passo que senhores fugiam a todo custo de uma demanda. Nesses anos fatais, quando a atividade judicante suplantou o arbítrio privado, o campo jurídico ganhou extraordinário *poder de agência*, mobilizando em torno de si tanto os cativos como seus adversários.

Tal capacidade de mobilização não se deveu somente aos resultados locais das causas individualizadas, mas à repercussão nacional que uma decisão em favor da

⁹⁸⁹ PENA, E. S. Idem, p. 204.

⁹⁹⁰ PENA, E. S. Idem, p. 114.

⁹⁹¹ A ladainha repetiu-se em 1885: “Com a abertura da sessão especial da Assembléia Geral em março de 1885, tornou-se logo evidente que o Projeto Dantas seria a maior preocupação e que o debate, se se desenvolvesse, viria a focalizar-se na questão da indenização. A imprensa do Rio dedicou muito espaço às questões legais e filosóficas envolvidas na libertação de escravos sem compensação” (CONRAD, R. Op. cit., p. 268).

⁹⁹² Interessante é observar o objetivo da entidade, qual seja, a recusa de representar os senhores. Fundado em 1884, subscreviam seus membros “a declaração de que não aceitam o patrocínio de quaisquer causas que, direta ou indiretamente, sejam contrárias à libertação dos escravos” (MORAES, E. Op. cit., p. 171).

liberdade (e contrária, por lógica, à propriedade) podia facilmente assumir por meio dos veículos da imprensa dos leigos, bem como dos periódicos jurídicos especializados, a exemplo das revistas que circulavam na capital paranaense. Uma tese inovadora ou espinhosa que calasse fundo na alma de qualquer dos tão difamados magistrados progressistas, corria o risco de transformar-se num paradigma jurisprudencial a difundir-se por toda parte. Precedentes *pro libertatis* eram considerados verdadeiras bombas-relógio, programadas para implodir cativeiros em diversas localidades, pulverizando-se pelo território do Império e sendo reclamados por curadores e cativos (entre os quais essa cultura jurídica, de uma forma ou de outra, circulava) como entendimentos emblemáticos, aplicáveis a casos semelhantes aqui e acolá. E similitudes – de táticas senhoriais ou de arranjos de vida escravos – era o que não faltava. Deste modo, o potencial de *replicabilidade* implícito na “forma da lei”, pelo menos da lei tal qual situada nos sistemas de direito ocidental moderno, inquietava sobremaneira aos senhores, mas estes tampouco estavam em condições de subverter toda a tradição jurídica que era, por outro lado, funcional aos seus próprios conflitos no interior de uma elite cindida, heterogênea (urbana x rural; burocratas x patriarcas; imperador x súditos):

A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. (...). E os dominantes, quisessem ou não, em sentidos sérios eram prisioneiros de sua própria retórica; jogavam os jogos do poder segundo regras que se adaptavam a eles, mas não poderiam romper essas regras, ou todo o jogo viria abaixo (...) A lei, em suas formas e tradições, acarretava princípios de igualdade e universalidade, que teriam de se estender forçosamente a todos os tipos e graus de homens.⁹⁹³

A igualdade, ou o *movimento de nivelamento*, neste contexto específico, significava a identificação de proximidades suficientes entre realidades do cativo separadas no tempo-espço, para uma aplicação por analogia do direito. A jurisprudência ia firmando interpretações e princípios gerais em que se poderiam subsumir cada vez mais novos casos. Por essa via, muitos escravos curitibanos puderam valer-se da experiência acumulada de vitórias e derrotadas jurídicas distantes de semelhantes seus, conforme ia “evoluindo” o estado da arte neste campo. Já exploramos alguns aspectos da força desestruturante do segundo movimento em pauta, o de *universalização*. Na prática, a generalização e abstratificação (leia-se: a *juridicização*) daquilo que até então não eram direitos propriamente, mas privilégios, não podia conviver com a vigência da escravatura e pressupunha a desconstrução do direito de

⁹⁹³ THOMPSON, E. P. Op. cit., p. 354.

propriedade senhorial, de modo que o protagonismo escravo não apenas tirou juízes, desembargados e ministros de sua habitual modorra, mas também encurralou os próprios bacharéis liberais, cobrando deles um liberalismo mais radical que o usual:

(...) o problema desses advogados, os liberais históricos, que atuavam em ações de liberdade começou depois de meados da década de 1850, quando passou a ser cada vez mais difícil encarar as tentativas de escravos de conseguir a alforria pela via do direito apenas sob o prisma individual. Afinal, se as ações de liberdade até então geralmente eram individuais, a partir daquela década começou a haver um grande número de escravos demandando coletivamente pela libertação (...) Neste sentido, passou a ser muito mais complicado legitimar politicamente uma ação favorável à libertação de um indivíduo e negar os mesmos direitos ao conjunto dos escravos”⁹⁹⁴

A universalização – no nível do direito positivo, como o de pecúlio, mas mesmo de maneira imprevista, não intencional, na microfísica dos embates judiciais escravos – dos “pequenos direitos” de autonomia ou dos parâmetros do “bom cativo” foi paulatinamente estabilizando juridicamente muito do que os senhores gostariam que permanecesse instável, manipulável, retrocedível, isto é, foi tornando *justiciáveis*, *adjudicáveis*, condições de vida e de trabalho favoráveis aos cativos. Para seus donos, isso representava a imposição de novos deveres e obrigações, *onerando o exercício do seu direito de propriedade*, em alguns momentos a um ponto insustentável. Privilégios antes operacionais à manutenção da escravidão – como ferramentas da dependência e da cooptação ideológica – passaram a ser reivindicados *aprioristicamente*, como direitos :

Antes da extinção do tráfico, os cativos de maiores recursos comunitários pressionaram mais por privilégios que por direitos. É verdade que, de uma forma geral, eles leram as ‘concessões senhoriais’ e as práticas costumeiras como ‘direitos pessoais’ que os faziam, entretanto, do seu ponto de vista, um pouco menos escravos que os outros. A originalidade da argumentação daqueles cativos paulistas, nas últimas décadas da escravidão, está exatamente no sentido genérico que atribuíam ao ‘mau cativo’ e na positividade que emprestavam ao ‘bom cativo’, sem o qual o senhor não merecia ser obedecido.⁹⁹⁵

Já não se podia lidar casuisticamente com uma liberdade que rasgava as vestes da *concessão individual* e não era mais resultado da equação de barganha entre senhor e escravo, mas seu ponto de partida. Se havia alguma dívida ainda válida, era a do Estado, indistintamente representado na figura mitológica do Imperador e, mesmo essa, posta em dúvida, “já estava sendo fundada, através da argumentação dos advogados,

⁹⁹⁴ GRINBERG, K. *O fiador dos brasileiros...*, p. 277.

⁹⁹⁵ MATTOS, H. M. Op. cit., p. 159.

num dos únicos direitos “inalienáveis” do ser humano: a liberdade”⁹⁹⁶. Quanto mais “favor à liberdade”, menos “direito de propriedade”. Em resumo, as quatro operações principais (adição, subtração, divisão e multiplicação) estiveram presentes na matemática político-jurídica que fechou a conta da escravidão negro-africana no Brasil:

a) *Adição*: havia um sentido nitidamente progressivo, cumulativo de microdireitos dos cativos (aos quais correspondiam os microdeveres dos senhores), materializados tanto nas reformas legais e regulamentações do governo imperial, quanto na opinião pública e na consciência dos próprios escravizados, uma espécie de *pecúlio jurídico* que iam amealhando coletivamente enquanto classe social. E a prática reiterada desses direitos não colaborava, antes tornava inviável, no dia-a-dia, o exercício das prerrogativas acessórias ao direito de propriedade que sobre eles deveria recair;

b) *Subtração*: desde a proibição do tráfico, também os senhores sentiam-se saqueados em seus direitos por todos os lados, uma vez que parte das novas regras dizia respeito a sanções e limitações que comprimiam o terreno de sua jurisdição doméstica;

c) Por meio dos tribunais, do protagonismo dos próprios cativos e da campanha abolicionista, a *multiplicação* foi outra operação nada negligenciável, pelo caráter (ao menos formalmente) universalista e igualitarista do direito moderno e, por conseguinte, a progressiva (e era no sentido mais escatológico de *progresso* que os homens do direito contemplavam esses avanços) generalização das concessões às vezes conquistadas atomisticamente, transformando-os assim em *direitos universais* (ou universalizáveis, ao menos, como é o caso das jurisprudências-paradigma e dos padrões valorativos e experiências jurídicas que os escravos reposicionados pelo tráfico interno traziam consigo e cuja implementação cobravam nas novas áreas em que se enraizavam);

d) *Divisão*: um movimento mais técnico, mais sutil, em que cada *direito escravo* (que, como vimos, significava uma obrigação para os senhores, fosse de *fazer* ou de *não fazer*, isto é, uma prestação, como o fornecimento de alimentos e vestimenta, ou uma abstenção, como a de infligir castigos ou de interferir nos festejos e cerimônias) alcançado legal ou judicialmente tirava uma lasca do amplíssimo direito de propriedade dos senhores, deixando o rei doméstico, o *pater familias*, mais e mais a nu.

⁹⁹⁶ GIRNBERG, K. *Liberata...*, p. 77.

Resta-nos ainda dizer alguma coisa sobre essa última dimensão de colapso, de fragmentação, de desconstituição do direito de propriedade sobre o escravo, essa categoria especialíssima de *bem*, como passou-se a reconhecer, estilhaçando a “ficção” (como diria Malheiro) de que fossem *coisas (rei)* como outras quaisquer. Ele foi se decompondo de sua monolítica feição, da vontade patriarcal soberana e totalitária, em pequenas faculdades, progressivamente menores, mais enxutas, mais “liberais”. Murcha da sua faraonicidade para uma gama bem definida de prerrogativas de exploração do trabalho e mesmo assim legalmente restritas. A *decomposição do direito de propriedade* num feixe bem definido de poderes e faculdades sempre foi uma estratégia escrava em face da onipotência senhorial, permitindo que se negociassem “pequenos direitos” na visceralidade do cativo. É isso o que demonstra, por exemplo, o famoso *Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira* por seus escravos, já em 1789⁹⁹⁷: o limite de mãos de mandioca a serem colhidas por dia; o tipo de marisco que os cativos se recusam a buscar; os instrumentos de trabalho que exigem sejam-lhes fornecidos; os dias santos e de descanso; a escolha dos feitores, entre outras temas, são reivindicações autônomas, cada uma centro de negociações e conflitos próprios. Tanto quanto as rupturas totais (que, mesmo quando malogradas, era essenciais para compor o pano-de-fundo de *ingovernabilidade* que aterrorizava as autores e arrancava concessões aos senhores), a insistente *humanização* dos escravos, o seu “heroísmo prosaico de cada dia”, e a *fragmentação da propriedade* sobre eles em um conjunto limitável, relativizável, de poderes senhoriais operou o dismantelamento da escravidão como sistema produtivo e como ideologia. Do monólito à plasticidade, esse o caminho da propriedade escrava do Antigo Regime à Modernidade, em duas etapas: a) a monopolização estatal da juridicidade reduz o Direito – com “d” maiúsculo – dos senhores (a esfera da ordem patriarcal, todo um espaço jurídico privatista, salomônico) a um direito – com “d” minúsculo – entre os outros, mas ainda mantém a propriedade como princípio fundante, superior à liberdade, por exemplo, na hierarquia axiológica da lei até meados do XIX (se pensarmos que a propriedade era até mais do que um direito na Constituição de 1824, quase um alicerce ético, “principiológico” hoje diríamos, da ordem política e, por esta razão, era garantida “em toda a sua plenitude”, como rezava o art. 179, XXII); b) a politização da lei e da sua morada (os tribunais) internamente ao

⁹⁹⁷ Vide Anexo 11 – “Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levantados”. O documento foi originalmente descoberto e comentado por Stuart B. Schwartz (SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988).

próprio campo jurídico e respeitando a sua lógica peculiar, possibilitou a *juridicização* da liberdade, que ganha em consistência, envergadura e dignidade, passa de um “favor” a um “direito”, podendo, na segunda metade do oitocentos, fazer frente ao direito de propriedade e reduzi-lo agora em sua soberbia. Não é mais apenas a propriedade de um que restringe a liberdade do outro: a liberdade (mesmo aquela que é parcial, é autonomia dentro do cativeiro) também pode impor restrições ao exercício da propriedade. O primeiro vetor é, por assim dizer, horizontal (a absorção de uma ordem jurídica por outra, antes justapostas); o segundo é vertical (a elevação de um direito ao patamar do outro, antes sobrepostos). A diferença entre 1789 e os últimos anos da escravidão era exatamente que esses movimentos tornaram-se válidos para o conjunto dos atores implicados na geometria da dominação. Os acordos se davam, antes, de forma individualizada, quando muito, regionalizada, mas na segunda metade do século XIX, a base legal dessas transformações universalizou esses entraves ao *dispor, fruir, usar, gozar e reaver* dos proprietários, o leque de poderes inerentemente seus.

Foi primeiro na esfera penal que vimos esses limites serem introduzidos e oficializados, depois no âmbito do direito civil. Agressões brutais e “bárbaros espancamentos” já não podiam mais ser tolerados e escapavam do domínio dos senhores, levando escravos como Pelágio e Clara a deliberadamente procurar as autoridades estatais a fim de *denunciá-los*, movimento que culmina com a extinção da pena de açoites, no final de 1886, um prenúncio cataclísmico da abolição total, na visão de seus próprios algozes⁹⁹⁸. Pior para eles eram as dificuldades cada vez maiores de recapturar escravos fugidos ou de reescravizar libertos: lá estavam as manutenções de liberdade, arrojadas como a de Francisca Romana ou ágeis como a de Marcolino Dias, para protegê-los. Lá se ia o *ius rei vindictio*, o direito de reaver os “bens semoventes”.

Os mesmos senhores já não podiam dispor a seu bel prazer das “peças” que lhes pertenciam seja nas transações comerciais em vida (pelo impedimento de separação das famílias nas vendas, que levava à libertação do pequeno Vicente, por exemplo), seja nas doações *mortis causa* (pela possibilidade de intervenção dos cativos, às vezes com petições em nome próprio, como Benedicto, comprando a si mesmos pelo preço das avaliações). Quem não os conhecesse, que os comprasse. Arrepende-se-iam tanto quanto José Natividade com a compra ilegal de Vicêncio. Abandonar escravos inválidos para definharem, tão logo se tornassem improdutivos, tampouco era lícito, porque o

⁹⁹⁸ CONRAD, R. Op. cit., p. 288.

direito de propriedade não comportava mais um totalitário “direito de vida e morte” (*ius vitae ac necis*, não por acaso, dos romanos). A Lei de 1885 conferia aos incapazes de sustentar-se sozinhos uma espécie de caricatura de aposentaria aos encargos do senhor. E lá se ia o *ius abutendi*, o direito de dispor livremente dos “bens semoventes”.

Havia, obviamente, deveres também *prestacionais*, por assim dizer, sendo exigidos pelos escravos, quais sejam, moradia, vestuário, alimentação, cuidados médicos, etc. Conquanto essa categoria de “direitos-obrigações” pretendesse primordialmente convencionar as condições do cativo, ou melhor, de um “bom cativo” (pois o “mau cativo” chegava a dar azo a câmbios judiciais forçados de domínio, como o que conseguiu Gonçalo, em Curitiba, ou serviam como argumento em favor da liberdade nas ações de arbitramento, como a da preta Joana), eles podiam tanto quanto os outros ser lidos pelo seu avesso, isto é, pelo *potencial restritivo do direito de propriedade* que carregavam. Nesse sentido, estabelecer os parâmetros – a princípio moralmente, depois em escancarado “juridiquês” – da exploração do trabalho escravo (a proto-história dos direitos trabalhistas) significava igualmente demarcar a fronteira do arbítrio senhorial. Lá se ia o *ius utendi*, o direito de utilizar seus “bens semoventes”.

Nem especular mais podiam os senhores sem contratempos, visto que um dos efeitos colaterais da Lei de 1871, foi minar “sutilmente o regime escravista ainda de outra maneira. Os ingênuos, que legalmente não pertenciam a ninguém, não podiam servir de garantia colateral de empréstimos”⁹⁹⁹ (ou, invertendo o costume, tampouco lhes pertenciam os filhos das libertas condicionais que, à semelhança dos irmãos João e Benedicto, iam provando-se tão ingênuos quanto os demais). Lá se ia o *ius fruendi*, o direito de fruir, de extrair os frutos (neste caso, do ventre) dos “bens semoventes”.

A resposta do direito para matar a charada escravista era: não há mais propriedade sem responsabilidade. A propriedade agora *obrigava*. Cada faculdade em que fora segmentada, subdivida, gerava ônus, os quais, quando acumulados (reconhecidos) em tipos e multiplicados (replicados) exponencialmente pelas demandas judiciais protagonizadas pelos escravos, não raro coletivamente nos últimos anos, tornaram-se pesados demais para o gosto e o bolso dos senhores, subtraindo-lhes em parcelas (abolindo) o direito de escravizar. E, em contraste com o contexto de *ingovernabilidade* escrava (a tal onda negra que invadia as cidades), eles tampouco ousariam pôr à prova todo o aparato estatal, do qual também se tornaram dependentes.

⁹⁹⁹ DEAN, W. Op. cit., p. 131.

Como comentamos já, essa era uma arena crucial das lutas pela liberdade, pois, em sentido mais estrutural, somente na *legalidade* desse direito se podia alicerçar ainda um regime de trabalho moral e mesmo cientificamente condenado (as teorias racionalistas da virada do século fizeram aflorar graves questionamentos sobre os supostos resultados da miscigenação étnica¹⁰⁰⁰). A *solidificação jurídica* da ideia de “favor à liberdade” redundou na inanição do “direito de propriedade”, aviltado na dogmática, a ponto de, em meados da década de 1880, publicarem-se ensaios doutrinários como o do Dr. Antônio Carneiro Antunes Guimarães, com a epígrafe “*Não há direito de escravidão*”:

Avassalado progressivamente pelos princípios superiores do Christianismo, esse direito da violência começou á exautorar-se (...) Foi sob o influxo d’essas mesmas causas fataes, da obliteração dos dogmas christãos da liberdade e fraternidade humana, que o mercantilismo e a insaciável sede do oiro transplantaram do depauperado solo do velho Mundo para as florestas virgens da America a letal mancenilha da escravidão (...) A verdade incontestavel porém é que, ao menos entre os Christãos e, como diz Mello Freire, desde o seculo XIII não se póde dar nome de direito á escravidão sem fazer uma grande violência á consciência christã e á natureza das cousas. (...) Sem outra base historica que não a mais desenfreada e violenta rapina, condemnada pela Lei natural e divina, não póde subsistir a escravidão, ‘instituição exclusivamente da lei positiva’, como disse o eminente jurisconsulto inglez lord Mansfield (...) Portanto, no estado actual da Legislação, quando algum direito houvesse sobre o escravo, outro não seria senão o direito pessoal aos seus serviços e nunca o pretenso direito de propriedade.¹⁰⁰¹

“Avassalado” pelos preceitos religiosos, o bárbaro “direito da violência” de que a escravidão se originava não podia mais subsistir senão na “lei positiva”. Se algum direito pudesse reivindicar o senhor sobre o escravo, ele era meramente pessoal, quase contratual, e não um direito real, de propriedade. Os escravos eram – o autor concluía nas entrelinhas – *sujeitos de direitos* e não *objetos dele*. À semelhança de Perdigão Malheiro, o Dr. Guimarães propunha uma interpretação *histórico-jurídica* da escravidão, a qual favorecia a liberdade, com uma dose nada homeopática de “boa vontade”, desta vez, pelo influxo cristão e humanitário. É curioso notar o uso

¹⁰⁰⁰ Cf. SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Em Curitiba, também as teorias evolucionistas/racionalistas fizeram fama. Em 1905, Nestor Victor publicava que “a razão principal [do estágio atual de desenvolvimento brasileiro] está no grau de evolução em que se achavam as raças do africano e do aborígene, que se incorporaram, em grande proporção, à massa que constitui a nossa população atual” (VICTOR, Nestor. *Os Anais*. Curitiba, outubro de 1905. *Apud* PEREIRA, L. F. L. *O espetáculo dos maquinismos...*, p. 88). Embora o autor fizesse a ressalva de não ser “dos que negam a capacidade de progresso nessas raças, tidas hoje, em geral, como absolutamente inferiores; mas não reconhecer a lentidão com que elas caminham em comparação com as raças, é negar a própria evidência, parece”.

¹⁰⁰¹ S. João da Barra, novembro de 1883 (*O Direito*, v 40, maio/ago. 1886, p. 10-20). A forma como os editores do periódico indexaram o artigo não era de todo nova, tendo sido empregada para uma decisão de 1º grau de 1881 n’*O Direito*, v. 28, maio/ago. 1882, p. 70-71.

“partidário” da história feito por esses juristas – colhido por Samuel Barbosa também nos séculos precedentes como uma certa tradição de *advocacia historiográfica*, por assim dizer¹⁰⁰² – que, ao produzir narrativas sobre o passado como armas nas lutas simbólicas do presente, pareciam ter adotado as recomendações de Walter Benjamin *avant la lettre*. Certamente era recurso exagerado de propaganda afirmar, como Joaquim Nabuco, que “foi no estudo, na ciência do direito que as dúvidas, os escrúpulos, o caso de consciência social se originou”¹⁰⁰³ contra a escravatura. Não obstante, não fere a lógica supor que os “homens do direito” tiveram de encontrar seu próprio caminho para fazer matriz legal permeável ao “espírito do século”, sem abdicar da seletividade característica do seu ofício. O bloqueio ético da instituição servil atingiu grau paroxístico quando pôde ser coadunado com conceitos técnicos abertos, como o de “favor à liberdade”, que viabilizaram a incorporação da crítica social no campo jurídico:

O fechamento da tradição jurídica ao meio envolvente não é absoluto. Ela é sensível a estímulos exteriores; e só isso explica a sua eficácia regulamentadora durante vários séculos. Mas é o próprio sistema da tradição que define os limiares da sua sensibilidade em relação ao meio (ao “extratexto”), bem como o tipo de canais de comunicação (de mecanismos de *textualização* do extratexto) entre o meio e o sistema textual. Tal como no direito actual, essas interfaces do sistema da tradição jurídico-literária são constituídas sobretudo por “conceitos flexíveis”, ou seja, por conceitos que, pelo seu carácter pouco estruturado (no plano sintáctico), são muito sensíveis às exigências (às compreensões, aos estímulos) do mundo não jurídico. Conceitos como “equidade” (*aequitas, bonum et aequum*), “natureza das coisas” (*natura rerum, ius naturale*), “interesse”, seja “privado”, seja “público” (*id quod interest, salus publica [quae suprema lex est]*). Qualquer destes conceitos remete para âmbitos de discussão que já não pertencem ao direito, esperando daí uma decisão que se incorpora, depois, no raciocínio jurídico.¹⁰⁰⁴

O que Augusto Teixeira de Freitas mais abominava tornara-se realidade: o direito passara a ser instrumentalizado para as lutas políticas contra a escravidão. E a cláusula aberta do “favor da liberdade” foi, neste quesito, a mediação teórica imprescindível, a ponte de comunicação, a interface doutrinária entre o mundo jurídico e o extrajurídico. Como via de mão-dupla (de *intertextualidade*), o “extra-texto” social, político e moral, ao ingressar na tradição, fortaleceu o princípio da liberdade, conduzindo à *densificação* de seu conteúdo semântico-normativo, ou seja, à sua *textualização* de “favor” em “direito”. Se na literatura jurídica doutrinária, coube a indivíduos como Malheiro e Guimarães empreender essa *tradução de tradições*, os tribunais e juízes singulares foram provocados a implementá-la e efetivá-la, sem que

¹⁰⁰² BARBOSA, Samuel Rodrigues. *Quando historiadores advogam...*

¹⁰⁰³ NABUCO, J. *Um estadista do império...*, p. 18. *Apud* PENA, E. S. p. 53.

¹⁰⁰⁴ HESPANHA, A. M. *O direito dos letrados...*, p. 122-3.

pudessem retroceder nos avanços que o “favor à liberdade” já galgara. Novamente, foi na década de 1880 que mais ficou explícito o conteúdo iconoclasta desse dispositivo discursivo, passível de gerar um curto-circuito no direito de propriedade. Amphilopho de Carvalho, com o qual já esbarramos algumas vezes nas páginas anteriores, juiz municipal de São João da Barra chegou a elencar minuciosamente todos os afluentes do “favor à liberdade”, enraizando-o profundamente no solo da genealogia legal brasileira:

- 1º - *A liberdade é de direito natural* (Alv. De 30 de Julho de 1609);
- 2º - *São mais fortes e de mais consideração as razões que ha a favor da liberdade do que as que podem fazer justo o cativo* (lei de 1º de Abril de 1680);
- 3º - *Muitas cousas são constituídas em favor da liberdade contra as regras do direito.* (Ord. 4. 11 §4) *Multa contra júris rigorem pro libertate sunt constituta* (L. 24 D. de fid. Libert; inst. §5 de Donat.);
- 4º - *Libertas omnibus rebus favorabilior est* (L. 122, D. R. J.);
- 5º - *Quoties dúbia interpretatio libertatis est, secundum libertatem respondendum erit* (L. 20 D. R. J.);
- 6º - *In obscura voluntate...favendum est libertati* (L. 169 D. R. J.);
- 7º - *In libertatibus levissima escriptura spectanda* (L. 5 D. man. test.);
- 8º - *...scient commodum pecuniário praeferendam libertatis causam...ut libertas salva sit* (Inst. §1º De eo cui lib.);
- 9º - *Utique nom erit dicendum revocari libertates, que semel competierunt* (Inst. cit. 311 §5º, *in fine*);¹⁰⁰⁵

E, bem cultivada, a mesma raiz de liberdade plantada por Machado de Assis na Diretoria de Agricultura e que seria um dia cantada em prosa e verso no carnaval carioca, cresceu e ganhou porte de árvore frondosa, de inúmeras ramificações, atingindo a cúpula do Judiciário pátrio. Os senhores devem ter espumado de raiva quando o Supremo Tribunal de Justiça assentou que “*Ha injustiça notória sempre que se não attende no julgamento aos favores concedidos às causas de liberdade*”¹⁰⁰⁶. A partir de então, a diretriz era: *in dubio, pro libertatis*, o que permitia ainda mais aos escravos e seus curadores explorar as brechas, ambiguidades e contradições de sua condição jurídica. Da *plena potestas* extralegal (ou supralegal) o domínio dos senhores conformou-se em *direito legal de propriedade* e, afinal, foi reduzido a uma *posse transitória e ilegal*. Quando Rui Barbosa disparou, em 1887, que sobre todos os escravos pesava indistintamente uma “suspeita de ilegalidade”, a “presunção de direito contra o cativo”, o último porto-seguro das elites escravocratas naufragou:

Mas a posse, longe de ser plena e líquida prova, quanto ao cativo, não é, sequer, entre nós, simples presunção de legalidade. A historia de facto, é documento irrecusável de que a escravidão existente entre nós procede, na sua

¹⁰⁰⁵ *O Direito*, v. 32, set./dez. 1883, p. 584.

¹⁰⁰⁶ *O Direito*, v. 31, maio/ago. 1883, p. 519.

quase totalidade, immediata ou mediatamente do criminoso trafico posterior a 1831. (...) Não se exageraria, pois, computando no dobro o numero real de africanos contrabandeados. Mas, aceitando a base de 560.000, claro é que nelles se acha a estirpe de quase toda a escravidão actual. (...) Logo, a escravaria que hoje sobrevive é, *quase no seu todo, legalmente livre*. Sobre quase toda esta pesa, portanto, a suspeita de *illegalidade*. (...) Longe de neutralizar, portanto, *reforça a presumpção de direito contra o captiveiro*.¹⁰⁰⁷

Esquadrinhado e esvaziado, o direito de propriedade sobre o escravo morria na praia. À míngua como então andava, não surpreende que uma Lei (n. 3.353, no caso) de apenas dois artigos o viesse abolir por completo. Mas o ponto final (ou seria só uma vírgula?) da história não é tributário de um chumaço de papel e de uma assinatura principesca, por mais áureos que parecessem. Era a cultura da liberdade em todas as dimensões da resistência negra, inclusive jurídica, que havia desbancado a vontade e a voluntariedade senhoriais. Encarnado pelos escravos em suas lutas e traduzido (primeiro pelos praxistas, depois pelos bacharéis) em suas permutas simbólicas, o “espírito do século” eclipsara o “espírito da lei”. Usos, abusos e contra-usos das justiças. Liberdade, do “favor” ao “direito”: a proto-história dos direitos humanos. Agora, junto com a lei se arrepiavam os paralelepípedos da velha Curitiba. E não é que dera samba na terra das araucárias? A evolução (jurídica) da liberdade era cantada pela cidade até o dia (13 de maio) clarear. E o estandarte do purgatório geral (da escravidão) havia passado...

¹⁰⁰⁷ *O Direito*, v. 44, set./dez. 1887, p. 10.

7. EPÍLOGO – O espírito exorcizado: os búzios mostram um futuro nada áureo

*“Em que casas da Lima radiante de ouro
moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
na noite em que ficou pronta a Muralha da China?”¹⁰⁰⁸*

A escravidão, página infeliz da nossa história, não se tornou mera passagem desbotada na memória. O fato é que os recém libertos e seus aliados sabiam que não era a lei em si mesma, mas a tradição de lutas que se articulava em torno dela o que devia ser celebrado. Assim, não foi o decreto de 1888, mas o de 1871 o motivo da passeata de negros engalanados que varreu as ruas da pacata capital em 28 de setembro daquele ano:

Tendo resolvido comemorar a data em que o Brasil deu o primeiro passo para a libertação dos escravos, a sociedade Treze de Maio percorrerá incorporada, hoje á noite, as ruas da cidade precedida de uma banda de música. Segundo nos consta, irá a sociedade no palacio do governo, á camara municipal, aos clubs e as redacções dos jornaes desta capital.¹⁰⁰⁹

A Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio fora fundada, não ainda sob essa denominação, alguns meses antes, “em regosio ao grande dia memorável 13 de Maio de 1888, em que o Brasil fez ecoar desdo Amazonas ate o prata o grito da extinção da escravidão dos filhos que hontem ainda achavão-se presos na América do Sul”¹⁰¹⁰. À espera de um futuro que não se revelaria tão áureo assim, pretos e pardos de letras como o oficial de justiça João Baptista Gomes de Sá, seu primeiro diretor, organizaram-se já como “operários”¹⁰¹¹ para enfrentar o que vinha pela frente: agenciavam emprego para

¹⁰⁰⁸ BRECHT, Eugen Bertold Friedrich. *Perguntas de um operário letrado*.

¹⁰⁰⁹ *Dezenove de Dezembro*, 28 de setembro de 1888, p. 3. Claro que, em uma manifestação que pretendia dar vivas à liberdade, mas também à legalidade, não antes de pedir autorização ao Presidente da Província: “A Sociedade ‘13 de Maio’ em regozio ao anniversario do dia 28 do corrente em que foi assignado o Decreto Imperial declarando livre o ventre da mulher escrava em todo o Imperio; vem com o devido respeito communicar a V. Ex^a. que na noite da data acima referida, percorrerá as ruas desta Cidade uma passeata tomando como ponto principal à frente do Palacio da Presidencia para dar as vivas do estylo ao Governo de quem V. Ex^a. é digno Delegado. Deus Guarde a V. Ex^a.” (Arquivo Público do Paraná. 1888. BR APPR CO 007 AP 0843, v. 15, p. 96).

¹⁰¹⁰ Vide: Anexo 12 – “1º Traslado da Ata de Fundação da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio”.

¹⁰¹¹ A relação entre escravidão e protocampesinato ou protooperariado foi, durante muitos anos, tema inflamado da historiografia. Vide: CARDOSO, Ciro Flamarion, p. 102. IN: Camponeses brasileiros:

seus associados, davam aulas noturnas de alfabetização, mantinham uma caixa de socorro e ainda realizavam enterros e festejos, num sincretismo entre as funções de antigas irmandades e dos novos clubes. Talvez fizessem isso desde há muito, atendendo a uma dinâmica particular da comunidade negra local. Por isso o mesmo Gomes de Sá, já em 1885, andava metido com caixões e serviços funerários da liberta Rita Joana de Souza, conforme um recibo que passou ao filho da falecida¹⁰¹². Porque se a “classe” dos escravizados passava a entender-se como “classe” operária, uma tal conversão não podia ser nada automática, antes mediatizada pela experiência comum herdada ou partilhada do cativo e sem abrir mão das solidariedades nele constituídas: “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”¹⁰¹³. *Culturalmente*, destarte, o direito e o campo jurídico faziam sentido para aquela tradição de lutas, a ponto de ela expressar-se num elogio da lei e na fundação, não de um quilombo, mas de uma pessoa jurídica. Ocupar o centro da cidade com uma enxurrada de “homens de cor” (como eles mesmos começaram a chamar-se) e plantar a “raiz de liberdade” na sede de uma associação protetora da raça (a segunda mais antiga do país, ao que se tem registro¹⁰¹⁴) era uma forma de *politizar* este espaço:

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado. (...) Em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a *política* – ou seja, a busca da liberdade - onde antes havia fundamentalmente a *rotina*.¹⁰¹⁵

E fora na trincheira da liberdade que aqueles homens e mulheres haviam aprendido a fazer política. Não se esqueceram, por certo, de homenagear quem os havia secundado até ali: figuras como o Dr. Itaciano Teixeira, Joaquim Bittencourt e o Barão

leituras e interpretações clássicas, v.1. Clifford Andrew Welch... [et al.] (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 97-115.

¹⁰¹² O documento integra o inventário de Rita Joana de Souza: Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR PB 045 PI 8300, Cx. 320.

¹⁰¹³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 10.

¹⁰¹⁴ ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de Mestrado (Patrimônio Cultural). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

¹⁰¹⁵ CHALHOUB, S. *Visões da liberdade...*, p. 186.

de Serro Azul foram lembrados nas atas iniciais da Sociedade 13 de Maio¹⁰¹⁶. Na mesma cidade em que Pedro Gomes e José dos Santos haviam sido perseguidos por uma manifestação de africanidade, “jogar o busio a dinheiro”¹⁰¹⁷, dez anos antes, os descendentes de africanos agora tinham um chão que poderiam chamar de seu. É verdade que era mais fácil ouvir-se ali o hino nacional do o toque dos tambores, mas este era mais um indício da *circularidade cultural* e da sua eficácia intergeracional. No afã de apagar a chaga de antanho, de ressignificar uma identidade coletiva para fazer os ex-escravos emergirem como cidadãos, o deslocamento dos anos seguintes seria do “13 de maio” para o “1º de maio”, ponto de partida de outras tantas histórias, ponto de chegada desta nossa. Se o mito é “uma história com uma moral”¹⁰¹⁸, então sobrevive paralelamente às mitologias jurídicas da modernidade¹⁰¹⁹ toda uma mitologia jurídica afrodescendente em torno da experiência da liberdade, a brisa que ainda embala a canção da epígrafe. Para conhecê-la, bastam alguns passos: a Sociedade permanece de portas abertas, logo ali, no Alto do São Francisco. E, depois de muitas voltas, retornamos àquela mesma paisagem onde Jean Baptiste Debret encontrou, em 1827, um solitário pedreiro construindo a Curitiba que não podia imaginar um dia também lhe pertencer. Ele não pode ser culpado. Se é complexo vasculhar o passado, quem dirá antever o futuro. A história da resistência negra não deixou de ser a história da urdidura dos direitos escravos. Agora, eles eram livres, mas ainda não iguais. Quantas mais batalhas terá o negro de vencer ainda até a igualdade real? Isso, só os búzios dirão...

¹⁰¹⁶ Sobre a história da sociedade, vide: HOSHINO, Thiago A. P. e FIGUEIRA, Miriane. *Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2013. No prelo.

¹⁰¹⁷ Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7713, Cx. 294. Sobre as mandingas das quais muitos tiraram muitos pretos-velhos libertos seu sustento no pós-Abolição em Curitiba, vide: BARBOSA, Maria Alejandra Rosales Vera. *Curandeiros e curandeirismo em Curitiba (1899-1912): discurso e representação no “Diário da Tarde”*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2001.

¹⁰¹⁸ BURKE, P. *História e teoria social...*, p. 142.

¹⁰¹⁹ GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. Florianópolis: Fundação,Boiteux, 2007.

8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

8.1. Fontes primárias

8.1.1. Manuscritas

a) ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Autos de processos cíveis e criminais da Comarca de Curitiba

Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6740, Cx. 261.
 Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6741, Cx. 261.
 Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6782, Cx. 262.
 Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6786, Cx. 262.
 Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6798, Cx. 262.
 Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6828, Cx. 263.
 Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6842, Cx. 263.
 Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6852, Cx. 263.
 Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6863, Cx. 264.
 Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6875, Cx. 265.
 Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6879, Cx. 265.
 Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR PB 045 PI 6893, Cx. 265.
 Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6897, Cx. 265.
 Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR PB 045 PI 6917, Cx. 266.
 Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI 6940, Cx. 266.
 Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI 6948, Cx. 267.
 Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI 6950, Cx. 267.
 Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR PB 045 PI 6961, Cx. 267.
 Arquivo Público do Paraná. 1871. BR APPR PB 045 PI 7024, Cx. 269.
 Arquivo Público do Paraná. 1871. BR APPR PB 045 PI 7037, Cx. 270.
 Arquivo Público do Paraná. 1872. BR APPR PB 045 PI 7072, Cx. 271.
 Arquivo Público do Paraná. 1872. BR APPR PB 045 PI 7096, Cx. 272.
 Arquivo Público do Paraná. 1872. BR APPR PB 045 PI 7118, Cx. 272.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7125, Cx. 273.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7127, Cx. 273.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7145, Cx. 273.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7165, Cx. 274.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7170, Cx. 274.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7187, Cx. 275.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7191, Cx. 275.
 Arquivo Público do Paraná. 1873. BR APPR PB 045 PI 7193, Cx. 275.
 Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7259, Cx. 277.
 Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7260, Cx. 277.
 Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7263, Cx. 277.
 Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7281, Cx. 278.
 Arquivo Público do Paraná. 1874. BR APPR PB 045 PI 7536, Cx. 278.
 Arquivo Público do Paraná. 1875. BR APPR PB 045 PI 7328, Cx. 280.
 Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7358, Cx. 282. (Obs.: no maço existem diversos documentos avulsos).
 Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7364, Cx. 282.

Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7374, Cx. 282.
Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7457, Cx. 284.
Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7468, Cx. 284.
Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7470, Cx. 284.
Arquivo Público do Paraná. 1876. BR APPR PB 045 PI 7480, Cx. 285.
Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7510, Cx. 286.
Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7536, Cx. 287.
Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7552, Cx. 287.
Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7555, Cx. 288.
Arquivo Público do Paraná. 1877. BR APPR PB 045 PI 7565, Cx. 288.
Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR PB 045 PI 7577, Cx. 288.
Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR PB 045 PI 7583, Cx. 288.
Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR PB 045 PI 7615, Cx. 290.
Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7648, Cx. 291.
Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7679, Cx. 293.
Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7686, Cx. 293.
Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7697, Cx. 293.
Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR PB 045 PI 7713, Cx. 294.
Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR PB 045 PI 7718, Cx. 294.
Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR PB 045 PI 7745, Cx. 295.
Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR PB 045 PI 7758, Cx. 296.
Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 7194, Cx. 297.
Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 7796, Cx. 297.
Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 7811, Cx. 298.
Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 8019, Cx. 307.
Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7906, Cx. 302.
Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7908, Cx. 302.
Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7915, Cx. 302.
Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7923, Cx. 303.
Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR PB 045 PI 7954, Cx. 304.
Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR PB 045 PI 8067, Cx. 310.
Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR PB 045 PI 8092, Cx. 311.
Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR PB 045 PI 8120, Cx. 312.
Arquivo Público do Paraná. 1885. BR APPR PB 045 PI 8140, Cx. 313.
Arquivo Público do Paraná. 1885. BR APPR PB 045 PI 8180, Cx. 315.
Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8188, Cx. 315.
Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8205, Cx. 316.
Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8275, Cx. 318.
Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8279, Cx. 318.
Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8280, Cx. 318.
Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR PB 045 PI 8281, Cx. 318.
Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR PB 045 PI 8290, Cx. 319.
Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR PB 045 PI 8300, Cx. 320.
Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR PB 045 PI 8334, Cx. 321.
Arquivo Público do Paraná. 1888. BR APPR PB 045 PI 8339, Cx. 321.
Arquivo Público do Paraná. 1888. BR APPR PB 045 PI 8356, Cx. 322.

Correspondência administrativa da Província do Paraná

- Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007 AP 034, v. 10, p. 304-318.
- Arquivo Público do Paraná. BR APPR CO 007 AP 046, v. 09, p. 251-252
- Arquivo Público do Paraná. 1865. BR APPR CO 007 AP 201, v. 05, p. 288.
- Arquivo Público do Paraná. 1865. BR APPR CO 007 AP 205, v. 09, p. 164-167.
- Arquivo Público do Paraná. 1865. BR APPR CO 007 AP 209, v. 13, p. 272-275 e 274-275.
- Arquivo Público do Paraná. 1865. BR APPR CO 007 AP 212, v. 16, p. 22-23.
- Arquivo Público do Paraná. 1865. BR APPR CO 007 AP 218, v. 22, p. 01-03.
- Arquivo Público do Paraná. 1867. BR APPR CO 007 AP 261, v. 11, p. 195.
- Arquivo Público do Paraná. 1867. BR APPR CO 007 AP 275, v. 02, p. 158.
- Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR CO 007 AP 304, v. 07, p. 205.
- Arquivo Público do Paraná. 1868. BR APPR CO 007 AP 308, v. 11, p. 211.
- Arquivo Público do Paraná. 1869. BR APPR CO 007 AP 309, v. 12, p. 248-249.
- Arquivo Público do Paraná. 1870. BR APPR CO 007 AP 346, v. 01, p. 222.
- Arquivo Público do Paraná. 1875. BR APPR CO 007 AP 467, v. 12, p. 155.
- Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR CO 007 AP 546, v. 13, p. 177-181.
- Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR CO 007 AP 553, v. 20, p. 29-31.
- Arquivo Público do Paraná. 1878. BR APPR CO 007 AP 564, v. 03, p. 12.
- Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR CO 007 AP 569, v. 10, p. 29.
- Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR CO 007 AP 573, v. 14, p. 52.
- Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR CO 007 AP 575, v. 16, p. 48-49.
- Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR CO 007 AP 577, v. 18, p. 69.
- Arquivo Público do Paraná. 1879. BR APPR CO 007 AP 588, v. 06, p. 45.
- Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR CO 007 AP 601, v. 13, p. 16 e p. 210.
- Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR CO 007 AP 602, v. 14, p. 250 e 251.
- Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR CO 007 AP 603, v. 15, p. 220.
- Arquivo Público do Paraná. 1880. BR APPR CO 007 AP 610, v. 22, p. 46.
- Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR CO 007 AP 631, v. 14, p. 88-90 e 189-193.
- Arquivo Público do Paraná. 1882. BR APPR CO 007 AP 676, v. 02, p. 122-133.
- Arquivo Público do Paraná. 1883. BR APPR CO 007 AP 682, v. 03, p. 6.
- Arquivo Público do Paraná. 1883. BR APPR CO 007 AP 684, v. 5, p. 63 e 107-109.
- Arquivo Público do Paraná. 1883. BR APPR CO 007 AP 695, v. 16, p. 78 e 83-84.
- Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR CO 007 AP 710, v. 04, p. 256-258.
- Arquivo Público do Paraná. 1884. BR APPR CO 007 AP 718, v. 12, p. 58.
- Arquivo Público do Paraná. 1885. BR APPR CO 007 AP 739, v. 04, p. 209.
- Arquivo Público do Paraná. 1886. BR APPR CO 007 AP 772, v. 5, p. 81.
- Arquivo Público do Paraná. 1887. BR APPR CO 007 AP 816, v. 17, p. 185.
- Arquivo Público do Paraná. 1888. BR APPR CO 007 AP 0843, v. 15, p. 96.

b) CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA

CURITYBA. 1875. *Classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação*. 305.567, Cx. 613.

CURITYBA. 1884. *Livro de Ouro para lançamento das liberdades espontâneas*. 326.098162, Cx. 178.

c) SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE 13 DE MAIO

SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE TREZE DE MAIO. 0.1.1. *Livro de Atas de Instalação da SOBTM*. 1889. Primeiro traslado da Ata de Fundação da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.

8.1.2. Impressas

a) ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Boletins do Arquivo Público do Paraná

Boletim do Arquivo Público do Paraná, ano XI, n. 18. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, 1986, p. 23-24.

Boletim do Arquivo Público do Paraná, ano I, n. 1. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, 1977, p. 28-34.

Relatórios do governo provincial

PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excellentissimo Ex-Presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraá*. Curityba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1869.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1.a sessão da 9.a legislatura pelo presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870*. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1870.

_____. *Relatorio apresentado ao Excellentissimo Senhor Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a adminitsração da Provincia do Paraná*. Curityba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1871.

_____. *Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Frederico José Cardoso de Araujo Abranches abriu a 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1874*. Curityba, Typ. da Viuva Lopes, 1874.

_____. *Relatório que o Exm. Sr. Commendador Manoel Antonio Guimarães apresentou ao Exm. Sr. Dr. Frederico José Candido de Araujo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná no dia 13 de junho de 1873*. Curityba: Typographia da Viuva Lopes, 1875.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente da provincia, o excellentissimo senhor doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1876.

_____. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia Doutor Adolpho Lamenha Lins passou a administração ao Exm. Sr. 2º. Vice-Presidente dignitario Manoel Antonio Guimarães no dia 16 de julho de 1877.* Curityba, Typ. Da Viuva Lopes, 1877.

_____. *Relatório com que o Excellentissimo Senhor Presidente Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior passou a administração da provincia ao 1º. Vice-Presidente o Excellentissimo Senhor Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de Fevereiro de 1878.* Curityba: Typ. da Viuva Lopes, 1878.

_____. *Relatorio com que o Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da provincia ao Primeiro Vice-Presidente Exmo. Snr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira no dia 31 de Março de 1879.* Curytiba: Typ. Perseverança, 1879.

_____. *Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente da Província do Paraná pelo Chefe de polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho.* Curityba: Typographia Perseverança, 1879.

_____. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou ao Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa a administração da provincia em 4 de Agosto de 1880.* Curytiba: Typ. Perseverança, 1880.

_____. *Relatorio com que o Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da provincia ao 1º. Vice-Presidente Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira no dia 26 de Janeiro de 1882.* Curityba: Typ. Perseverança, 1881.

_____. *Relatorio com que o Dr. João José Pedrosa passou a administração da Provincia do Paraná ao Presidente Dr. Sancho de Barros Pimental no dia 3 de Maio de 1881.* Curityba, Typ. Perseverança, 1881.

_____. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª. sessão da 15. legislatura ao dia 1º. de Outubro de 1882 pelo Presidente da Província o exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho.* Curytiba: Typ. Perseverança, 1882.

_____. *Relatorio que ao Illm. E Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho presidente da Província do Paraná apresentou o Dr. Moysés Marcondes Director Geral da Instrucção Publica da mesma Província.* Curityba: Typ. Dezenove de Dezembro, 1882.

_____. *Relatório apresentado á Assemblèa Legislativa Provincial do Paraná pelo Exm. Sr. Dr. Brazilio Augusto Machado d'Oliveira, Presidente da Província, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, no dia 15 de Setembro de 1884.* Curityba: Typographia Perseverança, 1884.

_____. *Exposição com que S. Ex. o Sr. Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Exm.º Snr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, 1º Vice-Presidente a 3 de Maio de 1886.* S/D, 1886.

b) BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Jornais

Dezenove de Dezembro. Curitiba, 27 de fevereiro de 1867.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 3 de fevereiro de 1872
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 4 de janeiro de 1873
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 12 de julho de 1873.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 18 de outubro de 1873.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 8 de agosto de 1874.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 7 de outubro de 1874.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 24 de abril de 1875.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 30 de outubro de 1875.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 4 de dezembro de 1875.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 7 de dezembro de 1876.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 19 de dezembro de 1878.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 20 de fevereiro de 1879.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 30 de agosto de 1882.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 4 de outubro de 1884.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 18 de outubro de 1884.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 19 de maio de 1885.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 9 de agosto de 1885.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 22 de fevereiro de 1888.
Dezenove de Dezembro. Curitiba, 28 de setembro de 1888.

Gazeta Paranaense, Curitiba, 25 de outubro de 1884.
Gazeta Paranaense. Curitiba, 17 de novembro de 1886.
Gazeta Paranaense. Curitiba, 14 de abril de 1888.

O Paranaense. Curitiba, 12 de outubro de 1879.
O Paranaense. Curitiba, 23 de novembro de 1879.

c) BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Periódicos

O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 1, 1873. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1873.
O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 2, 1873. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1873.
O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 3, 1874. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1874.
O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 4, 1874. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1874.
O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 5, 1874 Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1874.
O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 6, jan./abril 1875. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1875.

- [illegible]

O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 40, maio/ago 1886. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1886.

O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 42, jan./abril 1887. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1887.

O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 43, maio/ago. 1887. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1887.

O Direito – Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência, v. 44, set./dez. 1887. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1888.

d) MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE

LOJA PERSEVERANÇA. *Liberdade!* Registro Geral n, 01.396. Classificação Maçônica: BR/PR – III 374L 0.159. Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/Decreto_Libertacao-escravos.htm

e) AVULSAS

Obras doutrinárias

MAFRA, M. S. *Jurisprudencia dos Tribunaes Compilada – Dos Accordãos dos Tribunaes Superiores Publicados desde 1841*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Parte 1 (Direito sobre os escravos e libertos). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 200.

PIMENTA BUENO, José Antonio. *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

SOUSA, Paulino Soares de. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das leis civis: publicação autorizada pelo governo*. 3ª edição mis augmentada. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876.

TELLES, José Homem Correa. *Doutrina das acções: accommodada ao foro de portugal com addições da nova legislação do codigo commercial portuguez e do decreto n. 24 de 16 de maio de 1832. Consideravelmente Augm. e Expressamente Accomodada ao Foro do Brasil por Jose Maria Frederico de Souza Pinto*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1865.

_____. *Commentario crítico á Lei da Boa Razão, em data de 18 de agosto de 1769*. Lisboa: Typografia de N. P. de Lacerda, 1824.

_____. *Theoria da interpretação das Leis e ensaio sobre a natureza do senso consignativo*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1815.

V. A. de P. P. *Anotações á Lei e Regulamentos sobre o Elemento Servil*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1875.

8.2. Fontes secundárias

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALONSO, Ângela. *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, outubro/2000, p. 35-55.

ARAÚJO, Thiago Leitão. *A liberdade em questão: encaminhamentos e desfechos jurídicos a partir de uma análise local – notas de pesquisa*. Pesquisa de doutorado em andamento. Texto escrito para apresentação no Mini-Curso: “Escravidão, Direito e Justiça no Mundo Atlântico: Estudos de Caso e Microhistórias”. Ministrante: Professora Rebecca Scott (Univ. Michigan, EUA). Organização Prof. Dra. Beatriz Mamigonian. PPGH-UFSC.

ARDOSO, Jayme Antonio. *A população votante de Curitiba - 1853-1881*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, 1974.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo em São Paulo*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2010.

_____. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARBOSA, Maria Alejandra Rosales Vera. *Curandeirimos e curanderismo em Curitiba (1899-1912): discurso e representação no “Diário da Tarde”*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2001.

BARBOSA, Marialva Carlos. *Escravos letrados: uma página (quase) esquecida*. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009.

BARBOSA, Samuel Rodrigues. *“Accomodados ao fôro do Brasil”. História dos livros jurídicos como media de racionalização e rotinização da cultura jurídica (1830-1890)*. São Paulo: Mimeografado, 2011.

_____. *Quando historiadores advogam. Uso partidário do passado na História de Pedro Taques*. In: João Mauricio Adeodato; Eduardo Bittar. (Org.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito. Estudos em homenagem a Tercio Sampaio*

Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário. 1 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011, v. 1, p. 1051-1060.

BENJAMIN, Walter. *Para una crítica de la violencia*. Escuela de Filosofía Universidad de Arcis. Edição eletrônica disponível em: <http://www.philosophia.cl/biblioteca/Benjamin/violencia.pdf>

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRIGHENTE, Liliam Ferraresi. *Entre a liberdade e a administração particular: a condição jurídica do indígena na Vila de Curitiba (1700-1750)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Direito, 2012.

BRITO, Edilson Pereira. *Cidadania, escravidão e recrutamento militar na Província do Paraná (1864-1870)*. In: Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política: “Sociedade e Política em Termos de Incerteza”. Curitiba: UFPR, 2009.

BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS. *Centro histórico: espaços do passado e do presente*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 130, março de 2006.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CÂMARA, Bruno Augusto Domellas. *Trabalho livre no Brasil oitocentista: o Regime de Engajamento e as Leis de Locação de Serviço de 1830 e 1837*. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0650.pdf>

CARNEIRO, David. *História do período provincial do Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império*. In: AZEVEDO, E... [et al.] (orgs.) *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, pp. 23-62.

_____. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. *Os Voluntários da Pátria e Outros Mitos*. São Paulo: Global, 1983.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

COTA, Luiz Gustavo Santos. *Um direito sagrado: os advogados de Mariana e sua atuação nas ações de liberdade (1871-1888)*. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h7_1.pdf

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 133-156.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Ri de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, 15 (nº especial) : 89-109, 1985.

EINSENBERG, Peter. *Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, 17 (2) : 175-216, maio/ago. 1987.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de Mestrado (Patrimônio Cultural). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed revista. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FLORENTINO, Manolo. *Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871*. In: FLORENTINO, M. (org.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). *Nova história brasileira do direito: ferramentas e artesanias*. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. *Introdução Teoria à História do Direito*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX*. In: *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, n. 44. Curitiba, 2006, p. 61-76.

_____. *Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX*. In: *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 35. Milano: Dott. A. Giufrè Editore, 2006, pp. 339-371.

FONSECA, R. M.; SEELAENDER, Airton Cerqueira Leira. (orgs.) *História do direito em perspectiva: do Antigo Regime à Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora; Editora da PUC-RJ, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes. São Paulo: 2000.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1890)*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2006.

FRAGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FREYRE, Gilberto. *China Tropical e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15 ed. São Paulo: Global, 2004.

FRIEDMAN, John. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta, 1996.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GELL, Alfred. *Art and Agency*. Oxford: The Clarendon Press, 1998.

GENOVESE, Eugene Dominick. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *O inquisidor como antropólogo*. In: *Revista Brasileira de História*, v. 1: n. 21. São Paulo, set. 90/fev. 91.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

_____. *A propriedade e as propriedades na oficina do historiador*. In: *História da Propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GUTIÉRREZ, Horacio. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830*. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 8, n. 16 São Paulo, mar. 88/ago 88, pp 161-188.

_____. *Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830*. In: *Estudos Econômicos*, n. 17(2). São Paulo: maio/ago 1987, pp. 297-314.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*, v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HESPANHA, António Manuel. *A política perdida: ordem e governo antes da Modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *O direito dos letrados no império português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006,

_____. *Cultural jurídica européia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOSHINO, Thiago A. P. e FIGUEIRA, Miriane. *Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2013. No prelo.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2000.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira (1841-1920)*. Curitiba: Juruá, 2010.

KRAAY, Hendrik. *O abrigo da farda: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888*. In: *Revista Afro-Ásia*, n. 17. Salvador: Ed. da UFBA, 1996, pp. 29-56.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas da transição da escravidão ao trabalho: a Lei de Locação de Serviços de 1879*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade de Campinas, 1986.

_____. *O trabalho sob contrato: a lei de 1879*. In: Revista Brasileira de História, v. 6, n. 12. São Paulo, mar/ago 1986.

LARA, Silvia Hunold. *O espírito das leis: tradições legais sobre a escravidão e a liberdade no Brasil escravista*. In: *Africana Studia*, v. 14 (2010), p. 73-92.

_____. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir./ Coord.). *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.

LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEÃO, Agostinho Ermelino de. *Contribuições Historias e Grographicas para o Diccionario do Paraná*. Curityba: Empresa Graphica Paranaense, 1926.

LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de Crioulos: Um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (c. 1760 - c. 1830)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2001, p. 98-100).

LIMA, Carlos A. M. *Um stablshmente escravo? A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Curitiba (1793-1801)*. In: Anais do V Simpósio Internacional "Processo Civilizador" - A obra de Norbert Elias. Curitiba: 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. In: *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-326.

LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados: Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Departamento de História, 2011.

LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a História do Maranhão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1976.

LOPES, José Reinaldo Lima. *Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira*. In: Almanack Braziliense, n. 5. São Paulo, maio/2007, p. 4-36.

LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma filosofia jurídica da libertação: paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

MACEDO, James Portugal. *Professor Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo e sua obra*. Vol. III. Curitiba: Lítero-técnica, 1984.

MALERBA, Jurandir. *Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá: EDUEM, 1994.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872*. In: Almanack. Guarulhos, n.02, p.20-37, 2º semestre de 2011.

_____. *A abolição do tráfico atlântico de escravos e os africanos livres no Paraná através das fontes disponíveis no Arquivo Público do Paraná*. Palestra proferida por ocasião do Lançamento do “Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos” do Arquivo Público do Paraná. Curitiba, 03 de outubro de 2005. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/texto_beatriz_mamigonian.pdf

MARTINS, Ilton César. *Veridicto Culpado: a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro - PR (1853-1888)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2005.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1989.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *A propósito das cartas de alforria – Bahia, 1779-1850*. In: Anais de História. Assis, IV: 23-52, 1972.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2ª ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2008.

_____. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista: 1879-1888*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MOREIRA, Carlos Eduardo ... [et al.]. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

NASCIMENTO, Douglas da Veiga. *Aspirações e vertigens na marcha do intelecto: os bacharéis e a formação da cultura urbana na cidade de Curitiba (1870-1883)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná / Programa de Pós-Graduação em Direito, 2012.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

NEQUETE, Lenine. *Escravos & Magistrados no 2º Reinado: aplicação da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Brasília: Fundo Petrônio Portella, 1988.

NETO, Paulo Macedo Garcia. *A Reforma Judiciária de 1871*. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERREIRA, Gabriela Nunes (orgs.). *Os juristas na formação o Estado-Nação brasileiro (1850-1930)*. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 150-167.

_____. *O Judiciário no crepúsculo do Império (1871-1889)*. In: LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). *O Supremo Tribunal de Justiça do Império (1828-1889)*. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 106-144.

OBISAKIN, Lawrence Olufemi. *Proverbs in Communication: a conflict resolution perspective*. New York: Triumph Publishing, 2010.

OST, François. *Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

PAES, Mariana Armond Dias. *Sujeitos da história, sujeitos de direitos: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860-1888)*. Comunicação apresentada no II Encontro da Escola Internacional de Pesquisa em História do Direito. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

PARANÁ. *Dicionário histórico-biográfico do Paraná*. Curitiba: Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.

PENA, Eduardo. Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1990.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *O espetáculo dos maquinismos modernos – Curitiba na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (org.). *Posturas municipais – Paraná, 1829 a 1895*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

_____. *Semeando iras rumo ao progresso (Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PETIT, Carlos. *Fiesta y Contrato: Negocios taurinos en protocolos sevillanos (1777-1847)*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 2011.

QUINTÃO, Antônia. *O significado das irmandades de pretos e pardos: o papel das mulheres*, p. 01. O trabalho compõe o GT4 do Simpósio Internacional “O Desafio da Diferença”, realizado em abril de 2000, na UFBA e está disponível na internet, através do site: http://www.desafio.ufba.br/gt4_lista.html

RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. *A Revista “O Direito” – Periodismo Jurídico e Política no final do Império do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2009.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ROSENBERG, Ande. *Ordem e burla: processos siciais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

RUFFATO, Luiz (org.). *Questão de Pele*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SÃO PAULO/DEPARTAMENTO DE AQUIVO ESTADUAL. *Documentos interessantes para a história e os costumes de São Paulo*, vol. III, São Paulo: Typografia Carodozo Filho & Cia, 1913.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887 (Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 1974.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *A manumissão dos escravos no Brasil colonial – Bahia, 1684-1745*. In: *Anais de História*. Assis, VI : 71-114, 1974.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SILVA, Noemi Santos da. *Aprendendo a liberdade: escravos, libertos e instrução formal – Paraná, século XIX*. Monografia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Caminhos e descaminhos da Abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. Tese de doutoramento. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. *A Escravidão e a Lei: gênese e conformação da tradição legal castelhana e portuguesa sobre a escravidão negra na América, séculos XVI-XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2009.

SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

_____. *O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, v. 13, n. 1, jan./dez. de 1983, p. 117-149.

SOARES, Márcio de Sousa. *Prêmio e Retribuição: a dádiva da alforria e o governo dos escravos na América portuguesa (capitania da Paraíba do Sul, 1750-1830)*. Paper apresentado no XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social. Coimbra, novembro de 2011. Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3e/marcio_soares_paper.pdf

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Muniz. *A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

SOUZA, André Peixoto de. *Direito Público e Modernização Jurídica: elementos para compreensão da formação da cultura jurídica brasileira no século XIX*. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2010.

SOUZA, Marina Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

STONE, Laurence. *Prosopography*. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TURNER, Victor. *Betwixt and Between: the liminal period in rites of passage*. In: *Betwixt and Between: patterns of masculine and feminine initiation*. Illinois: Open Court, 1987, p. 3-19.

TRUBECK, David M. *Max Weber sobre o direito e a ascensão do capitalismo*. In: *Revista Direito GV*, v. 3, n. 1, jan/jun 2007, p. 151-186.

VIDAL, Verônica K. *Ações de liberdade em Campo Largo (1874-1883)*. Monografia de graduação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 2003.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEHLING, Arno. *Civilização e lei no discurso legitimador do Estado Joanino no Brasil - o caso da administração da Justiça*. Comunicação apresentada no V Congresso Brasileiro de História do Direito “*Ordem, razão, decisão: experiências jurídicas antes e depois da modernidade*”. Realizado em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, setembro de 2011.

WEHLING, Arno ; WEHLING, Maria José M. C. de M. *O escravo ante a lei civil e lei penal*. In: Antonio Carlos Wolkmer. (Org.). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, v. 1, p. 373-396.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Afinal, existiu ou não, regime escravo no Paraná?* In: *Revista da SBPH*, n. 13. Curitiba: 1997, p. 25-63.

_____. *A introdução de escravos novos no litoral paranaense*. In: *Revista de História*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 44 (89): 139-154, jan./mar. 1972.

9. ANEXOS

ANEXO 1 – Ações de liberdade movidas no foro de Curitiba entre 1868 e 1888

ANO	MAÇO (PB 045)	AUTUAÇÃO	ESCRAVO	CURADOR	NOMEADO OU ESPONTÂNEO	SENHOR	PROCURADOR	ARGUMENTO	MAGISTRADO (DA SENTENÇA)	RESULTADO (1o GRAU)	HOUE RECURSO?	RESULTADO (2o GRAU)
1870	PI6950.267	Petição	Preta Maria	José Emilio Ribeiro Campos	Espontâneo	D. Josepha Joaquina de França	N/C	Posse da liberdade por compra	Francisco Antônio Nobrega	Procedente	Não	Não houve
1873	PI7125.273	Manutenção de liberdade	Marcolino Dias Moreria	Generoso Marques dos Santos	Espontâneo	N/C	N/C	Posse da liberdade por ter nascido de ventre livre	Lourenço Taborda Ribas de Andrade	Procedente	Não	Não houve
1873	PI7170.274	Libelo cível	Fernando, pardo	Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	Espontâneo	Tenente-Coronel Manoel José da Cunha Bittencourt e herdeiros	Bento Antônio de Menezes	Doação da liberdade em testamento	Florianio Berlintes de Castro	Improcedente	Do escravo	Confirma sentença (Relação da Corte)
1874	PI7260.277	Arbitramento de liberdade	Hypolito, africano	José Correa Lisboa	Nomeado	João José de Freitas Saldanh	Bento Fernandes de Barros	Indenização com pecúlio	Joaquim José Belarmino de Bittecnourt	Homologação	Do senhor	Reforma a sentença (juiz de direito, Agostinho Ermelino de Leão)
1874	PI7263.277	Petição	Amancio, pardo	Tertuliano Teixeira de Freitas	Espontâneo	Herdeiros de José Teixeira da Cruz	Generoso Marques dos Santos (José Lourenço de Sá Ribas a princípio também)	Posse de liberdadr por ter nascido de ventre livre	Joaquim Ignácio Silveira da Motta Jr.	Improcedente (com ressalvas)	Não	Não houve
1874	PI7281.278	Petição	Joana, preta	Joaquim José Pedrosa	Espontâneo	João de Deos Cordeiro (proprietário) e Mariana Cordeiro (usufrutuária)	Não tem	Indenização com pecúlio	Joaquim Ignacio Silveira da Motta Jr.	Improcedente	Ex-officio	Confirma sentença
1876	PI7364.282	N/C	Ricardo Antonio de Souza, por sua esposa Maria	Joaquim José Pedrosa	Espontâneo	Herdeiros de José Joaquim Gomes	N/C	Indenização com pecúlio	N/C	N/C	N/C	N/C

1877	PI7536.287	Ação de liberdade	João e Benedicto	Generoso Marques dos Santos e José Lourenço de Sá Ribas	Espontâneo	Cyrino José Gonçalves e sua mulher Bibiana	Tertuliano Teixeira de Freitas	Nasceu de ventre livre	Agostinho Ermelino de Leão	Procedente	Do senhor	N/C
1878	PI7615.290	Ação de Liberdade	Angelino, pardo	José Lourenço de Sá Ribas	Nomeado	Antonio José Ferreira	Generoso Marques dos Santos	Promessa de liberdade	Agostinho Ermelino de Leão (por delegação de Emygdio Westphalen)	Improcedente	Ex-officio	Reformou a sentença (Relação de São Paulo)
1880	PI7718.294	Ação de Liberdade (Traslado)	Barnabé Ferreira Bello x	João Pereira Lagos	Nomeado	Rev. Padre João Baptista Ferreira Bello	Bento Fernandes de Barros	Abandono	Agostinho Ermelino de Leão (por delegação de Emygdio Westphalen)	Improcedente	Ex-officio	N/C
1880	PI7358.282	N/C	Cândida	N/C		Manoel de Oliveira Bastos	N/C	Ausência de matrícula	Emygdio Wstphalen	Procedente	N/C	N/C
1880	PI7745.295	Petição	Margarida, africana	José Lourenço de Sá Ribas	Nomeado	Fernando José de Siqueira	Não tem	Indenização com pecúlio	Agostinho Ermelino de Leão (por delegação de Emygdio Westphalen)	Homologação	Não	Não houve
1881	PI7194.297	Petição	João, pardo	Francisco Alves Guimarães	Nomeado	José Ferreira dos Santos Barboza	Não tem	Indenização com pecúlio	Florianio Berlintes de Castro	Homologação	Não	Não houve
1881	PI7358.282	Ação de arbitramento	José	Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho	Espontâneo	João Baptista de Christo	N/C	Indenização com pecúlio	N/C	N/C	N/C	N/C
1881	PI7358.282	Ação de arbitramento	Francisca	N/C		Francisca Joaquina Lustosa de Andrade	N/C	Indenização com pecúlio	N/C	N/C	N/C	N/C
1882	PI7906.302	Petição para indenização de liberdade	Ermelino	Vicente Machado, substituído por Euclides Francisco de Moura	Nomeado	José Ferreira Ribas	Tertuliano Teixeira de Freitas	Indenização com pecúlio	Agostinho Ermelino de Leão	Anulação (seguida de conciliação entre as partes)	Não	Não houve

1885	PI8140.313	N/C	Carlota, africana	Joaquim José Pedrosa	Espontâneo	Lino de Souza Ferreira	N/C	Posse da liberdade por importação ilegal	N/C	Procedente	N/C	N/C
1886	PI8205.316	N/C	Rita	Joaquim José Pedrosa	Espontâneo	João Manoel de Souza	N/C	Indenização com pecúlio	N/C	N/C	N/C	N/C
1886	PI8279.318	Ação de arbitramento	Silvério	Joaquim José Pedrosa	Nomeado	José Xavier Mattoso	Tertuliano Teixeira de Freitas	Indenização com pecúlio	Sizenando de Sá Ribas	Homologação	Não	Não houve
1886	PI8280.318	Ação de Liberdade	Constancia	Joaquim José Pedrosa	Espontâneo	João Manoel de Souza	Não tem	Ausência de matrícula	Eusébio Silveira da Motta	Procedente	Não	Não houve
1886	PI8275.318	N/C	Domingas	Joaquim José Pedrosa	Espontâneo	Manoel Leocadio da Costa	N/C	Nasceu de ventre livre	Eusébio Silveira da Motta	Procedente	N/C	N/C
1887	PI8290.319	Ação Sumária de Liberdade	Eleutherio	Euclides Francisco de Moura	Espontâneo	Joaquim Teixeira de Faria	João Pereira Lagos	Nasceu de ventre livre	Joaquim José Teixeira	Procedente	Não	Não houve
1887	PI8334.321	Manutenção de Liberdade	Francisca Romana da Cunha	João Pereira Lagos	Espontâneo	José da Cunha Marques	Não tem	Posse da liberdade por doação	N/C (Eusébio Silveira da Motta presidia o processo)	N/C	N/C	N/C
1888	PI8356.322	N/C	Severo	Francisco Itaciano Teixeira	Espontâneo	José Alves de Araújo	Não tem	Abandono	N/C (Eusébio Silveira da Motta presidia o processo)	N/C	N/C	N/C

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Fundo “Poder Judiciário” (BR APPR PB 045).

ANEXO 2

Quadros da divisão judiciária da Província do Paraná (1870 e 1882)

Quadro da divisão judiciaria da provincia do Paraná.

Comarcas	Termos	Logares	Nomes	Nomeações	Exercícios
CAPITAL	Capital Príncipe	Chefe de polícia	José Ignacio Gomes Guimarães	13 de Outubro de 1869	23 de Dezembro de 1869.
		Juiz de direito	Agostinho Ermelino de Leão	23 de Março de 1865	16 de Agosto de 1865.
		Promotor	Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	29 de Janeiro de 1869	13 de Fevereiro de 1869.
		Juiz municipal e de orphãos	Ernesto Dias Larangeira	18 de Abril de 1865	19 de Junho de 1865 (a).
		Juiz municipal e de orphãos	José dos Santos Pacheco Lima	3 de Junho de 1867	12 de Setembro de 1867.
PARANAGUÁ	Paranaguá Anton. e Nhonô.	Juiz de direito	Raymundo Furtado de A. Cavalcanti	6 de Novembro de 1868	20 de Fevereiro de 1869.
		Promotor	Filastrio Nunes Pires	31 de Maio de 1869	19 de Junho de 1869.
		Juiz municipal e de orphãos	Vago		
		Juiz municipal	Manoel Augusto de Mendonça Brito	30 de Maio de 1868	3 de Agosto de 1868.
CASTRO	Castro Ponta Grossa	Juiz de direito	Felippe Alves de Carvalho	22 do Agosto de 1862	21 de Maio de 1864.
		Promotor	Tristão Cardoso de Menezes	1 de Março de 1865	
		Juiz municipal e de orphãos	Francisco Xavier da Silva	22 de Junho de 1865	22 de Agosto de 1865 (b).
		Juiz municipal e de orphãos	Vicente Cyrillo Marinho	11 de Agosto de 1869 (c)	
GUARAPUAVA	Guarapuava.	Juiz de direito	José Segundino Lopes de Gomensero	21 de Dezembro de 1867	16 de Abril de 1868.
		Promotor	Vago		
		Juiz municipal e de orphãos	Augusto Lobo de Moura Junior	13 de Janeiro de 1868	28 de Fevereiro de 1868.
OBSERVAÇÕES.					
(a) Foi reconstituído por decreto de 10 de Maio de 1869.					
(b) Foi reconstituído por decreto de 28 de Dezembro de 1867.					
(c) Ainda não entrou em exercício.					

Secretaria da presidencia do Paraná, 10 de Fevereiro de 1870

José Pamplona de Meneses.

Fonte: PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1.a sessão da 9.a legislatura pelo presidente, o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1870.* Curitiba, Typ. de Candido Martins Lopes, 1870.

Quadro da divisão judiciária da provincia do Paraná (1882).

<i>Comarca da capital.</i>	<i>Comarca da Lapa.</i>
1.º O juiz municipal do termo.	1.º O juiz municipal do termo.
2.º Os supplentes respectivos.	2.º Os supplentes respectivos.
<i>Comarca de Paranaguá</i>	<i>Comarca de Castro.</i>
1.º O juiz municipal do termo.	1.º O juiz municipal do termo.
2.º Os supplentes respectivos.	2.º O juiz municipal do termo de Ponta Grossa.
<i>Comarca de Antonina</i>	3.º O juiz municipal do termo de S. José da Boa Vista.
1.º O juiz municipal do termo.	4.º Os supplentes do termo de Castro.
2.º Os supplentes respectivos.	5.º Os do termo de Ponta Grossa.
3.º Os supplentes do termo de Morretes	6.º Os do termo de S. José da Boa Vista.
<i>Comarca de S. José dos Pinhães.</i>	7.º Os do termo de Tibagy.
1.º O juiz municipal do termo.	<i>Comarca de Guarapuava.</i>
2.º Os supplentes respectivos.	1.º O juiz municipal do termo.
<i>Comarca de Campo Largo.</i>	2.º Os supplentes respectivos.
1.º O juiz municipal do termo.	3.º Os supplentes do termo de Palmas.
2.º Os supplentes respectivos.	
3.º Os supplentes do termo da Palmeira.	

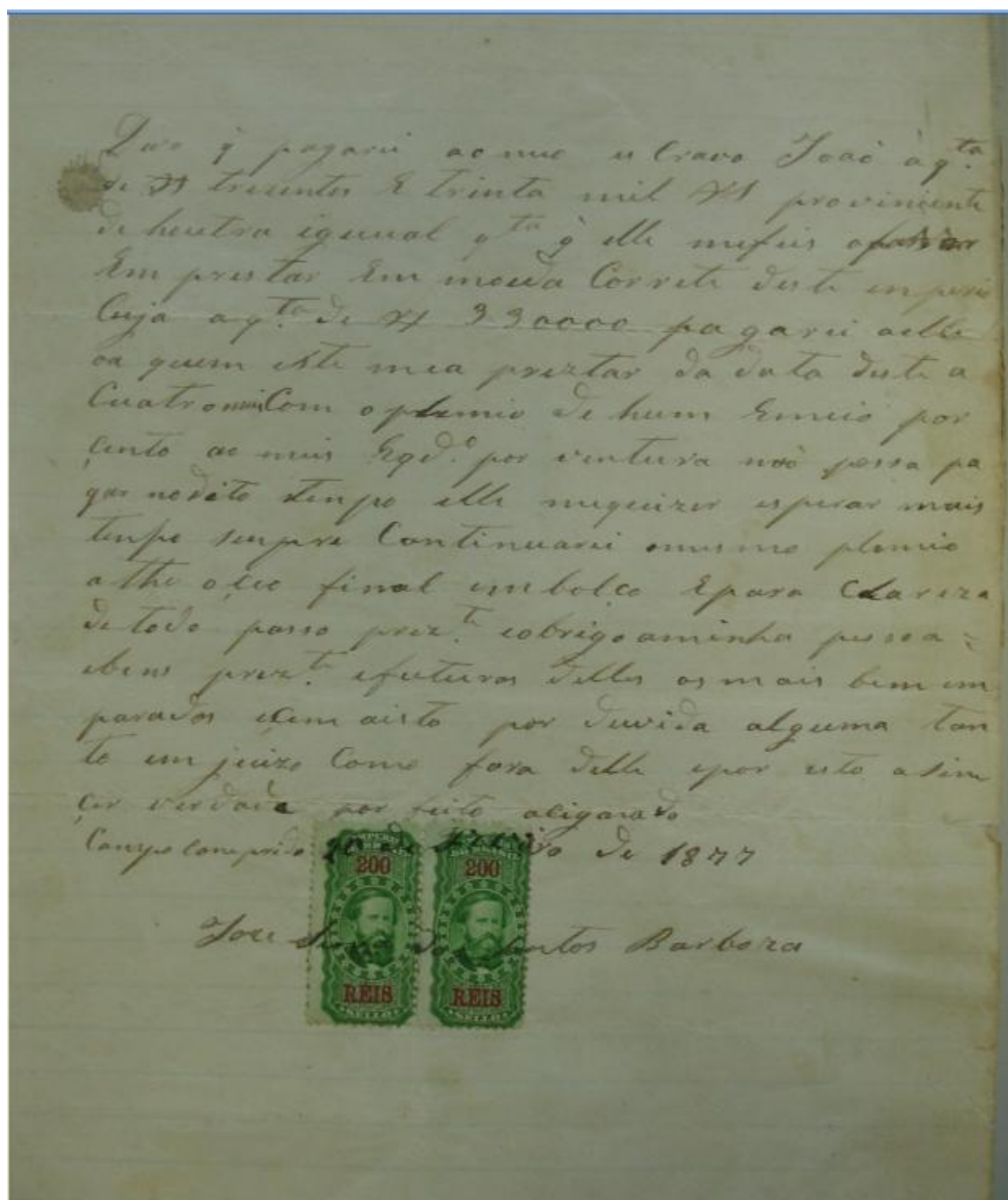
Fonte: PARANÁ. *Relatorio com que o Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da provincia ao 1.º Vice-Presidente Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira no dia 26 de Janeiro de 1882.* Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

ANEXO 3**Festejos de recepção dos Voluntários da Pátria em Curitiba (1870)**

Fonte: Boletim da Casa Romário Martins. *Centro histórico: espaços do passado e do presente*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 130, março de 2006, p. 40.

ANEXO 4

Nota promissória passada por José Ferreira dos Santos Barboza a seu escravo João



Fonte: Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 7794, Cx. 297.

ANEXO 5

“O juiz feijão” – poema publicado em alusão ao juiz municipal de Curitiba, Dr.

Emygdio Westphalen

O JUIZ FEIJÃO

É um herói... nas ferraduras,
Um sábio... na presunção;
Tem sabor de rapadura
Misturada com feijão

Qual Sansão... na estupidez
C’uma caveira na mão
Engole d’uma só vez
Meio alqueire de feijão

É juiz... por impiedade
D’esta triste situação,
Ele confunde hermenêutica
Com caldo de feijão

Mui leproso e catiguento
Vai picando o tal fuão
Que também precisa unguento
De bata com feijão

Seus despachos são pautados
Contra o direito e razão;
Só tem a praxe estudada
Da carne seca e feijão.

Lá na paLa, onde nasceu,
É tido por sabichão;
Mas aqui... pobre sandeu
Come milho com... feijão.

Fonte: *O Paranaense*. Curitiba, 23 de novembro de 1879, p. 3.

ANEXO 6

“Justiça” – poema publicado em homenagem ao Dr. Agostinho Ermelino de Leão

JUSTIÇA

Ao Ermelino de Leão

Os tempos não são mais de dança nem de lança,
E o mundo vai talvez ainda pior do que eu
Supunha: todos nós perdemos a esperança,
É o naufrágio, e este horror, e tudo pereceu...

Mas através do desespero que não cansa,
Através deste mal duro como um judeu,
Quando corre o teu sangue e bom como criança,
Quando te vejo, assim, mulher que se perdeu...

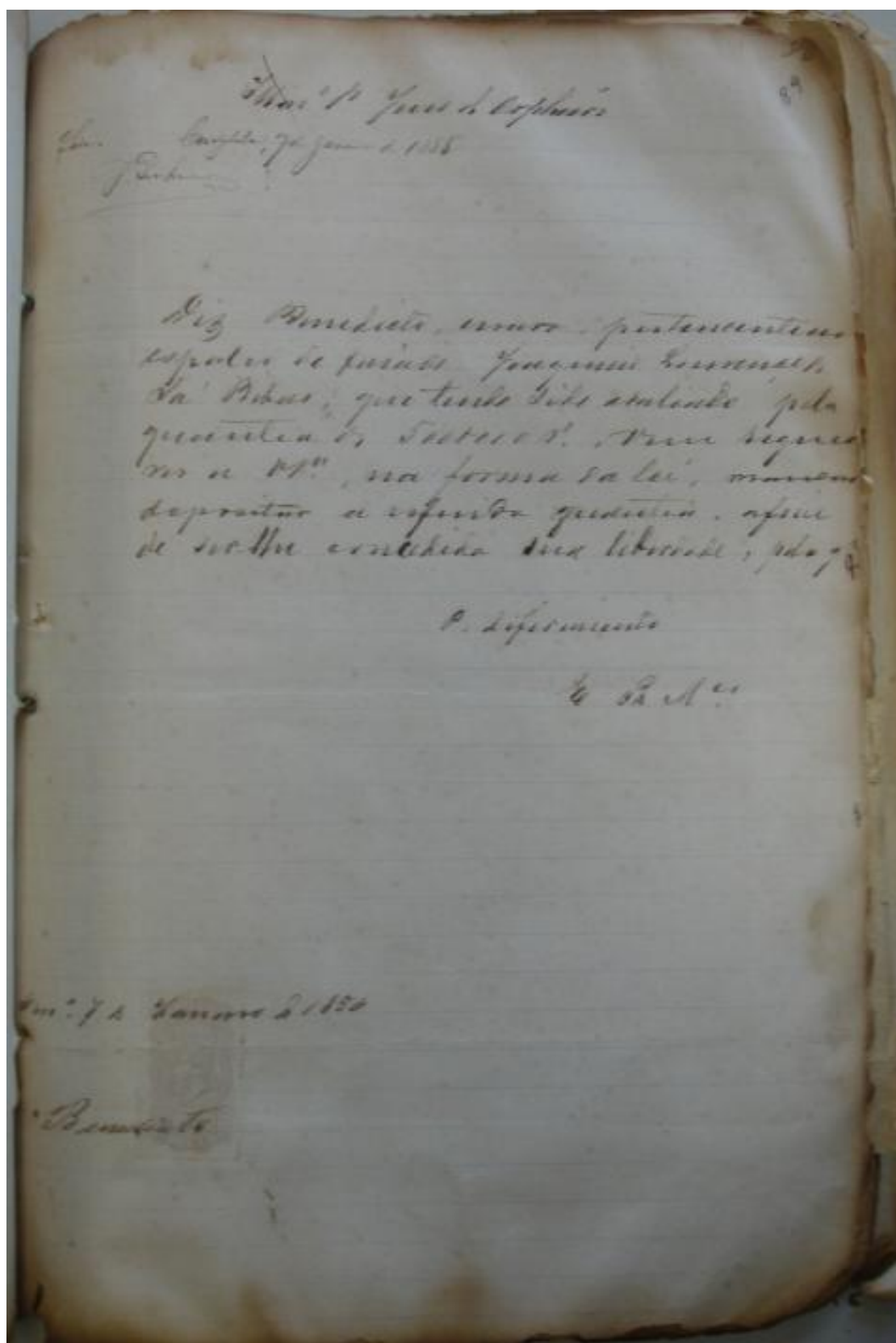
Ó furor de arrancar trêmulo a minha espada,
De levantar a voz e de chamar a mim
Cegos e surdos que não querem ouvir nada...

Heroísmo, e juventude, e glória, e luz de um dia,
Que bom de ver surgir uma cavalaria,
Que te erguesse do chão, como uma flor, enfim!

Fonte: PERNETTA, Emilliano. *Ilusão*. Curitiba: Typ. da Livraria Econômica, 1911.

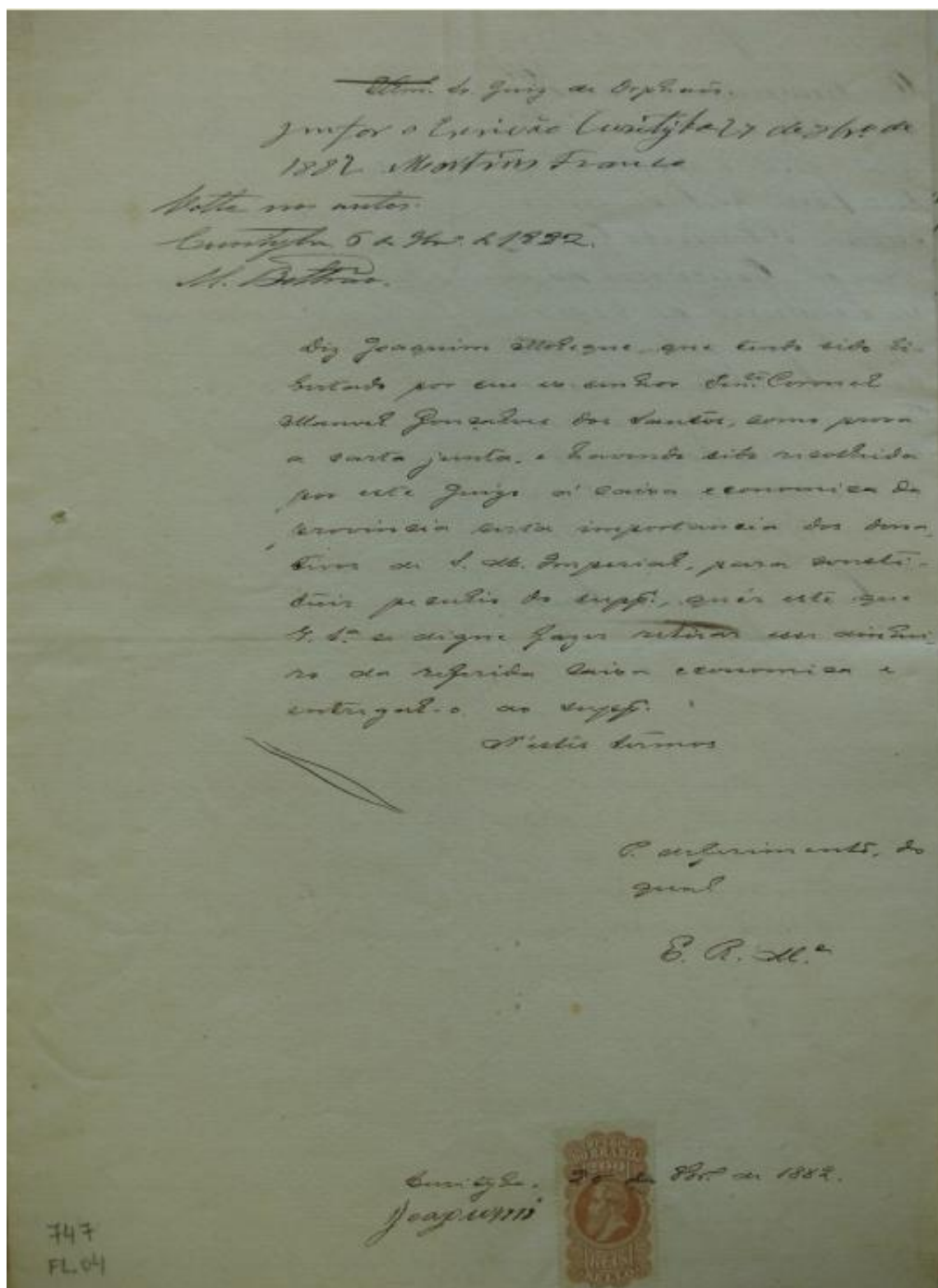
ANEXO 7

Petição assinada pelo escravo Benedicto



ANEXO 8

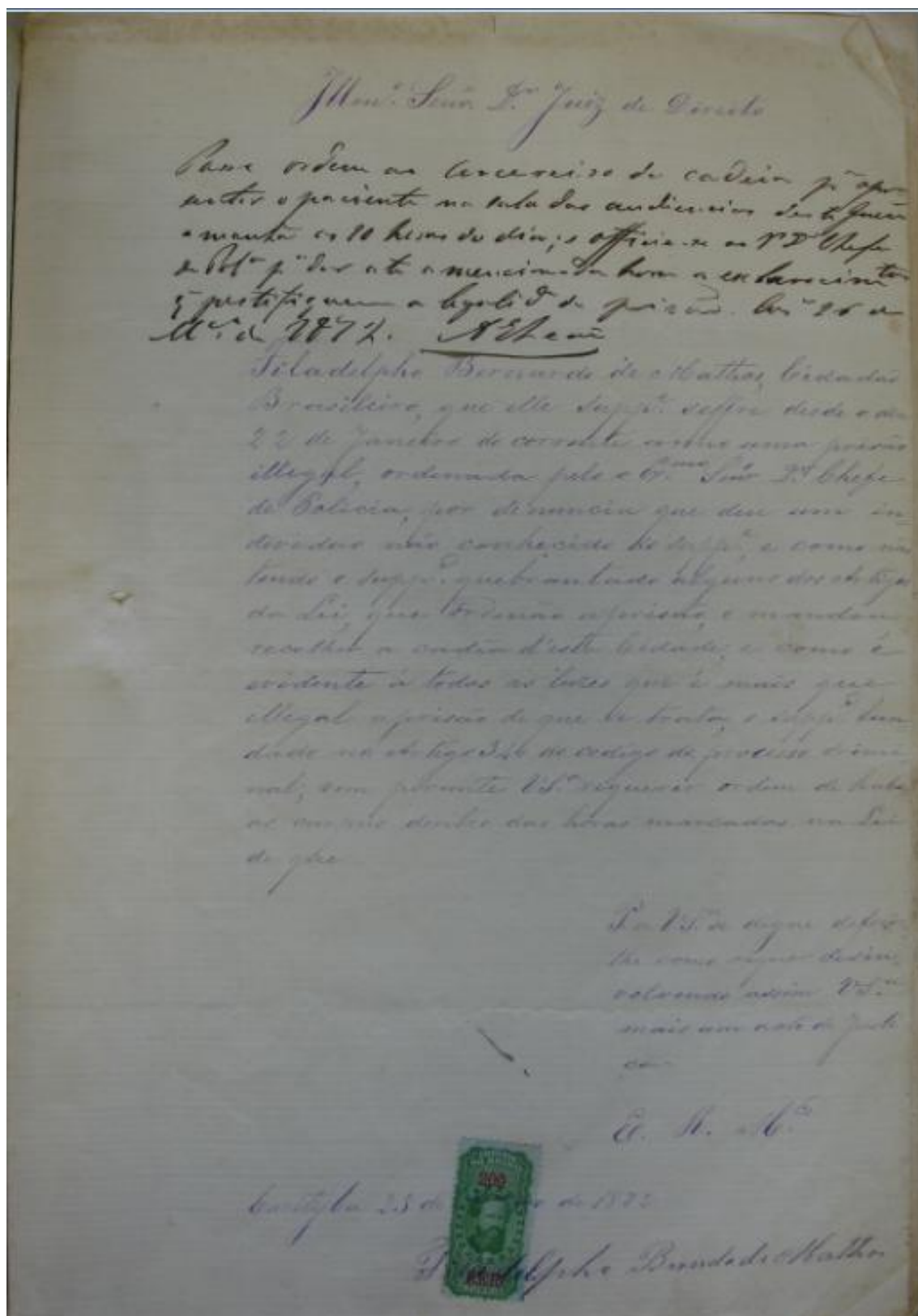
Petição assinada pelo escravo Joaquim Moleque



Fonte: Arquivo Público do Paraná. 1881. BR APPR PB 045 PI 7758, Cx. 296.

ANEXO 9

Petição de *habeas corpus* impetrado em nome próprio pelo negro Filadelpho
Bernardo de Mattos



ANEXO 10

Poema de Domingos Nascimento, publicado no *Almanach Paranaense* (1896)

“Perguntava há certos dias,
a certo padre um taful;
‘Por que inundam bacharéis
Tanto a América do Sul?’

Fica o padre pensativo,
Carrega o sobr’olho e cara,
e de pronto lhe responde
com voz pesada e amara:

‘- Castiga Deus quando a praz-lhe
Em sua ira os fieis;
Teve o Egypto gafanhotos,
O Brazil tem bacharéis’”

Fonte: PEREIRA, L. F. L. *O espetáculo dos mquinismos...*, p. 81-82.

ANEXO 10

Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados (1789)

“Meu senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás ha de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos a saber.

Em cada semana nos ha de dar os dias de sexta fi^a e de sabado p^a trabalharmos p^a nos não tirando hum destes dias por cauza de dia St^o.

Para podermos viver nos hade dar Rede tarrafa e canoas.

Não nos hade obrigar a fazer camboas; nem amariscar, e quando quizer fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para o seu sustento tenha Lanxa de pescaria o canoas do alto e quando quizer comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande p^a quando foi p^a a Bahia nós metermos as nossas cargas p^a não pagarmos frete.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha hade ser de cinco alqueirez razos, pondo arrancadores bastantes p^a estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana hade ser de cinco mãos, e não de seis, e das canas em cada freixe.

No barco hade pôr quatro varas, hum p^a o Leme, e hum no leme puxa mt^o por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e hum em cima.

A medida de lenha hade ser como aqui se praticava, p^a cada medida hum cortador, u huma mulher para carregadeira.

Os actuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas hade pôr quatro moedeiras e duas guindas, e huma carcanha.

Em cada huma caldeira hade haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia de Sabado hade haver remediavelmente peija no Engenho.

Os marinheiros que andão na Lanxa alem de camisa de bacta se lhe dá, hão de deter Gibão de bacta, e todo o vestuário necessário.

O canavial de Jaribú o hiremos aproveitar por esta vez, e depois hade ficar p^a pasto por que não podemos andar tirando cana p^a entre mangues.

Poderemos plantar nosso arros onde quizermos e em qualqr brejo, sem que p^a isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou outro qualqr pau sem darmos parte p^a isso.

A estar por todos os artigos a cima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos p^a servir-mos como dantes, por que não queremos seguir os maos costumes dos mais Engenhos.

Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e nem seja preciso licença.”

Fonte: REIS, J. J.; SILVA, E. *Negociação e conflito...*, p. 123-124.

